



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

AMANDA ALVES MIRANDA CAVALCANTI

MÁRIO SETTE, O CONDUTOR DE TRAVESSIAS HISTÓRICAS PELO RECIFE

Recife
2023

AMANDA ALVES MIRANDA CAVALCANTI

MÁRIO SETTE, O CONDUTOR DE TRAVESSIAS HISTÓRICAS PELO RECIFE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para obtenção do título de doutora em História. Área de concentração: Sociedades, Culturas e Poderes. Linha de Pesquisa: Cultura e Memória.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira

Recife

2023

Catálogo na Fonte
Bibliotecário: Rodrigo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

C377m Cavalcanti, Amanda Alves Miranda.
Mário Sette, o condutor de travessias históricas pelo Recife /
Amanda Alves Miranda Cavalcanti. – 2023.
368 f. : il. ; tab. ; 30 cm.

Orientador : Flávio Weinstein Teixeira.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2023.

Inclui referências e anexos.

1. História. 2. Sette, Mário, 1886-1950. 3. Intelectual mediador. 4.
História - Estudo e ensino. I. Teixeira, Flávio Weinstein (Orientador). II.
Título.

981 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2023-216)

AMANDA ALVES MIRANDA CAVALCANTI

MÁRIO SETTE, O CONDUTOR DE TRAVESSIAS HISTÓRICAS PELO RECIFE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para obtenção do título de doutora em História. Área de concentração: Sociedades, Culturas e Poderes. Linha de Pesquisa: Cultura e Memória.

Aprovada em: 06/11/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o Dr. Flávio Weinstein Teixeira (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof^a Dr^a. Angela Maria de Castro Gomes (Examinador externo)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Prof^a Dr^a. Cibele Barbosa da Silva Andrade (Examinador externo)
Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ

Prof^o Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende (Examinador interno)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof^a Dr^a. Marieta de Moraes Ferreira (Examinador externo)
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

AGRADECIMENTOS

Atravessar a jornada da produção de uma tese é uma empreitada desafiadora. Requer uma dose significativa de paciência, dedicação incansável e uma resiliência notável, especialmente quando contextualizada pelo delicado período da pandemia de COVID-19, um momento marcado pelo predomínio do medo e da angústia em nossos corações. Em tempos como esses, o mais terrível do imprevisível faz morada em nosso cotidiano, provocando incertezas sobre o caminho que escolhemos. Mas finalmente consegui. Finalizei esse grande projeto da minha vida que foi a construção de uma tese de doutorado.

Tal conquista não teria sido possível sem a formidável rede de apoio que me sustentou ao longo dessa jornada, pois reconheço que uma empreitada dessa magnitude não se realiza somente com o trabalho de uma única pessoa. Sendo assim, agradeço à minha família, que muito incentivou minha caminhada, com suporte emocional e muita compreensão nos momentos em que precisei estar ausente. Ao meu companheiro João Ricardo, que diversas vezes contribuiu com a leitura do material escrito, e que teve, principalmente, um papel importante no apoio emocional, quando tudo parecia impossível. Aos meus grandes amigos, pelos momentos de relaxamento, de longas conversas e muitas risadas.

Agradeço também ao meu orientador, Flávio Weinstein, que, com uma paciência inesgotável e uma generosidade admirável, orientou com maestria os rumos da leitura e da escrita desta tese. Sua habilidade em ouvir atentamente os meus anseios foi como um farol de encorajamento que me incentivou a enfrentar os desafios para que eu conseguisse desenvolver de forma autônoma meu próprio percurso neste trabalho. Obrigada professor!

Sou muito grata também à equipe de funcionários da biblioteca e do departamento de acervos pessoais da Fundação Joaquim Nabuco, sobretudo à Carlos Ramos, que, atenciosamente, me ajudou com a seleção de fontes nos arquivos da instituição. Agradeço ainda à secretaria do programa de pós-graduação em História da UFPE, principalmente à Sandra; pessoa maravilhosa que ajuda a todos os mestrandos e doutorandos com muita paciência e atenção. E, por fim, ao programa de incentivo à pesquisa CAPES, que financiou esta pesquisa e também a de muitos outros cientistas do país.

Assim, com humildade e contentamento, encerro este capítulo da minha vida acadêmica, ciente de que os desafios superados e as experiências compartilhadas moldaram não somente a minha tese, mas também a minha jornada como um todo. Obrigado a todos que estenderam sua mão generosa ao longo desse percurso.

Frevo nº 2 do Recife

Oh, saudade
Saudade tão grande
Saudade que eu sinto
Do Clube das Pás, do Vassouras
Passistas traçando tesouras
Nas ruas repletas de lá

Batidas de bombos
São maracatus retardados
Chegando à cidade, cansados
Com seus estandartes no ar

Não adianta se o Recife está longe
E a saudade é tão grande
Que eu até me embaraço
Parece que eu vejo
Valfrido Cebola no passo
Haroldo Fatias, Colaço
Recife está perto de mim
(Antonio Maria, 1954)

RESUMO

Esta tese tem como objetivo promover um estudo sobre a trajetória do escritor e historiador pernambucano Mário Sette (1984-1950), investigando especificamente a sua produção intelectual e as memórias construídas sobre ele. Vamos partir da hipótese de que ele teve um papel importante na construção de uma cultura histórica republicana em Pernambuco, na formação de identidades nacional e regional e também na elaboração de um sentimento de *pernambucanidade*. Nosso foco principal é compreender o seu papel como um intelectual mediador que, durante as décadas de 1920, 1930 e 1940, se especializou na produção de uma “história ensinável” em diversos veículos de grande disseminação, dirigida a um público amplo e diversificado, formado por não especialistas no saber histórico. Dessa forma, vamos analisar algumas operações memorialísticas elaboradas durante a sua vida e após a sua morte, que o definiram como um dos marcos referenciais para o surgimento de um sentimento de pertencimento identitário em Pernambuco. Além disso, vamos analisar três modalidades distintas de produtos de mediação cultural pelas quais Mário Sette desenvolveu seu trabalho de divulgação e vulgarização do conhecimento histórico: os seus “livros de leitura” de cunho histórico voltados para o público escolar, como “Terra Pernambucana” (1925) e “Brasil, minha terra!” (1928); seu primeiro livro de crônicas históricas, direcionado aos adultos, “Maxambombas e Maracatus” (1935), e também o programa de rádio *Evocações*, irradiado de 1948 a 1949 na Rádio Jornal do Commercio, de Recife.

PALAVRAS-CHAVE: Mário Sette; intelectual mediador; ensino de história.

ABSTRACT

This thesis aims to promote a study on the trajectory of the Pernambuco's writer and historian Mário Sette (1984-1950), specifically investigating his intellectual production and the memories constructed about him. We will start from the hypothesis that he played an important role in the construction of a republican historical culture in Pernambuco, in the formation of national and regional identities and also in the elaboration of a feeling of "*pernambucan*ity". Our main focus is to understand his role as an intellectual mediator who, during the 1920s, 1930s and 1940s, specialized in the production of a "teachable history" in several vehicles of great dissemination, aimed at a wide and diversified public, formed by non-experts in historical knowledge. In this way, we will analyze some memorialistic operations elaborated during his life and after his death, which defined him as one of the benchmarks for the emergence of a sense of identity belonging in Pernambuco. In addition, we will analyze three different types of cultural mediation products through which Mário Sette developed his work of disseminating and popularizing historical knowledge: his historical "reading books" aimed at school audiences, such as "Terra Pernambucana" (1925) and "Brazil, my land!" (1928); his first book of historical chronicles, aimed at adults, "Maxambombas e Maracatus" (1935), and also the radio program *Evocações*, broadcast from 1948 to 1949 on Rádio Jornal do Commercio, in Recife.

KEYWORDS: Mário Sette; intellectual mediator; history teaching.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Textos de Mário Sette na <i>Revista do Brasil</i> (1918-1922)	115
Tabela 2 - Textos de Mário Sette na <i>Revista do IAHGP</i> (1932-1944)	163
Tabela 3 - Correspondências remetidas a Mário Sette entre 1930 e 1940	168
Tabela 4 - Tabela das edições de “Brasil, minha terra!”	239
Tabela 5 - Divisão temática por recorte histórico da História do Brasil nos livros “Terra Pernambucana” e “Brasil, minha terra!”	249
Tabela 6 - A participação das mulheres na História do Brasil em “Terra Pernambucana”	253
Tabela 7 - A participação das mulheres na História do Brasil em “Brasil, minha terra!”	254

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
APL	Academia Pernambucana de Letras
BBC	British Broadcasting Corporation
Cehibra-FUNDAJ	Centro de Documentação e de Estudos de História Brasileira
CEN	Companhia Editora Nacional
CEPE	Companhia Editora de Pernambuco
DEIP	Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda
DIDOC-FUNDAJ	Diretoria de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
Fundarpe	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
IAHGP	Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano
IHGB	Instituto Histórico Geográfico Brasileiro
MECA-FUNDAJ	Diretoria de Memória, Educação, Cultura e Arte

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: MÁRIO SETTE: UM SUJEITO ANCORADO NA SAUDADE.....	13
2	O MELHOR DE NOSSA <i>PERNAMBUCANIDADE</i>: AS MEMÓRIAS CONSTRUÍDAS SOBRE MÁRIO SETTE.....	40
2.1	MÁRIO SETTE: UM INTELLECTUAL CONSAGRADO?.....	41
2.2	<i>CAMINHOS DE UM CORAÇÃO</i> : MÁRIO SETTE, O ARQUITETO DE SI MESMO.....	52
2.3	O MEDO DE SER ESQUECIDO ASSOMBRA.....	61
2.3.1	A escrita de si: a autobiografia.....	61
2.3.2	Arquivar a própria vida como uma escrita de si.....	64
2.4	<i>O CORAÇÃO AINDA BATE</i>	67
2.5	CADÊ O MÁRIO SETTE?.....	76
3	MÁRIO SETTE: O VANGUARDEIRO DO REGIONALISMO LITERÁRIO NO NORDESTE.....	88
3.1	NACIONALISTA A SEU MODO REGIONALISTA.....	90
3.2	OLIVEIRA LIMA E A DEFESA DA <i>PERNAMBUCANIDADE</i>	98
3.3	O REGIONALISTA ANTES DO COMEÇO.....	103
3.4	“SENHORA DE ENGENHO”: A PRIMEIRA SEMENTE LANÇADA NO TERRENO AMORFO DO NOSSO INDIFERENTISMO REGIONAL.....	117
4	MÁRIO SETTE E SUA HISTÓRIA EM FILIGRANA.....	140
4.1	MÁRIO SETTE, UM “REMEXEDOR” DE ARQUIVOS.....	141
4.2	DOS ARQUIVOS PARA AS CRÔNICAS HISTÓRICAS.....	151
4.3	SOB A “IGREJINHA” DO IAHGP E AS OUTRAS INSTÂNCIAS DE LEGITIMAÇÃO INTELLECTUAL.....	160
4.4	O AQUARELISTA DA HISTÓRIA.....	174
4.5	UMA OUTRA MANEIRA DE SE ESCREVER A HISTÓRIA: A HISTÓRIA SOCIAL E PITORESCA.....	180

5	A HISTÓRIA CONTADA PARA CRIANÇAS: OS LIVROS DE LEITURA DE MÁRIO SETTE.....	196
5.1	<i>CUMPRE QUE ELE SEJA BRASILEIRO: A PRODUÇÃO DOS LIVROS DE LEITURA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DA REPÚBLICA.....</i>	199
5.2	HISTÓRIA DO BRASIL PARA CRIANÇAS: A CONSTRUÇÃO DE UMA “HISTÓRIA ENSINÁVEL”.....	208
5.3	OS LIVROS ESCOLARES PELAS MÃOS DOS EDITORES.....	216
5.3.1	A Editora Companhia Melhoramentos.....	217
5.3.2	O mercado editorial pernambucano nas primeiras décadas do século XX.....	221
5.4	“TERRA PERNAMBUCANA”: UM LIVRO DE HISTÓRIA PARA CRIANÇAS PERNAMBUCANAS.....	225
5.5	“BRASIL, MINHA TERRA!”: UM LIVRO DE HISTÓRIA PARA CRIANÇAS BRASILEIRAS?.....	235
5.6	APRECIÁVEIS LIÇÕES DE HISTÓRIA: A ESCRITA DA HISTÓRIA EM “TERRA PERNAMBUCANA” E “BRASIL, MINHA TERRA!”.....	243
6	HISTÓRIAS DE SAUDADE: AS CRÔNICAS HISTÓRIAS DE MÁRIO SETTE.....	259
6.1	QUEM LÊ TANTA NOTÍCIA?.....	260
6.5	<i>A HISTÓRIA MIÚDA: CRÔNICAS HISTÓRICAS, CRÔNICAS DE EVOCAÇÃO.....</i>	265
6.3	A “MODA DA SAUDADE” EM “MAXAMBOMBAS E MARACATUS”(1935).....	273
6.4	UMA BOA E VELHA PATUSCA, TANTO FALA COMO ESCREVE: AS CRÔNICAS HISTÓRICAS DE MÁRIO SETTE PELAS ONDAS DO RÁDIO.....	289
6.4.1	No ar, o programa <i>Evocações</i>.....	295
7	CONCLUSÃO: UM ARRUAR PELAS HISTÓRIAS DE MÁRIO SETTE.....	307

REFERÊNCIAS.....	318
ANEXO A - CRONOLOGIA DE MÁRIO SETTE.....	346
ANEXO B - FOTOS DE MÁRIO SETTE, DE SEU BUSTO E DA PEÇA “SENHORA DE ENGENHO”.....	349
ANEXO C - SELEÇÃO DAS EDIÇÕES DOS LIVROS DE MÁRIO SETTE.....	354
ANEXO D - QUADROS DO PROGRAMA <i>EVOCÇÕES</i>.....	362

1 INTRODUÇÃO: MÁRIO SETTE: UM SUJEITO ANCORADO NA SAUDADE

Como se vê, é a “moda” da saudade.

Mas, uma “moda” que não será apenas o desejo de atualizar-se, e sim um impulso de recordar, de reviver, de “estar” num cenário de ontem, sem prescindir das vantagens do de hoje.

Essa moda já é uma vitória - teria notado o repórter.

– Esta realmente terá sido minha “vitória”: a de fazer despertar o amor e o interesse pelas nossas paisagens de outrora, o gosto pelo que é nosso, o conhecimento de como se vivia há 40 anos no Recife para que os velhos recordem e suspirem, e para que os moços comparem e avaliem o quanto se mudou. Se se ganhou nisto ou se se perdeu naquilo, é questão de ponto de vista todo pessoal, todo íntimo. Ou de saudades...E o autor do livro é dos que costumam ter saudade até de ter tido saudade...¹

Saudade é uma palavra específica da língua portuguesa. Mas isso não significa que outros povos não sintam ou nunca tenham sentido tristeza ou melancolia pela falta, pela ausência de algo ou alguém, sendo esse um sentimento partilhado por todos os humanos. Como todo conceito, a palavra saudade muda de sentido ao longo do tempo e espaço, dessa forma, cada interpretação nostálgica do passado tem um significado distinto em épocas diferentes. Além disso, a saudade pode designar um sentimento individual ou compartilhado por uma comunidade que sente a dor da falta de algo que lhe é comum.

Por falar em sensação partilhada, Orhan Pamuk destaca em seu livro “Istambul” a palavra turca *hüzün*, que significa um sentimento de melancolia coletiva compartilhado por todos os habitantes de Istambul.² A *hüzün* é uma sensação complexa que se instaura na cidade como uma atmosfera, uma película que envolve a todos os nativos; uma experiência que nasce da dor que sentem por tudo que se perdeu quando olham para as resistentes ruínas da antiga Istambul otomana, evocando um passado idealizado, sem as interferências culturais do Ocidente.

Porém, é importante afirmar que sentir saudade não é algo natural dos seres humanos. Para desenvolvermos tal sentimento é preciso passarmos por um processo de aprendizado, de educação da consciência e da sensibilidade. Isto é, devemos aprender uma série de linguagens, sentidos, comportamentos, códigos, regras e performances assimiladas através de experiências que são sempre sociais, culturais e também históricas. Uma sensibilidade saudosa pode ser aprendida nas escolas e também fora delas, por meio de experiências

¹ SETTE, Mário. “Mário Sette fala do seu Maxambombas e Maracatus”. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

² PAMUK, Orhan. **Istambul. Memória e cidade**. Companhia das Letras. São Paulo, 2007.

pedagógicas importantes para a formação identitária, seja individual ou coletiva, regional ou nacional, sendo materializada em ações políticas, éticas e estéticas.³

Para nós recifenses, o sentimento nostálgico em relação ao passado compartilhado, essa sensação de saudade coletiva, foi uma das premissas fundamentais para a formação de nossa identidade. Essa sensibilidade saudosa foi disseminada na nossa forma de fazer arte, literatura, nos nossos carnavais – por meio dos frevos-canções que entoamos nas ruas da cidade (que, por sinal, fizeram muita falta durante os anos tristes de pandemia) – e também nos nossos livros de história. Sobretudo durante a primeira metade do século XX – período crucial para a construção das identidades nacional e regionais no Brasil, marcado por mudanças rápidas na sociedade que alteraram as relações econômicas, sociais e culturais, mas também perfis urbanos, os planos e as perspectivas de paisagem, acarretadas pelos impulsos da modernidade e da modernização – foi comum entre muitos intelectuais e artistas do Recife a elaboração de estratégias simbólicas e de representações imaginativas do passado que o associava ao que Raymond Williams chamou de “era de ouro”.⁴

De acordo com tal autor, e principalmente com Beatriz Sarlo, que se utiliza da noção de “era de ouro” para tratar sobre a trajetória e produção literária de intelectuais portenhos no livro “Modernidade Periférica. Buenos Aires 1920 e 1930”, o conceito está associado a uma configuração ideológica-cultural e também afetiva que emerge a partir da reação de um segmento da sociedade a experiências de mudanças.⁵ Como apontou a autora, certos grupos de intelectuais e artistas, ao se depararem com as transformações advindas da modernidade, reagiram de forma negativa diante do novo: das novas instituições políticas, novas práticas cotidianas, novas tecnologias, novas classes sociais, novos cenários urbanos, enfim, das novidades provenientes do capitalismo, causadoras de espanto e desencanto. Eles se expressaram por meio de discursos nostálgicos e recordativos, restituindo, no plano simbólico, uma velha ordem social, uma “era de ouro”, que consideravam mais justa e agradável, utilizando para isso fatos históricos com um toque de fantasia e idealização. Por isso, segundo Sarlo: “a ‘era de ouro’ não é uma reconstrução realista nem histórica, mas uma pauta que, localizada no passado, é basicamente atemporal e atópica: é, de certa forma, uma

³ ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz. “Pedagogias da saudade: a formação histórica de consciências e sensibilidades saudosistas. A vida e o trabalho do poeta e professor português António Corrêa d’Oliveira”. **Revista História Hoje**, v. 2, nº 4, p. 149-174 - 2013.

⁴ WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**. Companhia das letras. São Paulo, 1989. p. 56.

⁵ SARLO, Beatriz. **Modernidade periférica. Buenos Aires 1920 e 1930**. Cosac Naify. São Paulo, 2010.

utopia e em seu tecido se misturam desejos, projetos e, sem dúvida, também lembranças coletivas”⁶.

Dentre os amantes do passado que durante a primeira metade do século XX se dedicaram a imaginar o *Recife de outrora*, destacaram-se figuras como Manuel Bandeira – com seu conhecido poema “Evocação do Recife”, de 1925, no qual exaltou um passado recifense idealizado e soterrado pelos impulsos modernizantes – Gilberto Freyre, Antônio Austregésilo, Oliveira Lima, Mário Sette, entre outros. Cada um a seu modo, eles construíram uma fisionomia particular de um Recife do passado, sendo a saudade um sentimento cultivado e convertido em mote literário, presente nas páginas dos seus escritos que traziam a cidade como tema⁷.

Dentre essas figuras, vamos destacar a atuação de Mário Sette, personagem principal da nossa pesquisa. Através de suas obras literárias e de seus livros de história voltados para o grande público, Sette escreveu como quem sentia saudade de um passado idealizado e destruído pelas impertinências do progresso, que, segundo ele, mudavam as expressões típicas da cidade. Escreveu como quem queria registrar as histórias do passado de sua cidade, das suas paisagens e cenários nos tempos de Maurício de Nassau, das cadeirinhas de arruar, das procissões, das antigas igrejas, dos carregadores de tigres, dos pastoris, dos bondes de burros, dos carregadores de pianos, das maxambombas, dos antigos carnavais, do primeiro avião, do primeiro automóvel, dos primeiros jornais, etc; e como quem se queixava contra o esquecimento coletivo desse passado, representado pela sobrevivência de poucas ruínas, monumentos, ruas, costumes e tradições, ainda presentes na vida dos recifenses como reminiscências. Para Mário Sette, havia um grande deslumbramento em relação às transformações proporcionadas pela modernização do Recife e, por isso, poucos se lembravam do seu passado, existindo até certo desdém em relação a ele, visto como um “baú velho atochado de papéis amarelos” destruídos num momento azado.

Portanto, como forma de sanar o esquecimento e o desconhecimento desse passado coletivo de nossa terra, mas também do nosso próprio passado individual, os quais, para Mário Sette, estavam completamente imbricados, ele propôs um estudo sobre as histórias de seu estado, Pernambuco e sua cidade, Recife, visando conhecer os seus rostos, os seus cheiros, as suas cores, os sabores, os sons, as paisagens, os cenários, impregnados nos olhares

⁶ SARLO, *Op. cit.* 2010. p. 61.

⁷ Raimundo Arrais trata sobre a formação dessa sensibilidade saudosa no Recife elaborada por figuras como Gilberto Freyre, Manuel Bandeira, Joaquim Cardozo e Antonio Austregésilo. Sobre esse tema, ver: ARRAIS, Raimundo. **A capital da saudade**. Destruição e reconstrução do Recife em Freyre, Bandeira, Cardozo e Austregésilo. Editora Bagaço. Recife, 2006.

dos antepassados. Para ele, através deste estudo poderíamos viver a cidade por nós e pelos antepassados, buscando adivinhar como os seus olhos viam, o que os seus lábios expressavam, o que os seus pensamentos traduziam, o que as suas almas sentiam, etc. Então, somente assim, poderíamos encontrar no Recife “um sentido que transcende de mero núcleo civilizado para atingir as raias de um templo de nós mesmos.”⁸

Ao se utilizar de um discurso nostálgico nos seus livros de literatura e de história, nas suas crônicas disseminadas nas páginas de jornal e também em programas de rádio, ele buscou despertar nos seus leitores e ouvintes uma relação íntima e empática com o passado da cidade do Recife, usando para isso uma linguagem que deveria tocá-los profundamente com o objetivo de estimular neles uma forte sensação de pertencimento a um espaço/tempo perdido. Sua estratégia era construir uma memória afetiva sobre um passado imaginado, invocando uma cumplicidade através de um sentimento comum a ambos – leitor/ouvinte e escritor – de saudade e apego por esse passado, impossível de ser recuperado completamente.⁹

Mas isso não era feito sem se atentar para o tempo presente, pois é dele que Mário Sette parte “em busca do tempo perdido”. Seus textos não podem ser considerados como discursos puramente nostálgicos, como se houvesse um forte desejo de se voltar ao passado por se acreditar que ele fosse indiscutivelmente melhor. Aliás, ele até reconhecia certas melhorias alcançadas com o progresso, que garantiram asseio e praticidade à vida moderna, porém, para ele, elas custaram caro à cidade, que, para aderir à modernidade, teve que se desfazer do que havia de mais pitoresco e poético. Assim, quase que de forma ambígua, ele contava as histórias de seu Recife com o objetivo de fazer um resgate dos tempos remotos para que seus leitores e ouvintes pudessem sentir um misto de saudade e de orgulho por tudo que sua amada cidade passou ao longo do tempo.

Inclusive, Sette costumava dizer frequentemente que escrevia: “crônicas de um Recife que eu não quisera fosse ainda o que era, mas de que tenho saudade por haver deixado de ser o que foi”, como o fez na epígrafe do livro “Maxambombas e Maracatus”¹⁰, publicado em 1935. No entanto, apesar do seu esforço de tentar justificar sua intenção ao escrever esse tipo de narrativa histórica, construiu-se uma imagem sobre ele que o retratava como um saudosista, a qual Sette refutava veementemente. No livro “Arruar: História pitoresca do

⁸ SETTE, Mário. **Arruar: História pitoresca do Recife Antigo**. 4 ed. CEPE: Recife, 2018. p. 22.

⁹ ALMEIDA, Magdalena. **Mário Sette: o retratista da palavra**. Fundação de Cultura da Cidade do Recife. Recife, 2000.

¹⁰ SETTE, Mário. **Maxambombas e Maracatus**. Editora Casa do Estudante do Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro, 1958.

Recife Antigo”, de 1948, por exemplo, ele procurou rebater aqueles que o acusavam de passadista, deixando claro o que acreditava ser o seu modo de fazer história:

Não há saudosismo em recordá-lo. Nem desejo de que a vida houvesse parado. Há, porém, uma modalidade de amor a tudo o que desapareceu, e que se não foi nosso contemporâneo, terá sido de nossos bisavôs: cenário de sua infância, de seus amores, de suas preocupações, de suas atividades, de seus sonhos e de suas saudades também... Daí nossa ânsia de saber-lhes particularizadamente dos costumes, dos trajos, dos hábitos sociais. Essa existência longínqua e apagada é bem verdade que se projeta somente numa quase realidade através das velhas crônicas, dos romances, dos relatos verbais de pessoas idosas, numa carta, mas, sobretudo, nas páginas amarelcidas dos jornais da época.¹¹

“Arruar” foi o último livro publicado por Mário Sette antes de sua súbita morte, ocorrida em 1950, por complicações de um tumor cerebral. Em 1948, quando lançou o livro, ele já era um senhor de 62 anos de idade, funcionário aposentado dos Correios e Telégrafos de Pernambuco e um intelectual conhecido e reconhecido nacionalmente como jornalista, tradutor e principalmente como escritor de romances, crônicas, contos, novelas e livros de história. Ele também possuía uma longa carreira profissional como professor, na medida em que ensinou em várias escolas públicas e privadas de seu estado e também na Faculdade de Filosofia do Recife, onde dava aulas na disciplina de História do Brasil, desde 1941. Além disso, Mário Sette ainda ocupava há 26 anos a cadeira de número 40 na Academia Pernambucana de Letras (APL) e também era sócio do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), desde 1935.

Sua atividade literária teve início com a publicação de “Ao Clarão dos Obuses”, uma coletânea de crônicas sobre a 1ª Guerra Mundial, lançada em 1916. Dois anos depois, publicou “Rosas e Espinhos”, obra que conquistou o coração de Olavo Bilac¹². Durante as décadas de 1920, 1930 e 1940, ele escreveu livros de gêneros variados, indo desde romance, romance histórico, livros escolares, livros de história “social e pitoresca” voltados o público adulto, e até contos e novelas destinadas à *Biblioteca das Moças*, coleção de romances da Companhia Editora Nacional, por onde ele pôde exercer a função de tradutor de clássicos franceses¹³. Dentre as inúmeras obras de Mário Sette, destacaram-se: “O Palanquim Dourado” (1921), “Senhora de Engenho” (1921), “A filha de Dona Sinhá” (1923), “O Vigia da

¹¹ SETTE, Mário. *Op. cit.* 2018. p. 28-29.

¹² Em “Memórias Íntimas (caminhos de um coração)”, sua autobiografia, Mário Sette relata que soube que Olavo Bilac, em seu leito de morte, pediu a sua irmã Cora para reler um dos contos presentes no livro “Clarinha das Rendas”. In: SETTE, Mário. **Memórias Íntimas (caminhos de um coração)**. Fundação de Cultura Cidade do Recife. Recife, 1980. p. 103-104.

¹³ A *Biblioteca das Moças* fez sucesso entre as décadas de 1920 a 1960. Por ela, Mário Sette publicou “As contas do Terço” (1928) e traduziu do francês diversos *best-sellers* como: “As Solteironas dos Chapéus Verdes” (1929), “Casamento de Chiffon” (1930), “O Homem Sem Piedade” (1932), “Casada por Dinheiro” (1937).

Casa-Grande” (1924), “Velhos Azulejos” (1924), “Terra Pernambucana” (1925), “Instrução Moral e Cívica” (1926), “Sombras de Baraúnas” (1927), “Brasil, minha terra!” (1928), “As contas do Terço” (1928), “Seu Candinho da farmácia” (1932), “A mulher do meu amigo” (1933), “Maxambombas e Maracatus” (1935), “Os Azevedo do Poço” (1938), “Anquinhas e Bernardas” (1940), “Barcos a vapor” (1945) e “Arruar” (1948), entre outras.

É relevante ressaltar que entre as obras literárias de Mário Sette, “Senhora de Engenho” é a mais conhecida e aclamada e foi após a sua repercussão que ele foi reconhecido como o precursor do romance regionalista, embora essa atribuição não tenha sido unânime entre os críticos. “Senhora de Engenho” e “O Palanquim Dourado” foram publicados pela editora paulista Monteiro Lobato & Cia, de grande prestígio no meio intelectual da época e, segundo Laurence Hallewell, “a *única* firma dedicada exclusivamente à edição de livros” na São Paulo dos anos 1920¹⁴. Essa editora era de propriedade de Monteiro Lobato, que, durante os anos de 1918 a 1925, também dirigia a *Revista do Brasil*, um dos mais importantes impressos de caráter cultural no Brasil na época. Nessa consagrada revista de tom expressivamente nacionalista, Mário Sette atuou ora como colaborador assíduo, publicando textos desde 1916, ora como integrante do corpo de diretores regionais, cargo estratégico assumido por ele em 1919 na administração e distribuição das redes de assinaturas do periódico paulista em Pernambuco.

Acreditamos que ter publicado pela Monteiro Lobato & Cia e atuado na *Revista do Brasil* foi uma inflexão no curso de sua vida. Isso porque, fazer parte desses respeitáveis espaços de fermentação intelectual e de trocas afetivas (e também de disputas) possibilitou a Mário Sette a constituição de uma interessante rede de sociabilidade¹⁵ e de legitimação intelectual que influenciou no processo de divulgação e consagração de seu nome dentro e fora do Brasil. Assim, foi a partir de então que seu nome passou a ser associado à produção de uma literatura de cunho nacionalista e patriótica, mas, principalmente, regionalista, muito em voga na época.

Mário Sette também foi muito reconhecido pela sua atividade de divulgador e vulgarizador do conhecimento histórico. Ele teve uma atuação marcante e reconhecida como

¹⁴ HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil (sua história)**. T.A. Queiroz: USP. 3ª ed. São Paulo: 2017. p. 368.

¹⁵ SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: René Rémond (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: EdUftj / Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2003; SIRINELLI, Jean-François. “As elites culturais”. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 259-80.

um *conteur*, como o chamavam, dedicado à produção de crônicas históricas sobre o passado histórico, memorial e “das tradições nacionais”, voltadas para um amplo e diversificado público, utilizando para isso as mais variadas mídias da época. Ou seja, ele foi um intelectual que se especializou na prática da mediação cultural.

Nessa tese, vamos estudar justamente a atuação de Mário Sette como um intelectual mediador. Para isso, acreditamos ser possível dialogar com a categoria de intelectual elaborada por Jean François Sirinelli.¹⁶ Para esse autor, muito mais do que a elaboração de uma história dos “grandes nomes”, que valoriza uma extrema singularidade dos mesmos, a história dos intelectuais, que estava em processo de renascimento na década de 1970, deveria focar em compreendê-los como portas de entrada para o estudo de uma época, dos movimentos culturais/sociais bem como uma maneira de se apreender a relação existente entre a produção de ideias políticas e sua difusão/apropriação. Isso porque, acredita que os novos estudos sobre os intelectuais deveriam ser “um campo histórico autônomo que, longe de estar fechado sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural”.¹⁷ Sirinelli também aponta para uma definição polissêmica da categoria, afirmando que os intelectuais formam um grupo amplo, multifacetado e de geometria variável, apesar de baseada em invariantes que desembocam em duas acepções: uma mais ampla e sociocultural, que engloba os criadores e mediadores, e outra mais restrita, fundamentada na ideia de engajamento. Para nossos estudos, vamos focar principalmente na definição mais ampla, pois achamos que ela pode nos proporcionar uma boa reflexão para a investigação proposta na tese.

Além disso, e corroborando com essa noção de intelectual, nos interessa também o conceito de *homens-duplos*, elaborado pelo historiador francês Christophe Charle.¹⁸ De acordo com o autor, esses são sujeitos envolvidos nas atividades de mediação entre dois níveis culturais supostamente separados: o erudito e o “popular”. Como integrante dos “dois mundos”, os *homens-duplos*, que também podem ser entendidos como intelectuais mediadores, tem a função de divulgar para o público as novas tendências e descobertas da ciência e da arte, ao mesmo tempo em que devem registrar, acompanhar, discutir ou sugerir aos produtores (criadores) culturais o que é aceitável ou não para esse público a que se dirigem. Dessa forma, eles também atuam como *passer* por executarem um papel

¹⁶ SIRINELLI, *Op. cit.* 2003.

¹⁷ SIRINELLI, *Ibid.* 2003. p. 232.

¹⁸ CHARLE, Christophe. “Le Temps des hommes doubles.” *Revue d'histoire moderne et contemporaine/Société d'histoire moderne*. 39. 1992. p. 73-85.

pedagógico em uma sociedade, na medida em que, por meio de estratégias muito próprias, que fazem deles também criadores de novos produtos culturais, possibilitam ao público a “passagem” para o conhecimento, contribuindo com a sua apropriação.

Outra referência teórica importante para a nossa pesquisa é Jesús Martín-Barbero, que vai discutir as práticas de mediação cultural¹⁹. Ao se contrapor às ideias difundidas pela Escola de Frankfurt e pelos teóricos marxistas da comunicação, que viam os meios de comunicação de massa e a indústria cultural como instrumentos de manipulação da sociedade, ele elaborou sua teoria a partir da premissa de que a mídia por si não é produtora de seres humanos passivos e meros receptores das informações transmitidas. Ou seja, para ele não existe uma relação unilateral entre “um emissor dominante e um receptor dominado, pois entre esses dois pólos há uma intensa troca de intenções na cadeia comunicacional”²⁰. Desse modo, em vez de analisar os meios de comunicação, sua atenção vai se voltar, principalmente, para a própria relação estabelecida nas práticas de mediação, ressaltando que o público seria bem mais do que um mero receptor de mensagens, mas um integrante importante do processo de comunicação, capaz de se apropriar do conteúdo da mensagem e tecer interpretações baseadas nos valores sociais que defende. Assim, Martín-Barbero, ao construir sua teoria a partir das proposições dos Estudos Culturais, corrobora com a quebra de perspectiva que propõe uma hierarquia dicotômica que coloca de um lado os criadores (pertencentes à cultura erudita) e do outro os mediadores (não pertencentes à alta cultura).

Essas teorias foram apropriadas e adaptadas ao contexto brasileiro por Ângela de Castro Gomes, em seus estudos mais recentes²¹, e perpetuadas por muitos historiadores e historiadoras brasileiros nos últimos tempos²². Em um livro organizado e publicado pela

¹⁹ MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios a mediação: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ/Editora UFRJ, 1997.

²⁰ DANTAS, José Guibson Delgado. “Teoria das Mediações Culturais: Uma Proposta de Jesús Martín-Barbero para o Estudo de Recepção”. **Intercom**. X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. São Luís, junho de 2008.

²¹ Para saber mais sobre a produção de Angela de Castro Gomes a respeito da categoria de intelectuais mediadores, ver: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia (Orgs.) **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 2016; GOMES, Angela de Castro. “A biblioteca de Viriato Corrêa: incursões sobre a leitura e a escrita de um intelectual brasileiro”. In: DUTRA, Eliana de Freitas (Org). **O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente**. Ed. Autêntica. Belo Horizonte, 2013; GOMES, Angela de Castro. “História de Chinelo: o ensino de história através do rádio no Brasil dos anos 1950”. In: ROCHA, Helenice, MAGALHÃES, Marcelo, GONTIJO, Rebeca (orgs). **O ensino de história em questão: cultura histórica, usos do passado**. Ed. FGV, Rio de Janeiro, 2015; GOMES, Angela de Castro. “A escrita da história nos palcos. Teatro histórico e crítica literária na Marquês de Santos”. **Varia História**, vol. 34, n. 66. Belo Horizonte, p. 669-698, set/dez 2018.

²² Nos últimos anos, muitos estudos sobre os intelectuais mediadores foram publicados no Brasil, sejam artigos de livros, revistas, comunicações orais em encontros, etc. Dentre os materiais publicados, podemos ressaltar um dossiê intitulado: “Imprensa e Mediadores Culturais: ciência, história e literatura”, lançado em 2018 pela **Revista**

autora e também por Patrícia Hansen, em 2016, intitulado “Intelectuais mediadores, práticas culturais e ação política”, elas focam suas análises nas práticas de mediação desenvolvidas por um grupo específico de intelectuais que se especializaram em tal tarefa: os intelectuais mediadores²³. Segundo as historiadoras, foi exatamente pelo fato deles terem se dirigido a um público amplo e diversificado, formado por pessoas não especializadas nos saberes científicos e artísticos, por terem se utilizado de veículos de grande disseminação, e também de estratégias de linguagens normalmente consideradas simplistas e esquemáticas, que os intelectuais mediadores e seus produtos culturais foram frequentemente vistos como menores e menos valiosos. No entanto, apesar da falta de reconhecimento de sua prática de mediação cultural e de seu tipo de produção intelectual, os intelectuais mediadores, ao exercerem atividades variadas como de edição, tradução, curadoria, crítica de arte ou divulgação científica, possuem um papel estratégico nas áreas da cultura e da política de uma determinada sociedade. Sua prática está intrinsecamente ligada à ação pedagógica, pois eles têm uma função importante para a construção de memórias individuais e coletivas, regionais e nacional, e também nos processos de construção de identidades.

O foco principal das autoras foi divulgar estudos sobre o conjunto de intelectuais mediadores que atuaram no Brasil durante a primeira metade do século XX, uma vez que esse período é considerado como crucial para a legitimação e consolidação do regime republicano e para a formação de uma identidade e memória nacional. Foi durante esse tempo que os mais variados grupos de intelectuais e artistas se mobilizaram, cada um à sua maneira, para a construção do que se convencionou chamar de pensamento social brasileiro, com o intuito de promover estudos que visassem conhecer a fundo o Brasil e também buscar diagnósticos para seus “males” e seu atraso, na intenção de solucioná-los. Esse também foi um momento de discussões acerca dos aspectos positivos e negativos da modernidade e da modernização que invadia o país de forma avassaladora.

A preocupação central que envolvia esses debates era, sobretudo, a busca da verdadeira “essência” da nacionalidade brasileira e a construção de uma identidade nacional. Para “abrasileirar o Brasil” e despertar nos brasileiros sentimentos identitários e nacionalistas

Varia História, no qual contém artigos de vários historiadores(as) que vêm se dedicando as práticas de mediação cultural, com destaque para os textos de autoria da editora-chefe da revista, Ana Paula Sampaio Caldeira, também para o de Kaori Kodama. Ver: **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 34, n. 66, p. 585-589, set/dez 2018. Além dele, também destacamos o livro “Mediações e mediações culturais: escritores, artistas e divulgadores”, publicado em 2021. Ver: COSTA, Karine Lima; PIAZZA, Maria de Fátima Fontes; MEDEIROS, Talita Sauer. **Mediações e mediações culturais: escritores, artistas e divulgadores**. Casa aberta editora. Itajaé, SC. 2021.

²³ GOMES, *op. cit.* 2016.

foram gestados projetos culturais de grande relevância na época, com destaque para os modernismos e regionalismos. Além deles, também foram elaborados projetos cívico-pedagógicos de grande amplitude, envolvendo os campos da política e da cultura, os quais se desenvolveram sobretudo após a Primeira Guerra Mundial. Houve, nessa época, um investimento pesado na promoção de inúmeros escritos literários e pesquisas científicas nos campos da geografia, da história, do folclore, da antropologia, da etnografia, e etc. que ainda estavam em processo de consolidação de sua cientificidade enquanto disciplinas. Também foram criados museus, institutos históricos e academias de letras; foram organizadas numerosas comemorações cívicas de centenários de eventos históricos e de glorificação de heróis nacionais e regionais. Sem falar na mobilização para o aprimoramento da educação nacional, através de campanhas de alfabetização, e no grande investimento no mercado de livros, que cresceu de forma monstruosa, sobretudo durante a década de 1930.

Foi principalmente durante as décadas de 1920 e 1930 que houve forte incentivo na produção de livros escolares para jovens e crianças e livros de divulgação e vulgarização do conhecimento científico. Além disso, sabia-se também do grande valor dos jornais, e, especialmente durante o Estado Novo, das peças de teatro e do rádio, como veículos interessantes para garantir uma maior disseminação dos valores e ideologias que se queria passar na época. A ideia era formar um vasto e variado público leitor das diversas mídias modernas para que ele pudesse compreender e alcançar os valores patrióticos e identitários formulados e disseminados por meio delas. Existia ainda uma grande necessidade de que esse público leitor aderisse a uma cultura política e uma cultura histórica²⁴ republicana que se queria valorizar no período. Para que isso fosse possível, o conteúdo abordado deveria ser

²⁴ O conceito de cultura política vem sendo muito utilizado pelos historiadores nas últimas décadas, pois ele pode ser útil para explicar/interpretar o comportamento político de atores sociais, sejam eles individuais ou coletivos, em um determinado contexto histórico, partindo do princípio de que existe uma diversidade de culturas políticas em uma mesma sociedade. É importante destacar também que este conceito foi relacionado ao de cultura histórica, uma vez que o processo de constituição de uma cultura política incorpora sempre uma leitura do passado. Dessa forma, como apontou Angela de Castro Gomes: “Estudar uma cultura política, sua formação e divulgação – quando, quem, através de que instrumentos – seria igualmente entender ‘como’ uma interpretação do passado (do presente e do futuro) foi produzida e consolidada através do tempo, integrando-se ao imaginário ou à memória coletiva de grupos sociais, inclusive, nacionais.” In: GOMES, Angela de Castro. “Cultura política e cultura histórica no Estado Novo”. In: ABREU, Martha; SOIHET, Raquel; GONTIJO, Rebeca (org.). **Cultura Política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2007. p. 48. Para saber mais sobre os conceitos de cultura política e cultura histórica, ver: DUTRA, Eliana Freitas. “Histórias e culturas políticas. Definições, usos, genealogias”. **Varia História**. n 28. UFMG. Dezembro, 2002; BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: RIOUX, J.P.; SIRINELLI, J.F. (Dir.). **Para uma História cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia”. In: _____ (org.). **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009. p. 13-39.

disseminado através de narrativas acessíveis, que pudessem ser entendidas por todos, não só pelas suas capacidades cognitivas, mas também pelas emoções²⁵.

Mas quem foram os intelectuais engajados nessa empreitada? Quais foram os que se especializaram na disseminação do conhecimento científico? Nessa tese, vamos contribuir com os estudos que defendem a existência de um conjunto de intelectuais que, durante a primeira metade do século XX, exerceram de forma primorosa a mediação cultural e encararam tal tarefa como verdadeiros “pedagogos da nacionalidade”.²⁶

Nesse contexto, portanto, entendemos que Mário Sette pode ser considerado como um exemplo paradigmático de intelectual mediador, na medida em que ele se especializou na produção de uma história ensinável²⁷ direcionada ao grande público de “não iniciados” (que podia estar dentro ou fora das escolas) utilizando mídias de grande disseminação como o rádio, livros, periódicos, livros de leitura, dentre outros, ou mesmo por sua atuação como professor de história. Ou seja, ele foi um intelectual que se dedicou à tarefa de contar as histórias do Brasil de maneira fácil e acessível com o objetivo de incentivar o gosto do seu leitor pela história. Nesse sentido, podemos considerar que seu interesse enquanto mediador não era atingir um público de pares, íntimo dos métodos historiográficos e pertencente aos “pequenos mundos” dos Institutos Históricos, lugares de sociabilidade de eruditos e de produção e controle de discursos científicos. Ao contrário, seu desejo principal era atingir um amplo e diversificado público de leitores e ouvintes que se deixavam facilmente seduzir por uma narrativa simples e instigante sobre o passado.

Porém, o fato dele ter se voltado para a produção de um conteúdo de entretenimento não significa que tenha elaborado algo menos sério e menos comprometido eticamente, isto é, algo oposto de uma iniciativa científica. Longe disso, Mário Sette fez parte do conjunto de intelectuais brasileiros que, ao atuarem como mediadores durante a primeira metade do século XX, tiveram uma relevância social, cultural e política muito importante, pois, por meio de ações pedagógicas, contribuiu de forma incisiva para a construção de símbolos cívicos e

²⁵ POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989; POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

²⁶ GOMES, Angela de Castro. “Educação, ciência e edição: consagração intelectual, dos periódicos às coleções”. *Revista Brasileira de História da Ciência*. v. 7. Rio de Janeiro, p. 6-15, 2014.

²⁷A utilização da categoria “história ensinável” e não “história escolar” está associada ao fato de a produção histórica elaborada pelos intelectuais mediadores destinar-se ao grande público de leitores não especializados, que em grande parte estavam fora das escolas, mas também podiam pertencer a elas. In: GOMES, Angela de Castro. “A Marquesa de Santos: história, memória e ficção histórica no Brasil da primeira metade do século XX”. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 45, p. 90-103, 2019.

patrióticos para a consolidação de uma cultura histórica republicana e também com a elaboração de identidades e memórias, nacional e/ou regional.

Retomando a trajetória intelectual do autor de “Arruar”, aos 62 anos de idade, ele já tinha feito seu nome como um importante escritor de livros de história voltados para as crianças. Dentre as suas várias publicações dedicadas ao ensino de História do Brasil, uma que fez sucesso entre os leitores-mirins de Pernambuco foi “Terra Pernambucana”, de 1925, adotada pela rede de ensino público e particular do seu estado, de 1925 a 1940. Em 1948, esse livro já contava com 8 edições, sendo a última delas publicada em 1942, e era um sucesso no mercado editorial regional, com cerca de 17 mil exemplares impressos no total até então²⁸. Outro livro desse mesmo gênero que foi utilizado na época pela rede de escolas de vários estados do Brasil, com destaque para Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Norte, foi “Brasil, minha terra!”, que, por volta do final da década de 1940, já estava na sua 12ª edição²⁹. Lançado em 1928, esse livro teve grande êxito e repercussão no mercado editorial brasileiro, sendo publicado pela Editora Companhia Melhoramentos, uma das editoras de maior ressonância na venda de livros infantis e escolares do Brasil na época.

Essas obras estavam inseridas num extenso conjunto de livros que ficaram conhecidos durante as primeiras décadas do século XX como livros de leitura³⁰. Esse foi um gênero específico da literatura escolar que surgiu nos primeiros anos da República como uma nova modalidade narrativa voltada especialmente para os alunos das escolas primárias, com a função de suprir as deficiências da educação formal que parecia não dar conta do atraso brasileiro³¹. Os livros de leitura apareceram a partir da necessidade de se produzir uma literatura escolar estritamente nacional, voltadas para temáticas, linguagens, personagens e cenários, disponíveis na história e na literatura brasileira, como foi defendido por José

²⁸ É importante salientar que, após a morte de Mário Sette, ocorrida em 1950, “Terra Pernambucana” teve mais duas edições lançadas, a 9ª em 1968, e a 10ª publicada em 1981 pela Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, em parceria com a Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Recife, em homenagem ao centenário do finado escritor.

²⁹ “Brasil, minha terra!” recentemente ganhou mais uma edição, a de número 15, lançada em 2022 pela editora paulista “Livros Vivos” em comemoração aos 200 anos da Independência do Brasil.

³⁰ Entre os livros de leitura que faziam sucesso entre os leitores-mirins durante as primeiras décadas do século XX, podemos destacar: “Contos pátrios” do poeta Olavo Bilac e Coelho Neto (1904), “Histórias de nossa terra” (1907), de autoria de Júlia Lopes de Almeida, “Através do Brasil” (1910) de Olavo Bilac e Manoel Bomfim, “Alma” (1910) de Coelho Neto, “Primeiras Saudades” (1920) de Manoel Bomfim, “Crianças e homens” (1922) Manoel Bomfim; “Coração Brasileiro” (1925) de Faria Neto, “Contos da História do Brasil” (1927) de Viriato Corrêa, dentre muitos outros.

³¹ BOTELHO, André. **Aprendizado do Brasil: a nação em busca dos seus portadores sociais**. Editora da UNICAMP: Campinas/SP: 2002.

Veríssimo no livro “Educação Nacional”, escrito em 1890³². Isso porque, até o final do século XIX, a literatura infantil produzida no Brasil era, em sua maioria, derivada da tradução de clássicos europeus para o português, o que impunha verdadeiros obstáculos à compreensão dos seus pequenos leitores.

Além disso, os livros de leitura eram essencialmente distintos dos compêndios e manuais escolares, nas formas narrativas, na construção dos enredos e, sobretudo, nos personagens que, embora fossem praticamente os mesmos, se diferenciavam no comportamento, pois, nestes livros, eles se comportavam quase como pessoas reais, o que servia como forma de inspirar os pequenos leitores e estimular neles a obrigação de cumprir seus deveres cívicos e patrióticos³³. Dessa forma, os livros de leitura serviam como disseminadores de uma História do Brasil atrelada ao projeto cívico-pedagógico elaborado no início da República, que visava criar uma cultura histórica republicana, construir identidades individuais e coletivas e formar uma memória nacional.

Em 1948, Mário Sette também já possuía certo prestígio como divulgador do conhecimento histórico e, portanto, escritor de livros de história voltados para o público adulto não iniciado, o que lhe deu credibilidade para a publicação e êxito de “Arruar”, considerado o livro síntese de sua obra histórica. Seus livros desse gênero que tiveram maior impacto e repercussão foram lançados durante as décadas de 1930 e 1940, sendo os mais conhecidos: “Maxambombas e Maracatus” (1935), “Anquinhas e Bernardas” (1940), “Barcas a vapor” (1945), e por fim, “Arruar” (1948). Estas são obras formadas por compilações de crônicas históricas, nas quais ele visava proporcionar valiosas lições de uma História do Brasil, mais precisamente, de Pernambuco e de Recife, marcadas por um tom evocativo e pelo valor atribuído aos aspectos sociais e pitorescos do passado. Nessas crônicas, Mário Sette narrou como que em “pitadas” fatos curiosos acerca dos costumes, do cotidiano, do folclore e das lendas do seu estado e de sua cidade, entregando ao leitor *miudezas* desse passado com a finalidade de atraí-lo e provocar nele um sentimento de saudade e de apego por um passado que já não existia mais.

Essas crônicas históricas não foram divulgadas apenas nos seus livros, pois o velho escritor também possuía uma trajetória renomada como jornalista, o que era comum entre os intelectuais brasileiros da primeira metade do século XX. Mário Sette colaborou assiduamente

³² BOTELHO, *Ibid*, 2002.

³³ GOMES, Angela de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2009. p. 150.

em diversos periódicos e revistas de todo o Brasil até o final de sua vida, com destaque para a *Revista do Brasil*, o *Boletim de Ariel*, a *Revista Brasileira*, o suplemento *Letras e Artes*, presente no jornal *A Manhã* e o *Jornal do Brasil*, onde publicou textos em uma sessão de título “Crônicas pernambucanas”, durante os anos 1940. Em Pernambuco, ele firmou seu nome nos principais jornais do estado, como o *Diário de Pernambuco*, *A Província*, *Jornal do Commercio*, e, especialmente, no *Jornal Pequeno*, no qual colaborou de 1909 até 1950, ano em que faleceu. Neste periódico, ele teve colunas e seções, como, por exemplo, as que possuiu na década de 1910: uma de título “Registrando”, onde escreveu com o pseudônimo de Marcelo sobre “fatos da cidade e da vida do país”; e outra que se chamava “Cinema”, na qual tratava do cinematógrafo, novidade que chegava ao Recife no início do século XX³⁴. Porém, dentre as suas colunas, a que mais nos chamou atenção foi “Pernambuco das anquinhas e das maxambombas”, a qual dividiu a assinatura com o jornalista Fernando Pio no ano de 1931. Foi a partir dela que ele iniciou a produção de suas “crônicas de evocação”, como ele gostava de chamar, que fizeram sucesso ao despertar interesse nos leitores “pelos dias de ontem do Recife”.³⁵

Segundo Mário Sette, essa coluna foi fruto de pesquisas feitas por ele nas coleções de jornais antigos do Recife, presentes nos arquivos do Gabinete Português de Leitura. Apaixonado pelos arquivos e bibliotecas, suas investigações históricas extrapolavam os limites da documentação oficial, na medida em que buscava fontes alternativas para a sua escrita da história “social e pitoresca”. Ao fugir de uma história puramente político-administrativa (na qual se incluía também a história militar, diplomática e geográfica), Mário Sette se voltava para fontes que permitissem uma reconstituição multifacetada da vida, dos costumes e das práticas sociais dos homens e mulheres do passado. Dessa forma, nas suas “crônicas de evocação”, ele costumava fazer a análise das fontes fabricadas a partir do encontro com as páginas dos periódicos antigos, com a escrita de cronistas do século XIX, com antigos diários, lendas, canções e versos populares, cartões-postais, gravuras, testemunhas orais e também com a sua própria memória, misturando história com elementos ficcionais, frutos de sua imaginação.

Porém, é legítimo afirmar que o exame de uma gama variada de fontes e a elaboração de uma escrita de uma história “social e pitoresca” não era de jeito nenhum uma prática

³⁴ Sobre sua colaboração no *Jornal Pequeno*, Mário Sette expôs: “Devo a Manuel Medeiros minha apresentação a Tomé Gibson, que me abriu as colunas de seu jornal. A minha primeira crônica ‘registrou’ o início das obras do porto.” In: SETTE, *Op. cit.* 1980. p. 93.

³⁵ SETTE, *Ibid.* p. 120.

atribuída somente aos intelectuais mediadores, muito menos apenas à Mário Sette. Durante a primeira metade do século XX, principalmente entre os anos de 1908 a 1938, momento de grande articulação para redimensionar a produção historiográfica e da memória nacionais, os historiadores do IHGB (Instituto Histórico Geográfico Brasileiro), vistos como “historiadores propriamente ditos”, vão discutir questões importantes sobre o seu *métier* e seu texto histórico, visando construir um tipo de produção que passou a se chamar “história moderna”³⁶. Nesse período, a história dita social passou a ser mais valorizada, na medida em que se esperava do historiador o “traçado da ‘vida de uma região’ em certa ‘época’”, o que se podia encontrar, por exemplo, nos escritos de Oliveira Lima, quando em seu livro “Dom João VI no Brasil, 1808-1821”, de 1908, trouxe os aspectos sociais da cidade do Rio de Janeiro no século XIX, ou mesmo em Alcântara Machado, que ressaltou referências dos “homens e mulheres” de São Paulo durante os séculos XVI e XVII.³⁷ Portanto, nas palavras de Ângela de Castro Gomes, os historiadores qualificados na época de “modernos” eram escritores eruditos que analisavam com rigor metodológico uma vasta e variada quantidade de fontes, dando sentido a elas:

ainda interessados em “fatos”, sabem a eles dar sentido processual. Sabem, portanto, “aproveitar” os documentos consultados e como que “pintar” um quadro da vida da comunidade (local, regional, nacional) que estão examinando. Essa demanda é igualmente imperiosa para os livros escolares, que definitivamente devem deixar de ser manuais enfadonhos e ininteligíveis, onde se listam nomes, datas e o que bem se deseja, sem critério de valor. Este fato geral, aliás, é apontado como razão do desprestígio do saber histórico e do desinteresse absoluto que a disciplina suscitava entre os estudantes secundários.³⁸

Além disso, foi comum entre os historiadores da época a produção de uma história pitoresca. Entre os recifenses, destacamos o folclorista e historiador Pereira da Costa (1851-1923), que, em sua obra “Folk-lore pernambucano”, de 1909, utilizou a linguagem oralizada do povo como elemento constitutivo da obra, invocando o folclore como elemento que integrava a identidade brasileira³⁹; e também o secretário perpétuo do IAHP, historiador e jornalista, Mário Melo (1884-1959), que teve uma produção marcada pela escrita de uma história pitoresca de Pernambuco, certamente voltada para um público que estava fora dos círculos eruditos. Seus livros “Dentro da História” (1931), “Aspectos da História” (1935) e “Relances da História” (1956), são exemplares quando se trata desse tipo de produção

³⁶ GOMES, Ângela de Castro. “Gilberto Freyre: algumas considerações sobre o contexto historiográfico de Casa Grande e Senzala”. **Remate de Males**, Campinas, n.20, p. 47-57, 2001.

³⁷ GOMES, Ângela de Castro. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro: FGV, 2013. p. 123.

³⁸ GOMES, *Ibid.* 2013. p. 123.

³⁹ TEIXEIRA, Tássia Brandão. “F. A. Pereira da Costa e o Folclore pernambucano: Escritas da História”. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH**. São Paulo, 2011.

historiográfica. Aliás, segundo Raimundo Arrais, a história pitoresca é um gênero específico praticado pelos intelectuais recifenses que se dedicaram à reconstrução do passado de sua cidade. Para esse autor, o pitoresco seria, assim, “o gênero apropriado à evocação por parte daquele que deseja se voltar para o passado tocado por uma intenção carregada de saudade, fazendo uso, mesmo que discreto, dos recursos da imaginação”.⁴⁰

Dessa forma, quando Mário Sette iniciou a sua produção historiográfica, seja em formato de livros de leitura, crônicas jornalísticas ou radiofônicas, ou mesmo em livros de história voltados para os adultos não iniciados, já havia um clima favorável para o seu modo de escrever história, no que diz respeito a sua natureza e ao uso de fontes. Ou seja, desde as primeiras décadas do século XX, já estava se formando no país uma tradição intelectual empenhada em refletir e modificar a forma como se escrevia a História do Brasil, que questionava o modelo positivista centrado no fornecimento de informações que privilegiavam os aspectos políticos e administrativos de nossa história nacional.

Não podemos nos esquecer que o autor de “Arruar” também explorava as ondas do rádio para disseminar as suas narrativas históricas. Ele irradiou suas crônicas pela Rádio Clube de Pernambuco, de prefixo PRA-8, em um programa de título *Hora da Saudade*, entre os anos de 1936 e 1944, com uma interrupção de 1938 a 1943, e também na recém-inaugurada em 1948, Rádio Jornal do Commercio, do Recife, na qual teve o programa chamado *Evocações*, que foi ao ar todas às quintas-feiras às 21h30, de 1948 a 1949. Além disso, ele também participou de *broadcastings* de grande irradiação nacional e até internacional, como, por exemplo, no *Programa da Saudade*, da Rádio Difusora de São Paulo, de propriedade de Décio Silveira Pacheco, em 1938, e nas rádios inglesas: A voz de Londres e British Broadcasting Corporation (B.B.C), durante os anos de 1943 e 1945.

Mas devemos voltar para onde tudo começou. Mário Sette cruzou nosso caminho a alguns anos atrás. Entre os anos de 2015 e 2017, durante o mestrado que realizamos na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), quando nos debruçamos nos estudos sobre a atuação de Mário Melo como intelectual mediador, uma questão nos instigou a curiosidade e nos impulsionou a realizar nossa pesquisa de doutorado. Além de Mário Melo, quais eram os outros intelectuais pernambucanos que, durante a primeira metade do século XX, também tiveram uma participação ativa como divulgadores e vulgarizadores do conhecimento histórico nas mídias modernas da época?

⁴⁰ ARRAIS, *Op. cit.* 2006. p. 40.

As incursões na leitura da historiografia acerca do assunto nos levaram a vários trabalhos acadêmicos sobre a trajetória de alguns intelectuais mediadores que atuaram em vários estados do Brasil. Destacam-se, por exemplo, nomes como o de Viriato Corrêa⁴¹, objeto de várias pesquisas acadêmicas, Ramiz Galvão⁴², e Jonathas Serrano⁴³, no Rio de Janeiro; Paulo Setúbal⁴⁴, em São Paulo; Assis Cintra⁴⁵ em Minas Gerais; Érico Veríssimo⁴⁶, em Porto Alegre; Mário Melo⁴⁷ em Pernambuco, dentre outros. Porém, apesar da relevância desse conjunto numeroso que compõe os intelectuais mediadores no mercado de bens culturais e sua contribuição para a elaboração de projetos cívicos-pedagógicos, percebemos que ainda há poucos estudos acerca do assunto.

Uma das razões para tal negligência tem a ver com o fato de que, durante muito tempo, esses sujeitos foram entendidos como meros mediadores entre os “grandes intelectuais”, considerados gênios criadores de produtos culturais de uma época, e o grande público. Como já apontamos, em uma questionável hierarquia de valores, o trabalho de mediação cultural elaborado por esses intelectuais foi visto como “inferior”, e por isso, não foi levado a sério como uma atividade significativa. No entanto, não buscamos reduzir a categoria de intelectual mediador a uma dicotomia rígida entre criadores e mediadores, pois tal divisão já foi amplamente contestada. Nosso objetivo é contribuir com a historiografia especializada sobre o assunto, destacando que, ao desempenharem a função de mediadores,

⁴¹ Sobre Viriato Corrêa e sua obra, há os trabalhos recentes da historiadora Angela de Castro Gomes, já citados, os de José Ricardo Oriá e também os de Vanessa Cavalcante. Ver: FERNANDES, José Ricardo Oriá. **O Brasil contado às crianças: Viriato Corrêa e a literatura escolar para o ensino de História (1934-1961)**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2009; CAVALCANTE, Vanessa. **O teatro de Viriato Corrêa: uma escrita da História para o povo brasileiro**. Dissertação de mestrado. Fundação Getúlio Vargas (FGV). Rio de Janeiro, 2012.

⁴² Ver: CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. **O bibliotecário perfeito: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. 2015.

⁴³ Ver: SILVA, Giovane José da. **Universidade do Ar: Jonathas Serrano e a formação dos professores de história pátria pelas ondas do rádio**. GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia (Orgs.) **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 2016. p. 289-327.

⁴⁴ Ver: GOMES, Angela de Castro. “A Marquesa de Santos: história, memória e ficção histórica no Brasil da primeira metade do século XX”. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 45, p. 90-103, 2019.

⁴⁵ Ver: MACHADO, Felipe Luiz Borges. **Assis Cintra: uma outra História. O limiar da história e outros lugares da historiografia brasileira**. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Minas Gerais, 2004.

⁴⁶ Ver: RODRIGUES, Maria Cristina de Matos. “De Tibicuera a Florianópolis: as mediações de Erico Veríssimo.” In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia (Orgs.) **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 2016. p. 331-365; GOMES, Angela de Castro. “*As Aventuras de Tibicuera*: literatura infantil, História do Brasil e política cultural na Era Vargas”. **Revista USP**, São Paulo, n.59, p. 116-133, setembro/novembro 2003.

⁴⁷ Ver: CAVALCANTI, Amanda A. M. **Cadê Mário Melo: Um historiador do IAHGP pelas ruas do Recife**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Rio de Janeiro, 2017; SILVA, Wagner Carlos da. **NA TRINCHEIRA DO IAHGP: A trajetória do historiador Mário Melo**. Tese de doutorado. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, 2021.

essas figuras conferiram novos significados aos produtos culturais, podendo ser reconhecidas como criadoras de um conhecimento especializado que desempenhava uma função social de extrema importância.

Ao nos depararmos com Mário Sette e sua extensa produção literária e histórica foi admiração à primeira vista, pois sua relevância como literato, historiador, jornalista, professor e radialista é incontestável. Porém, apesar de percebermos o valor inegável desse intelectual recifense, existem poucos estudos sobre a sua trajetória e sua obra. Seu nome passou a ser visto com maior interesse pela academia somente após a publicação da tese de Neroaldo Pontes de Azevedo, de título “Modernismo e regionalismo. Os anos 20 em Pernambuco”, defendida em 1984, na qual o autor constatou a importância de Mário Sette, e sobretudo de seu livro “Senhora de Engenho”, para o estudo do regionalismo literário do Nordeste. A partir desse trabalho, outros surgiram, principalmente associados ao campo da crítica literária, os quais ressaltaram a relevância e o alcance de “Senhora de Engenho” como uma das primeiras obras a explorar o tema dos engenhos e também como o projeto antecipador do regionalismo literário nordestino. Dentre esses, estão: a dissertação de mestrado de Moema Selma D’Andrea, intitulada “A tradição re(des)coberta. (O pensamento tradicionalista de Gilberto Freyre no contexto das manifestações culturais e/ou literárias nordestinas)”, de 1987, e a tese de Luís Bueno, “Uma História do romance brasileiro de 30”, de 2001.

Mas essas produções acadêmicas não trazem Mário Sette como sujeito central do trabalho. Isso aconteceu somente na tese de doutorado da historiadora Magdalena Almeida, de título “Mário Sette o retratista da palavra”, a qual foi premiada no ano 2000 na categoria ensaio pelo “Prêmio Jordão Emerenciano” do Conselho Municipal de Cultura da cidade do Recife. Neste trabalho, a autora tece uma análise da obra literária e historiográfica de Mário Sette, levando em consideração o diálogo entre a história e a literatura.

Diante desse quadro, acreditamos ser imprescindível a elaboração de mais um trabalho que chame a atenção da comunidade acadêmica para a importância desse intelectual pernambucano. No entanto, levando em consideração o grande volume e diversidade da produção intelectual de Mário Sette, achamos prudente fazer um recorte e analisarmos principalmente sua produção voltada para a mediação cultural. Sendo assim, o objetivo central desta tese é promover um estudo sobre a trajetória de Mário Sette, investigando especificamente a sua atuação como um intelectual mediador, com o foco na análise de sua produção de livros de história direcionados tanto para crianças quanto para adultos, publicados durante as décadas de 1920, 1930 e 1940 e também produção de crônicas

históricas para o rádio. Além disso, temos o interesse de investigar ainda as memórias construídas sobre ele, as quais o consagraram como um dos intelectuais pernambucanos que atuaram na criação de um sentimento de *pernambucanidade*. Dessa forma, nossa hipótese é que Mário Sette, como um intelectual mediador, contribuiu de forma incisiva para a construção de uma cultura histórica republicana no estado e também para a formação de identidades nacional, regional e, sobretudo, local, com destaque para a produção de uma sensibilidade instauradora de uma forma de ver e dizer o estado de Pernambuco, durante a primeira metade do século XX.

Para entendermos a sua relevância para a formação de sentimentos identitários em Pernambuco, achamos útil nos concentrarmos também na noção de “intelectual de província”, defendida pela argentina Ana Teresa Martínez, na medida em que acreditamos que podemos considerá-lo enquanto tal.⁴⁸ Isso porque, longe de ter sido consagrado como um grande nome das letras nacionais, vamos defender que Mário Sette pode ser visto como um intelectual extra-cêntrico, pelo fato dele ter sido um autor que se dedicou principalmente a escrever sobre aspectos regionais e locais. Ao analisar sua produção intelectual a ideia é tentar perceber o que é invisível ao centro do país, isto é, o que emerge da particularidade do lugar de onde fala o autor, visando, portanto, romper com as interpretações que valorizam as instâncias nacionais como centros únicos de difusão de ideias.

Para analisarmos seus livros, vamos dialogar com os estudos referentes à história do livro e da leitura elaborados por Roger Chartier. Segundo o autor, não se pode pensar os livros como textos restritos às suas estratégias de escrita sem se levar em consideração a materialidade do suporte em que está ancorado, os atores e os diversos contextos em que estão envolvidos.⁴⁹ Dessa forma, ele propõe que uma análise completa dos impressos e das leituras deve ter como base dois dispositivos: os procedimentos de produção de textos e os de produção de livros.

Nessa linha de pensamento, para investigar os processos de produção dos textos, devemos ir em busca das senhas inscritas neles, instruções que podem estar implícitas ou explícitas no texto, as quais o autor inscreve em sua obra, de maneira consciente ou não, com o objetivo de direcionar a leitura de acordo com as suas intenções. Nas palavras do autor:

⁴⁸ MARTÍNEZ, Ana Teresa. “Intelectuales de provincia: entre lo local y lo periférico”. **Primas** – Revista de História Intelectual. Vol. 17. n. 2. Universidad de Quilmes Bernal. Argentina. Dezembro de 2013. p. 169-180.

⁴⁹ CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Editora UNB. 2ª ed. 1998; CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução: Maria Manuela Galhardo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel. 2002.

Existe aí um primeiro conjunto de dispositivos resultantes da escrita, puramente textuais, desejados pelo autor, que tendem a impor um protocolo de leitura, seja aproximando o leitor a uma maneira de ler que lhe é indicada, seja fazendo agir sobre ele uma mecânica literária que o coloca onde o autor deseja que esteja.⁵⁰

Mas, para além das instruções dadas pelo autor do texto, Chartier também chama a atenção para formas tipográficas, como a disposição e a divisão do texto, sua tipografia, sua ilustração, etc. Elas não são deliberadas pelo autor, e sim pelo editor-livreiro, que inscreve nelas um direcionamento de como quer que o livro seja lido pelo seu público⁵¹. A ideia proposta pelo historiador, portanto, é um estudo atencioso do processo de fabricação dos livros, que pressupõe a ação de diferentes operações humanas – o trabalho dos editores, tipógrafos, impressores – com o interesse de examinar o material tipográfico, partindo do pressuposto de que ele nos faz entender as intenções dos editores. Além disso, esse tipo de análise também pode revelar vestígios que indiquem diferentes formas de leitura de um mesmo texto, uma vez que, ao estabelecer uma relação entre os textos imóveis e leitores que mudam, as formas tipográficas podem traduzir as “mutações de horizonte de expectativas do público e propor novas significações além daquelas que o autor pretendia impor a seus primeiros leitores”.⁵² Nessa perspectiva, a partir das leituras dos textos de Chartier, acreditamos na importância de atentar para os efeitos produzidos pelos dispositivos de produção do livro na recepção dos textos.

Ancorados também nas teorias de Chartier, vamos focar ainda na investigação dos processos de circulação, repercussão e apropriação que os livros de Mário Sette tiveram, buscando entender os usos e representações construídas sobre eles e sobre seu autor.⁵³ A ideia é tentar contemplar as diversas edições publicadas de cada um dos livros analisados, levando em consideração os diferentes contextos em que foram lançadas, seus editores, impressores, as coleções em que estavam inseridos, etc. Sabemos que esse tipo de investigação não é simples nem fácil e envolve uma pesquisa minuciosa nos periódicos, arquivos, bibliotecas e livrarias de todo o país. Entretanto, a vemos como imprescindível, pois, assim, será possível tentar avaliar a recepção desses livros em seus respectivos contextos de publicação.

Boa parte da documentação trabalhada na tese foi encontrada no acervo pessoal de Mário Sette, presente na Fundação Joaquim Nabuco. Lá, nos deparamos com 15 pastas contendo 900 cartas (entre recebidas e enviadas), 1 pasta com 21 documentos pessoais, e

⁵⁰CHARTIER, Roger. “Do livro à leitura”. In: CHARTIER, Roger (Org.) **Práticas de Leitura**. Estação Liberdade. 5ª ed. 2011.p. 96-97.

⁵¹ CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor**. São Paulo: Ed. UNESP, 2014.

⁵² CHARTIER, *Op. cit.* 2011. p. 100.

⁵³ CHARTIER, *Op. cit.* 2002.

outras tantas com 3.300 recortes de jornais, fragmentos de sua produção intelectual, com destaque para seus trabalhos de rádios e comentários sobre os seus livros. Na biblioteca dessa mesma instituição, encontramos uma grande quantidade de escritos publicados por ele e também edições de vários livros seus. Com destaque para: “O Palanquim Dourado”, (1ª ed. de 1921 e 2ª ed. de 1953); “Senhora de Engenho” (2ª ed. de 1921, 7ª ed. de 1986); “Terra Pernambucana”(1ª ed. de 1925, 2ª ed. de 1927, 4ª ed. de 1935, 5ª ed. de 1939, 6ª ed. de 1940, 7ª ed. de 1948, 9ª ed. de 1968 e 10ª de 1981); “Brasil, minha terra” (1ª ed. de 1928, 8ª ed. de 1938 e 9ª ed. de 1942); “Maxambombas e Maracatus” (1ª ed. de 1935, 2ª ed. de 1938, 3ª ed. de 1958 e 4ª ed. de 1981); “Arruar: história pitoresca do Recife Antigo” (1ª ed. de 1948, 2ª ed. de 1950, 3ª ed. de 1978 e 4ª ed. de 2018).

Além dessa vasta documentação, também adquirimos alguns exemplares dos livros de Mário Sette no sebo “Estante Virtual”. Foram eles: “Senhora de Engenho”, 7ª ed. de 1986; “Brasil, minha terra!”, 14ª ed. de 1954, “Terra Pernambucana”, 10ª ed. 1981; “Arruar: história pitoresca do Recife Antigo”, 4ª ed. de 2018, “Anquinhas e Bernardas” 2ª ed. de 1987; “Os Azevedo do Poço” 1ª ed. de 1938; “Ao Clarão dos Obuses”, 1ª ed. de 1916; “Maxambombas e Maracatus” 3ª ed. 1958; “Onde os avós passaram...” 4ª ed. de 1964; “História do Brasil. 3ª série”, 2ª edição de 1946; “Memórias íntimas (caminhos de um coração)”, de 1980. Sem falar na seleção de fontes encontradas em periódicos de todo o Brasil, publicados entre os anos de 1920 aos anos 2000, que trazem a assinatura de Mário Sette ou tecem comentários sobre ele e também sobre seus livros, presentes no site da Hemeroteca Nacional.

Diante da abundância documental, sabemos da existente ameaça da “síndrome do mineiro” que assola os historiadores que se dedicam a pesquisar sobre a história dos intelectuais. Porém, não podemos deixar de acreditar que, como afirmou Sirinelli, esse tipo de investigação: “passa obrigatoriamente pela pesquisa, longa e ingrata, e pelas exegeses de textos, e, particularmente, de textos impressos, primeiro suporte dos fatos de opinião, em cuja gênese, circulação e transmissão os intelectuais desempenham um papel decisivo”.⁵⁴

A tese está dividida em duas partes e é composta por 5 capítulos. Na primeira parte, com dois capítulos, vamos analisar as memórias construídas sobre Mário Sette que o enquadraram como um dos fundadores do sentimento de *pernambucanidade*. A ideia é traçar os meandros de sua trajetória intelectual e as memórias fabricadas sobre ele, na intenção de entender a sua contribuição para a formação de uma “consciência nacional”, pensando o país como um emaranhado formado por uma diversidade de culturas.

⁵⁴ SIRINELLI, *Op. cit.* 2003. p. 245.

No capítulo de título “*O melhor de nossa pernambucanidade: as memórias construídas sobre Mário Sette*”, analisaremos algumas operações memorialísticas empreendidas durante a sua vida e após a sua morte na intenção de construir memórias enquadradas sobre Mário Sette que o definiram como um dos marcos referenciais para o surgimento de um sentimento de pertencimento identitário em Pernambuco. Para a tecitura do capítulo, vamos nos embasar nas discussões de Jean-François Sirinelli⁵⁵ sobre a formação das redes e lugares de sociabilidade na intenção de refletir sobre o processo de consagração intelectual de Mário Sette. Para o autor, a melhor forma dos intelectuais garantirem prestígio, ascensão social e simbólica e, finalmente, conseguirem a consagração, era por meio do pertencimento a determinados lugares e redes de sociabilidade. Esses espaços se constituem como lugares de grande fermentação intelectual, propícios para uma dinâmica de circulação de ideias, valores, estilos e etc. e também funcionam como uma espécie de “ecossistema”, no qual projetos, ideias e afetos entram em disputa e passam a pertencer a organização da vida relacional.

Além disso, recorreremos às discussões propostas por Michael Pollak⁵⁶, Fernando Catroga⁵⁷ e Rebeca Gontijo⁵⁸, com o objetivo é compreender os esforços empreendidos pelo próprio Mário Sette e também por sua legião de admiradores para criar imagens arquetípicas e estereotipadas sobre ele, as quais deveriam mascarar seus defeitos e exaltar suas qualidades, com o interesse de se construir lembranças positivas a seu respeito, que deveriam ser compartilhadas até que memórias concorrentes fossem diminuídas ou anuladas.

Para isso, faremos uso de uma variedade de fontes, como os prefácios de alguns de seus livros, comentários, notas, conferências, necrológios, artigos de jornal; enfim, textos que o tiveram como figura central, fossem eles escritos antes de sua morte, ocorrida em 1950, ou mesmo ao longo da segunda metade do século XX e início do século XXI. Analisaremos ainda outros empreendimentos memorialísticos que tiveram como objetivo construir uma memória consagrada sobre Mário Sette e perpetuar o seu legado para que seu nome não fosse esquecido. Dentre eles estão o site www.mariosette.com.br criado pelas suas bisnetas, Paula Melo Rêgo Barros e Rossana Sette de Melo Rêgo; um frevo denominado “Tributo a Mário Sette”, lançado em 2007, durante o centenário do frevo em Pernambuco; o trabalho

⁵⁵ SIRINELLI, *Op. cit.* 2003.

⁵⁶ POLLAK, *Op. cit.* 1992; POLLAK, *Op. cit.* 1989.

⁵⁷ CATROGA, Fernando. “O Culto dos mortos como uma poética da ausência”. *ArtCultura*. V. 12, n. 20. Uberlândia, 2010. CATROGA, Fernando. “A representificação do ausente”. *Memória, História e Historiografia*. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2015.

⁵⁸ GONTIJO, Rebeca. *O velho Vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si*. Ed. 7 letras. Rio de Janeiro, 2013.

acadêmico de Magdalena Almeida, “Mário Sette: o retratista da palavra”⁵⁹. Sem contar com a autobiografia “Memórias íntimas (caminhos de um coração)”, publicada em 1980⁶⁰, e o arquivo pessoal de Mário Sette, organizado por ele e doado pelo seu filho, Hilton Sette, para a Fundação Joaquim Nabuco, em 1982, os quais vamos pensar como modalidades de “produção do eu”⁶¹.

No capítulo seguinte, de título: “Mário Sette: o vanguardeiro do regionalismo literário no Nordeste”, iremos examinar a repercussão de um dos seus livros mais famosos: o romance “Senhora de Engenho”, de 1921. Vamos partir da hipótese de que esse livro, que teve grande repercussão nacional e internacional, impulsionou a sua carreira de escritor por ter sido considerado, por uma parte da crítica que trabalhou para a promoção da perenidade do seu nome, como a obra de literatura de ficção que inaugurou certo estado de melancolia entre os regionalistas pernambucanos, que passaram a ver com olhos saudosos a imobilidade que lhes parecia marcar o espaço rural de seu estado. “Senhora de Engenho” foi entendida como uma ferramenta que serviu para satisfazer a nostalgia dos tempos da casa-grande, do engenho e do modo de vida tradicional do patriarcado açucareiro, temas que Gilberto Freyre vai explorar de forma mais teórica posteriormente.⁶² Nosso interesse neste capítulo é, portanto, analisar as memórias construídas sobre Mário Sette a partir da publicação desta obra, as quais o identificaram como o precursor do chamado “Romance de 30”, apesar de nunca ter existido consensos a respeito de tal assunto por parte da crítica literária. Vamos demonstrar que, ao longo do século XX, foi se criando uma imagem sobre esse livro que atribuía a ele o título de embrião temático de uma espécie de subgênero literário do regionalismo nordestino, denominado “ciclo da cana-de-açúcar”, associado, principalmente, às obras de José Lins do Rego.

É importante salientar o fato de que nosso objetivo não é comprovar o seu pioneirismo com a publicação do livro “Senhora de Engenho”, corroborando com o que se falava sobre ele, nem buscar as origens de um movimento literário, mas sim apresentar as imagens construídas a seu respeito que lhe proporcionaram uma memória muito bem enquadrada como uma espécie de “fundador de uma discursividade”.⁶³ Isto é, como o fundador de um discurso

⁵⁹ ALMEIDA, *Op. cit.* 2000.

⁶⁰ SETTE, *Op. cit.* 1980.

⁶¹ GOMES, Angela de Castro. “Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo”. In: GOMES, Angela de Castro (org). **A escrita de si. A escrita da História**. FGV. Rio de Janeiro, 2004.

⁶² D’ANDREA. Moema Selma. **A tradição re(des)coberta**. (O pensamento tradicionalista de Gilberto Freyre no contexto das manifestações culturais e/ou literárias nordestinas). Dissertação de Mestrado. UNICAMP. São Paulo, 1987. p. 148.

⁶³ FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Veja/Passagens. Portugal, 2002. p. 280-281.

instituinte que contribuiu efetivamente para a produção de uma sensibilidade instauradora de uma identidade pernambucana e também do que viria a ser a região Nordeste.

Na segunda parte da tese, discutiremos a atuação de Mário Sette como um intelectual mediador que se utilizou de uma diversidade de gêneros literários para produzir suas narrativas históricas. Vamos analisar, propriamente, alguns de seus livros de história, voltados tanto para o público infantil quanto para o adulto não especializado no conhecimento histórico, além de um programa de rádio por onde ele irradiou crônicas históricas, visando entender o modo como escrevia e divulgava a História do Brasil, mais precisamente, as histórias de Pernambuco e de Recife.

Porém, antes de nos aprofundarmos nas análises dos materiais citados, no capítulo de título “Mário Sette e sua história em filigrana” buscaremos identificar o seu perfil de historiador mediador e seu tipo de escrita da história, a partir das imagens que foram construídas sobre ele durante os anos 1930 e 1940. Vamos defender que, ao longo dessas décadas, Mário Sette foi angariando prestígio como um historiador mediador, interessado em contribuir com a construção de uma história-memória patriótica e republicana, e comprometido com a criação de um sentimento de *pernambucanidade*. Seu estilo narrativo e a sua abordagem histórica se tornaram, inclusive, uma importante referência na época, tanto que Sette foi visto por alguns de seus admiradores como o precursor de um tipo específico de produção histórica de conteúdo fortemente pitoresco e evocativo⁶⁴, muito próximo daquele praticado por Mário Melo e Pereira da Costa, sendo os três considerados como “a trinca dos *big-three* da história em filigrana, de Pernambuco”⁶⁵.

Para entender o que era ser um “historiador mediador” no Brasil da primeira metade do século XX, é importante atentar para o fato de que não havia uma dicotomia muito rígida entre os historiadores considerados “divulgadores” e os “historiadores de ofício”, pois esses dois perfis possuíam (e ainda possuem) funções bem semelhantes na sociedade, como aponta Fernando Catroga ao tratar a respeito da produção historiográfica dita científica:

com as suas escolhas e esquecimentos, também gerou (e gera) o “fabrico” de memórias, pois contribui, através do seu cariz narrativo, para o apagamento ou menosprezo de memórias anteriores, assim como para a refundação, socialização e interiorização de novas memórias.⁶⁶

Nas primeiras décadas do século XX, essa semelhança era ainda mais evidente, na medida em que os historiadores, de maneira geral, embora pudessem produzir bens culturais

⁶⁴ LIMA, Herman. “Mário Sette”. *Revista Nordeste*, ano V, n. 2. Recife, jun/dez 1950.

⁶⁵ ARAGÃO, J. Guilherme de. “Arruar – História Pitoresca do Recife”. *Jornal Pequeno*. Recife, 24/03/1948.

⁶⁶ CATROGA, *Op. cit.* 2015.p. 77.

com funções distintas, muitas vezes convergiam por assumirem cargos ligados ao sistema educacional e cultural do regime republicano recém-instalado, sendo a educação, por meio do ensino de história, um dos principais terrenos de luta e de afirmação do saber historiográfico⁶⁷. Isso porque, nessa época, ainda estava para se formar um campo autônomo de produção do saber histórico, o que só aconteceria somente a partir da fundação do curso universitário de História, em 1934. Ou seja, até a constituição desse campo intelectual específico⁶⁸, muitos dos historiadores brasileiros, ao mesmo tempo em que produziram um saber científico e moderno, direcionado para o público de pares, também se voltaram para a elaboração de uma “história ensinável”, seja em veículos de ampla divulgação – como jornais, revistas, livros, livros escolares e até mesmo as rádios, a partir da década de 1930 – ou mesmo na organização de eventos cívicos comemorativos.

Porém, esse não foi o caso de Mário Sette. Diferente de muitos intelectuais que exerceram essa dupla função, Mário Sette nunca desejou se dedicar à produção de um discurso científico e controlado pelos pares, embora tenha sido nomeado sócio do IAHGP, em 1935. Ou seja, seu objetivo não era produzir uma grande síntese interpretativa sobre a História do Brasil, nem publicar análises minuciosas sobre fontes históricas inéditas. Sua intenção enquanto produtor e divulgador do conhecimento histórico era voltar-se exclusivamente para uma escrita da história de fácil acesso ao grande público formado por pessoas não iniciadas. Dessa forma, no terceiro capítulo, vamos sustentar que ele foi um historiador mediador, na medida em que prestou um serviço essencial aos estudos históricos, realizando com maestria uma das formas mais eficientes de divulgá-los.

Nos próximos capítulos, vamos focar na análise de alguns livros de história de Mário Sette e também na divulgação de suas crônicas históricas pelo rádio. No capítulo intitulado “A História contada para crianças: os livros de leitura de Mário Sette”, nos voltaremos para a sua atuação como professor/autor de livros de história direcionados para o público escolar, partindo das considerações de Arlette Gasparello sobre o assunto⁶⁹. O objetivo é sustentar que, como tal, ele teve uma participação efetiva no processo de construção da História como disciplina escolar em Pernambuco. Para tanto, vamos analisar seus livros de leitura de conteúdo histórico: “Terra Pernambucana”, de 1925, e “Brasil, minha terra!”, de 1928,

⁶⁷ GOMES, *Op. cit.* 2009; GOMES, *Op. cit.* 2013.

⁶⁸ Para pensar sobre o conceito de campo intelectual e a constituição de sua autonomia, ver: BOURDIEU, Pierre. **Campo de poder, campo intelectual**. Buenos Aires: Folios, 1983; BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. Gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

⁶⁹ GASPARELLO, Arlette Medeiros. “A produção de uma disciplina escolar: os professores/autores e os livros didáticos”. **Revista brasileira de história da educação**. v. 13, n. 3 (33). Campinas-SP, set./dez. 2013, p. 147-177.

defendendo que, por terem várias edições e uma boa longevidade no mercado editorial, foram paradigmáticos na trajetória intelectual do autor. Vamos partir da hipótese de que esses livros, que fizeram sucesso entre os leitores-irmãos durante décadas, foram peças fundamentais para inculcar nas crianças sentimentos identitários de amor à pátria e também podem ser vistos como interessantes veículos de divulgação de uma memória histórica e de uma cultura histórica republicana que se queria valorizar durante a primeira metade do século XX. Não foi à toa, por exemplo, que, recentemente, no ano de 2022, o livro “Brasil, minha terra!”, foi relançado em comemoração aos 200 anos da Independência do Brasil.

A ideia é fazer as análises dos livros seguindo os critérios apontados por Chartier. Nesse sentido, vamos investigar as especificidades do procedimento de produção do texto elaborado pelo escritor e também dos processos de produção do livro, que envolvem o papel do editor/livreiro, que se utiliza de estratégias para seduzir o leitor. Além disso, é importante frisar que nos debruçaremos ainda sobre as sucessivas edições dessas obras, lançadas ao longo do século XX, demarcando o contexto em que foram publicadas, atentando para a circulação que tiveram e também para a audiência.

Já no último capítulo, de título “*Histórias de saudade: as crônicas históricas de Mário Sette*”, vamos investigar a atuação de Mário Sette como cronista da história, focando, principalmente, na sua produção de uma escrita da história voltada para o público adulto não especializado no saber histórico. Analisaremos o seu primeiro livro do gênero: “Maxambombas e Maracatus”, de 1935, pensando-o como um marco inaugural de sua trajetória como escritor de livros de crônicas históricas. Foi por meio desse livro que ele testou e consolidou seu estilo de contar a história de Pernambuco, marcadamente evocativo, social e pitoresco. Estilo este que, ao longo dos anos de 1930 e 1940, vai se aperfeiçoando e ganhando contornos mais bem definidos, sendo disseminado não só em formato impresso, em livros e periódicos, que culminou com a publicação de “Arruar”, em 1948, considerado como a obra síntese de sua produção histórica, mas também pelo rádio. Sendo assim, também examinaremos a sua contribuição para o rádio, com destaque para o programa *Evocações*, transmitido pela Rádio Jornal do Commercio, de Pernambuco, durante os últimos anos da década de 1940, por meio do qual Sette também irradiou as suas crônicas históricas.

Partimos da ideia de que tanto o livro quanto o programa de rádio podem ser vistos como interessantes produtos de mediação cultural, levando em consideração os veículos e gênero narrativo utilizados por Mário Sette para divulgar e vulgarizar a sua escrita da história. Além disso, vamos defender que, ao disseminar as suas crônicas históricas sobre a história de

Pernambuco e, mais precisamente sobre a história do Recife, Mário Sette colaborou com a construção de uma memória histórica em Pernambuco, além de também oferecer suportes interessantes para a formação de identidades nacional, regional e, principalmente, local. Mais ainda, ele se esforçou para construir uma memória afetiva sobre um passado imaginado, estimulando seu leitor e seu ouvinte a se interessar pelo passado histórico, memorial e das tradições folclóricas, e também a sentir saudade, sendo essa sensibilidade saudosa uma das premissas fundamentais para a formação de nossa *pernambucanidade*.

2 O MELHOR DE NOSSA PERNAMBUCANIDADE: AS MEMÓRIAS CONSTRUÍDAS SOBRE MÁRIO SETTE

*Oh, Mário Sette! Que falta você nos faz
Com sua pena encantada contando histórias,
De tempos atrás
Maracatus e Maxambombas
Anquinhas, bernardas, desfile de heróis
Da terra pernambucana
Que é o orgulho de todos nós
Mas, que saudade!
Do Cais da Lingueta e do Corpo Santo
Recife crescendo era todo encanto
Luzindo no arco dos seus lampiões
Bondes de burro pregando na ponte
E as negras doceiras
E as sinhazinhas tão lindas, faceiras
Suspiram pra lua em eternos serões.⁷⁰*

Em 9 de fevereiro de 2007, comemorou-se os 100 anos do frevo em Pernambuco e a prefeitura do Recife organizou uma série de ações para celebrar este centenário. A cidade encheu-se de festas, com uma programação intensa, que contou com a participação de vários artistas, que lançaram diversos produtos culturais.⁷¹ Entre tantas ações e atrações, o lançamento do disco “Por amor ao frevo” nos chamou a atenção por trazer na faixa de número 6, denominada “Tributo a Mário Sette”, uma homenagem ao escritor e cronista recifense que viveu durante a primeira metade do século XX.

Escrita por Fred Monteiro, “um alagoano de coração pernambucano”, a música fala de saudade. Não apenas do corpo ausente, então homenageado, mas também de suas crônicas históricas repletas de elementos que fazem parte do passado histórico e cultural de Pernambuco. O compositor transmite a ideia de que o desaparecimento do escritor afetou a preservação de aspectos de um passado pitoresco, social e sentimental de Pernambuco – que tinha como referência o Cais da Lingueta, o Corpo Santo, as maxambombas, as anquinhas, os lampiões, os carros puxados a burros, as negras doceiras do bairro de Santo Antônio, etc. – uma vez que, sem Mário Sette, e conseqüentemente sem suas frequentes crônicas históricas

⁷⁰ Frevo de título “Tributo Mário Sette” composto por Fred Monteiro e arranjo de Maestro Duda presente no disco “Por amor ao frevo” de 2007.

⁷¹ A comemoração do centenário do frevo foi encabeçada pela Prefeitura do Recife, sob a gestão de João Paulo, e coordenada pela então secretária da Gestão Estratégica e Comunicação, Lygia Falcão, que não promoveu somente uma grande festa na cidade como também patrocinou diversos eventos e lançamentos – antes, durante e depois do Carnaval. Para mais informações sobre as comemorações do Dia dos 100 anos do Frevo, veja o site: http://www.recife.pe.gov.br/2008/06/09/100_anos_do_frevo_162581.php. Acesso em: 06/05/2021.

presentes nas páginas dos jornais, livros e programas de rádios, só restavam aos pernambucanos a saudade.

Assim, com esse frevo, o compositor buscou contribuir com a manutenção da perenidade do nome do escritor, num esforço de conservá-lo vivo na memória dos pernambucanos, empenho que, em tempos atuais, entra em choque com uma cultura agressivamente massificada, uniforme e globalizada, a qual tende a provocar a desidentificação com a memória nacional e regional.⁷² Mas por que, durante as comemorações do centenário do frevo, momento tão importante de reafirmação de uma identidade pernambucana e também recifense, foi feita uma homenagem a um escritor que morreu há mais de 50 anos? Por que homenagear Mário Sette com um frevo? Qual era a intenção do compositor ao invocar seu nome e sua produção intelectual?

Essas perguntas servem como ponto de partida para a elaboração deste capítulo, que visa analisar as memórias construídas sobre Mário Sette que o consagraram como um dos intelectuais pernambucanos que atuou na fabricação de uma identidade local e também regional, durante a primeira metade do século XX. Nesse sentido, a ideia é destacar algumas operações memorialísticas, empreendidas durante a sua vida e após a sua morte, que o enquadraram como um dos fundadores de nossa *pernambucanidade*, isto é, do sentimento de pertencimento identitário em Pernambuco. Partimos do princípio de que, ao fazermos esse tipo de investigação, podemos ter alguma ideia de como se formou uma visibilidade e dizibilidade de e em Pernambuco, as quais singularizaram comportamentos (e os estereotiparam), construíram usos do passado e formaram um olhar do que seria ser pernambucano.⁷³ Ou seja, a partir dos estudos sobre a contribuição de Mário Sette para a formação de identidades (individual e coletiva) regional ou nacional, podemos refletir sobre a própria invenção da identidade pernambucana.

2.1 MÁRIO SETTE: UM INTELLECTUAL CONSAGRADO?

A busca pelas imagens construídas do intelectual pernambucano, Mário Sette, começará pelo dia em que ele deixou a sua amada cidade órfã de suas histórias. Ele faleceu

⁷² Terry Eagleton expõe esta dialética da atualidade afirmando que quanto mais o sistema capitalista espalha uma cultura uniforme por todo o planeta, mais os homens e mulheres defendiam a cultura de suas nações, regiões, vizinhanças ou religiões. Ou seja, esta dialética atual é representada, de um lado, pela constatação do surgimento das “identidades globalizadas” e, de outro, pelo “enrijecimento de identidades locais”, segundo a expressão de Suely Rolnik. Ver: EAGLETON, Terry. **Depois da Teoria: Um olhar sobre os Estudos Culturais e o Pós-Modernismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. ROLNIK, Suely. “A Multiplicação da Subjetividade”. In: *Folha de S. Paulo*. 19 de maio de 1996.

⁷³ ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz. **A Invenção do Nordeste e outras artes.** São Paulo: Cortez, 2009.

aos 64 anos, na manhã do dia 25 de março de 1950, devido ao agravamento de um tumor cerebral, que há mais de um ano o fazia sofrer. Sua partida ocorreu na própria casa, localizada na rua Neto de Mendonça, nº 63, no bairro da Tamarineira, em Recife, e foi vivenciada pelos seus entes mais queridos, sua família. Anos depois, em 1978, seu filho, Hilton Sette⁷⁴, descreveu, num tom poético e melancólico, o momento da perda do pai no texto “Memórias de meu pai”, com o qual prefacia a autobiografia de Mário Sette, publicada em 1980:

Agora, naquela manhã luminosa de um sábado, 25 de março de 1950, a casa está cheia, mas, já o disse, não se trata de uma festa. Em redor de seu leito, nós, os que estamos ajoelhados, assistimos amargurados o seu lento desenlace. Além de nós dois, os filhos, ali estão uma cunhada, sobrinhos, primos, duas religiosas do Colégio Vera Cruz. (...)

Meu pai me olha demoradamente, segura-me com sua mão esquerda, puxa-me para junto de si, beija-me e faz enorme esforço para se fazer entender.

- “Até no céu...”

Não mais voltou a falar. Logo depois, o coma profundo.

(...)

Alguém sussurra:

- “Não respira mais...”

- “O coração ainda bate...”

Mais alguns segundos.

E, pelos olhos de meu saudoso irmão, tenho a certeza de que acabara de escutar o derradeiro pulsar de um coração tão grande e tão bom que jamais morrerá em nossa saudade, em nossa admiração e em nosso querer bem.⁷⁵

O corpo foi velado em casa, no seio de sua família. O funeral, ocorrido no cemitério de Santo Amaro, contou com a participação de companheiros de trabalho de Mário Sette dos Correios e Telégrafos do Recife e Maceió⁷⁶ e de vários intelectuais pernambucanos, com destaque para o médico e teatrólogo Valdemar de Oliveira, que fez o discurso fúnebre representando a Academia Pernambucana de Letras. Além dele, estiveram presentes Amaro Quintas, Aderbal Jurema e Carlos Moreira, em nome da Associação Brasileira de Escritores, e também muitos alunos e professores do Ginásio Pinto Júnior, do Carneiro Leão e do Colégio Vera Cruz, escolas onde Sette lecionou por muito tempo de sua vida⁷⁷.

⁷⁴ Hilton Sette (1911-1997), o filho mais velho de Mário Sette, também teve uma carreira no mundo das letras. Ele foi geógrafo, historiador, professor, escritor didático e de livros de ficção. Lecionou geografia no Curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia de Pernambuco, de 1946 a 1956, no Ginásio Pernambucano até 1957, e na Universidade Federal do Pernambuco, até 1977; e também foi professor de História do Brasil e História da América no Curso de História e Geografia da Faculdade Paula Frassinetti. Dentre as instituições que foi membro, destacaram-se: a Academia Pernambucana de Letras (APL) e o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP).

⁷⁵ SETTE, Hilton, “As memórias de meu pai”. In: SETTE, Mário. **Memórias Íntimas (caminhos de um coração)**. Fundação de Cultura Cidade do Recife. Recife, 1980. p. 15-16.

⁷⁶ Mário Sette trabalhou durante décadas como funcionário dos Correios e Telégrafos em Recife, até se aposentar, em 1945. Em 1932, foi transferido para trabalhar na repartição dos correios de Maceió, onde ficou até 1936.

⁷⁷ Mário Sette foi professor em várias escolas do Recife, desde 1925 até 1948. Em seu funeral, o Colégio Vera Cruz, para conduzir os alunos ao enterro do extinto professor, fretou um ônibus. In: “Hoje, o enterro do Escritor Mário Sette”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 26/03/1950.

O evento fúnebre foi descrito em um texto presente no jornal “Diário da Noite” como um momento de “consagração” do finado escritor perante o povo recifense, pois contou com a presença do “Recife inteiro, em massa”, que estava lá para homenagear aquele que foi “o enamorado terno da cidade”.⁷⁸ Um dos grandes amigos de Mário Sette, o escritor Herman Lima⁷⁹, também teceu comentários acerca do enterro, destacando a popularidade do escritor falecido:

Daí o significado especial desse prestígio desfrutado em todo o Brasil e particularmente na sua cidade, onde o seu enterramento se tornou uma romaria, gente de todas as classes e de todas as camadas sociais fazendo questão de lhe segurar nas alças do ataúde, desde humildes carteiros, do Correio, amigos, companheiros de magistério, confrades, alunos, até os representantes das altas personalidades oficiais do Estado.⁸⁰

A missa de sétimo dia, realizada na Igreja da Ordem 3^a do Carmo, no dia 31 de março de 1950, também foi uma cerimônia de certa magnitude, com direito a Igreja “superlotada” de “gente comum” e celebração ao som de um conjunto de cordas da Orquestra Sinfônica do Recife, sob a regência do maestro Vicente Fitipaldi. O ato contou com a presença de personalidades públicas, como o governador Barbosa Lima, de integrantes da Diretoria de Documentação e Cultura da Prefeitura Municipal do Recife, do diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Manoel da Nóbrega, que discursaram em homenagem ao morto, e também de “um grande número de pessoas amigas da enlutada família”.⁸¹

Como salienta João Felipe Gonçalves, os velórios e funerais dos “homens de letras” – como era chamados aqueles que faziam parte do conjunto de polígrafos brasileiros do final do século XIX e início do XX – eram ocasiões oportunas para a ocorrência de discursos grandiloquentes e laudatórios de exaltação do homenageado, nos quais o cultivo retórico da

⁷⁸ CAVALCANTI, José Geraldo Gomes. “Mário Sette: 20 anos da morte”. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

⁷⁹ Herman Lima (1897-1981) foi um intelectual cearense dedicado à produção literária e política. Entre os seus livros de maior notoriedade, estão “Tejipió” (1924) e “Garimpos” (1930), uma coletânea de contos. Na política, atuou como secretário do presidente Getúlio Vargas, entre 1933 e 1937, e durante o Estado Novo, foi enviado a Londres como funcionário da Delegacia do Tesouro Brasileiro, voltando ao Rio de Janeiro em 1940. A relação de amizade entre Herman Lima e Mário Sette era bem estreita e rendeu uma boa frequência epistolar entre as décadas de 1920, 1930 e, sobretudo, 1940, quando Lima ficou encarregado de tratar das questões burocráticas da vida literária de Sette no Rio de Janeiro, atuando como um verdadeiro agente literário. Como foi apontado por Herman Lima, na Revista Carioca, em 1950: “Só por último, entretanto, a partir de 1940, que ele me deu a generosa preferência para lhe tratar das coisas de letras aqui no Rio, distribuindo-lhe pelas revistas a colaboração sempre disputada e amplamente apreciada, de que em especial CARIOCA se beneficiava, (...)”. In: LIMA, Herman. “Mário Sette”. *Carioca*. Rio de Janeiro, 1950. No acervo de cartas presente no arquivo de Mário Sette, da Fundação Joaquim Nabuco, foram encontradas cerca de 30 cartas de Herman Lima para Mário Sette, que, dentre as 900 que fazem parte do acervo, representam uma boa quantidade.

⁸⁰ LIMA, *Ibid.* 1950.

⁸¹ “Escritor Mário Sette”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 01/04/1950.

dor e da perda era permeado pelo desejo de sua imortalização e sacralização⁸². Esses discursos eram proferidos, sobretudo, por pessoas autorizadas, ou seja, membros de importantes “sociedades de discurso”⁸³, que, por meio de palavras e gestos, construíam representações bem elaboradas do morto, ressaltando as suas qualidades e mascarando seus defeitos para assim os transformarem em verdadeiros “heróis cívicos”.

O movimento de valorização e consagração da figura do “homem de letras” teve impulso no Brasil no final do século XIX e início do XX, decorrente, dentre outras coisas, da busca pela profissionalização por parte dos escritores, que, pouco a pouco, vão conquistando um papel social digno de consideração. Esse processo foi incentivado pelas campanhas abolicionistas e republicanas, as quais contaram com a mobilização deles, que deram projeção nacional às suas causas e aos seus próprios nomes por meio de diferentes estratégias de propaganda, pela criação de academias literárias, sociedades e clubes abolicionistas e republicanos, pela expansão da imprensa e do mercado editorial. Sem falar das reformas educacionais, ocorridas na década de 1880, responsáveis pela ampliação do acesso ao ensino superior (predominando às Faculdades de Direito, Medicina e Engenharia).⁸⁴

O avanço da imprensa, sobretudo a partir de 1880, contribuiu para tornar o ofício do escritor-jornalista respeitável, pois, além de oferecer a possibilidade de se viver da publicação de seus textos, ainda que significasse estar sujeito a baixas remunerações, também era um bom meio de garantir visibilidade. Isso porque, ao publicar em jornais e revistas, o escritor podia ampliar seu círculo de leitores, mesmo que restritamente, e divulgar seu nome e sua produção escrita.⁸⁵ O jornalista, portanto, seria aquele que imporá as novas modas e os novos hábitos à sociedade, fazendo um certo tipo de controle das consciências de seus leitores. Desse modo, a imprensa, sobretudo a de grande circulação, era um “emprego” e uma “tribuna”, onde se podia fazer carreira e também ser palco de consagração e divulgação sistemática da produção intelectual⁸⁶.

⁸² GONÇALVES, João Felipe. “Enterrando Rui Barbosa”. **Estudos Históricos** – Dossiê Heróis Nacionais, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 25, 2000.

⁸³ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Ed. Loyola, 2014.

⁸⁴ GONTIJO, Rebeca. **O velho Vaqueano**: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si. Ed. 7 letras. Rio de Janeiro, 2013. p. 45.

⁸⁵ A recepção da produção intelectual nos jornais e revistas durante o final do século XIX e a primeira metade do século XX era bem restrita por conta da grande porcentagem de brasileiros que não sabia ler. Na virada do século XIX para o XX, havia 66,9% de analfabetos no Brasil. In: MACHADO NETO, A.L. **Estrutura social da República das Letras**. São Paulo: Editorial Grijalbo. 1973. p. 253.

⁸⁶ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999. p. 99; GOMES, Angela de Castro. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro: FGV, 2013. p. 46.

Porém, se a imprensa ajudava a colocar os holofotes nos escritores, a publicação de livros, pela sua perenidade, poderia garantir a permanência de um autor para a posteridade. Todavia, essa não era uma tarefa fácil. Existiam poucas editoras no Brasil no final do século XIX e início do XX – mercado que só ampliaria de forma impressionante nos anos 1930 – e para garantir as suas vendas, estas editoras preferiam publicar livros de autores já conhecidos e consagrados ou optavam por traduções de obras francesas, que tinham maior aceitação pelo público leitor. Isso significa que, muitas vezes, os escritores tinham que custear suas primeiras edições, sujeitando-se às imposições dos editores – e para isso tinham que procurar patrocinadores ou usar de sua influência na burocracia – ou tinham que buscar editoras na Europa. O caso de Lima Barreto é exemplar nesse sentido, pois, sem encontrar editor brasileiro que se interessasse em publicar em brochura o seu “Recordações do Escrivão Isaías Caminha”, alguns laços de amizade do autor fizeram a obra chegar à Livraria Clássica Editora, de Lisboa, que a publicou em fins de 1909.⁸⁷

Rebeca Gontijo lembra ainda que, apesar das vantagens garantidas pela ascensão da imprensa, “o reconhecimento e a legitimidade da produção desses letrados decorriam da capacidade dos mesmos para captar e transmitir os elementos constitutivos da nação”⁸⁸ para, assim, conseguirem se aproximar de seus objetivos que era ter seus nomes guardados para a posteridade nas páginas de jornais, revistas, dicionários biográficos, necrológios e etc. Isso porque, durante o final do século XIX e toda a primeira metade do século XX, os chamados “homens de letras” eram os agentes sociais responsáveis pela implementação de um projeto civilizador e moderno no Brasil. Eles deveriam atuar na missão de registrar e exaltar as particularidades nacionais, discutindo os problemas do *atraso brasileiro* e apontando os possíveis caminhos para o futuro, seja por meio de escritos literários ou de estudos nos campos da história, geografia, geologia, etnologia, antropologia, das línguas indígenas, que ainda não tinham conquistado autonomia e estavam em processo de consolidação de sua cientificidade enquanto disciplinas.⁸⁹

Mas a principal forma deles garantirem prestígio, ascensão social e simbólica e, finalmente, a consagração tão esperada, era por meio do pertencimento a determinados lugares e redes de sociabilidade, onde poderiam tecer afetividades e também relações de intensa disputa. Sendo assim, a essas figuras cabe muito bem a concepção de intelectual

⁸⁷ FRANZINI, Fábio. *À sombra das palmeiras: a Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, 2006. p. 56.

⁸⁸ GONTIJO, *Op. cit.* 2013. p. 44.

⁸⁹ Sobre a autonomia dos campos científicos e literários, ver: BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. Gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

proposta por Jean-François Sirinelli⁹⁰, que os define como um grupo socioprofissional multifacetado de produtores de bens simbólicos, mediadores culturais e atores do político, que, contemplados por expressivos “capital cultural” e “poder simbólico”⁹¹, investem na produção de conhecimentos e na comunicação de ideias, relativamente engajados nos meios político, social e cultural de onde vivem.

Vale salientar que, no Brasil, até a primeira metade do século XX, ainda não havia um campo intelectual autônomo consolidado e muito menos campos disciplinares bem diferenciados, o que vai ter início somente nos anos 1930 e 1940, na medida em que os intelectuais vão angariando certo *status* para si e vão se especializando em suas áreas de produção. Assim, o intelectual brasileiro da primeira metade do século XX para se reconhecer, ser reconhecido e lembrado, tinha que integrar a certos grupos e circular por lugares específicos, como: cafés, salões de arte, clubes literários, instituições, associações, partidos políticos, redação de jornais e revistas, etc., chamados, na época, de “igrejinhas”, “panelinhas” ou “coterie”, onde podiam construir vínculos afetivos e demarcar territórios de disputa e consagração de seus nomes⁹².

Entre os principais lugares de sociabilidade e de produção do conhecimento ressalta-se a Faculdade de Direito do Recife, espaço de grande ressonância cultural desde a metade do século XIX, onde se aglutinavam intelectuais de todo o país; os Institutos Históricos espalhados pelo Brasil, sendo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, localizado na capital federal, o Rio de Janeiro, o de maior destaque entre eles. Fundado em 1838, o IHGB se destacava como espaço de glorificação dos “homens de letras”, onde seus membros se reuniam com o objetivo de fazer da História uma disciplina científica e produzir uma História do Brasil, construindo galerias nacionais de “homens ilustres” e, ao mesmo tempo, “galeria de espelhos”, no dizer de Armelle Enders.⁹³ Outra instituição de ressonância era a Academia Brasileira de Letras, que também possuía ramificações pelos estados do país. A ABL, criada em 1898 e dirigida por José Veríssimo, nasceu nos rastros do brilho de Machado de Assis e é entendida como uma das mais importantes entidades de consagração cultural pela

⁹⁰ SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In : René Rémond (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: EdUfrj / Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

⁹¹ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz, 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

⁹² GONTIJO, *Op. cit.* 2013. p. 48.

⁹³ ENDERS, Armelle. “O Plutarco Brasileiro: a produção dos vultos nacionais no segundo reinado”. **Estudos Históricos**. nº 25. Rio de Janeiro, 2000. p. 59

intelectualidade brasileira da virada do século. Tanto que, ser membro dela funcionava como uma espécie de ‘aposentadoria literária’, no conceito da época.⁹⁴

O convívio, o fortalecimento de laços e os calorosos debates estabelecidos entre os intelectuais nesses espaços eram muito importantes para o desenvolvimento de uma espécie de culto a determinados escritores que eram transformados em referências e venerados como autoridades, ainda em vida. Porém, ser um dos membros desses lugares não era nada fácil para um jovem aspirante a intelectual. Munido ou não de diploma ou de recursos financeiros, o que ele realmente precisava era do apoio de “padrinhos” com prestígio e autoridade suficientes para arrumar-lhe um passaporte de livre entrada nesses lugares de sociabilidade. Inclusive, dependendo da importância desse “padrinho” na burocracia estatal, seus favores poderiam ir além da indicação para sócio nesses espaços, sendo possível até a nomeação para ocupação no funcionalismo público, a qual garantiria salários fixos para custear a difícil vida de escritor⁹⁵.

Muitas vezes, quando esse jovem não vivia no Rio de Janeiro, centro político-administrativo, econômico e de irradiação cultural do país, até a década de 1920⁹⁶, o caminho encontrado por ele para trilhar carreiras de escritor, artista ou jornalista era migrar para a capital carioca. Esse êxodo acontecia porque se acreditava que somente assim seria possível angariar notoriedade e repercussão nacional suficientes para a consagração intelectual. Regina Abreu destaca que o cronista João do Rio costumava salientar que o Rio de Janeiro “era o lugar onde todas as províncias se encontravam”, como um “caldeirão nacional”.⁹⁷ Raimundo Arrais, em seu livro “A capital da saudade: destruição e reconstrução do Recife em Freyre, Bandeira Cardozo e Austregésilo”, também comentou a respeito,

⁹⁴ SEVCENKO, *Op. cit.* 1999. p. 101.

⁹⁵ A estratégia de garantir uma posição na burocracia do funcionalismo público do Estado para obter sustento e estilo de vida para o desenvolvimento de suas atividades literárias foi uma prática comum entre os intelectuais brasileiros que atuaram durante a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX. Essa prática fica evidente na fala de Carlos Drummond de Andrade, que se manteve durante 9 anos como chefe de gabinete do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, durante o Estado Novo de Getúlio Vargas: “A Organização burocrática situa-o, protege-o, melancoliza-o e inspira-o. Observe que quase toda a literatura brasileira, tanto no passado como no presente, é uma literatura de funcionários públicos. Nossa figura máxima, aquela que podemos mostrar ao mundo [...] foi um diretor-geral de contabilidade do Ministério da Viação, Machado de Assis. [...] seriam páginas e páginas de nomes, atestando o que as letras devem à burocracia, e como esta se engrandece com as letras.” In: ANDRADE, Carlos Drummond de. **Passeios na ilha**. São Paulo: Cosac Naify, 2011. Também podemos ler sobre esse assunto em: MICELI, *Op. cit.* 2001; MACHADO NETO, *Op. cit.* 1973.

⁹⁶ Sobre a hegemonia do Rio de Janeiro, sobretudo durante o século XIX, Regina Abreu afirma: “No Rio de Janeiro, e especialmente na Rua do Ouvidor, encontravam-se os formadores de opinião, os agentes consagradores, os difusores da literatura para todo o país. Essa situação perdurou até pelo menos 1920, quando surgiram as primeiras grandes editoras em São Paulo, com o movimento pioneiro de Monteiro Lobato, e em outros estados do Sul”. In: ABREU, Regina. **O Enigma de Os Sertões**. Funarte: Rocco. Rio de Janeiro, 1998. p. 58. Ver também: SEVCENKO, *Op. cit.* 1999. p. 93-118.

⁹⁷ ABREU, Regina. *Op. cit.* 1998. p. 197.

afirmando que muitos dos intelectuais provincianos que escreveram suas memórias, frequentemente reservavam um lugar especial para narrar sobre seu deslocamento para o “sul”, o que sugere a importância da Capital Federal na carreira profissional deles⁹⁸.

No entanto, apesar dessa migração ter sido frequente entre os aspirantes a intelectuais que viviam longe do Rio de Janeiro, sempre tinham aquelas figuras que combatiam a centralidade política e cultural da capital e insistiam em continuar a viver e a produzir nas províncias, construindo carreiras bem-sucedidas nos meios intelectuais e literários, mesmo fora do eixo central do país. Algumas delas conseguiram grande consagração, como foi o caso do sergipano Tobias Barreto, para falar da geração de 1870, que, radicado em Recife, expressava grande descontentamento em relação aos nativos da cidade carioca, acusando-os de terem certos privilégios. Além dele, não podemos nos esquecer de Érico Veríssimo, que atuou toda a sua vida em Porto Alegre; ou mesmo do pernambucano Gilberto Freyre. Embora reconheçamos o perfil cosmopolita e desbravador do mundo para além-mar de Freyre, o autor de livros respeitadíssimos, como “Casa-grande e Senzala” (1933), e “Sobrados e Mocambos” (1936), só para citar os de maior repercussão, trilhou sua trajetória intelectual quase toda em e para o Recife, sobretudo, a partir de 1923, quando regressou à sua terra natal dos seus estudos nos Estados Unidos.⁹⁹ Sua consagração como um grande *intérprete da realidade social brasileira* aconteceu ao longo do século XX, o que fez ele se tornar um dos intelectuais brasileiros de maior renome nacional¹⁰⁰.

Já outros que viviam fora do centro cultural do país, tiveram um prestígio nacional um pouco mais modesto, como foi o caso de Mário Sette. De acordo com a visão do jornalista José Geraldo Cavalcanti, o fato dele não ter saído de Pernambuco em busca de maior ressonância contribuiu para que ele fosse percebido como um intelectual de menor destaque. Em suas palavras:

Se Mário Sette houvesse nascido na Guanabara, em São Paulo, em Minas Gerais, (...) se houvesse radicado em qualquer daquelas unidades da federação, sua projeção teria sido outra, não tenhamos dúvidas, teria sobrepujado um Luís Edmundo, um

⁹⁸ ARRAIS, *Op. cit.* 2006. p. 23.

⁹⁹ Após voltar dos Estados Unidos, onde bacharelou-se em Ciências Políticas e Sociais na Universidade de Colúmbia, Gilberto Freyre, voltou para o Recife, sua cidade, passando a viver no bairro de Apipucos, de onde ele fez seu nome ter ressonância nacional e internacional ao colaborar nos mais importantes jornais e revistas do país, publicar livros por editoras de prestígio, como a José Olympio, na qual dirigiu a coleção “Documentos Brasileiros”, a partir de 1936, e participar ativamente das discussões mais relevantes do Brasil, durante quase todo o século XX.

¹⁰⁰ No clássico prefácio de “Raízes do Brasil”, Antonio Candido aponta que Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior seriam os principais autores que transformaram o campo da literatura que interpretou o Brasil nos anos 1930, colocando-os numa espécie de panteão do pensamento social brasileiro. Ver: CANDIDO, A. “O significado de Raízes do Brasil”. In: HOLANDA, S. B. D. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1967-2013.

Gastão Cruls, Vivaldo Coaracy porque nos seus trabalhos históricos a vida humana está presente.¹⁰¹

Nesse sentido, embora seu nome tenha tido certa repercussão nacional e até internacional com a popularidade de alguns de seus romances e livros de história, que foram sucessos de vendas em importantes editoras do país na época, com destaque para as paulistas Monteiro Lobato & Cia, Companhia Melhoramentos e Companhia Editora Nacional, ou a carioca José Olympio, ele não ganhou os louros de glorificação que permitiram sua entrada no panteão dos imortais da nacionalidade. Seu nome não estava na lista dos “grandes homens” das letras nacionais, uma vez que não foi membro da ABL, não foi sócio do IHGB, nem frequentou a Faculdade de Direito do Recife. Muito menos assumiu cargos políticos importantes.

Porém, isso não significa que Mário Sette tenha passado despercebido por essas instituições, sobretudo pela ABL, a qual lhe deu certo prestígio. Ao longo de sua vida, ele ganhou alguns prêmios pela entidade, como ocorreu, por exemplo, em 1925, pelo livro “O Vigia da Casa Grande”, e em 1929, quando recebeu menção honrosa de contos e novelas pela publicação de “Sombras de Baraúnas”, o que deu margem para que, em 1933, terem questionado nos jornais o fato de seu nome não ter sido sugerido para compor as cadeiras da instituição¹⁰². Além disso, em 1949, devido à repercussão positiva de seu último livro, “Arruar”, mais uma vez, seu nome ganhou ressonância na ABL, sendo cotado para concorrer ao “Prêmio Machado de Assis”¹⁰³, concurso que premiava “com o valor de Cr\$ 10.000,00 pelo conjunto de obra literária ao escritor brasileiro que tivesse publicado pelo menos um livro altamente recomendável, no triênio de 1947-1949”¹⁰⁴.

Sendo assim, ele foi um intelectual de província, utilizando aqui a noção de Ana Teresa Martínez, que viveu, de certa forma, por fora das instâncias nacionais consideradas como centros únicos de difusão de ideias¹⁰⁵. Foi sócio de instituições de consagração regionais que não chegavam à altura do impacto causado pelas da capital federal. Foi membro da Academia Mato Grossense de Letras, da Academia Mineira de Letras, da Academia

¹⁰¹ CAVALCANTI, José Geraldo Gomes. “Mário Sette: 20 anos da morte”. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

¹⁰² Questionou-se o porquê de nomes como os de Mário Sette, Oliveira Vianna, Alberto Rangel, Monteiro Lobato, Viriato Corrêa e Luiz Edmundo ainda não integrarem a ABL. In: “A Ilustre Campanha”. s/j.1933. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

¹⁰³ Ele concorreu ao Prêmio Machado de Assis junto com Érico Veríssimo, que havia saído com o livro “O tempo e o vento” e Eugênio Gomes, que publicara “Espelho contra espelho”. Discutiremos de forma mais profunda sobre esse concurso e sua importância na trajetória intelectual de Mário Sette mais adiante no capítulo.

¹⁰⁴ “Prêmio da Academia”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 25/02/1950.

¹⁰⁵ MARTÍNEZ, *Op. cit.* 2013. p. 169-180.

Catarinense de Letras e Artes e, principalmente da Academia Pernambucana de Letras. Na última, ele se filiou em 1922, onde ocupou a cadeira de número 40, na vaga deixada pelo padre Antônio Gomes Pacheco, com sua candidatura apoiada por Manoel Arão, Mário Melo e França Pereira. Também foi membro correspondente do Instituto Histórico de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Alagoas e sócio do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), a partir de 1935.

Podemos presumir que existam várias razões que expliquem a ausência de reconhecimento e legitimação de Mário Sette nas mais importantes redes de sociabilidade do país. Em nossa visão, uma delas está relacionada ao fato dele ter dedicado muito tempo de sua vida a produzir uma “história ensinável” direcionada ao grande público de “não iniciados” (que podia estar dentro ou fora das escolas), utilizando para isso mídias de grande disseminação. Isso porque, era (e ainda é) comum que a qualidade desse tipo de escrita da história fosse vista com certa suspeita por aqueles que eram considerados “historiadores de ofício”, representantes da “alta cultura”, justamente pelo valor mercadológico a ele atribuído, à premissa de “falsificação” e “deturpação” da ciência histórica, e também por agradarem um público amplo formado por crianças e/ou por adultos, muitas vezes, visto até como “inculto”¹⁰⁶. Ou seja, esse tipo de produção intelectual, relacionado à atividade de mediação cultural, era (e ainda é) pouco reconhecido (ou até não reconhecido) no mundo das letras, considerado de valor secundário, quando não supérfluo.

Mário Sette foi visto muito mais como um *conteur*, um contador de histórias, do que como um “historiador de ofício”, se ocupando da vulgarização e divulgação do conhecimento histórico em veículos de grande circulação, como, a imprensa, de modo geral, livros escolares, livros de história direcionados ao público adulto “não especializado”, programas de rádios, dentre outras modalidades. Sem falar na sua atuação como professor de História, uma vez que, de 1925 a 1948, ensinou esta e outras disciplinas (como Moral e Cívica, Francês e Psicologia) em diversas escolas do Recife, e também na Faculdade de Filosofia, Ciências e

¹⁰⁶ GOMES, Angela de Castro. “Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo”. In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia (Org.). **Intelectuais mediadores, práticas culturais e ação política**. Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 2016. p. 34. Pensando sobre o processo de consagração intelectual, vale ressaltar a ideia de “economia às avessas” de Bourdieu, a qual traz uma especificação da formação da autonomia dos campos artístico e intelectual. Essa ideia revela que o sucesso imediato de público e de vendas de uma obra de determinado artista (seja ele pintor ou escritor) é entendido por aqueles que produzem obras “puras” como uma marca de inferioridade. No dizer de Bourdieu: “É a mística cristista do ‘artista maldito’, sacrificado neste mundo e consagrado no outro, é, sem dúvida, apenas a transfiguração em ideal, ou em ideologia profissional, da contradição específica do modo de produção que o artista puro visa instaurar. Estamos, com efeito, em um mundo econômico às avessas: o artista só pode triunfar no terreno simbólico perdendo no terreno econômico (pelo menos a curto prazo), e inversamente (pelo menos a longo prazo).” In: BOURDIEU, *Op. cit.* 1996. p. 102.

Letras, fundada no Recife em 1941, onde lecionou no primeiro curso de História, de Pernambuco, na cadeira de “História do Brasil”.

Ele se especializou em contar a História do Brasil e, mais especificamente, a História de Pernambuco e do Recife, de maneira fácil, por meio de linguagens acessíveis, com o objetivo de incentivar o gosto do leitor pela história e estimular nele a curiosidade pelos detalhes pitorescos, pelos personagens heróicos, pelas tradições de sua terra, pelos costumes e lendas que fizeram parte do imaginário coletivo e da memória regional/nacional. Sua intenção não era necessariamente atrair um leitor íntimo dos métodos historiográficos, isto é, que possuía capital cultural suficiente para tecer análises complexas sobre o conteúdo apresentado, mas, aquele que se deixava facilmente seduzir por um enredo simples e acessível, sem elucubrações eruditas. Isso significa que, por mais que ele tenha se dedicado a escrever sobre história, Mário Sette não foi considerado como um “historiador de ofício”, pois não se reconhecia e não era reconhecido como tal, nem desejava se dedicar à produção de um discurso científico e controlado pelos pares. Portanto, seu objetivo não era produzir uma grande síntese interpretativa sobre a História do Brasil, nem publicar análises minuciosas sobre fontes históricas inéditas, mas ensinar uma História do Brasil que mobilizasse uma apropriação do passado no presente, estimulando nos seus leitores e ouvintes sentimentos patrióticos e identitários.

Em outros capítulos da tese analisaremos com mais detalhes seu perfil de historiador mediador e as características de sua escrita da história. Por enquanto, o que queremos defender aqui é que foi justamente pelo fato de Mário Sette ter feito sucesso como um profissional especializado em atingir um público não especializado no conhecimento histórico, voltando-se para uma abordagem de tom evocativo, social e pitoresco, utilizando para isso estratégias narrativas que costumavam trazer elementos ficcionais para a sua produção histórica, que ela não foi valorizada pelos “historiadores de *métier*”, membros do IHGB. O que não significa dizer que, por isso, a sua produção histórica não tinha valor, pois, como já vimos, apesar da falta de reconhecimento do papel exercido pelos intelectuais mediadores, o qual Mário Sette se dedicou durante toda a sua vida com muito afinco, este tem grande relevância nas sociedades e culturas, de maneira geral, sobretudo quando se trata da construção de memórias de grupos sociais e comunidades, inclusive nacionais. Isso fica claro quando muitos deles se voltam para a elaboração de produtos culturais voltados para as crianças, consideradas “o futuro da nação”, e para composições que reforçam narrativas identitárias, que colaboram com a formação de culturas políticas e culturas históricas.

Ao longo desta tese, veremos que Mário Sette foi um intelectual mediador que, por meio de sua produção historiográfica e literária, atuou fortemente na fabricação de uma memória (local e regional) em Pernambuco e na criação de uma identidade pernambucana. Tanto que, aqueles que construíram uma memória sobre ele o enquadraram como um dos fundadores do sentimento de *pernambucanidade* no estado.

2.2 CAMINHOS DE UM CORAÇÃO: MÁRIO SETTE, O ARQUITETO DE SI MESMO

Outra hipótese interessante que explica o fato de Mário Sette não ter tido um tipo de reconhecimento que lhe garantisse a entrada no panteão da imortalidade nacional tem a ver com o fato dele ter sido enquadrado como um homem simples, modesto, discreto, abnegado e com poucas ambições de alçar vôos para o sucesso. Essa era, na verdade, uma memória que Mário Sette produziu de si mesmo, na medida em que gostava de frisar que era apenas um escritor e nada mais, dedicado à sua cidade, o Recife, e à construção de um lar feliz com sua família, onde dizia que se sentia totalmente abastecido, na companhia de sua esposa, Maria Laura, de seus filhos, Hilton e Hoel, e de netos, para enfrentar os chamados “marimbondos” que o atacavam¹⁰⁷. Em suas palavras:

Como vêm, sou apenas um escritor. Nenhum outro título a declinar: nem deputado, nem coisa nenhuma de relevo na vida.
E vivo contente comigo mesmo, muito arredio por índole, muito trancado na minha casa onde encontro o clima de tranquilidade e afeto exigido pelo meu feitio sentimental. E, hoje, com 3 netos...
Nesse sossego nutro o ânimo necessário para me defender dos “marimbondos” lá de fora.¹⁰⁸

Essa memória construída de si mesmo foi incorporada por muitos intelectuais que se dedicaram a escrever sobre ele ao longo de sua vida e após a sua morte. Eles se empenharam em criar imagens arquetípicas e estereotipadas sobre Mário Sette, que mascaravam seus defeitos e exaltavam suas qualidades, enquadrando certa memória sobre ele por meio da construção de consensos formulados a partir de ditos e também de não-ditos, uma vez que lembranças e esquecimentos se complementam. Organizava-se, portanto, um processo de

¹⁰⁷ A ideia de “marimbondos” faz alusão a um adjetivo utilizado por Luís Luna para descrever Osório Borba como o “homem que cuspiam marimbondos”, ou seja, como um jornalista que possuía um caráter satírico, ríspido, direto e crítico. Esse adjetivo, posteriormente, foi utilizado por Andrade Lima Filho para dar título a uma biografia de Osório Borba. In: FILHO, Andrade Lima. **Itinerário de Osório Borba**. O homem que cuspiam marimbondos. Associação da Imprensa de Pernambuco. Recife, 1979.

¹⁰⁸ “Inquérito literário. Mário Sette”, setembro de 1939. Esse artigo de jornal foi encontrado dentro da autobiografia de Mário Sette, e como ele está todo fragmentado, não é possível identificar o jornal que o veiculou nem o autor do texto.

afirmação de determinadas lembranças que deveriam ser compartilhadas até que memórias concorrentes fossem diminuídas ou anuladas, sendo este um trabalho de restrição das possibilidades de interpretação daquilo que é lembrado.¹⁰⁹

Fabricava-se, assim, um modelo ideal de “homem de letras”, como aquele que seria reservado e pouco atraído pelas futilidades da vida mundana. O valor da introspecção e da modéstia no mundo das letras é relativo e não existem consensos que o privilegiam. O intelectual é normalmente visto como, por natureza, um homem do espaço público, frequentador de múltiplas redes de sociabilidade que o valorizam e o possibilitam notoriedade. Porém, contraditoriamente, o desinteresse por tudo isso e o recolhimento em seu próprio mundo interior correspondem a qualidades muito valorizadas e ostentadas no meio, que podem, inclusive, garantir certo capital simbólico aos intelectuais, ainda que sejam características “identificadas como parte de um jogo retórico e memorialístico, que visa estabelecer uma imagem do intelectual a ser difundida e guardada”¹¹⁰.

Mário Sette construiu uma imagem de si e também foi visto como um verdadeiro “misantropo”¹¹¹, um “beneditino”, cerrado em si mesmo, que preferia viver no anonimato. Esta imagem foi incorporada pelo seu filho Hilton Sette, que, em artigo publicado em comemoração ao centenário de seu pai, ocorrido em 1986, afirmou:

Nunca correu atrás de honrarias, homenagens e mordomias. Sempre preferiu o recato, a penumbra, o anonimato das plateias ao foco dos refletores e aos palcos iluminados do exibicionismo. Por isso, para muitos, um esquivo, um misantropo, um encaramujado no lar. Fugia das altas rodas sociais, não se sentia bem em ambientes cerimoniosos. Fazia vida social com os parentes e um pequeno grupo de amigos de fé.¹¹²

¹⁰⁹ Contudo, a alteração das circunstâncias que constituem a “memória enquadrada” pode fazer emergir “memórias subterrâneas”, até então silenciadas, produzindo, portanto, disputas de memórias. Sobre isso, ver: POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10. p. 200-215, 1992. _____. “Memória, esquecimento, silêncio”. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

¹¹⁰ Para alguns grupos de intelectuais do século XIX e início do século XX, a abnegação era vista como um grande valor, contudo, para outros, o mesmo não ocorria, uma vez que a boemia, a esbórnica e a irreverência eram valorizadas, pois poderiam servir para construir/fortalecer redes de relações afetivas. Para compreender melhor o valor da modéstia e da introspecção, ver: GONTIJO, *Op. cit.* 2013. p. 149; CHARTIER, *Op. cit.* 1997. Já para um maior aprofundamento sobre a valorização da boemia, ver: in: BOURDIEU, *Op. cit.* 1996.

¹¹¹ Sobre essa característica que ele dizia ter, afirmou: “Nada me empolgava mais a atenção que o meu lar. Maria Laura, Hoel, meus livros... Foi assim que me fui fazendo caseiro, indiferente à vida mundana, o ‘misantropo’ de agora. E, à medida que sinto a evolução do mundo lá de fora, menos inclinado estou a me interessar por ele. Meu lar, funciona como uma ilha isolada, boa, amável, tranquila e confortadora.” in: SETTE, *Op. cit.* 1980. p. 94.

¹¹² SETTE, Hilton. “Centenário de nascimento de Mário Sette”. Disponível em: http://www.hiltonsette.com.br/pdf/centenario_nascimento_mario_sette.pdf. Acesso em: 20/06/2021.

Também podemos observar esse tipo de leitura de Mário Sette presente numa carta enviada a ele em 21 de junho de 1938, de remetente não identificado¹¹³. Nela, o autor salienta que Sette teria vivido à sombra, longe da “trombeta da fama”:

Você limitou seu “mundo” aos encantos de seu lar feliz, ao lado da esposa querida e dos filhos que lhe honram o nome e agora vão se desdobrando nesse jardim florido que são suas interessantes netinhas.

Realmente não se compreende essa ‘sombra’ em que você vive, fazendo supor que você guarda avaramente só para os seus, os frutos maravilhosos de sua inteligência, dando-nos de longe em longe umas páginas que revelam o seu temperamento de incorrigível romântico. O mundo quer o alarde, a trombeta da fama ainda que assalariada, quer a vida urbana coberta de lantejoulas e de pedrarias falsas; mas você, com o seu temperamento, com a sua sinceridade, vivendo como um beneditino, tem a felicidade íntima, mas sofre a maldade dos invejosos e a injustiça dos maus, que lhe olham receosos de rolar do seu pedestal incerto, se você lhes fizer uma pequena concorrência.

Qual é o nome que, hoje em Pernambuco, se lhe vantagem nas letras?

Poderá haver nomes de maior cultura, de maior saber, mas nenhum se lhe vantagem na projeção; e isso tudo você tem conseguido sem outro auxílio que não seja o de admiradores de sua pena. Razão de sobra tem você em dizer que lhe julgam um misantropo, quando você irradia afetividade por todos os polos. Por isso você sofre, é incompreendido e os modestos castelos que você arquiteta, caem fragorosamente, sem uma razão plausível.

Hoje li a lista dos prêmios da Academia. Você não concorreu e, daí, a ausência do seu nome entre os contemplados.¹¹⁴

Esse fragmento de carta é pleno de desdobramentos. Um deles é que, ao trazer a ideia de que Mário Sette vivia à “sombra”, o remetente constrói uma imagem sobre ele que pode suscitar interpretações distintas, mas que se complementam. A primeira delas tem a ver com o fato da ideia de “sombra” remeter a uma “zona de conforto” proporcionada quando estamos fora do alcance dos brilhos dos raios solares que ofuscam e podem, até, queimar. Essa sombra representa, sua cidade, sua família e o seu “lar feliz”, que parecem se colocar como uma redoma protetora da crítica, representada pelos “marimbondos”. Além disso, o termo “sombra” também está relacionado a algo que resiste, como a última réstia, à modernização e ao moderno, que invadia o Recife com suas novas construções. Viver na “sombra”, portanto, remete ao que está longe da “vida urbana coberta de lantejoulas e de pedrarias falsas” e próximo ao conforto de um tradicional “sobrado”, espaço visto por Sette e por outros intelectuais, como Gilberto Freyre, José Lins do Rego, só para citar alguns, como aquele que

¹¹³ Faço minhas as palavras da historiadora Ângela de Castro Gomes quando diz que “não é fácil trabalhar com cartas. Elas são fontes fragmentadas, dispersas, e de difícil leitura, sobretudo quando manuscritas”. Infelizmente, esse foi o caso dessa carta, na qual não foi possível identificar o remetente. Sobre a análise de cartas como fonte, ver: GOMES, Ângela de Castro. **Em família**: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre. Mercado das Letras: Campinas/SP, 2005. p. 14.

¹¹⁴ Carta de remetente não identificado de 21/06/1938, presente no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

resiste imponente às transformações urbanas ocorrida na cidade e como lugar central de memórias afetivas. Outra interpretação do termo “sombra” está associada à ideia de ter construído sua trajetória intelectual longe dos holofotes, e, por isso, numa área de obscurecimento e incompreensão que tornou seu nome, ainda em vida, pouco lembrado, e portanto, ausente entre os contemplados prêmios literários.

Esses três significados de “sombra” se complementam na trajetória intelectual de Mário Sette, pois, ao mesmo tempo que a “sombra” trazia uma sensação de tranquilidade para sua vida, também dificultava a conquista de mais notoriedade nacional como “homem de letras”, o que parecia lhe causar certa tristeza. Tanto que em sua autobiografia, “Memórias Íntimas (caminhos de um coração)”, ele afirma se sentir “relegado à sombra de uma burocracia insulsa e improdutiva”¹¹⁵ do funcionalismo público (em sua ocupação nos Correios, onde trabalhou de 1909 a 1945) “menosprezado por minha atividade de provincianíssimo rabiscador literário”¹¹⁶, e, portanto, esquecido. Contudo, ele gostava de justificar as razões de ter ficado à sombra, associando-as não somente ao fato dele não ter se “exposto ao brilho do sol da evidência”, mas também por ele ter tido pouco capital econômico e social, herdados de seus pais, ou mesmo adquirido pelo sistema da educação superior, uma vez que foi autodidata¹¹⁷, como podemos observar no fragmento de texto intitulado “Caminhos de um coração”, que inicia a biografia:

Nunca fui mais do que um coração. De origem modesta, sem ter tido pai alcaide de quem herdasse credenciais de êxito, sem jamais ter cursado uma escola superior para tutear os futuros homens de projeção, sem nunca ter me exposto ao brilho do sol da evidência a fim de que me vissem melhor, é justificado haver ficado esquecido.

¹¹⁵ SETTE, *Op. cit.* 1980. p. 127. Na autobiografia, Mário Sette expõe que quando passou no concurso para os Correios ele: “sonhava com o emprego público. Parecia-me distinto, superior ao comércio, e com mais liberdade para minha vocação literária”. Porém, ao mesmo tempo que reconhecia essa vantagem, reclamava frequentemente de sua ocupação na burocracia, afirmando que ela havia tomado muito tempo de sua vida literária e impedido de ter investido mais nela.

¹¹⁶ SETTE, *Ibid.* 1980. p.172.

¹¹⁷ Segundo Sérgio Miceli, a não continuidade da trajetória escolar de muitos futuros romancistas tinha a ver com o fato de apertos no orçamento familiar e por motivos de constantes mudanças de residência e cidade, uma vez que se viam forçados a mudar constantemente de colégio ou a depender das entidades mantenedoras das instituições de ensino. Alguns deles tiveram que interromper os estudos antes mesmo de concluir o secundário, outros no início do curso superior. In: MICELI, *Op. cit.* 2001. p. 182-183. No caso de Mário Sette, ele fez todo o curso primário sob os ensinamentos de seu avô materno, conhecido como “Professor Luna”, que era professor de várias escolas em Recife durante fins do século XIX e início do XX. O seu curso secundário foi bem tumultuado, uma vez que se mudou muitas vezes de cidade, transitando entre Recife, Santos e Rio de Janeiro e estudando em muitos colégios diferentes, até decidir em 1901, com 15 anos de idade, interromper o curso secundário, e voltar a viver em Recife para trabalhar na alfândega. Em sua biografia, ele comenta que tudo que aprendeu foi com seu avô materno e os ensinamentos dele sedimentaram seu autodidatismo: “Com esse avô-mestre, fiz todo o meu curso primário sobre o qual assentei sem problemas tudo quanto sei hoje, tudo o que intelectualmente valho, sem ter completado meu curso secundário e sem ter querido (ou podido) obter diploma superior. Homem de letras e professor em uma Faculdade e em vários colégios recifenses, conscientemente e, sem modéstia, com um sentido pedagógico, pude sedimentar meu preparo de autodidata mercê do ótimo lastro proporcionado por aquele inesquecível papai Luna.” In: SETTE, *Op. cit.* 1980. p. 47

Nem me queixo disso. Acomodo-me na sombra e gozo de seus benefícios que não são pequenos.
 Confidencio, porém, uma vaidade. A de poderem filhos e netos afirmar com impavidez e porventura consolo:
 - Ele não foi nada. Não nos legou uma herança de proventos materiais nem de posições. Mas, o pouco que valeu obteve a sua custa, ou melhor, com o seu coração...¹¹⁸

Por mais que ele parecesse frustrado por se sentir esquecido, Mário Sette afirmou não se queixar disso, o que nos faz pensar que este seria um ato de tentar disfarçar sua indignação, de demonstrar desinteresse, num “jogo retórico e memorialístico” para a construção de uma imagem de intelectual abnegado e desprendido da busca pelo reconhecimento no mundo das letras. Inclusive, ele gostava de dizer que seu prestígio intelectual era fruto somente de mérito próprio – esforço, inteligência e autodidatismo – e não de “genuflexões, cabotinagens, bajulações”. Ele afirmava que jamais tinha sido um “palaciano” por usar da influência de pessoas importantes em seu proveito, e dizia: “ao contrário, vivo retraído, fujo a exibições, não pertença a igrejinhas, quase não pertença a associações de que sou membro, como a Academia Pernambucana de Letras e o Instituto Arqueológico”¹¹⁹. Dessa forma, Mário Sette deixava claro o que achava quando dizia que, se tinha algum valor intelectual, havia conquistado por mérito próprio, decorrente de seu esforço e da fama de seus romances e livros de história, e não por fazer parte de importantes redes de sociabilidades locais e nacionais.

Essa imagem sobre ele foi apropriada pelo seu grande amigo, Herman Lima, que, em um texto publicado no *Diário de Notícias* em 9 de abril de 1950, em homenagem à morte de Sette, declarou:

Para tanto, é ainda oportuno frisar que Mário Sette não recorreu jamais a qualquer expediente favorável a um sucesso fácil, não desceu nunca a nenhuma concessão subalterna, alheio a qualquer cabotinismo e cortesia à popularidade e ao beneplácito de suspeição, mantendo sempre uma inalterável linha de discrição e dignidade que era também um dos seus traços mais característicos.¹²⁰

Porém, é importante ressaltar que, ao trazer esse discurso sobre si mesmo, Mário Sette ocultou o fato de que, entre as décadas de 1920 a 1940, mantinha uma troca epistolar bem agitada com importantes figuras do mundo do político e das letras, pela qual não hesitava em cobrar favores e oportunidades burocráticas e políticas, seja para a publicação e distribuição de seus livros ou para solicitar novas ocupações no funcionalismo público.¹²¹ Essa prática fica

¹¹⁸ SETTE, *Op. cit.* 1980. p.17.

¹¹⁹ SETTE, *Op. cit.* 1980. p. 205.

¹²⁰ LIMA, Herman. “Mário Sette”. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 09/04/1950.

¹²¹ Nomes importantes do mundo das letras trocaram intensamente cartas com Mário Sette ao longo das décadas de 1920 a 1940, como: Álvaro Lins, Érico Veríssimo, Herman Lima, Hermes Lima, Hélio Vianna, Levi Carneiro, Afonso de Taunay, Lula Cardoso Ayres, Monteiro Lobato, Galeão Coutinho, Floriano Rios, dentre outros. Essas e outras cartas fazem parte do acervo pessoal de Mário Sette.

evidente numa carta enviada a Sette por Érico Veríssimo, em 21 de novembro de 1934, que é uma resposta a uma cobrança do escritor pernambucano para que Veríssimo intercedesse por ele na Revista Globo, na qual era o secretário de redação, para a tradução de alguma obra da literatura francesa:

Recebi o seu cartão, a que respondo.
Tive muito prazer em interceder por V. junto aos snrs. Barcellos, Bertaso & Cia. para que lhe dessem um livro bom da literatura francesa para traduzir. Achei mesmo que o seu nome seria uma esplêndida recomendação para a edição brasileira.¹²²

Há também uma correspondência enviada por Álvaro Lins em 7 de novembro de 1936 – que na época era um jovem de apenas 24 anos e já ocupava o cargo de secretário do Governo de Pernambuco, nomeado pelo interventor Carlos de Lima Cavalcanti. Nela fica subentendido que Mário Sette havia solicitado um patrocínio do Estado de Pernambuco para a publicação de um livro infantil. Segue a transcrição da carta:

Meu caro Mário Sette:
Estou, de diversos modos, em falta com o meu velho e prezado amigo. Em primeiro lugar, portanto, vão os meus agradecimentos pelo seu amável telegrama.
Logo que recebi a sua carta falei sobre o assunto ao Governador que ficou de falar com o Secretário da Fazenda a fim de me habilitar a dar-lhe uma resposta. Houve, então, a demora tão natural nas repartições públicas. E só hoje obtive uma solução do caso.
O Governador apoiará, como lhe prometeu, a edição do seu livro infantil. O Estado ficará com mil exemplares, ao preço de 5\$000, cada. Apenas – e acho que este apenas não trará uma grande dificuldade – por falta de verba, no momento, o Governo só poderá pagar os cinco contos no início do próximo exercício, janeiro ou fevereiro.
Eu por mim, já antevejo o seu novo triunfo intelectual, e fico a esperar o momento de enviar-lhe as minhas felicitações.
Como sempre, seu amigo e admirador,
Álvaro Lins.¹²³

A correspondência entre intelectuais era uma prática bem comum, exercida com afínco e prazer até a primeira metade do século XX, na medida em que não existiam muitas opções de meios de comunicação privados entre eles, sobretudo quando se tratava de intelectuais que viviam afastados geograficamente. Esse era um espaço interessante que pode ser visto como um lugar de exposição de subjetividades e também de sociabilidade, pois por meio do envio de cartas é possível a construção e transmissão de uma espécie de clima emocional, de aproximação e afastamento entre os missivistas. Dessa forma, era por meio da troca epistolar que os intelectuais podiam construir um “lugar” de sociabilidade “privado” – por oposição aos lugares públicos, como, por exemplo, as associações, as redações de jornais,

¹²² Carta de Érico Veríssimo (Revista Globo) para Mário Sette de 21/11/1934. Presente no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

¹²³ Carta de Álvaro Lins para Mário Sette de 7/11/1936. Presente no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

revistas, café, dentre outros – onde podiam trocar afinidades, interesses, opiniões, preocupações, intimidades, sentimentos e segredos mais íntimos, da ordem do pessoal. Além disso, também era um espaço onde podiam estabelecer relações de troca de favores, negociações, solicitações burocráticas e políticas, e facilidades na publicação de algum texto ou livro.¹²⁴ Mário Sette, portanto, não foge à regra.

Ao solicitar certas facilidades por meio de cartas, ele tinha como prática o envio de agradados como forma de agradecer os favores prestados. Enviava, por exemplo, uma edição recém-lançada de um de seus livros, doces caseiros, objetos, desenhos e fotografias de sua cidade, etc. Em seu acervo de documentação pessoal presente na Fundação Joaquim Nabuco, há uma carta curiosa enviada por Victor Konder em 7 de maio de 1930, que na época era Ministro de Viação no governo Washington Luiz, agradecendo o envio de “um lindo azulejo destacado da velha Sé de Olinda”¹²⁵. Além dessa, também nos deparamos com uma correspondência do secretário do Primeiro-Ministro do Reino Unido, Winston Churchill, agradecendo a Sette um livro enviado¹²⁶, e outra remetida por Ronald de Carvalho, poeta e então secretário do presidente Getúlio Vargas, que, em nome da presidência da República, agradecia a oferta do livro “Terra Pernambucana”¹²⁷.

É importante ressaltar que Mário Sette estabeleceu vínculos com importantes políticos e intelectuais que fizeram parte do corpo burocrático do Governo Vargas. Nomes como Ronald de Carvalho e Herman Lima, que atuou como secretário da presidência entre 1933 e 1937, e José Américo de Almeida, Ministro de Viação e Obras Públicas de Getúlio Vargas, de 1930 a 1945, remetiam, com frequência, cartas afetuosas a Sette, seja para corresponder às suas cobranças de favores ou para tecer comentários sobre seus livros lançados.

Outra carta nos chamou a atenção pela tentativa de Mário Sette de conseguir um cargo importante nos órgãos do governo Vargas, durante o Estado Novo. Remetida por uma figura que parecia ser funcionário do governo, que assina somente pelo primeiro nome, Floriano, em

¹²⁴ Sobre a correspondência entre os intelectuais, ver: GOMES, Angela de Castro. “Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo”. In: GOMES, Angela de Castro (org). **A escrita de si. A escrita da História**. FGV. Rio de Janeiro, 2004; LUCA, Tania Regina de. “Monteiro Lobato: estratégias de poder e auto-representação n’A barca de Gleyre”. In: GOMES, *Op. cit.* 2004. p. 111-138; GOMES, *Op. cit.* 2005; GONTIJO, *Op. cit.* 2013.

¹²⁵ Carta de Victor Konder para Mário Sette de 1930. Presente no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco. Com Victor Konder (1886-1941) Mário Sette “fizera uma boa camaradagem”, como ele mesmo salientou em sua autobiografia. Foi na casa dele que Sette firmou uma interessante rede de sociabilidade com importantes figuras do mundo político carioca, como, por exemplo, Mário Belo, diretor dos Telégrafos, Agripino Grieco, Hermes Fontes, dentre outros. In: SETTE, *Op. cit.* 1980. p. 118-119.

¹²⁶ Carta de As. Hodge para Mário Sette de 16/10/1944. Presente no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

¹²⁷ Carta de Ronald de Carvalho (secretário do Chefe do governo provisório) para Mário Sette de 14/07/1934. Presente no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

6 de abril de 1940, acreditamos que se trata de uma resposta a uma solicitação feita por Mário Sette para ocupar um posto em algum DEIPs (Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda), órgãos estaduais que estavam em processo de instalação nos estados, mas que só viriam a ser estabelecidos meses depois, após o Decreto-Lei nº 2.557, de 4 de setembro de 1940. Essas repartições tinham uma função importante nos estados, pois deveriam servir como extensão do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), que tinha sede na capital da República e centralizava todos os serviços relacionados à “imprensa, radiodifusão, cinema, teatro, funções recreativas e esportivas, propaganda, publicidade e divulgação”.¹²⁸ A carta de Floriano dizia:

Logo que me chegou às mãos, sua carta de 30 do passado, dei-me pressa em transmitir ao Dr. Queiroz Lima, a sua ideia de passar para o D.I.P., terça-feira, quando fui saber a resposta, ele disse ter sido o seu nome bem aceito pelo Lourival Fontes, mas que as nomeações para os estados só seriam feitas daqui a trinta dias. Quanto a sua vinda, acha desnecessária agora, pois, o Dr. Getúlio vai ao sul, dentro em breve.

Conforme disse já, tanto o Dr. Vergara como o Queiroz Lima, demonstram boa-vontade para com você, se essa demonstração é sincera ou artificiosa, não sei, não os conheço intimamente, para um julgamento seguro.

Da minha parte, você encontrará sempre, numa estima sincera o grato prazer de lhe ser útil.

Quanto à licença, aguardo o número do requerimento, para providenciar a respeito.

Com as nossas recomendações a todos, um afetuoso abraço do Floriano.¹²⁹

Apesar do nome de Mário Sette ter sido bem-aceito por Lourival Fontes, diretor do DIP, e da boa vontade de José Queiroz Lima, funcionário do gabinete da Presidência, e de Luiz Vergara, Chefe de Gabinete Civil da Presidência da República, como é apontado na carta, ele não conseguiu sua tão desejada vaga na instituição, e, ao que tudo indica, tampouco conseguiu uma reunião com o presidente Vargas.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que construía uma imagem de si como um “misantropo”, desinteressado por qualquer prestígio no mundo das letras, a qual foi incorporada por aqueles que criavam uma memória enquadrada sobre ele, ficou claro que Mário Sette também foi um intelectual bem articulado e preocupado em formar uma interessante rede de sociabilidade com homens do mundo do político e/ou das letras, acreditando que, assim, conseguiria boas oportunidades e certa visibilidade nacional para seu nome. Isso não significa que ele tenha agido por cinismo ou puro interesse, como se o fato de

¹²⁸ Segundo Ana Paula Leite Vieira, em um relatório enviado por Lourival Fontes ao presidente da República, Getúlio Vargas, em junho de 1942, oito estados e o território do Acre ainda não haviam organizado seus DEIPs, apesar das “insistentes recomendações e pedidos” do DIP. Ver: VIEIRA, Ana Paula. **O Departamento de Imprensa e Propaganda e a política editorial do Estado Novo (1937-1945)**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Rio de Janeiro, 2019.

¹²⁹ Carta de Floriano para Mário Sette de 06/04/1940. Presente no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

ter estabelecido uma rede de relações intelectuais para tentar alcançar seus objetivos tivesse como finalidade última o sucesso de sua trajetória profissional. É um erro transformar o trajeto de um sujeito em projeto, como se as direções tomadas por ele em seu campo partissem sempre de um interesse prévio, de uma consciência lógica pré-determinada¹³⁰.

Esse tipo de atitude fazia parte da lógica dos aspirantes a literatos no Brasil da primeira metade do século XX, quando os campos artísticos e científicos ainda não eram autônomos e as chances de conseguir algum prestígio no mundo das letras eram bem menores. Além disso, como já foi dito, também era bem comum a atitude dos intelectuais de demonstrarem desinteresse pelo êxito, pela fama e popularidade, já que, como salienta Bourdieu, eles fazem parte de um microcosmo que se constitui a partir da inversão da lei fundamental do mundo econômico¹³¹. Nesse sentido, o capital simbólico nesse campo, estava, muitas vezes, associado às ações desinteressadas, consideradas “puras”, o que significa que quanto mais o intelectual recalcava e camuflava seus interesses, mais ele podia ser reconhecido pelos seus pares como um virtuoso, e, portanto, ser recompensado. Sobre essa questão, apontou Bourdieu, que os intelectuais:

podem estar prontos a morrer por esses objetivos, independentemente de qualquer consideração em relação aos lucros específicos, lucrativos, da carreira ou outros. Sua relação com o objetivo que lhes interessa não é de modo nenhum o cálculo consciente de utilidade que lhe oferece o utilitarismo, filosofia que preferimos atribuir às ações dos outros. Eles têm o sentido do jogo; nos jogos nos quais, por exemplo, é preciso mostrar “desinteresse” para ter êxito, eles podem realizar, de maneira espontaneamente desinteressada, ações que estejam de acordo com seus interesses. Existem situações inteiramente paradoxais que uma filosofia da consciência impede de compreender.¹³²

Portanto, devemos entender que não se trata de invalidar um posicionamento ou outro, buscando uma “verdadeira” face de Mário Sette, mas percebermos os contrapontos, os dilemas nas práticas de representação e de construção de significados que estão sendo instituídos por esse sujeito. Não podemos passar indiferentes aos possíveis que compõem a vida desse sujeito, que como qualquer outro intelectual, possui uma trajetória complexa, cheia de meandros e marcas de subjetividade, e também contraditória, pela maneira como tentou controlar suas narrativas de si e as imagens criadas sobre ele, e pelos posicionamentos tomados dentro do próprio campo intelectual.

¹³⁰ BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

¹³¹ BOURDIEU, Pierre. “É possível um ato desinteressado?”. In: BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**. Sobre a teoria da ação. 11ª ed. Papirus. Campinas, SP, 2011; BOURDIEU, *Op. cit.* 1996.

¹³² BOURDIEU. *Ibid.* 2011. p. 146-147.

2.3 O MEDO DE SER ESQUECIDO ASSOMBRA

Muitas vezes, a memória que construímos sobre nós mesmos, que pode ser acolhida e compartilhada com empenho por nossos admiradores ou opositores, não necessariamente está de acordo com nossas atitudes e caminhos que seguimos. Narrar uma história, mesmo que seja a de si mesmo, não é o mesmo que vivê-la. Para contar é preciso selecionar bem os fatos para que nossa melhor versão apareça, e para isso, o esquecimento é fundamental. Sabendo disso, não temos aqui a intenção de apresentar um sentido lógico da trajetória desse intelectual pernambucano, pois, assim, cairemos no “canto da sereia” da “ilusão biográfica”, como aponta Bourdieu. Nosso interesse nesta tese é investigar os significados elaborados em torno da trajetória desse sujeito na intenção de apresentar Mário Sette em toda sua complexidade.

Mário Sette, ao mesmo tempo em que construiu uma memória de si como um intelectual abnegado e desinteressado do sucesso mundano, também guardou para si uma vaidade bem comum entre os intelectuais de sua época: o forte desejo de ser lembrado. Durante toda a sua vida, ele investiu na produção de “atos biográficos”, atribuindo significados especiais associados a sua própria vida, que não precisam ter nenhuma característica excepcional para ser digna de ser lembrada.¹³³ A partir do que Jacques Derrida chamou de “pulsão de arquivo”¹³⁴, a qual garante um dar-se conta de sua finitude e de um possível esquecimento, Sette encarou a empreitada de construir de uma memória de si mesmo, se dedicando à produção autobiográfica, iniciada em 1942 e concluída ao longo dos anos de 1940, mas que só foi publicada em 1980.

2.3.1 A escrita de si: a autobiografia

No movimento autobiográfico, ele contou sua história como um verdadeiro “editor” da própria vida, ordenando e rearranjando o seu trajeto para construir um “eu” coerente e contínuo e, ao mesmo tempo, ressaltando momentos significativos de sua trajetória (e

¹³³ GOMES, Angela de Castro. *Op cit.* 2004.

¹³⁴ Para Derrida, “o arquivo, se esta palavra ou esta figura se estabiliza em alguma significação, não será jamais a memória nem a anamnese em sua experiência espontânea, viva e interior. Bem ao contrário: o arquivo tem lugar da falta originária e estrutural da chamada memória.” In: DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. p. 22. Portanto, é a partir da “pulsão de arquivo” que recorreremos à busca do não esquecimento.

obscrecendo outros).¹³⁵ Sobre a produção desse tipo de relato, Bourdieu destacou que o mesmo:

se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário.¹³⁶

Denominada de “Caminhos de um coração”, Mário Sette construiu essa autobiografia como uma narrativa de si organizada e coesa, como deveria parecer sua vida, dividida em três volumes “onde os textos datilografados se misturam a fotografias de várias épocas, recortes de jornais, bilhetes, papéis de folhinha, cartas de fiança, recibos, constituindo verdadeiros álbuns de recordações.”¹³⁷ Seu filho, Hilton Sette, a considerou como “um verdadeiro pôster, em corpo inteiro, de sua maneira de ser, de pensar, de viver, de querer bem, de sofrer e até de perdoar”. A ideia era passar a sensação de que nessa “produção do eu” o sujeito “se despia” de qualquer máscara e apresentava seu “eu” mais sincero, na busca por um “efeito de verdade”, comum nesse tipo de documentação¹³⁸. Assim, para Hilton, ler “Caminhos de um coração” suscitou a impressão de estar perto novamente de seu pai, apesar do corpo inerte, como se fosse possível:

vermos entrar casa adentro, reingressar em nosso convívio, bater um papo em nosso terraço, sentar-se em nossa mesa, partilhar de nosso cotidiano, tal como ele sentia “acontecer” em relação aos seus “mortos”. Tão nítidas as imagens reavivadas por suas evocações que conseguimos reconstituí-lo na variadíssima gama de suas expressões fisionômicas, por exemplo, ao falar, ao rir, ao prestar atenção, (...). Um Mário Sette vivo, reencarnado sem efeitos de truques ou de manifestações espíritas. O Mário Sette como era na intimidade; conservador, delicioso contador de histórias, com ditos próprios, não escondendo suas predileções ou antipatias, amável, afetuoso, amigo.¹³⁹

Construída na intenção de ser um legado para a posteridade, sua biografia foi vista por ele como um material interessante que poderia servir “no futuro, não só como uma formidável fonte para o estudo biográfico do autor, mas também para o estudo da cidade e da época em que viveu, nas manifestações mais espontâneas de sua vida social”¹⁴⁰. Porém, é importante

¹³⁵ É importante destacar o cuidado apontado por Bourdieu para não cairmos no feitiço da “ilusão biográfica”, de perceber esse tipo de fonte com a ingenuidade de acreditar que exista realmente um trilha linear e coerente na trajetória do biografado que se revelaria na escrita. O que se deve ter em mente é que esse tipo de “produção do eu” gosta de ocultar a fragmentação da trajetória dos sujeitos, as incompletudes e as incoerências que fazem parte da história de vida de todo indivíduo moderno. In: BOURDIEU, *Op. cit.* 2006, p. 183-191.

¹³⁶ BOURDIEU, *Op. cit.* 2006, p. 184.

¹³⁷ SETTE, Hilton. “As memórias de meu pai”. In: SETTE, *Op. cit.* 1980. p. 11.

¹³⁸ GOMES, *Op. cit.* 2004. p. 14.

¹³⁹ SETTE, Hilton. In: SETTE, *Op. cit.* 1980. p. 10.

¹⁴⁰ “Mário Sette vai falar sobre o Recife”. *A Nação*. 5/12/1948.

deixar claro que, apesar de ser considerada como um retrato fidedigno de seu autor, na verdade, essa autobiografia é pouco reveladora dele mesmo, sobretudo quando se trata de sua trajetória intelectual. Em uma narrativa linear e evolutiva de sua vida, Mário Sette pouco fala sobre seus trabalhos literários, de seu papel como jornalista e professor e muito menos de sua escrita de livros de história. Ele também pouco tratou sobre as redes e os lugares de sociabilidade a que pertenceu, privilegiando, assim, os aspectos pessoais de sua vida particular e familiar. Isso nos faz pensar, mais uma vez, sobre a imagem de “misantropo” que ele procurou construir sobre si mesmo.

Tomado de assalto pela morte, em 1950, Mário Sette não conseguiu publicar sua biografia, ficando a mesma esquecida por décadas. Somente em 1980 é que Hilton Sette, guardião da memória de seu pai, juntamente com Leonardo Dantas Silva, então diretor executivo da Fundação de Cultura da Cidade do Recife, e com o historiador Flávio Guerra, assessor de cultura da Prefeitura da Cidade do Recife, num desejo de fazer Mário Sette ser lembrado, lido, e, portanto, permanente na memória dos pernambucanos, buscaram eternizá-lo através da publicação dessa obra, que passou a se chamar: “Memórias Íntimas (Caminhos de um coração)”. Nessa publicação, a biografia do finado escritor foi editada e dividida em quatro partes, com os respectivos títulos: “Do nascimento ao casamento”, “Família e literatura”, “Ser avó - um doce envelhecer”, “Lembranças, vultos inesquecíveis, desabafos”; e ao final “álbum de fotografias”¹⁴¹.

Este livro fez parte da “Coleção Recife”, que é composta por vinte obras que tratam sobre literatura, história e aspectos culturais de Pernambuco, escritas, sobretudo, por escritores pernambucanos. Além da autobiografia de Mário Sette, mais dois de seus livros foram reeditados nesta coleção: a 10ª edição de “Terra Pernambucana” e a 4ª edição de “Maxambombas e Maracatus”, em 1981. Isso nos faz pensar que a década de 1980 – que, aliás, foi quando se comemorou o seu centenário – foi de extrema importância para a retomada de seu nome, pois, como se pode perceber, houve um grande incentivo público para lembrar a sua importância para a História de Pernambuco. Mais adiante no capítulo nos debruçaremos de forma mais minuciosa a respeito desse assunto.

¹⁴¹ SETTE, *Op. cit.* 1980.

2.3.2 Arquivar a própria vida como uma escrita de si

Notamos ainda que a vontade de Mário Sette de construir uma narrativa sobre si para deixá-la como uma herança para a posteridade também se expressou no gosto desse homem por colecionar “fragmentos da própria existência”. Em sua biblioteca, transformada em “teatro da memória”, ele construiu e preservou um enorme arquivo, que, além de possuir fragmentos do passado pernambucano, também continha um acervo pessoal com muitos livros de literatura francesa e portuguesa, adorados por ele e lidos em sua juventude, a edição de cada um de seus livros, diários, depoimentos, comentários e críticas de suas obras, cartas, fotografias, postais, trechos de matérias de jornais e revistas que faziam referência a algum trabalho seu, dentre outros.

Como um verdadeiro colecionador de retalhos do passado, ele arquivou cuidadosamente essa documentação. Quando se tratava de recortes de jornal e revista, Mário Sette os colava, pacientemente, em folhas em branco e os ordenava por data. Assim, ao “arquivar sua vida”, como diria Philippe Artières, ele preparava seu próprio processo de “reunir as peças necessárias para a própria defesa, organizá-las para refutar a representação que os outros têm de nós. Arquivar a própria vida é desafiar a ordem das coisas: a justiça dos homens assim como o trabalho do tempo”¹⁴².

A minúcia e dedicação no lido com a construção de seu arquivo pessoal revelava seu entusiasmado desejo de memória e de história, como se aquilo funcionasse como uma espécie de antídoto contra o esquecimento. Sobre a construção desse acervo pessoal, declara Hilton Sette:

Parece que meu pai possuía a intuição egípcia dos tempos faraônicos no desejo de se perpetuar na lembrança de seus descendentes. Em sua maneira simples de ser e de viver, no seu gabinete de trabalho, ele nos legou, ora consciente, ora inconscientemente, como que um museu de verdadeiras relíquias impregnadas de sua presença, de sua criatividade, de seus hábitos, de seu uso pessoal.

(...)

Não me refiro apenas a sua numerosa e variada obra literária constituída de cerca de trinta livros e separatas publicados nos gêneros conto, romance, crônica, peça teatral e literatura didática, sem incluir sua colaboração militante nas imprensas pernambucana, brasileira e argentina. Falavam muito mais dele, num trabalho quase artesanal, os grossos volumes de folhas de papel em branco onde colava cuidadosa e pacientemente, entremeados por fotografias, postais, cartões, efemérides assinaladas em papéis de folhinhas, tudo quanto publicava em jornais e revistas, bem como aquilo que a crítica se manifestava sobre sua pena de escritor e seus livros.¹⁴³

¹⁴² ARTIÈRES, Philippe. “Arquivar a própria vida”. *Estudos históricos*. v. 11 n. 21. Rio de Janeiro, 1998. p. 31.

¹⁴³ Prefácio de Hilton Sette da Edição Comemorativa do Centenário de nascimento de Mário Sette (1986-1987). In: SETTE, Mário. *Anquinhas e Bernardas*. Coleção Pernambucana. 2a Fase. VOL. XXXIV. Recife: FUNDARPE, 1987.

Podemos supor que a sua persistente produção de memória de si se manifeste como um ato desesperado de tentar sanar aquele sentimento de ser um intelectual esquecido por possuir um “espírito evangélico por preferir os ‘últimos lugares’”¹⁴⁴. Encarado como uma fórmula contra o esquecimento, esse seu movimento pela perenidade foi acolhido por seu filho Hilton, após a morte de Mário Sette. Hilton Sette cuidou com dedicação de sua biblioteca, como se nela estivesse impregnada a “aura” do pai falecido. Ele deu continuidade à seleção de recortes de jornais e revistas onde aparecia alguma notícia sobre seu pai ou sobre a publicação de alguma edição de seus livros, preenchendo as folhas em branco dos cadernos de memória de Mário Sette. Porém, em 1975, uma enchente do rio Capibaribe inundou a casa do finado escritor, e, portanto, a sua biblioteca, estragando boa parte dessa preciosa documentação.

Após o ocorrido, o resto do que sobrou deste arquivo de Mário Sette foi desmembrado. Uma parte dele foi doada para a Academia Pernambucana de Letras, sobretudo os livros de literatura francesa; já os de literatura portuguesa ficaram sob a guarda da filha de Hilton, conforme foi dito por ele em entrevista concedida a Magdalena Almeida, a qual vem como apêndice de seu livro “Mário Sette: o retratista da palavra”¹⁴⁵. Em 19 de março de 1982, os recortes de jornal, as miscelâneas, os documentos pessoais e livros foram doados por Hilton Sette para a Fundação Joaquim Nabuco, no intuito de “melhor preservar essa documentação, possibilitando simultaneamente seu melhor uso, através de pesquisas em torno do desenvolvimento cultural brasileiro, e da participação no mesmo, do ilustre poeta e escritor Mário Sette”, como foi descrito no contrato de doação¹⁴⁶. Tempos depois, em 18 de outubro de 2010, houve uma segunda doação à mesma instituição feita por Aldênio de Lemos Melo Rêgo, genro de Hilton, que, provavelmente, se desfez de parte da documentação que estava sob a guarda de sua esposa.¹⁴⁷

Portanto, com essas doações, podemos dizer que o desejo de Mário Sette de ser lembrado foi realizado da melhor forma possível, pois, os fragmentos de sua memória

¹⁴⁴ Hilton Sette, no artigo publicado em comemoração do centenário de Mário Sette, em 1986, alega: “É bem possível, ele próprio o admitia, que esse seu espírito evangélico de preferir os ‘últimos lugares’ tenha sido a causa de ter sido esquecido pelo Poder Público para ocupar função ou cargo de maior realce, condizente com o seu valor intelectual e seus méritos de escritor consagrado nas Letras Nacionais.” In: SETTE, Hilton. “Centenário de nascimento de Mário Sette”. Disponível em: <http://www.hiltonsette.com.br/>. Acesso em: 09/06/2021.

¹⁴⁵ ALMEIDA, Magdalena. **Mário Sette: o retratista da palavra**. Fundação de Cultura da Cidade do Recife. Recife, 2000. p. 230-231.

¹⁴⁶ Contrato Particular de doação entre Hilton Sette e a Fundação Joaquim Nabuco, realizado em 19/03/1982. Presente no acervo de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

¹⁴⁷ Termo de doação celebrado pelo Sr. Aldênio de Lemos Rêgo e a Fundação Joaquim Nabuco, realizado em 18/10/2010.

passaram a integrar duas das mais importantes instâncias de preservação da memória dos intelectuais do estado pernambucano: a Academia Pernambucana de Letras e a Fundação Joaquim Nabuco. Sendo esta última a de maior relevo, por se tratar de um espaço que tem como função primordial salvaguardar, preservar e perpetuar a memória e a História de Pernambuco, num processo de permanente legitimação e reatualização da identidade deste estado e também da região Nordeste.

Seu arquivo pessoal presente na Fundaj foi incorporado ao acervo da Biblioteca Blanche Knopf (acervo bibliográfico), do Centro de Documentação e de Estudos de História Brasileira – Cehibra – (acervo iconográfico e fonográfico), e da Diretoria de Documentação – DIDOC. O que está presente no Cehibra foi organizado pela arquivista/bibliotecária Cristina de Souza Dantas e sua equipe, que utilizaram critérios arquivísticos baseados em séries documentais. Ele é composto por 5.250 documentos, constituído por cerca de 900 correspondências, sobretudo cartas recebidas por Mário Sette ao longo dos anos de 1901 até 1949, além de postais trocados entre ele e Maria Laura; 21 documentos pessoais (fotografias, diplomas, postais, etc.); algumas produções intelectuais como: 43 esquetes de seu programa de rádio “Evocações”, na Rádio Jornal do Commercio, de Recife, rascunhos de suas crônicas, dentre outros materiais; e 3.300 recortes de jornais, os quais compunham a maioria das pastas do acervo, organizados em livros ou soltos, sendo estes últimos, provavelmente, reunidos e organizados cronologicamente por Hilton.¹⁴⁸ Sem falar nas inúmeras edições de seus livros que estão presentes na Biblioteca Blanche Knopf.

Esse arquivo pode ser considerado como um verdadeiro “lugar de memória” de Mário Sette, onde sua memória é evocada e transformada em símbolo da regionalidade. Além disso, contribuiu com o processo de consagração do seu nome, legitimando-o não só como uma referência para as pesquisas sobre a História de Pernambuco, mas também para a construção de uma identidade pernambucana.

Sobre a função social do acervo pessoal de Mário Sette, suas bisnetas, Paula Melo Rego Barros e Rossana Sette de Melo Rego, que, em 2010, criaram um site em sua homenagem, declararam que:

Herdamos, em sucessão natural, o patrimônio intelectual, histórico, cultural e espiritual do professor e escritor Mário Sette. E, ao longo dos anos, temos destinado, a título gratuito, a maior parte desse acervo à Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ, para fins de guarda, conservação e disponibilidade a todos os interessados. Agimos na esperança de que todo esse manancial de informações

¹⁴⁸ Essas informações foram obtidas após uma entrevista feita com Carlos Ramos, funcionário da Diretoria de Memória, Educação, Cultura e Arte – MECA, da Fundação Joaquim Nabuco.

cumpra com a sua função social de conservar e transmitir o conhecimento mariosseteano e com isso (in)formar a sociedade pernambucana.¹⁴⁹

2.4 O CORAÇÃO AINDA BATE...

Os mortos que “morrem” são cadáveres.
 Os verdadeiros mortos não morrem. Antes, vão revivendo dia a dia mais, quando os vivos que os amaram, envelhecem e se aproximam também da morte.
 (...)

 Os mortos estão vivos. Quem dos seus assim não se reaproxima, não têm mortos. Têm cadáveres.¹⁵⁰

De acordo com o fragmento de texto citado acima, para Mário Sette, os verdadeiros mortos permanecem vivos por meio do constante trabalho de rememoração feito por aqueles que a eles se dedicam; já os que não tivessem tal privilégio, virariam cadáveres. Isto é, para o escritor, a prática da evocação daria aos “verdadeiros mortos” um lugar na eternidade, transformando-os em antepassados. Esse parecia ser o desejo de Mário Sette: manter-se sempre vivo, eternizado na memória de todos.

A vontade de Sette foi acolhida por uma legião de admiradores que, após o seu falecimento, em 25 de março de 1950, reivindicaram a perpetuação de sua memória na tentativa de garantir reconhecimento ao finado escritor. A partir de então, houve grande mobilização dos intelectuais com a iniciativa de transformar sua morte em manchete de vários jornais e revistas de todo o Brasil. A notícia do seu falecimento foi divulgada tanto em pequenas notas de pesar quanto em grandes textos, que podiam trazer informações sobre o velório, funeral ou missa de sétimo dia, e também textos laudatórios, elogiosos e biográficos.

Logo nas primeiras notícias de sua morte, ele foi tido como um dos maiores relevos das letras pernambucanas, que, “apesar de biologicamente ter perlustrado a estrada ensombreada do outono, manteve-se espiritualmente, na clareira ensolarada da primavera.”¹⁵¹ Falou-se muito na saudade e na perda que o Brasil sentiria de “um dos filhos que mais o amou e compreendeu”, mas, principalmente, que “a figura de Mário Sette, sempre tão ligada a Pernambuco, que ele tanto amou, não será, por certo, apagada da memória dos pernambucanos”¹⁵². No *Jornal de Letras*, o artigo “Mário Sette morreu”, dá a notícia do falecimento do escritor, com pitadas de evocação:

¹⁴⁹ “Um conceito de pernambucanidade”. Disponível em: www.mariosette.com.br. Acesso em: 09/06/2021.

¹⁵⁰ SETTE, *Op. cit.* 1980. p. 211-212.

¹⁵¹ FILHO, Anísio. “Aos sábados maravilhas”. *Jornal Pequeno*. Recife, 26/03/1950.

¹⁵² “Hoje, o enterramento do escritor Mário Sette”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 26/03/1950. “Faleceu ontem, o escritor Mário Sette. *Diário da Manhã*. Recife, 26/03/1950.

A notícia do falecimento, no Recife, do escritor Mário Sette repercutiu tristemente entre nós. Era um autêntico homem de letras, esse pernambucano modesto, que amava como poucos a sua Província, sempre nela viveu e dela apenas retirava a substância nostálgica com que impregnava os seus romances, os seus contos e, sobretudo, as suas crônicas, sutilmente evocativas de uma época ‘brilhante’, de um ‘bom velho tempo’ transfigurado pela saudade.

Iniciando a sua carreira literária com a publicação de romances de ‘costumes’ ou novelas históricas (‘Senhora de Engenho’ e o ‘Palanquim Dourado’ constituem exemplos típicos nesse sentido), Mário Sette, a despeito do êxito obtido, foi pouco a pouco se fixando na crônica de sua Cidade, transformando-a menos num frio documentário histórico-social do que num tema poético. Recife foi para Mário Sette um amor de todas as horas.¹⁵³

Esses necrológios eram geralmente elaborados por figuras autorizadas, que construíam discursos igualmente autorizados com o objetivo de traçar perfis sociopsicológicos do homenageado para demonstrar a excepcionalidade da sua contribuição. Nesses discursos, criou-se uma imagem purificada dele, ao ressaltar as suas qualidades pessoais, intelectuais e de sua obra (no passado, presente e futuro), e, como a memória transporta no seu bojo o esquecimento, mascarar os seus defeitos. Esse tipo de texto é marcado por reconstruções biográficas que, normalmente (mas nem sempre) têm como característica a lógica da *re-presentificação*¹⁵⁴. Isso significa que a trajetória do homenageado é rememorada a partir de uma ordem retrospectiva, pois quem lembra imprime à memória uma perspectiva do presente, projetando no passado uma coerência vinculada a seus planos para o futuro.

Esse tipo de narrativa biográfica se expressa como se os acontecimentos da vida de um indivíduo formassem uma sequência ordenada num sentido único, linear, coerente e previsível, no dizer de Bourdieu¹⁵⁵. Cria-se, dessa forma, uma lógica “bem-acabada”, que domestica o aleatório, o casual, para gerar uma imagem que é uma mistura complexa de história e de ficção, de verdade factual e de verdade estética¹⁵⁶. Assim, ao se construir uma imagem positiva do biografado, a intenção é criar a ideia de um homem memorável, a partir da construção de consensos sobre a sua vida, que primam em atenuar ou até eliminar as idiosincrasias e fissuras nela existentes. Essa prática pode ser observada no artigo de José Geraldo Gomes Cavalcanti, presente no periódico recifense, *Jornal Pequeno*, de 18 de abril de 1951, escrito, portanto, um ano após a morte de Mário Sette e um dia antes da comemoração do seu aniversário de 65 anos:

Escritor brasileiro, nasceu em Pernambuco a 19 de abril de 1886. Depois de ter feito na terra natal os seus estudos primários com o seu avô materno, o professor Antônio

¹⁵³ “Mário Sette Morreu”. *Jornal de Letras*. Rio de Janeiro, março de 1950.

¹⁵⁴ CATROGA, Fernando. “O Culto dos mortos como uma poética da ausência”. *ArtCultura*. V. 12, n. 20. Uberlândia, 2010.

¹⁵⁵ BOURDIEU, *Op. cit.* 2006.

¹⁵⁶ CATROGA, *Op. cit.* 2010. p. 167.

Rufino de Andrade Luna, foi para o Rio estudar humanidades, com o intuito, talvez, de se matricular depois numa escola superior. Mas, ou porque as carreiras liberais o não seduzissem ou por outro qualquer motivo regressou anos depois ao Recife e foi empregar-se num escritório comercial, passando mais tarde para os correios, onde foi chefe dos Serviços Econômicos, já tendo ocupado, em comissão, a Direção dos Correios e Telégrafos de Alagoas. Desde muito novo que Mário Sette começou a escrever e a publicar vários versos, que, porém, nunca reuniu em volumes; depois já com crônicas, contos e comentários; passou a colaborar com certa assiduidade em periódicos não só de Pernambuco, mas também do Rio e de outros Estados, fazendo aparecer em 1917 o seu primeiro livro: “Ao Clarão dos Obuses”, contos inspirados em episódios da guerra que então lavrara.¹⁵⁷

Como um gesto evocativo, esse tipo de culto funciona, nas palavras de Fernando Catroga, como “um modo de reconhecimento, isto é, uma prática de legitimidade, em que, retrospectivamente, se recorre à autoridade simbólica dos mortos para os elevar a antepassados normativos e paradigmáticos de um grupo”¹⁵⁸. É essa autoridade que Walter Benjamin salientou quando afirma que a morte é a sanção de tudo o que o narrador pode contar:

Ora, é no momento da morte que o saber e a sabedoria do homem e sobretudo sua existência vivida – e é dessa sabedoria que são feitas as histórias – assumem pela primeira vez uma forma transmissível. Assim como no interior do agonizante desfilam inúmeras imagens – as visões de si mesmo, nas quais ele se havia encontrado sem se dar conta disso –, assim o inesquecível aflora de repente em seus gestos e olhares, conferindo a tudo o que lhe diz respeito aquela autoridade que mesmo um pobre-diabo possui ao morrer para os vivos em seu redor. Na origem da narrativa está essa autoridade.¹⁵⁹

Assim, as narrativas biográficas elaboradas após a morte de Mário Sette, procuraram transformar o morto em referência, em um “modelo ideal”, que deveria servir de exemplo moral e também de referência para a construção de ideais, valores e práticas identitárias coletivas (família, associações, nação, etc.) e de inspiração às gerações futuras.¹⁶⁰

Como forma de valorização do falecido, foram ressaltadas algumas características como, por exemplo, as de autenticidade, honestidade, modéstia, sensibilidade, entre outras. Mas o que mais se destacou em seu perfil sociopsicológico foram qualidades como fidelidade, dedicação e amor à sua terra, uma vez que muito se falou sobre a sua produção de cunho regionalista, marcada pelo destaque dado às particularidades regionais de sua terra e de sua gente. Nesse contexto, muitas definições que destacavam sua relação com seu estado, Pernambuco e sua cidade, Recife, foram atribuídas a ele. Mário Sette foi tido como “o mais

¹⁵⁷ CAVALCANTI, José Geraldo Gomes. “Mário Sette, o cronista da cidade do Recife”. *Jornal Pequeno*. Recife, 18/04/1951.

¹⁵⁸ CATROGA, *Op. Cit.* 2010. p. 172.

¹⁵⁹ BENJAMIN, Walter. “O narrador”. In: _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Brasiliense. 2011. p. 207-208.

¹⁶⁰ CATROGA, *Op. cit.* 2010. p. 178.

autêntico homem de letras pernambucano”, “o maior romancista de Pernambuco e um dos maiores do Brasil”¹⁶¹. Além disso, também se tornou referência como “o cronista”, “o contista”, “o arquiteto lírico”, “o namorado” do Recife, sendo a utilização do singular como uma maneira de demarcar e destacar a sua singularidade dentre os homens de letras da região.

Essa relação de Mário Sette com seu estado também foi destacada por Aderbal Jurema, redator-chefe da *Revista Nordeste*, no texto intitulado “Mário Sette, o escritor do Recife”, presente na edição de junho a dezembro de 1950, a qual foi publicada em homenagem ao escritor falecido:

Passados alguns meses da morte de Mário Sette, o Recife já está sentindo a perda irreparável que sofreu não só na cidade das letras, mas em todos os meios sociais de sua cidade. Ninguém melhor do que Mário Sette soube amar esta cidade que era o motivo de sua vida de escritor. Tudo o que fez, tudo o que pensou, tudo o que escreveu tinha como ponto de referência esta bela cidade que amou desinteressadamente por toda a sua vida de intelectual que jamais se deixou embalar pelas seduções metropolitanas. Podia, se quisesse, ter ido brilhar na rua do Ouvidor ou nos dourados do ‘Petit Trianon’, mas não o fez porque lá seria como o peixe fora d’água, um desambientado, um não sei que digo de escritor, sem personalidade e nem emoção no que escrevesse. Por isso ficou no Recife, amando o seu passado, incentivando o seu presente e legando ao futuro o exemplo de seu trabalho honesto e laborioso numa fidelidade de todos os dias à cidade que não o esquecerá.¹⁶²

Para muitos de seus admiradores, ele era um intelectual “autenticamente provinciano”, no sentido ontológico do termo, não só por ter sido fiel à sua província, “jamais deixando-a para se radicar nos grandes centros, apesar de converter-se em nome nacional”¹⁶³, mas também pelo fato de ter seu estado e, principalmente sua cidade, como foco central de suas obras. Pernambuco, sobretudo, Recife, era, portanto, a “menina de seus olhos”, a:

(...) mina inesgotável que lhe forneceu material para mais de uma vintena de obras, em que estudou costumes em que ressaltou o curioso dos regionalismos, em que fixou tipos andejos de características anedóticas, que prendeu em páginas saborosas a alma heróica e simples do nordestino, em que enfeixou, em páginas ótimas, os contos populares cheios de vida e realismo.¹⁶⁴

Em um texto publicado em homenagem ao finado escritor, Gilberto Freyre também comentou sobre a sua dedicação à terra natal. No artigo “O escritor Mário Sette” presente na revista *O Cruzeiro*, de 26 de agosto de 1950, ele destacou que, com a morte de Mário Sette, Pernambuco havia perdido um escritor amante de sua província que, sem ter sido grande e magistral em sua arte, foi bom, autêntico, sincero e genuíno “no sentimento da terra e do

¹⁶¹ ALBUQUERQUE, Moacir. “Mário Sette”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 26/05/1950.

¹⁶² JUREMA, Aderbal. “Mário Sette, o escritor do Recife”. *Revista Nordeste*. ano V, n. 2. Recife, jun/dez 1950.

¹⁶³ “Morreu o escritor Mário Sette”. *A Noite*. Rio de Janeiro, 27 de março de 1950.

¹⁶⁴ “Mário Sette. Falecimento ontem do romancista e historiador pernambucano - traços bio-bibliográficos”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 27 e 28/03/1950.

passado regional que sempre o animou. Sentimento de que brotaram páginas que talvez sobrevivam às de autores mais eruditos ou mais requintadamente literários.”¹⁶⁵ Nesse texto, Freyre contou como havia sido seu último encontro com o finado escritor, ocorrido no verão de 1948, em um pastoril nos subúrbios do Recife, no qual estavam presentes também o folclorista Getúlio César, José Antônio Gonçalves de Melo, Felix Cavalcanti e Cícero Dias. Relatou o autor que Mário Sette era o mais comovido deles diante dessa festa popular, pois “ninguém mais sensível aos encantos do folclore e das tradições da velha província” do que ele.

Essa sensibilidade para as tradições, hábitos, costumes e “tipos populares” destacada por Gilberto Freyre foi outra característica comumente atribuída a Sette. Ele foi reconhecido como folclorista por muitos intelectuais de sua época, sendo seus trabalhos tidos como referências para os estudos do folclore pernambucano. Mário Sette, inclusive, foi membro da Subcomissão Pernambucana de Folclore, instituição ligada à Comissão Nacional do Folclore, ambas criadas em 1948 com o intuito de se investir mais na produção de pesquisas sobre o folclore brasileiro¹⁶⁶.

Sobre a associação da obra de Sette aos estudos do folclore, destacou Creuza Velloso, no texto “Literatura e Sociologia”, publicado no jornal paranaense *A Divulgação*, de 1951:

Aproximadamente desde 1930, tem aumentado sensivelmente o interesse dos brasileiros pela situação cultural e racial corrente do Brasil, à medida que os intelectuais têm transferido o centro de sua atenção da Europa e suas culturas, para o Brasil e suas culturas. A obra de escritores, tais como José Lins do Rego, Jorge Amado, Mário de Andrade, Érico Veríssimo, Jorge de Lima, Mário Sette, Gustavo Barroso, Nestor Duarte, Xavier Marques, Clóvis Amorim e seus contemporâneos, chamou a atenção para este acervo rico de materiais e é em si mesma de considerável valor, não só por orientar o pesquisador dentro do ‘mundo do folk’, em que é mais pronunciada a fusão de elementos culturais indígenas, africanos e europeus, como também pela luz que lança sobre as atitudes sociais dos próprios autores e daqueles brasileiros que eles representam.¹⁶⁷

A identificação de Mário Sette como folclorista foi se tornando um consenso entre os estudiosos da cultura brasileira ao longo do século XX. Segundo Durval Muniz de Albuquerque, Mário Sette, acompanhado de outros autores que se voltaram para uma literatura de cunho regionalista, está entre os pioneiros na utilização de matérias e formas de expressão das ditas “camadas populares” e também está entre os primeiros escritores a trazer

¹⁶⁵ FREYRE, Gilberto. “O escritor Mário Sette”. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 26/08/1950.

¹⁶⁶ Em outubro de 1948 foi criada a subcomissão pernambucana de Folclore, que teve como sede provisória a Diretoria de Documentação e Cultura, e deveria obedecer ao programa da Comissão Nacional do Folclore. O principal objetivo da instituição era ‘animar os estudos folclóricos no estado’. In: “Subcomissão Pernambucana de Folclore”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 7/10/1948.

¹⁶⁷ VELLOSO, Creuza F. “Literatura e Sociologia”. *A divulgação*. Paraná, 1951.

para a literatura erudita a descrição de costumes, práticas, gestos, lendas, cantos, festas, modos de viver, danças, poemas, adágios e de outras manifestações que seriam típicas do povo nordestino¹⁶⁸. Esse perfil de folclorista pode ser percebido tanto em seus romances, como “Senhora de Engenho” (1921) – apesar deste ter sido criticado por Freyre, quando foi lançado, por faltar com o realismo da linguagem popular – “O Vigia da Casa-Grande” (1924) ou “Os Azevedo do Poço” (1938), quanto em seus livros de crônicas históricas, como “Maxambombas e Maracatus” (1935), o qual foi tido como “um livro que os folcloristas têm como um dos bons mananciais para estudos e investigações”¹⁶⁹, “Anquinhas e Bernardas” (1940) ou “Arruar” (1948).

Também houve grande mobilização daqueles que construíram memórias sobre Mário Sette na intenção de relacionar o seu nome ao surgimento de uma literatura regionalista no Nordeste, processo que havia sido iniciado muito antes da sua morte. Para muitos críticos literários de seu tempo, foi a partir da publicação do livro “Senhora de Engenho” (1921) que ele foi visto como o precursor das ideias do Movimento Regionalista-Tradicionalista, ocorrido no Recife (que teve como marco fundador a publicação do “Livro do Nordeste”, em 1925, e o Congresso Regionalista de 1926). Isso porque, essa obra foi entendida como fundamental para o retorno à temática regional e também veio satisfazer a nostalgia dos tempos das casas-grandes, ponto fulcral do pensamento freyreano que será acolhido pelos outros intelectuais que aderiram ao movimento. Nesse sentido, o livro foi reconhecido por muitos como um embrião temático do primeiro romance regionalista do modernismo, “A Bagaceira”, de José Américo de Almeida, lançado em 1928.

No entanto, apesar do árduo trabalho de seus admiradores nessa empreitada de identificá-lo como o precursor do regionalismo literário no Nordeste, nunca existiu um consenso sobre essa ideia. Ao contrário, o processo de construção dessa memória de Mário Sette foi marcado por disputas e polêmicas, iniciadas muito antes de 1950. Ele remonta à década de 1920, mais especificamente, à repercussão de “Senhora de Engenho”, o que exploraremos no próximo capítulo. Para este momento, nos cabe apenas salientar que essa

¹⁶⁸ Sobre os autores que se tornaram referência para os folcloristas, afirma Durval Muniz de Albuquerque: “Não será mera coincidência que entre eles terão destaque os autores que se voltaram para escrever uma literatura de caráter regionalista, que buscavam contribuir para o registro dos costumes locais, que antecederam e inspiraram ou participaram diretamente do Movimento Regionalista e Tradicionalista do Recife. Seja o regionalismo de cunho romântico de um Juvenal Galeno, de um José de Alencar, de um Couto de Magalhães, de um Gonçalves Dias, seja um regionalismo de cunho realista ou naturalista como de um Franklin Távora, de um Rodolfo Teófilo, de um Antônio Sales ou de um Mário Sette, que escrevem páginas indispensáveis para a evocação do passado folclórico da região Nordeste”. In: ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz. **A fabricação do folclore e da Cultura Popular (Nordeste - 1920-1950)**. Intermeios. São Paulo, 2013. p. 169.

¹⁶⁹ “A morte de Mário Sette. Cortes e Recortes. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 02/04/1950.

imagem criada sobre ele foi enquadrada e perdurou, mesmo após a sua morte. Tanto que, para aqueles que prezaram pelo resgate da memória do finado escritor, como Herman Lima, a obra de Mário Sette foi injustiçada por ter sido excluída do estudo do romance nordestino¹⁷⁰, o que já havia sido evidenciado em 1949, portanto, às vésperas do grande golpe que o atingiu mortalmente, pelo jornalista Oscar Mendes num artigo emblemático de título, “Um Precursor”¹⁷¹.

Dessa forma, podemos assegurar que claramente houve certo trabalho para consolidar uma memória sobre ele relacionada à formação da identidade local e regional em Pernambuco. Ele foi visto como um dos “inventores das tradições”¹⁷² pernambucanas, como uma referência para a fundação do sentimento que se convencionou chamar de *pernambucanidade* e/ou de *recifensidade*. Ou seja, Mário Sette foi representado como um dos intelectuais que atuou, durante a primeira metade do século XX, na criação de formas de ver e dizer a cultura regional, sobretudo, a cultura pernambucana, inventando o sentimento bairrista de amor à “terra dos grandes coqueiros”.

Vale ressaltar que, durante toda a primeira metade do século XX, o regime republicano, implantado no Brasil ainda no final do século XIX, precisou criar sua base ideológica, definindo a ideia de povo, associada às concepções de nação e nacionalidade, como noção central de sua sustentação e legitimidade. Tornou-se comum, portanto, a assertiva de que no povo estaria a própria essência da nacionalidade, de que ele seria o repositório do espírito da nação, o guardião de suas tradições, onde se poderia encontrar a verdadeira nacionalidade, numa retomada de ideias caras ao romantismo. Nesse contexto, os intelectuais seriam os responsáveis por pensar quem seria esse *povo brasileiro*, por conhecer suas expressões artísticas, seu cotidiano, suas atividades, sua forma de pensar, recolocando-o em cena como temática central. Como afirmou Durval Muniz de Albuquerque Júnior, ir ao povo “seria a tarefa de elite realmente patriótica, realmente preocupada em romper com a dependência de modelos estrangeiros, seja na cultura, seja nas artes, seja na vida política”.¹⁷³ Trazendo esta questão para o plano regional, os intelectuais nordestinos, desde a década de 1910, vão tentar definir as particularidades do povo de sua região, compondo os elementos

¹⁷⁰ Sobre as injustiças sofridas por Sette, afirma Lima: “É verdade que o alheamento à utilização de tantos dos compromissos de que é feita muita notoriedade de hoje em dia, não lhe poupava certas injustiças que ele, entretanto, no seu feitio retraído e profundamente sensível, não rebatia, por mais que lhe ferissem a consciência da própria valia. Uma das mais persistentes, foi, sem dúvida, a exclusão do seu nome no estudo do romance nordestino”. In: LIMA, Herman. “Mário Sette. *Revista Nordeste*, ano V, n. 2. Recife, jun/dez 1950.

¹⁷¹ MENDES, Oscar. “Um Precursor”. *Folha de Minas*. Belo Horizonte, 1949.

¹⁷² HOBSBAWM, Eric. “Introdução”. In: HOBSBAWM, Eric, RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012. p. 7-23.

¹⁷³ ALBUQUERQUE Jr. *Op. cit.* p. 48.

que o representariam, e, por sua vez, elaborando a ideia do que seria a cultura nordestina. A ideia era construir discursos que valorizassem os aspectos regionais e a cultura popular, na tentativa de se criar o entendimento de que o âmago da nacionalidade estaria no povo nordestino, disputando, assim, essa prioridade com as outras regiões do país.

Nesse movimento regionalista de construção de uma identidade para o Nordeste, Mário Sette faz parte do conjunto de intelectuais pernambucanos muitas vezes tidos como folcloristas, que procurou dar visibilidade ao imaginário popular, lendas, personagens, manifestações, aspectos singulares dos cotidianos, dos costumes e hábitos que fizeram parte do passado histórico do povo pernambucano. Ao trazer para seus textos a temática das negras doceiras do Cais da Lingueta, dos vendedores de peixe que perambulavam pelo bairro de Santo Antônio, dos lampiões que iluminavam o centro da cidade antes da chegada da iluminação elétrica, das maxambombas, dos pastoris, dos bondes puxados a burros e etc. sua iniciativa era singularizar a “comunidade imaginada”¹⁷⁴ pernambucana ou recifense, das demais comunidades, construindo e reproduzindo a sua identidade através do apego constante ao seu passado, mitológico, histórico e simbólico-religioso. Dessa forma, Mário Sette foi visto como uma figura vocacionada a “revelar a ‘pernambucanidade’ de seu povo, em conduzir sua gente ao caminho do saber. Numa época em que o brasileiro, ou seja, modo de ser brasileiro, era um dos elementos preciosos de construção de nossa identidade nacional.”¹⁷⁵

Para o historiador pernambucano Leonardo Dantas, grande admirador de Mário Sette, ele foi o escritor que teria despertado nele, pela primeira vez, sentimentos patrióticos e bairristas, como podemos perceber no fragmento de texto abaixo:

Foi Mário Sette o meu primeiro autor. Partiram de suas obras as minhas primeiras leituras e o início da formação da minha pernambucanidade.

Bem antes de qualquer outro autor, quando mal comecei a ler as primeiras leituras, já a minha bondosa mãe, professora primária Lídia Dantas da Silva, colocou-me nas mãos a primeira edição de **Terra Pernambucana**. A maneira romanesca de contar fatos de nossa história, a riqueza de detalhes que só ele (Mário Sette) sabia atribuir a episódios e personagens do nosso passado, se prolongavam através das quase eternas conversas entre eu e meu pai, Antônio Machado Gomes da Silva Neto, a quem eu tratava carinhosamente pelo apelido de Tinoco. (...).

Foi de Tinoco que recebi **Maxambombas e Maracatus**, cuja edição, ainda com riscos do menino de ontem, hoje encontra-se guardada com carinho pelo homem de hoje.

Na adolescência adquirei **Arruar**.

Foi Mário Sette, juntamente com Viriato Corrêa (História do Brasil para Crianças), o meu primeiro professor de História. Mas ainda: devo a Mário Sette e a Tonico Silva os primeiros passos na formação de minha pernambucanidade, ou melhor, como

¹⁷⁴ ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

¹⁷⁵ BARROS, Paula Melo Rego; REGO, Rossana Sette de Melo. “Um conceito de pernambucanidade”. Texto de apresentação do site criado para preservação da memória de Mário Sette. Disponível em: <http://www.mariosette.com.br/>. Acesso em: 28/06/2021.

diria Gilberto Freyre, da minha *recifensidade*; talvez a minha primeira noção de Pátria, no sentido exato que tão bem descreveu Ariano Suassuna ao receber o título de Cidadão do Recife.

Foi Mário Sette que despertou em mim esse bairrismo acentuado, esta veneração pelas tradições desta quatrocentenária Cidade de Santo Antônio (...).

E todas as lições aprendidas de Mário Sette não poderiam ficar longe das gerações atuais, muito menos dos estudantes do meu Estado.¹⁷⁶

Seus memorialistas também destacaram o conteúdo fortemente pitoresco e evocativo de suas obras, o que lhe rendeu o mérito de ser considerado por Herman Lima como o precursor desse tipo de abordagem histórica. O eixo temático de suas obras foi definido como a evocação por tudo que desapareceu no Recife, vítima do progresso, como a busca nostálgica de uma cidade que ele não teve por motivo de perdas pessoais (do pai, da mãe, do filho pequeno) e de perdas oriundas da modernização que invadia o Recife nas primeiras décadas do século XX.¹⁷⁷ Para muitos, a originalidade de sua produção escrita está no fato dele ter se concentrado principalmente, em uma “permanente e sentimental peregrinação pela história antiga do seu burgo”, “procurando reviver com toda a fidelidade histórica e sentimental, a paisagem da cidade bonita e heroica que encheu de ternura e de entusiasmo os seus orgulhosos olhos de menino”¹⁷⁸. Ao falar da originalidade do gênero literário criado por seu amigo, Lima traz a ideia de que:

Tudo o que produzia no particular era animado daquele cunho absolutamente original, de que são impregnadas todas essas páginas dos tempos idos, a ponto de se poder dizer que, na verdade, criou um gênero literário, pela plasticidade dessas evocações de tão alto poder sugestivo, tão cheias de graça, de vida e de emoção.¹⁷⁹

Inclusive, foi exatamente o caráter evocativo de sua narrativa histórica que alguns admiradores chegaram a lhe comparar a Marcel Proust, pois se dizia que ele seguiu *em busca do tempo perdido* em sua “Combray onde as famílias ‘guermantes’ do Aterrado da Boa Vista, de São José, do Monteiro, do Poço da Panela etc., lhe despertaram o gosto por essas vilegiaturas ao passado”¹⁸⁰. Ao trazer essa comparação, Nilo Pereira afirmou:

Tenho para mim que, situando Mário Sette no mundo de Proust, foi a sensibilidade que o dominou em toda a sua vida de escritor e de homem autenticamente provinciano. Foi ele um cronista, sofrendo a ação constante e irreparável de sua cidade tão profundamente vivida na memória do seu coração. E se de Marcel Proust disse Tristão de Ataíde: - Proust, portanto, viveu revivendo - não sei outra legenda que se pudesse opor, como um selo dos tempos, à obra de Mário Sette.
(...)

¹⁷⁶ SILVA, Leonardo Dantas. Notas do editor. SETTE, Mário. “Arruar – história pitoresca do Recife antigo”, Coleção Pernambucana, Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1975.

¹⁷⁷ ALMEIDA, *Op. cit.* 2000. p. 22-25.

¹⁷⁸ JUREMA, Aderbal. “Mário Sette, o escritor do Recife”. *Revista Nordeste*. ano V, n. 2. Recife, jun/dez 1950.

¹⁷⁹ LIMA, Herman. “Mário Sette”. *Revista Nordeste*, ano V, n. 2. Recife, jun/dez 1950.

¹⁸⁰ MELLO, Cezário de. “Mário Sette e o Recife Antigo”. *Revista Nordeste*. ano V, n. 2. Recife, jun/dez 1950.

Esse cronista, se o consideram morto, cometem para com a literatura a mais grave das injustiças. Vivo é que ele está porque viveu, como Proust, revivendo.¹⁸¹

2.5 CADÊ O MÁRIO SETTE?

Os necrológios, que construíram imagens muito bem enquadradas de Mário Sette, foram acompanhados das homenagens póstumas feitas a ele por instituições brasileiras. Durante todo ano de 1950, as prefeituras de Recife, Olinda e Caruaru prestaram seus votos de pesar pela morte do escritor, seguidas de associações pernambucanas como a Sociedade Beneficente de Artistas e Operários de Olinda, o Rotary Clube, o Sindicato dos professores de Pernambuco, a Diretoria de Documentação e Cultura da Prefeitura Municipal do Recife e a diretoria da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, essas últimas lideradas por Manoel da Nóbrega, dentre outras.

A Academia Pernambucana de Letras também prestou seu voto de pesar, mas não organizou nenhuma sessão especial ao homenageado. O que se tem notícias é que, com a morte de Mário Sette, a cadeira de número 40, a qual era ocupada por ele, passou a ser do professor e então diretor do Instituto de Educação de Pernambuco, Estevão Pinto. No momento solene de posse, ocorrido em 15 de novembro de 1950, o novo sócio da APL discursou sobre a importância do livro “Arruar”, “fixando-o no panorama literário deste meio século em Pernambuco”.¹⁸²

Nessa leva de homenagens, algumas revistas de seu estado organizaram números especiais comemorativos ao finado escritor, como, por exemplo, a *Revista do Clube Internacional*, dirigida pelo jornalista Altamiro Cunha¹⁸³; a *Revista de Cultura*, na qual colaboraram intelectuais como Oliveiros Litrento, Carlos Moreira, Soriano Neto, José Munico, Arnóbio Graça, Pinto Ferreira, Valdemar Ferreira, Mauro Mota entre outros¹⁸⁴; e também a *Revista Nordeste*, cujo diretor Esmaragdo Marroquim e redator-chefe Aderbal

¹⁸¹ PEREIRA, Nilo. “Mário Sette e o Recife”. *Diário de Natal*. Natal, 22/09/1952.

¹⁸² “Estevão Pinto na Academia”. *Jornal Pequeno*. Recife, 8/11/1951.

¹⁸³ “Clube Internacional - Está em circulação o n. 27 (abril de 1950) da revista Clube Internacional do Recife. Dirigida pelo jornalista Altamiro Cunha, Clube Internacional dedica esse número ao escritor pernambucano Mário Sette, recentemente falecido. Além de amplo serviço de “clicherie”, de seções especializadas e notas mundanas, insere o seguinte sumário: “Danças Polonesas”, de Irne Turka; “Mário Sette, escritor do povo”, de Paulo Cavalcanti; “Um amigo da cidade”, de Altamiro Cunha; “Os desenhos de Manuel Bandeira”, de Benício Walley Dias; “O jerimum e o vatapá”, de Andrade Lima Filho; “Os amigos de Eça”, de Silvino Lopes. Capa de Manuel Bandeira.” In: “Livros e folhetos”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 24/05/1950.

¹⁸⁴ A edição especial em homenagem a Mário Sette saiu em julho e nela, além de textos dos citados autores, também foram reproduzidos trabalhos do próprio homenageado. In: “Revista de Cultura”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 30/07/1950.

Jurema, amigos próximos de Sette, lançaram o número 2, ano V, todo dedicada à memória dele¹⁸⁵.

Na capital federal, inúmeras instituições também prestaram homenagens ao finado escritor. A Comissão Nacional do Folclore declarou um voto de pesar pelo falecimento de Mário Sette. Na Câmara dos Deputados, políticos pernambucanos como Pessoa Guerra, Arruda Câmara e Jarbas Maranhão, fizeram discursos em tributo ao escritor conterrâneo. A Academia Carioca de Letras e a Federação das Academias de Letras seguiram o mesmo caminho¹⁸⁶. A Associação Brasileira de Imprensa decidiu eternizar sua figura colocando uma fotografia sua, junto com as imagens de Osmundo Pimentel, Oscar Saião de Moraes, João Luso, Francisco Sales Malheiros, na “galeria da saudade”, a qual se localizava no Salão do Conselho da instituição.¹⁸⁷ Na Academia Brasileira de Letras, o presidente, Austregésilo de Athayde, propôs um voto de pesar pela morte de Mário Sette, fazendo elogios ao escritor pernambucano. Associaram-se a esse voto Manuel Bandeira, Pedro Calmon, Celso Vieira, Gustavo Barroso e Levi Carneiro, que fez um discurso em homenagem ao finado.

Embora Sette não tenha sido membro da ABL, seu nome tinha certo prestígio na instituição, como já foi apontado no capítulo. Segundo notas que saíram na revista *Letras e Artes*, durante os primeiros seis meses de 1950, o nome de Mário Sette era o mais cotado para vencer um importante concurso organizado pela instituição, o “Prêmio Machado de Assis”, o qual concorreu com sua última obra “Arruar” – junto com Érico Veríssimo, com seu “O tempo e o Vento” e Eugênio Gomes, com “Espelho contra espelho”. Herman Lima, chegou, inclusive, a enviar uma carta a Sette no dia 16 de março de 1950, portanto, dez dias antes de seu falecimento, comentando sobre o assunto. Nas palavras de Herman Lima:

Sobre o prêmio da Academia, têm saído várias notas, inclusive, do Peregrino Júnior, que é o Diógenes Laércio do *Letras e Artes*. Da última vez ele disse que estava mais ou menos assentado na Academia conferirem o prêmio de conjunto da obra, este ano, a você, embora antes viesse falando em três candidatos, você, Eugenio Gomes e Érico Veríssimo. Mas acho que será mesmo você o escolhido, como é de justiça, quando não seja por autor de obra mais numerosa, perene e honrosa, mais rica de material nativo, toda ela de amor e de exaltação a Pernambuco.¹⁸⁸

Além dele, Múcio Leão, então diretor do suplemento *Autores e Livros*, também destacou que Mário Sette:

¹⁸⁵ “Nordeste”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 6 de janeiro de 1950; *Revista Nordeste*, ano V, n. 2. Recife, jun/dez 1950.

¹⁸⁶ Na Academia Carioca de Letras o discurso em tributo a Mário Sette foi pronunciado por Othon Costa. In: “Academia Carioca de Letras”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 31/04/1950.

¹⁸⁷ “Homenagem aos jornalistas falecidos”. *Gazeta de notícias*. Rio de Janeiro, 11/05/1950.

¹⁸⁸ Carta de Herman Lima para Mário Sette de 16/03/1950. Presente no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

(creio que já agora não há razão para segredos) ia provavelmente receber este ano o Prêmio Machado de Assis da Academia Brasileira de Letras. Era o seu, pelo menos, o nome que aparecia frequentemente em todas as conversas sobre o assunto. O destino não quis que ele recebesse essa alegria, e levou-o três meses antes de lhe ser votada a expressiva consagração.¹⁸⁹

Porém, antes da divulgação do vencedor, ele não resistiu e morreu, fato que pode ter influenciado a entrega do prêmio para Eugênio Gomes.¹⁹⁰ Nunca saberemos quem realmente ganharia, se Mário Sette não tivesse morrido. Mas devemos chamar atenção para a hipótese de que se isso não tivesse acontecido, ele poderia ter se tornado sócio da instituição, e, conseqüentemente, quem sabe, até ter conquistado sua consagração nos circuitos das letras nacionais. Contudo, nós, historiadores, não somos profetas, só nos cabe a imaginação do que poderia ter acontecido.

Seu “prêmio de consolação” veio somente em setembro de 1950, ou seja, seis meses após a sua morte, quando o *Jornal de Letras* lançou um concurso literário em homenagem a Mário Sette, atribuindo o seu nome a ele e também ao poeta Manuel Bandeira, que ainda não havia falecido mas já era um escritor consagradíssimo em todo o país. Nesse sentido, o “Prêmio Mário Sette” e o “Prêmio Manuel Bandeira” foram criados para destinar 20 mil cruzeiros a escritores e poetas do Brasil.¹⁹¹

Outra homenagem feita em memória a Mário Sette nos chamou a atenção. Nos periódicos pernambucanos teve grande repercussão uma iniciativa proposta por estudantes de diversas escolas e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras onde ele lecionava desde 1941. Estamos nos referindo a uma campanha feita pelos jovens para a ereção de um busto de Mário Sette na Praça da Bandeira, que deveria passar a se chamar Praça Mário Sette, localizada diante do estádio de futebol do Sport Club do Recife, do qual o falecido escritor era um dos sócios fundadores. Acerca desse movimento, expõe um artigo do *Jornal Pequeno*:

trata-se de uma homenagem (...) dos estudantes recifenses em um belo movimento espontâneo e leal, homenageando um homem que não foi político, que não teve dinheiro e que não deixa, portanto, nem um credo político ou um partido interessado em lhe explorar a figura, nem herdeiros a quem pudessem ter o interesse de explorar... Um homem que vai ser homenageado tão só e exclusivamente pelos seus dotes de inteligência e pelo seu valor de intelectual. Este monumento será, portanto, uma espécie de lenda, informando que nem tudo está perdido: ainda há honestidade, lealdade, idealismo e desinteresse a serviço da cultura e da inteligência.

¹⁸⁹ LEÃO, Múcio. “Um símbolo de Pernambuco”. *Autores e Livros*. Rio de Janeiro, 06/1950.

¹⁹⁰ Sobre as polêmicas acerca do “Prêmio Machado de Assis”, ver: “Prêmio da Academia”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 25/02/1950; DESCAVES, Elcito Pierre. “Miscelâneas”. *Correio da manhã*. Rio de Janeiro, 28/03/1950; “Três nomes e um prêmio”. *Letras e Artes*. Rio de Janeiro, 19/02/1950; “Prêmio Machado de Assis”. *Letras e Artes*. Rio de Janeiro, 5/03/1950; “Prêmio Machado de Assis”. *Letras e Artes*. Rio de Janeiro, 11/06/1950; “Eugênio Gomes e o prêmio Machado de Assis”. *Letras e Artes*. Rio de Janeiro, 2/07/1950.

¹⁹¹ Os vencedores do primeiro prêmio Mário Sette foram os romancistas Paulo Dantas e Waldomiro Autran. In: “Jornal de Letras lança dois prêmios literários para 1950”. *Jornal de Letras*. Ano II. Rio de Janeiro, Setembro de 1950.

(...) Esse busto surgiu de um movimento realmente espontâneo, foi de fato o povo e nenhum proveito poderiam esperar os promotores da iniciativa pela realização...¹⁹²

Esse projeto ganhou o apoio do deputado Padre Públio Calado e foi aprovado numa sessão de junho de 1950 na Câmara estadual dos deputados¹⁹³. Porém, não se concretizou. Em 1953, a iniciativa foi novamente acolhida, agora pelo deputado Júlio de Melo, que anexou a ela a ereção de um monumento em homenagem a Austro Costa, que havia falecido neste ano. Contudo, devido às intensas polêmicas da época, que versavam sobre a possibilidade (ou não) de se erguer bustos a personalidades vivas, em razão de um projeto que se queria aprovar para o erguimento de um busto em homenagem ao poeta Manuel Bandeira, a iniciativa não saiu do papel.¹⁹⁴ É óbvio que o projeto não deslanchou por se tratar de uma homenagem a um intelectual vivo, mas pelo fato de estar em meio a disputas políticas acirradas na época, que comprometiam todos os ânimos dos envolvidos. Somente anos depois, o governo do estado de Pernambuco, liderado na época por Gustavo Krause, através da Secretaria do Turismo, Cultura e Esportes, por ocasião do primeiro centenário de nascimento do escritor Mário Sette, em 1986, doou um busto dele à Academia Pernambucana de Letras¹⁹⁵.

Mas, definitivamente, essa não foi a única tentativa de se construir um “lugar de memória” para eternizar a memória de Mário Sette em Recife, sua amada cidade. Em 1952, criou-se ainda o “Clube Lútero-recreativo Mário Sette”, que, por sinal, foi sediado em um endereço na rua que também levou o seu nome, no bairro de Campo Grande. Este espaço, que funcionou por quase toda a década de 1950, era bem badalado, onde ocorriam festas, bailes, saraus e concursos dos mais variados, desde literários, de beleza e até campeonatos de ciclismo. Como é comum em todo clube, ele possuía um presidente, um vice-presidente e

¹⁹² “O busto de Mário Sette. Mesa redonda”. Crônicas de dias da Silva. *Jornal Pequeno*. Recife, 25/04/1950.

¹⁹³ “O deputado Pe. Públio Calado apresentou à Mesa o seguinte projeto: ‘Art 1º - Fica o Governador do Estado autorizado a abrir um crédito especial de Cr\$ 10.000 (dez mil cruzeiros) a ser entregue a Comissão Promotora da instalação de um monumento ao escritor pernambucano Mário Sette, numa das praças da capital. ‘Art 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das Sessões, em 9 de junho de 1950. Padre Públio Calado.’ In: “Assembleia Legislativa. cr\$ 10.000 serão entregues à Comissão Promotora da instalação de um monumento ao escritor Mário Sette”. *Diário da Manhã*. Recife, 10/06/1950.

¹⁹⁴ A polêmica do busto de Manuel Bandeira se arrastou desde a década de 1940 até o final dos anos 1960 e foi entendida como um “célebre episódio que marcou época na imprensa pernambucana”. Tratava-se de uma contenda envolvendo o jornalista e historiador, Mário Melo, que era deputado estadual pelo PSD, e Manuel Bandeira e seus admiradores. A história começou, em 1948, quando a Assembleia Legislativa de Pernambuco aprovou um projeto de lei mandando erguer, em praça pública do Recife, um busto do poeta Manuel Bandeira. Discordando da iniciativa, Mário Melo alegou que o projeto era ilegal, pois havia uma lei de sua autoria que declarava proibida a aposição de nomes de pessoas vivas em ruas, praças e demais logradouros públicos, o que ele chamava de “toponímia bajulatória”. Para saber mais sobre a disputa, ver: CAVALCANTI, Amanda A. M. **Cadê Mário Melo**: Um historiador do IAHGP pelas ruas do Recife. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Rio de Janeiro, 2017. p. 36-38.

¹⁹⁵ Imagem do busto em anexo.

também sócios, porém, infelizmente, não foi possível identificá-los nas fontes acessadas. Para a sua manutenção, seus sócios pagavam uma mensalidade que lhes dava o direito de ter uma “carteirinha social”, ou seja, entrada franca para os eventos promovidos nele. Além disso, o “Clube Lútero-recreativo Mário Sette” também recebia auxílio público, que contribuía para financiar grandes eventos e também reformas realizadas na agremiação¹⁹⁶.

Vale lembrar que, segundo Rebeca Gontijo, a promoção de campanhas a favor da glorificação através da construção de bustos, monumentos, da atribuição de nomes de personalidades mortas a nomes de ruas e instituições, a criação de associações, a organização de acervos contendo objetos e documentos pessoais, a elaboração de biografias e etc. fazem parte da lógica de cultura comemorativa que se desenvolveu em torno de escritores, artistas, cientistas e intelectuais, entre os séculos XVIII e XIX, com repercussão no século XX. Para a autora, essa cultura comemorativa parece ter sido fundada sobre a crença na existência de uma espécie de dívida para com determinados indivíduos, cabendo a nós historiadores investigarmos o modo como essa dívida se instaura, levando em consideração os diferentes modos como ela é paga.¹⁹⁷

Pelo visto, a dívida com Mário Sette parecia ser grande e foi paga aos poucos, ao longo da segunda metade do século XX e início do século XXI. Foram criadas também a “Biblioteca Mário Sette”, no município de Ribeirão, e a “Escola Mário Sette” em Caruaru, em 1953.¹⁹⁸ Além disso, outros logradouros públicos pernambucanos receberam o nome de Mário Sette, após sua morte. Um em Olinda, outro em Caruaru, e outro em Garanhuns. São Paulo também homenageou o escritor pernambucano dando a ele o nome de rua: uma no bairro Sapopemba; e outra em Barra Funda, o que talvez seja uma demonstração da influência desse escritor para os leitores paulistas.¹⁹⁹

Na década de 1950, seu nome estava no auge da consagração. Um mês após a morte de Mário Sette, em abril de 1950, houve uma grande campanha de propaganda de venda da 7ª edição do livro “Terra Pernambucana”, feita pelo jornal *Diário da Manhã*, como se a morte do escritor fosse garantir o sucesso imediato nas vendas. Todos os dias, durante o ano inteiro, o periódico investiu pesadamente na divulgação do livro, que, até julho, era vendido em todas as livrarias do Recife, mas depois passou para as mãos do próprio jornal. Além disso, a partir

¹⁹⁶ O sr. Aurino Valois apresentou um requerimento solicitando que a comissão de finanças da câmara federal, que incluía no orçamento da União uma verba de 20 mil cruzeiros destinados ao “Clube Lútero-recreativo Mário Sette”. In: “Voto de aplausos pela posse do arcebispo d. João Costa”. *Jornal Pequeno*. Recife, 15/09/1953.

¹⁹⁷ GONTIJO, *Op. cit.* 2013. p. 133.

¹⁹⁸ “Lido escolar. Biblioteca Mário Sette”. *Jornal Pequeno*. Recife, 06/03/1953.

¹⁹⁹ http://www.mariosette.com.br/evoc_homenagens.shtml. Acesso em: 05/07/2021.

de agosto deste mesmo ano, a peça “Senhora de Engenho” voltou aos palcos, depois de 7 anos longe deles, onde permaneceu em cartaz até 1952.²⁰⁰ Em 1959, ela foi apresentada em São Paulo²⁰¹. Neste movimento, não foi só a figura de Mário Sette que foi exportada para São Paulo através da peça, mas também as suas concepções ideológicas nela presente, as quais refletiam a respeito da superioridade da vida pacata no campo (uma sobrevivência da decadente aristocracia açucareira de Pernambuco) sobre o cosmopolitismo urbano, representado, sobretudo, pelo Rio de Janeiro.

Em 1951, foi lançada uma série no jornal *Correio Paulistano* numa sessão intitulada “Uma página de História do Brasil”, na qual foram publicadas algumas crônicas do livro “Brasil, Minha Terra!”, na intenção de não só contar a História do Brasil “em pequenas doses” para o leitor de jornal, mas também com o interesse de divulgar o livro de Sette, que já estava na 13ª edição.²⁰² O que parece ter tido efeito, pois, em 1953, uma nova edição desse livro foi publicada pela editora Companhia Melhoramentos, acompanhada da 6ª edição de “Senhora de Engenho”, a qual foi inserida na coleção “Novelas do Mundo”. Pelo visto, as editoras perceberam que a repercussão da morte do escritor pernambucano era uma boa oportunidade para relembrar suas histórias e relançar seus livros. Nesse mesmo ano, a Casa do Estudante do Brasil reeditou as obras “O Palanquim Dourado”, “A Filha de Dona Sinhá” e “Arruar”, este último integrando a coleção “Brasil que não conhecemos”. Em 1957, essa mesma editora publicou uma antologia de contos e novelas, selecionadas por Graciliano Ramos, contendo uma obra de Mário Sette, além de, em 1958, lançar a 3ª edição de “Maxambombas e Maracatus”.

Nessa mesma iniciativa de republicar as obras de Mário Sette, em 1957, a APL criou a série “Discursos Acadêmicos”, na qual foram lançados discursos de vários intelectuais membros da instituição e também crônicas, dentre elas, uma obra inédita de Sette, intitulada “Toque de Recolher”. A publicação dessa obra talvez tenha sido o gatilho para que, em 1959, a memória de Mário Sette, finalmente, conseguisse atingir o mais alto nível de consagração na Academia Pernambucana de Letras, uma vez que ele se tornou patrono de uma cadeira na instituição²⁰³.

²⁰⁰ Vale lembrar que a obra “Senhora de Engenho” foi adaptada ao teatro pelo próprio Mário Sette, estreada em 1943 no Teatro de Santa Isabel.

²⁰¹ “Pílulas”. *Diário da Noite*. São Paulo, 21/10/1959.

²⁰² “A primeira conversão”. Uma página da História do Brasil. *Correio Paulistano*. São Paulo, 29/07/1951; “A carta do Escrivão”. Uma página da História do Brasil. *Correio Paulistano*. São Paulo, 05/08/1951.

²⁰³ O ano de 1959 foi simbólico na APL porque foram criadas novas cadeiras de patronos. Nesse movimento, além de Mário Sette, tornaram-se patronos também: Antônio Pedro Figueiredo, José Hígino, Oliveira Lima, Alfredo de Carvalho, Pereira da Costa, Mendes Martins, Andrade Bezerra, Olegário Mariano, e Mário Melo. In: “Novos Patronos da APL”. *Leitura*. Rio de Janeiro, 1959.

Durante os anos 1960, pouco se falou sobre Mário Sette e suas obras, havendo, portanto, um verdadeiro hiato na produção de sua memória. Foi somente a partir de 1975 que seu nome voltou a dar o que falar novamente, já que um programa editorial do Governo do Estado de Pernambuco, através do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação, propôs publicar 31 obras, cada uma com mil tiragens, dentre elas, uma reedição de “Arruar”. Esses livros comporiam uma coleção intitulada “Coleção Pernambucana”²⁰⁴, a qual se voltava para a reedição de livros que trariam como temática a História de Pernambuco, sua cultura e sua literatura.

Nessa época, o diretor do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco era Leonardo Dantas Silva, uma figura que, a partir de então, se tornaria muito influente dentro das instituições responsáveis por divulgar e preservar a identidade pernambucana. Isso porque, após seu mandato no Departamento de Cultura, que foi de 1975 a 1979, ele foi o primeiro diretor-presidente da Fundação de Cultura da cidade do Recife, entre 1979 e 1983, instituição criada na mesma época, além de também ocupar o cargo de diretor de Assuntos Culturais da Fundarpe (Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco), entre 1983 e 1987, e diretor Geral da Editora Massangana da Fundação Joaquim Nabuco, entre 1987 e 2003.

Leonardo Dantas era um grande admirador da obra de Mário Sette e quem muito contribuiu para a reedição dos seus livros durante as décadas de 1970 e 1980, com a colaboração de Hilton Sette. Para Dantas, “Mário Sette foi o nosso primeiro autor bem antes de qualquer outro, foi ele quem despertou um grande número de gerações para aquilo que Gilberto Freyre veio a denominar de sentimento de ‘pernambucanidade’”²⁰⁵. Assim, segundo ele, “todas as lições apreendidas de Mário Sette não poderiam ficar longe das gerações atuais,

²⁰⁴ Dentre os livros publicados na Coleção Pernambucana, estavam: “Diário de um Soldado”, de Ambrósio Richsoffer; “Olinda Conquistada”, do padre João Baers; “Arte de Solfejar”, de Luís Alvares Pinto, “Estudos Pernambucanos”, de Alfredo de Carvalho; “Os tempos de Duarte Coelho”, de Costa Porto; “Tempo dos Flamengos”, de José Antônio Gonsalves de Melo; “Notas Dominicais”, de L.F. Tollenare; “Viagens ao Nordeste do Brasil”, de Henry Koster; “Subsídios para História da Educação em Pernambuco”, de Ruy Bello; “Os Tempos de Gervásio Pires”, de Costa Porto; “O Brasil que Nassau conheceu”; “Pernambuco, seu desenvolvimento histórico”, de Manoel de Oliveira Lima; “Vocabulário pernambucano”, do padre Lino do Monte Carmelo Lima; “Dicionário Topográfico, Estatístico e Histórico da Província de Pernambuco”, de Manoel da Costa Honorato; ‘Nova Lusitânia - História da Guerra Brasílica’, de Francisco de Brito Freyre; “No tempo de Lima Cavalcanti”, de Costa Porto; “Ensaio Pernambucano”, de vários autores; “Diálogos com Agamenon Magalhães”, do padre Romeu Parea; “Annaes de Medicina Pernambucana”, compreendendo o período de 1824 a 1844; “Folclore”, de vários autores; “Verdevida (O Tempo Simultâneo)”, de Maria do Carmo Barreto Campello de Melo; “Fascínio do Candomblé”, de José Amaro Santos da Silva; “Pequeno lendário Histórico-Cultural de Pernambuco”, de Leonardo Dantas Silva; “Ritmos e Danças - Frevo”, de Leonardo Dantas Silva; “Monumentos de Recife”, de Rubem Franca; “História do Futebol em Pernambuco”, de Givanildo Alves. In: “Coleção pernambucana lança mais 4 livros”. *Diário da Manhã*. Recife, 7 setembro de 1978.

²⁰⁵ “Fundação entrega 3 edições”. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

muito menos dos estudantes do meu estado, daí a motivação quase que sentimental de incluir ‘Arruar – História Pitoresca do Recife Antigo’ na Coleção Pernambucana”²⁰⁶.

Nesse sentido, em 1978, Leonardo Dantas, como diretor do departamento de cultura, publicou a 3ª edição de “Arruar” em comemoração aos 30 anos de seu lançamento, graças:

ao apoio sempre presente do Governador José Francisco de Moura Cavalcanti e do seu Secretário da Educação e Cultura, José Jorge de Vasconcelos Lima, tão interessados em desenvolver junto às atuais gerações o gosto e o amor pelos nossos melhores sentimentos de pernambucanidade.”²⁰⁷

Como se pode notar, havia um interesse do governo do estado de Pernambuco, que estava sob a batuta de Moura Cavalcanti, em estimular nos pernambucanos sentimentos de pertencimento identitário, ou de *pernambucanidade*, como se apontava. Esse e outros projetos de cunho social e cultural foram implantados com a ajuda do então secretário da Fazenda, Gustavo Krause, o secretário de Planejamento, Luiz Otávio Cavalcanti, o secretário de Trabalho e Ação Social, Joaquim Francisco Cavalcanti e o secretário de Educação, José Jorge de Vasconcelos, os quais, juntos, teriam formado uma espécie de *frente modernizadora* da administração estadual²⁰⁸. O programa se estendeu pela década de 1980, isto é, pelos últimos cinco anos da ditadura Civil-Militar instaurada no Brasil desde 1964, principalmente durante o governo de Marco Maciel (1979-1982) e do “prefeito biônico” do Recife, nomeado por ele, Gustavo Krause.

Durante a prefeitura de Krause no Recife, que foi de 1979 a 1982, houve certo empenho na elaboração de um programa de políticas públicas culturais e sociais que dava apoio às manifestações artístico-culturais das classes populares, na medida em que houve certa valorização e investimento em festas e manifestações de caráter popular e também às produções dos setores médios.²⁰⁹ Nessa época, foi criada a Fundação de Cultura Cidade do Recife (FCCR), que, sob a presidência de Leonardo Dantas Silva, funcionou como órgão central de financiamento direcionado para o campo cultural, patrocinando a edição de livros

²⁰⁶ DANTAS, Leonardo. “Nova edição de três livros raros”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 11/06/1978.

²⁰⁷ DANTAS, Leonardo. “Reedição de Mário Sette”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 22/06/1978.

²⁰⁸ TEIXEIRA, Flávio Weinstein. “Política e cultura no Recife: a administração municipal de Gustavo Krause e a criação da GMAR”. In: TAULLA, Lorena e MONTEIRO, Mariza (Orgs.). **A Galeria Metropolitana de Arte do Recife**. Recife: FioAções, 2022, p. 22-35.

²⁰⁹ Esse projeto cultural estava em consonância com uma política cultural desenvolvida a nível nacional, a qual visava valorizar essas manifestações a partir da lógica da exploração turística do exótico. Nesse contexto, a região Nordeste foi tida como central, e, mais especificamente, Recife foi visto como um espaço interessante por ser um celeiro de uma multiplicidade de práticas culturais populares, onde abundavam maracatus, pastoris, caboclinhos, quadrilhas juninas, dentre outras manifestações, encaradas como resquícios de tradições “ancestrais” e arcaicas que ainda sobreviviam. Claro que não podemos reduzir os programas culturais da prefeitura do Recife a respostas às direções tomadas pela esfera federal, mas acreditamos que eles podem ser mais bem compreendidos quando vistos compondo um panorama mais abrangente. In: TEIXEIRA, *Ibid.* 2022.

(de história e literários), a promoção de eventos de música erudita, as artes plásticas, museus, galerias, etc.

Foi nessa época que Leonardo Dantas, pela Fundação de Cultura, em conjunto com a Secretaria de Educação do Estado e a Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura da cidade do Recife, publicou a biografia de Mário Sette, “Memórias Íntimas (Caminhos de um coração)”, em 1980, a 10ª edição de “Terra Pernambucana”²¹⁰, em 1981, e a 4ª edição de “Maxambombas e Maracatus”, publicada em 1981. Esses livros fazem parte da “Coleção Recife”, a qual é composta por 20 trabalhos que tratam sobre literatura, história e aspectos culturais de Pernambuco, escritos, na maioria, por escritores pernambucanos. Entre as obras estavam: “O Recife na voz de seus poetas”, de Luiz Nascimento; “Horas Marianas”, de Gervásio Fioravante; “Teatro Quase Completo”, de Lucilo Varejão; “Histórias dos feitos recentemente praticados no Brasil”, de Gaspar Barlaeus; “Nossa Senhora dos Guararapes”, de Bernardino Freire de Figueiredo e Castro; “Caminhos de Gusmão”, de José Américo de Lima; “O rapaz de Vila Maria”, de Hilton Sette; “Um mascate e o Recife”, de José Antônio Gonsalves de Melo; “Arredores do Recife”, de F. A. Pereira da Costa; “Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco”, de Dom Domingos do Loreto Couto; “Memórias diárias da guerra no Brasil”, de Duarte de Albuquerque Coelho; “Os tempos da Praieira”, de Costa Porto; “Maracatus do Recife”, de Guerra Peixe; “Dicionário biográfico de pernambucanos célebres”, de F. A. Pereira da Costa; “Memórias de Pernambuco - álbum para os amigos das artes, 1863” de Luis Schlappriz; “As sementes do sol - O Semeador”, de Raimundo Carrero; “Decadências de uma fidalguia açucareira”, de Flávio Guerra.

Em uma matéria do *Diário de Pernambuco*, de 12 de fevereiro de 1981, falou-se sobre o lançamento dos livros “Histórias dos feitos recentemente praticados no Brasil”, de Gaspar Barlaeus, “Nossa Senhora dos Guararapes”, de Bernardino Freire de Figueiredo e Castro e “Memórias Íntimas (Caminhos de um coração)”, de Mário Sette, ocorrido no Teatro de Santa Isabel, e dos objetivos do programa de promoção da cultura desenvolvido pela prefeitura de Gustavo Krause:

O prefeito fez um retrospectivo da situação de sua administração no campo cultural, encontrando a coerência entre a proposição e a execução do programa de promoção da cultura, onde se inclui: restauração, preservação e valorização da personalidade do Recife, despertando o gosto das pessoas pelos valores da terra e da gente; estimular, fortalecer e difundir o espírito de recifensidade, no sentido de cultivar o patrimônio histórico, artístico e paisagístico.²¹¹

²¹⁰ A 10ª edição de “Terra Pernambucana” foi impressa na CEPE (Companhia Editora de Pernambuco) e teve uma tiragem de 5.000 exemplares, com o objetivo de atingir as redes escolares do Município e do Estado. In: “Livro de Mário Sette volta às bancas escolares”. *Diário da Manhã*. Recife, 29 e 30/11/1981.

²¹¹ “Krause preside a entrega de livros”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 12/02/1981.

Portanto, a publicação da “Coleção Recife” integrou o projeto de implantação de políticas públicas na área da cultura elaborado pela prefeitura do Recife, o qual, como vimos, visava incentivar a divulgação e a conservação de elementos “históricos, artísticos e paisagísticos” que constituíssem uma certa identidade pernambucana e também estimular o sentimento de *pernambucanidade*, ou de *recifensidade*. Vale dizer que não foi por acaso que entre as obras publicadas nesta coleção, três eram de autoria de Mário Sette, sendo ele o escritor de maior recorrência nela. Isso significa que seus livros estavam bem afinados com as políticas culturais desenvolvidas pela prefeitura do Recife, sendo o autor, portanto, considerado uma referência quando se tratava de despertar o sentimento de *pernambucanidade*, como salientou Claribalte Passos, em um artigo para o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, publicado em 6 de dezembro de 1982:

A edição bem cuidada e oportuna da “Coleção Recife”, empreendimento benemérito, sem dúvida, estruturado e que vem sendo realizado com expressiva repercussão nacional pelo historiógrafo Leonardo Dantas Silva, dá motivação de justificado orgulho ao programa de edições da Fundação de Cultura Cidade do Recife, a julgarmos pela importância dos seus constantes lançamentos.

Temos uma preferência, entretanto, aos títulos da autoria do notável escritor, memorialista e historiador Mário Sette, igualmente emérito professor em vários estabelecimentos de ensino de Pernambuco. Ninguém como ele fez o retrato de corpo inteiro do Recife – a partir de “Maxambombas e Maracatus” – em tintas vivas, melhor até que uma película moderna cinematográfica colorida.²¹²

Nessa época, os livros de Mário Sette voltaram a fazer sucesso entre os leitores pernambucanos, fazendo com que o seu nome fosse lembrado, mesmo 30 anos após a sua morte, como foi apontado por Hilton Sette em entrevista para *Diário da Manhã*, em 18 de setembro de 1982:

O professor Hilton Sette destacou a importância para os familiares de Mário Sette, das novas edições de obras de seu pai. A satisfação é maior, acrescentou, por sabermos que estas edições estão esgotadas ou em vias disso acontecer.

“Estes dois fatos contrariam a profecia de um cronista pernambucano que, no fim da década de 40 negou o valor e a perenidade da obra do meu pai que recortou a nota e colou em um de seus álbuns, com a recomendação de que seus filhos ou netos comprovasse o cumprimento daquela profecia.”²¹³

Em 1986, Leonardo Dantas Silva, em nome da FUNDARPE, lançou mais uma edição de um livro de Mário Sette: “Anquinhas e Bernardas”, para comemorar o centenário de seu nascimento. Formava-se, então, um total de 5 obras reeditadas desse autor desde o início dos anos 1980, o que permitiu que o nome de Mário Sette e suas histórias circulassem novamente

²¹² PASSOS, Claribalte. “Evocações do Recife”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 6/12/1982.

²¹³ “A prefeitura continuará preservando o passado”. *Diário da Manhã*. Recife, 18/09/1982.

entre os leitores de seu estado. Além disso, como já apontamos, finalmente, um busto seu foi erguido nos jardins da Academia Pernambucana de Letras, fincando de uma vez os alicerces da memória de Mário Sette no panteão dos grandes homens das letras de seu estado. Assim, os anos 1980 foram simbólicos para o resgate e para a fixação de uma memória mais perene desse escritor.

Nos anos 1990 e 2000 foram lançados mais antídotos contra o esquecimento desse intelectual. Em 1999, ele se tornou, pela primeira vez, objeto de pesquisa de um trabalho acadêmico. Com o título “Mário Sette o retratista da palavra”, a historiadora Magdalena Almeida escreveu sua tese de doutorado pela Universidade Federal de Pernambuco sobre a obra do escritor, a qual foi premiada na categoria ensaio pelo “Prêmio Jordão Emerenciano” do Conselho Municipal de Cultura, e, portanto, publicada em 2000. Em fevereiro de 2007, seu nome foi acionado no frevo “Tributo a Mário Sette”, lançado durante as comemorações do centenário do frevo em Pernambuco.

Já em 2010, foi criado um site em homenagem a Mário Sette. Elaborado por suas bisnetas, Paula Melo Rêgo Barros e Rossana Sette de Melo Rêgo, o site funciona como mais um importante “lugar memória” onde se pode encontrar ancorada certa memória cristalizada de Mário Sette. Nele, foram disponibilizadas referências biográficas, textos críticos de seus livros, evocações produzidas por intelectuais admiradores da obra de Mário Sette, textos autobiográficos, retratos e uma genealogia sua. Como guardiãs da memória de seu bisavô, elas se viram na responsabilidade de disseminar o seu nome e preservar a sua memória, acreditando que fazendo isso também poderiam “conservar e transmitir uma parte significativa da História e da tradição cultural de Pernambuco” sendo essa a função social do site. Dessa forma, podemos dizer que, ao identificarem Mário Sette como um “conceito de pernambucanidade”, como elas mesmas apontam no título da apresentação do site, as bisnetas incorporam muito bem certa memória enquadrada sobre Mário Sette, a qual, como vimos, foi construída de forma muito minuciosa ao longo de quase todo século XX.

Enfim, a partir das observações apontadas no capítulo, a vida póstuma de Mário Sette foi cheia de sucessos e consagrações, sendo primordial para a fixação de uma memória mais perene sobre ele e de maior projeção nos meios intelectuais e sociais da cidade. Graças ao seu trabalho, que muito contribuiu para a construção do que hoje entendemos como uma identidade pernambucana, e à ação de seus admiradores, que o transformaram em um marco referencial do surgimento de um sentimento que faz palpitar o coração de qualquer

pernambucano bairrista, parece que, depois de morto, seu nome foi finalmente alçado à eternidade na memória dos recifenses (pelo menos por enquanto).

3 MÁRIO SETTE: O VANGUARDEIRO DO REGIONALISMO LITERÁRIO NO NORDESTE

Foi essa a surpresa que tivemos ontem ao ler em a “Folha da Manhã” desta cidade, o artigo “UM PRECURSOR”, da pena do ensaísta e crítico Oscar Mendes (...). Nesse trabalho, ele me aponta como precursor da chamada “literatura nordestina” que já nos deu as esporas de ouro de José Américo de Almeida, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, Jorge Amado... Terei sido, para Oscar Mendes, um vanguardista humilde, desses cavalheiros de prol, com minhas esporas de metal pobre, mas abrindo-lhe os caminhos dos temas regionalistas em meus romances “Senhora de Engenho” e “O vigia da Casa Grande”. Neles a minha pena “romântica” terá pintado paisagens, costumes e tipos, com “verismo” iniciado em 1920 uma nova fase do romance nacional, que ensejaria o grito de Tristão de Ataíde: “Romancistas ao Norte”. Sinto, sem imodéstia, um sentido de justiça nesse conceito de Oscar Mendes.²¹⁴

O que Mário Sette chamou de “Justiça em vida” no título do texto que trazemos como epígrafe parece ter sido uma surpresa para ele. Em 1949, quando o escritor pernambucano já contando com os seus 63 anos, Oscar Mendes escreveu um artigo em defesa do seu nome, apontando-o como o precursor do regionalismo literário no Nordeste. Embora reconheçamos como válido o sentimento de justiça do velho Mário Sette, lisonjeado por tal declaração, vamos defender nesse capítulo que essa imagem atribuída a ele não era nova nem pontual. Na verdade, ela começou a ser elaborada ainda na década de 1920, após a publicação do romance “Senhora de Engenho”, de 1921, livro que projetou a sua carreira de escritor.

Desde o seu lançamento, “Senhora de Engenho” foi considerado como uma amostra do “nacionalismo ou regionalismo sadio”, que teria renovado a proposta de um tipo de regionalismo associado a figuras como Franklin Távora. Além disso, com o passar do tempo, o livro foi sendo visto como o que primeiro retomou a temática regional no Nordeste, região que estética, discursiva e imageticamente estava em processo de construção, e também como um certo tipo original de romance que deu os alicerces para José Américo de Almeida lançar “A Bagaceira”, em 1928, o qual inaugurou um movimento literário que ficou conhecido como “Romance de 30”.

Mais precisamente, esse livro foi considerado como o embrião temático das obras inseridas posteriormente em uma espécie de subgênero literário do regionalismo nordestino, denominado “ciclo da cana-de-açúcar”, associado, principalmente, às obras de José Lins do Rego. Isso porque, “Senhora de Engenho” foi entendido como aquele que trouxe,

²¹⁴ SETTE, Mário. “Justiça em vida”. In: SETTE, *Op. cit.* 1980. p. 212. Esse artigo também foi publicado no jornal *Correio da Manhã*, em 1951, ou seja, após a morte de Mário Sette. In: “Última página de um diário inédito de Mário Sette. Esporas de Metal pobre. (publicação póstuma)”. *Correio da manhã*. Rio de Janeiro, 15/06/1951.

pioneiramente, como tema central a paisagem e a vida cotidiana no engenho, a tensa oposição entre o mundo rural e o urbano, entre o tradicional e o moderno, defendendo como tese principal a ideia de que a vida no campo, especialmente nos engenhos de açúcar no interior de Pernambuco, seria mais autêntica do que a existência nas cidades, pautada no cosmopolitismo.

Para alguns críticos da literatura brasileira, como Moema Selma²¹⁵ e Luís Bueno²¹⁶, foi a partir dessa obra que a temática da nostalgia dos tempos das casas-grandes foi, pela primeira vez, utilizada pela literatura como tentativa de afastar a ideia da existente decadência rural da aristocracia açucareira de Pernambuco, tópica central do pensamento freyreano, da produção literária de José Lins do Rego e também de outras figuras que vão aderir ao movimento Regionalista-Tradicionalista do Recife. Assim, acredita-se que foi com “Senhora de Engenho” que o Nordeste do engenho, da casa-grande e da senzala, tão bem formulado ideologicamente por Gilberto Freyre, em companhia de outros intelectuais, iniciou seu período de gestação. Além disso, o livro foi visto como uma das principais produções literárias do início do século XX que evidenciou o registro das características típicas da fauna e da flora pernambucana, das tradições e dos costumes locais, o que rendeu a Mário Sette o título de “evocador do passado folclórico pernambucano”²¹⁷, atribuído a ele por Luís da Câmara Cascudo.

Portanto, nesse capítulo temos como objetivo analisar a repercussão de “Senhora de Engenho” com o interesse de compreender a memória construída sobre Mário Sette que o identificou como inaugurador das ideias que impulsionaram o movimento regionalista-tradicionalista do Recife e também como o precursor do chamado “Romance de 30”, apesar de nunca ter existido consensos a respeito de tal memória. Para isso, partimos do princípio de que já existia em Pernambuco um ambiente favorável para a proliferação de seu modo de ser regionalista, já que, alguns intelectuais, cada um a seu modo, já chamavam a atenção para a necessidade de uma produção histórica e literária que dessem destaque para as características particulares da cultura local pernambucana, com destaque para Oliveira Lima, autor de um interessante discurso proferido em 13 de maio de 1920 na Academia Pernambucana de Letras.

²¹⁵ D’ANDREA, Moema Selma. **A tradição re(des)coberta**. (O pensamento tradicionalista de Gilberto Freyre no contexto das manifestações culturais e/ou literárias nordestinas). Dissertação de Mestrado. UNICAMP. São Paulo, 1987.

²¹⁶ CAMARGO, Luís Gonçalves Bueno de. **Uma História do romance brasileiro de 30**. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2001.

²¹⁷ CASCUDO, Luís da Câmara. **Literatura oral no Brasil**. São Paulo, 2012. nota 44.

Nesse sentido, nosso interesse é cruzar o debate que elaborou uma certa memória sobre Mário Sette, que associou seu nome aos primórdios do regionalismo literário em Pernambuco e também a fundação do sentimento de *pernambucanidade*, com as discussões acerca da própria construção da nacionalidade a partir de uma ótica regionalista construída no estado. Vamos pensar que a obra “Senhora de Engenho” foi vista como um discurso instituinte, visando defender que ela foi representada como uma produção que teve uma colaboração relevante para a fabricação de uma sensibilidade instauradora de uma forma de ver e dizer a região Nordeste, na intenção de compreender a contribuição de Mário Sette para a formação de identidade regional e/ou nacional.

3.1 NACIONALISTA A SEU MODO REGIONALISTA

E eis como o sr. Mário Sette pode, a meu ver, com justo motivo, pois que se nos revela pintor claro e fidedigno do *meio* agrícola pernambucano, reclamar o título, tão de moda nos tempos que correm, de escritor *nacionalista*, ou melhor, *regionalista*: mas nacionalista ou regionalista sadio, de bons moldes, que se compraz tão só no estudo dos hábitos e costumes de nosso viver *matuto*, sem menosprezo à boa linguagem portuguesa: e não *caipirista*.²¹⁸

No fragmento de texto citado acima, Faria Neves Sobrinho coloca as noções de nacionalismo e regionalismo em paridade quando faz referência a Mário Sette como um “pintor claro e fidedigno do *meio agrícola* pernambucano”. Como ele, muitos dos intelectuais que construíram o arcabouço discursivo, estético e imagético do regionalismo nordestino também acreditavam nessa convergência de conceitos e defendiam que a boa produção regionalista deveria ser aquela que fomentasse o nacionalismo e a unidade nacional. Como pode ser visto nas palavras do jovem Gilberto Freyre: “Um Brasil regionalista seria um Brasil não dividido, mas unido nas suas diversidades. E coordenando-as num alto sentido de cultura nacional. Um Brasil livre de tutelas que tendem a reduzir a feudos certas regiões.”²¹⁹

Num tom bastante conciliador, a ideia desses intelectuais era construir discursos que, de certa forma, deveriam estar afinados com as questões nacionalistas do momento, as quais tinham como uma das preocupações principais a urgência de se criar uma identidade nacional para o Brasil que fosse una e homogênea, apesar da diversidade cultural e geográfica do país. O que significa que, para eles, a produção literária da região que vinha a ser imaginada como

²¹⁸SOBRINHO, Faria Neves. “Academia Pernambucana de Letras”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 17/08/1921.

²¹⁹FREYRE, Gilberto. “Ação regionalista no Nordeste”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 7/02/1926.

Nordeste, durante as primeiras décadas do século XX, deveria valorizar as paisagens, a cultura, as gentes e os costumes típicos locais, sem incitar nenhuma espécie de separatismo localista, como havia sido feito por romancistas do século XIX, a exemplo de Franklin Távora.²²⁰

Foi nesse momento que se criou a necessidade de compreender toda a nação e sua complexidade, surgindo discursos que, tanto no Norte quanto no Sul, analisavam o país a partir do próprio espaço de onde eram emitidos. Sobretudo durante a década de 1920, a nação brasileira passou a ser vista como um organismo composto por diversas partes, que deveriam ser identificadas e individualizadas. Para isso, foram mobilizados diferentes saberes, fossem eles do campo das artes ou da ciência, que deveriam formular discursos analíticos que trouxessem diagnósticos que visavam compreender, a partir de cada região, os problemas do que se chamava na época de *atraso brasileiro* e também para dar soluções plausíveis para uma possível modernização do país como um todo. O mais importante era afastar qualquer iniciativa regionalista que visasse bloquear a emergência da síntese nacional. Nas palavras de Durval Muniz de Albuquerque Júnior:

O nacionalismo vai acentuar, na década de 1920, as práticas que visavam ao conhecimento do país, de suas particularidades regionais. Cogita-se, nesse momento, da publicação até de uma Enciclopédia Brasileira que reunisse informações acerca de nossas diversas realidades como ponto de partida para se pensar uma política de nacionalização, de unificação, de superação dessas distâncias que impediam a emergência da nação.²²¹

Nesse contexto, os discursos nacionalistas retomavam as reflexões sobre a formação da *brasilidade* e a construção de uma identidade para o povo brasileiro, na intenção de romper com a dependência de modelos estrangeiros. Inclusive, a noção de povo se tornaria central para esses discursos, os quais passaram a associá-la à própria ideia de nação e nacionalidade.

Estamos falando de um tempo em que mudanças de estilo de vida, de comportamento, de hábitos, de costumes – quando os valores modernos passaram a fazer parte do cotidiano de uma sociedade que deixava de ser agrária e escravocrata para se tornar burguesa, de classes, e,

²²⁰ Conhecido como um bom exemplo de escritor regionalista do século XIX, para muitos críticos literários, Franklin Távora deixou nítida a sua perspectiva separatista, na medida em que argumentava que existiam duas “pátrias” no Brasil, uma no “Norte” e outra no “Sul”, separação que, para ele não se estabelecia somente no plano geográfico, mas também no literário. Porém, não existe um consenso sobre essa imagem construída sobre ele, uma vez que há trabalhos acadêmicos que defendem a ideia de que Távora não era um separatista, mas possuía um projeto que visava construir a ideia de que os elementos e tradições nacionais estavam em abundância no “Norte”, em comparação ao sul do Brasil. Sobre essa perspectiva do trabalho de Franklin Távora, ver: SIQUEIRA, Ana Maria Alves; NASCIMENTO, Marília Angélica Braga do. “O Nacional por meio do Regional”. *Ipotesi*. v. 18. n. 1. Juiz de Fora, jan/jun 2014. p. 21-34.

²²¹ ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2009. p. 54.

sobretudo, urbana – estimularam uma crescente preocupação com o *povo*, suas tradições e sua cultura.²²² A ideia era colocar o *povo brasileiro* em cena, indo em busca de suas manifestações culturais, artísticas e folclóricas, seu cotidiano, suas atividades e sua forma de pensar, ou seja, todo o seu repertório. Além disso, deveria também ser repensado o seu papel na cultura e na política nacional. Dessa forma, passou-se a acreditar que estaria nele a própria essência da nacionalidade, o verdadeiro espírito guardião das tradições.

Porém, como definir quem seria esse *povo brasileiro*? Após a abolição da escravidão e a proclamação da República, a sociedade brasileira se complexificava. Além das populações de ex-escravos, fortemente marginalizadas, outros grupos sociais também foram incorporados à população, em especial os imigrantes, que chegavam aos montes nos portos do país, desde o século XIX. Novos atores sociais também apareceram, como a classe média em expansão, os operários, os trabalhadores das usinas, antigos engenhos, o que diversificou ainda mais a sociedade brasileira. Sem falar na emergência de novos conflitos sociais, como, por exemplo, fenômenos como o cangaço e as manifestações messiânicas – dentre elas, a que ocorreu em Canudos foi a mais simbólica – e, mais tarde, as greves dos operários urbanos, ocorridas em São Paulo, mas também em Recife, no ano de 1917, motivadas pela insatisfação com as péssimas condições de vida e de trabalho nas fábricas.

A ocorrência de eventos como esses permitiram à inauguração de um outro olhar sobre o popular, que passou a ser visto também como um problema a ser solucionado. Os sertanejos, por exemplo, apesar de exaltados por uma produção literária já consolidada na época, a qual entendia o homem rural majoritariamente sob o ângulo do pitoresco, sentimental e jocoso²²³, passaram também a ser identificados como perigosos. Tudo isso tornou a discussão sobre quem representaria o *povo brasileiro* muito complexa, pois nem todos esses rostos que coloriam a população brasileira foram escolhidos como representantes do chamado “povo”. Era preciso selecionar bem os personagens que efetivamente deveriam ser exaltados e quais os que deveriam ser combatidos ou até execrados.

De acordo com Nísia Trindade Lima, o homem do interior, que podia ser chamado de sertanejo, caipira, tabaréu, jagunço, jeca-tatu, brejeiro, entre outras titulações, foi um personagem privilegiado na formação do chamado *povo brasileiro*. Desde fins do século XIX até os princípios da institucionalização universitária das ciências sociais, que pode ser

²²² ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz. **A fabricação do folclore e da Cultura Popular (Nordeste - 1920-1950)**. Intermeios. São Paulo, 2013. p. 48.

²²³ CÂNDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. 6ª ed. Editora Itatiaia Limitada. Belo Horizonte (MG), 2000. p. 119.

aproximadamente demarcada entre os anos de 1933 e 1964, houve grande interesse em ressaltar a sua vida, sua cultura e suas práticas sociais.²²⁴ Nesse contexto, o sertão também foi tema central, tanto na literatura quanto na produção de cunho científico.

Na História, Capistrano de Abreu foi uma figura fundamental nessa iniciativa de tomar o sertão e o sertanejo como referência de *brasilidade*. Na literatura, escritores voltados para a produção dos chamados “contos sertanejos”²²⁵, como foi nomeado por Antonio Cândido, inauguraram um gênero que tratava o sertanejo como uma espécie de herdeiro legítimo do que havia de mais tradicional no país, uma vez que esse homem vivia isolado e, portanto, livre de todas as transformações e interferências advindas da modernidade, que foram impostas às cidades, tornando-as mais cosmopolitas. Esse gênero literário foi marcado por uma produção que ressaltava o pitoresco e o exótico e recorria ao tema da oposição entre o mundo rural, visto como fonte da honestidade e das antigas e autênticas tradições, em vias de desaparecimento, ao urbano, entendido como *locus* do mal, da corrupção e do perigo, fruto do progresso.²²⁶ Nesse sentido, para esses escritores, quanto mais as cidades se modernizavam, quanto mais o país se industrializava, mais a nostalgia do campo, do rural, do sertanejo, entrava em cena.

O movimento de (re)descoberta do sertão prolongou-se pelas primeiras décadas do século XX, e os escritos produzidos sobre essa temática sustentaram a criação de uma consciência nacional a partir de uma definição do Brasil e dos brasileiros, com destaque para a publicação de “Os sertões”, de Euclides da Cunha, em 1902.

Vale lembrar que, na época, prevalecia uma visão de que havia duas realidades no Brasil: a do litoral e a do interior. Uma delas percebia o sertão como um lugar de atraso, por oposição à cidade, local de progresso e modernidade. A outra interpretação entendia o sertão como o espaço por excelência da “brasilidade”, repositório de uma cultura folclórica, tradicional, que deveria servir de base para o estabelecimento de uma cultura nacional²²⁷, enquanto a cidade era o lugar do cosmopolitismo e do estrangeirismo. Em relação ao tipo social que representaria o *povo brasileiro*, o homem do interior encontrava-se na berlinda:

²²⁴ LIMA, Nísia Trindade. “Intelectuais e interpretação do Brasil”. In: LIMA, Nísia Trindade. **Um Sertão chamado Brasil**. 2ª ed. Hucitec editora. São Paulo, 2013. p. 50.

²²⁵ CÂNDIDO, *Op. Cit.* 2006; CÂNDIDO, *Op. Cit.* 2000.

²²⁶ Regina Abreu salienta que, nos últimos anos do século XIX, entre as tendências mais importantes da literatura destacavam-se, de um lado, as crônicas e romances que tematizavam o mundo urbano e cosmopolita, sendo Machado de Assis um grande representante, e, do outro lado, crônicas e romances que tinham como tema a nostalgia da vida no campo, o que Antonio Cândido vai chamar de “aluvião sertaneja”. In: ABREU, *Op. Cit.* 1998. p. 174.

²²⁷ Mais tarde, a partir das décadas de 1930 e 1940, a busca pelo interior do Brasil, a “marcha pelo Oeste”, slogan adotado por Getúlio Vargas, demonstrou a nítida preocupação com a integração dos grandes espaços interioranos do país.

para os partidários da modernidade, do progresso e do cosmopolitismo, ele era um exemplo do atraso e da ignorância; já para os que aderiram ao movimento de valorização do sertão e seus habitantes, ele era o portador da brasilidade, da “essência” da nacionalidade²²⁸.

Claro que esse tipo de compreensão da realidade brasileira é generalista, por não levar em consideração as subdivisões internas dentro da própria cidade, formada por espaços como centro e periferia, marcados, nitidamente, por distinção de classes sociais, de ricos e pobres; ou por não especificar quem seria considerado o representante do “homem do campo”, o qual poderia ser retratado tanto pelo trabalhador rural quanto pelo proprietário terras, como o fez Gilberto Freyre e também Oliveira Vianna. Além do mais, ao longo das primeiras décadas do século XX, foram surgindo vários personagens escolhidos pelas elites políticas e intelectuais dos estados brasileiros para disputar o papel de representante do típico *brasileiro*; figuras como o sertanejo, o vaqueiro ou o senhor de engenho, foram eleitos para representar o Nordeste; o gaúcho, no Sul; o caucheiro na Amazônia, dentre outros.²²⁹

Pautada em discursos regionalistas, que não são, de forma nenhuma, neutros, essa escolha era orientada por disputas políticas e ideológicas e significava a luta pela hegemonia de uns espaços sobre outros. Em suma, diante da crescente preocupação para se conhecer e formar a nação como uma comunidade imaginada, os diversos discursos regionais chocaram-se na tentativa de fazer com que os tipos sociais, os costumes, as crenças e as tradições de cada região representassem o modelo a ser generalizado para o restante do país, o que significava a generalização de uma hegemonia.

A partir desse embate entre as visões regionalistas, que queriam se impor como nacionalistas, instaurou-se, assim, o que o historiador Durval Muniz chamou de “novo regionalismo”. Como uma reação à nova formação discursiva no Brasil, esse regionalismo tinha como objetivo extrapolar as fronteiras dos estados na tentativa de superar as vinculações localistas. A ideia era buscar um agrupamento maior em torno de um espaço que perdia cada vez mais sua dimensão natural e geográfica para se tornar um “território imaginário, delimitado por fronteiras instituídas historicamente, por meio de guerras ou convenções”²³⁰ construídas artificialmente pelo homem. De maneira geral, segundo o autor, o regional era, para o intelectual regionalista:

um desfile de elementos culturais raros, pinçados como relíquias em vias de extinção diante do progresso. Uma narrativa antiquário que resgatava o que estava prestes a ser passado. |(...). Ele toma elementos do folclore e da cultura popular,

²²⁸ GONTIJO, *Op. Cit.* 2013. p. 75.

²²⁹ LIMA, *Op. Cit.* 2013.

²³⁰ ALBUQUERQUE Jr., *Op. cit.* 2009, p. 60.

notadamente rural, abordando-os com indisfarçável postura de superioridade, com um olhar distante que procura marcar, inclusive na própria escritura, o pertencimento a mundos diversos.²³¹

Foi nesse contexto que nasceu o Nordeste, suas particularidades e elementos considerados típicos do caráter, do folclore e da cultura popular, definida como nordestina. De acordo com Durval Muniz, o Nordeste nasceu no final da década de dez do século XX, momento em que as imagens e enunciados que constituíam o antigo Norte foram reelaborados para fazer surgir um novo espaço, ancorado muito mais no plano cultural do que no político e geográfico.

Filha dos discursos e práticas dos intelectuais descendentes da decadente elite agrária regional, a região surgiu como uma reação às estratégias de nacionalização empreendidas pela nova formação discursiva. Além disso, nasceu também como uma reação à sensação de perda de espaços econômicos e políticos sentida pelas elites agrárias tradicionais do açúcar e do algodão, dos comerciantes e intelectuais a eles ligados. O medo de não possuir mais espaço diante da nova ordem capitalista, moderna e cosmopolita e de perder a memória individual e coletiva estimulou um estridente grito dessa elite intelectual em defesa da construção de uma identidade para a região, gestada por obras sociológicas, históricas e artísticas que permitiu, nas palavras de Durval Muniz, “costurar uma memória, inventar tradições, encontrar uma origem que religa os homens do presente a um passado, que atribuem um sentido à existência cada vez mais sem significado.”²³²

Nesse sentido, o Nordeste surgiu como um espaço complexo, formado por disputas políticas, sociais, geográficas e culturais. Como forma de retomar o prestígio perdido, uma parte significativa da intelectualidade regional utilizou-se de discursos que falavam de saudade, pautados em um sentimento nostálgico que idealizava um passado de glória associado à região. Porém, é importante lembrar que a categoria Nordeste não é fruto apenas de discursos evocativos e lamuriosos, mas também de enunciados pautados em propostas modernizantes que visavam sanar o atraso da região, uma vez que os encantos da modernidade e da modernização atraíram muitos dos intelectuais, artistas e literatos da época, simpatizantes das “renovações acontecidas na produção cultural, com manifestações das vanguardas artísticas europeias”²³³.

²³¹ ALBUQUERQUE Jr. *Ibid.* p. 65.

²³² ALBUQUERQUE Jr. *Ibid.* p. 90-91.

²³³ REZENDE, Antonio Paulo. **(Des)encantos modernos**. Histórias da cidade do Recife na década de 1920. FUNDARPE. Recife, 1997. p. 150.

Para os que definiram como bandeira a defesa da sobrevivência de um passado distante dos princípios e valores burgueses, de classes, moderno e cosmopolita, primou-se pela evocação de um tempo de esplendor, heroico, muito vinculado a eventos históricos como a Restauração Pernambucana, a Guerra dos Mascates e as Revoluções de 1817 e a Confederação do Equador. Sobre esses eventos, já havia, desde o século XIX, uma historiografia consolidada em Pernambuco, a qual os identificava como movimentos nativistas de cunho separatista²³⁴. Porém, para que pudessem corresponder às expectativas do presente, tiveram que ser reinventados como rebeliões que prezavam pela soberania nacional e como prenúncios da Independência, da Abolição e da República. Essa reescrita da História de Pernambuco foi elaborada, sobretudo, pelos historiadores sócios do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), durante as primeiras décadas do século XX. A ideia era defender e ressaltar o papel desempenhado por Pernambuco no momento em que estava sendo construída uma memória nacional republicana no Brasil, e para isso, foi necessário, portanto, “inventar” uma tradição republicana para o estado.²³⁵

Essa questão historiográfica gerava polêmicas na época e dividia a opinião dos intelectuais. Na edição especial do *Diário de Pernambuco* que comemorava o centenário da Confederação do Equador, Gilberto Freyre, que ainda era um jovem de 24 anos, mas que estava prestes a se tornar uma das figuras centrais do movimento regionalista-tradicionalista do Recife, deixou claro o que achava a respeito do espírito separatista atribuída ao evento:

Não é o espantinho do separatismo o que me afasta dos ideais e das tendências do movimento republicano de 1824. Mesmo porque este intuito não existiu: inventaram-no. Mas o que verdadeiramente me reconcilia com a revolução de 1824 é o seu caráter regionalista, do qual o falado “separatismo” é a caricatura.²³⁶

Falava-se também, com saudosismo, de uma época idealizada, a qual remetia ao apogeu econômico e político das elites agrárias nordestinas (latifundiárias, monocultoras e escravocratas), muito associado ao período colonial e imperial, quando os valores e princípios de uma cultura tradicional e patriarcal regiam a sociedade. Remetia-se a uma época dos avós,

²³⁴ Destacou Evaldo Cabral de Mello, que o *pernambucanismo*, isto é, a iniciativa de construir uma distinção para a História de Pernambuco frente aos outros estados, surgiu desde o século XVII, com o nativismo pernambucano. In: MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio**: o imaginário da restauração pernambucana. 3ª ed. São Paulo: Alameda, 2008.

²³⁵ CAVALCANTI, Amanda A. M. *Cadê Mário Melo*: Um historiador do IAHGP pelas ruas do Recife. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Rio de Janeiro, 2017; RIBEIRO, Mariana dos Santos. **Construindo Histórias e Memórias**: O IAHGP e o IAGP em meio às celebrações dos centenários do movimento pernambucano de 1817. (Tese de doutorado). Rio de Janeiro: PUC-Rio, set. 2011.

²³⁶ FREYRE, Gilberto. “1824”. Edição especial às comemorações do centenário da Revolução de 1824. *Diário de Pernambuco*. Recife, 2/07/1924.

senhores de engenho, donos de terras e de escravos, como homens nobres, justos, verdadeiros aristocratas. Esse tipo de discurso aparece, por exemplo, em José Lins do Rego, sobretudo em “Menino de Engenho”, de 1932, que é uma das principais referências de relatos memorialísticos de verdadeiro tom nostálgico, no qual, o narrador-autor, e também personagem principal, o jovem Carlinhos, fala com muito orgulho de seu admirável avô, o coronel José Paulino, visto como um homem justo, nobre e de muito caráter.

Além dele, essa perspectiva nostálgica também estava presente em muitos textos de Gilberto Freyre. Ele se empenhou em consolidar o mito colonial ao tentar construir uma legitimação para o Nordeste através de uma narrativa que fazia referência ao prestígio que a prática legada pela ação colonizadora lhe deixou. Em seus escritos, Freyre produziu discursos que ressaltavam o valor do “império dos plantadores de cana”, considerando-os os principais agentes da colonização e da sedentarização, que estavam em posição de superioridade em relação aos bandeirantes.

Para muitos desses intelectuais, os verdadeiros guardiões de um modo de vida, de uma cultura, de uma forma de organização social ameaçada pelas transformações trazidas pela nova organização social que se ancorava na modernidade, onde prevaleciam a cidade, a indústria e o comércio, era o “povo nordestino”, e, portanto, estaria nele a essência da nacionalidade. Esse tipo de perspectiva fica evidente, por exemplo, na obra *Folk-lore pernambucano*, de 1909, na qual Pereira da Costa invocou o folclore pernambucano como elemento identitariamente brasileiro.²³⁷ Acreditava-se, principalmente, que o rústico, o analfabeto (ao contrário do letrado, do civilizado), representaria a camada original, autêntica da cultura de dado povo, por não terem recebido as influências das transformações da civilização. Gilberto Freyre, no texto 69 de seus artigos numerados publicados no *Diário de Pernambuco*, chegou a afirmar que o “homem simples” do Nordeste, mais do que qualquer outro, consolidou a pátria pelo sangue. Para ele: “O homem simples do Nordeste, de ordinário tão lento, tão preguiçoso e até lânguido, requeima, ao menor incidente, como um desejo de sacrifício. Donde ser o seu sangue o rio subterrâneo que vai, nos momentos de angústia, fecundar os extremos da vida nacional.”²³⁸

Esses foram alguns dos argumentos que muitos dos intelectuais regionalistas nordestinos utilizaram para disputar, mesmo que no plano cultural, com as outras regiões do país por uma preponderância nacional, a fim de tentar restabelecer uma tradicional hegemonia

²³⁷ TEIXEIRA, Tássia Brandão. “F. A. Pereira da Costa e o Folklore pernambucano: Escritas da História”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* - ANPUH. São Paulo, 2011.

²³⁸ FREYRE, Gilberto. “69”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 10/08/1924.

perdida. Nesse sentido, em meio a várias correntes nacionalistas espalhadas pelo país na época, a noção de nacionalismo associada ao regionalismo nordestino estava relacionada à tentativa de buscar uma identidade própria da região, seja através da construção de um discurso fiel às raízes colonizadoras, que reforçava a dependência do mito colonial e a hegemonia da sociedade patriarcal, seja através da incisiva valorização do chamado “homem do Nordeste”.

3.2 OLIVEIRA LIMA E A DEFESA DA *PERNAMBUCANIDADE*

O núcleo difusor de muitas dessas ideias regionalistas surgiu no Recife, a partir da fundação do Centro Regionalista do Nordeste, em 1924, e do Congresso Regionalista do Nordeste, ocorrido em 1926, se instituindo como um movimento cultural. O movimento regionalista-tradicionalista do Recife, do qual participaram nomes como Amaury de Medeiros, Carlos Lyra Filho, Odilon Nestor, Moraes Coutinho, Luís Cedro, Ulisses Pernambucano, Gilberto Freyre, dentre outros, foi fundamental para a emergência da ideia de Nordeste. Essas figuras deram forma e cor à região por meio da sua produção intelectual, que abraçava a causa da preservação dos valores tradicionais, das culturas locais e dos monumentos históricos como elementos definidores de uma identidade regional.

Mas antes do movimento regionalista-tradicionalista ganhar contornos mais claros, um consagrado historiador e ex-diplomata pernambucano chamou a atenção para a necessidade de se inaugurar um novo tipo de produção regionalista sem aquele “espírito separatista” tão presente na tradição intelectual da região nordeste. Em um emblemático discurso proferido na sessão de reabertura da Academia Pernambucana de Letras, em 13 de maio de 1920²³⁹, Oliveira Lima lançou algumas ideias que, ao nosso ver, parecem ter sido de extrema importância para o surgimento desse movimento e também para a retomada de uma literatura que valorizasse as particularidades pernambucanas²⁴⁰.

Em 1920, Oliveira Lima já era um reconhecido intelectual de 53 anos de idade, autor de importantes obras de conteúdo historiográfico, em especial “D. João VI no Brasil”,

²³⁹A Academia Pernambucana de Letras, fundada em 1901, teve sua sede destruída em 1907 e só foi reaberta em 1920. No dia 13 de maio de 1920, quando Oliveira Lima proferiu seu discurso, oito novos acadêmicos foram empossados para o preenchimento das cadeiras vagas, como: Oliveira Lima, Mário Melo, Zefirino Galvão, Pereira Alves, Edwirges de Sá Pereira, João Barreto, Andrade Bezerra e Gonçalves Maia. In: AZEVEDO, Neroaldo Pontes. **Modernismo e Regionalismo**. Os anos 20 em Pernambuco. Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba. João Pessoa, 1984. p. 96.

²⁴⁰O discurso de Oliveira Lima foi reproduzido no jornal *Diário de Pernambuco*, um dia depois da cerimônia. In: “Academia Pernambucana de Letras”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 14/05/1920.

considerada por críticos como o melhor livro sobre a formação da nacionalidade brasileira²⁴¹. Em seu discurso, ele fez o seguinte apelo aos acadêmicos que o ouviam: o dever de se produzir um romance regionalista que superasse o naturalismo que era, para ele, “na sua essência, cosmopolita, pois que tende a desdenhar as feições locais para mostrar preferências pelos instintos humanos, esquecendo que o particularismo literário consiste não só na linguagem como na psicologia”²⁴².

Ao tomar como exemplo esta frase do orador, Neroaldo Azevedo chamou a atenção para o fato curioso de Oliveira Lima atribuir ao naturalismo a inibição da tendência regionalista, quando, na realidade, o que se verifica é o contrário, uma vez que o movimento literário naturalista reforçou o gosto pela temática regional.²⁴³ No entanto, equívoco a parte, o que estava implícito na fala de Oliveira Lima, e o que parece ter sido a sua intenção com o discurso, era fazer um convite à produção de um romance regionalista que se distanciasse dos argumentos naturalistas, os quais viam o espaço geográfico brasileiro – sobretudo os sertões do “Norte” e do que viria a se chamar “Nordeste” – como formado por uma natureza tropical e exótica, onde o meio era colocado ao lado da raça como fatores determinantes para o atraso da sociedade e da cultura brasileira. Assim, Oliveira Lima parece propor um “novo regionalismo”, ao fazer um apelo aos escritores de seu estado para que levassem em consideração, na sua atividade literária, toda uma realidade cultural e histórica, tradicional da região. Ou seja, a proposta de regionalismo que estava fazendo no momento de seu discurso não deveria ser utilizada como argumento para mera justificativa ideológica de um lugar reconhecido como socialmente atrasado.

Outro ponto interessante que se deve destacar no discurso de Oliveira Lima na APL é o seu tom nacionalista, uma vez que afirmou esperar da instituição recém-reaberta um favorecimento da continuidade de uma produção intelectual “para que não sejam imoladas as figuras de cunho regional a figuras estrangeiras”, porém, sem recorrer ao “perigo de anarquia filológica”. Além disso, ele também ressaltou a importância da Academia Brasileira de Letras:

centro de onde se irradia uma cultura nacional uniforme e para onde se dê a convergência desses esforços provinciais; uma espécie de câmara alta das letras pátrias, que modere a seiva das inovações e rebata o furor dos neologismos bairristas, evitando que venham a surgir vinte línguas neo-portuguesas ou antes

²⁴¹ Em 1920, Oliveira Lima já era sócio do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), da Academia Brasileira de Letras, e do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico (IAHGP), desde 1913. Ver: MALATIAN, Teresa. **Oliveira Lima e a construção da nacionalidade**. Bauru, Edusc. São Paulo, 2001.

²⁴² “Academia Pernambucana de Letras”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 14/05/1920.

²⁴³ AZEVEDO, Neroaldo Pontes. *Op.cit.* 1984. p. 99.

portugueses-tupis, africanas, italianas, germânicas, russas, onde se pretendia que brotasse uma única língua sucessora da mãe pátria, a língua brasileira (...).²⁴⁴

Nessa época, Oliveira Lima já era um intelectual cosmopolita por essência, navegador de mares internacionais, um “homem do mundo”, devido à função de diplomata que exerceu até 1917²⁴⁵. No entanto, seu apreço pela terra natal, Pernambuco, era grande²⁴⁶, tanto que, embora falasse em vários momentos no seu discurso a favor da produção de uma “literatura regional”, ele não se empenhou em defender uma literatura que agrupasse os estados “nordestinos”. Até porque, como já foi dito, o Nordeste, enquanto região inventada, ainda era um recém-nascido no ano de 1920. Em momento nenhum em seu discurso, Oliveira Lima falou do Norte, ou mesmo do Nordeste²⁴⁷. Sua bandeira era, principalmente, em prol de uma produção intelectual, artística e literária que valorizasse as riquezas/potencialidades locais do estado pernambucano. Nesse sentido, seu apelo era direcionado a “nós, pernambucanos, (que) estamos intelectualmente em dívida com um passado que já deveria ter inspirado lindas páginas”.

Nesse contexto, podemos afirmar que, no discurso de Oliveira Lima, a pauta do nacionalismo se afunilou pela via regional, que, por sua vez, também se afunilou sob os interesses do estado pernambucano. Portanto, para ele, era Pernambuco o lugar dos grandes heróis das letras nacionais, onde foram germinadas as artes e a política brasileira. Em suas palavras:

Aqui germinou a poesia brasileira – e Deus sabe quanto frutificou! – no poema de Bento Teixeira Pinto: aqui escreveram suas crônicas de uma ingênua erudição Jaboatão e Loreto Couto: aqui subiram ao púlpito oradores sacros como o vigário Barreto e laceraram a golpes de pena os decretos anti-liberais publicistas como Frei Caneca: aqui se elevaram a arroubos pindáricos patriotas como Natividade Saldanha (...) aqui escreveram história que eles próprios ajudaram a fazer, padres como Muniz Tavares e generais como Abreu e Lima: aqui fizeram ouvir seus verbos inflamados em prol dos cativos oradores como Joaquim Nabuco e esgrimiram jornalistas de cabeça e de pulso como Ulisses Vianna: aqui ensinaram jurisprudência professores como Paulo Batista. E não se esgota com estes nomes a lista honrosa...²⁴⁸

Em defesa de uma produção literária especialmente pernambucana, a sugestão de Oliveira Lima aos romancistas era a de ressaltar “as matas e sertões, cheios de lendas e

²⁴⁴ “Academia Pernambucana de Letras”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 14/05/1920.

²⁴⁵ Oliveira Lima exerceu a diplomacia em países como Portugal, Bélgica, Alemanha, Japão, Venezuela, Inglaterra e Estados Unidos.

²⁴⁶ De 1917 a 1920, ele morou na casa de sua sogra, em Parnamirim, onde gostava de se “repernambucanizar”, como dizia. Ver: GOMES, Angela de Castro. “**Em família**”: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre. Mercado das Letras: Campinas/SP, 2005. p. 16.

²⁴⁷ Segundo Durval Muniz, no início da década de 1920, os termos Norte e Nordeste ainda eram usados como sinônimos. Na realidade, como alegou o autor, esse era um momento de transição, em que a própria ideia de Nordeste não havia ainda se institucionalizado. In: ALBUQUERQUE Jr. *Op. Cit.* 2009, p. 82.

²⁴⁸ “Academia Pernambucana de Letras”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 14/05/1920.

tradições”, que, para ele, deveriam ser conservados como tesouro por estarem “a caminho de desaparecer”. Lançava-se, assim, um convite para um novo olhar sobre as velhas tradições populares e também sobre o “tipo português”, já que, segundo ele, somos seus descendentes. Além disso, Lima ainda sugeriu um investimento literário sobre a vida social e o cotidiano das casas-grandes dos antigos engenhos de açúcar.

Ao trazer como tema a casa-grande, ele falou da escravidão dos tempos coloniais e imperiais em terras pernambucanas, alegando que ela foi amena em comparação com a situação do trabalhador das usinas. De acordo com ele, no ambiente dos antigos engenhos, os escravos eram bem tratados pelo senhor e senhora de engenho, figuras que, para o orador, deveriam ser gravadas, “com o relevo de águas fortes” na memória dos pernambucanos. Para ele, o senhor de engenho de outros tempos:

nem sempre mau para os cativos, antes bastantes vezes mais sinceramente caridosos do que alguns donos de fábricas da atualidade; a dona de casa laboriosa que ao seu lado fazia crescer a família, cuidava da escravaria, atendia ao sustento de tanta gente, pois que eram de manufatura doméstica as farinhas, as carnes de vento ou de fumeiro, os requeijões, os doces e bolos, até os vinhos de caju e de jenipapo, são figuras que merecem ser gravadas com o relevo de águas fortes.²⁴⁹

Essas ideias proferidas pelo consagrado historiador foram cruciais para a construção do arcabouço teórico e estético do movimento regionalista-tradicionalista do Recife. A proposta de se atentar para as tradições da cultura popular nordestina, a figura do português colonizador, a vida social da casa-grande, a docilidade dos escravos do antigo engenho pernambucano e as boas relações entre eles e seus senhores, durante uma época em que prevaleciam as relações patriarcais e tradicionais em Pernambuco, inspirou, por exemplo, Gilberto Freyre a desenvolver suas ideias sobre a proximidade dos modos de vida, dos hábitos, dos costumes, dos valores e etc., entre as camadas senhoriais e populares, ou mesmo para a criação do mito da democracia racial. Além disso, Oliveira Lima antecipou a comparação da vida dos escravos com a dos trabalhadores das usinas, chamando a atenção, ainda em 1920, para a decadência da antiga oligarquia patriarcal-rural, que perdia cada vez mais terreno para a nova oligarquia industrial-urbana, muito cara aos regionalistas da década de 1920 e 1930.

Esses foram tópicos fundamentais para a construção do pensamento de intelectuais como Mário Sette, Gilberto Freyre e José Lins do Rego. Acreditamos que eles tenham se inspirado nessas ideias para elaborar narrativas que traziam uma visão poética e doce da escravidão no Nordeste, sobretudo em Pernambuco, além de terem se centrado na temática da

²⁴⁹ “Academia Pernambucana de Letras”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 14/05/1920.

ameaça do avanço das relações econômicas e sociais burguesas na sociedade patriarcal açucareira.²⁵⁰

A influência de Oliveira Lima sobre Gilberto Freyre é um caso especial. Desde 1917, Freyre mantinha uma intensa troca epistolar com o consagrado historiador, figura que pode ser vista como uma espécie de “mestre-orientador” para o jovem de 20 anos que vivia nos Estados Unidos, por volta de 1920.²⁵¹ Até a morte de Oliveira Lima, ocorrida em 1927, eles mantiveram uma forte amizade, que foi lembrada mais tarde, em 1970, por Gilberto Freyre em um livro escrito em homenagem ao seu mestre: “Oliveira Lima: Dom Quixote Gordo”, no qual expõe sua admiração e a influência que o intelectual teve sobre ele.

No entanto, embora reconheçamos a importância do discurso de Oliveira Lima para a criação do regionalismo nordestino de 1920, não podemos afirmar que foi somente por meio de sua iniciativa que o conjunto de ideias que compuseram o movimento regionalista-tradicionalista surgiu. Como já vimos, existia, desde o século XIX, uma literatura de cunho regionalista, interessada pelas tradições folclóricas de Pernambuco, sob inspiração romântica e naturalista. Além disso, também já existia uma tradição historiográfica que, atentando para a crise política, econômica e cultural pela qual o estado passava, construía um emblema revolucionário e heroico para Pernambuco, pautado na invenção de uma prioridade histórica do estado frente aos outros²⁵². Ou seja, já havia em Pernambuco um terreno fértil para a proliferação de ideias como as de Oliveira Lima, em 1920.

Algo que, aliás, foi desconsiderado por Gilberto Freyre, na medida em que gostava de afirmar que, para construir o seu pensamento regionalista, ele havia se inspirado mais nas leituras filosóficas e literárias que fazia de escritores europeus, norte-americanos ou mesmo russos (sobretudo dos regionalistas franceses, como Mistral e Maurras) do que nos regionalistas brasileiros do século XIX. Desde muito jovem, quando ainda tinha 16 anos, ele já afirmava em seus escritos íntimos que seu interesse pela cultura popular foi estimulado por escritores como Tolstói, quando disse: “Vai ao povo e procura compreendê-lo!, ensina Tolstói. Exatamente o contrário do que fazem esses imbecis que são quase todos os doutores, sacerdotes, mestres e bacharéis brasileiros que, mesmo quando vêm da parte mais humilde do povo, se afastam do povo”.²⁵³ Esse seu argumento é reforçado de forma mais elaborada

²⁵⁰ Raimundo Arrais comenta que tanto Oliveira Lima quanto Joaquim Nabuco foram tidos como os precursores, cronologicamente, como os fundadores, ou, pelo menos, catalisadores do sentimento de apego ao passado. In: ARRAIS, Raimundo. *Op. cit.* Editora Bagaço. Recife, 2006. p. 35.

²⁵¹ Sobre a troca epistolar entre eles, ver: GOMES, *Op. cit.* 2005.

²⁵² CAVALCANTI, *Op. Cit.* 2017.

²⁵³ FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos*. José Olympio. Rio de Janeiro, 1975. p. 11.

quando ele já tinha consolidado fama como uma referência do regionalismo nordestino. Na entrevista de 1983, o velho Freyre declarou: “o meu regionalismo não é de base brasileira. Eu vim a descobrir que havia aqui um regionalismo de Franklin Távora, não sei mais quem, que nunca tiveram para mim a menor importância. Apenas tocaram em superfícies de realidades regionais”.²⁵⁴

Como já apontamos, outra figura que sofreu forte influência do discurso de Oliveira Lima foi Mário Sette. Ao que tudo indica, Mário Sette parece ter se inquietado com o seu apelo, uma vez que, um ano após o discurso do historiador na APL, ele publicou o seu “Senhora de Engenho”. Essa suposição não é nossa, e sim de Gilberto Freyre, em um artigo publicado no *Diário de Pernambuco*, em 30 de outubro de 1921, na sua coluna “Da Outra América”. Vale lembrar que Freyre ainda não conhecia Mário Sette quando comentou:

Na ruma de livros que me trouxe a última mala vejo uma novela que muito me encantou. Mandou-me com dedicatória amável, o próprio autor, cuja pessoa simpática lamento não conhecer. Refiro-me à “Senhora de Engenho” do sr. Mário Sette. (...)

Vejo em “Senhora de Engenho” resposta, não sei se deliberada, ao apelo do sr. Oliveira Lima, em discurso na Academia Pernambucana de Letras, a favor de romances de cunho regional.²⁵⁵

3.3 O REGIONALISTA ANTES DO COMEÇO

Em 1921, ano de publicação de “Senhora de Engenho”, Mário Sette já contava com seus 35 anos, 3 filhos e um relativo reconhecimento enquanto escritor e jornalista. Nessa época, seu nome já estava “na boca do povo”, seja pelas suas crônicas presentes em periódicos, alguns até de grande impacto nacional, como foi o caso da *Revista do Brasil*, ou pelos seus dois livros publicados, em especial, o segundo deles: “Rosas e Espinhos”, de 1918, que ganhou o coração do consagrado poeta e escritor Olavo Bilac.

Sua trajetória intelectual começou por volta de 1901, quando ele ainda tinha 15 anos de idade e acabava de regressar do Rio de Janeiro, onde viveu por dois anos com sua mãe e seu padrasto. Ao chegar em sua cidade natal, Recife, ele deu início a uma tímida contribuição no *Diário de Pernambuco*, no *A Pimenta* (jornalzinho humorístico e malicioso do Recife), com o pseudônimo de “Dr. Gancho”, e no *O Besouro*, onde publicava sonetos de amor. Nessa época, o jovem Mário Sette já perambulava pelos cafés da cidade do Recife, principalmente no “Café 15 de Novembro”, onde ele teceu relações de amizade com intelectuais

²⁵⁴ Entrevista concedida a Rosa Maria Godoy Silveira e a Moema Selma D’Andrea, em 15/04/1983. In: D’ANDREA. *Op. Cit.* 1987. p. 237

²⁵⁵ FREYRE, Gilberto. “Da Outra América”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 30 de outubro de 1921.

frequentadores desse espaço, como José Raul de Moraes, Osvaldo Silveira, Euclides Dias, Américo Falcão, Regueira da Costa, Mário Rodrigues, etc., formando, portanto, sua primeira rede de sociabilidade. Ele também era *habitué* do meio acadêmico, saindo frequentemente com os estudantes do curso Direito, mesmo não tendo feito curso superior.

Contudo, foi somente a partir de 1907, quando passou a colaborar na recém-criada revista carioca, a *Fon-Fon*, que seu nome saiu da redoma pernambucana e passou a ser divulgado no Rio de Janeiro, principal centro de irradiação cultural do país na época. De propriedade e editada por Jorge Schmidt, que também possuía outras revistas de sucesso, como a *Kosmos* e a *Careta*, a *Fon Fon*, criada em abril deste mesmo ano, era um semanário que estava profundamente identificado com os valores modernos. Nela podemos notar a presença marcante de fotografias, charges, caricaturas coloridas, além de técnicas de ilustração, litografia e xilogravura que traduziam visualmente essa identificação; sem falar do próprio nome da revista ser uma onomatopeia do som da buzina dos automóveis. O repertório temático recorrente na revista incluía os costumes e o cotidiano carioca, crítica de arte e teatral, literatura, sátira política, crônica social, charadas, curiosidades, e ainda as mais recentes novidades do estrangeiro sobre moda e comportamento, o que fazia dela um periódico de grande repercussão.²⁵⁶

Na revista *Fon fon* publicaram junto com Mário Sette aqueles que, na época, eram considerados os “grã-finos das letras”, como ele mesmo gostava de chamar Gonzaga Duque, Lima Campos, Mário Pederneiras, Olegário Mariano, Álvaro Moreira, Calixto, Gasparoni, Vitorino de Castro, etc.²⁵⁷. Assim, podemos assegurar que ter participado deste lugar e rede de sociabilidade foi uma oportunidade bem interessante para que o pernambucano, que ainda dava seus primeiros passos em sua carreira de escritor, conquistasse certa visibilidade.

²⁵⁶ Para saber mais sobre a *Revista Fon fon*, ver: BRITES, Olga. “Crianças de revista (1930/1950). **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 26, n. 1, p. 161-176, jan/jun, 2000; MAUAD, Ana Maria; LOUZADA, Silvana; JÚNIOR, Luciano Gomes de Souza. “Das revistas ilustradas ao fotojornalismo independente: itinerários da prática fotográfica no Brasil do século XX. **Fotocinema. Revista Científica de cine y fotografía**. n. 22. 2021; Martins, A. L. **Revistas em Revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República**, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp/Imprensa Oficial do Estado, 2001; FRANQUI, Renata; PERIOTTO, Marcília Rosa. “A trajetória de *Fon-fon!* (1907-1958): de semanário ilustrado e crítico à revista para o lar”. **Seminário de pesquisa do PPE**. Universidade Estadual de Maringá. Dez. 2015. GOTTARDI, Ana Maria; NAHES, Semírames. *Revista Fon-Fon: a imagem da mulher no Estado Novo (1937/1945)*. **Comunicação: Veredas**. ano V, n. 5. nov./2006; NAHES, Semíramis. *Revista FON-FON: a imagem da mulher no Estado Novo (1937- 1945)*. São Paulo: **Arte & Ciência**, 2007. GOMES, Angela de Castro. **Essa gente do rio...** Modernismo e Nacionalismo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

²⁵⁷ SETTE, *Op. Cit.* 1980. p. 102-103.

Mas, até então, ele ainda não possuía uma colaboração muito assídua nos periódicos, o que só vai acontecer somente a partir de 1909, quando passou a ter duas sessões semanais no recifense *Jornal Pequeno*, no qual colaborou pelo resto de sua vida.²⁵⁸

Nessa época, o Recife passava por um processo de modernização tentando acompanhar as transformações que ocorriam na Europa, e a chegada do cinematógrafo era somente uma delas. A partir de 1910, essa e outras novidades invadiram a cidade, como: as reformas do Porto, a remodelação urbana do bairro do Recife, a substituição das maxambombas pelos bondes elétricos, a chegada dos primeiros automóveis, os novos calçamentos, a nova estrutura de saneamento público, a chegada da luz elétrica em alguns trechos da cidade, etc. A ideia era construir um Recife que se parecesse com as cidades estrangeiras, sobretudo Paris, modelo de civilização, capital-símbolo da modernidade²⁵⁹.

Essas mudanças tecnológicas engendraram novas relações de trabalho e produção, que, por sua vez, deram lugar a outras formas de sociabilidade diante da nova conjuntura social, política e também cultural.²⁶⁰ É interessante como Raimundo Arrais comenta sobre esse processo:

O torvelinho de mudanças, que no século XX corria todos os quadrantes do planeta, afetando-os com maior ou menor intensidade, não chegou a abalar o Recife nas mesmas proporções que abalou a Europa e os Estados Unidos. Mas os ventos sopravam com vigor suficiente para desenhar em poucos anos um novo cenário em certas áreas da cidade, introduzindo modificações nas formas materiais, nos modos de organização social, nas maneiras de pensar e retratar a realidade.²⁶¹

Tudo isso causou grande euforia naqueles que, como Marco Polo ao se deparar com Fílide²⁶², ficaram entusiasmados diante das surpresas que a cidade apresentava. Para esses recifenses, o novo, como sinônimo de novidade e inovação, deveria substituir o que havia de mais velho no Recife, e isso era usado como justificativa para a defesa da destruição de ruas centenárias, antigas igrejas e sobrados, representantes de um passado que deveria ser esquecido. Um dos maiores entusiastas desse processo de transformações modernas e modernizantes do Recife foi Joaquim Inojosa, deslumbrado com o cosmopolitismo urbano de

²⁵⁸ As sessões se chamavam “Registando” e “Cinema”. Sobre elas, Mário Sette comentou: “Mantive ambas as sessões por muito tempo. Serviram-me como uma escola na arte de escrever. A princípio, reconheço, muitas falhas, estilo indeciso, bastante floreado, para ir, aos poucos, equilibrando-se, simplificando-se, personalizando-se. Ao menos, me fizeram conhecido no Recife.” In: SETTE, *Op. Cit.* 1980. p. 93.

²⁵⁹ Para saber mais sobre a transformação do Recife em uma cidade moderna, durante os anos 1920, ver: TEIXEIRA, Flávio Weinstein. **As cidades enquanto palco da modernidade**. O Recife de princípios do século. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas- Universidade Federal de Pernambuco/Recife, 1994.

²⁶⁰ARRAES, Marcos Alexandre. “O tempo corpóreo e sensível da cidade: um estudo da modernidade no Recife a partir da literatura”. **Verbo de Minas**. v. 19, n. 34. Juiz de Fora, ago./dez. 2018. p. 123-142; REZENDE, *Op. Cit.* 1997.

²⁶¹ARRAIS, *Op. Cit.* 2006. p.8.

²⁶² CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. Companhia das letras. São Paulo, 1990. p. 85-86.

São Paulo e também com a Semana de Arte Moderna, ocorrida em 1922. Para ele, havia a necessidade de inovar em todos os sentidos: na literatura, na arte, no comportamento e no modo de ser, viver, sentir e pensar o cotidiano da cidade.

Mas também causou perplexidade àqueles que se sentiam paralisados e acuados pelo tamanho abalo e rapidez com que a modernização da cidade acontecia. Na visão de muitos desses recifenses, o Recife pacato, calmo, bom, provinciano, aquele de antes das transformações modernizantes, estava “morto”, como salientou Manuel Bandeira no poema “Evocação do Recife” de 1925. Figuras como o próprio Manuel Bandeira, em alguma medida, Gilberto Freyre, José Lins do Rego, Aníbal Fernandes, Mário Sette, dentre outros, são alguns exemplos de intelectuais que se sentiram afetados de forma negativa por essas transformações ocorridas no Recife, percebendo-as como cenário de destruição e morte. De modo geral, eles foram levados pelo desejo de mergulhar na cidade através do exercício jornalístico e literário convertendo, cada um à sua maneira, a escrita em uma força capaz de reconstruir um Recife do passado, do tempo de seus avós, uma cidade, portanto, vista como melhor. Nesse sentido, seus escritos tinham como interesse responder a indagações evocadoras, buscando as antigas ruas, as igrejas e os sobrados do passado do Recife imperial.

No entanto, é importante salientar que essa divisão entre os amantes do progresso e os apavorados pelas transformações que a cidade sofria com os impulsos modernos, muitas vezes, não era tão clara. Isso porque, os intelectuais e artistas interpretavam e se posicionavam de forma complexa, e até contraditória, diante das novas experiências do presente. Podemos destacar o caso de Manuel Bandeira, por exemplo, uma vez que, embora tenha sido considerado como um dos regionalistas que exprimiram, de algum modo, discursos nostálgicos em relação a um passado idealizado da cidade do Recife, ele não pode ser visto como um intelectual passadista. Como foi apontado por Flávio Weinstein Teixeira, para Bandeira, que estava muito afinado com os modernistas paulistas, seu olhar valorativo sobre as tradições culturais brasileiras era uma condição para a construção de algo novo e significativo.²⁶³

Ao fazer parte do grupo desses intelectuais que melancolicamente sentiam saudade do *Recife de outrora*, como gostava de fazer referência a sua cidade, Mário Sette experienciou de forma muito intensa a chegada das transformações modernas que invadiram o Recife nessa época. A partir de um discurso saudosista, mas profundamente comprometido com o tempo presente, ele vai demonstrar seu incômodo de ver sua amada cidade perder, aos poucos, suas

²⁶³ TEIXEIRA, *Op. cit.* 2016. p. 325-345.

feições tradicionais, seu ar provinciano, para se tornar, cada vez mais, moderna e cosmopolita, refém dos domínios impostos pelo imperialismo estrangeiro e pela implantação da lógica do progresso como sentido da História. O que vai acontecer, sobretudo, após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), marco decisivo desses novos tempos que nasciam.

A Primeira Guerra Mundial foi um evento que atravessou Mário Sette, uma vez que ele fez parte de um conjunto de intelectuais brasileiros preocupados com seus rumos e seus impactos. Nesse momento, todo o mundo ocidental se viu envolvido no confronto, na medida em que uma série de debates envolvendo o tema das nacionalidades, suas atuações e posicionamentos no cenário internacional estavam na ordem do dia. O conflito provocou um abalo nas crenças da superioridade dos padrões de conduta e dos valores europeus, estimulando a necessidade de redescoberta do Brasil “real”, tornando-se urgente, portanto, a tarefa de dar ao país um sentido de conjunto, que deveria transformá-lo em um todo coeso.

Nesse ínterim, o que mais afligiu Mário Sette, e também os intelectuais que se mobilizaram diante da Grande Guerra, não foi somente a invasão de uma mentalidade imperialista que estava por trás da modernização da cidade do Recife. Sua preocupação também se voltava para uma possível ameaça real da Alemanha, que passava por um processo de reconfiguração ideológica, e os profundos abalos que o confronto estava causando à França, país muito admirado e tido como uma referência de civilização a ser seguida.

Pessoalmente, Mário Sette possuía uma enorme admiração pela França, sua cultura e sua produção literária, cultivada desde muito jovem, quando lia com bastante fluidez os clássicos franceses. Inclusive, ele chegou a atuar como tradutor de obras francesas, traduzindo diversos *best-sellers* para editoras de destaque, como a Companhia Editora Nacional, de São Paulo, e a Editora Globo, de Porto Alegre, durante as décadas de 1920, 1930 e 1940²⁶⁴. Em um artigo de jornal de título “Por que se ama a França”, Sette explica sua admiração pelo país:

Desde adolescente comecei a ter pela França a atenção e o interesse, logo seguidos de admiração, nunca mais diminuídos na minha vida de meio século. (...). Minhas estantes de volumes dos seus grandes autores aproveitando-me das facilidades de aquisição daqueles bons tempos de *avant la guerre*. (...) Em volumes todo o Hugo, todo o Loti, todo o Masson, todo o Maupassant, todo o Zola, todo o Flaubert, muito

²⁶⁴ É importante destacar que muitas das suas traduções de livros franceses fizeram parte da coleção de romances da Companhia Editora Nacional, denominada *Biblioteca das Moças*, a qual fez sucesso entre as décadas de 1920 a 1960. Por essa coleção, Mário Sette traduziu do francês diversos *best-sellers*, como: “As Solteironas dos Chapéus Verdes”, de 1929, “Casamento de Chiffon”, de 1930, “O Homem Sem Piedade”, de 1932, “Casada por Dinheiro”, de 1937. Sobre a *Biblioteca das Moças*, ver: NAKAGAWA, Sônia Yoshie. “Estudo da coleção “Biblioteca das Moças: a formação de jovens por meio da boa leitura.” *Linguagens - estudos e pesquisas*. vol. 18. n. 01. p. 157-180. UFG. jan/jun, 2014.

de Balzac, de Barbey, de Musset, de Cornelle, de Faguet, de Lemaître, de Daudet, de Anatole, de Bordeaux, de Taine, de Michelle habitam ainda hoje comigo (...).²⁶⁵

Portanto, na intenção inicial de arrecadar fundos para ajudar a França durante a guerra, Mário Sette, junto com Vitorino Toscano, Policarpo de Andrade e Arthur de Moura fundaram, em 1915, a Liga dos Aliados em Pernambuco. A instituição tinha como sede o 1º andar do prédio da rua do Imperador, esquina da Praça 17, e funcionava da seguinte forma:

A Liga trabalhava bastante, organizando festivais, tómbolas, conferências e distribuindo folhetos, livros, álbuns, postais e revistas de propaganda, vindos da Europa. E eu escrevia a favor da causa, cada vez mais ardoroso. Sinceramente integrado em favor da França.²⁶⁶

A Liga dos Aliados em Pernambuco, na qual Mário Sette assumiu a função de 1º secretário, estava em total consonância com a Liga Brasileira pelos Aliados, organização fundada no mesmo ano, no Rio de Janeiro. Esta funcionava como uma espécie de centro de irradiação ideológica que espalhava seus princípios e objetivos para outras associações de intenção semelhante criadas em vários estados, como, por exemplo, o Comitê dos Aliados no Estado da Bahia, a Liga pelos Aliados, no Rio Grande do Sul, a Liga Pró-Aliados, no Espírito Santo, a Liga Paranaense pelos Aliados, no Paraná, dentre outros.²⁶⁷ A instituição carioca tinha como presidente Rui Barbosa, vice-presidente, José Veríssimo, e contou com a participação de muitos outros intelectuais de renome na época, como Olavo Bilac, Graça Aranha, Manuel Bonfim, Coelho Neto, dentre outros.²⁶⁸

Admiradores da cultura francesa, os idealizadores da Liga Brasileira pelos Aliados, a fim de consolidar as simpatias pelos países da “Tríplice Entente”, formada por Inglaterra, França e Rússia, tinham como objetivo o rompimento de toda e qualquer relação do Brasil com o Império Alemão e seus parceiros no combate²⁶⁹. Assim, para eles, o Brasil, como

²⁶⁵ SETTE, Mário. “Por que se ama a França”. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

²⁶⁶ Para divulgar os trabalhos encabeçados pela Liga dos Aliados, seus membros fundaram um jornal, o *Correio de Olinda*. In: SETTE, *Op. Cit.* 1980. p. 100.

²⁶⁷ PIRES, Livia Claro. “A Liga Brasileira pelos Aliados e o Brasil na Primeira Guerra Mundial”. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** - ANPUH. São Paulo, 2011.

²⁶⁸ Também participaram desta organização, Antônio Azeredo, Pedro Lessa, Barbosa Lima, Medeiros e Albuquerque, José Carlos Rodrigues, Afrânio Peixoto, Pandiá Calógeras, Emílio de Meneses, Mário de Alencar, Nestor Vitor, Assis Brasil, Miguel Lemos, Tobias Monteiro e Gilberto Amado, dentre outros intelectuais. In: SETANY, Adriana. “Liga Brasileira pelos Aliados”. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIGA%20BRASILEIRA%20PELOS%20ALIADOS.pdf>. Acesso em: 14/06/2021.

²⁶⁹ Segundo Livia Claro Pires, esses intelectuais que compunham a Liga Brasileira pelos Aliados desconsideravam qualquer elemento positivo vindo da cultura germânica e invocavam a história para corroborar os seus argumentos, procurando demonstrar como, desde a Antiguidade, com o assalto do Império Romano pelas tribos nômades, a civilização latina encontrava-se ameaçada pelo furor germânico de conquista. Dessa forma, a Alemanha, principal reduto desta cultura, era vista como um país de bárbaros, arrebatada constantemente de

integrante da civilização latina, deveria abrir mão da neutralidade, assumida pelo governo brasileiro durante os primeiros anos de guerra, e se colocar ao lado dos Aliados, rompendo relações com o Império Alemão. De acordo com o grupo, se isso não acontecesse, o país seria excluído da comunidade das nações civilizadas. Ou seja, acreditava-se que o Brasil não poderia deixar de se manifestar contra os crimes praticados pelos alemães durante a guerra, pois arriscaria de, futuramente, não ser reconhecido em sua civilidade pelas nações aliadas, que, para a entidade, certamente venceriam o conflito.

Vale lembrar que a Liga Brasileira pelos Aliados, e suas ramificações regionais, como é o caso da Liga dos Aliados em Pernambuco, foram criadas no mesmo contexto que outras organizações brasileiras como: a Liga de Defesa Nacional, a Liga Nacionalista de São Paulo, a Liga Pró-Saneamento e a Liga Brasileira contra o Analfabetismo, a Campanha em prol do serviço militar obrigatório, marcadas pelo acirramento dos ímpetus nacionalistas no país²⁷⁰. Foi por meio delas que os intelectuais ergueram bandeiras nacionalistas propondo programas de “salvação do país”, que tinham como interesse central a construção de uma nação civilizada e moderna no Brasil. Além disso, estavam preocupados com a *questão* da formação de uma identidade nacional.

Portanto, podemos afirmar que a Liga Brasileira pelos Aliados, embora aparentemente voltada para questões internacionais, serviu de pretexto para seus integrantes apresentarem uma preocupação com a formação da cultura nacional, e mesmo com a construção do que seria a nacionalidade brasileira. Dessa maneira, como foi apontado por Livia Claro Pires, por meio dela, procurou-se evidenciar uma cultura pátria relacionada diretamente à Europa greco-latina, adquirida como herança da colonização portuguesa, e marcada pelo repúdio ao imigrante alemão, representado como elemento desagregador da nação. Assim, a autora conclui: “Pensando acerca da guerra inexplicável que assolava o velho continente, os integrantes da Liga pelos Aliados refletiam sobre o futuro que almejavam para o Brasil.”²⁷¹

Foi pela Liga dos Aliados de Pernambuco que Mário Sette publicou seu primeiro livro: “Ao Clarão dos Obuses”, em 1916, composto por um conjunto de contos e crônicas sobre a bravura dos franceses durante sua participação na Primeira Guerra. Recém-lançado,

ímpetus dominadores que ameaçavam a humanidade como um todo e a civilização latina, em particular. In: PIRES, Livia Claro. “Os inimigos da nação: A Liga Brasileira pelos Aliados e os discursos sobre o ‘Perigo Alemão’ durante a Grande Guerra (1915-1919). *Oficina do historiador*. EDIPUCRS, v. 8, n. 1. Porto Alegre, jan./jun. 2015, p. 61-80; PIRES, Op. Cit. 2011.

²⁷⁰ NAGLE, Jorge. “Nacionalismo”. *Educação e sociedade na Primeira República*. 3º ed. Edusp. São Paulo, 2009.

²⁷¹ PIRES, Livia Claro. “Pensando a guerra e a nação: a Liga Brasileira pelos Aliados e suas ideias sobre o Brasil no contexto da Primeira Guerra Mundial (1915-1919).” *História: Debates e Tendências*. V. 14, n. 2. Passo Fundo, jul./dez. 2014. p. 292-305.

esse livro teve mil exemplares, rapidamente vendidos, e gozou de uma interessante repercussão nacional e até internacional, o que fica evidente em uma carta enviada em 13 de fevereiro de 1917 pela Secretaria Geral Civil da França em agradecimento pelo recebimento de exemplares da obra²⁷². Em outubro de 1917, foi publicada a 2ª edição, também com mil exemplares, que lhe rendeu um artigo no jornal *The Times*, de Londres. Inclusive, Sette afirmou em sua biografia, que, após o sucesso de seu livro de estreia, ele foi convidado, em 1919, por Domicio da Gama, Ministro do Exterior do presidente Epitácio Pessoa, para exercer funções no consulado brasileiro na Inglaterra, o que não aceitou “para não deixar o Recife”²⁷³, como ele mesmo apontou. Sobre a ressonância desse livro, argumentou Sette:

Publicaram-me sobre esse livro cerca de uns cinquenta mil artigos e notas em jornais e revistas, inclusive uma no “Time” em Londres. Recebi inúmeras cartas e cartões, de escritores, políticos, generais, generais franceses e individualidades inglesas e norte-americanas. Também, muitos livros de permuta chegaram-me às mãos, notando-se os de Henri Barbusse (*Le Feu*), Maurice Barrés (*Les traits éternels de la France*), Henry Bordeaux (*Les catifs délivrés*). No Brasil, igualmente, homens de letras da maior projeção me escreveram ou se manifestaram sobre o livro: Coelho Neto, Medeiros e Albuquerque, Bilac, Alberto de Oliveira, Conde de Afonso Celso, Monteiro Lobato, cujas manifestações públicas ou epistolares, guardo com carinho em minhas miscelâneas de recortes da imprensa.²⁷⁴

No entanto, apesar da positiva repercussão de “Ao Clarão dos Obuses” e do livro ter sido publicado por uma instituição que tinha forte princípio nacionalista, Mário Sette confessou que recebeu muitas críticas que salientavam o “mérito da obra realmente defeituosa e de tema exótico”²⁷⁵, o que parece ter acontecido por ele ter vivido tão debruçado no estudo da história e cultura francesa, “que tinha por vezes a ilusão de viver mais perto do Sena do que mesmo do Capibaribe”²⁷⁶, como admitiu tempos depois. Ou seja, segundo o próprio escritor, as críticas feitas a ele se voltaram para o fato de o livro não tratar de temas nacionais, e sim estar direcionado para o patriotismo francês.

Armando Gayoso, por exemplo, em uma correspondência, ao mesmo tempo em que o parabenizou pela sua estreia na literatura, fez uma interessante advertência, destacando a obrigação do jovem escritor de escrever sobre sua terra. Em suas palavras:

Ao Clarão dos Obuses interessa apenas àqueles que estão do outro lado do Atlântico. Nós, os que vivemos com você nesta terra grossa, esperamos, ansiosos, por alguma coisa que vos diga, particularmente, dos nossos defeitos e das nossas virtudes... É

²⁷² Um dos exemplares de “Ao Clarão dos Obuses” foi destinado à biblioteca de Verdun e o outro ficou sob a guarda do presidente da república francesa. In: Carta da Presidência da República Francesa enviada em 13/02/1917. Presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

²⁷³ SETTE, *Op. Cit.* 1980. p. 106.

²⁷⁴ SETTE, *Op. Cit.* 1980. p.102-103.

²⁷⁵ Idem.

²⁷⁶ SETTE, Mário. “Por que se ama a França”. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

uma séria obrigação a que você logo desta se impõe e da qual não pode, nem deve esquivar-se.²⁷⁷

Tempos depois, em 1937, o escritor Lucilo Varejão também comentou a respeito do livro “Ao Clarão dos Obuses”, criticando a sua postura “não patriótica” ao publicá-lo:

Começou Mário Sette por um livro de contos. Era um perfeito livro de mocidade, um tanto desconexo, com uma certa incerteza no desenho das figuras, capaz de agradar, como agradou, a meio mundo, mas sem certas qualidades para agradar ao público mais entendido naquele complexo gênero literário.

Livro que procurava alcançar o sentimento do povo francês, já de si tão estudado, e deixava impatrioticamente à margem os nossos sentimentos com todo o seu cortejo saboroso de situações indescobertas.²⁷⁸

As críticas feitas a “Ao Clarão dos Obuses” parecem ter surtido efeito, pois este foi o primeiro e único livro que Mário Sette publicou contemplando o patriotismo estrangeiro. Após o fim da Primeira Guerra, e dos trabalhos da Liga dos Aliados de Pernambuco, que só encerrou totalmente suas atividades em 1919, ele voltou-se, de uma vez por todas, para dentro de seu país e passou a produzir uma literatura que brincava com as cores e os tipos nacionais. Isso significa que, a partir de 1918, Mário Sette parece ter percebido o crescente interesse dos brasileiros por motivos e temáticas nacional e regionais, o que lhe estimulou a publicar seu segundo livro: “Rosas e Espinhos”, no qual abordou “histórias sentimentais ocorridas nos cenários recifenses, olindenses e caruaruenses”. Essa nova obra de Sette teve boa aceitação pela crítica, que ressaltou a sua feição brasileira, e lhe rendeu a divulgação de seu nome pelo Brasil.

Ao comentar sobre a publicação de “Rosas e Espinhos”, Lucilo Varejão, nesse mesmo texto de 1937, ressaltou o seu valor para Pernambuco, afirmando que:

Ninguém podia, assim, prever com que rapidez evoluiria o escritor para esse municipalismo egoisticamente delicioso dos seus livros posteriores, esse sabor todo nosso que já seu segundo volume - *Rosas e Espinhos* - conseguia apreender com singular felicidade.

Não é exagero assegurar que Pernambuco não tivera até então um intérprete capaz de fixá-lo nos seus costumes mais pitorescos. O que Franklin Távora, por exemplo, ensaiara com certo êxito e, notoriamente, algum esforço, Mário Sette captava com evidente facilidade, dando de nossa paisagem e dos seus tipos a expressão mais exata ou mais lógica.²⁷⁹

Com a repercussão de “Rosas e Espinhos” Mário Sette pode firmar uma interessante rede de sociabilidade nos meios literários. Destaca-se, especialmente, o contato que fez com

²⁷⁷ Carta de Armando Gayoso para Mário Sette, de 7/01/1917. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

²⁷⁸ VAREJÃO, Lucilo. “Mário Sette”. *Boletim de Ariel*. n.8. ano. VI. Rio de Janeiro, maio de 1937.

²⁷⁹ Idem.

Olavo Bilac, grande admirador dessa obra, e com o jovem Monteiro Lobato, amizade que perdurou por toda a sua vida.²⁸⁰ Nessa época, Monteiro Lobato vinha ganhando fama no país, tanto pela publicação de “Urupês”, em 1918, que caiu no gosto da crítica literária e do público leitor por ser um livro de convocação nacionalista, quanto pela ampla ressonância de sua revista, a *Revista do Brasil*. Ao se interessar pela produção literária de Mário Sette, principalmente após o lançamento de “Rosas e Espinhos”, Lobato lhe convidou para contribuir de forma mais perene nesta revista²⁸¹, o que marcou decisivamente a trajetória intelectual do escritor pernambucano.

De propriedade de Monteiro Lobato entre 1918 a 1925, que também era o seu diretor e editor, até 1923, o mensário paulista era a principal publicação de caráter cultural no Brasil na época, e por isso, é uma fonte riquíssima quando se trata da análise do pensamento intelectual do período. Nele colaborou o próprio Lobato, Arthur Motta, Amadeu Amaral, Mário de Andrade, Júlio César da Silva e Medeiros e Albuquerque, Roquette Pinto, Godofredo Rangel, Oliveira Vianna, José do Patrocínio, Oliveira Lima, Olavo Bilac, Gilberto Freyre, Mário Sette, dentre vários outros. Como salienta Tânia de Luca, traçar a lista de colaboradores da revista é uma tarefa muito árdua, uma vez que praticamente todos os intelectuais que desfrutavam de certa projeção nos meios literários e artísticos ou em qualquer outra área do saber, mesmo que limitada, contribuíram de alguma forma na *Revista do Brasil*, seja através da publicação de textos especialmente produzidos para o periódico, seja por meio de transcrições.²⁸²

De modo geral, a *Revista do Brasil* foi um veículo de disseminação do projeto político-cultural que refletia as indagações da intelectualidade da segunda década do século XX, a qual estava obstinada a pensar sobre os elementos fundantes da nação, e, conseqüentemente, dos construtores de uma identidade nacional, capazes de particularizar o Brasil no confronto com o outro. Logo nas páginas que abriram o seu primeiro número, publicado em 1916, os objetivos fundamentais da *Revista do Brasil* foram expostos numa espécie de manifesto-programa que dizia: “o que há por traz do título desta revista e dos nomes que a patrocinam é uma coisa simples e imensa: o desejo, a deliberação, a vontade firme de construir um núcleo de propaganda nacionalista”²⁸³.

²⁸⁰ Mário Sette e Monteiro Lobato trocaram inúmeras cartas ao longo da vida do escritor pernambucano, como pode ser percebido no acervo epistolar de Mário Sette presente na Fundação Joaquim Nabuco.

²⁸¹ Antes desse convite de Monteiro Lobato, Mário Sette já havia contribuído na *Revista do Brasil*, com o conto “As mãos”, no número 10, de outubro de 1916. In: AZEVEDO, *Op. Cit.* 1984. p. 102.

²⁸² LUCA, Tânia de. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. Editora UNESP: São Paulo, 1999. p. 53-54.

²⁸³ *Revista do Brasil* v.1, n.1, p.1-5, jan. 1916. *Apud.* LUCA, *Ibid.* 1999. p. 46.

Para o grupo de intelectuais que fez parte dela, seu projeto se justificava a partir da ideia de que o principal problema do país era a ausência de uma consciência nacional capaz de transformá-lo em um todo organicamente estruturado. Nesse sentido, a revista foi elaborada enquanto meio de ação para colocar o Brasil no rumo certo. Para isso, os textos que deveriam ser publicados nela tinham que ser, sobretudo, estudos sobre o nosso passado nacional e trabalhos de criação científica e literária, que, num tom profundamente nacionalista e patriótico, deveriam apresentar soluções aos problemas do país e construir um novo projeto de nação que fosse, antes de tudo, moderno, republicano e vinculado aos princípios democráticos.²⁸⁴

A ideia era a publicação de um veículo que elencasse estudos que cobrissem a realidade brasileira como um todo, incluindo aí seus aspectos regionais. Assim, a preocupação nacionalista tornou possível enveredar por um caminho de orientação regionalista. Principalmente com a direção, linha editorial e produção literária de Monteiro Lobato, que revelou um interesse particular por autores e obras que privilegiavam temáticas regionais, com destaque para seu próprio livro de estreia, “Urupês”, de 1918, que trazia a figura do *Jeca Tatu* como a grande expressão do brasileiro do interior. A maior parte das contribuições em prosa da revista, escolhidas por ele, foram feitas por literatos identificados como regionalistas, a exemplo do próprio Monteiro Lobato, Afonso Arinos, Mário Sette, Leo Vaz, Godofredo Rangel, Valdomiro Silveira, dentre outros. No entanto, vale ressaltar que, de acordo com Tânia de Luca, na época, figuravam entre os regionalistas uma ampla quantidade de autores que, propriamente falando, não poderiam ser considerados necessariamente como tal, o que parece comprovar que o critério dessa atribuição estava associado à vinculação ou comunhão de ideias com Lobato²⁸⁵.

Nesse sentido, o autor de “Urupês” teve um papel importantíssimo na atividade editorial da *Revista do Brasil*, atuando de forma inovadora quando se trata de mercado editorial. Isso porque ele se dedicou a selecionar textos e obras de autores pouco conhecidos nacionalmente, o que demonstrava a sua preocupação em divulgar escritores que estavam fora do eixo Rio-São Paulo. Ao falar sobre sua prática de editor, ele gostava de se identificar como um revolucionário:

Fui um editor revolucionário. Abri as portas aos novos. Era uma grande recomendação a chegada dum autor totalmente desconhecido – eu lhe examinava a obra com mais interesse. Nosso gosto era lançar nomes novos, exatamente o contrário dos velhos editores que só queriam saber dos “consagrados”. Se algum

²⁸⁴ LUCA, *Op. cit.* 1999. p. 47.

²⁸⁵ LUCA, *Ibid.* 1999. p. 271-272.

destes se apresentava era polidamente dispensado: “Você já está graúdo, já tem nome. Arrume-se lá com o Garnier ou o Alves. Nós aqui somos para os que se iniciam”.²⁸⁶

Como um bem-sucedido empresário da cultura, Monteiro Lobato investiu pesadamente na circulação das obras e textos de novos autores, organizando uma interessante rede de distribuição da *Revista do Brasil* de mais de 2 mil distribuidores espalhados pelo país. No início de 1919, a revista tinha oito diretores regionais, cuja principal tarefa consistia em administrar suas assinaturas e tentar vendê-las em todo tipo de loja de varejo, de farmácia a padarias, “os únicos lugares em que não vendi foi nos açougues, por temor de que os livros ficassem sujos de sangue”, afirmou certa vez, Lobato.²⁸⁷

De maneira geral, esses diretores eram, em sua maioria, escritores, e parte deles teve artigos publicados na *Revista do Brasil*, ou até livros, em alguns casos, o que é significativo, uma vez que eram eles que administravam o funcionamento da rede de distribuição da revista em seus estados. Segundo Cilza Bignotto, o convite para assumir essa função na revista serviria como ‘moeda de troca’ entre Monteiro Lobato e escritores regionais, que funcionava assim: de um lado, os autores intermediavam o contato com os livreiros locais para a venda das assinaturas, o que mantinha financeiramente a revista em que poderiam ter seus trabalhos publicados; por outro, Lobato os favorecia com a publicação de seus artigos.²⁸⁸

Os intelectuais que formavam o corpo de diretores regionais eram: José Maria Belo, no Rio de Janeiro, José Antonio Nogueira, em Minas Gerais, J. de Aguiar Costa Pinto, na Bahia, Antônio Sales, no Ceará, João Pinto da Silva, no Rio Grande do Sul, Seraphim França, no Paraná; e João Baptista de Farias e Souza, no Amazonas e Mário Sette, em Pernambuco. Em um texto para o jornal *Diário da Noite*, Mário Sette conta como foi o convite dirigido a ele por Monteiro Lobato para assumir o cargo de diretor regional da revista em Pernambuco:

Mandou-me [o livro *Urupês*] o autor em 1918, mal íamos atando nossas relações epistolares: ele já em começo de glória literária; nós, em começo de nossa ensombrada faina de escrever. Monteiro Lobato tomava conta, então, da REVISTA DO BRASIL, e me escolhia para um de seus “Diretores” nos estados. Coubera-me a representação em Pernambuco [...]. Desses distantes dias de após Primeira Guerra Mundial me falam algumas cartas e recados de Lobato com aquela sua letra inconfundível num desalinho de quem a projeta no papel sem mais revê-la, com uma assinatura de maiúscula quase sempre esparramada. E os “bilhetes” nos próprios

²⁸⁶ LOBATO, Monteiro. **Prefácios e entrevistas**. *Apud*. HALLEWELL, *Op. Cit.* 2017. p.358.

²⁸⁷ Idem.

²⁸⁸ BIGNOTTO, Cilza. “Monteiro Lobato: editor revolucionário?” BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia. **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. Editora UNESP: São Paulo, 2010. p. 130

volumes de suas obras, ao lado dos oferecimentos? Em uma delas, ele me pedia “cutucar” determinado livreiro a quem enviara obras e revistas em consignação.²⁸⁹

Assim, como podemos perceber, Mário Sette atuou na *Revista do Brasil*, ora como colaborador assíduo, principalmente entre os anos de 1918 a 1922, ora como integrante do corpo de diretores regionais, cargo estratégico assumido por ele de 1919 a 1925 na administração e distribuição das redes de assinaturas do periódico paulista em Pernambuco.

Dentre os tantos textos dele para a *Revista*, foram localizadas as seguintes colaborações:

Textos de Mário Sette na <i>Revista do Brasil</i> (1918-1922)	Número e ano da publicação
“Clarinha das Rendas”	n. 30 de junho/n. 31 de julho/n. 32 de agosto de 1918
“A trança”	n. 35 de novembro de 1918
“Mão paterna”	n. 54 de junho de 1920
“O filho”.	n. 69 de setembro de 1921
“Rastro de Sangue”	n. 74 de fevereiro de 1922/n.75 de março de 1922
“O Retrato”	n. 81 de setembro de 1922
“Estranho Acaso”	n. 102 de junho de 1922.

Sem falar que também foi por meio da florescente Monteiro Lobato & Cia., editora que também era de propriedade de Monteiro Lobato e que estava totalmente atrelada à *Revista do Brasil*, pela qual o editor publicava livros de seu interesse²⁹⁰, que Mário Sette publicou

²⁸⁹ O artigo está colado no Álbum nº 1 de *Dona Purezinha*, esposa de Monteiro Lobato, que faz parte do acervo da Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato, e foi reproduzido por Cilza Bignotto em seu artigo sobre Monteiro Lobato. Ver: BIGNOTTO, *Ibid.* 2010. p. 129-130. Vale ressaltar que no acervo epistolar de Mário Sette, presente na Fundação Joaquim Nabuco, há uma carta de 2 de setembro de 1918 que parece ser esse convite que Monteiro Lobato o fez para ser o diretor da *Revista do Brasil* de seu estado. Porém, infelizmente, não foi possível fazer a leitura completa da carta, devido a letra do remetente ser bastante difícil de se entender.

²⁹⁰ Em 1923, Monteiro Lobato cedeu a direção da *Revista do Brasil* para Paulo Prado e passou a se concentrar somente em sua própria editora, a Companhia Monteiro Lobato & Cia. Sobre isso, Tânia de Luca aponta: “A edição de livros, que começou como uma atividade subsidiária da *Revista do Brasil*, logo se tornou o ramo principal dos negócios de Lobato, obrigando-o a afastar-se cada vez mais da literatura e da revista.” In: LUCA, *Op. Cit.* 1999. p. 70.

alguns de seus livros, como uma nova edição de “Rosas e espinhos”, em 1919, “Senhora de Engenho” e “Palanquim Dourado”, em 1921.

Além disso, vale ressaltar ainda que, por meio da *Revista do Brasil*, Mário Sette pôde estabelecer importantes “amizades literárias”, como ele gostava de dizer, com vários intelectuais que também publicaram no periódico e na editora de Lobato. Uma das relações afetivas firmadas por ele foi com o escritor argentino, radicado no Brasil, Benjamin Garay, grande amigo de Monteiro Lobato, que foi quem proporcionou e intermediou esse contato.²⁹¹ Figura de grande importância para o intercâmbio cultural entre Brasil e Argentina durante as primeiras décadas do século XX, Garay foi responsável pela intermediação e divulgação de alguns escritores argentinos no Brasil e também de autores brasileiros na Argentina. Ele traduziu vários livros, com destaque para as obras de Monteiro Lobato, Euclides da Cunha, Gilberto Freyre, Graciliano Ramos, Mário Sette, dentre outros nomes.²⁹² Inclusive, foi Garay quem traduziu para o castelhano alguns contos e novelas de Mário Sette como: “Rastros de Sangue”, “Outros olhos”, “João Inácio”, “Clarinha das rendas”, publicando-os em periódicos portenhos como o *El suplemento* e na *Novela Semanal*²⁹³, além de também ter traduzido “Os Azevedo do Poço”, em 1939.

Dessa amizade surgiu o contato com outros intelectuais da Argentina, Uruguai e Chile, com destaque para Alílio Chiappori, Stanchina, Hugo Wast, Ingenieros, Sanches Suez (que traduziu “Senhora de Engenho” para o espanhol), Atilio Garcia Mellid, Marcelo Peyret, Horácio Quiroga, Benito Lynch, Barrios, Chapdeville, dentre outros, com os quais Mário Sette firmou aproximações culturais por meio da troca de cartas, artigos, retratos e permuta de livros. A relação estabelecida entre eles teve como consequência a divulgação de seus escritos nesses países²⁹⁴, como apontou o escritor em sua biografia: “Aparecem em jornais e revistas do Prata, artigos de crítica a meu respeito. Publicam meu retrato. Era uma evidência estimuladora para um escritor que mal surgira no cenário das letras nacionais”²⁹⁵.

²⁹¹ Mário Sette manteve com Benjamin Garay uma interessante troca epistolar durante toda sua vida. Por meio de cartas, eles conversavam sobre literatura, teciam críticas mútuas sobre suas obras e endereçaram presentes, que, na maioria das vezes, se valiam de permutas de livros.

²⁹² Para saber mais sobre as atividades de Benjamin Garay como tradutor ver: ALBIERI, Thaís de Mattos. **São Paulo-Buenos Aires**: a trajetória de Monteiro Lobato na Argentina. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: 2009.

²⁹³ A revista *Novella Semanal* publicou vários contos e novelas de escritores brasileiros e era uma série de obras literárias que visava estreitar as relações intelectuais entre argentinos e brasileiros, “tornando conhecidos nos dois países vizinhos os seus homens de letras.” In: SETTE, Mário. “Clarinha das rendas”. *Jornal Pequeno*. Recife, 10/03/1921.

²⁹⁴ É interessante destacar que em seu acervo epistolar presente na Fundação Joaquim Nabuco, há inúmeras cartas desses intelectuais latino-americanos para Mário Sette.

²⁹⁵ SETTE, *Op. Cit.* 1980. p. 199.

Portanto, podemos concluir que ter atuado na *Revista do Brasil* foi uma inflexão no curso da vida de Mário Sette, uma vez que a revista foi um importante meio de fermentação intelectual e de trocas afetivas (e também de disputas), onde ele pôde estabelecer uma interessante rede de sociabilidade a nível nacional e também internacional. Mas não só. O periódico também teve um enorme papel no processo de divulgação e consagração de seu nome pelo Brasil, pois, como ele mesmo ressaltou, era o que mais “fazia ruído no país e suas páginas constituíam uma consagração literária”²⁹⁶. Nele, vimos que Sette teve uma atuação marcante, seja como integrante do grupo de colaboradores assíduos, seja como membro do corpo de diretores regionais da revista, ou mesmo publicando livros pela Monteiro Lobato & Cia., a qual já figurava entre as maiores do país e tinha um grande prestígio no meio intelectual.

Nesse sentido, fazer parte da *Revista do Brasil*, e ainda das edições da Monteiro Lobato e Cia., transformou Mário Sette em um escritor conhecido e associado a uma literatura de cunho nacionalista e patriótica, já que foram referências importantes na divulgação da produção intelectual de tal viés no país. Mais precisamente, ele se tornou um exemplo de escritor regionalista em Pernambuco nos anos finais da década de 1910 e início de 1920, podendo, assim, reclamar, como afirmou Faria Neves Sobrinho, “o título tão de moda nos tempos que correm, de escritor *nacionalista*, ou melhor, *regionalista*”²⁹⁷.

3.4 “SENHORA DE ENGENHO”: A PRIMEIRA SEMENTE LANÇADA NO TERRENO AMORFO DO NOSSO INDIFERENTISMO REGIONAL

O romance de Mário Sette é bom e, se o autor o apurasse melhor na parte técnica da construção e no estilo, tornar-se-ia ótimo. Apesar disso, o leitor o lê com vivo interesse, convencendo-se, ao cabo, que o Brasil se acha enriquecido de mais um verdadeiro romancista, ao qual cumpre fixar toda a vida hodierna de seu Pernambuco.²⁹⁸

De maneira geral, “Senhora de Engenho” foi bem recebido pelo público leitor brasileiro e também do estrangeiro, mas nem tanto pela crítica literária²⁹⁹, que esboçou

²⁹⁶ SETTE, *Op. cit.* 1980. p. 104.

²⁹⁷ SOBRINHO, Faria Neves. “Academia Pernambucana de Letras”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 17/08/1921.

²⁹⁸ LOBATO, Monteiro. *Revista do Brasil*. n. 64. São Paulo, 04/1921.

²⁹⁹ É importante destacar que o papel de crítico literário ou comentador de obra literária, durante essas primeiras décadas do século XX, era exercido por polígrafos que não dispunham de conhecimentos específicos ou “treinamento” intelectual especializado. Eles podiam fazer tanto a crítica de obras de literatura, como de peças teatrais, de cinema e de obras de arte de maneira geral.

ressalvas em relação a sua técnica e estilo. Em um artigo presente no *Jornal Pequeno*, foi ressaltado que o livro teve “tão carinhosa acolhida, não só a brasileira como a de Portugal, do Uruguai e da Argentina”³⁰⁰. Lima Barreto concordou que a obra recém-lançada teve uma boa aceitação do público leitor, pois passava “de mão em mão sem sair de nenhuma delas sem os maiores gabos”. Porém, ao mesmo tempo, o escritor carioca teceu duras críticas ao livro, afirmando que o mesmo era uma “negação para o gênero”.³⁰¹ Tristão de Ataíde também fez comentários a respeito, declarando que a obra era: “de literatura sadia, um pouco frouxo de ação e superficial de tipos, mas respirando uma grande emoção sincera, escrito em geral numa linguagem de verdadeira naturalidade e frescura, sem retórica ou afetação, e prometendo no sr. Mário Sette um bom romancista.”³⁰² Já o jornalista Paulino de Andrade disse gostar muito do romance, afirmando que ele o deixou “sentindo um cheiro de mel que adoça a alma da gente”.³⁰³ Além deles, destacamos também a crítica de Monteiro Lobato, que achou o livro bom, mas que se seu autor melhorasse a técnica e o estilo, poderia se tornar ótimo, como se pode notar na epígrafe.

Como Lobato, Gilberto Freyre, dos Estados Unidos, também escreveu sobre “Senhora de Engenho”, fazendo elogios a Mário Sette, sobretudo no que tange à temática regional aliada ao critério imagético da paisagem. Para o futuro escritor de “Casa Grande e Senzala”, Sette “é um paisagista. E deve felicitar-se, porque os paisagistas bons não abundam”. Porém, o livro não escapa ao seu senso crítico, afirmando que o talento de Mário Sette “enfraquece visivelmente” quando passa de “paisagista a repórter de conversas e a psicólogo.” Isso porque, para ele, a linguagem utilizada pelos personagens lhe soa artificial, pois, “essa gente de engenho coloca admiravelmente bem as palavras e fala às vezes com uma pompa que contraria o seu caráter simples ou simplório”³⁰⁴. Em 1923, em seus escritos íntimos, a crítica de Freyre a Mário Sette ficou ainda mais aguda quando afirmou que ele é um escritor fraco “se esboça um romance se não regionalista, caracterizado pela ênfase na chamada cor local – no caso a pernambucana – com algum abuso de pitoresco. Para um romance regionalista, sem esses abusos, é que a nossa literatura de ficção deveria caminhar.”³⁰⁵ Quando escreveu isso, mal sabia o jovem Gilberto Freyre que “Senhora de Engenho” passaria a ser visto por alguns

³⁰⁰ “Senhora de Engenho”. *Jornal Pequeno*. Recife, 28/09/1921.

³⁰¹ BARRETO, Lima. “Dias de roça”. *Careta*. Rio de Janeiro, 14/05/1921.

³⁰² ATAÍDE, Tristão. *Revista do Brasil*. n. 67. São Paulo, junho de 1921. *Apud*. AZEVEDO, *Op. Cit.* 1984. p. 104.

³⁰³ ANDRADE, Paulino. “Um Romance Regional”. *A Província*. Recife, 22/03/1921.

³⁰⁴ FREYRE, Gilberto. “Da Outra América”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 30/10/1921.

³⁰⁵ FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos*. José Olympio. Rio de Janeiro, 1975.p. 130.

como uma espécie de projeto literário antecipador do conjunto de ideias que comporiam o movimento que teve ele como uma de suas peças centrais.

Apesar de ter feito alguns elogios (com muitas ressalvas) ao romancista e seu romance em 1921, logo após o lançamento de “Senhora de Engenho”, o verdadeiro entusiasmo de Freyre pela obra só viria bem depois, quando os dois intelectuais já haviam angariado certo prestígio nacional. Uma demonstração clara dessa euforia pode ser percebida, por exemplo, na orelha da 5ª edição dessa obra, publicada em 1937, na qual Gilberto Freyre fez um comentário reconhecendo o valor literário do romance e de seu próprio autor, o que corroborou com a imagem que vinha sendo construída sobre Sette que o identificava como o anunciador de uma campanha regionalista, ou, como foi exposto por Freyre, como o “vanguardeiro da literatura do Norte”. Em suas palavras:

Mário Sette, com seu romance “Senhora de Engenho”, pode ser classificado como vanguardeiro da chamada “Literatura do Norte”, por isso que foi ele dos primeiros a voltar suas vistas de observador de costumes e de paisagista para os aspectos e assuntos que o cercavam na terra nordestina em que nasceu e vive. A vida dos engenhos, sem a nota crua tão ao sabor de muitas penas da atualidade, ele a pintou nas páginas suaves, sem quebra da realidade de seu romance, merecendo de toda a crítica do país os melhores aplausos.³⁰⁶

O livro “Senhora de Engenho”, indiscutivelmente, foi a obra de Mário Sette que alcançou maior sucesso em vida e o consagrou nas letras nacionais, embora não tenha escapado de severas críticas. Sempre que teve oportunidade para falar sobre esse romance, ele destacou a importância dele para a sua consagração como escritor. Certa vez, ressaltou, que gostava muito da obra, pois ela havia levado o seu nome “bem ou mal, a muitos recantos do país” e lhe “ofereceu margem para vê-lo sisudo, apaixonado, ou pitorescamente discutido em várias rodas de todos os quilates mentais.”³⁰⁷ Em sua biografia, Sette não hesitou em mencionar o prestígio conquistado com a publicação de seu livro, enfatizando que foi construída uma imagem sobre ele que lhe associava à figura de prenunciador do “Romance de 30”: “Fiquei definido como o autor de *Senhora de Engenho* e a obra, na época, constituiu-se um marco pioneiro de uma motivação mais tarde utilizada por outros escritores com mais mérito, é certo. O primeiro livro, no gênero, do ciclo da cana-de-açúcar.”³⁰⁸ Declaração essa que revela que Sette, no processo de escrita de si, se apropriou dessa imagem e a incorporou,

³⁰⁶ SETTE, Mário. *Senhora de Engenho*. 5ª ed. Editora J. Fagundes. São Paulo, 1937. *Apud*. D’ANDREA. *Op. Cit.* 1987. p. 148.

³⁰⁷ “Meia hora com Mário Sette.” Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

³⁰⁸ SETTE, *Op. cit.* 1980. p. 109-110.

esforçando-se para disseminá-la de forma a tentar construir uma memória de si como pioneiro, precursor, o que pode ser entendido como uma estratégia utilizada por ele para reforçar seu prestígio na literatura brasileira.

Porém, Moema Selma D'Andrea, em sua dissertação em teoria literária, intitulada “Tradição (re)descoberta (O pensamento tradicionalista de Gilberto Freyre no contexto das manifestações culturais e/ou literárias nordestinas)”, dá a entender que nada que ele tenha feito para reverberar seu brilho e a relevância de seu livro foi suficiente para que fosse lembrado nas letras nacionais. Para a autora, apesar da receptividade de “Senhora de Engenho” nas rodas literárias da época, o livro “não possui registro na historiografia da literatura brasileira em forma de qualquer ensaio crítico” e havia caído no esquecimento, provavelmente após a “voga do regionalismo pitoresco” devido a “marca de ingenuidade que preside seu processo criativo”.³⁰⁹ Essa observação sobre a “penúria literária que se possa extrair das páginas de *Senhora de Engenho*” é intrigante e nos levou a longas reflexões acerca do assunto.

Embora devamos considerar a importância do trabalho da autora, que é uma referência nos estudos do regionalismo literário dos anos 1920 e 1930, acreditamos que sua ideia acerca do assunto pode ser relativizada. Isso porque, como veremos ao longo dessas páginas, desde o lançamento de “Senhora de Engenho”, em 1921, existem vários ensaios críticos que apontam para a sua relevância, não só para a literatura nacional, mas também para a construção de uma memória regional em Pernambuco, na medida em que o romance foi tido por muitos intelectuais de sua época como uma das primeiras expressões literárias de *pernambucanidade* na literatura. Porém, é importante deixar claro também que, apesar do reconhecimento imediato da obra feito por alguns, não há um consenso acerca do assunto, visto que ela também sofreu duras críticas. Além disso, entendemos, de certa forma, a colocação de Moema Selma, uma vez que, de fato, o nome de Mário Sette foi relativamente negligenciado durante um tempo, sobretudo na produção acadêmica. Ou seja, concordamos com a autora em relação ao fato de Sette não ter se tornado uma referência para os estudos acadêmicos em teoria e historiografia da literatura brasileira produzidos durante a segunda metade do século XX.

Somente após a produção historiográfica de Neroaldo Pontes de Azevedo, de cujo título “Modernismo e regionalismo. Os anos 20 em Pernambuco”, realizada em 1984, a obra

³⁰⁹ D'ANDREA, *Op. Cit.* 1987. p. 149.

de Mário Sette foi retomada e o seu “Senhora de Engenho” foi reconhecido como um livro fundamental para a análise do regionalismo nordestino. Nas palavras do autor, a obra de Mário Sette merece um estudo que avalie os seus méritos e limites, na medida em que seu romance:

contribuiu, no início da década de 20, para a retomada do regionalismo e do tradicionalismo, embora se saiba que será preciso esperar um José Lins do Rego de **Fogo Morto** ou uma obra como a de Graciliano Ramos, para que se veja superada, por um tratamento crítico, a visão, no mínimo ingênua, da realidade nordestina, presente na obra de Mário Sette.³¹⁰

Depois do importante trabalho de Neroaldo Pontes de Azevedo, o nome de Mário Sette passou a ser visto com maior interesse pela academia. A própria Moema Selma D’Andrea se inspirou nele para a elaboração de sua dissertação, publicada em 1987, a qual, em um de seus capítulos, vai analisar minuciosamente o enredo de “Senhora de Engenho” e defender a tese que a crítica literária dos anos 1920, 1930 e 1940 já tinha apontado. Neste trabalho, a autora conclui que Mário Sette foi “o primeiro a incursionar no filão da vertente regionalista nordestina que irá desaguar em 1930 com força de correnteza e alternativas de pontos de vista.”³¹¹ A tese de Luís Gonçalves Bueno de Camargo, de título “Uma história do romance brasileiro de 30”, defendida em 2001, também é bem interessante nesse sentido. Nela, o autor ressalta a relevância e o alcance de “Senhora de Engenho” como uma das primeiras obras a explorar o tema dos engenhos e também como um projeto antecipador do movimento regionalista-tradicionalista do Recife³¹².

Além desses textos, podemos ressaltar também a obra da historiadora Magdalena Almeida, de título “Mário Sette o retratista da palavra”, publicada em 2000, na qual a autora faz considerações importantes acerca de “Senhora de Engenho”.³¹³ Magdalena Almeida salienta que houve certo desinteresse da intelectualidade recifense da época em relação à obra de Mário Sette, devido ao isolamento do autor, avesso “de participar dos rituais necessários à integração e ao reconhecimento de todos”³¹⁴. Ela afirma também que Sette não fez parte do grupo dos chamados modernistas recifenses, liderados por Joaquim Inojosa, não era poeta, e não foi contemplado por Souza Barros, em seu famoso livro “A década de 20 em Pernambuco”, publicado na década de 1970, como um intelectual importante do período, uma

³¹⁰ AZEVEDO, *Op. Cit.* 1984. p. 105.

³¹¹ D’ANDREA, *Op. Cit.* 1987. p. 174.

³¹² CAMARGO, *Op. Cit.* 2001. p. 164.

³¹³ ALMEIDA, *Op. Cit.* 2000. p.90-102.

³¹⁴ ALMEIDA, *Ibid.* 2000. p. 100.

vez que aponta que este autor só mencionou o nome de Mário Sette associando-o ao campo da novela regional³¹⁵. Discordamos da autora nesse ponto. Embora acreditemos que Mário Sette tenha construído uma imagem de si como um intelectual abnegado e até misantropo, ou seja, como uma figura que, durante sua vida, se isolou dos ciclos de legitimação intelectual da época, como demonstramos no capítulo anterior, ele teve o reconhecimento do público leitor e também de seus pares. Mesmo nunca existindo um consenso acerca do assunto, não foi à toa o fato dele ter sido considerado por muitos como o precursor do regionalismo literário no Nordeste, como um “autêntico símbolo do espírito pernambucano”³¹⁶ e também como um dos divulgadores do sentimento de *pernambucanidade*, como ressaltou, por exemplo, Gilberto Freyre no Manifesto Regionalista, escrito em 1952, quando afirmou:

Homens, todos esses, com o sentido de regionalidade acima do de pernambucanidade – tão intenso ou absorvente em Mário Sette – do de paraibanidade – tão vivo em José Américo de Almeida – ou do de alagoanidade – tão intenso em Otávio Brandão [...]³¹⁷

Além disso, o fato de Souza Barros ter excluído seu nome ao tratar da produção literária da década de 1920 não significa que sua obra não teve relevância na época, mas diz respeito às escolhas feitas pelo autor sobre quais intelectuais pernambucanos seriam merecedores de sua reverência.

Para que possamos compreender a importância da obra, sua crítica e a sua repercussão, é válido entendermos sobre o que se trata. “Senhora de Engenho” é um livro “singelo e modesto como a terra e a gente que a descreve”³¹⁸, como apontou seu próprio autor. Possui um enredo simples, e, como lembrou Joaquim Inojosa, pode ser lido por todos e em qualquer lugar: “As famílias pernambucanas o lêem, todas, no bonde, na praia, nos salões”³¹⁹. O cenário principal da trama é a vila de Tracunhaém (hoje cidade de Tracunhaém), sobretudo, o engenho Águas Claras. A história tem como protagonista o filho do coronel Cazuzza e de D. Inacinha, Nestor, que, embora herdeiro natural do engenho paterno, por ser o único descendente homem, detesta a vida no campo e é fascinado pelo cosmopolitismo moderno da

³¹⁵ Souza Barros expõe, no livro: “No campo da novela regional apenas o nome de Mário Sette reportava. No romance, contava-se com escritores como Medeiros e Albuquerque, Celso Vieira, Lucilo Varejão, Theo Filho, Benedito Costa e Olívio Montenegro. Na história local, apenas Oliveira Lima, Sebastião Galvão, Mário Melo, Ulisses Brandão e Samuel Campelo. Ninguém para ser apontado no romance histórico ou na novela.” In: BARROS, Souza. **A década de 20 em Pernambuco**. Editora Paralelo. Rio de Janeiro, 1972.

³¹⁶ LEÃO, Múcio. “Um símbolo de Pernambuco”. *Autores e Livros*. Rio de Janeiro, 06/1950.

³¹⁷ FREYRE, Gilberto. *Manifesto regionalista*. 4ª edição. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Recife, 1967. p. 28. É importante salientar que Freyre escreveu esse manifesto em 1952, ou seja, 26 anos após a ocorrência do Congresso Regionalista.

³¹⁸ “Senhora de Engenho. Biografia do livro”. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 10/04./1954.

³¹⁹ INOJOSA, Joaquim. “Renascimento literário”. *A União*. Paraíba, 13/08/1921.

cidade grande. Após seus exames preparatórios para os estudos jurídicos na Faculdade de Direito do Recife, ele não se contenta com os ares ainda provincianos desta cidade e quer estudar no Rio de Janeiro, capital do país, onde “viviam os que enxergavam as coisas do mundo”. Mas antes de ir para a cidade carioca, Nestor passa um tempo de férias em Tracunhaém, durante a época do São João, e reencontra Maria da Betânia, uma “namoradina” de infância, que lhe desperta certo interesse, retribuído pela moça. Ao término de suas férias, ele, finalmente, embarca em direção ao seu sonho: viver no Rio de Janeiro. Lá, ele é recebido por Lúcio de Andrade, seu conterrâneo e filho do senhor do engenho Pitombeira, que é colocado na trama como uma contrapartida do ponto de vista do protagonista Nestor, pois diferente deste, Lúcio busca na cidade apenas um diploma para depois voltar à vida no campo. Ou seja, o autor coloca-os em pólos opostos, fazendo de um a representação de um provinciano deslumbrado e seduzido pelos encantos que a modernização da capital do país oferece, e do outro, uma amostra de provinciano baísta, que possui o coração ancorado nas tradições de sua terra natal.

Com o desenrolar da trama, Nestor se casa com Hortênsia, uma carioca, filha do Dr. Anselmo Paiva, um pernambucano que vivia há anos no Rio e trabalhava como funcionário de “alto cargo no Ministério da Justiça”. Casado e funcionário público, Nestor conseguiu angariar para si certo prestígio social na capital, vivendo lá por doze anos. Seu regresso ao engenho Águas Claras acontece por motivos de saúde, pois seu pai “não passava bem”. Nesse movimento, ele é tomado por sentimentos nostálgicos em relação à terra natal e passa a vê-la de forma diferente, na medida em que vai se interessando cada vez mais pela vida no campo. Já Hortênsia, típica burguesa, filha da capital e amante do progresso, é cheia de preconceitos sobre a vida no engenho, os quais vão de amainando com o tempo.

O final da trama chama atenção do leitor, pois acontece certa reviravolta. O autor dá a entender que Nestor vai se despedir de sua vida no Rio de Janeiro, ao lado de Hortênsia, para se tornar o senhor do engenho Águas Claras junto com Maria da Betânia, que mesmo após tantos anos, continuava a ter por ele um amor romântico. Porém, a virada de chave da história acontece com a complicada gravidez de Hortênsia, que obriga a moça a ficar ao lado do marido no engenho. O “milagroso” nascimento do filho do casal, que há doze anos tentava ter um filho, é um momento no qual o autor constrói um clímax que sugere, metaforicamente, a integração da personagem com o meio rural. Portanto, nesse final, Mário Sette deixa claro que, no difícil parto de Hortênsia, ela “morre” para a cidade e, finalmente, vive para o campo,

desfazendo-se de todo o preconceito para se tornar, definitivamente, a senhora do engenho Águas Claras.³²⁰

Na 5ª edição do livro, o autor descreve a transformação de Hortêncina em senhora de engenho como uma cerimônia de investidura para a titulação máxima da “nobreza rural”. Ao fazer isso, Mário Sette parece tentar dar melhor contorno à ideia central do livro: a defesa da vida dos engenhos de açúcar como mais autêntica do que a existência “artificial” nas cidades atingidas pelo cosmopolitismo. A cena acontece durante o dia da botada, festa importante para a vida no engenho, pois é o momento no qual se dá início aos trabalhos de moagem da cana e produção do açúcar. A cena é narrada da seguinte maneira:

Logo depois, a uma ordem de Nestor, o motor começou a trabalhar, quase sem barulho. O volante foi virando, ganhando força, ganhando pressa, até atingir o ritmo normal do seu giro. Entrerodaram também os cilindros da moenda. Todos os trabalhadores se achavam nos seus lugares.

– Pronto, minha filha. Tome.

E, assim dizendo, D. Ignacinha entregou à nora uma bonita caiana enfeitada de fitas. Hortêncina compenetrara-se bastante da dignidade que lhe estava sendo, de público, transmitida. Parecia-lhe receber um daqueles títulos antigos de nobreza rural. Seria doravante como que a jovem baronesa de Tracunhaém... Nesse momento era o alvo de todos os olhares, de todo o interesse, de toda a simpatia dos que a cercavam.

Subiu devagar, com um porte de distinção toda sua, os pequenos degraus que iam ter a moenda. Depôs a cana na ‘esteira’. Os tambores atraíram-na vorazmente, como se a secura de quase um ano parados. A cana foi espremida, bem espremida. O caldo, turvo e cheiroso, correu para o parol ...

Principiara a botada.

Hortêncina era afinal a senhora de engenho.³²¹

É importante destacar que nesta 5ª edição do livro, de 1937, “Senhora de Engenho” alcançou um número expressivo de exemplares, cerca de 12 mil, o que foi visto como uma marca interessante.³²² Nesta última edição, a obra passou por uma revisão completa, “tornando-a mais simples, mais serena, mais real nos diálogos; nas exposições, nos próprios caracteres das suas figuras (...)”, na medida em que o autor procurava atualizá-la “quanto à evolução de seu estilo e de sua linguagem”³²³, como conta Hilton Sette. Além disso, Mário Sette também procurou ressaltar algumas partes do enredo, como o fez ao descrever com detalhes a cerimônia de investidura de Hortêncina, como se pode perceber na citação acima, modificando, assim, a versão de lançamento.

³²⁰ D’ANDREA. *Op. Cit.* 1987. p. 168.

³²¹ SETTE, Mário. **Senhora de Engenho**. 5ª ed. Editora J. Fagundes. São Paulo, 1937. p. 185-186. *Apud*. D’ANDREA. *Op. Cit.* 1987. p. 169.

³²² “Senhora de Engenho”. *Jornal Pequeno*. Recife, 3/04/1937.

³²³ “Senhora de Engenho. Entrou na 5ª edição o lindo romance de Mário Sette.” *Jornal Pequeno*. Recife, 05/04/1937.

As mudanças feitas pelo autor, provavelmente, tiveram como intenção demarcar ainda mais o objetivo do livro: a valorização da vida nos antigos engenhos de açúcar de Pernambuco, a cisão entre o campo e a cidade, entre o tradicional e o moderno, achando que, ao aprimorar seus argumentos, ele poderia ganhar mais prestígio enquanto intelectual moderno, fincando seu nome no movimento regionalista-tradicionalista, e, conseqüentemente, nas letras nacionais. De acordo com Álvaro Lins, Sette se esforçou para “acompanhar as novas correntes literárias, para se integrar na literatura criada pelo movimento modernista”.³²⁴

Vale lembrar que, por volta de 1937, o regionalismo nordestino já estava consolidado enquanto movimento cultural e artístico. Nessa época, o público leitor da nova classe média recebia com satisfação os livros sobre a decadência da antiga aristocracia rural do Nordeste, tais como os romances que integraram o gênero que ficou conhecido como “ciclo da cana-de-açúcar”, de José Lins do Rego, ou as obras de Gilberto Freyre, publicadas, em sua maioria pela editora carioca, José Olympio.³²⁵ Freyre, por exemplo, já havia lançado “Casa-grande e Senzala”, em 1933, “Sobrados e Mucambos”, em 1936, e “Nordeste” em 1937, livros que deram sustentação teórica para suas ideias; o cearense Djacir Menezes estava lançando, neste ano, a obra “O outro Nordeste”, na qual tratava sobre o sertão, o cangaço e o fanatismo religioso. Além deles, os romancistas regionalistas estavam no auge da fama e popularidade, consolidando, assim, o que mais tarde ficou conhecido como “Romance de 30”. Isto é, até 1937, figuras como José Américo de Almeida já tinha lançado “A Bagaceira” (1928), Raquel de Queiroz já tinha o seu “O Quinze” (1930), Graciliano Ramos já havia publicado “São Bernardo” (1934), Jorge Amado já tinha lançado “Mar Morto” (1936) e “Capitães de Areia” (1937) e José Lins do Rego, que, dentre estes, era o que possuía mais obras publicadas, com destaque para “Menino de Engenho” (1930), “Doidinho” (1933), “Banguê” (1934), “Moleque Ricardo” (1935), “Usina” (1936), estava prestes a lançar “Pureza”.

Nesse contexto, tal iniciativa de reescrita do romance foi criticada por Álvaro Lins. Em um interessante artigo de título: “Um livro de sua época”, de 25 de abril de 1937, presente no *Diário da Manhã*, o autor, ao mesmo tempo em que teceu elogios à “Senhora de Engenho”, afirmando, dentre outras coisas, que havia sido Mário Sette um “precursor do novo romance brasileiro”, Lins também faz uma crítica negativa às alterações feitas a 5ª edição da

³²⁴ LINS, Álvaro. “Um livro de sua época”. *Diário da Manhã*. Recife, 25/04/1937.

³²⁵ Laurence Hallewell argumenta que foi a esposa de José Olympio, dona Vera, quem deu o nome do gênero “ciclo da cana-de-açúcar”. Ver: HALLEWELL, *Op. cit.* 2017. p. 464-486. É importante ressaltar que o “ciclo da cana-de-açúcar” pode ser entendido como um subgênero literário inserido na categoria “Romance de 30” por ter características próprias. Sobre essa questão, ver: CAMARGO, *Op. cit.* 2001.

obra. Embora tenha reconhecido que as modificações presentes nesta edição representavam uma “evolução literária”, segundo o autor, o fato de Sette tentar enquadrar o seu livro ao estilo e a forma modernista, fez com que ele perdesse “seu caráter de documento literário de seu tempo”. Isso porque, para o crítico, “as obras literárias devem refletir rigorosamente a época em que foram originariamente escritas”.³²⁶

Para que se compreenda bem o que queremos evidenciar, é válido trazer as próprias palavras de Álvaro Lins:

O SENHORA DE ENGENHO era, na literatura do norte, o romance mais expressivo de seu tempo. Na sua forma primitiva, representava, como nenhum outro, as qualidades e os defeitos de uma época literária – a época imediatamente anterior ao modernismo. Na nossa história literária, o SENHORA DE ENGENHO marcaria a transição entre duas épocas profundamente separadas. E de uma certa maneira foi o sr. Mário Sette um precursor do novo romance brasileiro. Este seu livro já não tinha muitos dos defeitos antigos e já trazia muitas das virtudes do romance moderno. Não deveria, por isso, o sr. Mário Sette ter alterado o seu livro, o seu admirável livro, o livro que melhor define as suas qualidades de escritor.

Esta 5ª edição poderá obter novos admiradores mas, para o futuro, permanecerão as edições anteriores.

Não pode nem deve fugir o sr. Mário Sette à sua época. O sentido de modernidade é secundário para um escritor que aspira realizar obra duradoura. A simples intenção de ser moderno nunca gerará um escritor moderno.³²⁷

Sobre esse comentário, Mário Sette apontou: “compreendendo-me mal, neste ponto, haver eu refundido o meu romance nessa última tiragem, para parecer moderno. Álvaro Lins enganou-se. Eu nunca desejei, nem quero, transpor as fronteiras da minha época.”³²⁸ Não sabemos ao certo se foi por consequência dessa crítica, mas, a partir da 6ª edição do livro, publicada em 1944 pela editora paulista Companhia Melhoramentos, a obra voltou ao seu texto original e cenas como a cerimônia de investidura de Hortência, por exemplo, foram sintetizadas ou até suprimidas.

A primeira edição de “Senhora de Engenho” saiu às custas do autor e também de um parente, Horário Moreira, “com uma bonita capa exibindo um sugestivo desenho do arquiteto Heitor Maia Filho”, cuja impressão foi feita na gráfica da Imprensa Industrial dos irmãos Nery da Fonseca, em 1920³²⁹, com tiragem de 1 mil exemplares, esgotados em quinze dias nas livrarias recifenses. Outros mil exemplares, da segunda edição, foram impressos em 1921, esgotados em 10 dias de lançados³³⁰. Nesse mesmo ano, Monteiro Lobato publicou a terceira

³²⁶ LINS, Álvaro. “Um livro de sua época”. *Diário da Manhã*. Recife, 25/04/1937.

³²⁷ Idem.

³²⁸ SETTE, Mário. “Como comecei a escrever”. *Anuário Brasileiro de Literatura*. Rio de Janeiro, 1938, p. 345.

³²⁹ SETTE, Hilton. Prefácio. **Senhora de Engenho**. Coleção Nordeste em Evidência. Recife: Editora Asa Pernambuco, 1986.

³³⁰ INOJOSA, Joaquim. “Renascimento literário”. *A União*. Paraíba, 13/14/08/1921.

edição desse livro, “em feição popular”, pela Monteiro Lobato & Cia., e também o romance histórico “O Palanquim Dourado”.

A empresa de Lobato passava por um verdadeiro *boom* de sua atividade editorial, crescendo rapidamente na década de 1920. No ano de 1921, por exemplo, ela chegou à marca de cinquenta títulos lançados, com um total de duzentos mil exemplares. Nessa década, a Monteiro Lobato & Cia., ou a sua sucessora, a Companhia Editora Nacional, que passou a funcionar a partir de 1925, ocupou o primeiro lugar entre as firmas que se dedicavam exclusivamente a edições de livros.³³¹ Além disso, segundo Laurence Hallewell, a empresa também publicou, proporcionalmente, mais títulos importantes e ou culturalmente significativos, quando comparada com suas concorrentes, na medida em que desenhou um projeto editorial antenado às pautas da época, por meio da publicação de obras literárias de cunho nacionalista (ou regionalista)³³². Desse modo, ao serem publicados por essa editora de sucesso, parecia certo que os novos livros de Mário Sette poderiam fazer grande sucesso nas prateleiras das livrarias de todo o Brasil. E foi o que aconteceu com “Senhora de Engenho”. Em um artigo presente no *Jornal Pequeno*, falou-se sobre a saída dessa edição em Recife: “Também das livrarias do Recife, em algumas, poucos exemplares restam à venda e em outras já não são encontrados, o que provoca essa terceira edição que é bem um atestado de que entre nós o movimento intelectual toma impulso.”³³³

Com uma tiragem de cinco mil exemplares, a 3ª edição de “Senhora de Engenho” fez parte da “Coleção Brasília”, pela qual saíram os livros de Monteiro Lobato: “Urupês” e “Cidades Mortes”, o de Carlos D. Fernandes “Renegada”, dentre outros, vendidos pelo valor de 1\$500 reis o exemplar³³⁴. Essa nova edição teve sua distribuição por todo o país, o que para muitos de seus contemporâneos foi algo bem interessante, pois colocou as letras pernambucanas em todos os rincões nacionais. Segundo Neroaldo Pontes de Azevedo, até o início da década

³³¹ Após a falência da Monteiro Lobato & Cia., em 1925 Monteiro Lobato se juntou a Octalles Marcondes e fundaram juntos a Companhia Editora Nacional, “espécie de modelo matriarcal para as editoras brasileiras”, segundo Eliana Dutra. Essa editora fez grande sucesso na década de 1930. Sobre o sucesso da Nacional, ver: DUTRA, Eliana de Freitas. “Seremos universais, porque nacionais”. In: GOMES, Angela de Castro (Coord.). **Olhando para dentro 1930-1964**. Coleção História do Brasil, vol 4. Editora objetiva. Rio de Janeiro, 2013. p. 229-273; DUTRA, Eliana de Freitas. “Companhia Editora Nacional: Tradição Editorial e Cultura Nacional no Brasil dos anos 30”. I **Seminário Brasileiro sobre livro e História Editorial**. Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, nov. 2004; PONTES, Heloisa. “Retratos do Brasil: Um Estudo dos Editores, das Editoras e das Coleções Brasileiras, nas Décadas de 1930, 40 e 50”. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, v. 26, p. 56-110, 1988.

³³² HALLEWELL, *Op. Cit.* 2017. p. 368-369.

³³³ “Senhora de Engenho”. *Jornal Pequeno*. Recife, 28/09/1921.

³³⁴ “Senhora de Engenho”. *Jornal do Recife*. Recife, 12/01/1922.

de 1920, a produção literária local se encontrava em um certo “marasmo”, uma vez que era feita, sobretudo, em jornais e revistas, sendo dominada pelo soneto, quase sempre de má qualidade, e pela prosa de tom superficial, moralista e de pouca imaginação criadora. A crítica literária resumia-se praticamente a comentários, quase sempre elogiosos, aos poucos livros que se publicavam.³³⁵ Portanto, o argumento da época era o de que, a publicação de “Senhora de Engenho” teve um efeito de renovação literária no estado, como uma força que deu impulso para a criação de um movimento que “sacudiria” do sono e da inércia a vida cultural pernambucana.

Joaquim Inojosa, inclusive, chegou a afirmar que o livro significou um “Renascimento literário”, como apontou no título de um artigo publicado no jornal *A União* da Paraíba, em agosto de 1921, atribuindo a Mário Sette a função de ser o “chefe, se já não é, do movimento literário já despertado em Recife”, movimento esse denominado pelo articulista de “naturalismo”, na trilha de Monteiro Lobato³³⁶. Lucilo Varejão também salientou que, com o livro: “Felizmente, ao que parece, o Norte, está saindo do marasmo em que por tanto tempo se deixou ficar”³³⁷. Além deles, também comentou sobre o assunto, José Firmo:

Contudo, não se pode negar o valor do livro do sr. Mário Sette, que muito se esforça, com a sua esclarecida e lúcida inteligência, pelo enriquecimento da produção do norte.

Se outro mérito ele não tivesse, bastaria este para que o público dispensasse toda a atenção ao seu livro, dando-lhe uma acolhida condigna.³³⁸

O jornalista pernambucano Aníbal Fernandes, também falou, em sua coluna “De uns e de outro”, presente no *Diário de Pernambuco*, em 18 de janeiro de 1922, sobre os méritos de Mário Sette com a publicação dessa obra e a contribuição da Monteiro Lobato & Cia. por ter deslocado a atenção dos leitores brasileiros para a produção literária de fora do eixo Rio-São Paulo. Em suas palavras:

Monteiro Lobato e Cia. acabam de editar na sua “coleção Brasília” o livro de Mário Sette, “Senhora de Engenho”. (...). Por aí se vai vendo como os esforçados e inteligentes editores paulistas vão dando a maior importância a até então esquecida e aviltada literatura do norte. Antigamente o intelectual da província era um pária.

Precisava, como uma vez afirmou certo crítico carioca, ter sentido a ‘poeira da rua do Ouvidor’, para se ver armado cavaleiro das letras. O que vale é que essa poeira não existe mais, e a rua do Ouvidor é até muito bem calçada... Um dos grandes sucessos de Lobato foi ter conseguido deslocar o eixo da literatura nacional ou antes operado um movimento de descentralização felicíssimo de que já vamos colhendo os frutos.

³³⁵ AZEVEDO, *Op. cit.* 1984. p. 25.

³³⁶ INOJOSA, Joaquim. “Renascimento literário”. *A União*. Paraíba, 13/08/1921.

³³⁷ VAREJÃO, Lucilo. “Dois livros novos.” *Jornal do Recife*. Recife, 05/03/1921.

³³⁸ FIRMO, José. Livros novos. *Jornal Pequeno*. Recife, 08/03/1921.

É esse movimento que faz com que os escritores dos Estados vão pondo a cabeça de fora. Nenhum mais do que Mário Sette merecia a vulgarização que agora lhe estão dando. Ele é um literato que honra a sua pena.³³⁹

Para outros críticos, Mário Sette fez mais do que colocar a “cabeça de fora” do seu estado. Com seu livro, ele fez uma verdadeira propaganda de sua terra, visando dar a ela aquela visibilidade tão almejada pela elite açucareira em decadência, na época. A obra foi vista como uma ode a Pernambuco e a tudo o que integrava este estado, com um foco principal na paisagem campestre e em sua “gente honesta e laboriosa do campo”. Trechos dos diálogos entre Nestor e Lúcio eram reproduzidos pelos articulistas como forma de tentar demonstrar o destaque dado pelo autor para o campo, como, por exemplo, fez José Simão Coelho, ao trazer para o seu artigo a fala de Lúcio: “– Acho que você terá juízo. A agricultura há de ser o novo sete de setembro dos brasileiros e a terra é o único padrão digno do homem”.³⁴⁰

“Senhora de Engenho”, teria, portanto, despertado o interesse do leitor por um Brasil rural, por um Brasil localizado espaço/temporalmente nos engenhos de açúcar pernambucanos de um tempo anterior às transformações trazidas pela era industrial. Esdras Farias, num artigo para o jornal *A Província*, de 25 de março de 1921, destacou que Mário Sette se utilizou da arte de evocar, “de fazer surgir na memória umas velhas recordações de quando era menino, e, provavelmente, senhor de algum engenho ilusório de moer saudades e nada mais!”. Para ele, foi exatamente por isso que o romance, “de acentuado sabor regionalista”, era o melhor de sua atualidade.³⁴¹ Além de Farias, Barbosa Lima Sobrinho também comentou sobre essa questão, declarando que o livro “possui uma alta significação regionalista” por fazer seus leitores reviverem cenas dos engenhos nortistas, evocando a doçura de costumes idos. Em suas palavras: “A alma pernambucana vibra nas suas páginas, que recordam, a todos os nortistas da zona açucareira, os melhores dias da existência e as cenas mais formosas que os olhos viram...”³⁴²

Dessa forma, para os comentadores, “Senhora de Engenho” teria sido o livro de literatura de ficção que inaugurou certo estado de melancolia entre os regionalistas pernambucanos, que passaram a ver com olhos saudosos a imobilidade que lhes parecia marcar o espaço rural de seu estado. A obra foi entendida como um interessante instrumento que serviu para satisfazer a nostalgia dos tempos da casa-grande, do engenho e do modo de

³³⁹ FERNANDES, Aníbal. *De uns e de outros. Diário de Pernambuco*. Recife, 18/01/1922.

³⁴⁰ COELHO, José Simão. “De tudo um pouco. Senhora de Engenho”. *Jornal Pequeno*. Recife, 31/12/1921.

³⁴¹ FARIAS, Esdras. “Senhora de Engenho”. *A Província*. Recife, 25/03/1921.

³⁴² SOBRINHO, Barbosa Lima. “Bibliografia”. *Jornal do Recife*. Recife, 08/07/1921.

vida tradicional da família patriarcal açucareira, exorcizando, mesmo que ficticiamente, o fantasma da decadência³⁴³. Algo que, Gilberto Freyre vai sintetizar de forma mais teórica, e voltada para a produção de uma história social e da vida íntima, em seus escritos, sobretudo em “Casa-grande & Senzala” (1933), ao defender a casa-grande como o lugar onde melhor se exprimiu o caráter brasileiro.³⁴⁴

Vale destacar que a elaboração de uma escrita nostálgica também estará presente em outras obras posteriores do autor, fossem elas de cunho literário ou historiográfico, como veremos nos próximos capítulos. Ele escrevia como quem sentia saudade de um passado idealizado, destruído pelas impertinências do progresso, e como quem se queixava contra o esquecimento coletivo desse passado, representado pela sobrevivência de poucas ruínas, costumes e tradições culturais e folclóricas, que ainda se mantinham presentes no cotidiano dos pernambucanos, existindo como reminiscências. Essa é uma das características mais marcantes de sua produção intelectual, que tomou forma, sobretudo, com a publicação de “Senhora de Engenho”.

Mas é importante lembrar que falar da saudade dos tempos idos não era uma particularidade da obra dele, tampouco foi um sentimento elaborado somente por Mário Sette. Como vimos, durante a primeira metade do século XX, houve um grande investimento dos intelectuais e artistas na construção de uma sensibilidade saudosa a partir da disseminação de discursos nostálgicos em relação ao passado compartilhado. Figuras como Mário Sette, Gilberto Freyre, Antônio Austregésilo, Oliveira Lima, dentre outros, cada um a seu modo, construíram uma fisionomia particular da cidade do *Recife de outrora*, sendo a saudade um sentimento cultivado e convertido em mote literário³⁴⁵. Em capítulos posteriores vamos analisar as “histórias de saudade” presentes nos livros de história de Mário Sette, percebendo-as também como discursos fundamentais para a formação do nosso sentimento de *pernambucanidade*.

Foi com o sucesso de “Senhora de Engenho” e com a visibilidade nacional alcançada por seu autor, que Mário Sette foi eleito membro da Academia Pernambucana de Letras, em 10 de fevereiro de 1922, ocupando a vaga de Padre Antônio Gomes Pacheco. Na sessão de

³⁴³ D’ANDREA. *Op. Cit.* 1987. p. 148.

³⁴⁴ Nas palavras de Gilberto Freyre no prefácio da 1ª edição de “Casa-grande & Senzala”: “Nas casas-grandes foi até hoje onde melhor se exprimiu o caráter brasileiro; a nossa continuidade social. No estudo da sua história íntima despreza-se tudo o que a história política e militar nos oferece de empolgante por uma quase rotina de vida: mas dentro dessa rotina é que melhor se sente o caráter de um povo. Estudando a vida doméstica dos antepassados sentimo-nos aos poucos nos completar: é outro meio de procurar-se o ‘tempo perdido’”. In: FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**. 48ª ed. Global Editora. São Paulo, 2003.

³⁴⁵ AZEVEDO, *Op. Cit.* 1984.

boas-vindas, o romancista foi muito bem recebido por Manoel Arão, secretário perpétuo da instituição, e por França Pereira, seu presidente, que fez uma homenagem ao novo integrante. No discurso que abriu a sessão, França Pereira destacou que “Senhora de Engenho” era uma:

espécie de canção geórgica em prosa fluente e discreta, celebrando as virtudes, beleza e potencialidades rústicas do torrão natal, onde se entretece e restaura o sistema por assim dizer ganglionário do organismo familiar brasileiro, desde o pâncreas simbolizado pelo trabalho transformador da terra, até a glândula tireóide que o amor sadio da gente aldeã possui o condão e a fortuna de encarnar, para manter ileso a virilidade da raça, a voz bem timbrada e firme dos antepassados e os altos ideais de honra, abnegação e sacrifício dos tempos idos.³⁴⁶

Outro ponto destacado foi o fato de “Senhora de Engenho” ter sido visto como um vetor do nacionalismo patriótico. Para figuras como José Simão Coelho, o livro deveria ser “lido como incitamento ao otimismo nacional” por volver-se sobre esse Brasil de virtudes campestres, tão pouco conhecido pelos brasileiros, na medida em que ensina a “amar com sinceridade a sua terra” e “ter consciência do seu valor inestimável”.³⁴⁷ Arthur Alves Barbosa, assinalou que o livro é a síntese do amor pela pátria, “a objetivação consciente e segura do que vale o sentimento do torrão que viu nascer o brasileiro”. Além disso, comentou também que ele é a porta de entrada para o lançamento de “uma série de outros romances que não de se vir no futuro, a assinalar a operosidade do escritor e a opulência da literatura brasileira.”³⁴⁸

Em um relevante artigo publicado no *Jornal Pequeno*, em 9 de maio de 1921, a jornalista e poetisa pernambucana, Edwiges de Sá Pereira, uma das poucas representantes mulheres das letras no estado, também vai dizer que, “Senhora de Engenho” teria dado “um brado de alerta a um sentimento patriótico”, clamando aos escritores pernambucanos que seguissem esse destino. Mais ainda, para ela, o livro foi “talvez a primeira semente lançada no terreno amorfo do nosso indiferentismo regional.” Ou seja, poucos meses após o lançamento da terceira edição, que provavelmente tinha saído do prelo da editora de Monteiro Lobato no início de 1921, a obra de Sette já dava o que falar, sendo percebida, inclusive, como ponto de partida para uma campanha regionalista, como salientou a intelectual:

A velha terra pernambucana, provada de tanta luta no passado, de tanta injustiça, de tanto abandono, clama através das folhas desse livro, clama e protesta, contra os filhos que a desdenham, que a desconhecem e partem, mares afora, em pôr a miragem prismática com que os seduzem terras estranhas do sul.

(...)

A iniciativa do romancista patricio deve construir o ponto de partida para uma tenaz e persistente campanha regionalista. É principalmente para nós que precisamos fazer

³⁴⁶ “Academia pernambucana de letras”. *A Província*. Recife, 11/02/1922.

³⁴⁷ COELHO, José Simão. “De tudo um pouco. Senhora de Engenho”. *Jornal Pequeno*. Recife, 31/12/1921.

³⁴⁸ BARBOSA, Arthur Alves. “D'Aquém e d'além mar”. *Jornal do Recife*. Recife, 16/06/1922.

a propaganda de nossa terra. Ninguém nos abandona ou nos persegue mais que nós mesmos.³⁴⁹

Edwiges de Sá Pereira, ainda deixou claro que percebeu em “Senhora de Engenho” a forte tensão entre o mundo rural e o urbano, entre o moderno e o tradicional, representada, principalmente, pelos personagens Nestor e Lúcio. O primeiro, como salientou a articulista, simbolizava os pernambucanos que emigravam para as cidades grandes em busca de um estilo de vida cosmopolita; já o segundo, visto como porta-voz das concepções do autor, figurava entre os amantes da terra pernambucana, sua gente e sua cultura. Segundo a autora, “Senhora de Engenho” seria, portanto, uma expressão de denúncia contra aqueles pernambucanos que menosprezam a vida nos engenhos de açúcar e migram para as grandes cidades do Brasil, como o Rio de Janeiro, em busca de esperança de “luz, de gosos, de liberdade, de fama”. Denúncia essa que, posteriormente, figuras como Gilberto Freyre irá fazer com veemência ao longo de sua obra, quando tratou dos males decorrentes da subordinação exercida pelas cidades sobre o mundo rural, a qual levava à ruína as famílias tradicionais de agricultores.

O personagem Nestor, segundo Edwiges de Sá Pereira, era, portanto:

a síntese viva e flagrante do pensamento da mocidade culta do norte, que vai *pedir por favor* ao vizinho do outro lado(...).

Nestor é toda essa avalanche de pernambucanos que o sul empolga e arrasta, desvelando do berço nativo as possibilidades da sua energia, da sua inteligência, do seu interesse.

Nestor são todos esses visionários emigrantes que nos deixam, vencidos do falaz preconceito de que *ninguém é profeta em sua terra*.

É essa muralha, argamassada de justas ambições ou de depressivo tédio, de aspirações sinceras ou de levianas conclusões, que o romancista aspira brocar, demolir pondo a desilusão de Nestor ao lado das esperanças de Lucio, a subalternidade deste em rigoroso confronto.

Este objetivo ressalta de todos os capítulos do livro de Mário Sette, desde o primeiro, em que abre aos nossos olhos embevecidos as portas vetustas do solar de *Águas Claras*, a cujos velhos donos a gente tem vontade de beijar as mãos e de enxugar as lágrimas, naquele triste dia em que os deixa o filho único, rumando para a Guanabara famosa as suas esperanças de *luz, de gosos, de liberdade, de fama*.³⁵⁰

Ao questionar essa centralidade da produção intelectual existente no Rio de Janeiro e a falta de conhecimento dos cariocas em relação aos escritores do Norte e Nordeste, Viriato Corrêa produziu, em 1926, um artigo elogioso sobre Mário Sette, o considerando um dos melhores romancistas do Brasil, o “sol do meio-dia, sol a pino em plena fulguração”, que, infelizmente, não era muito conhecido no Sul do país. Para ele, o romancista pernambucano teria as virtudes máximas de um escritor que a natureza talhou para a imortalidade, comparando-o a intelectuais consagrados como: Aluísio de Azevedo, Adolpho Caminha e

³⁴⁹ PEREIRA, Edwiges de Sá. “Um bom livro”. *Jornal Pequeno*. Recife, 09/05/1921.

³⁵⁰ Idem.

Graça Aranha. Nesse ínterim, Viriato vai dizer que “Senhora de Engenho” foi “o seu romance mais forte, um pedaço do coração do norte, um maravilhoso poema emocional da simples e serena vida matuta de Pernambuco.”³⁵¹

Esse artigo foi escrito após o sucesso e a repercussão da 4ª edição do livro, publicada em terras europeias, para o deleite de leitores do além-mar. Em 1923, Mário Sette conseguiu lançar alguns de seus livros, inclusive “Senhora de Engenho”, pela famosa editora portuguesa dos “Irmãos Lello”, localizada na cidade de Porto e associada à Livraria Chardron. Por essa importante editora, fundada em 1906, foram publicadas obras de grandes escritores europeus, com destaque para as de Eça de Queiroz e Camões, e também nomes da intelectualidade brasileira, como: Euclides da Cunha, Silvio Romero, Coelho Neto, Manoel Bomfim, dentre outros, sendo ela a primeira editora de Portugal a divulgar escritores brasileiros³⁵².

Quem intermediou o contato entre Mário Sette e os irmãos Lello foi o escritor português, João Grave, com quem o intelectual pernambucano trocava, com frequência, cartas, retratos e livros³⁵³. A partir de então, surgiu uma interessante relação entre Mário Sette e José Lello, que envolveu tanto vínculos profissionais – uma vez que por essa editora ele lançou não só a 4ª edição de “Senhora de Engenho” mas também outros livros como: “O Palanquim Dourado” (2ª edição), “O Vigia da Casa Grande” (1ª e 2ª edições), “A filha de Dona Sinhá” (2ª edição), “João Ignácio” e “Sombras e Baraúnas” – quanto de amizade, como podemos identificar pelo tom afetuoso de algumas das cartas trocadas entre ambos.

Dentre as cartas que nos deparamos, nos chamou a atenção a que José Lello conta a Sette a sua estratégia de venda de “Senhora de Engenho”, falando sobre o seu esforço de fazer propaganda do livro e a repercussão que ele poderia ter em Portugal e em suas colônias. Em suas palavras:

Primeiro vou falar-lhe sobre a ‘Senhora de Engenho’, fizemos toda a propaganda possível e enviamos exemplares para todos os nossos clientes, seja no continente e ilhas, seja nas Áfricas e Américas, indo mesmo até Gôa e Macau!
O livro aqui tem-se vendido, é claro que por ser o primeiro editado de um autor não conhecido do nosso público, não teve ainda o sucesso, que irá tendo à medida que mais se forem publicando. Esforçamo-nos por o colocar, e esperamos que este nosso trabalho será coroado de todo o êxito.³⁵⁴

³⁵¹ CORRÊA, Viriato. “Mário Sette”. *Jornal Pequeno*. Recife, 09/01/1926.

³⁵² “A torre de Belém da arquitetura”. *Manchete*. Rio de Janeiro, 29/06/1974.

³⁵³ SETTE, *Op. Cit.* 1980. p. 112.

³⁵⁴ Carta de José Lello para Mário Sette de 22/04/1924. Presente no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

A partir de então, “Senhora de Engenho” alçou voos internacionais, tornando-se um romance de projeção. O livro passou a contar agora com quatro edições e com um total de 8 mil exemplares³⁵⁵. Longe de ser unânime, o reconhecimento de Mário Sette e do seu livro parecia algo dado para muitos intelectuais brasileiros. Na década de 1930, sobretudo após o lançamento da polêmica 5ª edição, de 1937, e quando Sette já possuía certo prestígio nacional pelos seus livros – ele já havia lançado livros de certa repercussão nacional, como, por exemplo, o “Brasil, Minha terra!”, de 1928, e “Maxambombas e Maracatus”, de 1935 – a sua imagem como inaugurador do regionalismo literário parecia estar consolidada.

Podemos lembrar, por exemplo, do texto de Álvaro Lins, que apesar de tecer críticas sobre a edição de 1937, defendeu que Mário Sette, com o seu “Senhora de Engenho”, foi o precursor do “novo romance brasileiro”. Ressaltamos também que, neste mesmo ano, o jornalista, radialista e amigo pessoal de Sette, Décio Pacheco Silveira, escreveu uma crítica sobre a publicação dessa 5ª edição de “Senhora de Engenho”. No texto publicado no *Anuário Brasileiro de literatura*, o autor concordou com Gilberto Freyre ao afirmar que o aparecimento desse romance marcou o início da chamada “Literatura do Norte”, embora tenha assumido que sua opinião não era unânime entre os críticos, uma vez que existiam outras obras em que também se atribuía essa primazia. Além disso, comentou ele que “Senhora de Engenho” está inserida “no limite sadio” entre o romantismo e o realismo, mas obedecendo uma outra técnica, pintando:

as nossas coisas, os nossos aspectos, a nossa gente, com uma realidade e um colorido ainda incomuns nas nossas páginas de ficção. Além disso, seria um tema, o amor e a volta à terra natal, que, embora aproveitado por Eça de Queiroz no “As cidades e as serras”, tinha um desenvolvimento diferente e um cunho próprio, um gosto muito brasileiro.³⁵⁶

Dois anos depois, Brito Broca, que na época trabalhava no DIP do Estado Novo, escreveu um interessante artigo sobre os romances de Mário Sette. Nesse texto, ele também reforçou a imagem de precursor atribuída ao autor pernambucano. Em suas palavras:

O sr. Mário Sette deve com muita razão ser considerado um precursor do romance nordestino, principalmente desse ciclo da cana de açúcar a que se refere Lins do Rego e a que se filiaram vários romancistas. (...). Era pela primeira vez um quadro

³⁵⁵ “Meia hora com Mário Sette.” s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco; SETTE, Mário. “Cartas e romancistas”. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

³⁵⁶ SILVEIRA, Décio Pacheco. “Senhora de Engenho”. *Anuário Brasileiro de literatura*. Rio Janeiro, 1937. p. 240.

da vida rural pernambucana à sombra dos canaviais. O autor, entretanto, não pensava nem de longe, em realizar um documentário.³⁵⁷

Nesse mesmo movimento de buscar as origens do regionalismo literário no Nordeste, mais tarde, em 1949, Oscar Mendes, no seu artigo de título “Um precursor” para a *Folha de Minas*, também identificou o romancista pernambucano enquanto tal. Esse texto teve grande importância para o próprio Mário Sette, pois, para ele, foi uma verdadeira manifestação de justiça ao seu nome, como salientou no próprio título de um artigo que anexou em sua autobiografia, denominado “Justiça em vida”.³⁵⁸

No texto de Oscar Mendes, reivindica-se a relevância da obra de Mário Sette para a literatura, afirmando que ela não pode ser relegada ao esquecimento. Assim, para o jornalista:

no que diz respeito à fixação de nossos costumes regionais, um lugar de mais destaque do que o que tem tido, uma vez que, como precursor da literatura regional nordestina que enriqueceu nossa literatura de tantos livros ricos de substância humana e ecoantes de grandes problemas humanos, merece não ser relegada ao olvido em que se sepultam as obras incharacterísticas e inúteis.³⁵⁹

Além disso, comentou ainda o autor que, seis ou sete anos antes do aparecimento do livro “A Bagaceira”, Mário Sette já fixava em seus livros:

a vida rural nordestina, a vida nos engenhos, e linguagem pitoresca do nosso matuto, com seus modismos regionais e sua sintaxe sugestiva, traçando quadros de real utilidade para os estudiosos de nossos fenômenos sociais, desejosos de conhecer muito daquela vida ainda patriarcal que o sr. Gilberto Freyre estudaria à luz de modernas ideias e novos processos e métodos sociológicos.³⁶⁰

É importante afirmar que, ao destacar esse movimento feito pela crítica de tentar buscar as origens do regionalismo literário no Nordeste, nosso interesse não é de forma nenhuma comprovar o pioneirismo de Mário Sette com o seu “Senhora de Engenho”, corroborando com o que se falava sobre ele. Mas, principalmente, apresentar as imagens que foram construídas sobre ele ao longo de sua vida que lhe proporcionaram uma memória muito bem enquadrada. Nesse sentido, uma de nossas hipóteses é a de que, de acordo com a nossa análise da repercussão de “Senhora de Engenho”, Mário Sette foi visto como uma espécie de “fundador de uma discursividade”. Isto é, ele não foi entendido somente como o autor de seus livros, mas como uma figura que elaborou algo a mais: a possibilidade e a regra da produção

³⁵⁷ BROCA, Brito. “Os romances de Mário Sette”. *Anuário brasileiro de literatura*. Rio de Janeiro, 1939. p. 335.

³⁵⁸ SETTE, Mário. “Justiça em vida”. In: SETTE, *Op. Cit.* 1980. p. 212.

³⁵⁹ MENDES, Oscar. “Um Precursor”. *Folha de Minas*. Belo Horizonte, 1949.

³⁶⁰ Idem.

de outros textos, de novos discursos. Ou seja, sua função-autor foi tida como excedente à sua própria obra.³⁶¹

Ainda que acreditemos que essa imagem construída sobre Mário Sette ao longo dos anos 1920, 1930 e 1940 seja exagerada, defendemos que ela contribuiu para a sua consagração no mundo das letras e também a elevação de seu nome como sendo um dos fundadores do sentimento de *pernambucanidade*. Além disso, colaborou com o próprio êxito de “Senhora de Engenho”, afinal, ao ser visto como o livro que deu início ao regionalismo literário, gênero que fazia sucesso nas livrarias brasileiras da época, a procura por ele cresceu, o que, por sua vez, parece ter estimulado a publicação de mais edições. Assim, entre as décadas de 1920 a 1940, foram lançadas 6 edições de “Senhora de Engenho”, uma quantidade bem respeitável para os padrões da época. Depois da 6ª edição, publicada em 1944 (inserida na coleção “Novelas do Mundo” da editora Melhoramentos) a obra passou mais de quarenta anos sem ser reimpressa.

Somente em 1986 foi lançada a 7ª edição, pela editora ASA Pernambuco, sob a direção de Flávio Guerra, em comemoração ao centenário de Mário Sette. Sobre essa publicação, comentou Hilton Sette que ela reproduziu *ipsis litteris* “o texto que constituiu a coqueluche dos recifenses, ou, melhor dizendo, dos pernambucanos nos idos do ano de 1921.”³⁶² Em 2005, saiu a última edição publicada pela Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), numa coleção intitulada “Romances Rurais – os velhos mestres do romance pernambucano”, cujo prefácio foi escrito por Lucilo Varejão Filho.

Vale ressaltar que, na década de 1940, “Senhora de Engenho” ganhou novos formatos, cores e modalidades, conquistando um público ainda maior de admiradores e também demarcando sua influência entre os meios artísticos. Em 1942, uma das personagens mais queridas da obra, Maria da Betânia, inspirou uma composição feita por Lourenço da Fonseca Barbosa, o Capiba, canção eternizada na voz de Nelson Ferreira. Muitas décadas depois, essa canção também foi gravada por Caetano Veloso e Maria Bethânia, que, inclusive, em entrevista que deu a Pedro Bial, no programa “Conversa com Bial”, em 2 de agosto de 2019, afirmou que seu nome é uma homenagem ao personagem que deu nome a música.³⁶³

³⁶¹ FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Veja/Passagens. Portugal, 2002. p. 280-281.

³⁶² SETTE, Hilton. *Op. cit.* 1986.

³⁶³ O programa “Entrevista com Bial” disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZqS0_-IXAU. Acesso em: 10/11/2021.

Além disso, em 1941, o romance foi adaptado para o teatro pelo seu autor, que o transformou em uma peça de 3 atos. Sobre esse feito, comentou Mário Sette em uma palestra feita junto com o poeta carioca, Mário Linhares, a qual foi transcrita em um texto de Gomes Pacheco, intitulado “Entre espíritos irmãos”. No diálogo entre eles, Linhares perguntou a Sette:

– É sua primeira tentativa para o teatro ou não?
 – Para o Teatro, com T grande, é a primeira vez que dou qualquer trabalho. Tinha até hoje escrito uns sketches e pequenas comédias que foram representados por amadores. Andaram me metendo aos ouvidos gabos à naturalidade de meu diálogo e estímulo às minhas possibilidades para a cena. Estou assim metido em funduras com essa peça talvez nem encontre encenador. O nome do autor é provinciano, e aqui para nós, provinciano, teimoso em sê-lo, e, desse jeito, sem remédio para uma saída da sombra. Não haverá mal nisso, nem para mim, nem muito menos, é claro, para os espectadores.³⁶⁴

Diferente de como parece ter acreditado Mário Sette, sua peça foi um sucesso. “Senhora de Engenho” estreou com maestria em 15 de setembro de 1943, no belíssimo Santa Isabel, interpretada pelo grupo de Teatro dos Bancários. Maria da Bethânia foi encenada por Aida Brandão, Nestor, por Otávio Holanda, Hortênsia por Zuleiga Holanda, d. Inácia, por Reginalda Lima e Lúcio por Marcio Barros. Sobre o evento, falou-se muito bem, sendo a peça considerada “a mais justa consagração, que veio assim coroar e rematar a carreira gloriosa desta página de nossa ficção.”³⁶⁵ A renda líquida do espetáculo foi toda destinada para ajudar a Sociedade Pernambucana contra a Lepra.

Nesse mesmo ano, a peça foi adaptada ao radioteatro, participando de um concurso pelo *cast* do programa *Teatro em casa* da Rádio Nacional, sob a direção de Victor Costa. Vale lembrar que a Rádio Nacional era a principal emissora de rádio do país entre as décadas de 1940 e 1950, por onde eram irradiados diversos programas de grande sucesso de audiência, dentre eles, alguns de temáticas educativas e eruditas.³⁶⁶

³⁶⁴ PACHECO, Gomes. “Entre espírito irmãos”. *Anuário brasileiro de literatura*. Rio de Janeiro, 1941. p. 67.

³⁶⁵ “Senhora de engenho no teatro”. Suplemento. Seção de Rotogravura. *A Noite*. Rio de Janeiro, 28/12/1943.

³⁶⁶ Essa rádio foi criada em 1936, e era associada ao estado do Rio de Janeiro. A partir do final dessa década, a Rádio Nacional do Rio de Janeiro já tinha a preferência popular, disputando com a emissora Mayrink Veiga, campeã de audiência carioca. O programa *Teatro em Casa* foi criado em 1937 por Celso Guimarães e foi ao ar até fevereiro do ano de 1944. Em 1940, a Rádio Nacional foi incorporada ao patrimônio da União e passou a ser dirigida por Gilberto de Andrade, que a tornou um empreendimento lucrativo e de grande sucesso de audiência. Durante as décadas de 1940 e 1950, ele investiu pesadamente em programas educativos e eruditos que conquistaram os corações dos ouvintes, o que contribuiu ainda mais com o êxito da emissora. Foram eles: *Um milhão de melodias*, *Teatro em Casa*, *Música em surdina*, *Instantâneos sonoros do Brasil*, *A nova história do Rio de Janeiro*, *Recolhendo o folclore*, *História de chinelo*, dentre outros. Para saber mais sobre a Rádio Nacional, ver: MOREIRA, Sônia V. e SAROLDI, Luiz Carlos. **Rádio Nacional, o Brasil em sintonia**. Rio de Janeiro, Jorge Zahhar Editor, 2005.

O concurso em que a peça “Senhora de Engenho” participou teve como finalidade estimular escritores, que podiam ser os novos ou mesmo os já consagrados, para produzirem para o radioteatro, fora do setor das novelas. Como comentou Sérgio Peixoto para a *Fon-fon*, as irradiações feitas pelo programa *Teatro em Casa* aconteciam às 21h30, aos sábados, em ondas médias, porém, em “homenagem às populações do norte”, excepcionalmente, “Senhora de Engenho” foi irradiada em ondas curtas. Para o comentarista, essa mudança de tratamento em relação aos concorrentes foi um erro, uma “marmelada”, pois colocou essa peça em vantagem em relação às outras. Em suas palavras, essa peça:

foi transmitida com muito maior divulgação e ouvida por um número talvez dez vezes maior do que as demais, simplesmente transmitidas em ondas médias. Dessa forma, o escritor Mário Sette, que já levava um “handicap” no nome, teve o seu trabalho representado para um número de prováveis votantes que, pela deficiência de alcance das ondas médias, nem sequer tomarão conhecimento dos trabalhos dos outros concorrentes.³⁶⁷

Não sabemos se “Senhora de Engenho” venceu o concurso, nem conseguimos identificar as outras rádiopeças que concorreram com ela no programa. Apesar disso, pudemos tirar uma conclusão importante. O fato dessa peça ter sido adaptada ao radioteatro, modalidade muito em moda na época³⁶⁸, e irradiada “em ondas curtas” num programa de rádio de uma das emissoras de maior sucesso no país, como era a Rádio Nacional, teve um grande impacto para a disseminação e repercussão da obra de Mário Sette e de seu próprio nome, pois, dessa forma, criador e criatura puderam chegar aos ouvidos de inúmeros brasileiros, conquistando seus corações e mentes.

Com o sucesso de sua peça, Mário Sette parece ter se afeiçoado pela produção teatral, pois, em 1945, ele estreou mais um novo espetáculo: “Os sinos de Olinda”, uma adaptação de seu livro “O Palanquim Dourado”, que estava sob a direção de Emidio Feneco, encenado no Teatro Melpômene, de Olinda, o qual acabava de reabrir, após passar por um período fechado pela censura, durante o Estado Novo.³⁶⁹ Além disso, no final da década de 1940, ele também adaptou várias de suas crônicas históricas para o radioteatro para serem transmitidas no programa chamado *Evocações*, irradiado pela Rádio Jornal do Commercio, de Recife, entre os anos de 1948 e 1949.

³⁶⁷ PEIXOTO, Sérgio. “o rádio-teatro e sua gente”. *Fon-fon*. Rio de Janeiro, 18/12/1943.

³⁶⁸ Várias emissoras de rádio investiram no rádio-teatro entre as décadas de 1940 e 1950. Na Rádio Nacional, existia o *cast Teatro em Casa*, na rádio Mayrink Veiga, teve o programa *Teatro pelos Ares* e a Tupi, o *Grande Teatro*.

³⁶⁹ “A volta do Melpomene”. Teatro. *Jornal Pequeno*. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

No ano de sua morte, 1950, “Senhora de Engenho” continuou na “boca do povo” e a memória construída sobre Mário Sette e sua obra perdurou, como podemos identificar em um artigo de maio deste ano, presente no periódico *A Casa*:

Mário Sette, com aquele livro, como há pouco acentuava Oscar Mendes, assumiu verdadeiro posto de pioneiro no romance nacional, antepondo-se ao ciclo da cana-de-açúcar de José Lins do Rego, à *Bagaceira*, de José Américo de Almeida, ao *Quinze* de Raquel de Queiroz, aos grandes romances de Graciliano Ramos e Jorge Amado.³⁷⁰

Nesse mesmo ano, sua peça voltou aos palcos, sendo interpretada pelo grupo cênico Guanabara, sob direção de Orlando Lessa, no teatro Atlético, onde permaneceu em cartaz até 1952. Em 1959, ela foi rerepresentada em São Paulo, com adaptação de Francisco Martins, que convidou Irina Grecco e Armando Bogus para os papéis principais.³⁷¹

Dessa forma, apesar da trágica morte de Mário Sette e do hiato que houve em relação à reimpressão do seu livro, que perdurou por quase 40 anos, acreditamos que “Senhora de Engenho” permaneceu, de alguma forma, vivo na memória de muitos brasileiros. Não necessariamente o seu enredo e seus personagens, com exceção de Maria da Betânia que se eternizou na composição de Capiba, mas principalmente o conjunto de ideias e representações presentes na obra. Escrito numa época em que o nacionalismo e o patriotismo estavam na ordem do dia, o romance foi visto como uma referência fundamental para a criação do regionalismo nordestino, enquanto movimento literário e intelectual que percebia o campo, sobretudo, os engenhos de açúcar, como cenários centrais para a construção de uma identidade regional, o qual foi perpetuado de forma mais sistemática no imaginário dos brasileiros por figuras como Gilberto Freyre e José Lins do Rego, escritores que ainda hoje fazem sucesso entre os leitores.

Enfim, podemos concluir que, embora não seja um consenso a ideia de que teria sido Mário Sette, com o seu “Senhora de Engenho”, o precursor do regionalismo e aquele que teria gestado o Nordeste da cana-de-açúcar, do engenho, da casa-grande, uma coisa é certa: a repercussão desta obra teve um papel importante para a sua consagração no mundo das letras, além de ter sido crucial para estabelecer o seu nome como um dos fundadores do sentimento de *pernambucanidade* e de uma memória regional no estado.

³⁷⁰ “Mário Sette”. *A Casa*. Rio de Janeiro, 08/1950.

³⁷¹ “Pílulas”. *Diário da Noite*. São Paulo, 21/10/1959.

4 MÁRIO SETTE E SUA HISTÓRIA EM FILIGRANA

O pulso seguro do escritor revela-se num feliz consórcio de historiador e romancista, lemos e vivemos aqueles dias passados com seus cenários típicos, com seus acontecimentos notáveis, cenários esses brotados naturalmente, no decorrer das descrições, dando-nos em largos traços, quando preciso, uma ideia rápida mas exata de um Recife hoje desaparecido.³⁷²

Nos primeiros anos da década de 1930, ninguém melhor do que o jornalista Fernando Pio para falar sobre a escrita da história empreendida por Mário Sette. Em 1931, eles estabeleceram uma interessante parceria e compartilharam a autoria de uma coluna de crônicas históricas no *Jornal Pequeno*, intitulada “Pernambuco das anquinhas e das maxambombas”. Tal empreitada foi crucial para que ocorresse uma mudança na forma como o escritor de “Senhora de Engenho” era visto, pois, a partir de então, ele deixava de ser apenas um romancista para incorporar uma dupla identidade: a de literato e também a de “historiador”, as quais interagem entre si na sua produção histórica.

Mas é importante considerar que, a partir dos anos de 1930, apesar de Sette ter sido retratado como detentor do título de historiador por muitos de seus admiradores, ele não se enquadrava no grupo de historiadores “propriamente ditos”, responsáveis por fazer emergir a “verdade histórica” dos documentos, seguindo um método científico bem definido. Na verdade, Mário Sette estava mais para um “aquarelista da história”, ou, como podemos dizer, um “intelectual mediador”, cuja missão era divulgar para um público amplo e diversificado o conhecimento histórico em veículos de grande disseminação, produzindo uma escrita da história que possuía fortes laços com a literatura.

Neste capítulo, nossa intenção é apresentar exatamente essa outra face de Mário Sette, analisando seu perfil de historiador mediador e as características de sua escrita da história. Sendo assim, nossa hipótese é defender que, entre as décadas de 1920 a 1940, ao se dedicar a divulgação e vulgarização do conhecimento histórico, seja através dos jornais, de livros de história para as crianças e adultos, ou mesmo pelas ondas do rádio, ele exerceu a função de intelectual mediador, interessado em contribuir com a construção de uma história-memória patriótica e republicana, comprometido, sobretudo, com a criação de um sentimento de *pernambucanidade*.

³⁷² PIO, Fernando. “Um livro Pernambucano.” *Jornal Pequeno*. Recife, 31/03/1932.

4.1 MÁRIO SETTE, UM “REMEXEDOR” DE ARQUIVOS

O momento do arquivo é o momento da entrada em escritura da operação historiográfica. O testemunho é originalmente oral; ele é escutado, ouvido. O arquivo é escritura; ele é lido, consultado. Nos arquivos, o historiador de ofício é um leitor.³⁷³

Pesquisador do passado pernambucano, o sr. Mário Sette dedica-se às suas tarefas de remexedor de arquivos e de velhas obras impressas com bom humor, mas acima de tudo com um grande carinho. Não há fase da história pernambucana que ele não conheça, que não tenha anotado com o seu bom gosto e a sua documentação marginal completa e esclarecida³⁷⁴.

Como definiu Paul Ricoeur, o momento do arquivo, ou seja, o momento em que o pesquisador de história dá seu mergulho na massa documental, é uma das etapas inaugurais da operação historiográfica³⁷⁵. É na redoma do arquivo que ocorre o encontro do historiador com uma imensidão de discursos ali presentes, marcados, sobretudo, pela produção escrita, o que faz dele um leitor atento e inquisidor, que os interpela em busca de autorização para uma possível escrita da história. Ou seja, o arquivo se constitui como espaço de autenticação da produção de determinado saber que, a partir dele, enuncia-se como histórico. Assim, ele é, por excelência, um “lugar social” do historiador, o espaço onde ele circula antes de produzir história³⁷⁶.

Antes da autonomização da História como um campo intelectual no Brasil, o que só vai começar a ocorrer a partir da década de 1930 com a inauguração dos cursos universitários de História, o *métier* historiográfico já era associado à prática da pesquisa em arquivos, a erudição bibliográfica e a elaboração de narrativas históricas, que deveriam ter “qualidade literária”³⁷⁷. Desde o século XIX, o gosto apaixonado pelos arquivos, bibliotecas e pela pesquisa documental já era característica associada à prática dos historiadores, em maior ou menor grau. Para a elaboração de uma História do Brasil, eles se aventuravam em expedições internacionais e pelo interior do país, farejando arquivos na expectativa de coletar material documental de caráter inédito³⁷⁸.

³⁷³ RICOEUR, Paul. **A memória, a História e o esquecimento**. Editora da Unicamp: Campinas, 2007. p. 176.

³⁷⁴ “Panorama literário.” *Vamos Ler!* Rio de Janeiro, 10/09/1942.

³⁷⁵ RICOEUR, Paul. *Op. cit.* 2007.

³⁷⁶ CERTEAU, Michel. “A operação historiográfica”. **A escrita da História**. 3ª ed. Forense: Rio de Janeiro, 2013.

³⁷⁷ GOMES, Angela de Castro. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

³⁷⁸ GUIMARÃES, Manoel Salgado. “Nação e Civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional”. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, nº1, v. 1, p. 3-27, 1988.

Dentre os intelectuais que foram reconhecidos e se reconheciam como historiadores nesse período, João Capistrano de Abreu (1853-1927) foi considerado como um caso paradigmático de “homem de arquivo”, tido de forma quase unânime como um “exemplo de erudição e dedicação à pesquisa, explorador de arquivos, ávido leitor, crítico feroz...”³⁷⁹. Capistrano via a biblioteca e o arquivo como territórios a partir dos quais projetava descobertas, explorava lacunas e desenvolvia interpretações sobre a história pátria³⁸⁰. No sentido metafórico, o arquivo, para ele, era como se fosse uma espécie de selva e a pesquisa histórica uma atividade próxima a de um rastreador ou a de um “índio capaz de embrenhar-se no mato guiando-se pelos rumores da natureza.”³⁸¹

Sua maior inspiração era Francisco Adolfo Varnhagen, visto como uma referência no aspecto do rigor da pesquisa empírica nos arquivos e na divulgação documental. Varnhagen teve um papel crucial para a historiografia brasileira produzida no século XIX, uma vez que, ao enfurnar-se nos arquivos europeus, trouxe para o país importantes fontes históricas que contribuíram com a escrita de uma história particularmente nacional, colocando em prática seu programa de civilizar o Brasil e criar o “povo brasileiro”³⁸². Para Capistrano, Varnhagen representava o “historiador da pátria”, o “grande exemplo a seguir e a venerar”, “o mestre, o guia, o senhor”³⁸³. No entanto, apesar de identificá-lo como pioneiro em relação à exploração de documentos que serviram para compor a história do Brasil, Capistrano não deixou de criticá-lo. No famoso necrológio produzido sobre ele, em 1878, falou sobre a necessidade de uma leitura mais crítica e criativa das fontes, que desse um sentido mais “moderno”, isto é, mais científico à história. Nesse sentido, podemos afirmar que, desde as últimas décadas do século XIX, já se discutia a natureza do saber histórico e o estatuto de ciência da História, sendo Capistrano de Abreu o principal marco de afirmação desse campo disciplinar como saber científico e moderno.³⁸⁴

³⁷⁹ GONTIJO, Rebeca. **O velho Vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si**. Ed. 7 letras. Rio de Janeiro, 2013. p. 23.

³⁸⁰ OLIVEIRA, Maria da Glória. **Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

³⁸¹ GONTIJO, Rebeca. **O velho Vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927): da historiografia ao historiador**. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, Niterói, 2006. p. 83.

³⁸² RICUPERO, Bernardo. “No passado, as bases da nação.” In: RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)**. Martins Fontes. São Paulo, 2004. p. 113-151.

³⁸³ Até a metade do século XX, se consolidou uma memória sobre Varnhagen como aquele que dividiu as “águas da história pátria frente às das ‘crônicas lendárias’, qual Heródoto nos trópicos”, sobretudo após a publicação da obra “História Geral do Brasil”, publicada em dois volumes entre 1854 e 1857. O próprio IHGB inseriu o historiador e sua obra no “panteão da pátria”, monumentalizando uma memória sobre ele. In: FRANZINI, Fábio. **À sombra das palmeiras: a Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, 2006. p. 28.

³⁸⁴ OLIVEIRA, *Op. cit.* 2006; GONTIJO, *Op. cit.* 2006; 2013.

O IHGB era o principal espaço onde aconteciam esses debates, lugar de consagração intelectual dos historiadores, de sociabilidade entre eles, de produção do saber histórico, historiográfico e também de formação de uma história nacional, surgido em 1838. Diferente de como ocorreu na Europa, onde o processo de escrita e disciplinarização da História estava centrado no espaço das universidades, no Brasil, este trabalho era feito sob o teto do IHGB, espaço de acesso restrito e regulamentado por critérios estabelecidos a partir de relações sociais e pessoais.³⁸⁵ Vários são os estudos que apontam para a importância especial da instituição como palco de produção de uma História do Brasil sistematizada e também como terreno primordial no processo de disciplinarização da História, com destaque para os de Manoel Luiz Guimarães Salgado, os de Arno Wehling e a tese da historiadora Lúcia Maria Paschoal Guimarães, referências para as pesquisas no campo da história da historiografia brasileira do século XIX que têm como foco analítico o IHGB.³⁸⁶

Durante as primeiras décadas do século XX, os debates que agitavam a instituição tinham como pontos específicos não só a natureza das fontes, seus usos no trabalho de pesquisa histórica e o método utilizado para fazer a crítica do material levantado, mas também a “interpretação” do historiador sobre o *corpus* recolhido, entendida como um momento que abarcava um duplo esforço de se narrar os fatos e de se buscar traçar um “sentido”, uma lógica para os mesmos. Na década de 1920, essas discussões que permeavam o IHGB (e também outros lugares de sociabilidade por onde circulavam os historiadores, como era o caso da ABL) se intensificaram, com vistas a tentar definir uma identidade mais sólida para o historiador moderno.

Nesse contexto, o convívio intenso com os documentos, considerado por Capistrano como a primeira etapa para a elaboração do *métier* historiográfico, foi entendido como o princípio base para o nascimento de um novo tipo de especialista, o historiador profissional. Esse deveria emergir afastado do trabalho do ficcionista e engajado na elaboração de seu ofício, o qual era orientado por um instrumento que lhe permitia “rastrear a verdade” contida

³⁸⁵ GUIMARÃES, *Op. Cit.* 1988; RICUPERO, Bernardo. “A independência literária.” In: RICUPERO, *Op. Cit.* P. 85-111.

³⁸⁶ Para citar alguns dos estudos desses historiadores, ver: GUIMARÃES, *Op. Cit.* 1988; GUIMARÃES, Manoel Salgado. “A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista do Brasil”. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007, p. 93-122; GUIMARÃES, Lúcia M. P. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”. *RIHGB*, N° 388, jul/set, 1995; WEHLING, Arno (org.). “As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. *RIHGB*. N. 338. Rio de Janeiro, jan/mar.1983 p. 7-16; WEHLING, Arno. **Estado, História, Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

numa vasta gama de fontes, com rigor no método, e interpretá-las, dando sentido a elas³⁸⁷. Assim, a partir de então, houve um grande investimento para tentar estabelecer a distinção entre os chamados “homens de letras” e o pesquisador de história, na busca por criar uma fronteira entre o trabalho do historiador, homem de ciência, e o do literato.

Porém, embora tenha ocorrido certo esforço para tentar construir um perfil bem-acabado do historiador profissional e para a criação de uma especialização do campo disciplinar da História, enquanto saber científico, isso ainda não podia ser identificado de forma precisa. Até quase toda primeira metade do século XX, os intelectuais considerados historiadores eram homens (sendo bem generalista) polígrafos que, além de se dedicarem aos “estudos históricos”, também se ocuparam de outras especialidade e profissões, podendo eles ser poetas, romancistas, folcloristas, diplomatas, juristas, professores, e, sobretudo, jornalistas, já que era o jornalismo o principal meio de sobrevivência desses intelectuais. Além disso, até a constituição da história como um campo específico, não existia uma distinção nítida entre as disciplinas, ficando elas marcadas por uma profunda interseção. Nesse sentido, no contexto do processo de formação dos campos disciplinares das chamadas humanidades, os historiadores eram produtores culturais que atuaram no cruzamento de um amplo conjunto de saberes, como, por exemplo, a etnologia, a biologia, o folclore, a geografia a linguística, além da história. Nas palavras de Angela de Castro Gomes: “Eles escrevem sobre história da geografia ou geografia da história, produzem textos sobre flora e fauna brasileiras, estudam línguas indígenas e ‘olham’ etnograficamente para as festas religiosas e populares, além de serem filósofos e literatos.”³⁸⁸

Eram considerados trabalhos de história tanto textos especializados, de grande “elevação científica” e destinados a um público restrito e qualificado, divulgados, principalmente, na *Revista do IHGB* (publicada ininterruptamente desde 1839) e nas revistas vinculadas aos outros institutos históricos espalhados pelo Brasil, como também textos de cunho historiográfico elaborados em diversas modalidades narrativas e publicados em veículos de grande circulação voltados para um público formado por não especialistas. Isso significa que os historiadores podiam atuar como verdadeiros “eruditos”, que se empenhavam em contribuir com a especialização de seu campo de saber, se dedicando à elaboração de estudos inéditos sobre história pátria, à divulgação de documentos históricos, à produção de

³⁸⁷ GOMES, *Op. Cit.* 2009; 2013. Em determinados contextos, a história e a literatura mantiveram aproximações significativas, como ocorreu no século XIX, quando era bastante comum romances exigirem a condição de realistas. In: RICUPERO, Bernardo. “No passado, as bases da nação.” In: RICUPERO, *Op. Cit.* p. 113-151.

³⁸⁸ GOMES, *Op. cit.* 2013. p. 76.

traduções e prefácios de livros estrangeiros, ao mesmo tempo (ou não) em que exerciam o papel de intelectuais mediadores, isto é, de divulgadores e vulgarizadores do conhecimento histórico, produzindo bens culturais na grande mídia, voltados para um amplo e diversificado público.

Portanto, até a constituição dos cursos universitários de História no Brasil, surgidos na década de 1930, mas que só terão seus primeiros alunos formados ao longo das décadas de 1940 e 1950, não existia uma dicotomia muito rígida entre os “divulgadores” do saber histórico e os “historiadores de ofício”. Na realidade, esses perfis possuíam algumas funções bem semelhantes na sociedade, pois contribuíam com a fabricação de identidades, de memórias e de culturas históricas. Aceitar essa dicotomia “pode encobrir a sobredeterminação cívica e memorial em que ambos estavam inscritos.”³⁸⁹

Na primeira metade do século XX, o Brasil passava por um processo de construção e consolidação do regime republicano e de formação de uma identidade e memória nacional. Nesse momento, os intelectuais que se reconheciam e eram reconhecidos como historiadores, ao passo que lutavam pela disciplinarização do campo historiográfico como área do conhecimento específico, foram os principais agentes responsáveis pela missão de construir e divulgar uma cultura histórica, que deveria ser, acima de tudo, republicana e patriótica. Eles deveriam cumprir uma função pedagógica na sociedade, com o intuito de conseguir despertar nos cidadãos valores cívico-morais de amor à pátria, através da elaboração de narrativas históricas de teor cívico-patriótico, alimentadas por um projeto político-cultural republicano. O que significa dizer que as atividades que exerciam estavam em sintonia com os debates político-intelectuais das décadas de 1910, 1920 e 1930, momento em que o governo de Getúlio Vargas intensificou ainda mais a propagação dos valores nacionalistas. Para esses intelectuais, a promoção da “educação nacional” era o meio mais seguro para a transformação dos comportamentos e valores da sociedade brasileira e tinha a função decisiva de inculcar nos indivíduos o sentimento de pertencimento a uma dada comunidade. Assim, os historiadores, de maneira geral, exerciam cargos ligados ao sistema educacional e cultural do regime republicano recém-instalado, sendo a educação, por meio do ensino de história, um dos principais terrenos de luta e de afirmação do saber histórico.³⁹⁰

É válido afirmar que, por cultura histórica, entende-se como um conceito amplo e mais abrangente que o de historiografia, relacionado à história dos historiadores, suas obras e

³⁸⁹ CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2015.p. 77.

³⁹⁰ GOMES, *Op. cit.* 2013; CATROGA, *Ibid.* 2015.

disciplina³⁹¹. Essa noção visa compreender a relação que uma determinada sociedade mantém com o seu passado, o que extrapola o passado histórico ligado a uma ideia de tempo linear, cronológico, datado e referido à memória de fatos e personagens. Isso porque, o conceito abarca um complexo de fenômenos muito mais amplo de expressões culturais que tenham como referência “o passado”. Portanto, os historiadores não têm o monopólio da construção e disseminação de uma cultura histórica, pois, além deles, também estão envolvidos nesse processo diferentes atores sociais, como literatos, professores, políticos, artistas, editores, músicos, geógrafos, etnólogos, folcloristas e etc³⁹². Juntos, esses agentes vão investir em vários tipos de usos do passado, mobilizando valores, crenças, tradições da sociedade e também um passado histórico comum, a fim de validar uma determinada cultura política que se queira instituir.

Dessa forma, para garantir o sucesso desse empreendimento difícil que era a criação de uma cultura histórica republicana, patriótica e nacionalista no Brasil, foi necessária a elaboração de estratégias político-pedagógicas vinculadas aos projetos de políticas públicas de legitimação do regime instaurado no final do século XIX. Dentre essas estratégias, destacou-se a produção de uma “história ensinável”, direcionada a um amplo e variado público formado, principalmente, por não especialistas no conhecimento histórico, a qual era desenvolvida dentro e fora dos muros das escolas³⁹³. Para tal empreitada foram utilizados veículos de grande disseminação como os periódicos de grande circulação, livros (suporte onde se podia disseminar gêneros narrativos como romances históricos, crônicas, etc.), manuais escolares (compêndios e, sobretudo, os famosos “livros de leitura”), o teatro, e, a partir da década de 1930, o rádio, sendo este o meio de comunicação que tornou possível o alcance de um público ainda maior e mais vasto. Sem falar do trabalho exercido pelos professores de história presentes em escolas públicas e privadas, pelos editores, através de empreendimentos editoriais de revistas e livros, pelos diretores de museus e pelos sócios dos institutos históricos, sobretudo aqueles que se empenharam em organizar comemorações cívicas de centenários de eventos históricos e de heróis nacionais e regionais.

O objetivo principal era socializar o grande público com certas construções do passado – fosse ele histórico ou mais ligado às tradições populares e folclóricas – enraizar novas

³⁹¹ GOMES, Angela de Castro. “Cultura política e cultura histórica no Estado Novo”. In: ABREU, Martha; SOIHET, Raquel; GONTIJO, Rebeca (org.). **Cultura Política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2007.

³⁹² GOMES, *Op. Cit.* 2007.

³⁹³ GOMES, Angela de Castro. “A Marquesa de Santos: história, memória e ficção histórica no Brasil da primeira metade do século XX”. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 45, p. 90-103, 2019.

memórias e instigar sentimentos identitários e de amor à pátria. Para isso, era preciso selecionar bem os conteúdos que deveriam ser abordados, fazer uso de linguagens simples e acessíveis e de modalidades narrativas bem específicas que garantissem o teor pedagógico do que se queria apresentar.

É nesse lugar de intelectual mediador, produtor de uma “história ensinável”, que Mário Sette se encontra. Ao longo deste e dos próximos capítulos vamos ver que, durante as décadas de 1920 a 1940, ele teve uma atuação marcante e reconhecida como um divulgador do conhecimento histórico, na medida em que produziu narrativas históricas nas mais diversas mídias modernas, sobretudo naquelas voltadas para públicos amplos e variados, formados, principalmente, por indivíduos “não iniciados” nesse saber específico.

No movimento de tentar traçar as características da sua escrita da história e do seu perfil de “historiador mediador”, não se pode passar despercebido o fato de Mário Sette ter sido enquadrado como um “remexedor de arquivos”, um “arquivista do passado”. A partir dos anos de 1930, quando ele começou a se dedicar à escrita da história em periódicos e em livros direcionados, sobretudo, ao público adulto não iniciado no saber histórico, construiu-se uma imagem sobre ele como um intelectual pesquisador de arquivos, um “esmiuçador de jornais que circulavam unicamente pelos escaninhos dos institutos históricos”, um “maníaco” que revolia-se sobre os “papéis velhos” até criar “calos nos dedos, ao folhear velhos jornais, tudo para mostrar, em livros, como era a sua magnífica cidade.”³⁹⁴

Falava-se que a sua paixão pelo arquivo era tanta que, ao longo dos anos, ele tinha reunido em sua própria residência um acervo documental, descrito como “um pequeno museu histórico de coisas pernambucanas, sobretudo do velho Recife”. Nesse espaço, era possível encontrar fotografias antigas, capas de músicas, cupões dos bondes de burros, passagens da maxambomba, recortes de anúncios, faturas de casas comerciais desaparecidas, programas de teatro, postais ilustrados, folhetins, livros da sorte, jornais, e tantas outras coisa.³⁹⁵ Ou seja, como um remanescente do “antiquarismo”, ele colecionou uma vasta e variada gama documental, que extrapolava os limites da documentação oficial, sobre a qual se debruçou pacientemente na colheita de subsídios que se transformavam em fontes para a produção de suas crônicas históricas.

³⁹⁴ LOPES, Silvino. “O cronista do Recife”. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

³⁹⁵ Bibliografia. “Um bom livro”. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

Para pensarmos a prática de colecionador de “fragmentos do passado” de Mário Sette, achamos interessante trazer as considerações feitas pelo historiador Arnaldo Momigliano sobre o perfil dos chamados antiquários, figuras que remontam a Europa do século XVII, pois vemos entre a produção do intelectual pernambucano e a desenvolvida por estes eruditos, semelhanças. A grosso modo, os antiquários construíram formas de *historiar* que divergiam daquilo que era praticado pelos historiadores, na medida em que, enquanto estes eram os responsáveis por narrar grandes eventos históricos, especialmente políticos e militares, organizados de forma cronológica e linear, os antiquários tinham como prática a formação de coleções de vestígios aleatórios do passado e estavam mais interessados em contar detalhes minuciosos da vida cotidiana, cultural e “íntima” das sociedades, sem prezar pela cronologia³⁹⁶.

Na verdade, o antiquarismo é uma das matrizes narrativas da escrita da história elaborada por Mário Sette. Ele incorporou algumas das práticas dos antigos antiquários e a construção de um arquivo particular é uma delas. Arquivo este que, após a sua morte, ficou sob os cuidados de seu filho Hilton e mais tarde, em 1975, foi parcialmente destruído por uma enchente do rio Capibaribe que atingiu a casa do falecido escritor. Como já comentamos, sete anos depois da inundação, uma parte do que restou desse arquivo organizado por Mário Sette foi doado para a Fundação Joaquim Nabuco e lá mantido preservado e disponível para a pesquisa.

O esforço para retratá-lo como um apaixonado pelos arquivos, alguém que se entregava à busca minuciosa de documentos como um garimpeiro em busca de ouro³⁹⁷, parece ter sido uma das estratégias utilizadas para se construir uma nova imagem associada a Mário Sette, a qual se somava àquela de romancista, que já estava bem estabelecida em meados dos anos 1930, principalmente devido ao sucesso de suas obras literárias, em especial, como visto, “Senhora de Engenho”.

Ele mesmo investiu na elaboração dessa imagem quando falava sobre o método utilizado para a produção de sua escrita da história. Em uma entrevista, ele contou:

Dou-lhe nestes dias atuais um paciente e delicioso trabalho de estudo do seu passado, nas mais sutis minúcias, desde o momento histórico ao pitoresco popular. São elementos que busco, que anoto, que ficho para uma história recifense ao “meu gosto”. Pesquisas vastas, demoradas, por vezes exaustivas, mas proporcionando-se um “clima” em que vivo interessadíssimo. Estou aprendendo bastante. Essa obra demorará a aparecer, é claro. Ainda me demorarei na colheita de subsídios e na seleção posterior para organizá-los e povoar a estrutura do livro. Todavia, pense, ele será uma coordenada fonte para os estudiosos mais profundos e eruditos, como será

³⁹⁶ MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

³⁹⁷ LIMA, Herman. “Mário Sette e os amores duma velha cidade.” *Vamos Ler!* Rio de Janeiro, 26/07/1945.

também um trabalho de literatura e de civismo porque acentua e revela os espaços das gerações que houve o Recife do burgo de pescadores à metrópole de hoje.³⁹⁸

Porém, como fica evidente no fragmento de texto citado, Mário Sette, não se colocava como um historiador de elevada produção científica, destinada a um público restrito e qualificado, que tudo analisava e cotejava para chegar à verdade dos fatos. Ele também não era um historiador que privilegiava os eventos políticos, militares, administrativos e diplomáticos, modalidade mais reconhecida de escrita da história até então, nem como um produtor de monografias e sínteses históricas bem elaboradas que deveriam passar pelo crivo dos pares. Ao contrário, Mário Sette se reconhecia e era reconhecido por se debruçar sobre os documentos, “desenterrando o pó dos arquivos”, sem adotar rigidez metodológica, como ele mesmo mencionou em outra entrevista ao afirmar: “Procurei ver outras épocas, tudo salteado”, se valendo de suas impressões e lembranças do tempo vivido.³⁹⁹ Suas narrativas históricas são leves, escritas num tom irônico, “meio humorístico”, valorizam mais o pitoresco do que a “grande história”, as quais poderiam se enquadrar muito bem como um trabalho de literatura e de civismo, mas também como fonte para os “estudiosos mais profundos e eruditos”.

Foi em 1930 que Mário Sette começou a frequentar o Gabinete Português de Leitura em busca de documentos sobre o passado de sua cidade, o Recife, e de seu estado, Pernambuco. Mas é importante deixar claro que esse não foi o seu primeiro contato com a história. Desde muito antes, ele já era um leitor da bibliografia sobre a História do Brasil e, principalmente, sobre a História de Pernambuco. Certa vez, ao contar sobre como conheceu Pereira da Costa, em meados da década de 1920, deixou escapar que ele lhe emprestava livros e o ajudava na busca por informações sobre assuntos específicos da história de seu estado.⁴⁰⁰ Inclusive, foi após estas pesquisas auxiliadas pelo ilustre historiador que Sette gerou como fruto seu primeiro livro de história, o romance histórico: “O Palanquim Dourado”, de 1921, o qual teve como pano de fundo a Convenção de Beberibe, evento importante da História de Pernambuco fortemente marcado pelo tom revolucionário e republicano.

³⁹⁸ SETTE, M. “Coisas da minha vida. Guararapes”. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

³⁹⁹ MARTINS, D'Alvarez. “Enamorado de sua cidade natal - o passado do Recife - o sabor dos nomes e a evocação das origens - como nasceu ‘Maxambombas e Maracatus’ - o tempo dos patachos e das docas, da cadeirinha de arruar e da baratinha de luxo - a história do Recife que Mário Sette vai escrever é um romance de costumes - querendo nossa senhora do Carmo e dos homens de governo.” s/d. Presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

⁴⁰⁰ SETTE, Mário. “Vocabulários pernambucanos”. *Jornal Pequeno*. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco. Acredito que este artigo tenha sido publicado em 1936, ano em que a obra “Vocabulários Pernambucanos”, de Pereira da Costa, foi publicada na *Revista do IAHGP*.

Além disso, Mário Sette já exercia o papel de professor de história nas primeiras séries secundárias, desde 1926. Ele ensinou em várias escolas de Recife, como o Instituto Carneiro Leão, Ginásio do Recife e Colégios Spencer e Santa Margarida, nas quais também lecionava francês, moral e cívica e psicologia. Sem falar no fato de que já havia publicado seus livros de história direcionados para o público escolar; estamos falando das obras: “Terra Pernambucana”, de 1925, e “Brasil, minha terra!”, de 1928, as quais faziam sucesso entre os leitores mirins de escolas particulares e públicas de Pernambuco.

Sobre a sua produção de livros didáticos, Viriato Corrêa escreveu um artigo para a *Revista de Pernambuco*, publicado em 1926. Neste ano, o comentador já era um escritor experiente, com alguns livros de história publicados (voltados tanto para crianças como para adultos), e parece ter se identificado com o escritor pernambucano.⁴⁰¹ No texto, Viriato teceu elogios a Sette, alegando que o considerava um dos “mais formosos romancistas do Brasil da atualidade”, um “escritor de sangue azul”. Ao tratar sobre “Terra Pernambucana”, publicado um ano antes, ele comentou: “Agora Mário Sette acaba de publicar ‘Terra Pernambucana’ para a leitura nas escolas. É uma outra tecla que a sua pena vem ferir pela primeira vez, mais com uma canoridade deslumbradora. É um livro de entusiasmo, um livro de vibração patriótica.” Além disso, Viriato também destacou que esse livro era uma amostra da iniciativa dos literatos que escrevem livros de história dando a eles uma roupagem mais leve e colorida, transformando-os em produções mais amenas, diferente da prática historiográfica dos “historiadores do pesado”. Isso é expresso com a empolgação de quem, como o escritor elogiado, também pratica e defende esse mesmo tipo de escrita da história. Em suas palavras:

No nosso país, felizmente, a história perdeu o tom de gravidade massuda e enfadonha que lhe deram os historiadores do passado. Deixou as roupagens pesadas, as longas vestes talhadas com sisudez e mal gosto para vestir lindas gases claras e esvoaçantes. Deixou de ser escrita por criaturas que só sabem escrever documentos, para ser escrita pelo bom gosto dos literatos.

Perdeu a poeira dos arquivos para ganhar o pó de ouro do estilo, deixou de ser um privilégio dos escavadores de arquivos para entrar na intimidade dos que sabem escrever. E, por isso mesmo, a história brasileira que tinha uma expressão assustadora, aligeirou-se, coloriu-se, tornou-se alada, fresca, impressionante.

A ‘Terra Pernambucana’ é um exemplo disso.

É toda a história de Pernambuco, no que ela tem de culminante, nas suas expoências de bravura, feita com a despreocupação de fazer história, mas com a intenção de acender a flama do civismo.⁴⁰²

⁴⁰¹ Em 1926, Viriato Corrêa já tinha várias peças de teatro publicadas, como: “Morena”, de 1917, “Sol do sertão”, de 1918, “Juriti”, de 1919, “Sapequinha”, de 1920 e “Nossa gente”, de 1924; dois livros de literatura infantil: “Era uma vez...”, de 1908 e “Contos da história do Brasil”, de 1921; além dos seus livros de crônicas históricas, “Terra de Santa Cruz”, de 1921 e “Histórias da nossa estória”, de 1921.

⁴⁰² CORRÊA, Viriato. “Mário Sette”. *Revista de Pernambuco*. Ano 2. n. 19. Recife, 1926.

É interessante salientar também o destaque dado por Viriato Corrêa ao teor pedagógico presente na escrita da história de Mário Sette, uma vez que afirmou que ele estava mais preocupado em “acender a flama do civismo” do que em fazer história. Outra questão importante que nos chamou a atenção foi quando falou sobre a produção histórica encabeçada pelos literatos, ao afirmar que, elaborada por eles, a história havia perdido “a poeira do pó dos arquivos para ganhar o pó de ouro do estilo”. Essa ideia pode até fazer sentido quando levamos em consideração a escrita da história efetuada por muitos dos intelectuais que não se identificavam e nem foram vistos como “historiadores propriamente ditos”, como era o caso do próprio Viriato Corrêa. No entanto, não se pode generalizar, nem afirmar o mesmo do escritor pernambucano, pois, como vimos, a partir dos anos de 1930, ele se dedicou a extrair o pó dos arquivos, retirando da documentação encontrada verdadeiras pérolas, que, lapidadas por um estilo literário “colorido”, seriam utilizadas para a produção de suas crônicas históricas.

4.2 DOS ARQUIVOS PARA AS CRÔNICAS HISTÓRICAS

Em março de 1931, após se encantar com a leitura da documentação, sobretudo dos jornais pernambucanos do século XIX, Mário Sette resolveu publicar, junto com o jornalista e escritor Fernando Pio⁴⁰³, crônicas históricas em uma seção semanal no *Jornal Pequeno*, considerado o periódico de maior circulação na época e o mais sensível à questão popular. Com o título “Pernambuco das anquinhas e das maxambombas”, a coluna saía às terças e sextas com a alternância de autoria dos escritores, contendo textos que ficaram conhecidos como “crônicas de evocação”, direcionados para o público adulto. Porém, não durou muito tempo, sendo encerrada no mês seguinte por motivos desconhecidos, como foi noticiado pelo próprio *Jornal Pequeno*, que lamentou a desistência dos autores.⁴⁰⁴

Quatro anos após o seu encerramento, essa coluna foi lembrada como um empreendimento de sucesso, apesar de sua curta duração e da publicação de poucas crônicas, totalizando cerca de 12 apenas. A nosso ver, a sua retomada parece ter sido um recurso utilizado para promover os livros lançados pelos autores em 1935: “Maxambombas e

⁴⁰³ Fernando Pio dos Santos (1906-1987) foi um intelectual pernambucano, escritor de livros de poesia como “Penumbra” e “Lua Cheia” e também do romance “Terra de Montezuma”. Ele também era um religioso, pertencia à Ordem Terceira de São Francisco, onde ocupou diversos cargos. Em 1934, tornou-se sócio efetivo do IAHP e da Academia Pernambucana de Letras. Anos depois, foi vice-presidente da Associação Brasileira de Jornalistas e Escritores de Turismo e membro do Conselho Estadual de Cultura, em Pernambuco. Em 1974, fundou e dirigiu o Museu Franciscano de Arte Sacra, no Recife.

⁴⁰⁴ “Pernambuco das anquinhas e das maxambombas”. *Jornal Pequeno*, 13/04/1931.

Maracatus”, de Mário Sette, publicado pela Edições Cultura Brasileira, e “Meu Recife de outrora”, de Fernando Pio, pela Casa Mozart, nos quais foram incorporadas algumas das crônicas históricas que saíram na coluna.⁴⁰⁵ Inclusive, em 1936, eles foram convidados por Abelardo Fernandes para irradiar algumas delas em um programa na *Rádio Clube de Pernambuco* e falar sobre o tempo em que compartilharam a autoria da sessão que lhes abriu as portas para a produção de narrativas históricas que encantaram tantos leitores. Mário Sette levou aos ouvintes a crônica “Antigos cinemas e pequenas que os frequentavam” e Fernando Pio, “Quadros do Recife Velho”⁴⁰⁶.

Era criada, portanto, uma narrativa em ordem retrospectiva, coerente e linear acerca da recepção de suas crônicas históricas, na intenção de que o passado pudesse fazer sentido no presente. Isso fica mais evidente quando Mário Sette buscou construir a ideia de que “Pernambuco das anquinhas e das maxambombas” tinha feito um sucesso crescente, fazendo nascer um “amor particularíssimo pelos dias de ontem do Recife” no coração dos leitores, como expõe em sua biografia⁴⁰⁷. Em uma entrevista que deu tratando a respeito do lançamento do livro “Maxambombas e Maracatus”, ele rememora a coluna, afirmando que, por meio dela, ele foi o primeiro a despertar nos mais velhos, que “recordam e suspiram”, e nos mais moços, que “comparam e avaliam o quanto se mudou”, “o amor e o interesse pelas nossas paisagens de outrora, o gosto pelo que é nosso, o conhecimento de como se vivia há 40 anos no Recife”.⁴⁰⁸ Sette ainda alegou que, de início, a sessão foi incompreendida pelo público leitor, mas, com o tempo, passou a ser um sucesso, o que o instigou a continuar produzindo no mesmo gênero narrativo, só que em formato de livro.

Nessa mesma entrevista, ele ainda apontou que, após a publicação da coluna, escrever história ao “seu modo” virou moda, a “moda da saudade”, inspirando muitos escritores, jornalistas e radialistas a voltarem-se para os “costumes e tipos do passado”. Em suas palavras:

E hoje, repare-se. Até as estações de rádio, ambientes dos mais modernos no mundo, tomam conta das coisas antigas em programas especiais. A nossa PRA-8 vai reiniciar o seu, mostrando-se bem orientada nesse passo, como em tantos outros. Nos salões imperam os maracatus e caboclinhos. O Carnaval, com a iniciativa de Lucilo Varejão, volta a seus aspectos de outrora. Na imprensa e no livro, outros escritores se ocupam dos costumes e dos tipos do passado. Eustórgio Wanderley, Oscar Mello, Othon Mendes, Célio Meira, para somente falar nos daqui. Como vê, é

⁴⁰⁵ “Outro livro pernambucano”. *Diário da Manhã*. Recife, 17/10/1935; “Livros nortistas”. *Diário da Manhã*. Recife, 25/11/1935.

⁴⁰⁶ “Rádio Clube de Pernambuco”. *Jornal do Commercio*. Recife, 10/05/1936.

⁴⁰⁷ SETTE, Mário. **Memórias Íntimas (caminhos de um coração)**. Fundação de Cultura Cidade do Recife. Recife, 1980. p. 120.

⁴⁰⁸ “Mário Sette vai falar sobre o seu Maxambombas e Maracatus”. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

a ‘moda’ da saudade. Mas, uma ‘moda’ que não será apenas o desejo de atualizar-se, e sim um impulso de recordar, de reviver, de ‘estar num cenário de ontem, sem prescindir das vantagens de hoje.’⁴⁰⁹

Não sabemos se a coluna “Pernambuco das anquinhas e das maxambombas” fez realmente tanto sucesso, nem se foi a partir dela que muitos intelectuais passaram a investir na “moda da saudade”, como foi apontado por Mário Sette tempos depois. O que sabemos é que, quatro anos após sua publicação, ele lançou seu primeiro livro de crônicas históricas: “Maxambombas e Maracatus”. Composto por algumas das narrativas divulgadas na coluna, o livro conquistou o mercado editorial e teve repercussão pelo Brasil afora, contribuindo de forma incisiva para que o nome de seu autor fosse, quase que definitivamente, associado à qualidade de “cronista do Recife”.

De modo geral, crônicas são textos curtos, leves e de fácil leitura, que partem de um assunto “miúdo”, do detalhe, da anedota, na intenção de seduzir o leitor, estimulando nele a curiosidade ou alguma emoção. Normalmente, elas têm como característica principal o fato de estarem ancoradas a veículos de grande disseminação, como jornais, revistas, ou até mesmo o rádio, voltadas para o grande público, o que as tornam efêmeras tal qual os meios em que estão associadas. Porém, muitas vezes, como no caso das crônicas históricas de Mário Sette, elas também podem ser compiladas em formato de livro, o que garante maior perenidade, uma vez que podem ser relidas em diferentes tempos e situações.

No quinto capítulo desta tese, iremos examinar de maneira minuciosa as principais características desse gênero narrativo, com um foco especial no subgênero das crônicas históricas. Nosso estudo se concentrará especificamente na análise do livro “Maxambombas e Maracatus” e no programa de rádio intitulado *Evocações*, transmitido pela Rádio Jornal do Commercio, do Recife, por onde Mário Sette compartilhou suas crônicas históricas no final da década de 1940. Mas, por ora, o que queremos ressaltar é que a crônica fez (e ainda faz) muito sucesso no Brasil, principalmente nos anos 1930, período em que se consolidou como um gênero literário e que, portanto, a escolha de Mário Sette em publicar um livro nesse gênero, em 1935, revela-se como uma decisão bastante acertada por parte do autor, dada a receptividade e popularidade que as crônicas desfrutavam na época.

Em sua biografia, Sette chegou, inclusive, a declarar que ter publicado “Maxambombas e Maracatus” o fez modificar sua orientação literária, “perdendo, pouco a pouco, o interesse máximo pela ficção”⁴¹⁰. Porém, é importante deixar claro que o fato dele ter

⁴⁰⁹ Idem.

⁴¹⁰ SETTE, Mário. *Op. cit.* 1980. p. 131.

se voltado para a escrita da história não significou o completo abandono da literatura ficcional. Pelo contrário, como um “aquarelista da história”, ele construiu suas narrativas rememorando cenários e inventando imagens sobre o passado de sua cidade, misturando realidade e fantasia. Além disso, seu gosto por romances também não tinha desaparecido, pois o seu “Senhora de Engenho” continuava a ganhar novas edições e novos contornos, elaborados pelo seu próprio autor – sobretudo quando se fala na 5ª edição de 1937 – e ele também lançou, em 1938, “Os Azevedo do Poço”, no qual, claramente, mescla história e ficção⁴¹¹.

Escrever história “à sua maneira” repercutiu de forma variada entre os intelectuais que teceram comentários a respeito de seu “Maxambombas e Maracatus”. Para Álvaro Lins, por exemplo, o livro é uma “verdadeira reconstituição histórica do Recife”, pois, para ele, deveria ser dessa forma a maneira de se fazer história: “fazendo saltar de dentro de um livro o passado com todos os aspectos da sua vida”⁴¹². Além dele, Lucilo Varejão em um artigo para a revista *Boletim de Ariel*, destacou que Mário Sette fez mais obra de história que de cronista, criando, portanto, um gênero seu, “o da história fielmente reproduzida, mas com todo o seu pitoresco – coisa que não havia ainda chegado aos nossos mestres no assunto.”⁴¹³

Até o próprio Mário Sette vai se apropriar da ideia de que ele, mais uma vez, teria encabeçado a elaboração de um gênero literário, quando declara em sua biografia que:

Pela segunda vez, eu apontava novos caminhos aos escritores de minha geração e mais jovem. Ao SENHORA DE ENGENHO seguiram-se obras de cenário semelhante, focalizando a zona rural brasileira. Ao MAXAMBOMBAS E MARACATUS, seguira-se-iam outras obras de evocação, de reconstruções históricas e até as “horas da saudade” em programa radiofônico.⁴¹⁴

Outra figura que também comentou sobre isso foi Herman Lima. Em 1948, quando Mário Sette já havia publicado o seu “Arruar”, ele também reproduziu essa imagem construída sobre o autor pernambucano, alegando que seu amigo era o precursor de um gênero literário novo, de forte conteúdo pitoresco e evocativo. Segundo Lima, a partir de “Maxambombas e Maracatus”, Mário Sette teria enveredado “por um campo ainda indevassado nas letras brasileiras desde que se especializaria noutro setor que não o das

⁴¹¹ “Os Azevedo do Poço” conta sobre os costumes e hábitos de uma família da alta burguesia que vivia no bairro do Poço da Panela e as mudanças sofridas pela cidade do Recife em meados do século XIX e início do século XX.

⁴¹² LINS, Álvaro. “Nota sobre Maxambombas e Maracatus”. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

⁴¹³ VAREJÃO, Lucilo. “Mário Sette”. *Boletim de Ariel*. n. 8. ano 6. Rio de Janeiro, 05/1937.

⁴¹⁴ SETTE, *Op. cit.* 1980. p. 131.

indiscrições de história, tão ao gosto de Assis Cintra e Viriato Corrêa.”⁴¹⁵ Ele reproduziu essa ideia em vários de seus artigos publicados antes e depois da morte de Mário Sette.

Acreditamos que atribuir originalidade à obra de Mário Sette não tenha sido uma atitude desproposita. Para nós, que nos inspiramos nas ideias de Rebeca Gontijo e de Fábio Franzini em seu texto “Memória e história da historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960”, a intenção de tal atribuição foi assegurar a importância de sua obra (e também de seu nome), distinguindo-a de outras e, ao mesmo tempo, destacando-a como a que inaugurou novas perspectivas interpretativas.⁴¹⁶ Portanto, retomando a discussão de Foucault sobre a ideia de “fundador de uma discursividade”, podemos considerar que, mais uma vez, Mário Sette foi visto como uma figura que criou a regra da produção de novos textos, isto é, de novos discursos.⁴¹⁷

Porém, mesmo com todo valor conferido à “Maxambombas e Maracatus” pela crítica, a obra não deixou de ser vista com certa desconfiança por alguns, sobretudo em relação à fidelidade à veracidade das fontes, critério associado ao trabalho do historiador. Vale lembrar que, durante as primeiras décadas do século XX, os parâmetros que definiam o que era um trabalho historiográfico ainda não estavam totalmente estabelecidos e aqueles intelectuais que se consideravam e eram reconhecidos como historiadores disputavam pelo lugar de privilégio de dizer o que era (e o que não era) História.

Mário Melo, por exemplo, alegou que o livro não era de história, “mas constitui subsídio importantíssimo para o futuro historiador”⁴¹⁸. Para esse jornalista-historiador, Mário Sette era um “rebelde a narrativa feia”, não sendo como ele, que escrevia sobre história “rigorosamente dentro da História”, fazendo alusão ao que escreveu no prefácio de seu livro “Dentro da História”, de 1931, no qual defende seu lugar de historiador.⁴¹⁹

⁴¹⁵ LIMA, Herman. “Um passeio pelo Recife de quatro séculos”. *Letras e Artes*. Rio de Janeiro, 18/01/1948.

⁴¹⁶ GONTIJO, Rebeca; FRANZINI, Fábio. “Memória e história da historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960”. In: SOIHET, Raquel; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de; AZEVEDO, Cecília; GONTIJO, Rebeca (Orgs). **Mitos, projetos e práticas políticas**. Memória e historiografia. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2009. p. 141-160.

⁴¹⁷ FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Veja/Passagens. Portugal, 2002. p. 280-281.

⁴¹⁸ MELO, Mário “Ontem, hoje e amanhã”, *Jornal Pequeno*. 23/08/1938.

⁴¹⁹ No prefácio de “Dentro da História”, Mário Melo expõe: “Tenho procurado orientar os meus estudos para a História do Brasil, especialmente para a de Pernambuco. Por isso mesmo, nunca pratiquei a literatura de ficção nem sou adepto. Está mais ou menos verificado que só os especialistas procuram ler e estudar a História nas suas fontes, enquanto a maioria demonstra agrado em ler fatos esparsos, máxime se a narrativa se afasta do estilo adequado ao cronologista. Os capítulos deste volume são rigorosamente históricos, como em muitos o indicam as fontes. Apenas procurei afastar da narrativa a aridez sonolenta do estilo comum à espécie. São histórias rigorosamente enquadradas na História, perfeitamente ‘Dentro da História’.” In: MELO, Mário. **Dentro da História**. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1931.

Em outra fala de Mário Melo presente na entrevista publicada no *Jornal Pequeno*, em 8 de outubro de 1934, portanto, antes do lançamento do livro “Maxambombas e Maracatus”, ele opinou a respeito da produção histórica de Sette. Melo iniciou a entrevista explicando o porquê que não se candidataria ao Prêmio Machado de Assis, declarando que já estava cheio de compromissos para tal façanha e que nunca tinha se dedicado a publicar romances, gênero que associou a Mário Sette. Na sua perspectiva, seria muito difícil alguém (como ele) que estudava a História (com maiúsculo) escrever, por exemplo, um romance histórico, como o fez Mário Sette, pois, para isso, seria preciso “casar a fantasia com a verdade dos fatos”. Por um momento na entrevista, Mário Melo diz que até cogitou chamar Sette para produzirem juntos algo de “assunto histórico”. Diz ele: “Eu lhe daria o assunto e as personagens. Ele puxaria os cordões dos fantoches para movimentá-los. Depois eu os meteria nos devidos lugares, cortando as rebarbas. Assim talvez meu nome surgisse num romance histórico.” Mas parece que essa é só uma hipótese mesmo, pois, para Melo, escrever ou ler romance é apenas um “passatempo”, e quando o escritor já é treinado para escrever sobre “coisa útil”, voltar à fase do romance é regredir. Enfim, declarou ele: “Com os meus cabelos brancos e com o carregamento de netos que já tenho, tentar o romance é voltar à fase de aprendizagem.”⁴²⁰

Como se pode notar, a escrita da história de Mário Sette parece ter incomodado o outro Mário, que a via como um produto cultural menor e menos valioso. Embora Mário Melo também tenha se comprometido com a produção de uma “história ensinável”, publicando frequentemente crônicas histórica em jornais e em formato de livros, direcionados para o grande público não especializado, durante a década de 1930 – com destaque para as obras “Dentro da História” (1931) e “Aspectos da História” (1935) – a impressão que se tem é a de que ele se sentia mais autorizado que Sette para escrever sobre história e para dizer o que era (ou não) uma produção historiográfica.

E não era para menos. Em meados dos anos de 1930, Mário Melo já era um historiador consagrado em Pernambuco e com grande notoriedade em várias regiões do Brasil. Seu nome já era totalmente associado ao IAHGP, a mais importante “sociedade do discurso”⁴²¹ histórico de Pernambuco da época e a instituição de maior autoridade no debate sobre os parâmetros definidores do ofício historiográfico no estado. Como secretário perpétuo do IAHGP, de 1917 a 1959, ele atuou em defesa dos valores e princípios tradicionais da instituição, incorporando-os em seus discursos, o que fez com que ele angariasse prestígio suficiente para ser considerado como um verdadeiro “porta-voz” do Instituto e guardião de

⁴²⁰ “Em torno do Prêmio ‘Machado de Assis’”. *Jornal Pequeno*. Recife, 08/09/1934.

⁴²¹ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Ed. Loyola, 2014.

sua memória. Dessa forma, foi exatamente por ter esse papel estratégico no IAHGP que ele foi reconhecido como uma das maiores autoridade para tratar sobre assuntos ligados ao passado e as tradições de Pernambuco⁴²². O que claramente não era um consenso entre os intelectuais pernambucanos, já que Mário Melo foi diversas vezes questionado sobre o papel da instituição, e conseqüentemente do seu, na preservação e conservação desse passado, se envolvendo em intensos e calorosos debates, a exemplo das discussões travadas com Gilberto Freyre e o jornalista Aníbal Fernandes nos jornais, no contexto da criação da Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais, fundada em 1929⁴²³.

Além disso, é importante afirmar também que Mário Melo, ao ocupar tal posição de prestígio no IAHGP, durante quase 40 anos, vai encabeçar um importante projeto da instituição: a produção de uma escrita republicana da História de Pernambuco, com o interesse de construir a ideia de uma “vocação republicana” para o estado. Esse projeto era divulgado tanto nas páginas da *Revista do IAHGP*, voltada para os pares, quanto nos meios de comunicação de grande circulação, como jornais, livros; sem falar na organização de comemorações cívicas, como foram os casos do centenário da Revolução de 1817 e da Confederação do Equador. O que demonstra que ele teve uma atuação marcante na construção de uma cultura histórica republicana em Pernambuco e também na criação de uma identidade regional e nacional.⁴²⁴

Enfim, está mais do que claro que em meados da década de 1930, Mário Melo era uma referência como historiador; já Sette, um escritor de literatura de ficção com certo prestígio, ainda dava seus primeiros passos como autor de livros de história, e seu reconhecimento enquanto produtor do conhecimento histórico custaria para acontecer.

Um dos aspectos que contribuiu para tal reconhecimento foi o fato de alguns artigos de jornais, publicados na década de 1930 e 1940, compararem a sua produção histórica com a do próprio Mário Melo e com a do consagrado historiador Pereira da Costa, colocando-os lado a lado, seja para encontrar semelhanças ou diferenças.

Na década de 1930, quando as narrativas históricas de Mário Sette começaram a ganhar público, Francisco Augusto Pereira da Costa (1851-1923), que havia falecido desde 1923, era um dos mais estimados nomes ligados ao IAHGP, juntamente com Alfredo de

⁴²² Sobre a trajetória intelectual de Mário Melo, ver: CAVALCANTI, *Op. Cit.* 2017; SILVA, *Op. cit.* 2021.

⁴²³ Para saber mais sobre essas discussões e sobre a criação da Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais, ver: CANTARELLI, Rodrigo. **Contra a conspiração da ignorância com a maldade: A Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais e o Museu Histórico e de Arte Antiga do estado de Pernambuco.** 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2012.

⁴²⁴ Na minha dissertação, busquei explorar a atuação de Mário Melo como um intelectual mediador. Ver: CAVALCANTI, *Op. cit.* 2017.

Carvalho (1870-1916) e Oliveira Lima (1867-1928). Pereira da Costa participou ativamente da instituição, tornando-se sócio benemérito, em 1887, e, posteriormente, passou a assumir funções estratégicas na mesma, como a de 2º vice-presidente e a de um dos integrantes do Estatuto e Redação da Revista, durante vários anos. Além disso, foi um pesquisador incansável, deixando para a posteridade uma vultosa compilação de fontes primárias em suas obras. Seus interesses iam desde temas históricos relacionados à História de Pernambuco, voltando-se principalmente para os estudos sobre o Brasil holandês, até às manifestações da cultura popular, chamada na época de folclore. Como afirmou Manuel Correia de Andrade, na obra “Pereira da Costa: o homem e a obra”, ele era:

um homem curioso... gostava de andar pelas ruas, parar nas esquinas, de conversar com as pessoas e de comer as comidas vendidas por populares, nos tabuleiros, nas barracas existentes nas esquinas. Não se limitava a comer os alimentos, mas também conversar com seus vendedores, procurando saber como eram fabricados e a origem da matéria-prima que utilizavam para a sua confecção.⁴²⁵

Sua preocupação com a preservação e o reconhecimento da cultura popular lhe motivou para a produção da obra “Folk-Lore Pernambucano”, publicada em 1909. Ela tem 600 páginas dedicadas a crenças populares, à poesia popular, aos cancioneiros, aos pastores, aos brinquedos infantis, dentre outros temas, e serviu como material bibliográfico para a elaboração de trabalhos de autoria de Câmara Cascudo, Mário Souto Maior, Gilberto Freyre e do próprio Mário Sette. Pereira da Costa também é autor de “Vocabulário Pernambucano”, uma compilação de palavras e termos comumente utilizados pelos pernambucanos, que foi produzida em 1916, mas que só foi publicada na *Revista do IAHGP* de volume 34, em 1936. Porém, a sua grande obra foi “Anais Pernambucanos”, que contou com 10 volumes, publicados em 1951, ano em que se comemorou o seu centenário.

Em um artigo de autor e data não identificados, mas que provavelmente foi publicado pouco tempo antes do lançamento de “Maxambombas e Maracatus”, aponta-se que Mário Sette e Pereira da Costa estavam no mesmo patamar de “remexedores de arquivos” e também de cronista, que, aliás, era como Pereira da Costa gostava de ser reconhecido⁴²⁶. No entanto, distingue-os da seguinte maneira: Pereira da Costa priorizava o “documento puro”, contendo em suas obras “o material bruto que o desvelado cronista reunia com a paciência heroica e

⁴²⁵ ANDRADE, Manuel Correia de. **Pereira da Costa: o homem e a obra**. 2002. p. 135. *Apud.* SOUZA, George Félix Cabral de. NEVES, Fernando Ivo; LEÃO, Reinaldo Carneiro; GALVÃO, Tácito Cordeiro (Orgs). **Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano: breve história ilustrada**. IAHGP. Recife, 2010. p. 58.

⁴²⁶ Nos necrológios publicados sobre Pereira da Costa no *Diário de Pernambuco*, ele foi apontado como “o mais paciente investigador de nosso passado, o mais autorizado cronista de Pernambuco”. In: *Diário de Pernambuco*, Recife, 22 de novembro de 1923. *Apud.* SILVA, *Op. cit.* 2021. p. 145.

tenaz das formigas”; já Sette, produzia uma história mesclando realidade e ficção e fazendo “ao seu jeito, crônicas de um Recife que é contemporâneo de grande parte da população”.⁴²⁷ Anos depois, em um texto crítico sobre “Arruar”, publicado provavelmente em 1948, Lucilo Varejão também os comparou, alegando que a característica que unia os seus trabalhos era a valorização do passado social. Assim, diz o escritor: “Mário Sette foi o único escritor, depois de Pereira da Costa, a se preocupar com o nosso passado social, vasculhando em todos os sentidos, quanto arquivo público ou privado se lhe deparou.”⁴²⁸

Em outro artigo, que certamente foi publicado nesse mesmo ano, pois trata sobre o lançamento de “Arruar”, Guilherme Aragão destaca semelhanças entre Mário Sette, Pereira da Costa e ainda inclui Mário Melo. Segundo o autor, eles foram vistos como “a trinca dos ‘big-three’ da história em filigranas, de Pernambuco”. Mas o que se quis dizer com tal afirmação? A palavra “filigrana” tem muitos significados, podendo designar tanto a técnica de ourivesaria que consiste na aplicação de ouro e prata entrelaçados ou soldados delicadamente, quanto significar algum detalhe, minúcia, “ninharia”, e que, por isso, teria um valor menor, sem importância. Julgamos que a razão para a utilização de tal termo tenha a ver com o fato de os três historiadores possuírem em comum a característica de serem cronistas⁴²⁹. Cada um a seu modo (e no caso de Pereira da Costa, em um contexto diferente), eles se dedicaram à publicação de crônicas históricas, fossem elas marcadas por temáticas que envolviam a ideia de tradição, vinculada a preservação e divulgação da cultura popular, ou por assuntos ancorados à História do Brasil. É possível encontrar na escrita da história produzida por eles fragmentos pitorescos da história, isto é, “miudezas”, que contém uma razoável dose de imaginação, muitas vezes desconsideradas por aqueles que só se dedicavam a escrever sobre a “grande história”. Assim, afirmar que Mário Sette, Mário Melo e Pereira da Costa produziram “história em filigranas” significa dizer que eles tinham em comum o fato de atuarem como verdadeiros “ourives” ao se utilizarem de técnicas específicas para entrelaçar o documento e a imaginação, produzindo a escrita de uma história pitoresca.

Mais adiante no capítulo vamos nos debruçar de forma mais minuciosa sobre essas características da escrita da história de Mário Sette. Além disso, vamos também traçar

⁴²⁷ “Cousas da Cidade”. *Jornal Pequeno*. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

⁴²⁸ VAREJÃO, Lucilo. “Arruar”. *Jornal Pequeno*. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

⁴²⁹ Mário Melo, por exemplo, possuía colunas diárias em vários jornais pernambucanos, dentre estas estavam as sessões “Crônicas da cidade”, no *Jornal do Commercio*, “Ontem, Hoje, e Amanhã”, no *Jornal Pequeno*, de 1934 a 1945, quando passou a ser divulgada no *Folha da Manhã*, jornal que ancorou também a sua coluna “História em pequenas doses”, publicada de 1940 a 1946, só para citar algumas. In: CAVALCANTI, *Op. cit.* 2017. p. 21-22.

comparações mais precisas entre a produção historiográfica dele e a de Mário Melo, partindo da premissa de que os dois, mais do que Pereira da Costa, que não fez parte de uma mesma geração⁴³⁰, voltaram-se para a produção de uma história pitoresca que deveria ser “ensinável”, utilizando para isso mídia de grande circulação, como os periódicos, os livros e até o rádio (sobretudo no caso de Sette). Mais precisamente, nossa ideia será pensar que eles integraram a mesma tradição intelectual⁴³¹ e fizeram parte de um conjunto de intelectuais que atuaram como mediadores culturais. Mas, por enquanto, nossa intenção aqui é, principalmente, ressaltar a hipótese de que esse jogo de comparações garantiu certa notoriedade para a escrita da história de Mário Sette; afinal, ele foi colocado ao lado de respeitáveis nomes da historiografia pernambucana, estimados historiadores do IAHGP.

4.3 SOB A “IGREJINHA” DO IAHGP E AS OUTRAS INSTÂNCIAS DE LEGITIMAÇÃO INTELECTUAL

De acordo com o que pensava Mário Melo, faltava a Mário Sette dar o passo mais importante para a conquista de sua legitimação enquanto produtor de conhecimento histórico: o ingresso ao Instituto Histórico. Isso porque, para o secretário perpétuo do IAHGP, somente como membro dessa instituição é que a sua produção histórica seria devidamente respeitada.⁴³²

Mário Sette foi nomeado para compor o quadro de sócios do IAHGP em 12 de fevereiro de 1935, apesar das críticas feitas por Mário Melo à sua escrita da história, vista como de pouco rigor metodológico. Ele foi eleito sócio correspondente da instituição, junto com Eduardo Duarte, diretor do museu Júlio Castilho e secretário perpétuo do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul, e José Maria Francisco Rodrigues de Oliveira, historiador

⁴³⁰ Vamos utilizar a noção de geração atrelada ao conceito de intelectuais de Jean-François Sirinelli. In: SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: René Rémond (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: EdUfrj / Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2003.

⁴³¹ Segundo Angela de Castro Gomes, a categoria de tradições intelectuais está inscrita nos mecanismos identitários das gerações. Ela aponta que: “(...) as tradições intelectuais não são contínuas no tempo, variando conforme a área cultural e a disciplina, convivendo e se superpondo. Uma tradição tem seus temas, procedimentos, referências organizacionais e simbólicas e suas figuras-chave. As tradições podem se fundir ou, ao inverso, multiplicar-se em dado momento, para o que é preciso considerar a situação do ‘pequeno mundo intelectual’, além da conjuntura política maior. As tradições intelectuais marcam o perfil de gerações, que nelas e por elas procuram se demarcar. As tradições exigem suportes ‘materiais’, que a noção de lugar de sociabilidade nos ajuda a mapear e a dotar de um sentido subjetivo, uma ‘convivência’ que a memória comum irá registrar.” In: GOMES, *Op. cit.* 2013. p. 43.

⁴³² SILVA, *Op. cit.* 2021. p. 165.

português de Funchal, ilha da Madeira⁴³³. Tal tipo de vinculação foi atribuído a ele porque, na época, Sette morava em Maceió; mas já em 1936 se tornou sócio efetivo, uma vez que voltou a residir em Recife.⁴³⁴

Claramente, a sua nomeação para membro do IAHGP não aconteceu pelo fato dele ter se dedicado à produção de um discurso científico e controlado pelos pares. Nossa hipótese é a de que ela possa ter sido influenciada principalmente pelo prestígio que ele havia conquistado como escritor, tanto no mercado editorial quanto entre os leitores. Especialmente pelo sucesso de sua obra “Maxambombas e Maracatus”, que, apesar de vista como resultado da mescla entre “literatura e história”, foi validada por alguns historiadores que ressaltaram a relevância dos documentos utilizados pelo autor.

Antes mesmo de se tornar membro do Instituto, ele já havia publicado dois textos na *Revista do IAHGP*: “Ruas e arrabaldes do Recife antigo” e “O cais da lingueta”, nos volumes 32, de 1932, e 33, de 1935, respectivamente. Esses e todos os seus outros textos presentes na revista são nada mais do que reproduções de suas crônicas históricas, o que demonstra que, mesmo publicando em um veículo direcionado quase que exclusivamente aos pares, ele não se esforçou em produzir grandes sínteses interpretativas sobre a História do Brasil, ou de Pernambuco, nem em elaborar análises minuciosas sobre fontes históricas inéditas. Na realidade, apesar do IAHGP ser uma instituição reconhecida como o mais importante espaço de controle disciplinar da História, enquanto saber científico em Pernambuco na época, e sua revista ser voltada para um público específico de eruditos, era mais do que comum a publicação de crônicas históricas simples que tratavam de conteúdos anedóticos. O próprio secretário perpétuo, Mário Melo, e também outros historiadores consagrados na instituição, como Pereira da Costa e Alfredo de Carvalho, se dedicaram a esse tipo de produção historiográfica.

A título de exemplo, podemos destacar algumas das crônicas de Alfredo de Carvalho, figura que fez parte da comissão de redação da *Revista do IAHGP* de 1901 a 1916, ano de seu falecimento. Seus textos abrangem uma ampla gama temática, desde aspectos da vida das sociedades indígenas, como no artigo “A saudação lacrimosa dos índios”, publicado no número 64, de 1904; até anedotas históricas, como: “O padre do Ouro” e “A morte do almirante Pater”, na edição de volume 13, de 1908; e temas ligados à história da sexualidade,

⁴³³ Para Mário Melo, o IAHGP era o principal centro de legitimação historiográfica. In: “Instituto Arqueológico. Associações”. *Diário da Manhã*. Recife, 15/02/1936; *RIAHGP*, Recife, v. 33, n. 155-158, 1933-1935.

⁴³⁴ Mário Sette viveu em Maceió com sua família de 1932 a 1936 por motivo de transferência no emprego público nos Correios e Telégrafos.

como em “A magia sexual no Brasil”, no número 105/106, de 1919. Segundo consta no livro “Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Breve história ilustrada.”, este autor foi um grande incentivador de que:

o Instituto abandonasse temáticas que até então eram incessantemente tratadas e discutidas, como a Restauração Pernambucana, prestando atenção em outros momentos do passado pernambucano, mesmo aqueles nos quais a ausência de heróis ou de confrontações de grande monta constituíssem uma aparência de calma a-histórica⁴³⁵.

A edição de volume 29, de 1928-1929, é outra amostra interessante quando se trata da presença de crônicas históricas na *Revista* do IAHGP. Nela, podemos ressaltar textos como: “Danças Populares”, de Samuel Campello; “A furna da Serra Talhada” e “Antiguidades do açúcar no Brasil”, de Mário Melo; “O Senhor dos Passos do Recife”, de Zeferino Lima; “As lendas de Itamaracá”, de José Theóphilo; “A lenda das Águas Férreas de Caxangá”, “Nossa Senhora do Ó”, de Niany; “Lendas de Serinhaém”, de Osíris Caldas; “A evolução da Indústria de tecidos de algodão em Pernambuco”, de Othon Bezerra de Mello; “Trajes coloniais em Pernambuco”, de Pereira da Costa.⁴³⁶

A presença dessas crônicas históricas na *Revista* do IAHGP nos faz pensar a respeito das ambiguidades que envolviam a construção do campo da História como uma área de conhecimento científico e moderno, que ainda estava em processo de autonomização na primeira metade do século XX, e também sobre a formação dos historiadores enquanto profissionais especializados. Isso porque, é uma demonstração clara da amplitude do que poderia ser reconhecido como uma produção historiográfica, na medida em que os textos presentes na *Revista* podiam abarcar tanto temas da história política e cronológica, quanto da história social e pitoresca, estudos sociológicos, folclóricos, dos costumes, do cotidiano, etc. Além disso, também revela o que parece ser uma contradição em relação às modalidades narrativas que compunham a *Revista*, pois, como um veículo destinado a um público de pares especializados no saber histórico poderia abarcar grande quantidade de crônicas históricas, gênero que na sua essência é formado por textos simples, de pouco primor metodológico, e voltados para um amplo e diversificado público?

Nosso interesse aqui não é fazer uma análise aprofundada sobre a presença de crônicas na *Revista* do IAHGP, mas visa apenas defender o fato de que não havia, portanto, uma dicotomia rígida entre uma escrita histórica de caráter mais “profissional”, supostamente própria ao IAHGP, e a que se fazia nos jornais e outras modalidades de publicação. Além

⁴³⁵ SOUZA; NEVES; LEÃO; GALVÃO (Orgs). *Op. cit.* 2010. p. 67.

⁴³⁶ *Revista do IAHGP*, v. 29, ns. 135 a 142. Recife, 1928-1929.

disso, concluímos também que, ao publicar suas crônicas históricas neste periódico, Mário Sette não foi visto com estranhamento pelos outros sócios da instituição; ao contrário, eles já estavam muito habituados com esse tipo de escrita da história.

As crônicas de Mário Sette estão presentes em praticamente todos os volumes da *Revista* de 1932 a 1944, com exceção do volume 34, de 1936, o qual foi todo dedicado à publicação da obra “Vocabulário Pernambucano”, de autoria do finado Pereira da Costa, e também do volume 35, onde se anuncia sua vinculação como sócio do Instituto. Sendo assim, ele publicou um total de 6 textos nessa revista, um número até razoável, quando comparado a outros historiadores que também fizeram parte dos 50 sócios efetivos da instituição, mas que nunca tiveram essa oportunidade⁴³⁷.

Segue abaixo um quadro que apresenta todos os textos de Mário Sette publicados na *Revista do IAHGP*.

Textos de Mário Sette na <i>Revista do IAHGP</i> (1932-1944)

Edição da Revista do IAHGP	Título do texto de Mário Sette
<i>Revista do IAHGP</i> , v. 32, de 1932	“Ruas e arrabaldes do Recife antigo”
<i>Revista do IAHGP</i> , v. 33, 1933-1935	“O cais da Lingueta”
<i>Revista do IAHGP</i> , v. 36, 1939-1940	“Olinda na lenda, na história e no pitoresco social de antigamente”
<i>Revista do IAHGP</i> , v. 37, 1941-1942	“Músicas e danças”
<i>Revista do IAHGP</i> , v. 38, 1943	“Carnaval do meu tempo”
<i>Revista do IAHGP</i> , v. 39, 1944	“Nosso grande amigo Duarte Coelho”

⁴³⁷ Ao analisarmos os índices das edições das *Revistas* do IAHGP publicadas durante o período em que Mário Sette foi sócio da instituição, nos deparamos, por exemplo, com a ausência de trabalhos publicados por Fernando Pio, que também tornou-se membro na mesma época que ele. Além disso, é possível perceber também que há quase que uma repetição dos mesmos nomes nas edições, o que nos faz pensar que a revista era, portanto, palco para a divulgação dos trabalhos de historiadores mais conhecidos e consagrados, que monopolizavam as suas páginas. Um caso especial era Mário Melo, que publicou um ou mais trabalhos em praticamente todas as edições da revista publicadas durante a primeira metade do século XX, o que não ocorria por acaso, uma vez que era o principal integrante da comissão de estatutos e redação da revista, exercendo, assim, o papel estratégico de selecionar os textos que poderiam ser divulgados nela. Sobre o papel de Mário Melo no IAHGP, ver: CAVALCANTI, *Op. cit.* 2017; SILVA, *Op. cit.* 2021.

Durante os 15 anos em que viveu como sócio do IAHGP, Mário Sette não participou de nenhuma reunião ordinária, nem dos eventos ou comemorações organizadas pela instituição. Além disso, o seu nome não foi citado nenhuma vez nos relatórios do secretário perpétuo. Sendo assim, a sua presença na instituição resumiu-se apenas à publicação de crônicas históricas na *Revista*, o que, embora significativo, não foi suficiente para superar o estigma de ser considerado como um “intelectual menor” pelo próprio secretário perpétuo, pelo fato dele não ter produzido uma escrita da história “rigorosamente dentro da História”.

Inclusive, na produção de uma escrita de si, Mário Sette gostava de minimizar a importância das entidades de que fazia parte, sobretudo o IAHGP, sobre a qual pouco comentou nos seus escritos biográficos. Na análise da documentação, encontramos pouquíssimas menções ao Instituto em notas biográficas escritas sobre ele e nenhuma presente nos prefácios de seus livros. Ele costumava ressaltar que não pertencia a “igrejinhas” de que era membro, visando deixar claro que tinha conquistado seu prestígio por mérito próprio, e não por fazer parte de importantes redes de sociabilidades e de legitimação intelectual⁴³⁸. Mário Sette também gostava de salientar o “voo livre” de suas produções históricas, que não tinham a “chancela dos institutos posto se embalsamem com a peculiaridade e a verossimilhança da nossa paisagem e da nossa gente”, como salientou em *Arruar*.⁴³⁹

No entanto, é importante atentar para o fato de que, ao fazer esse tipo de declaração, ele ocultava a sua provável inspiração nas crônicas históricas de caráter social e pitoresco publicadas por Alfredo de Carvalho e Pereira da Costa nas edições da *Revista* da instituição, como já demonstramos. Além disso, diferente da imagem que ele construiu sobre si mesmo, como um intelectual que não precisava do aval das “sociedades de discurso” que participava, não podemos negar que ter sido sócio do IAHGP, importante lugar de sociabilidade intelectual e reconhecido espaço de controle das produções historiográficas e dos discursos históricos de e em Pernambuco, contribuiu para a legitimação de Mário Sette como produtor de conhecimento histórico. Mas não só, consideramos até que essa associação também tenha aberto portas para oportunidades significativas em sua trajetória intelectual, como a sua participação no corpo docente do primeiro curso universitário de História em Pernambuco, ministrando as aulas de História do Brasil, a partir de 1939.

Mas essa não foi a única instância de legitimação de suas produções históricas. Numa época em que os Institutos Históricos começaram a perder prestígio como o único lugar de autoridade dos historiadores para as editoras (sobretudo com o sucesso alcançados pelas

⁴³⁸ SETTE, 1980. *Op. cit.* p. 205.

⁴³⁹ SETTE, Mário. **Arruar**: História pitoresca do Recife Antigo. 4 ed. CEPE: Recife, 2018, p. 43.

coleções), como foram os anos de 1930,⁴⁴⁰ Mário Sette também foi visto como um relevante autor de livros de história, publicando nas mais importantes editoras do Brasil no momento.

Não podemos nos esquecer que nessa época, ele já era um escritor reconhecido. Como vimos no capítulo anterior, o seu “Senhora de Engenho” já tinha dado o que falar e já possuía cerca de 4 edições, sendo a última delas publicada em 1923 pela editora portuguesa dos Irmãos Lello. Desde o final da década de 1920, ele também já publicava traduções de romances franceses na coleção *Biblioteca das Moças* na prestigiada Companhia Editora Nacional, por onde também lançou o romance “Seu Candinho da Farmácia”, de 1932. Sem falar que o seu livro de história para escolares, “Brasil minha terra!”, de 1928, foi lançado pela Editora Companhia Melhoramentos, uma das mais importantes editoras de livros didáticos do Brasil no momento.

Ao longo dos anos 1930, ele foi angariando ainda mais valor para o seu nome no mercado editorial, o que culminou com a publicação de “Os Azevedo do Poço”, em 1938, pela José Olympio, a maior livraria/editora no campo das edições literárias e livros não didáticos do país. O impacto da José Olympio era tão grande na época que quem conseguisse editar seus livros por ela passou a ser considerado como produtor de uma “literatura nacional legítima” e também como aquele que tinha garantido para si o ingresso no panteão de intelectuais que construíam a “cultura nacional”.⁴⁴¹

Além da José Olympio, ao longo da década de 1940, o nome de Mário Sette também se ancorou a outras editoras importantes, como a já mencionada Companhia Melhoramentos, pela qual publicava as sucessivas edições de “Brasil, minha terra!”; a Livraria Martins, por onde saiu mais um de seus livros de crônicas históricas, “Anquinhas e Bernardas”, de 1940; a Edições Cultura Brasileira, por onde publicou a primeira edição de “Maxambombas e Maracatus”, de 1935, e “Barcas a vapor”, de 1945; a Editora Guaira, pela qual lançou o seu “Onde os avós passaram...”, de 1946; e, finalmente, a Casa do Estudante do Brasil por onde saiu “Arruar”, de 1948.

Pelo seu sucesso no mercado editorial podemos presumir que Mário Sette foi um autor de certa audiência, na medida em que conquistou muitos corações e mentes de crianças e adultos de todas as idades, durante quase todo o século XX. De acordo com os estudos sobre a história das audiências, a análise dos públicos é imprescindível para se entender as instâncias

⁴⁴⁰ FRANZINI, *Op. cit.* 2006.

⁴⁴¹ PONTES, Heloisa. “Retratos do Brasil: editores, editoras e ‘coleções brasileira’ nas décadas de 30, 40 e 50”. In: S. Miceli (org.). **História das ciências sociais no Brasil**. v.1, 1ª ed. São Paulo: Sumaré. pp. 419-476; FRANZINI, *Op. cit.* 2006. p. 13.

e condições de legitimação de uma produção histórica. Segundo o historiador Fernando Nicolazzi, o lugar social e epistemológico ocupado pelos historiadores profissionais deve compreender as formas como a história é recebida e apropriada pelos diferentes públicos.

Ao dar novos contornos sobre as considerações de Michel de Certeau, que definem o fazer da história como plenamente dependente de um público autorizado e habilitado com credenciais reconhecidas, o autor chama a atenção para outros públicos, formados, sobretudo, por não especializados.⁴⁴² Para ele, estes também oferecem modos de legitimação particulares, pois são capazes de construir críticas, de *produzir crenças*, criando, portanto, um outro regime historiográfico, diferente daquele produzido pelos “historiadores propriamente ditos”, definido a partir de suas próprias demandas por história que impactam diretamente na fabricação das estratégias narrativas utilizadas por aqueles que vão se dedicar à tarefa de narrar a história.⁴⁴³

Nesse sentido, esse tipo de investigação que parte da história das audiências tem como objetivo analisar as variadas formas de como se lê, se vê, se ouve e se vive a história.⁴⁴⁴ Porém, como salientou Jurandir Malerba, o principal problema para se trabalhar na perspectiva da história das audiências é o acesso a amostragens da recepção da escrita da história pelo leitor comum ou médio⁴⁴⁵, pois este nem sempre deixa rastros a respeito do que lê ou ouve.

Em relação às narrativas históricas de Mário Sette, o que sabemos é que seus públicos leitores e ouvintes eram formados tanto por crianças, das séries primárias e secundárias, das escolas públicas e privadas de vários estados do Brasil, que liam seus livros escolares, quanto por adultos, homens e mulheres, sobretudo aqueles não necessariamente iniciados no conhecimento histórico, que tinham o hábito de ler jornais, livros de história e ouvir programas de rádio. Nos próximos capítulos, vamos fazer um esforço maior de tentar identificar mais indícios a respeito desses grupos, na medida em que investiremos na análise das mídias utilizadas por ele para disseminar seus textos e das modalidades narrativas empregadas, pensando a partir da ideia de que seus públicos não são uma entidade em si, mas

⁴⁴² NICOLAZZI, Fernando. “Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública.” **Revista História Hoje**. V.8. n. 15. p. 203-222, 2019.

⁴⁴³ Segundo Nicolazzi, a noção de regime historiográfico se refere “às formas de ‘escrita’ e de ‘expressão’ da história e de elaboração do saber histórico que são efetivados em determinado regime de historicidade, não é forçoso considerar que a historiografia acadêmica produzida pelos historiadores de formação é apenas uma das modalidades discursivas que atuam em um mesmo regime de historicidade, o qual permite a coexistência, então, de uma variedade de regimes historiográficos.” In: NICOLAZZI, *Ibid.* p. 211.

⁴⁴⁴ MALERBA, Jurandir. “Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital”. **Revista Brasileira de História**. v. 37. n. 74. São Paulo, 2017.

⁴⁴⁵ Idem.

criações da enunciação e do próprio enunciador. Mas por enquanto, a nossa ideia neste tópico é focar, principalmente, na leitura daqueles que dispõem de maior conhecimento em relação aos protocolos definidores da operação historiográfica, na intenção de analisar as redes de sociabilidade intelectual em que Mário Sette estava inserido.

À medida que Mário Sette alcançava sucesso no mercado editorial e ganhava destaque entre os círculos intelectuais, seus livros de história passaram a ser utilizados como referência em outros estudos interessados nas fontes e temas abordados por ele. Um exemplo disso é a obra “Maxambombas e Maracatus”, que foi citada em um artigo de Basílio de Magalhães, conforme destacado por Hélio Vianna⁴⁴⁶, e também no livro “Imagens do Nordeste místico em preto e branco”, de Roger Bastide, de 1945⁴⁴⁷. Além disso, em maio de 1948, ele recebeu um convite da comissão executiva do 4º Congresso de História Nacional para relatar a tese nº 32 “Entre Olinda e Recife. Mascates. A insurreição e o seu significado. Ação repressiva da metrópole”, o que nos faz pensar que, após a repercussão positiva de “Arruar”, Mário Sette foi definitivamente reconhecido pelo IHGB, instituição que ainda resistia como o lugar de maior autoridade na produção de estudos históricos no Brasil e também a mais importante rede de sociabilidade daquele campo intelectual.⁴⁴⁸

Vale ressaltar ainda a ressonância internacional que seu nome estava conquistando, na medida em que, em 1944, recebeu um convite de C.A. Nicolas, do Instituto de Pesquisa em Biografia de Washington, Estados Unidos, para ser incluído na terceira edição da Enciclopédia Biográfica do mundo, a qual buscou registrar “as pessoas em cada país cujas realizações em seus respectivos campos são dignas de reconhecimento”⁴⁴⁹. Seus livros também foram amplamente comentados e resenhados por importantes intelectuais da época, como: Herman Lima, Levi Carneiro, José Condé, Gustavo Barroso, Hélio Vianna, Basílio de Magalhães, Augusto Tavares de Lyra, dentre outras figuras de proa.

⁴⁴⁶ Carta de Hélio Vianna para Mário Sette de 17/04/1945. Presente no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

⁴⁴⁷ Roger Bastide, sociólogo francês que, em 1938, veio ao Brasil para ocupar a cátedra de sociologia na recém-criada Universidade de São Paulo. Quem comenta que ele utilizou o livro de Mário Sette como referência para a sua produção foi Herman Lima, em uma correspondência remetida ao escritor pernambucano. In: Carta de Herman Lima para Mário Sette de 07/01/1946. Presente no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

⁴⁴⁸ Carta de Augusto Tavares de Lyra (IHGB) para Mário Sette de 20/05/1948. Presente no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco. Não é possível ter certeza, mas, provavelmente, Mário Sette não compareceu ao 4º Congresso de História Nacional ocorrido em 1949, na sede do IHGB, no Rio de Janeiro, pois, segundo o seu filho, Hilton Sette, neste ano, ele começou o seu tratamento contra o tumor cerebral que o levou a morte um ano depois. In: SETTE, Hilton, “As memórias de meu pai”. SETTE, *Op. cit.* 1980. p.14.

⁴⁴⁹ Carta de C.A. Nicolas para Mário Sette de 24/10/1944. Presente no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

Na tabela abaixo segue uma lista dos principais interlocutores com os quais Mário Sette se correspondeu durante as décadas de 1930 e 1940 para que possamos dimensionar suas redes de relações na época.

Correspondências remetidas a Mário Sette entre 1930 e 1940

Remetente	Data de emissão	Nota biográfica do remetente
José Lello (Livraria/Editora Lello)	05/09/1933 26/10/1933	Dono, junto com seu irmão Antonio, da Livraria e Editora Lello, fundada em 1906. Nela, José Lello atuou na função de editor, publicando grandes nomes da literatura europeia, com destaque para Eça de Queiroz e Camões, e também brasileira, como Euclides da Cunha, Silvio Romero, Coelho Neto, Manoel Bomfim e o próprio Mário Sette.
Maurício Hilário Barreto Nabuco de Araújo (1891-1979)	14/07/1938	Filho de Joaquim Nabuco. Foi político, historiador e diplomata, assumindo inúmeros cargos importantes na burocracia estatal durante o regime do Estado Novo. Foi embaixador do Brasil em vários países, como Chile, de 1937 a 1939, e Vaticano, de 1944 a 1948, e também assumiu a função de secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, no lugar de Osvaldo Aranha, titular da pasta.
Érico Veríssimo (1905-1975)	21/11/1934	Escritor e tradutor gaúcho que, durante a década de 1930, tornou-se secretário de redação da revista Globo.
Monteiro Lobato (1882-1948)	29/01/1936 18/02/1936 11/05/1937	Escritor, tradutor e importante nome no mercado editorial brasileiro. Dirigiu a <i>Revista do Brasil</i> , de 1918 a 1925, fundou e dirigiu as editoras Monteiro Lobato e Cia. e a Companhia Editora Nacional, as quais tiveram grande destaque no Brasil durante as décadas de 1920, 1930 e 1940.
Galeão Coutinho (1897-1951)	19/08/1936 25/08/1936	Nascido em Minas Gerais, foi escritor, jornalista e proprietário da Editora Cultura Brasileira, a qual faliu em 1938.
Álvaro Lins (1912-1970)	7/1/1936	Jornalista, político, crítico literário e professor pernambucano. Em 1934, assumiu o cargo de Secretário do Governo Estadual e, em 1936, fazia parte da chapa do Partido Social Democrático (PSD) de Pernambuco para concorrer a uma vaga na Câmara dos Deputados, mas, com o golpe do Estado Novo, deixou a secretaria

		do Estado. Foi diretor do jornal <i>Diário da Manhã</i> , de 1937 a 1940.
Herman Lima (1897-1981)	06/08/1936 28/11/1936 07/01/1946 07/02/1946 09/12/1946 25/07/1947 21/11/1947 30/04/1948 04/07/1948 16/03/1950	Escritor, tradutor e político cearense. Entre os seus livros de maior notoriedade, estão “Tejipió” (1924), “Garimpos”(1930). Na política, atuou como secretário do presidente Getúlio Vargas, entre 1933 e 1937, e, durante o Estado Novo, foi funcionário da Delegacia do Tesouro Brasileiro, em Londres.
Décio Pacheco Silveira	25/04/1937	Crítico literário, músico e produtor de rádio. Irradiador do programa “A Hora da Saudade”, na <i>Rádio Difusora de São Paulo</i> , que fez grande sucesso na época.
Editora José Olympio	09/03/1938	Um das mais importantes editoras de livros não didáticos do Brasil durante as décadas de 1930 e 1940.
Christovam Leite de Castro (1904-2002)	20/05/1939	Nascido em Minas Gerais, foi funcionário do Conselho Nacional de Geografia e Secretário-Geral desde sua criação, em 1937, até 1950. Membro da Comissão de Geografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (1946), da Comissão Brasileira da União Geográfica Internacional e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, durante os anos 1940.
<i>Revista de Letras e Artes Ciências</i>	29/10/1938	
Atilio Garcia Mellid (1901-1972)	11/07/1937 13/03/1939	Escritor, ensaísta e historiador argentino.
Benjamin Garay (? - 1943)	28/01/1939	Tradutor argentino radicado no Brasil. Responsável pela intermediação e divulgação de escritores argentinos no Brasil e também de autores brasileiros na Argentina. Ele traduziu vários livros, com destaque para as obras de Monteiro Lobato, com quem tinha relações afetivas muito estreitas, Graciliano Ramos, Mário Sette, dentre outros.
Companhia Editora Nacional	11/02/1939	De propriedade de Monteiro Lobato e Octalles Marcondes, foi uma importante editora de livros durante os anos de 1930 e 1940.
Américo Palha	28/06/1939	Escritor e jornalista mineiro. Foi o 1º secretário do Instituto Brasileiro de Cultura nos anos de 1940.

José Cândido de Carvalho (1914-198)	11/10/1939 15/09/1939 25/10/1939	Jornalista carioca. No final dos anos 1930 era representante de publicidade da <i>Revista Ilustrada</i> .
Percy Alvin Martin (1879-1942)	20/11/1939	Historiador e diplomata norte-americano no Brasil. Autor do livro “Introdução à Psicologia Social” (1936) e “Quem é quem na América Latina”, um dicionário biográfico dos principais escritores brasileiros e hispano-americanos.
Mario Porto	03/01/1941 04/1945 06/02/1945	Diretor do Instituto Educacional Brasil-América e da Revista de Educação
B.B.C de Londres	18/01/1944 19/10/1944 28/12/1944 23/03/1945 13/04/1945 29/03/1945 21/11;1946	A British Broadcasting Corporation (B.B.C) era uma corporação de rádio inglesa, que possuía sede no Brasil. As cartas foram enviadas pelos representantes da companhia: R.S. Baker, W.A. Tate, Stuart Annan.
Silveira Peixoto (1909-2006)	20/09/1944 06/03/1945	Jornalista e radialista, nascido em São Paulo. Diretor geral da Editora Guaíra.
Basílio de Magalhães (1874-1957)	04/10/1944 09/05/1945	Jornalista, político, historiador, etnólogo e folclorista mineiro. Foi diretor da Biblioteca Nacional (1917-1918), professor catedrático de História Geral e do Brasil da Escola Normal (depois Instituto de Educação do Rio de Janeiro), da qual foi diretor. Participou de congressos pedagógicos e de comissões examinadoras no Itamarati.
C.A. Nicolas	24/10/1944	Representante do Instituto de Pesquisa em Biografia de Washington, Estados Unidos.
Gustavo Barroso (1888-1959)	08/01/1945	Jornalista, político, folclorista, romancista e professor cearense. Presidente da ABL em 1932, 1933, 1949 e 1950. Foi diretor do Museu Histórico Nacional, membro do IHGB, da Ação Integralista Brasileira (AIB). Representou o Brasil em várias missões diplomáticas, entre as quais a Comissão Internacional de Monumentos Históricos e a Exposição Comemorativa dos Centenários de Portugal (1940-1941).
Hélio Vianna (1908-19072)	17/04/1945 26/05/1946 11/09/1946	Historiador, escritor e professor mineiro. Membro da Ação Integralista Brasileira (AIB) e por ela passou a lecionar História do Brasil nos cursos promovidos pelo

	19/10/1947 06/09/1948 27/09/1948	Departamento de Doutrina da Província da Guanabara. Foi, em 1939, o primeiro catedrático de história do Brasil da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFi-UB). Em 1941 assumiu a cátedra de história da América na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro. Foi membro da Comissão de Estudos dos Textos de História do Brasil do Ministério das Relações Exteriores, da comissão diretora de publicações da Biblioteca do Exército, subordinada ao Ministério da Guerra, do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural e coordenou a Comissão Nacional dos Livros Didáticos na Seção de História para a educação básica do Ministério da Educação. Colaborou em diversas revistas, com destaque para a revista <i>Cultura Política</i> . Sua ligação com o Estado Novo era muito forte.
Maria do Carmo Pinto Ribeiro	18/04/1945	Diretora do departamento de Educação do Estado de Pernambuco.
Levi Carneiro (1882-1971)	24/03/1946 15/10/1946 20/11/1946 05/05/1947	Escritor, advogado e político carioca. Foi consultor geral da República no governo de Getúlio Vargas, até 1932, e deputado Constituinte em 1934. Representou o Brasil em diversas comissões e conferências internacionais. Foi membro da ABL e diretor da <i>Revista Brasileira</i> , a qual era associada à instituição.
Théo Filho (1895-1973)	02/06/1947	Escritor e jornalista carioca. Editor da revista <i>Beira-mar</i> .
Augusto Tavares de Almeida	19/02/1947 12/08/1947	Representante do secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo de Portugal.
José Condé (1917-1971)	05/12/1947 13/12/1947	Jornalista e escritor nascido em Caruaru, Pernambuco. Fundou, junto com os irmãos, um importante e influente periódico voltado para o mundo das letras: o <i>Jornal de Letras</i> .
Arquimedes de Melo Neto	09/12/1947 07/04/1948 16/04/1948	Escritor e editor pernambucano. Proprietário e editor na Editora Casa do Estudante do Brasil e diretor da <i>Revista Rumo</i> , durante os primeiros anos de 1940, a qual estava associada à editora.
Celso Guimarães (1907 - 1973)	21/04/1948	Radialista e ator. Na <i>Rádio Nacional</i> , do Rio de Janeiro, ficou famoso por irradiar algumas peças de radioteatro.
Augusto Tavares de Lyra (1872-1958)	20/05/1948	Professor, historiador e político potiguar. Sócio do IHGB, tornou-se grande-benemérito em 1948 e vice-presidente. Integrou comissões organizadoras dos

		Congressos de História Nacional, promovidos pelo Instituto em 1914, 1931 e 1938, assim como a comissão que publicou os dois primeiros volumes do Dicionário do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro.
Madre Maria José Torres	01/08/1948	Diretora da Faculdade de Filosofia do Recife, criada em 1939.

Como podemos observar na tabela, a correspondência entre Herman Lima e Mário Sette era intensa e frequente, pois, durante os anos de 1930 e 1940, como já foi dito, Lima era o encarregado de tratar das questões burocráticas da vida literária de Mário no Rio de Janeiro. Nos anos de 1940, o escritor pernambucano também trocou muitas cartas com representantes da British Broadcasting Corporation (B.B.C), emissora de rádio inglesa sediada em Londres, por meio das quais negociou a irradiação de algumas de suas crônicas históricas. Sem falar na comunicação mantida com Levi Carneiro, que, nessa mesma época, era o diretor da *Revista Brasileira*, estabelecendo com ele uma interessante troca epistolar na qual Levi solicitava a ajuda de Sette na distribuição da revista em Pernambuco. O que demonstra, mais uma vez, que o escritor parece ter sido considerado uma figura estratégica no mercado editorial do estado (haja vista a sua atuação como diretor regional da *Revista do Brasil* no início dos anos de 1920).⁴⁵⁰

Outro caso especial foi o de Hélio Vianna. Em suas cartas remetidas à Mário Sette, ele falou sobre os textos que publicou com críticas e comentários a respeito dos livros do escritor pernambucano, com destaque para os presentes no *Boletim Bibliográfico de História do Brasil*, do Itamaraty, na *Revista do IHGB* e na *Revista de História da América*, do Instituto Panamericano de Geografia e História do México, sendo os dois últimos escritos em 1948, sobre “Arruar”.⁴⁵¹

Admirador e amigo pessoal de Sette, Hélio Vianna tinha pontos em comum com ele. Ambos ocuparam a posição de catedráticos da cadeira de História do Brasil no curso universitário de História, direcionado para a formação de professores secundaristas. Os dois foram admitidos nessa função em 1939; Hélio Vianna na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFi-UB), que foi fundada neste mesmo ano em substituição da

⁴⁵⁰ Há, inclusive, uma carta em que Mário Sette solicita a Levi Carneiro um cargo no suplemento literário da *Revista Brasileira*, que estava sob o comando de Álvaro Lins. In: Carta de Levi Carneiro para Mário Sette de 05/05/1947. Presentes no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

⁴⁵¹ Carta de Hélio Vianna para Mário Sette de 27/09/ 1948. Presentes no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

Universidade do Distrito Federal (UDF)⁴⁵²; e Mário Sette no curso de História oferecido pelo Colégio São José, de 1939 a 1941, e depois no da Faculdade de Filosofia do Recife, fundada em 1941 e dirigida pelas Irmãs Dorotéias⁴⁵³, que se espelhou nos princípios da FNFi.

Infelizmente, não foi possível encontrar uma documentação significativa que abordasse a atuação de Mário Sette como professor universitário. O que temos são apenas duas cartas remetidas pela Madre Maria José Torres de Carvalho Barbosa, diretora da Faculdade de Filosofia do Recife a partir de 1946, que tratam da admissão dele como professor de História do Brasil no curso de História e também do convite para compor a comissão julgadora do exame de suficiência de História.⁴⁵⁴

Mas, independente dessas informações, o que se pode salientar é que, como Hélio Vianna, Mário Sette iniciou a sua carreira como professor universitário durante o período do Estado Novo, momento em que o curso de História organizado nas Faculdades de Filosofia tinha como característica principal a ideia de que a formação docente não pressupunha a combinação do ensino com a prática da pesquisa (a qual era delegada para instituições como o IHGB)⁴⁵⁵. Portanto, como catedráticos, eles não tinham a função de ensinar o ofício do historiador aos professores secundaristas em formação, nem estimular neles as capacidades de empreender análises historiográficas minuciosas, mas divulgar uma versão acessível da História do Brasil, que se pressupunha História Pátria. Isso significa que, para contemplar as políticas públicas do regime do Estado Novo, pautado no autoritarismo, centralismo e conservadorismo católico, o enfoque de suas aulas deveria ser direcionado para os conteúdos que tinham como finalidade estimular o processo de fortalecimento da identidade e da

⁴⁵² Após o golpe do Estado Novo, a UDF foi fechada em 10 de novembro de 1937 e houve a transferência de seus estabelecimentos de ensino para a Universidade do Brasil, de acordo com o Decreto-Lei 1.063, de 20 de janeiro de 1939. De acordo com Gustavo Capanema, ministro da Educação: “A Universidade do Brasil, modelo das demais, deve pois instituir e organizar modelarmente todas as espécies de faculdades. Nós que temos espírito nacional, que queremos o Brasil em primeiro lugar, não podemos querer que os padrões venham de outro ponto que não seja a União.” In: ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. “Dilemas da Institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro”. In: MICELI, Sérgio (org.). **História das ciências sociais no Brasil**. v.1, 1ª ed. São Paulo: Sumaré. p. 197-198. Ver também: FERREIRA, Marieta de Moraes. **A História como ofício: A constituição de um campo disciplinar**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.

⁴⁵³ Somente em 1946, a Faculdade de Filosofia do Recife foi submetida à Universidade do Recife, fundada neste mesmo ano a partir do Decreto-lei nº 9388. Ver: SANTOS, Evson Malaquias de Moraes Santos; GOMES, Clodoaldo Marques; JÚNIOR, Edelson de Albuquerque Silva; GÓIS, Mariana Monteiro de Macêdo; FRANÇA, Shenian Santos de. **A instituição imaginária, educacional e catedrática e a primeira greve docente (1951) da UFPE**. Editora Universitária UFPE. Recife, 2013; BARRETO, Luiz de Gonzaga. **Universidade do Recife**. Perfil das unidades no ano de 1946. Editora Universitária. Recife, 1996.

⁴⁵⁴ Cartas da Madre Maria José Torres de Carvalho Barbosa para Mário Sette de 25/06/1947 e 01/08/1948. Presentes no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

⁴⁵⁵ FERREIRA, *Op. cit.* 2013.

memória nacional, através da valorização de um passado glorioso que servisse de referência para a legitimação do regime implantado⁴⁵⁶.

As semelhanças entre eles não param por aí. Além de terem o domínio sobre o ensino de História do Brasil nos cursos de História das primeiras Faculdades de Filosofia do Brasil, em alguma medida, eles também exerceram certo controle sobre quais conteúdos dessa história deveriam ser ensinados às crianças, uma vez que foram autores de livros didáticos de história utilizados por muitas escolas do país. No caso de Hélio Vianna, esse poder foi ainda maior, já que assumiu a coordenação da Comissão Nacional dos Livros Didáticos, na Seção de História para a educação básica do Ministério da Educação, o que garantiu a ele grande poder de decidir o que deveria ser escrito e ensinado nos livros didáticos, até a década de 1960⁴⁵⁷.

Portanto, tanto um quanto o outro foram historiadores que exerceram a função de intelectuais mediadores, dotados de certa capacidade de ressonância e poder de influência. Ao atuarem como professores de história e escritores de livros didáticos, sendo essas somente duas das várias atividades desempenhadas por Hélio Vianna e Mário Sette, realizaram um papel essencial na sociedade, nas áreas da cultura e da política, e estratégico para a construção de memórias, individuais e coletivas, regionais e nacional, para a formulação de uma cultura histórica hegemônica e também para a criação de identidades.

Vimos, então, que o IAHGP estava longe de ser a única ou a mais importante instância de legitimação da atuação de Mário Sette como produtor do conhecimento histórico e da sua escrita da história. Na verdade, seu reconhecimento teve uma ancoragem difusa e dispersa, mas que, sobretudo, estava associado ao seu papel de intelectual mediador.

4.4 O AQUARELISTA DA HISTÓRIA

Não é ele o cronista dos requintes e dos traços a nankin.⁴⁵⁸

Numa época em que a história, como saber delimitado num campo intelectual, vinha, desde a década de 1920, tentando definir suas fronteiras em relação à prosa ficcional e aos chamados “estudos políticos-sociais”, Mário Sette se constituía como um cronista da história,

⁴⁵⁶ VALE, Nayara Galeno. **Hélio Vianna e Pedro Calmon**: identidade do historiador e embates em torno da escrita da História do Brasil. Monografia. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa. Fundação Biblioteca Nacional, 2012.

⁴⁵⁷ FERREIRA, *Op. cit.* 2013; LEITE, Luzia Juçara. “Revisando livros didáticos de história: a ação da diplomacia cultural em nome da paz”. **Tempo e Argumento**. vol. 3, n.2, UDESC, pp. 77-90, 2011.

⁴⁵⁸ F. M. “Notas Avulsas”. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

produzindo seus textos “a meio caminho entre a imaginação histórica e o documento”⁴⁵⁹. Ele foi visto como um dos maiores “aquarelistas da história” de Pernambuco, que pintava o passado “com um sopro de imaginação vivaz, que dá sangue e alma aos personagens” históricos.⁴⁶⁰

Consideramos que o tipo de escrita da história elaborado por Mário Sette pode ter sofrido certa influência da tradição historiográfica produzida pelos historiadores qualificados de “modernos”, que surgiu nas décadas finais do século XIX, cresceu e ganhou força até os anos de 1940. De acordo com Angela de Castro Gomes, os “historiadores modernos” eram classificados como aqueles que sabiam “aproveitar” as fontes consultadas, interpretá-las com rigor metodológico e também com requinte narrativo⁴⁶¹. Seus discursos históricos se apresentavam como uma espécie de sequência de painéis, nos quais priorizaram retratar os aspectos da vida social da comunidade (local, regional, nacional), ordenados em um sentido processual e lógico, para que eles fizessem sentido para os leitores. Uma dessas figuras que se projetou como “moderno” nas primeiras décadas do século XX foi Oliveira Lima que, em um discurso na ABL pronunciado em 1903, comentou sobre a necessidade do historiador também ser um artista: “(...) o historiador moderno carece de ser, além de um erudito, um artista: de descobrir ele mesmo as fontes, analisar-lhes o valor, saber aproveitar o manancial que delas brota (...)”⁴⁶²

Além disso, eles também privilegiavam o uso de uma documentação que ultrapassava os documentos oficiais, voltando-se para documentos íntimos, memórias, correspondências, dentre outros. A intenção era produzir uma escrita da história que rompia com a hegemonia de uma história político-administrativa, que muitas vezes estava associada a manuais enfadonhos e ininteligíveis, cheios de nomes e datas (quando se tratava de livros escolares), dando prioridade a métodos e categorias da sociologia, da antropologia, da geografia, da psicologia, da etnografia, respeitada a fluidez entre as fronteiras dos saberes que estavam se estabelecendo entre as décadas de 1930 e 1940 no Brasil⁴⁶³. Suas publicações, que poderiam ser impressas em diversas modalidades narrativas, tinham uma função crucial na sociedade, pois cumpriam o papel de sanar demandas políticas e sociais bem específicas, colaborando com a fabricação de identidades, de memórias e de culturas históricas.

⁴⁵⁹ PEREIRA, Mário. “Um cronista do Recife”. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

⁴⁶⁰ BARBOSA, Orris. “Maxambombas e Maracatus”. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

⁴⁶¹ GOMES, *Op. cit.* 2013. p. 123.

⁴⁶² Discurso de Oliveira Lima na ABL, de 1903. *Apud.* GOMES. *Op. cit.* 2013. p. 81.

⁴⁶³ GOMES. *Op. Cit.* 2011.

Para que possamos identificar certas características dessa tradição historiográfica na escrita da história de Mário Sette é válido trazer algumas impressões analíticas construídas na época. Como os críticos que intermediaram a recepção das suas narrativas históricas as interpretaram?

Em um comentário sobre o lançamento da coluna “Pernambuco das anquinhas e das maxambombas”, presente no *Jornal Pequeno* de 12 de março de 1931, certo autor desconhecido falou a respeito das crônicas históricas que viriam subordinadas a tal sessão, anunciando as suas principais características. Segundo ele, Mário Sette e Fernando Pio publicariam crônicas leves, escritas a partir da mescla entre “a verdade histórica” e “salpicos de imaginação”, pois os autores dariam a elas o sentido de:

evocações de fatos notáveis ou curiosos, de ambientes e tipos, de costumes e modas, de um Pernambuco de quase cem anos atrás, obedecendo à verdade histórica, mas temperadas também, numa dosezinha razoável, com uns salpicos de imaginação, como a canela por cima da canjica.⁴⁶⁴

Destaca-se que a intenção dos autores da coluna era dar às suas crônicas um colorido que disfarçasse a “palidez dos túmulos” encontrados após “uma vista de olho” em episódios colhidos nas “velhas fontes” escritas e orais. Esses episódios poderiam ser tanto o “acontecimento grave da política dos velhos tempos” quanto o “incidente de rua escandaloso ou vulgar”, tratados pelos cronistas com a mesma relevância e com o único propósito de torná-los “conhecidos da mocidade e lembrados da velhice”. Apesar de se ressaltar o valor dado por eles à “verdade histórica” obtida através da investigação de fontes, fala-se também que eles não tinham a pretensão de serem identificados como “historiadores propriamente ditos”, pois sua atração pelas “coisas amarelecidas e machucadas pelos anos” se daria apenas num impulso de “bisbilhotice e irreverência” de quem ia a “um museu mexer com os fósseis sem entender de paleontologia.”⁴⁶⁵

Essas características da escrita histórica de Mário Sette foram frequentemente enfatizadas por aqueles que comentaram suas crônicas históricas, publicadas nos jornais e sobretudo em livros durante os anos de 1930 e 1940. Mas o aspecto mais destacado era a habilidade de Sette em criar narrativas históricas que transitavam na fronteira entre o real e a fantasia, entre a história e a literatura.

Uma amostra disso é o texto do crítico português João Luso, provavelmente publicado após 1945, ano da publicação de “Barcas a Vapor”. No artigo, que tece comentários sobre o

⁴⁶⁴ “Pernambuco das anquinhas e das maxambombas”. *Jornal Pequeno*. Recife, 12/03/1931.

⁴⁶⁵ Idem.

livro, foi ressaltado, mais uma vez, que o escritor pernambucano produziu história no limiar entre “os cuidados graves da erudição” e “os surtos e enlevos da fantasia”, fosse escrevendo História do Brasil para “colegiais” ou mesmo crônicas históricas “à gente grande”, por onde oferecia “memórias, aspectos, costumes, lendas, anedotas da Veneza brasileira”, o Recife. Para Luso, em Mário Sette:

Erudição e fantasia entram, a bem dizer, em parte iguais nos seus trabalhos do gênero, que já formam boa meia dúzia de volumes, entre os quais *Maxambombas e Maracatus*, *Anquinhas e Bernardas*, *Barcas a Vapor*. A maneira é sempre suave. (...) O sr. Mário Sette retrata o passado em séries ou em vistas avulsas, sempre de modo a que os menos conhecedores dos assuntos achem aquilo verdadeiro, exato. E, se consegue dar essa impressão é porque a transmite dos seus olhos de observador e do seu sentimento de artista; é porque, durante a obra reconstituidora, realmente “vive” naquela época, no meio daquela gente e com isso gozando uma espécie de felicidade.⁴⁶⁶”

Para aqueles que apreciavam essa característica de sua escrita da história, falou-se também que Sette buscou evocar todas as cores, os tipos e imagens do passado, pintando com “tintas harmoniosas de um estilo seguro e apurado” tudo de um cenário, através de uma escrita leve que “empresta vida às coisas e parece ressuscitar heróis”, como salientou Castro e Silva.⁴⁶⁷ Laurêncio Lima, ao tratar sobre “Arruar”, destacou que a sua procura por fontes das mais diversas, “documentário exato”, era guiada, sobretudo, pela imaginação, “que se dispõe a um arruar no tempo”, pretendendo captar as impressões poéticas do passado, diluídas “na lembrança dos homens e teimam em não deixar a memória à posteridade senão aquela que se guarda nos museus como amontoados de coisas mortas.”⁴⁶⁸

O próprio Mário Sette também ressaltou essa particularidade de sua escrita da história. Em um texto de título “História e Histórias”, publicado na *Revista Brasileira*, em dezembro de 1946, ele apresentou a sua concepção historiográfica.⁴⁶⁹ Ele começa o artigo distinguindo o conhecimento histórico em duas etapas. A primeira é a ensinada aos estudantes “de primeira viagem”, aos quais a História deve partir da narrativa, “aquela história arte de contar”, e também da didática, seguindo o conceito clássico de Cícero da “história mestra da vida”; a segunda etapa, corresponde ao momento em que a apropriação da mesma já tinha acontecido pelos estudantes, uma etapa em que os fatos históricos se emancipam desse superficial caráter de narração, para se “aprofundar em um sentido de percuciência das razões, das

⁴⁶⁶ Por João Luso. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

⁴⁶⁷ SILVA, Castro e. “Mário Sette - arquivista do passado”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 01/12/1946.

⁴⁶⁸ LIMA, Laurêncio. “Arruar no Recife”. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

⁴⁶⁹ SETTE, Mário. “História e histórias”. *Revista Brasileira*. Ano VI. n. 18. Rio de Janeiro, dez. de 1946. p.107-118.

correspondências, dos resultados, das preponderâncias, todos os fatos responsáveis pelo conceito de uma História genética”. Por História genética, ele entendia como: “a conexão dos grupos humanos, numa diretriz evolutiva da cultura, numa solidariedade de todos os homens, posto dentro dos panoramas de lutas”; “um estudo dos movimentos das massas num trabalho voluntário ou inconsciente de avanço cultural.”

A tese central defendida por Mário Sette é a de que a História, com H maiúsculo, não deve ser ensinada sem o alento propiciado pela imaginação existente nas “histórias de trancoso”: “histórias... de D. ratinho e D. Carochinha, da Baratinha, do Capineiro de meu pai, do Cágado que apostou com o veado, da Moura-morta, de um sabor brasileiro, ouvidas, com variantes, por todas as crianças de nossos céus.” Para ele, essas histórias estimulam a criatividade nos “cérebros mal iniciados dos estudantes”, pois os instigam a construir cenários imaginários, “com sonoplastias”, que podem ajudar a entender melhor a História. Sette assegura, portanto, que, apesar desse entrecruzamento parecer paradoxal, ter a imaginação como companheira não faz a História perder a aparência de veracidade, mas, na realidade, a auxilia, pois o estilo atraente proporcionado pelo “dom imaginativo” possibilita a conquista de novos adeptos para a História, além de contribuir com o “perfeito entendimento dos fatos históricos”, resultando em um “clima de encantamento e de contemporaneidade”. Em suas palavras:

A riqueza imaginativa confundira afinal o fabuloso e o real, testemunhando quanto na História, sem truncamento do apoio documentário, é mister esse dom de ressurreição mental da época, para nos apercebermos inteiramente do clima de cada etapa, compreendendo-lhe as paixões, os interesses, as ideologias, todas as determinantes psíquicas, todas as influências sociais, todos os motivos econômicos, capazes de prevalecer num juízo de historiador. Cria-se, assim, talvez, um paradoxo: imaginar bem para discernir.⁴⁷⁰

Nesse sentido, a ação imaginativa seria um instrumento interessante para melhor compreensão da História, já que nos faz imaginar cenários, personagens e sentimentos, o que, para Sette, ajuda a nos familiarizar com a “verdade histórica”. Segundo o autor, ela ilumina aspectos “miúdos” da História, “que não se timbram apenas de pitorescos, mas de documentação econômico-social”, os quais instigam a curiosidade do leitor para querer saber mais sobre a intimidade de uma época. Ou seja, o emprego da fantasia na escrita da história é apresentado pelo escritor como um verdadeiro artifício para tornar as narrativas históricas mais atraentes e apreciáveis aos leitores curiosos. De acordo com ele: “Nunca nos foi tão evidente o passado de nossa cidade natal do que quando nos habituamos a querer ter vivido na

⁴⁷⁰ SETTE, *Op. cit.* 1946, p. 112.

sua intimidade, mercê desses retalhos de seu cotidiano bem distante surpreendidos em velhas páginas sem pretensões documentais.”

Além disso, Sette destaca também que as “histórias de carochinha” foram inspiradas em acontecimentos reais. Para exemplificar tal afirmação, ele elenca diversos exemplos, como:

Os gigantes que viviam em grutas misteriosas, brincavam com os penhascos e dominavam com as mãos os animais monstruosos, são reproduções imaginárias dos homens do paleolítico; os palácios de reis e de princesas, com seus cavalheiros ousados, seus banquetes sem fim de iguarias esquisitas e de hidromeis deliciosos, com seus cantos de alaúdes e de harpas, com seus bobos, com sua barba, seus torrões pavorosos de segredos e de crimes, evocam inegavelmente a Idade Média (...).⁴⁷¹

Enfim, ao defender essas teses no artigo, Mário Sette ratifica a sua identidade como artista e historiador, destacando o seu forte apreço pela mescla entre história e literatura, o que foi logo reconhecido pelos comentadores de suas crônicas históricas desde quando ele começou a publicá-las. Podemos dizer, inclusive, que a diluição das fronteiras desses gêneros é uma das mais significativas características de sua produção intelectual; seja em seus escritos historiográficos, que claramente comportam recursos ficcionais, ou em seus textos literários, que se cercam de estratégias documentais de veracidade. Algo que pode parecer surpreendentemente atual para nós que trabalhamos na perspectiva que tem como princípio questionar a radical separação entre a história e a literatura.⁴⁷² Porém, é válido afirmar que, a rigor, Mário Sette não apresentava nenhuma novidade. Quando inserimos a sua escrita da história no contexto da primeira metade do século XX, encontramos um clima favorável para a sua recepção, o que nos faz pensar sobre o fato dela integrar aquela tradição historiográfica já citada dos “historiadores modernos”.

Para dar concretude ao que apontamos, pode ser interessante trazer uma apreciação feita por José Honório Rodrigues da narrativa historiográfica de Capistrano de Abreu. Nela, o autor valoriza o uso da “intuição” pelo consagrado historiador, que também pode ser compreendida como ação imaginativa, para se entender os homens, suas atitudes, sentimentos e aspirações, algo que interessa mas que não se pode encontrar nos fatos materiais. Comenta José Honório, no prefácio do livro “Capítulos da História Colonial” (1907), que Capistrano:

⁴⁷¹ Idem.

⁴⁷² Desde os anos de 1970, com os impulsos da “nova” História Cultural, as fronteiras entre a história e a literatura vem sendo rachadas pelos historiadores. No Brasil, uma das historiadoras que tratou sobre o tema foi Sandra Pesavento. Para saber mais, ver: PESAVENTO, S. J.. “História e Literatura: uma velha nova história”. In: COSTA, C. B. MACHADO, M. C. T. (org.). **História & Literatura**. Uberlândia: EDUFU, 2006; PESAVENTO, S. T. “Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura”. **Revista da História das Ideias**. Coimbra, vol. 21, 2000; PESAVENTO, Sandra J. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

não acumulava fatos, mas com sua intuição compreendia os homens e suas atividades, tornando vivo o recortamento. A história não é só fato: é também a emoção, o sentimento e os pensamentos dos que viveram – a parte mais difícil de captar dos negócios humanos. [...] Os sentimentos, as especulações, os pensamentos do povo, suas aspirações são uma coisa que nunca se repetirá, que viveu e que interessa ao historiador tanto quanto os fatos materiais.⁴⁷³

Discutiremos mais adiante outros aspectos da influência dessa tradição historiográfica já consolidada nos anos de 1930 e 1940 na escrita da história de Mário Sette. Nosso objetivo principal é frisar que sua produção histórica, embora marcada por particularidades, não pode ser vista como singularmente autêntica, fruto da genialidade do autor.

4.5 UMA OUTRA MANEIRA DE SE ESCREVER A HISTÓRIA: A HISTÓRIA SOCIAL E PITORESCA

Toda a evolução do nosso Recife e, conseqüentemente, toda a modificação social havida, não as conta, porém, Mário Sette no tom seco de um relatório - mas numa descritiva cheia de vivacidade, apanhando os acontecimentos no que eles tiveram de mais característico e de pitoresco.

(...)

Mário Sette foi o único escritor, depois de Pereira da Costa, a se preocupar com o nosso passado social, vasculhando em todos os sentidos quanto arquivo público ou privado se lhe deparou.⁴⁷⁴

No fragmento de texto usado como epígrafe, Lucilo Varejão, na intenção de tecer elogios ao seu amigo, esqueceu que, como Mário Sette e Pereira da Costa, outros intelectuais pernambucanos, contemporâneos a eles, também se dedicaram a vasculhar arquivos públicos e privados na intenção de escrever uma história social de seu estado. Já destacamos neste capítulo, por exemplo, a produção historiográfica de Alfredo de Carvalho e a de Mário Melo. Nesse tópico, vamos explorar outros nomes importantes da historiografia brasileira, visando deixar claro que, diferente de como Varejão quis fazer parecer, as crônicas históricas de Sette estavam inseridas numa malha discursiva já estabelecida desde os primeiros anos do século XX.

Organizadas em formato de livro, as crônicas histórias de Mário Sette narram como que em “pitadas” os aspectos da história social, cultural, do cotidiano e do folclore brasileiro,

⁴⁷³ RODRIGUES, José Honório. “Prefácio”. In: ABREU, Capistrano de. **Capítulos da História Colonial**. 6. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira/INL, 1976, p. 12. Apud. PESAVENTO, *Op. cit.* 2000. p. 47.

⁴⁷⁴ VAREJÃO, Lucilo. “Mário Sette”. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

mais precisamente, de Pernambuco e do Recife, o que chamou de “história social e pitoresca”. De acordo com Raimundo Arrais, sua narrativa parte das informações retiradas dos jornais antigos, o que introduz: “pelo trabalho da imaginação, os pormenores ausentes, desenha cenários coloridos, concebe vivos diálogos, infunde graça às cenas e apresenta ao leitor aquilo que fixa como típico, no modo de ser, de vestir, na alimentação, nos costumes coletivos.”⁴⁷⁵

Sua escrita da história estava direcionada tanto “para a delícia de leitores que só entendiam a história técnica e rija e também para a delícia dos que apenas buscavam o encanto e a beleza dos tempos idos”⁴⁷⁶. Dirigia-se não só para os mais velhos, que, porventura, se sentiam contemplados pelos conteúdos abordados, que os faziam lembrar dos costumes de antigamente⁴⁷⁷, mas também para os jovens, “inimigos do estudar”, que podiam ler suas crônicas sem pretensões, mas que terminavam aprendendo os principais fatos da história do Brasil. Algo que, aliás, foi visto como uma proeza difícil de alcançar, como ressaltou Potiguar Matos, ao citar Marc Bloch: “‘não imagino, para um escritor elogio maior que o de saber falar, ao mesmo tempo, aos doutos e aos escolares. Mas simplicidade tamanha é privilégio de raros eleitos.’ Mário Sette foi um deles”⁴⁷⁸.

O método utilizado para a sua escrita da história foi descrito por Herman Lima como aquele que parte seja do movimento de retomar o passado através de suas próprias lembranças e do testemunho dos mais velhos ou pela análise de uma variada documentação, em busca de um “*fait divers* qualquer, e, como um Cuvier de nova espécie”, na intenção de reconstruir o “clima” de uma época, seus cenários cotidianos vividos pelos homens e mulheres do passado.⁴⁷⁹ Mário Sette foi tido como um historiador da vida social, do comum, do que se repete, “do que dá verdadeiramente o caráter ou a fisionomia de uma época ou de uma sociedade”. Aquele que se volta para a leitura de fontes, em especial, os anúncios de jornais, “materiais de valor não só ilustrativos, como estatísticos”, os quais foram bem aproveitados por ele para explorar em seus livros “a rotina ou o rame-rame das atividades domésticas, profissionais e comerciais de um povo de ontem, às vezes, de inesperada poética.”⁴⁸⁰

Mário Pereira também destacou a atenção dada por Mário Sette a vida social de uma época, declarando que ele “é um especialista no conhecimento dos lazes e dos cuidados dos

⁴⁷⁵ ARRAIS, Op. cit. 2006. p. 42.

⁴⁷⁶ “Mário Sette”. *Vamos Ler*. Rio de Janeiro, 10/09/1942.

⁴⁷⁷ “Bibliografia. Um bom livro”. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

⁴⁷⁸ MATOS, Potiguar. “Terra Pernambucana”. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

⁴⁷⁹ LIMA, Herman. “O Recife que não mudou”. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

⁴⁸⁰ “Arruar: um livro de história social”. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 26/09/1948.

graves burgueses e das complicadas mães-de-família que constituíram o Recife do fim do Império e do começo da República”. Pereira ressalta ainda o interesse de Sette por outras fontes além dos jornais, como os anúncios de teatro, almanaques antigos, reproduções de litogravuras e fotografias, nas quais seu autor consegue extrair “histórias pequeninas, conversas de donas de casa, descrições de costumes” para escrever crônicas curtas de tom sempre leve, que contêm diálogos que tomam um “ar de maneirismo um tanto ingênuo”. Além disso, comenta o autor que o escritor atenta para a “reação do povo anônimo que fez a Pátria, tanto nos campos de lavoura quanto nos de batalha, mediante o plantio de cana nos tempos de Duarte Coelho ou a disseminação de ideias revolucionárias nos tempos de Bernardo Vieira”, afirmando que Mário Sette gosta de apresentar ao seu leitor o que chamou de mentalidade. Em suas palavras:

Afinal, a república ou a abolição não foram vistas somente pelos seus realizadores entusiasmados ou por seus impugnadores teimosos: havia o povo que tomava conhecimento dos fatos através das notícias dos jornais e da retórica dos redatores, sem compreender bem o que era aquilo ou o que implicava, - encantando-se com as novidades mas sofrendo com as mudanças. E é, sobretudo, a mentalidade desses espectadores curiosos que o sr. Mário Sette parece gostar de rever e de expor.⁴⁸¹

Portanto, seu interesse não era escrever a história dos heróis, mas a dos “humildes obreiros de *au jeu le jour*”⁴⁸², das atividades corriqueiras, do homem comum que reagia diante das transformações impostas pelo tempo.

Em sua escrita da história, a pesquisa era conduzida sem “certa metodização de buscas”, como ele mesmo destacou em uma entrevista. Isso significa que, como já salientamos, Sette não seguia rigidamente o método historiográfico que enfatizava a análise crítica rigorosa de documentos, centrado na busca pela verdade histórica e na comprovação documental. Ele também não se dedicava à escrita de narrativas históricas baseadas somente em fontes oficiais, paradigma estabelecido por Varnhagen. Ele seguia um outro caminho, que, por sua vez, não fazia dele um produtor do conhecimento histórico “menor”, pouco relevante; muito menos maior, genial e originalmente único. Na verdade, acreditamos que ele tenha se inspirado num movimento feito pelos historiadores ditos “modernos”, que desde as primeiras décadas do século XX já se dedicavam a elaboração de novos métodos e novas modalidades interpretativas e narrativas, que incluíam a busca por uma heterogeneidade de fontes e a produção de uma escrita da história menos cansativas e inacessíveis.

⁴⁸¹ PEREIRA, Mário. “Um cronista do Recife”. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

⁴⁸² “Arruar - o novo livro de Mário Sette”. /d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

Desde a virada do século XX, já era uma prática recorrente entre alguns intelectuais considerados historiadores a produção de obras em que inovações historiográficas eram nítidas e marcantes⁴⁸³. Esse movimento de redimensionamento da produção histórica ocorreu, principalmente, entre os anos de 1908 a 1938, período em que os historiadores do IHGB discutiam questões importantes que versavam sobre os novos rumos da prática historiográfica, da memória e da identidade nacional.⁴⁸⁴ Destaca-se, por exemplo, o uso de uma variedade de documentos considerados não oficiais, incluindo aí os documentos de ordem pessoal (como testemunhos, memórias) e até os visuais, e de uma escrita de uma história denominada “social e pitoresca”. Angela de Castro Gomes, analisando uma série de textos que homenageavam intelectuais considerados relevantes para a historiografia brasileira presentes no suplemento literário “Autores e Livros” do jornal *A Manhã*, chama a atenção para trabalhos muito elogiados pelo trato com uma vasta quantidade e diversidade de fontes.⁴⁸⁵ Estamos falando especificamente da obra “Um estadista do Império” (publicada em 3 tomos de entre 1897 e 1899), de Joaquim Nabuco, de “Dom João VI no Brasil, 1808-1821” (1908), de Oliveira Lima e também do livro “Vida e morte do bandeirante” (1929), de Alcântara Machado.

Joaquim Nabuco, por exemplo, foi ressaltado por ter explorado um arquivo composto por documentos pessoais de seu pai, biografado na obra, onde estavam presentes “correspondências, papéis íntimos e toda sorte de materiais ignorados por nossos historiadores”, além de ter se utilizado de suas próprias lembranças para escrever o livro, que supera o gênero biografia, constituindo-se como um “painel de uma época, ‘quase uma história do Segundo Reinado’”⁴⁸⁶. Já sobre Oliveira Lima, comentou-se que ele se dedicou à investigação de uma enorme gama de documentos oficiais, privados, correspondências, crônicas de viagens, além de quadros e pinturas, com o interesse de delinear um quadro completo sobre como foi o governo de D. João VI e da vida no Rio de Janeiro com as transformações sofridas com a chegada da família real. De acordo com Fábio Franzini, os dois historiadores, assumiram um estilo narrativo com características “literárias”, apresentando um conteúdo novo que, por ressaltar aspectos sociais, culturais e materiais do passado, vai além do referencial político-administrativo da história oficial⁴⁸⁷. Alcântara Machado, por sua vez,

⁴⁸³ Podemos falar de uma crise de uma historiografia “tradicional”, mas não de seu desaparecimento. De acordo com Fábio Franzini: “Os pressupostos do conhecimento histórico consagrados no século XIX continuavam vivos, e não saíram de cena tão cedo – a rigor, continuam presentes até hoje, em meio à diversidade da produção sobre o passado.” In: FRANZINI, *Op. cit.* 2006. p. 50.

⁴⁸⁴ GOMES, *Op. cit.* 2001.

⁴⁸⁵ GOMES, *Op. cit.* 2013.

⁴⁸⁶ GOMES, *Ibid.* 2013. p. 104.

⁴⁸⁷ FRANZINI, *Op. cit.* 2006. p. 33.

foi valorizado como um historiador que investiu pesadamente na pesquisa em inventários e testamentos, não para tratar sobre a figura do bandeirante especificamente, mas para produzir “uma narrativa colorida de como viviam, pensavam e agiam os homens em São Paulo na segunda metade do século XVI e no século XVII”⁴⁸⁸.

Além dessas figuras, destaca-se também João Ribeiro, com o seu *História do Brasil* (1900), voltado à instrução primária e secundária. A versão do Curso Superior, ou seja, secundário, evidenciou um afastamento da história de cunho político-administrativo valorizando uma abordagem sociocultural da história do Brasil, que estava em sintonia com o historicismo germânico, mais especificamente com o movimento *Kulturgeschichte*, que marcava a sua formação.⁴⁸⁹

Não podemos nos esquecer de Capistrano de Abreu, considerado de forma quase unânime como aquele que fez nascer a historiografia moderna no Brasil. Para os comentadores de *Autores & Livros*, como foi apontado por Ângela de Castro Gomes e depois ressaltado por Rebeca Gontijo, Capistrano representava um novo tipo de historiador: aquele que valorizava a presença do próprio historiador como testemunha dos acontecimentos históricos; que defendia o uso de uma grande variedade de documentos; o que valorizava aspectos da história social; aquele que deveria ser um escritor erudito, de modo a produzir narrativas que fossem além da simples cronologias ou listas de nomes, datas e acontecimentos; dentre outras características.⁴⁹⁰ A originalidade do consagrado historiador estava também no fato dele apontar para a necessidade do uso de novas doutrinas “científicas” (sobretudo a sociologia) como instrumentos para a melhor compreensão da vida social⁴⁹¹. Para Capistrano, a sociologia deveria contribuir para que o historiador fizesse mais do que narrar os acontecimentos do passado, em sentido cronológico e linear, ele deveria mergulhar na essência das transformações históricas ocorridas ao longo do tempo, compreendendo as suas particularidades.⁴⁹²

⁴⁸⁸ GOMES, *Op. cit.* 2013, p. 116.

⁴⁸⁹ Sobre essa obra de João Ribeiro, podemos destacar os seguintes trabalhos: GASPARELLO, Arlette Medeiros. “Invenção e continuidade: a História do Brasil de João Ribeiro”. In: **I Seminário Brasileiro sobre Livro e História**, Rio de Janeiro: FCRB/PPGCOM. UFF/LIHED, 2004; HANSEN, Patrícia Santos. **Feições e Fisionomias**. A história do Brasil de João Ribeiro. Rio de Janeiro: Acess Editora, 2000; CENTENO, Carla Villamaina. “Manual Didático História do Brasil-Curso Superior de João Ribeiro: Uma análise sob a perspectiva sob a perspectiva da organização do trabalho didático”. **Acta Scientiarum**. Maringá, v. 35, n. 2, p. 169-178, July-Dec. 2013; MENDONÇA, Joabe França. “As adaptações de João Ribeiro em ‘História do Brasil’”. **Epígrafe**, São Paulo, v. 4, n. 4, pp. 107-123, 2017.

⁴⁹⁰ GONTIJO, *Op. cit.* 2006. p. 84.

⁴⁹¹ OLIVEIRA, *Op. cit.* 2013. p. 82; ARAÚJO, Ricardo Benzaquem. “Ronda Noturna. Narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu”. **Estudos Históricos**. N. 1. Rio de Janeiro, 1988. P. 28-54.

⁴⁹² FRANZINI, *Op. cit.* 2006. p. 36. A perspectiva sociológica de Capistrano fica evidente no famoso necrológio de Varnhagen, quando o historiador afirma: “(...) ignorasse ou desdenhasse o corpo de doutrinas criadoras que

Uma obra bem interessante de Capistrano, na qual demonstra a sua capacidade de inovação historiográfica, é “Capítulos da História Colonial” (1907), citado anteriormente. Nele, a utilização do termo “capítulos” já sugere algo novo: uma abordagem multifacetada, não monolítica, acerca do tema da história colonial, e até descontínua do passado. Segundo Fábio Franzini, o livro supera o “paradigma varnhageniano” e sua “história oficial”, na medida em que, ao começar tratando a respeito dos “antecedentes indígenas” do Brasil para depois apresentar o português e o negro como “fatores exóticos” a penetrar nos trópicos, Capistrano demarcava uma inversão do sentido que era contada a história do Brasil até então. A ideia principal do trabalho era a de “mostrar como o país e a nação se formaram ‘de dentro para fora’ e, ao mesmo tempo, ‘de baixo para cima’, com a diversidade como tom e o povo como personagem principal, isto é, como o sujeito da história”⁴⁹³. Além disso, “Capítulos da História Colonial” apresentava a história do Brasil sob novas perspectivas, trazendo ao centro das discussões a relação entre homem e natureza, a indissociabilidade entre geografia e história e, sobretudo, ressaltando as relações sociais, culturais e econômicas, e até os aspectos do cotidiano, da vida material e da mentalidade.

Na década de 1930, intelectuais como Pedro Calmon, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, só para citar alguns, também se inspiraram e se apropriaram das discussões e práticas que envolviam o caráter “moderno” da escrita da história. Eles se dedicaram à publicação de trabalhos historiográficos, utilizando métodos e categorias de outros saberes como a sociologia, a antropologia, a geografia, a psicologia, a etnografia e etc. os quais possibilitaram a melhor compreensão dos processos, além de terem se voltado para a análise de múltiplas fontes, distantes daquelas usadas pela historiografia tradicional. Assim, podemos dizer que eles representam os verdadeiros herdeiros de uma concepção histórica de natureza sociológica (Pedro Calmon em menor grau), na medida em que elaboraram estudos que traziam como tópica central os aspectos da história social e cultural.

Pedro Calmon, por exemplo, tinha como interesse voltar-se para a produção de uma história do Brasil que estivesse atenta aos fenômenos sócio-históricos, que apresentassem o

nos últimos anos se constituíram em ciência sob o nome de sociologia. Sem esse facho luminoso, ele não podia ver o modo por que se elabora a vida social. Sem ele as relações que ligam os momentos sucessivos da vida de um povo não podiam desenhar-se em seu espírito de modo a esclarecer as diferentes feições e fatores reciprocamente. Ele poderia escavar documentos, demonstrar-lhe a autenticidade, solver enigmas, desvendar mistérios, nada deixar de seus sucessores no terreno dos fatos: compreender, porém, tais fatos em suas origens, em sua ligação com fatos mais amplos e radicais de que dimanam; generalizar as ações e formular-lhes teoria; representá-las como conseqüências e demonstrações de duas ou três leis basilares, não conseguiu, nem conseguiu-lo-ia.” In: ABREU, Capistrano. **Ensaios e estudos** (I.- série). Livraria Briguiet, Rio de Janeiro, 1931. Apud. ARAÚJO, *Op. Cit.* 1988. p. 34.

⁴⁹³ FRANZINI, *Op. cit.* 2006. p. 40.

“retrato” do país, como salientou em certo texto publicado no *Jornal Acadêmico*, em agosto de 1931:

Sem a antropogeografia, sem a antropologia, sem a economia, sem o exame das manifestações artísticas e literárias, sem a apreciação do ‘espírito’, em suma, não estudaremos a história do Brasil que nos interessa, senão o calendário ou a tábua histórica, que interessa muito menos. Entendida como uma sucessão de fenômenos sócio-históricos cuja interdependência constitui a lógica da civilização e lhe dá o sentido. Civilização integral. Valor humano. Espiritualidade. Nacionalização. Ciência. O problema assim colocado tem para a cultura moderna atrativos e seduções. A nova história será essa. A fisionomia do Brasil. O seu retrato.⁴⁹⁴

O enfoque na história social dado por ele esteve presente também em seus inúmeros livros de história publicados em diferentes gêneros narrativos – que iam desde do romance histórico, de crônicas, até a sua trilogia “História Social do Brasil”, publicada entre os anos de 1937 a 1939⁴⁹⁵ – e também na sua prática de ensino de história, com destaque para o breve período em que regeu a cadeira de “História da Civilização Brasileira” na Universidade do Distrito Federal, de 1935 a 1936. Nesse curso voltado para a formação de professores secundários, ele afirmava que o ensino da história nacional deveria ser feito a partir da evocação do passado e de seus “tipos”, do cotidiano e da materialidade de uma época. Em suas palavras:

Divertia-me, esboçando no quadro-negro, em fortes traços de giz, casas, engenhos de açúcar, vestiário, utensílios, armas, insígnias, coisas – que, melhor do que as datas, tornavam o passado contingente e vivo. Sentia-me na obrigação de ressuscitá-lo (em vês de enumerá-lo) em recortes nervosos de um ‘presente’ sucessivamente transformado. Interessava-me a economia, fugia à memória, recorria aos tipos (tipos de trabalho, tipo de vida, tipo de pensamento, tipo de governo), convencido de que era preferível ensinar como eram do que como se chamavam, os antepassados.⁴⁹⁶

Outro caso especial foi o do pernambucano Gilberto Freyre, que, ao longo das décadas de 1930 e 1940, foi se tornando uma referência como historiador que se estabeleceu fora dos portões dos Institutos Históricos. Com o seu “Casa-grande & Senzala”, lançado em 1933, foi visto como inaugurador de uma nova perspectiva historiográfica, como observou José Lins do Rego, antes mesmo da publicação da obra. Lins do Rego, em um texto de título “O próximo

⁴⁹⁴CALMON, Pedro. *Jornal Acadêmico*. Rio de Janeiro, 18/08/1931. *Apud.* FRANZINI, *Ibid.* p. 51.

⁴⁹⁵ Pedro Calmon é autor de muitos livros de história. Para se ter uma ideia, só na década de 1930, ele publicou obras como: *Anchieta, o santo do Brasil* (1930); *O crime de Antonio Vieira* (1931); *Por Brasil e Portugal. Sermões do Padre Vieira, anotados* (1933); *Malês, A Insurreição das Senzalas, romance libertário histórico*; *O Marquês de Abrantes* (1933); *Gomes Carneiro, o general da República* (1933); *O rei cavaleiro: Vida de D. Pedro I* (1933); *O rei do Brasil: Vida de D. João VI* (1935); *Vida e amores de Castro Alves* (1935); *O rei filósofo: A vida de D. Pedro II* (1938); *Figuras de azulejo, crônicas* (1939). Sem falar de sua trilogia “História Social do Brasil”, com os volumes 1 e 2 publicados em 1937, e o volume 3, de 1939.

⁴⁹⁶ CALMON, Pedro. *Memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p. 214. *Apud.* VALE, Nayara Galeno do. **‘Um retrato inteiriço e harmônico da nação’**: identidade do historiador e escrita da história do Brasil na obra de Pedro Calmon. Universidade Federal Fluminense (UFF). Tese de doutorado. Niterói, 2018. p. 47.

livro de Gilberto Freyre”, presente no *Boletim de Ariel*, e comentado por Fábio Franzini em sua tese, afirma que Freyre não faz da História do Brasil “uma vaidade de saber mais datas do que os outros”, mas uma história com “sangue, mais humana do que sábia”. E continua, em um tom quase que profético:

A história que Gilberto Freyre escreve é assim, exposta aos elementos, em contato íntimo com ele mesmo. Para ser verdadeira, a história precisa mais de um lírico que das “provas exuberantes dos autos”. As provas desta natureza valem muito, mas o grande, o forte, o intenso da História está mais no historiador que nos fatos. No Brasil, este homem prodigioso andou por perto de Joaquim Nabuco. Capistrano, por doença da vontade, afastou-se dele. Está, no entanto, com Gilberto Freyre. Pode-se talvez dizer, sem medo de afirmar uma barbaridade, que o primeiro grande historiador brasileiro vai sair de Pernambuco.⁴⁹⁷

Sem dúvida, “Casa-grande & Senzala” representou algo novo, com suas interpretações modernas da sociedade, que passavam ao largo das perspectivas tradicionais, e que, posteriormente, foram incorporadas por Gilberto Freyre em seus próximos livros: “Sobrados e Mucambos”, de 1936, e “Nordeste”, de 1937. Mas é importante salientar que o fato de destacarmos o aspecto inovador do livro não significa dizer que Freyre tenha elaborado algo singularmente particular, dotado de um caráter profundamente original e genial. Como apontou Angela de Castro Gomes, é possível identificar na obra um diálogo entre Freyre e outros autores e tipos de obras, além de uma apropriação dos debates que envolviam os historiadores modernos das primeiras décadas do século XX, com destaque para Oliveira Lima e Joaquim Nabuco, que serviram de inspiração para os seus escritos historiográficos⁴⁹⁸. Dentre as marcas que remetem a essa inspiração, enfatizamos que “Casa-grande & Senzala” se ancorou em estudos feitos nas mais diversas fontes históricas, dando prioridade a uma documentação que auxiliava na elaboração do que se chamou de “história íntima”, na qual “despreza-se tudo o que a história política e militar nos oferece de empolgante por uma quase rotina de vida”.⁴⁹⁹ Essa nova perspectiva possibilitou a reconstrução de um passado multifacetado e global quando se trata da compreensão da sua dinâmica; no entrecruzamento da objetividade científica com a subjetividade analítica, dentre outros aspectos.

Porém, não se podem negar os traços inovadores da obra, com destaque para as novas fontes empregadas pelo autor, como as cartas dos jesuítas, diários íntimos, os livros do Santo Ofício, inventários e testamentos, livros de viagem, livros e cadernos de modinhas, receitas e

⁴⁹⁷ REGO, José Lins. “O próximo livro de Gilberto Freyre”. *Boletim de Ariel*. Ano III, n. 2, novembro de 1933, p. 35. *Apud.* FRANZINI, *Op. cit.* 2006. p. 90.

⁴⁹⁸ GOMES, *Op. cit.* 2001.

⁴⁹⁹ FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro, Maia & Schmidt, 1933. *Apud.* ARAÚJO, Ricardo Benzaquem. *Guerra e Paz. Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos Anos 30*. Editora 34. Rio de Janeiro, 1994. P. 191.

etiqueta, jornais, romances, memórias e biografias, depoimentos e até a iconografia; a linguagem coloquial e cotidiana; os inusitados sujeitos históricos apresentados (o senhor de engenho, o escravo e o mundo à sua volta) e a abordagem utilizada, a qual está centrada no contexto privado das relações entre estes sujeitos, colocando a família como núcleo principal. Sem falar na nova proposta de diferenciação entre “raça” e “cultura”, com ênfase na ideia da positividade da miscigenação, etc.⁵⁰⁰

Como se pode notar, a década de 1930 foi um período de maiores oportunidades para a difusão do conhecimento histórico. Isso graças ao mercado editorial que crescia e se diversificava, transformando os livros em uma mercadoria vendável, rentável, e, acima de tudo, atraente.⁵⁰¹ Apesar da população brasileira ser formada por uma parcela mínima de leitores, o livro tornou-se o instrumento ideal para a divulgação da cultura e da história do país, já que através dele era possível publicar, de forma mais perene (comparado com os periódicos), estudos que abordssem um amplo e diversificado panorama a respeito do Brasil, em todos os seus aspectos e problemas, na busca por tornar o país mais conhecido e mais amado. Foram lançadas obras de diversos gêneros narrativos, que iam desde a literatura, com destaque para os livros enquadrados no movimento literário que ficou conhecido como “Romance de 1930”, romances históricos, obras biográficas, traduções de autores clássicos e contemporâneos, até estudos de divulgação científica. Dessa forma, por meio da utilização desse artefato moderno, acreditou-se que seria possível dar continuidade a missão iniciada desde das primeiras décadas do século XX, agora incorporada pelo regime de Getúlio Vargas, que era a de formar uma memória e consciência nacional no país, isto é, “abrasileirar” o Brasil.

Ressalta-se, por exemplo, o papel de editoras paulistas e cariocas, que fizeram grande sucesso na época como a Companhia Editora Nacional, a Editora Companhia Melhoramentos, a José Olympio, dentre outras. Como já foi abordado anteriormente no capítulo, essas editoras muitas vezes publicaram obras organizadas e reunidas em conjuntos, as famosas coleções⁵⁰², as quais serviram para sistematizar e divulgar aspectos de nossa identidade nacional, abastecendo um diversificado público de leituras que permitiam o conhecimento dos elementos fundamentais da história e da cultura brasileira⁵⁰³.

⁵⁰⁰ ARAÚJO, *Ibid.* 1994; FRANZINI, *Op. cit.* 2006. p. 102.

⁵⁰¹ CANDIDO, Antonio. “A revolução de 1930 e a cultura”. *Novos Estudos CEBRAP*. v. 2, n. 4, p. 27-32, 1984.

⁵⁰² As coleções podem ser consideradas como produtos editoriais típicos entre os anos 1930 e 1950, elas foram “um dos espaços privilegiados para a veiculação do pensamento da época”. In: PONTES, *Op. cit.* 1988. p. 449.

⁵⁰³ DUTRA, *Op. cit.* 2004.

Nossa intenção aqui não é aprofundar o estudo sobre essas editoras e suas coleções, mas apresentar o contexto em que Mário Sette estava inserido ao escrever seus livros. Nesse sentido, a ideia central é demonstrar que, ao escolher enveredar para a produção de livros de história, entre as décadas de 1920 a 1940, Mário Sette encontrou um ambiente favorável, fértil e oportuno, pois havia grande demanda por história.

Nesse contexto, sobretudo a partir dos anos 1930, havia um forte interesse dessas editoras em lançar livros que pudessem atingir um grande público leitor, formado por não iniciados no saber histórico. Domicio Rangel, inclusive, chamou a atenção para a profusão de livros de história lançados na época, alegando que:

com algumas exceções, os escritores nacionais não têm se ocupado ultimamente de outros assuntos a não ser antiguidades, produzindo, neste terreno, obras interessantes e de valia. (...). E outros autores não têm procurado senão essa fonte, muito proveitosa e instrutiva, pondo de parte a estafada literatura de ficção.⁵⁰⁴

Ao investirem pesadamente na publicação de livros de difusão do conhecimento histórico, em diferentes gêneros (sobretudo, livros didáticos, romances históricos e de crônicas históricas), essas editoras tinham como finalidade propagar “lições de História do Brasil” leves e atrativas, a preços acessíveis. De acordo com Eudoro Ramos Costa que, em um artigo publicado em janeiro de 1932 listou os livros de história lançados no início dos anos de 1930, a quantidade de obras desse perfil publicada no começo da década foi tão grande que a história foi considerada “como outra espécie de romance”, no sentido de que o romance era um dos gêneros mais vendidos pelas editoras, na época⁵⁰⁵.

Para se ter uma ideia da profusão de livros de história publicados (e republicados) em 1931, só a Companhia Editora Nacional lançou uma série de 15 obras. Foram elas: “Maluquices do Imperador”, “Nos bastidores da história”, “A Marquesa de Santos”, “O Príncipe de Nassau”, “A bandeira de Fernão Dias”, de Paulo Setúbal; “O Brasil dos meus Avós”, “Terra de Santa Cruz”, “Histórias da Nossa História”, “Bahú Velho”, “Balaiada”, de Viriato Corrêa; “O demônio da Regência” e “O tigre da Abolição”, de Oswaldo Orico; “Dentro da História” de Mário Melo; “A vida de Joaquim Nabuco”, de Carolina Nabuco; “Na corte D. Pedro II”, de Heitor Moniz; cada uma custando, em média, 5\$000 (brochura) ou 7\$000 (encadernado), e todas adornadas com capas coloridas, “de grande poder sugestivo”. O autor defende que a CEN pretende “num futuro próximo, cuidar seriamente de obras históricas”, mas que, no presente, ela limitou-se “a várias obras, de aparência consecutiva e

⁵⁰⁴ RANGEL, Domicio. “Romance pernambucano”. 1938. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

⁵⁰⁵ COSTA, Eudoro Ramos. “A História na ‘Quinzena do Livro’ de S. Paulo.” *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 10/01/1932.

assunto leve, que tem atraído para as fileiras escassas dos estudiosos de história considerável número de leitores.” Segundo Eudoro Ramos, essa série de livros “são aperitivos estupendos” que “propiciam a ingestão de alimentos mais sólidos e suculentos”.

Portanto, como se pode notar nos títulos das obras listadas, essa “tendência” do mercado editorial voltava-se, principalmente, para a publicação de autores que priorizavam a elaboração de um tipo de escrita da história de conteúdo simples e de fácil acesso, isto é, “aperitivos estupendos” para o deleite dos leitores não iniciados. Essas produções deveriam ser, antes de tudo, de teor cívico-patriótico, direcionadas para a construção e consolidação de uma cultura histórica republicana, que vinha se desenvolvendo desde as primeiras décadas do século XX, junto com as discussões sobre a modernização da educação brasileira e sobre a ideia do caráter científico da história.

Dentre todos esses nomes que publicaram nesse ano de 1931 pela CEN, vamos destacar o carioca Viriato Corrêa e o pernambucano Mário Melo, visando apresentar duas referências de intelectuais que, como Mário Sette, também se dedicaram à escrita da história voltada para a mediação cultural em diversos veículos de grande circulação. Claro que poderíamos citar outros nomes que também investiram nesse mesmo perfil historiográfico, como Assis Cintra, Alberto Rangel, Gastão Cruls ou Paulo Setúbal, etc., porém, nossa seleção partiu de uma intenção bem objetiva.

Escolhemos Viriato Corrêa porque ele foi visto como um caso paradigmático de historiador mediador, que, durante quase toda a sua vida, atuou como uma “cigarra” da História, como ele gostava de se identificar. A sua produção intelectual tem muitas semelhanças com a de Mário Sette, na medida em que os dois tiveram como público-alvo tanto os adultos, não iniciados no conhecimento histórico, quanto as crianças. Em uma pequena nota sobre o lançamento de “Onde os avós passaram...” (1946), de Mário Sette, Alcântara Silveira identifica essa característica comum entre ele, Viriato Corrêa e Pedro Calmon, afirmando que os três eram “colegas de subgênero literário”⁵⁰⁶.

Na época, Viriato Corrêa, já era um escritor reconhecido, não só por sua assídua publicação nos periódicos, mas também pela produção nas áreas da literatura infantil, didática (com várias edições de seus livros lançados por importantes editoras) e do teatro, sobretudo o de teor histórico. Ao longo da década de 1930 e 1940, ele vai ganhando mais notoriedade e projeção como divulgador e vulgarizador do conhecimento histórico, principalmente durante o Estado Novo, com as peças “A Marquesa de Santos”, de 1938 e “Tiradentes” de 1941, que

⁵⁰⁶ SILVEIRA, Alcântara. “Crônica”. *Letras e Artes*. Rio de Janeiro, 15/12/1946.

tiveram grande popularidade. Nos anos de 1950, ele passou a investir no veículo de comunicação de maior sucesso na época: o rádio, com o programa *História de chinelo: série de interessantes curiosidades históricas*, na Rádio Nacional, de 1952 a 1955, que deu maior audiência às suas narrativas históricas.⁵⁰⁷ Em outro capítulo veremos que o rádio já era um velho conhecido de Mário Sette, pois, desde o final dos anos 1930 e durante a década de 1940, foi um instrumento utilizado por ele para a divulgação de suas crônicas. Portanto, pelo sucesso de seus produtos culturais direcionados para a disseminação do saber histórico, lançados em diferentes modalidades, esse escritor carioca pode ser entendido como uma referência entre aqueles que também se especializaram na atividade da mediação cultural.

Diferente de Viriato, Mário Melo, apesar de ser relativamente conhecido entre os pares como historiador, secretário perpétuo do IAHP, conquistou um público mais restrito ao seu estado de origem. Dentre seus livros voltados para a divulgação do saber histórico, estamos falando da “trilogia”: “Dentro da História” (1931), “Aspectos da História” (1935) e “Relances da História” (1956), somente o primeiro foi publicado por uma grande editora de repercussão nacional, porém com apenas uma edição. Mas, embora Mário Melo não tenha angariado muitos louros, a nível nacional, com seus livros de história, não podemos negar a sua relevância na divulgação do conhecimento histórico, sobretudo, em Pernambuco. Isso porque, ele desempenhou um papel importante na implementação de um projeto cívico-pedagógico que visava à mobilização dos sentimentos patrióticos e identitários na população pernambucana, para a qual se direcionava, seja como jornalista-historiador, escrevendo diariamente crônicas históricas em praticamente todos os jornais pernambucanos durante quase toda a primeira metade do século XX, ou mesmo como secretário perpétuo do IAHP, com destaque para a sua liderança na organização de festas cívicas (os centenários na Revolução de 1817 e da Confederação do Equador). Nesse sentido, como o escritor carioca, Mário Melo também pode ser visto como uma interessante referência da produção do que se pode chamar de “história ensinável”⁵⁰⁸.

⁵⁰⁷ GOMES, *Op. cit.* 2015.

⁵⁰⁸ Sobre a elaboração de ritos cívicos como uma das estratégias para a produção de uma “história ensinável”, é importante afirmar que, durante a primeira metade do século XX, passou-se a investir mais fortemente em liturgias de recordação com o objetivo de se socializar e enraizar a(s) novas memórias em construção (ou em processo de refundação). Isso significa que a prática ritual passou a ser vista como instrumento de concretização/materialização de políticas de memória com finalidades pedagógicas que incitam a construção de identidades como a da nação, região ou de qualquer outro grupo social. In: CAVALCANTI, *Op. cit.* 2017. p. 84-87.

Comparando a escrita da história elaborada pelos “dois Mários de Pernambuco”⁵⁰⁹, tanto um quanto o outro, produziu uma história que valorizava as singularidades da História de Pernambuco, na medida em que investiram na criação de um pretérito valoroso para o estado, atribuindo a ele uma forte vocação emancipatória e republicana, discurso que, aliás, era uma herança da tradição historiográfica do IAHGP, reproduzida desde o início do século XX. Para nós, cada um à sua maneira, eles estão entre os mais importantes intelectuais pernambucanos que atuaram durante a primeira metade do século XX como produtores do conhecimento histórico voltado para o grande público, se dedicando à construção de uma história-memória patriótica e republicana em Pernambuco, profundamente comprometidos com a formação de uma identidade regional no estado. Mais precisamente, eles podem ser inseridos no grupo de intelectuais que, pelo papel que exerceram, contribuíram decisivamente com a criação do sentimento de *pernambucanidade*.

Fernando Pio, que também comparou a produção histórica de Melo e Sette em um artigo de título “Um livro Pernambucano”, em que trata sobre o lançamento da 3ª edição do livro escolar “Terra Pernambucana”, do autor de “Senhora de Engenho”, alegou que muitos escritores estavam se voltando para temas que envolviam a bravura lendária dos pernambucanos na luta contra os holandeses, com destaque para o heroísmo das “mulheres de Tejucupapo”, dentre outras “páginas radiosas da história de nossa terra”. Segundo o autor, dentre os historiadores que se dedicaram a tal tema, teria sido Mário Melo, com o seu livro “Dentro da História” (1931), quem iniciou a elaboração de uma “modalidade de literatura cívica pernambucana”, voltada para o grande público. Porém, Pio revela que, embora fosse este um trabalho de grande valor, faltava nele algo essencial e oportuno: “um livro que dentro dos limites da absoluta verdade pudesse, amenamente, levar aos cérebros infantis a lembrança dos dias passados, das glórias e tormentas, de apreensão e heroísmo”⁵¹⁰, o que podia ser encontrado na recente publicação de Mário Sette.

Raimundo Arrais também destacou o pioneirismo de Mário Melo ao falar que ele foi um dos primeiros historiadores pernambucanos a escrever o que chamou de “história pitoresca”, em seu livro “Dentro da História”. No entanto, alerta que as raízes desse gênero se situavam em um período anterior, praticado por figuras como: Alfredo de Carvalho, em seu livro “Estudos Pernambucanos”, de 1907, e Oliveira Lima, em “Pernambuco seu

⁵⁰⁹ Alusão ao título do artigo de Milton Souto que trata sobre o valor da produção intelectual de Mário Melo e Mário Sette para Pernambuco. In: SOUTO, Milton. “Os dois Mário de Pernambuco”. *Jornal do Comércio*. Recife, 26/01/1954.

⁵¹⁰ PIO, Fernando. “Um livro Pernambucano.” *Jornal Pequeno*. Recife, 31/03/1932.

desenvolvimento histórico”, de 1893, que aliás, ressalta o autor, foi visto por Gilberto Freyre como um historiador que “não deixa de se impor à nossa admiração. Inclusive por saber acrescentar a nota pitoresca – sem dela abusar – às suas narrativas”⁵¹¹.

Além deles, não podemos nos esquecer de Estevão Pinto⁵¹² e do seu livro “Pernambuco no século XIX”, publicado em 1922, o qual é composto por interessantes crônicas que abarcam uma “história social e pitoresca”. Essa obra tem poucas páginas e, como podemos observar nos títulos dos capítulos – “O gamenho, a gamenha”, “O negro fujão”, “O palanquim”, “Frei Madraço” e “Como dançavam os nossos bisavós” – o autor utilizou os mesmos recursos usados por Mário Sette na sua escrita da história, dando destaque aos fatos curiosos, às miudezas da História de Pernambuco, o que lhe rendeu também o estigma de “historiador social”.⁵¹³ Isso nos faz pensar que este livro também é uma produção histórica destinada a um público de não especialistas e que Pinto, como Sette, atuou como um intelectual mediador, produtor de uma “história ensinável”.

Sobre “Pernambuco no século XIX”, Waldemar Valente tece alguns comentários, destacando exatamente alguns pontos em que percebemos as semelhanças com a produção histórica de Mário Sette:

Embora o título possa sugerir, como lembra Mauro Mota, a dureza dos fatos ou a simples sequência datal, é, sem favor, magnífico ensaio sob critério, não apenas histórico, mas sociológico, e até certo ponto psicossocial e antropológico-cultural. Nele revela-se ainda o historiador social. Também o cronista do Recife, numa das épocas mais ricas de sugestões e de temas, de motivos e de inspirações. (...) À argúcia de Estevão Pinto nada escapa. Os hábitos e costumes sociais, mais ostensivos e aparentes, como os que se relacionavam com as modas, tanto dos gamenhos, como das gamenhas – os *playboys* e jovens sofisticados de ontem – das iaiás e dos ioiôs.⁵¹⁴

No que se refere a esse tipo de “história pitoresca” praticada pelos intelectuais recifenses a partir dos anos de 1920, destaca Arrais:

⁵¹¹ FREYRE, Gilberto. Prefácio. In: LIMA, M. de Oliveira. **Pernambuco, seu desenvolvimento histórico**. 2ª ed. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, 1975. *Apud.* ARRAIS, *Op. cit.* 2006. p. 40.

⁵¹² Estevão Pinto (1895-1968) foi um alagoano radicado em Recife, foi membro do IAHPG e da APL. Ele teve uma atuação relevante como historiador, sociólogo, antropólogo e folclorista, especializando-se na área de etnologia indígena. Também deve-se destacar a sua produção de livros didáticos de História Geral, voltados para alunos do secundário, os quais compuseram uma série de 4 obras (História Antiga, História Medieval, História Moderna e História Contemporânea), lançada nos anos de 1960. Sobre sua trajetória intelectual, ver: ROCHA, José Maria Tenório. **O Silêncio conivente**. Estevão Pinto, etnólogo: Trajetória intelectual e opções teóricas. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, 1992.

⁵¹³ O livro “Pernambuco no século XIX” é uma compilação das crônicas históricas de Estão Pinto publicadas no *Jornal do Commercio* do Recife, de setembro a outubro do ano de 1922. Ela foi ilustrada pelo artista alemão residente em Recife, Heinrich Moser, que também ilustrou, três anos depois, “Terra Pernambucana”, o primeiro livro de história de Mário Sette voltado para as crianças do ensino primário. Ver: PINTO, Estevão. **Pernambuco no século XIX**. Imprensa Industrial. Recife, 1922.

⁵¹⁴ VALENTE, Waldemar. 1969. *Apud.* ROCHA, *Op. Cit.* 1992. p. 11.

é um híbrido de ensaio histórico, crônica e ficção, e atende aos leitores das camadas médias, num estilo ligeiro, sem análises sociais ou econômicas, introduzindo temas novos, menos solenes, ou enfocando assuntos da história política de modo novo, recriando os heróis, dando-lhes vida, infundindo simpatia a suas ações, de modo a pintar o passado como o cenário afetivo em que as tragédias vão perdendo as cores do ódio e do ressentimento que se impregnaram na história local.⁵¹⁵

Ao circunscrever o conceito de pitoresco à produção intelectual recifense, Arrais associa o seu surgimento ao contexto das transformações urbanas da cidade do Recife ocorridas no início do século XX. Para o autor, ele serviu para expressar aquilo que sobreviveu ao progresso e que faz lembrar aquele passado que parece perdido no tempo/espaço. Seria:

qualquer traço fragmento ou impressão, como um lampião, um pedaço de calçamento antigo, a imagem do rio correndo dentro da cidade – aqueles sinais que receberão o nome de “sobrevivências”, com as quais se buscava construir as referências anteriores situadas naquele *Recife Antigo* que vai desaparecendo no início do século XX.⁵¹⁶

Assim, conclui o autor que a “história pitoresca” configura-se como um gênero interessante para qualquer historiador que deseje evocar o passado, cheio de saudade, “fazendo uso, mesmo que discreto, dos recursos da imaginação”.

Como vimos, no caso de Mário Sette, a utilização da imaginação não foi nada discreta. O escritor foi visto por Raimundo Arrais como o mais celebrado entre os praticantes desse gênero da história e como aquele que investiu nele de forma mais sistemática, o que lhe conferiu certo prestígio ao longo dos anos de 1930 e 1940. Segundo o autor, em suas narrativas históricas, esse “historiador do pitoresco” percorre a cidade do Recife projetando-se no seu passado, visando identificar no presente pontos de reminiscências entre o que existe e o que desapareceu. O passado é, portanto, colocado por Mário Sette como uma espécie de espírito, uma alma que se faz presente, mesmo ausente, causando no leitor a sensação de familiaridade e até de ternura em relação a ele. Assim, segundo Arrais, Sette escreve a história como quem visa reatar os laços entre os homens do presente com seus entes queridos do passado, daí a predominância do tom de conversa entre avós e netos, sobretudo quando se trata de seu livro “Onde os avós passaram...”, de 1946⁵¹⁷.

Em um capítulo mais adiante, vamos detalhar um pouco mais as características da escrita da história “social e pitoresca” de Mário Sette ao analisarmos o livro “Maxambombas e Maracatus” (1935) e suas crônicas históricas irradiadas no programa *Evocações*, pela Rádio

⁵¹⁵ ARRAIS, *Op. cit.* 2006. p. 39-40.

⁵¹⁶ ARRAIS, *Ibid.* 2006. p. 43.

⁵¹⁷ ARRAIS, *Op. cit.* 2006. p. 42.

Jornal do Commercio, de Recife, no final da década de 1940. Mas, por enquanto, neste capítulo, nossa intenção foi deixar claro que, quando ele passa a escrever suas crônicas históricas, ao longo dos anos de 1930 e 1940, já havia uma tradição intelectual bem consolidada que, desde o início do século XX, se dedicava a produção desse tipo de escrita da história.

5 A HISTÓRIA CONTADA PARA CRIANÇAS: OS LIVROS DE LEITURA DE MÁRIO SETTE

Muito Obrigada
A meu mestre Mário Sette

Não é discurso o que vos vou fazer
Nem recordar qualquer aula passada,
O que eu quero é aqui agradecer:
Pelo que aprendi, muito obrigada!

Do meu Brasil sei algo mais dizer,
Tenho dele a História lembrada,
Por conhecê-la não me sei conter:
Pelo que aprendi, muito obrigada!

Ao meu desejo imenso de escrever
De tornar-me escritora apreciada:
Um grande estímulo vos soubestes ter
Por isso, Mestre, estou muito obrigada!

Embora o tempo corra a bom correr
E a velhice me chegue apressurada
Que não me falte ensejo de dizer:
Pelo que aprendi, muito obrigada!⁵¹⁸

Um bom professor é sempre inesquecível. Mesmo quando envelhecemos, resquícios de lembranças nos fazem recordar com carinho de suas aulas e da maneira singular como projetou em seus alunos seus sonhos e utopias. Do mesmo modo, também recordamos de alguns livros escolares que foram capazes de exercer sobre nós uma influência particular, penetrando em nossa memória a ponto de contribuírem com a formação de nosso inconsciente coletivo e individual.

Quando se trata de livros de história, essa influência é ainda mais marcante, na medida em que eles são importantes veículos de divulgação de uma cultura histórica, de construção de identidades e também de formação de uma memória nacional, regional e/ou local. Logo, faz todo sentido o que o historiador francês Marc Ferro afirma quando diz que a história estudada pelos livros escolares deixa marcas permanentes em uma sociedade, difíceis de serem apagadas:

Não nos enganemos: a imagem que fazemos de outros povos, e de nós mesmos está associada à História que nos ensinaram quando éramos crianças. Ela nos marca para o resto da vida. Sobre essa representação, que é para cada um de nós uma descoberta do mundo e do passado das sociedades, enxertam-se depois opiniões, ideias fugazes

⁵¹⁸ Excerto do livro: **Folhas de Outono** – Cancioneiro de Aline Alda Pereira Patriota, novembro de 2010. Disponível em: www.mariosette.com.br. Acesso em: 10/11/2022.

ou duradouras, como um amor... mas permanecem indelévels as marcas de nossas primeiras curiosidades, das nossas primeiras emoções.⁵¹⁹

Boa parte da geração brasileira, especialmente a pernambucana, que viveu a infância ou passou pelos bancos escolares entre o final de 1920 e 1950, teve contato com os livros escolares de Mário Sette. Adotados pelas redes de ensino público e particular de vários estados do país, seus livros de história, destinados a escolares, foram tidos, muitas vezes, como responsáveis pela introdução de crianças e jovens no saber histórico. Mas quando se trata da formação da criançada recifense, sua contribuição foi além dos livros didáticos, pois o escritor também exerceu outro tipo de atividade relacionada à educação: foi professor de História. Ele exerceu esta função em diversas escolas da cidade do Recife, fosse no ensino primário ou secundário, ou mesmo no superior, já que também lecionou a disciplina de História do Brasil na Faculdade de Filosofia do Recife durante a década de 1940.

Sobre a influência que Mário Sette teve enquanto professor/autor de livro de história na formação dos recifenses no saber histórico, Mauro Mota comentou em um artigo para o *Diário de Pernambuco*, publicado no ano de 1975, que “Terra Pernambucana” teria estimulado a vocação de historiador de José Antônio Gonsalves de Mello.⁵²⁰ Leonardo Dantas Silva, outro importante intelectual pernambucano, também destacou que este mesmo livro foi uma referência para ele, “a porta de entrada para o conhecimento das histórias e lendas que povoam o passado de Pernambuco”. Ele falou disso no longo prefácio da 10ª edição de “Terra Pernambucana”, lançada em 1981:

O primeiro livro de leitura fica para sempre marcado na lembrança de qualquer um. (...) Grande parte das pessoas de mais de 40 anos, teve em TERRA PERNAMBUCANA, de Mário Sette, o seu primeiro livro de leitura. Livro simples, surgido em 1925, de linguagem fácil e atraente, foi, por muito tempo, adotado como texto oficial nas escolas primárias da rede oficial do estado de Pernambuco. Durante quase três décadas alcançou nove edições, sempre a despertar nas novas gerações de então aquilo que mais tarde Gilberto Freyre veio a denominar de “o melhor de nossa pernambucanidade”.

(...)

Para este que escreve estas linhas, Mário Sette tem o sabor de infância: lembra os sonhos infantis, as lendas sobre aspectos da História de Pernambuco (...).

Mário Sette foi a porta de entrada no conhecimento das Histórias e lendas que povoam o passado de Pernambuco.⁵²¹

Como salientou Leonardo Dantas, o livro “Terra Pernambucana” faz parte de um extenso conjunto de obras que foram definidas como “livros de leitura”. Gênero que surgiu

⁵¹⁹ FERRO, Marc. **A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação**. São Paulo: IBRASA, 1983. p. 11.

⁵²⁰ MOTA, Mauro. “Agenda”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 02/04/1975.

⁵²¹ SILVA, Leonardo Dantas. “História de Pernambuco para crianças e adultos”. SETTE, Mário. **Terra Pernambucana**. 10ª ed. CEPE: Recife, 1981.

nos primeiros anos da República como uma nova modalidade narrativa voltada especialmente para os alunos das escolas primárias, os livros de leitura tinham como finalidade suprir as deficiências da educação formal e da literatura infantil produzida no Brasil até o final do século XIX⁵²². Durante as primeiras décadas do século XX, esta literatura infantil foi duramente criticada por ser, na maioria dos casos, derivada da tradução de clássicos europeus para o português, e por isso passou a ser vista como pobre e pouco compreensível aos seus pequenos leitores, para dizer o mínimo.⁵²³ Os livros escolares, sobretudo os compêndios e manuais, eram frequentemente tidos como cansativos, tediosos, “índigestos e mal escritos”. Principalmente quando se tratava dos dedicados ao ensino de História do Brasil, nos quais os assuntos abordados eram escritos “cheios de nomes e datas”, que deveriam ser exaustivamente memorizados pelos estudantes.

Com a publicação de seus livros de história voltados para as crianças, o autor de “Senhora de Engenho” também ficou conhecido como aquele que escreve “ao alcance dos espíritos infantis”, interessado em promover “a lição de história cívica e patriótica” através de uma “linguagem correta, simples e acessível”, mas sem “descer a infantilidades de expressões tão comuns entre as crianças”.⁵²⁴ Essa imagem construída sobre ele também aparece no prefácio de “Brasil, Minha Terra!”, no qual Affonso de Taunay destaca não só o caráter patriótico do livro, “impregnado de fortíssimo brasileiro”, como também o compromisso de seu autor de escrever de maneira “fácil” para crianças, tarefa que para o prefaciador não era nada fácil.⁵²⁵

Na verdade, até este momento da leitura desta tese, já é possível perceber que narrar a História do Brasil de forma “difícil” nunca foi especialidade de Mário Sette. Sua aptidão era outra: a de produzir uma “história ensinável”, direcionada a um amplo e variado público, formado, sobretudo, por “não iniciados” no saber histórico e ávidos por conhecer a história de seu país. Assim, sua principal preocupação era com a divulgação e vulgarização da História do Brasil, na medida em que se voltou para a produção de uma escrita mais agradável e prazerosa, com o interesse em conquistar os corações e as mentes de crianças e adultos.

⁵²² Atualmente, de acordo com a moderna nomenclatura do mercado editorial, os livros de leitura seriam enquadrados no gênero “paradidático”, pois são livros que abordam conteúdos complementares de uma determinada disciplina escolar.

⁵²³ HANSEN, Patrícia. “Autores, editores, leitores. O que os livros cívicos para crianças da Primeira República dizem sobre eles?”. *História* (São Paulo). V. 30, n.2, p. 51-80, ago/dez 2011.

⁵²⁴ DUARTE, Candido. “Rowing”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 10/02/1924.

⁵²⁵ TAUNAY, Affonso. “Duas palavras”. *Brasil, minha terra!* 14ª ed. Melhoramentos. São Paulo, 1953.

Portanto, neste capítulo, nos debruçaremos especificamente sobre a atuação de Mário Sette como professor/autor de livros de história voltados para as crianças, utilizando, nesse caso, a noção de Arlette Gasparello⁵²⁶. Nossa ideia é defender que, como tal, ele teve uma participação efetiva no processo de construção da História como disciplina escolar em Pernambuco. Para tanto, vamos analisar seus livros de leitura de conteúdo histórico: “Terra Pernambucana” e “Brasil, minha terra!”, publicados nos anos de 1920, que fizeram sucesso entre os leitores-mirins durante décadas. Vamos pensá-los como peças interessantes que tiveram como finalidade inculcar nas crianças o nacionalismo e o amor à pátria. Sem falar que, como livros de leitura, também podem ser percebidos como veículos de divulgação de uma memória histórica e também de uma cultura histórica republicana que se queria valorizar durante a primeira metade do século XX.

5.1 CUMPRE QUE ELE SEJA BRASILEIRO: A PRODUÇÃO DOS LIVROS DE LEITURA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DA REPÚBLICA

O advento da República e a abolição da escravidão foram marcos importantes que desencadearam a elaboração de estratégias político-pedagógicas voltadas para a resolução de questões relacionadas à falta de instrução da população, formada majoritariamente por analfabetos, e também à construção de um sentimento nacional e patriótico no país. Para muitos intelectuais que se dedicaram a refletir sobre esses pontos, o Brasil ainda não possuía uma nação propriamente dita, e, conseqüentemente, também não existia o que se podia chamar de “povo brasileiro”. Falava-se muito sobre a urgência de se modernizar e civilizar o país em meio a um passado escravocrata e à exclusão de amplos segmentos da sociedade que não tinham acesso à cultura escrita. Para isso, a defesa da criação de um novo programa educacional que estivesse mais de acordo com os projetos moderno, nacionalista e republicano, ia, progressivamente, assumindo protagonismo nas discussões que tinham como finalidade sanar o problema do *atraso brasileiro*.

Como descreveu Jorge Nagle, desde as décadas iniciais da República, havia um clima de entusiasmo generalizado em relação à educação, vista como a única solução para abrandar

⁵²⁶ GASPARELLO, Arlette Medeiros. “A produção de uma disciplina escolar: os professores/autores e os livros didáticos”. *Revista brasileira de história da educação*. v. 13, n. 3 (33). Campinas-SP, set./dez. 2013, p. 147-177.

alguns dos mais graves problemas sociais e culturais do país que tinham como causa principal o alto nível de analfabetismo. De acordo com o autor, os dados levantados pelo recenseamento de 1920 revelavam que a taxa de analfabetos era por volta de 80% da população, o que era visto como a “grande vergonha do século no máximo ultraje de um povo a querer ingressar na rota da ‘moderna civilização’”.⁵²⁷ Em função disso, uma das maneiras mais diretas para solucionar essa questão era através de reformas na escolarização, as quais tomaram corpo nos anos finais do século XIX até os anos de 1930.⁵²⁸

Acreditava-se que a regeneração da nação se daria, sobretudo, pela escola primária universalizada para todos, pois, só assim, o Brasil ingressaria na tão desejada modernidade. Por assim dizer, a escola passou a ser vista como uma importante instituição na consecução de tal tarefa: a formação não mais do súdito do Império, mas de um novo cidadão comprometido com o ideário republicano.⁵²⁹

Esse contexto foi marcado pelo surgimento do movimento escolanovista, o qual foi liderado pelo grupo de educadores que promoveu as reformas educacionais nos estados brasileiros. A Escola Nova teve como fundamento a remodelação das instituições escolares, como consequência da revisão crítica da questão educacional associada à “escola tradicional”. Contrária à visão tradicional da infância, percebida como condição transitória, inferior e negativa de preparo para a vida do adulto, a Escola Nova investiu na institucionalização do respeito à criança e aos seus interesses. A proposta era a de que ela se desenvolvesse por meio de sua própria experiência, mas para que isso fosse possível, era necessária uma modificação radical do papel do educador, da natureza do programa escolar, da noção de aprendizagem,

⁵²⁷ NAGLE, Jorge. “Nacionalismo”. **Educação e sociedade na Primeira República**. 3º ed. Edusp. São Paulo, 2009. p. 128.

⁵²⁸ Foram implementadas reformas educacionais em todo o país por educadores renomados, com destaque para a “Reforma Benjamim Constant” (1890), que defendia um ensino laico, livre e gratuito; e também as realizadas em alguns estados brasileiros, como: a “Reforma Sampaio Dória” (1922), em São Paulo, a “Reforma Carneiro Leão” (1922-1926), no Rio de Janeiro, a “Reforma Lourenço Filho” (1922), no Ceará, a “Reforma Góis Calmon” (1925), na Bahia, a “Reforma Francisco Campos e Mário Casassanta” (1927), em Minas Gerais, a “Reforma do Distrito Federal” (1928), a “Reforma Carneiro Leão” (1928-1930), em Pernambuco, dentre outras. Vale lembrar que a legislação do ensino primário era fragmentada pelas várias constituições estaduais, uma vez que era de responsabilidade dos estados.

⁵²⁹ LAJOLO, Marisa. **Uso e abuso da literatura na escola**: Bilac e a literatura escolar na República Velha. Rio de Janeiro: Globo, 1982. p. 33. Sabemos que, apesar do grande entusiasmo pela educação nacional, a maior parte da população brasileira continuou sem escolarização. Sobretudo quando se trata das populações negras, estas continuaram a viver às margens da sociedade brasileira, sem direito à cidadania e a escolarização durante décadas. Elas foram expulsas das áreas centrais das cidades e seus hábitos e costumes tradicionais foram condenados em nome de uma ideia de “progresso” e “civilização”. Na realidade, a persistência de níveis elevados de analfabetismo até as décadas de 1970 e 1980, ou mesmo depois, indicam que o projeto de construção de uma educação nacional foi pouco efetivo.

dos métodos e técnicas de ensinar-aprender, enfim, todo o aspecto interno das instituições escolares.⁵³⁰

Para figuras como José Veríssimo, importante intelectual que se envolveu em debates a respeito do papel da educação como principal fator transformador da nação brasileira ainda no final do século XIX, só havia uma única maneira de “civilizar” o Brasil e de promover a unidade nacional: a elaboração de uma “reforma moral” da sociedade. Na sua perspectiva, não havia um “sentimento nacional” que unisse e identificasse todos os “brasileiros” como um povo singular, mas sim “sentimentos localistas”, que definiam a identidade de pernambucanos, mineiros, paulistas, etc. Portanto, para que fosse possível a construção de tal “sentimento nacional e patriótico” e a formação do “povo brasileiro”, Veríssimo acreditava que se deveria promover uma educação nacional atrelada a uma educação cívica de crianças e jovens. Isso porque, segundo Angela de Castro Gomes, para ele, como também para outros intelectuais contemporâneos, “ser brasileiro” não era algo constituído por nascimento, mas por formação educacional, isto é, era algo que se aprendia desde a infância.⁵³¹

Essas e outras ideias foram compiladas em um ensaio de título, “Educação Nacional”, publicado em 1890, no qual José Veríssimo sintetizou um programa para a reformulação do sistema escolar e dos currículos disciplinares brasileiros. Nesta obra, Veríssimo denunciou a urgência de se realizar uma reforma da literatura escolar e dos currículos, pois, para ele, a tradicional utilização em sala de aula de obras clássicas de autores estrangeiros traduzidas para o português, e a conseqüente falta de brasilidade deles, impunha verdadeiros obstáculos à compreensão dos pequenos leitores, que não se identificavam com os conteúdos abordados nos livros. Isso porque os livros existentes no Brasil na época eram poucos e ruins, tanto em seu aspecto material quanto em seu conteúdo, voltado para uma apresentação tediosa de nomes e datas. Como forma de solucionar essa questão, ele sugeriu que os livros infantis, principalmente os “livros de leitura”, deveriam ser estritamente nacionais e com linguagem acessível, contendo temáticas, linguagens, personagens e cenários disponíveis na história e na literatura brasileira. De acordo com a historiadora, para Veríssimo, somente através da

⁵³⁰ SOUZA, Márcia Cristina Soares Cabrera. **Anísio Teixeira e a educação brasileira**: da formação intelectual aos projetos para a escola pública. 1924-1964. Tese de doutorado. Universidade Federal de Uberlândia. Minas Gerais, 2018; NAGLE, *Op. cit.* 2009. p. 272.

⁵³¹ GOMES, Angela de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2009. p. 100.

exaltação das riquezas naturais do Brasil e do conhecimento de sua história é que se poderia desenvolver nas crianças sentimentos cívicos e patrióticos.⁵³²

O surgimento de uma literatura infantil revela a emergência da burguesia no Brasil de fins do século XIX e com ela o reconhecimento de um novo sujeito histórico dentro do contexto familiar: a criança. Neste momento, a criança deixa de ser vista como um adulto em miniatura e passa a ter características e necessidades próprias, que começam a ser atendidas por políticas públicas e pelo mercado.⁵³³ Ela adquire, portanto, um estatuto especial, tornando-se alvo de uma série de projetos nacionalistas voltados para a regeneração nacional. Atribui-se a ela uma nova responsabilidade: a de “futuros salvadores da pátria”, agentes capazes de conduzir o Brasil para um destino grandioso. Além disso, a infância passa a ser vista como categoria na qual estava presente o “futuro cidadão” de um país considerado “novo” e “do futuro”. Mas, como ressaltou Patrícia Hansen, não era qualquer criança que era representada como o “futuro da nação”. Em geral, esta deveria fazer parte de um grupo bem restrito, formado por crianças do sexo masculino, brancas, alfabetizadas e pertencentes às camadas médias da sociedade, ao qual se destinavam os ensinamentos cívicos que o tornaria capaz de desenvolver determinados hábitos, virtudes, conhecimentos e qualidades morais para agir em prol da pátria⁵³⁴.

Para atender às novas demandas desse sujeito que acabava de emergir na sociedade houve grande investimento do mercado editorial brasileiro na produção de uma literatura voltada para as crianças, o que estava totalmente atrelado à expansão da escola primária e ao desenvolvimento do ensino da leitura. Nesse sentido, podemos dizer que a literatura infantil brasileira surgiu a partir de uma relação de dependência em relação ao processo de escolarização da criança, o que a colocou em uma posição complementar à educação. Isso significa que o que se entendia por literatura infantil estava intrinsecamente associado à literatura escolar, pois, devido ao caráter de nossa formação histórico-social, com um passado escravocrata e de exclusão de amplos setores da sociedade, a maior parte das crianças brasileiras só tinha acesso ao livro, fosse ele didático ou não, nas escolas.⁵³⁵

⁵³² GOMES, *Op. cit.* 2009. p. 100.

⁵³³ HANSEN, Patrícia. **Brasil, um país novo**: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República. Tese (doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo (USP), 2007. p. 29; ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1981.

⁵³⁴ HANSEN, *Ibid.* 2007. p. 48.

⁵³⁵ ARROYO, Leonardo. **Literatura Infantil Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1968.

Complementando estas discussões, iniciadas por Leonardo Arroyo, Patrícia Hansen, em um artigo intitulado “A Biblioteca dos Jovens Brasileiros: do caráter didático da literatura infantil aos usos dos livros pelas crianças no início do século XX”, comenta sobre as semelhanças e diferenças entre os livros infantis e os livros didáticos. Segundo a autora, “o caráter ‘didático’ ou ‘literário’ de um texto não pode ser atribuído a qualquer qualidade intrínseca, mas aos possíveis ‘usos’ do texto”. Ela destaca o caráter efêmero dos mesmos – o que nem sempre está associado à desatualização de seu conteúdo, mas à própria particularidade de seus leitores que, obviamente, deixarão de ser crianças – e a possibilidade dos livros infantis não didáticos serem relidos e de terem mais autonomia em relação à sala de aula, pois, eles, muitas vezes, estão mais ligados aos tempos livres dos alunos, ou melhor, dos “leitores em formação”, chegando até a sobreviverem a alguns ciclos escolares, o que depende bastante do livro e de seus leitores.⁵³⁶

Mas, embora marcados por algumas distinções em relação aos que estavam estritamente voltados aos escolares, os livros infantis, em geral, dependiam do mercado escolar, pois este era garantia de maiores lucros (aos editores e autores), por atingir um maior número de crianças. Esses livros eram adotados nas escolas como “livros de leitura”, modalidade narrativa especialmente voltada para os alunos das escolas primárias com a atribuição de resolver as deficiências da educação formal. Eles forneciam conhecimentos variados sobre o país, através de uma linguagem simples e acessível, essencialmente distinta daquela utilizada nos compêndios e manuais escolares, marcados pela aridez na escrita e pela rigidez de como os conteúdos eram abordados. A ideia era incentivar a curiosidade dos leitores-mirins e o gosto pela leitura. Os assuntos neles abordados estavam de acordo com os conteúdos programáticos do currículo escolar, o que fazia deles, em muitos dos casos, os únicos livros utilizados em sala de aula⁵³⁷.

Esses livros, além de veicularem preceitos cívicos e morais indispensáveis à formação da criança, davam uma atenção especial ao ensino de História Pátria, já que a História, enquanto disciplina escolar, deveria ser vista como sustentáculo da “pedagogia do cidadão”.⁵³⁸

⁵³⁶ HANSEN, Patrícia. “A Biblioteca dos Jovens Brasileiros: do caráter didático da literatura infantil aos usos dos livros pelas crianças no início do século XX.” **Revista Escritos**. Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa. n.5. ano 5. Rio de Janeiro, 2011. p. 79.

⁵³⁷ BITTENCOURT, Circe. **Livro Didático e Conhecimento Histórico**: uma história do saber escolar. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), 1993. p. 55.

⁵³⁸ De acordo com Circe Bittencourt, desde o início do século XIX, os livros de leitura, destinados ao público infantil apresentavam invariavelmente conteúdos de História. Em suas palavras: “A percepção de que a História pudesse ser objeto de estudos desde o início da alfabetização estava contida no primeiro esboço de programa

Isto é, o objetivo último colocado a esses livros de leitura era o de instituir a história como disciplina verdadeiramente educativa e potencializadora do sentimento nacional. Eles deveriam cumprir uma função pedagógica na sociedade, com o intuito de conseguir despertar nos “futuros cidadãos” valores cívico-morais de amor à pátria, através da elaboração de narrativas históricas de teor cívico-patriótico, alimentadas por um projeto político-cultural republicano. Assim, podemos afirmar que eram veículos importantes para a divulgação e vulgarização do conhecimento histórico para esse público infantil e, conseqüentemente, para a formação de uma cultura histórica republicana.

Neles, eram abordados conteúdos sobre fatos históricos, biografias dos heróis nacionais e tradições brasileiras, elencados, na maioria das vezes, de forma fragmentária e sem respeitar a cronologia e periodização histórica já consagrada (Brasil-colônia, Brasil-império, Brasil-República), característica que os diferenciava dos manuais didáticos de História⁵³⁹. Numa época em que os historiadores lutavam para constituir a História como disciplina legítima e autônoma, estabelecendo seus parâmetros de cientificidade, os autores desses livros ousavam misturar os conteúdos da História do Brasil com elementos de ficção, na intenção de tornar a leitura mais agradável.

Os intelectuais envolvidos na produção desses livros para crianças, ao se voltarem ao público escolar, além de responderem aos apelos nacionalistas e pedagógicos, cumprindo uma “tarefa patriótica”, também tiveram motivações profissionais e financeiras. No contexto em que o Brasil era formado, sobretudo, por não leitores e com reduzida escolarização, era interessante para estes autores publicar obras que pudessem circular pelo país com tiragens elevadas em comparação a produção de livros de outros gêneros em geral, pois isso garantiria maior consumo, popularidade e, conseqüentemente, maior ganho financeiro. Muitas vezes, alguns desses autores tinham ainda mais vantagens que outros em relação à publicação de seus livros escolares, na medida em que eram bem relacionados nas esferas governamentais, o que garantia a adoção maciça destes nas escolas públicas dos estados brasileiros e a conseqüente ampliação da sua venda.⁵⁴⁰ Dessa forma, escrever para crianças era, durante a primeira metade do século XX, uma das profissionalizações possíveis para o escritor; para o

emitido oficialmente, em 1827, pretendendo-se que a Constituição e a História do Brasil fossem os textos preferenciais para a leitura das escolas elementares.” BITTENCOURT, *Op. cit.* 1993. p. 212.

⁵³⁹ BITTENCOURT, Circe. *Ibid.* 1993. p. 214.

⁵⁴⁰ LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996. p. 29; LAJOLO, *Op. Cit.* 1982.

editor, que estava constantemente atento à demanda escolar por livros de leitura, publicá-los possibilitaria um futuro promissor.

Vale lembrar que os autores dessas obras eram intelectuais ligados ao mundo dos livros, que exerciam atividades próprias aos “homens de letras” – na política, na imprensa, no magistério – e também se relacionavam nas mais diversas redes de sociabilidade, dentre as quais integravam as academias científicas e literárias, os institutos históricos, com destaque para a Academia Brasileira de Letras e para o Instituto Histórico Geográfico Brasileiros. Além disso, também exerciam cargos públicos no setor educacional ou mesmo foram professores primários ou secundários, em escolas públicas e privadas, politécnicas, militares etc. Isso acontecia porque, nessa época, ainda não havia no Brasil a formação de educador, o que só vai ocorrer a partir da década de 1930, com a criação dos primeiros cursos de formação de professores, nas Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Assim, o professor ainda não possuía as regras oferecidas por um campo profissional instituído para se orientar.⁵⁴¹

Em relação às editoras, elas vão ganhar ressonância no país durante fins do século XIX e início do século XX. Nessa época, as livrarias deixaram de ser apenas distribuidoras de livros e outros produtos para tornarem-se também tipografias e editoras. Ressalta-se, por exemplo, o protagonismo da carioca Livraria Francisco Alves, considerada como a pioneira na consolidação da moderna indústria editorial no Brasil.⁵⁴² Por volta da década de 1890, esta havia crescido rapidamente, chegando a deter quase o monopólio da publicação de livros escolares pelo fato de ter conseguido suplantar os concorrentes “mediante a prática de tiragens maiores, o que barateia os preços, e, em parte, com a aquisição das firmas rivais.”⁵⁴³ Ao longo das décadas de 1920 e 1930, outras editoras passaram a assumir tal prestígio de liderança na publicação de livros infantis: as paulistas Companhia Editora Nacional e Companhia Melhoramentos. Ao longo do capítulo nos debruçaremos com mais afinco sobre a produção editorial da Melhoramentos, pela qual Mário Sette publicou o seu “Brasil, minha terra!”.

Dentre os tantos livros infantis publicados entre 1889 e 1921, que foram adotados nas escolas brasileiras como “livros de leitura”, podemos destacar: “A História do Brasil ensinada

⁵⁴¹ HANSEN, Patrícia Santos. **Feições e Fisionomias**. A história do Brasil de João Ribeiro. Rio de Janeiro: Acess Editora, 2000. p. 61.

⁵⁴² BRAGANÇA, A. “A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil”. In: ABREU, M. (Org.). **Leitura, História e História da Leitura**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1999. Porém, não se pode esquecer das editoras Garnier, H. Laemert e da F.T.D, as quais também tiveram uma atuação marcante como divulgadoras dos livros escolares no início do século XX. Ver: BITTENCOURT, *Op. cit.* 1993.

⁵⁴³ HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil (sua história)**. T.A. Queiroz: USP. 3º ed. São Paulo: 2017. p. 317.

pela biografia de seus heróis” (1890), de Sílvio Romero; “Festas Nacionais” (1893), de Rodrigo Otávio; “América” (1897), de Coelho Netto; “A terra fluminense” (1898), de Olavo Bilac e Coelho Netto; “Porque me ufano do meu país” (1901), de Afonso Celso; “Contos Pátrios” (1904), de Olavo Bilac e Coelho Netto; “Poesias infantis” (1904), de Olavo Bilac; “Histórias da nossa terra” (1907), de Júlia Lopes de Almeida; “Pátria brasileira” (1909), de Olavo Bilac e Coelho Netto; “Através do Brasil” (1910) de Olavo Bilac e Manoel Bomfim; “Minha terra e minha gente” (1916), de Afrânio Peixoto; “Nossa Pátria” (1917), de Rocha Pombo; “Brasil! Diurnal Cívico” (1920), de Joaquim Luís Osório; “Breviário Cívico” (1921), de Coelho Netto; “Catecismo Cívico” (1921) de Augusto Mário Caldeira Brant; entre muitos outros.

Além desses, as obras de Monteiro Lobato, publicadas após 1920, também são exemplos paradigmáticos da aproximação entre literatura escolar e literatura infantil, com destaque para “A menina do narizinho arrebitado” (1921), primeiro livro do autor destinado às crianças que se tornou um verdadeiro *best-seller* infantil. Já é bem assinalado pelos estudos sobre a literatura infantil brasileira que, com essa publicação, Lobato inaugurou uma importante mudança de paradigma na produção de livros para a infância no Brasil, pois introduziu em sua narrativa elementos do mundo maravilhoso e mágico, muitas vezes, retirados de nossas lendas, da tradição oral e das histórias populares e folclóricas⁵⁴⁴.

Ao contar as aventuras do menino Pedrinho e da boneca Emília, em meio a lições de português, geografia e aritmética, ele teve como objetivo tornar os conteúdos do currículo escolar menos áridos e mais interessantes para as crianças brasileiras. Sem fugir ao objetivo de proporcionar às crianças uma educação cívica-patriótica, ele fazia com que elas participassem de um mundo de fantasia e, ao mesmo tempo, desenvolvessem sentimentos identitários e nacionalistas. Esse novo modelo de livro para crianças, muito afinado às novas metodologias da Escola Nova, viabilizou o grande sucesso de Monteiro Lobato junto ao público infantil, o que contribuiu com a consagração de seu nome como o “fundador da moderna literatura infantil brasileira”.⁵⁴⁵ Inclusive, o próprio Lobato gostava de lançar mão deste título como estratégia de *marketing* de seu sucesso.

⁵⁴⁴ LAJOLO, Marisa. “Infância de papel e tinta”. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **História social da infância no Brasil**. 3ª ed., São Paulo: Cortez Editora; USF-IFAN, 2001; ARROYO, *Op. cit.* 1968; LAJOLO, Marisa. **Monteiro Lobato: um brasileiro sob medida**. Ed. Moderna. São Paulo, 2000.

⁵⁴⁵ LAJOLO, *Op. cit.* 2001; ARROYO, *Op. cit.* 1968.

É bem verdade que os livros infantis publicados no período de 1889 a 1921 contrastam com as obras de Monteiro Lobato em alguns aspectos, sobretudo quando se trata de sua natureza realista e exemplar, de orientação materialista/positivista, e também em relação à representação da infância brasileira. Neles não estão presentes narrativas que abordam o mundo mágico e maravilhoso, mas predominam textos cívico-pedagógicos que pretendiam documentar a realidade brasileira e transmitir valores morais e cívicos que pudessem fazer das crianças futuros cidadãos conscientes de seus deveres e direitos.⁵⁴⁶ Porém, isso não significa que esses livros de leitura tiveram uma importância menor no contexto da literatura infantil, nem que, a partir de “A menina do narizinho arrebitado”, a produção de teor cívico-patriótico tenha parado no tempo. Na realidade, os dois estilos literários voltados para crianças seguiram caminhos paralelos⁵⁴⁷ que, muitas vezes, até se inter cruzaram.

Um autor de livros de leitura que produziu na intersecção desses dois caminhos da literatura infantil foi Viriato Corrêa (1884-1967).⁵⁴⁸ José Ricardo Oriá Fernandes, em sua tese sobre a obra “História do Brasil para crianças” (1934), destaca que, ao escrever seus livros de história para crianças, ele se deixou influenciar por outras obras da literatura escolar que, embora de matizes distintas, possuíam em comum uma visão nacionalista e ufanista do Brasil. Seriam elas: “Por que me ufano do meu país” (1900), de Afonso Celso; “Contos Pátrios” (1904) e “A Pátria Brasileira” (1909), da dupla Coelho Neto e Olavo Bilac e “Através do Brasil” (1914), de Manuel Bomfim e Olavo Bilac⁵⁴⁹. Ao mesmo tempo, afirma que ele também seguiu o mesmo rumo que Monteiro Lobato, aproximando-se do ideário escolanovista e, conseqüentemente, da noção de que apelar para a imaginação das crianças não impedia de as educar.⁵⁵⁰

⁵⁴⁶ COELHO, Nelly Novaes. **Dicionário crítico de literatura infantil e juvenil brasileira**: séculos XIX e XX. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 1995. *Apud.* HANSEN, *Op. cit.* 2007.

⁵⁴⁷ GOMES. *Op. cit.* 2009. p. 111.

⁵⁴⁸ Ao longo de sua vida literária, Viriato Corrêa publicou vários livros infantis entre as décadas de 1910 a 1940. Segue a lista de sua produção literária para crianças: “Era uma vez... contos infantis” (1908), “Contos da história do Brasil” (1921), “Varinha de condão” (1928), “Arca de Noé” (1930), “A descoberta do Brasil” (1930), “No reino da bicharada” (1931), “Quando Jesus nasceu” (1931), “A macacada” (1931), “Os meus bichinhos” (1931), “História do Brasil para crianças” (1934), “Meu torrão” (1935), “Bichos e bichinhos” (1938), “No país da bicharada” (1938), “Cazuza” (1938), “História de Caramuru” (1939), “A bandeira das esmeraldas” (1945), “As belas histórias da História do Brasil” (1948), “A macacada” (1949).

⁵⁴⁹ Na realidade, ressalta o autor, citando Lajolo e Zilberman, que o tipo de literatura escolar de cunho nacionalista perdurou durante muitos anos no mercado editorial brasileiro: “[...] do ufanismo de Afonso Celso, Olavo Bilac e Júlia Lopes de Almeida para o de Viriato Corrêa, Murilo Araújo, Tycho-Brahe, entre outros, não há solução de continuidade, apenas a adaptação às novas circunstâncias.” In: LAJOLO, Mariza; ZILBERMAN, Regina. **Um Brasil para crianças**: para conhecer a literatura infantil brasileira: histórias, autores e textos. 4ª ed., São Paulo: Global, 1986. p. 163. *Apud.* FERNANDES, José Ricardo Oriá. **O Brasil contado às crianças**: Viriato Corrêa e a literatura escolar para o ensino de História (1934-1961). Tese de doutorado. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2009. p. 51.

⁵⁵⁰ FERNANDES, *ibid.* 2009. p. 51.

Surgia, assim, a partir da década de 1920, uma literatura infantil que, afinada às propostas de mudanças nos métodos pedagógicos, dava ainda mais atenção às necessidades das crianças de aprenderem os conteúdos curriculares de forma mais divertida e atraente. Isso ganhará mais impulso nos anos 1930, quando foi criada pelo ministro da Educação e Saúde do então governo de Getúlio Vargas, Gustavo Capanema, a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), em 1938, a primeira legislação federal que estabelecia regras para a edição, publicação e circulação do livro didático no Brasil.

5.2 HISTÓRIA DO BRASIL PARA CRIANÇAS: A CONSTRUÇÃO DE UMA “HISTÓRIA ENSINÁVEL”

Os livros de história voltados para as crianças se constituíram como uma modalidade da literatura escolar muito difundida pelo mercado editorial brasileiro durante toda a primeira metade do século XX. Inseridos no conjunto de estratégias político-pedagógicas vinculadas aos projetos de políticas públicas de legitimação do regime republicano, instaurado no final do século XIX, eles foram utilizados como importantes veículos de disseminação de valores nacionalistas, cívicos e identitários e de uma cultura histórica republicana e patriótica, que se queria valorizar na época. Ao mesmo tempo, também foram considerados instrumentos de vulgarização e socialização de certas construções do passado – fossem elas de cunho histórico ou até mesmo relacionadas às tradições populares e folclóricas – com o objetivo de enraizar novas memórias e instigar sentimentos identitários e de amor à pátria ao público infantil.

Em razão da função a eles designada, os conteúdos de História do Brasil que veiculavam eram muito bem selecionados, bem como as modalidades narrativas escolhidas e as linguagens utilizadas, que deveriam ser simples e acessíveis a esse público específico. Para fugir do modelo tradicional de narrativa histórica, presente na maior parte dos livros didáticos, eram empregadas nesses livros de história estratégias que proporcionavam uma leitura mais divertida e prazerosa, as quais deveriam servir para seduzir o leitor-mirim ao gosto pela história do Brasil. Com frequência, seus autores procuravam fazer uma explanação cheia de reduções e simplificações do saber histórico “científico” produzido na época, buscando construir um discurso pedagógico capaz de ser veiculado em sala de aula. E foi exatamente por executarem este tipo de trabalho especializado de mediação cultural, considerado de valor inferior, que esses escritores foram, muitas vezes, vistos como “intelectuais menores”.

As narrativas históricas presentes nesses livros podiam ser produzidas de maneira fragmentária, sem seguir a organização cronológica dos fatos da História do Brasil já consagrada pela historiografia produzida pelo IHGB; ou mesmo serem escritas em forma de saga, contada a partir de uma lógica evolutiva e linear, começando pela formação do Brasil-Colônia, inaugurado com o descobrimento do Brasil, passando pelo Império brasileiro, até chegar na República (mas nem sempre a história recente do período republicano era contemplada). Em alguns casos, seus autores seguiram os pressupostos de uma concepção de História como “mestra da vida”, sendo comum o destaque dado às biografias dos “grandes homens” da história nacional, vistos como heróis, os quais deveriam permanecer na memória coletiva da sociedade brasileira como exemplos de indivíduos morais e éticos. Construía-se, assim, uma História do Brasil fundada pela ação de heróis, que aparecem como verdadeiros construtores da pátria.⁵⁵¹

Houve também quem investisse no que podemos chamar de “história anedótica” ou pitoresca, narrando lendas que faziam parte do imaginário histórico e folclórico coletivo nacional, ou regional, ou episódios aparentemente de pouca relevância para a História Oficial, o que se traduz em fragmentos de fatos históricos que podem envolver um acontecimento mais geral e complexo, que deveriam fazer sentido para o público infantil a quem se dirigiam. Ao nos debruçarmos mais especificamente nos livros de leitura de Mário Sette vamos perceber que ele enveredou para esse tipo de escrita da história.

Nesses textos também é perceptível a presença de uma linguagem cheia de coloquialismos e clichês patrióticos, com títulos bem chamativos para atrair a curiosidade do leitor⁵⁵². Costumava-se ainda misturar “verdade histórica” com ficção de diversas formas, sobretudo quando descreviam os personagens históricos como figuras que se expressavam quase como pessoas reais, uma vez que podiam falar, sorrir, gritar, chorar, etc., os quais serviam para inspirar os pequenos leitores e estimular neles a obrigação de cumprir seus deveres cívicos e patrióticos.⁵⁵³ Alguns dos autores desses livros de leitura, como, por exemplo Viriato Corrêa, também recorreriam à tradição oral para contar a história do Brasil, na medida em que traziam para sua narrativa as “lições de vovô”, o qual era encarregado de ser o “contador de histórias”, por meio da recordação do passado por ele vivido.⁵⁵⁴

⁵⁵¹ BITTENCOURT. *Op. cit.* 1993. p. 226.

⁵⁵² LAJOLO, *Op. cit.* 1982.

⁵⁵³ GOMES, *Op. cit.* 2009. p. 150; HANSEN, *Op. cit.* 2011.

⁵⁵⁴ FERNANDES, *Op. cit.* 2009. p. 121.

Patrícia Hansen ressalta uma diferença entre a história presente nos livros de leitura, voltados para a educação moral e cívica, e a história como disciplina ensinada nos manuais didáticos. Como vimos, a primeira estava subordinada diretamente aos objetivos dos projetos cívico-pedagógicos, o que implicava em recortes específicos de temas da História do Brasil e até permitia a utilização de uma linguagem mais fácil e prazerosa, além da união entre “história e fantasia”. Já o ensino de história presente nos compêndios estava profundamente alinhado ao quadro temático abordado nos programas curriculares das escolas primárias.⁵⁵⁵

Mas, apesar de marcadas distinções, é importante lembrar que as preocupações com a função pedagógica da história e sua divulgação estavam intrinsecamente associadas ao processo de especialização do campo disciplinar da História como um todo, seja como um saber escolar ou mesmo científico. Isso significa dizer que, no Brasil de fins do século XIX e das primeiras décadas do século XX, concomitante aos avanços da profissionalização e institucionalização da pesquisa e da escrita histórica “científica”, também se desenvolvia uma escrita da “história ensinável”. Sobre essa questão, alega Angela de Castro Gomes:

O reconhecimento da História como saber por um Estado/sociedade nacional caminha ao lado da valorização da difusão desse conhecimento, tanto no campo da educação formal como em termos políticos mais gerais, visando à formação de cidadãos para uma República. Embora a história como ciência e a história ensinável possam parecer muito distintas e distantes, sendo hierarquizadas pelo próprio campo historiográfico (vale dizer, pelos historiadores “propriamente ditos”), elas constituem faces de uma mesma moeda e seu crescimento e reconhecimento às reforçam mutuamente.⁵⁵⁶

Estas produções históricas podiam ser, inclusive, elaboradas pelo mesmo indivíduo, que podia ser historiador/divulgador e educador/autor de livros de história. Ou seja, os intelectuais que se dedicavam a tal tarefa podiam atuar tanto como verdadeiros “eruditos”, empenhados em contribuir com a especialização de seu campo de saber enquanto ciência, quanto exercerem o papel de intelectuais mediadores, isto é, de divulgadores e vulgarizadores do conhecimento histórico, produtores de bens culturais em diferentes gêneros narrativos e modalidades, voltados para um público de não especialistas, que podia estar fora ou dentro dos muros das escolas. Eles podiam exercer essas atividades ao mesmo tempo, ou não, o que vai depender do perfil adotado por eles enquanto produtores do saber histórico.

Dentre os que se dedicaram à mediação cultural, destacamos os que desenvolveram uma dupla função de professor/autor de livros escolares de história, para utilizar o conceito de

⁵⁵⁵ HANSEN, *Op. cit.* 2007. p. 141.

⁵⁵⁶ GOMES, *Op. cit.* 2009. p. 87.

Arlette Gasparello. A partir da sua experiência docente, da produção didática e da reflexão sobre a História e seu ensino, eles foram agentes fundamentais no processo de transformação e recriação dos conhecimentos de História, reconhecidos como científicos, em saberes escolares, ou, em outras palavras, em uma “história ensinável”⁵⁵⁷. É o caso, por exemplo, de João Ribeiro (1860-1934), que, de acordo com Circe Bittencourt, renovou “os estudos históricos no Brasil, imprimiu uma nova orientação metodológica e realizou uma nova síntese do nosso passado.”⁵⁵⁸

João Ribeiro teve a sua trajetória de historiador marcada pela entrada no IHGB e também pela função de professor/autor de livros didáticos de história. Catedrático do Ginásio Nacional (nome do Colégio Pedro II no período inicial da República), sua obra de maior destaque foi o compêndio “História do Brasil” (1900), adotado no ensino secundário e superior, que teve grande repercussão no mundo letrado e no escolar⁵⁵⁹. Neste livro, Ribeiro, imbuído de preocupações relacionadas à função pedagógica da história na formação da nação brasileira, atentou para a urgência de uma escrita da história do Brasil de teor nacionalista, com “feições e fisionomias próprias”, a qual deveria privilegiar “a terra e as gentes que habitavam”. Ele era crítico de uma história puramente política-administrativa nos livros didáticos e defensor da ideia de que se deve destacar, no processo histórico de formação do Brasil, a ação de alguns agentes até então menosprezados, como os indígenas e os negros. Para João Ribeiro, estes personagens devem ser vistos como figuras que contribuíram para a constituição da identidade nacional, mesmo que sua contribuição tenha tido um valor negativo.⁵⁶⁰

Ressalta-se também a atuação do professor/autor Jonathas Serrano (1885-1944), que, como João Ribeiro, também foi um historiador membro do IHGB e teve sua atenção voltada para a elaboração de uma “história ensinável”, embora em contexto diferente, pois sua produção ganhou maior destaque durante a Era Vargas, a partir dos anos 1930. Alinhado às propostas da Escola Nova, ele estava preocupado com o papel e a responsabilidade do educador e com a renovação pedagógica dos métodos e instrumentos didáticos, os quais deveriam ser valorizados. Em sua obra didática para o ensino primário, “História do Brasil” (1931), ele fez uso dos recursos pedagógicos que considerava mais adequados ao ensino de

⁵⁵⁷ GASPARELLO, *Op. cit.* 2013.

⁵⁵⁸ BITTENCOURT, *Op. cit.* 1993. p. 236.

⁵⁵⁹ Segundo Patrícia Hansen, João Ribeiro ultrapassou os limites do público escolar e atingiu leitores com autoridade suficiente para consagrá-lo como historiador. In: HANSEN, *Op. cit.* 2000. p. 127.

⁵⁶⁰ HANSEN, *Op. cit.* 2000. p. 129.

história: os quadros sinóticos, os quadros cronológicos e os quadros sincrônicos, os quais, foram elementos importantes que caracterizaram e contribuíram com a construção de uma tradição pedagógica e didática nos livros escolares.⁵⁶¹ Além disso, Serrano também era a favor do uso de outras mídias no ensino de história, sendo conhecido pela sua contribuição para o desenvolvimento da educação através do uso do cinema e da rádio.⁵⁶²

Segundo Arlette Gasparello, João Ribeiro e Jonathas Serrano, como professores/autores, participaram de forma efetiva na configuração da História como disciplina escolar. Apesar da diferença de contexto, de ênfase e de vocabulário, eles vão refletir sobre como se deveria ensinar história para superar a simples memorização dos conteúdos, quais aspectos, fatos, eventos e personagens poderiam ser valorizados, e ainda tiveram “a preocupação com os efeitos desse ensino em consideração da função da História como caminho para uma educação social, nos parâmetros de seu tempo e concepções”⁵⁶³.

Outra figura de proa que também pode ter sua trajetória intelectual analisada a partir da chave professor/autor é Rocha Pombo. Ele também foi sócio do IHGB e professor na importante Escola Normal do Distrito Federal, a partir de 1898, no *Pedagogium*, onde ensinou na cadeira de História da Civilização Brasileira, e na Universidade Popular do Ensino Livre, a partir de 1905, que marcou a sua proximidade com projetos educativos voltados para a educação popular⁵⁶⁴. Ao passo em que exercia o papel de professor, Rocha Pombo também publicou livros didáticos de história, com destaque para o “Nossa Pátria” (1917), o de maior sucesso, que contou com cerca de 63 edições, que circularam até os anos de 1960. Segundo ele, o seu “Nossa Pátria” foi escrito “para a inteligência das crianças e dos homens simples do povo” e tinha como finalidade despertar o amor da pátria.⁵⁶⁵ De acordo com Marisa Lajolo, neste livro, Rocha Pombo “radicaliza a apresentação de nossa História como saga,

⁵⁶¹ Dispositivos esses que, de acordo com Arlette Gasparello, já tinham sido propostos por Joaquim Manuel de Macedo em suas “Lições de História do Brasil” (1861), mas que avançavam em suas finalidades ao demandarem uma ação refletida e mais autônoma por parte do aluno em seu processo de aprendizagem. In: GASPARELLO, *Op. cit.* 2013, p. 168.

⁵⁶² Jonathas Serrano, inclusive, acreditava na radiodifusão como meio interessante para o aperfeiçoamento dos professores nas metodologias de ensino de história para o secundário, na medida em que atuou como autor e apresentador dos programas de rádio de “Metodologia da História” na Universidade do Ar, de 1941 a 1943, transmitidos pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro. Para saber mais sobre a atuação de Jonathas Serrano na Universidade do Ar, ver: SILVA, Giovane José da. “Universidade do Ar: Jonathas Serrano e a formação dos professores de história pátria pelas ondas do rádio”. In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, *Op. cit.* 2016. p. 289-327.

⁵⁶³ GASPARELLO, *Op. cit.* 2013. p. 169.

⁵⁶⁴ LEOPOLDINO, Maria Aparecida. “Políticas culturais e livros didáticos de História: Rocha Pombo na capital da República.” **VIII Congresso Internacional de História**. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2017.

⁵⁶⁵ POMBO, Rocha. **Pequena história do Brasil. Nossa Pátria**. 84ª ed. Melhoramentos. São Paulo, 1965.

sublinhando o estereótipo do grande homem – de cujas decisões depende a História. Como estória, é uma novela de cavalaria”, cheio de clichês patrióticos e até de coloquialismos, o que torna a leitura mais fácil e agradável.⁵⁶⁶

Além dos nomes elencados, defendemos que o personagem por nós estudado também pode ser visto como pertencente a esse grupo de intelectuais que exerceu a função de professor/autor, preocupado com a produção do saber escolar.

Um ano antes de dar início a sua carreira de professor do ensino primário e secundário, Mário Sette publicou seu primeiro livro didático, “Velhos Azulejos” (1924), no qual reuniu “fábulas e parábolas infantis” direcionadas para as crianças da escola primária. Para ele, este teve em suas primeiras edições “péssima feição material”, porém, “mesmo assim, logrou aprovação pelo Estado”.⁵⁶⁷ Logo em seguida, no início de 1925, Sette lançou o seu segundo livro voltado para os escolares, agora dedicado ao ensino de História do Brasil: “Terra Pernambucana”, que foi rapidamente adotado nas escolas primárias de Pernambuco. Por meio deste, Mário Sette inicia seu trabalho de divulgação e vulgarização da História do Brasil, com um foco especial na História de Pernambuco, para o público infantil, evocando uma memória histórica pernambucana, e, com isso, ensinando aos leitores-mirins sobre o que era comum aos brasileiros e o que era diferente, singular e próprio do estado pernambucano.

Mas é importante lembrar que, antes mesmo do lançamento de “Terra Pernambucana”, Sette já havia demonstrado seu interesse em narrar episódios da História de Pernambuco para um grande público de não iniciados, e, com isso, estimular nele uma consciência nacional e, sobretudo, regional. Em 1921, ano em que se iniciava a organização das comemorações do centenário da Independência do Brasil, ele publicou “O Palanquim Dourado”, romance histórico que tem como pano de fundo a Convenção de Beberibe, evento importante da História de Pernambuco, apontado pelo autor como uma prévia da própria independência.

Em 1925, com a repercussão positiva de seus primeiros livros, principalmente aqueles voltados para o público escolar, veio, então, o convite para lecionar no Instituto Carneiro Leão. Em sua autobiografia, Mário Sette conta como foi a experiência ao dar sua primeira aula na cadeira de Instrução Moral e Cívica nesta instituição:

Fui convidado a regê-la no Instituto Carneiro Leão, onde meus filhos iam ser alunos. Relutei em aceitar o convite porque nunca exercera antes o magistério. Acharam-me,

⁵⁶⁶ LAJOLO, *Op. cit.* 1982. p. 84.

⁵⁶⁷ SETTE, *Op. cit.* 1980. p. 112.

porém, que minhas credenciais estavam nítidas em meus livros didáticos...Resolvi tentar. E a 7 de outubro, no dia seguinte ao da nossa chegada de Caruaru, dei a minha primeira aula. De mãos frias, sem saber como me sairia da tarefa... Mas, a classe interessou-se e me senti estimulado. Fiz-me um professor logo identificado com a arte de ensinar. Hoje, já lá se vão quinze anos. E as classes continuam a se mostrar atentas e alegres quando me vêem entrar.⁵⁶⁸

No ano seguinte, Mário Sette já parecia estar habituado ao magistério, sendo convidado para reger as aulas de Francês, Moral e Cívica, História, Psicologia e Pedagogia em várias escolas do Recife, como: no Colégio Spencer, no Santa Margarida e também no Ginásio do Recife, junto com Cândido Duarte, Nelson de Albuquerque Melo, Heitor Lima e Aníbal Bruno. Na década de 1930, também foi contratado para ensinar no Ginásio Pinto Júnior, nos Colégios Vera Cruz e São José. Neste último, ele lecionou entre os anos de 1939 a 1945, nas disciplinas História Geral e do Brasil para as alunas do ginásio e para as que faziam o curso de formação docente em História, o qual surgiu nesta instituição antes mesmo da fundação da Faculdade de Filosofia do Recife, em 1941, onde também foi professor do mesmo curso.

Com suas alunas, Sette afirmou ter mantido ótimas relações, quando comentou, certa vez: “Das alunas mereci inequívocas provas de simpatia e de interesse pelas minhas aulas, tendo tido, ali, durante 7 anos, cinco paraninfados, sendo dois num só ano.”⁵⁶⁹ De acordo com o que expôs em “Memórias íntimas”, suas aulas estavam alinhadas às novas propostas pedagógicas que tinham como base o ideário escolanovista, na medida em que parecia querer se distanciar das práticas de ensino tradicionais, dando “aulas sentidas”, como ele mesmo apontou:

E da experiência, surgia um professor, dia-a-dia, mais personalizado. Nada de lições marcadas para serem tomadas na aula seguinte. Nada de preleções decoradas e repetidas em classe. Embora não tendo o dom da oratória, nem a facilidade de falar de improviso, sentia que as minhas aulas saíam espontâneas, muito objetivas, demorando-me na aplicação prática ou na exemplificação dos conhecimentos emitidos. Aulas ‘sentidas’ como a minha obra literária.⁵⁷⁰

⁵⁶⁸ SETTE, *Op. cit.* 1980. p. 114.

⁵⁶⁹ “A demissão do prof. Mário Sette do Colégio São José”. *Jornal Pequeno*. Recife, 12/07/1946. Mário Sette foi demitido do Colégio São José, em 1945, pelo fato de ter reclamado pelos seus salários atrasados e por uma indenização por tempo de trabalho. Sua demissão ganhou certa repercussão e a polêmica sobre o assunto contou com a manifestação de vários intelectuais pernambucanos, que também atuavam como professores, os quais faziam parte do Sindicato dos Professores do Ensino Secundário e Primário de Pernambuco. Dentre os intelectuais que aderiram a manifestação em prol de Mário Sette, destacaram-se nomes como os de Cândido Duarte, Gilberto Osório de Andrade, Alberto Moreira, Silvio Rabelo, Lucilo Varejão, Mauro Mota, Amaro Quintas, Baltazar da Câmara, entre outros. In: “Em sinal de solidariedade ao professor Mário Sette”. *Jornal Pequeno*. Recife, 24/07/1946.

⁵⁷⁰ SETTE, *Op. cit.* 1980. p. 115.

Ao passo em que Mário Sette ganhava experiência como professor, também escrevia seus livros escolares, o que nos faz pensar a respeito do seu profundo engajamento com a promoção do ensino-aprendizagem das crianças e jovens, dentro e fora das salas de aula. Na segunda metade da década de 1920, ele publicou um compêndio, “Instrução Moral e Cívica” (1926), e também seu segundo livro de leitura de cunho histórico: “Brasil, minha terra!” (1928), voltado para o ensino primário.

Os anos de 1930 representam um certo hiato em relação à sua produção de novos livros didáticos, embora Sette estivesse a todo o vapor nas salas de aula, atuando como professor, e nas negociações com as editoras e representantes governamentais para o lançamento de novas edições de seus livros escolares já publicados, sobretudo o “Terra Pernambucana” e o “Brasil, minha terra!”, que já eram sucessos de vendas. Um exemplo disso pode ser percebido em uma carta que Álvaro Lins remeteu para Mário Sette, em 7 de novembro de 1936, a qual já analisamos no primeiro capítulo desta tese. Nesta correspondência, o então secretário do Governo de Pernambuco, comenta que o governador, Carlos de Lima Cavalcanti, prometeu apoiar a publicação de um de seus livros infantis (sem dizer qual deles), afirmando que o estado “ficará com mil exemplares, ao preço de 5\$000, cada”.⁵⁷¹

Os próximos livros didáticos a serem lançados por ele vieram somente em 1944. Neste ano, Sette publicou seus primeiros compêndios, de título “História do Brasil”, voltados para a 3ª e 4ª série do curso ginásial. O da 3ª série abrange o período que vai do descobrimento à independência, já o direcionado à 4ª série, aborda os eventos e personagens do primeiro reinado e vai até o presente vigente, marcado pelo governo de Getúlio Vargas. Estes livros tiveram relevante reconhecimento na época, por serem considerados como interessantes veículos de disseminação de uma História Pátria, estando, portanto, em conformidade com a reforma educacional impulsionada pelo ministério de Gustavo Capanema. Inclusive, em sua segunda edição, lançada em 1947, estas obras já tinham sido aprovadas pela Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD).

Ao destacar o caráter didático dos mesmos e o fato deles estarem alinhados às propostas pedagógicas do Estado Novo para o ensino de história, um artigo destacou:

⁵⁷¹ Carta de Álvaro Lins para Mário Sette de 7/11/1936. Presente no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

A “Reforma Capanema” procurou orientar os programas do curso ginásial no sentido de incentivar-se quanto mais o estudo da História Pátria. [...]

Um livro que, satisfazendo plenamente a orientação da reforma do ensino, vem colocar-se entre os compêndios de grande valor didático, é a “História do Brasil” de Mário Sette, para o terceiro e quarto ano ginásial. Escritos numa linguagem atraente, focalizando os acontecimentos com segurança, conseguem despertar no leitor o gosto pelos acontecimentos descritos. O que faz também o valor dessas obras, além de serem assinadas por Mário Sette, é a forma simples adotada, as abundantes ilustrações quase página a página, algumas preciosas pela raridade.⁵⁷²

Enfim, ao incluirmos Mário Sette entre alguns dos nomes que se destacaram como professores/autores de livros de história, deixamos claro que ele não estava sozinho nessa função de produzir uma “história ensinável” dentro ou fora dos muros das escolas. Ao contrário, vamos defender que ele dialogava constantemente com um grupo de intelectuais que, desde o início da República, vinha produzindo uma literatura escolar sobre a História do Brasil, fosse esta marcada por livros de leitura ou compêndios, destinada a disseminar narrativas históricas de caráter cívico-patriótico para um público formado por jovens e crianças. Em outras palavras, Mário Sette integrava um conjunto de sujeitos que atuaram no processo de construção da História como um saber escolar no Brasil, preocupados com o papel pedagógica da história, que se definia, fundamentalmente, em proporcionar aos “futuros cidadãos” lições fáceis e acessíveis sobre história do Brasil.

5.3 OS LIVROS ESCOLARES PELAS MÃOS DOS EDITORES

Mesmo em situações nas quais o editor não tem qualquer pretensão de co-autoria, são inúmeros os exemplos da sua velada intervenção, junto ao autor, no texto, inclusive em livros que se tornaram famosos. E todos os que já publicaram livros podem dar testemunhos da participação do editor em suas obras, em algumas desde a concepção. Incisões, revisão, copidesque e até a posição de títulos são intervenções, em geral esquecidas, mas que contribuem, na maioria das vezes, para tornar melhor o trabalho do autor, que, algumas vezes, as aceita de boa vontade, em outras, muito relutantemente. Ou as recusa e execra, com ou sem razão. Mas indispensável, notória e reconhecida é a parceria que faz do texto um livro, na qual, além de parceiro, o editor dá forma, corpo e roupa à obra que fez nascer – e finalmente chegará às livrarias. E que, só por isso, já faz dele também, de alguma forma, seu autor.⁵⁷³

Inspirado nos estudos sobre a história do livro e da leitura, encabeçados pelo historiador Roger Chartier, Aníbal Bragança salienta a importância do editor na produção de um livro, afirmando que está sob seu comando o processo de fabricação do mesmo, que prevê o trabalho de diferentes agentes que desempenham atividades como as desenvolvidas pelos

⁵⁷² SANT’ANA, Nuto. “Livros Novos”. *Correio Paulistano*. São Paulo, 14/04/1944.

⁵⁷³ BRAGANÇA, Aníbal. “Sobre o editor. Notas para sua história”. *Em Questão*. Porto Alegre, RS: v. 11, n.2, p. 219-237, jul./dez. 2005. p. 222-223.

próprios editores, tipógrafos, impressores, ilustradores, etc. Segundo ele, todo esse movimento de criação do livro nasce a partir da decisão do editor de publicar (ou recusar) o texto escrito pelo autor. Em outras palavras, é o editor quem decide quais textos serão transformados em livros. O editor também tem a função de tornar o livro um interessante objeto de venda ao seu potencial consumidor, o leitor, através da escolha das melhores estratégias para seduzi-lo. Para isso, muitas vezes, ele vai recorrer à utilização de cores nas capas, tipos diferenciados de letras, uso de ilustrações, etc. Além disso, cabe a ele ainda, além da publicação, a tarefa de divulgar o livro e fazer com que ele circule no comércio, a fim torná-lo “publicamente conhecido, isto é, difundido, distribuído, consumido e lido”.⁵⁷⁴

Baseados nessa premissa, achamos fundamental ressaltar o papel de uma das editoras de maior ressonância na produção de livros escolares do Brasil da primeira metade do século XX: a paulista Companhia Melhoramentos, pela qual Mário Sette publicou 14 edições de “Brasil, minha terra!”. A ideia é analisar o contexto editorial em que esse livro foi produzido. Além disso, vamos também fechar o escopo de análise para o circuito editorial pernambucano, na medida em que nos voltaremos para a Imprensa Industrial, comandada por Nery da Fonseca, uma livraria/editora por onde Sette lançou as três primeiras edições do seu “Terra Pernambucana”.

5.3.1 A Editora Companhia Melhoramentos

Durante as primeiras décadas do século XX, as editoras brasileiras de maior destaque participaram do debate sobre a necessidade de mudanças no ensino escolar, acompanhando não apenas uma nova abordagem historiográfica para a produção de uma história nacional e patriótica, mas também as questões metodológicas para o exercício do ensinar, num momento em que as discussões acerca das propostas pedagógicas escolanovistas ganhavam relevo. Foi nesse contexto que o livro escolar, em especial os livros de leitura, se destacaram em relação às demais obras, na medida em que foram vistos como instrumentos fundamentais para a afirmação da nacionalidade e para a promoção de um Brasil leitor, e, conseqüentemente, mais moderno e civilizado. Como vimos, no Rio de Janeiro, a Francisco Alves se manteve em primeiro lugar na produção de obras didáticas no Brasil até quase meados da década de 1920, quando foi substituída pelas editoras paulistas Companhia Editora Nacional e Companhia Melhoramentos, as quais foram beneficiadas pela ampliação deste mercado editorial no país.

⁵⁷⁴ BRAGANÇA, *Op. cit.* 2005. p. 223.

A Companhia Melhoramentos, originalmente, é fruto da fusão de duas empresas: a Companhia Melhoramentos, que se dedicava à fabricação de papel, e a Weiszflog Irmãos, uma tipografia. Essas empresas iniciaram seus trabalhos juntas nos primeiros anos do século XX, fornecendo material e serviço de impressão “de última geração” para as poucas editoras e papelarias existentes no Brasil na época. Elas estrearam na produção de livros escolares em 1912, quando a Weiszflog Irmãos imprimiu e encadernou os livros da Francisco Alves. A partir de então, esta estabeleceu contato com os professores da Escola Normal Caetano de Campos, base do sistema educacional público do estado de São Paulo, o que a possibilitou editar os seus próprios livros direcionados para o público escolar e infantil.

Em 1915, por exemplo, foram impressos pela Weiszflog Irmãos cerca de 23 mil exemplares; um ano depois, esse número foi para 51 mil, uma quantidade bem interessante para quem só estava iniciando seus trabalhos na área.⁵⁷⁵ Porém, enquanto se organizava como editora, sofreu com os impactos da Primeira Guerra Mundial no mercado de papel e de livros, o que demandou ajustes importantes na empresa. Foi neste momento que a Weiszflog Irmãos e a Companhia Melhoramentos se fundiram em um processo de incorporação, que se encerrou somente em dezembro de 1920.⁵⁷⁶

Quando se trata da publicação de livros para crianças, uma das figuras centrais na história da editora Melhoramentos foi Arnaldo Oliveira Barreto, criador e primeiro coordenador da coleção *Biblioteca Infantil*, além de ter sido o responsável por 28 dos 100 títulos que a coleção teve até 1958.⁵⁷⁷ Outro nome ligado aos primórdios da *Biblioteca Infantil* foi Lourenço Filho, convidado pela Melhoramentos para coordená-la em 1926. Sob o comando dessa coleção, Lourenço Filho, que estava entre os ideólogos escolanovistas que disputavam o terreno da renovação educacional no país, colocou em prática cuidados com a linguagem e o vocabulário utilizados nos livros para que fossem compatíveis com as referências culturais das crianças brasileiras⁵⁷⁸. Ao longo dos anos de 1930, ele foi se tornando

⁵⁷⁵ SOARES, Gabriela Pellegrino. “Os irmãos Weiszflog em busca dos mercados escolares: identidades das edições Melhoramentos dos primórdios à década de 1960.” In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia. **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. Editora UNESP: São Paulo, 2010. p. 167; NASCIMENTO, Rui Aniceto Fernandes. “Coleção resumo didático uma proposta para o ensino de História nos anos 1910/1930.” **Anais da XI Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História**. novembro, 2020.

⁵⁷⁶ HALLEWELL, *Op. cit.* 2017. p. 372; DONATO, Hernani. **100 anos da Melhoramentos**. 1890-1990. São Paulo: Melhoramentos, 1990.

⁵⁷⁷ SOARES, *Op. cit.* 2010.

⁵⁷⁸ DUTRA, Eliana de Freitas. “Seremos universais, porque nacionais”. In: GOMES, Angela de Castro (Coord.) **Coleção História do Brasil, vol.4 - Olhando para dentro 1930-1964**. Editora objetiva. Rio de Janeiro, 2013. p. 237. A partir de 1927, Lourenço Filho também esteve à frente de outra coleção da Melhoramentos: a *Biblioteca de Educação*, a qual “chegou a reunir 36 títulos, entre traduções e obras nacionais, teve ampla circulação nas

uma das maiores referências do país na área de livros para crianças, não só pelo seu trabalho na Melhoramentos, mas também por ter assumido cargos importantes na administração federal na área da educação, como a direção do Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Saúde (1931) e do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (1938) e como membro da Comissão Nacional de Literatura Infantil (1938)⁵⁷⁹. Assim, como um intelectual renomado, que atuou em várias frentes em defesa do livro como instrumento interessante para a promoção da educação nacional, Lourenço Filho contribuiu ativamente para que a Melhoramentos alcançasse um espaço relevante no mercado de livros do segmento dos leitores-mirins e também para que ela conquistasse a confiança dos pais e educadores que procuravam orientar as leituras infantis.

Outra coleção importante lançada pela Melhoramentos foi a *Resumo Didático*, publicada entre 1918 e 1932. Esta, que também estava alinhada aos princípios da Escola Nova, tinha como objetivo atender as demandas do ensino da história local, na medida em que cada título da série se dedicou à história regional de um estado do país. Para coordenar a coleção, foram convidados Afonso d'Escragno Taunay, então diretor do Museu Paulista, e os renomados Oliveira Lima e Oliveira Vianna, que, por sua vez, encomendaram os livros a historiadores de diferentes estados do país. Os autores convidados tinham em comum o fato de serem membros ou do IHGB, como era o caso de Rocha Pombo, Pedro Calmon, Max Fleiuss, ou mesmo dos institutos históricos regionais, como, por exemplo, Lucas Boiteux, de Santa Catarina, Teodoro Braga, do Pará, e também Mário Melo, conterrâneo de Mário Sette e secretário perpétuo do IAHGP. Ou seja, foram escolhidos historiadores que estavam sincronizados com a produção historiográfica contemporânea⁵⁸⁰.

escolas normais e institutos de educação do país durante as décadas seguintes.” In: SOARES, *Op. cit.* 2010. p. 161.

⁵⁷⁹ A Comissão Nacional de Literatura Infantil contou com nomes importantes da intelectualidade da época, exemplo dos escritores e poetas Murilo Mendes, Manuel Bandeira, Jorge de Lima e José Lins do Rego. Como salientou Eliana de Freitas: “Essa comissão além de tentar definir um estatuto para a literatura infantil no Brasil, se empenhou na definição de estratégias para sua promoção, criando bibliotecas e estimulando a produção de livros a partir de suas potencialidades pedagógicas e artísticas, além da compatibilidade com a política cultural promovida pelo Estado.” In: DUTRA, *Op. cit.* 2013. p. 250.

⁵⁸⁰ Ao todo foram publicados 12 livros, sendo eles: “História de Santa Catharina” (1930), de Henrique Boiteux; “História do Pará” (1932), de Teodoro Braga; “História da Bahia” (1929), de Pedro Calmon; “História de Alagoas” (1930), de Craveiro Costa; “História do Ceará” (s/d), de Cruz Filho; “História da Cidade do Rio de Janeiro” (1928), de Max Fleiuss; “História de Pernambuco” (s/d), de Mário Melo; “História de São Paulo” (1918), de Rocha Pombo; “História do Paraná” (1929), de Rocha Pombo; “História de Minas Gerais” (1926), de Lúcio José Santos; “História do Rio Grande do Sul” (s/d), de Doca Sousa e “História do Estado do Rio de Janeiro” (1928), de Clodomiro Vasconcelos. In: OLIVEIRA, Marco Antônio de. **Os intelectuais e a produção da série *Resumo Didático* pela Companhia Melhoramentos de São Paulo. 1918-1936.** Tese de doutoramento. São Paulo: FEUSP, 2006.

Com *Resumo Didático*, a Melhoramentos veiculou os projetos políticos-pedagógicos dos historiadores vinculados a ela, os quais estavam atentos às novas perspectivas para o ensino de História do Brasil, ligadas aos princípios da Escola Nova, que identificavam o ensino da história regional como uma estratégia para atrair o interesse do aluno pela proximidade à sua experiência histórico-social. A ideia era a de que, com esses manuais, se ensinaria uma história regional e o papel de cada estado do Brasil na formação da nacionalidade, estabelecendo o que era comum aos brasileiros e o que era diferente e singular da região. Nas palavras de Marco Antônio de Oliveira:

Estudar a história de cada província ou do seu estado foi preocupação constante dos educadores, considerando que os alunos deveriam ‘conhecer seu local’ para que pudessem adquirir sentimentos patrióticos, inicialmente em escala de ‘território local’. Este sentimento patriótico local se estenderia para o nacional uma vez que cada estado contribui para a constituição da nação. A história da nação é a somatória das histórias dos estados.⁵⁸¹

De acordo com o autor, grande parte das obras publicadas nesta coleção foi financiada pelos governos estaduais e recomendada pelos conselhos de instrução locais para o ensino de história das Escolas Normais e também para a formação de professores das escolas primárias, o que demonstra os vínculos políticos e comerciais que a Melhoramentos estabelecia com a burocracia administrativa dos estados.

Na realidade, era frequente que os livros dessa editora fossem adotados pelos departamentos oficiais de educação dos estados brasileiros, algo interessante para seus autores, pois, assim, além de ficarem conhecidos e lidos pelo Brasil afora, também garantiam êxito financeiro, já que os livros didáticos eram os campeões de venda no mercado editorial. Esse é o caso, por exemplo, de Rocha Pombo que, ao publicar suas obras pela Melhoramentos, com destaque especial para o seu “Nossa Pátria” (1918), o qual ganhou inúmeras edições ao longo dos anos, se valeu do trabalho de divulgação empreendido pela editora para que este livro fosse aprovado oficialmente para uso nos estados de São Paulo, Santa Catarina, Sergipe, Maranhão, Paraná, Bahia e Rio Grande do Norte⁵⁸².

Além dele, não podemos nos esquecer do próprio Mário Sette, que também contou com a Melhoramentos para a divulgação do seu nome em vários estados do Brasil, uma vez que livros como “Brasil, minha terra!” e “História do Brasil” foram adotados por muitas escolas primárias e secundárias e, portanto, lidos por milhares de crianças que tiveram acesso

⁵⁸¹ OLIVEIRA, *Op. cit.* 2006. p. 147.

⁵⁸² LEOPOLDINO, *Op. cit.* 2017.

aos bancos escolares durante boa parte do século XX. Só “Brasil, minha terra!”, por exemplo, que circulou de 1928 a 1954, fez parte do programa do ensino de história nas escolas públicas de vários estados brasileiros. Dessa forma, a Companhia Melhoramentos teve um papel decisivo na propagação nacional do nome de Mário Sette para além dos rótulos de romancista, pois contribuiu para o seu reconhecimento como autor de livros de história para crianças, e também com a veiculação do seu projeto historiográfico, o qual estudaremos mais adiante no capítulo.

5.3.2 O mercado editorial pernambucano nas primeiras décadas do século XX

Antes de lançar “Brasil, minha terra!” por uma das maiores editoras de livros didáticos do Brasil, Mário Sette já havia publicado “Terra Pernambucana”, seu primeiro livro de história para crianças. As primeiras edições deste livro saíram do prelo da Imprensa Industrial, uma tipografia/editora recifense de menor escala, publicadas nos anos de 1925, 1927 e 1932, respectivamente. Esta já era uma velha conhecida do autor, pois, por ela Sette tinha lançado as obras: “Ao Clarão dos Obuses” (1916), a primeira edição de “Senhora de Engenho” (1921), “Velhos Azulejos” (1924) e “A filha de Dona Sinhá” (1924).

É importante destacar que, durante quase toda primeira metade do século XX, o mercado editorial pernambucano foi muito incipiente. Em Recife, as editoras ainda não haviam passado pelo processo de distinção dos trabalhos de produção, publicação e distribuição dos livros, uma vez que as funções do editor, do tipógrafo e do livreiro eram inseparáveis. As principais tipografias/editoras da cidade, que eram bem poucas, eram multifuncionais, pois uniam em um só lugar os serviços de livraria, editora, tipografia e gráfica, dedicadas à encadernação, pautação e impressão de obras didáticas, memórias, romances, livros de contabilidade, cartilhas, folhetos, revistas, etc. Sem falar dos jornais, pelos quais muitos dos escritores também publicaram os seus livros.

Só para citar alguns desses espaços que funcionaram, sobretudo, durante as décadas de 1920, 1930 e 1940, ressaltamos, além da própria Imprensa Industrial, a Livraria Ramiro, que, como a primeira, também fazia edições de livros do curso primário (tabuadas, cartas de ABC e cartilhas), a Livraria Econômica ou do Nogueira (ponto de encontro dos literatos, situada na Rua Nova), a Empresa Gráfica-editora, a Drechsler e Cia., a Casa Mozart, a Livraria

Universal, a Livraria Imperatriz, a Imprensa Oficial do Estado, a *Revista do Norte* – por onde foram impressos a primeira edição de *Catimbó* (1927), de Ascenso Ferreira, e o *Guia Histórico e Sentimental do Recife* (1934), de Gilberto Freyre – e os jornais *Jornal do Commercio* e *Diário da Manhã*⁵⁸³.

Infelizmente, não há muitos estudos que se aprofundaram acerca da história das editoras recifenses. Uma das poucas referências que se tem é o livro “Arruar: História Pitoresca do Recife Antigo”, no qual, no capítulo de título “Letras, letrados e livreiros”, Mário Sette, ao apresentar as diversas livrarias existentes no Recife de fins do século XIX e início do XX, comenta sobre a dificuldade de um autor conseguir publicar seus trabalhos na cidade devido à escassez de editoras. Em suas palavras:

No Recife, as tentativas de criar editoras quase não tinham expressão de regularidade. O remédio era o livro às custas do autor, por muito que isto representasse de coragem e de sacrifício. Os mil exemplares, se tanto, destinavam-se a ofertas, porque as livrarias mal vendiam uma quinta parte. Mesmo assim, do grupo da Heliópolis não poucos se tornaram, então, autores de livros, e com estreia que não foram apenas promessas.⁵⁸⁴

De maneira geral, as oficinas tipográficas eram antiquadas e sem tecnologia suficiente para a edição de muitos exemplares, além de haver um baixo investimento no ramo das edições. No entanto, nesse quesito, havia uma exceção: a Imprensa Industrial, que, embora ainda fosse de pequeno porte, desde 1913, já tinha importado um linotipo, uma máquina de “última geração” na época, que servia para dinamizar a produção de seus impressos.

A Imprensa Industrial foi fundada em 1899 por Ignácio Nery da Fonseca, após a fusão de seus negócios com a Gráfica de Natal, pertencente à Diógenes Celso da Nóbrega. Ao longo da primeira metade do século XX, ele, junto com seus filhos Oswaldo, Sylvio e Ignácio Nery da Fonseca Filho, transformaram esta tipografia na “maior oficina gráfica de Pernambuco”, como ficou conhecida, não só pela utilização da tecnologia no processo de impressão, mas também por seu trabalho publicitário, uma vez que é perceptível o alto investimento em propaganda feito por ela nos periódicos recifenses. Até os anos de 1940, esta funcionou como uma das mais procuradas pelos intelectuais em Pernambuco, para a confecção e publicação de seus trabalhos.

⁵⁸³ BARROS, Souza. **A década de 20 em Pernambuco**. Editora Paralelo. Rio de Janeiro, 1972. p. 206-208.

⁵⁸⁴ SETTE, Mário. **Arruar: História pitoresca do Recife Antigo**. Casa do Estudante do Brasil. Rio de Janeiro, 1948. p. 444.

Mas vale salientar que a Imprensa Industrial só se dedicava à impressão gráfica e à distribuição de livros, não se empenhando no processo de editoração. Este trabalho, na maioria das vezes, ficava a cargo do próprio autor, como ocorreu nos casos de Mário Sette, ou de editores parceiros, a exemplo de Eugênio Nascimento, da Livraria Universal⁵⁸⁵. Além disso, esta tipografia não lançou livros estrangeiros e nem *best sellers*, devido à falta de tecnologia suficiente para a impressão de milhares de exemplares e de um trabalho especializado no ramo editorial⁵⁸⁶. Seus fregueses eram, sobretudo, escritores pernambucanos que, diante da dificuldade de conseguirem publicar seus trabalhos em editoras de grande prestígio nacional, viram na Imprensa Industrial uma oportunidade para a confecção de suas primeiras obras, que saíam às suas próprias custas e em pequenas tiragens, voltadas somente para o público local. Ou mesmo grupos de intelectuais pertencentes a certas entidades culturais que, para fazer circular suas ideias, encomendavam a esta tipografia a publicação de uma revista.

Por ela, foram publicadas, por exemplo, as *Revistas do IAHGP*, durante toda a década de 1910⁵⁸⁷, o *Almanaque de Pernambuco*, as revistas *Vida Moderna*, *Revista de Pernambuco*; alguns livros de Mário Melo, como “A maçonaria e a revolução republicana de 1817” (1912), “Arquipélago de Fernando de Noronha” (1916), de Antonio Ignácio, como “Lições de Bromatologia (1922), de Luiz Ribeiro Pessoa, como “Elementos da Botânica” (1922), de Netto Campello, diretor da Faculdade de Direito do Recife durante os anos iniciais da década de 1920, como “História Parlamentar de Pernambuco” (1923), de Otávio de Freitas, como “Horas de Trabalho” (1924), de Fernando Griz, como “Brumas e Clarões” (1919) e “Sonhos e Lutas” (1924), de Dr. Motta de Albuquerque Filho, como “Geografia Elementar” (1924), de Amaragy e Ocantes, como “Da roça ao Recife” (1926), de Mário Rodrigues; sem contar com as obras já citadas de Mário Sette.

Seus clientes mais assíduos eram os autores de livros escolares, sobretudo a partir dos anos de 1920, momento em que houve em Pernambuco certa valorização e estímulo para que os professores das escolas primárias escrevessem seus próprios livros didáticos e buscassem

⁵⁸⁵ Eugênio Nascimento, da Livraria Universal, editou, por exemplo, o livro “História Parlamentar de Pernambuco” (1923), de Netto Campello. In: “Livros e Folhetos”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 06/06/1923.

⁵⁸⁶ Vale lembrar que quando Mário Sette publicou o seu “Senhora de Engenho” pela Imprensa Industrial, o livro ainda não havia ganhado tanta repercussão, o que vai acontecer somente a partir da 3ª edição, lançada pela editora de Monteiro Lobato.

⁵⁸⁷ Da década de 1920 em diante, a *Revista do IAHGP* passou a ser impressa nas “oficinas gráficas da repartição de publicações oficiais” do estado de Pernambuco.

sua aprovação diante da secretaria de educação municipal⁵⁸⁸, o que desencadeou o aumento da produção desta modalidade de impresso. Algumas figuras importantes para a propagação da Escola Nova no estado defenderam, inclusive, a necessidade de se substituir os livros didáticos “importados do sul” pelos “produzidos em nossa própria terra”, para que o “pernambucanozinho” aprendesse seus aspectos históricos e geográficos. Isso porque era bastante comum que a maioria dos livros didáticos utilizados pelas escolas de Pernambuco viessem de outros estados do Brasil, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, e que, por isso, não ofereciam aos alunos conhecimentos acerca das referências locais.

Edwiges de Sá Pereira, por exemplo, em um texto crítico sobre o livro “Senhora de Engenho”, já citado em capítulos anteriores, comentou também sobre a falta de editoras em Pernambuco e a conseqüente escassez de livros escolares que reforçassem as particularidades regionais. Em suas palavras:

Mas é uma tristeza dizer que a nossa biblioteca didática é quase toda importada do sul, exceção feita de algum trabalho sobre vernáculo. Preferido pelo tipo da impressão, pelo papel, pela nitidez e colorido das estampas e, sobretudo, porque não temos, a bem dizer, nenhum para a escolha, os livros do sul, muito bons mas muito regionalistas, educam a nossa infância, ou melhor, toda a infância brasileira, no culto do sul: homens, fatos, feitos históricos, instituições, paisagens, riquezas naturais, capacidade produtora, zelo profissional, espírito de ordem, economia e direção!

(...)

E entusiasmado pelo sul, vemos o pernambucanozinho crescer de olhos voltados para lá. Seduzido pelos livros do sul, quando já homem e capaz, abandona a terra do nascimento pelas terras maravilhosas cuja importância, poder e beleza desde as primeiras leituras que aprendeu a conhecer, a amar, a cobiçar.⁵⁸⁹

Mário Sette, direta ou indiretamente, ao publicar as primeiras três edições do seu “Terra Pernambucana” pela Imprensa Industrial, pareceu querer contemplar essa falta ressaltada pela intelectual. Não só pelo fato do livro ter sido impresso por uma tipografia/editora local, voltado especialmente às crianças pernambucanas, mas principalmente por ter buscado contar a História do Brasil a partir da História de Pernambuco, privilegiando seus eventos e heróis, colocados pelo autor como heróis nacionais.

Ao atender às novas expectativas colocadas pelos escolanovistas ao ensino de história, “Terra Pernambucana” se inseriu entre a leva de livros escolares de história voltados para a promoção de uma história regional, produzidos com o objetivo de criar sentimentos

⁵⁸⁸ ARAÚJO, Cristina. “A Reforma Antônio Carneiro Leão no final dos anos de 1920.” In: MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; VIDAL, Diana Gonçalves; ARAÚJO, José Carlos Souza (Orgs.). **Reformas educacionais**. As manifestações da Escola Nova no Brasil (1920-1946). EDUFU. Uberlândia, 2011. p. 231-246.

⁵⁸⁹ PEREIRA, Edwige de. “Um livro bom”. *Jornal Pequeno*. Recife, 9/05/1921.

identitários, na medida em que partiu das referências histórico-sociais dos alunos. Portanto, publicado localmente e para atingir um público restrito das crianças do estado, este livro contribuiu com a construção de um sentimento de *pernambucanidade* nos “pernambucaninhos” que tiveram sua infância entre os anos de 1925 a 1940, período em que circulou pelos bancos escolares do estado.

5.4 “TERRA PERNAMBUCANA”: UM LIVRO DE HISTÓRIA PARA CRIANÇAS PERNAMBUCANAS

Publicado em 1925, esse mais novo lançamento de Mário Sette deu o que falar e lhe rendeu boas críticas. Muitos periódicos divulgaram esta nova empreitada do escritor antes mesmo do livro aparecer nas bancas, com notas e comentários a seu respeito. Em um artigo publicado no *O Malho*, o autor anônimo reconheceu que “Terra Pernambucana” estava entre tantas outras obras de educação cívica e patriótica produzidas no Brasil republicano destinadas a ensinar a criança os “nomes dos heróis e dos seus feitos”, para que “ela saiba como se deve amar a pátria, servi-la com carinho, defendê-la com abnegação até dando em holocausto a própria existência.”⁵⁹⁰ Longe de ser um “calhamaço”, ele foi tido como um livrinho que educa, em uma “linguagem correta e claríssima”, resumindo a História de Pernambuco, em textos curtos, “cheios de exemplos”, para emocionar e sensibilizar os leitores mirins. Em suas páginas, continua o autor do texto a enaltecer o escritor pernambucano, “estão a alma sincera de um patriota” que produziu um trabalho de “educação cívica para o proveito da terra de seu nascimento e para todos nós, que conhecíamos erradamente muita coisa narrada com *parti pris* dos maus divulgadores...”⁵⁹¹

A primeira edição de “Terra Pernambucana” saiu com 20 x 14 cm de tamanho e 200 páginas ao todo, ou seja, era um livro pequeno, quando comparado aos manuais didáticos de história da época. Ela é composta por 69 capítulos em formato de crônicas curtas de, em média, duas ou três páginas, escritas num “estilo fácil e elegante” para que as crianças possam entender sem esforço. Como sabemos, o trabalho editorial foi feito pelo próprio Mário Sette, a parte gráfica da edição ficou a cargo dos tipógrafos da Imprensa Industrial, já as ilustrações foram concebidas pelo desenhista alemão, radicado em Recife, Henrique Moser, que também

⁵⁹⁰ “Beletrismo. Mário Sette - terra Pernambucana - Leitura para as Escolas - Recife - 1925”. *O Malho*. Rio de Janeiro, 17/10/1925.

⁵⁹¹ Idem.

ilustrou as próximas quatro edições do livro, sendo substituído somente em 1939, por Nestor Silva.⁵⁹²

O livro contou com poucas ilustrações, a capa é pouco atrativa e também não há epígrafe nem prefácio. O que existe como elemento pré-textual é apenas uma dedicatória dirigida “ao erudito historiador conterrâneo”, Oliveira Lima e “aos meus ilustrados amigos”, Amaury de Medeiros, Aníbal Fernandes e Ulisses Pernambucano. Ao final da edição, encontra-se uma interessante nota explicativa, na qual se apresenta as suas principais referências historiográficas utilizadas para a produção do livro:

Menos por necessidade de revelar proibidade literária, tão conhecidos são, em sua maioria, os assuntos deste livro, que pelo desejo muito justo de homenagear nomes de ilustres historiadores patrícios, o autor declara que, para escrever estas singelas narrativas destinadas a alimentar nos espíritos infantis o amor a Pernambuco, e, por isso mesmo, ao Brasil, se abeberou nas obras de Oliveira Lima, Pereira da Costa, F. P. do Amaral, Sebastião Galvão, Souto Maior, Antonio Joaquim de Mello, Mário Melo, além de em vários números da Revista do Instituto Histórico de Pernambuco.⁵⁹³

Como podemos perceber, nesta nota aparecem nomes importantes da historiografia pernambucana, os quais, de acordo com o texto, foram apresentados não com a finalidade de “revelar proibidade literária”, mas sim “homenagear os ilustres historiadores patrícios” que serviram de referência para o autor. No entanto, embora o argumento utilizado pelo autor possa fazer sentido, ele não nos convenceu, uma vez que, para nós, ao contrário do que faz parecer, com este ato de apresentar suas fontes bibliográficas, Sette demonstra certa responsabilidade com a literatura histórica já produzida a respeito dos assuntos abordados. Dessa forma, vemos que, apesar do livro está direcionado para um público formado por crianças em formação escolar, o que lhe permite brincar com elementos ficcionais na sua produção histórica para torná-la mais agradável e atraente, Sette parecia achar que isso não deveria lhe distanciar totalmente do compromisso comum aos historiadores: a proibidade científica e o apreço pela verdade histórica. Em outras palavras, com esta nota explicativa, mesmo não deixando tão explícito, ele fez questão de demonstrar que em “Terra Pernambucana” procurou escrever sobre a História do Brasil “dentro dos limites da absoluta verdade”. Nas próximas edições, essa nota some e o livro deixa de trazer as referências utilizadas pelo autor, o que pode ter sido uma escolha dele ou até dos editores.

⁵⁹² Henrique Moser (1886-1947) foi um desenhista e arquiteto alemão que chegou ao Recife em 1910 e, desde então, assinou a autoria de vitrais, murais, quadros à óleo e, principalmente, de ilustrações em revistas e livros, a exemplo das primeiras cinco edições de “Terra Pernambucana” e do “Pernambuco no século XIX”, de Estevão Pinto (1922).

⁵⁹³ SETTE, Mário. **Terra Pernambucana**. 1ª ed. Imprensa Industrial. Recife, 1925.

A segunda edição saiu em 1927 e, mais uma vez, o livro foi aprovado pelo Conselho de Educação de Pernambuco realizado para selecionar a lista de livros de leitura que seriam adotados no ensino primário. Nessa lista, além de “Terra Pernambucana”, estavam presentes também: “Minha Pátria” (1917), de João Pinto e Silva, “História de nossa terra” (1911), de Júlia Lopes de Almeida, “Pátria Brasileira” (1909) de Olavo Bilac e Coelho Neto, sem falar em “Velhos Azulejos” (1924), outro livro escolar de Mário Sette.⁵⁹⁴ No periódico carioca, *O Tico-Tico*, em uma publicação feita em março de 1928, “Terra Pernambucana” entrou para uma lista de livros indicados para crianças de 12 a 15 anos, que estava separada em 3 categorias: “Viagens Maravilhosas”, “Galeria dos grandes homens” e “De leitura mais difícil”, a qual o livro de Mário Sette fazia parte, junto com várias obras de cunho historiográfico como: “Histórias Brasileiras”, de Affonso de Taunay, “Terra Fluminense”, de Olavo Bilac e Coelho Netto, e também outras de caráter mais literário.⁵⁹⁵

Essa edição não sofreu nenhuma alteração em relação à primeira, o que foi lamentado pela crítica, que comentou sobre a falta de aperfeiçoamento no trabalho gráfico para que o livro ficasse “à altura do seu valor didático”, justificado como medida tomada “para não elevar o preço do livro”.⁵⁹⁶ Porém, não se pode dizer o mesmo da terceira edição, lançada em 1932, pois esta foi “remodelada e aumentada”.⁵⁹⁷ A única ressalva feita a ela faz referência às imagens, que, de acordo com um autor anônimo, deveriam ser coloridas e maiores, o que provocaria “maior atração dos alunos das escolas”. Apesar disso, continua o mesmo autor, esta nova edição de “Terra Pernambucana” teve boa aceitação das crianças, o que para ele estava explicado pela “escolha dos assuntos, pela clareza, limpidez e vernaculidade da forma, pelo sopro artístico que abala as páginas” das narrativas históricas presentes na obra, “pequenas e leves”, as quais apresentam “empolgantes episódios da história e das lendas de Pernambuco heroico”. Para provar a empolgação causada pelo livro nos alunos, ele comenta uma experiência sua sob “a direção de uma classe de mocinhas”:

Vi muitas vezes, no decurso da leitura, lágrimas entorpecidas perolarem cílios juvenis e as palavras eram quase entrecortadas por soluços quando os mais tocantes quadros se deparavam ao apreço da classe. Uma lição que se recebe com certo interesse e emoção, nunca mais é esquecida. A vida heroica das guerreiras

⁵⁹⁴ “Conselho de Educação”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 22/01/1928; “Instrução”. *Diário da Manhã*. Recife, 22/01/1928.

⁵⁹⁵ “Associação Brasileira de Educação”. *O Tico-Tico*. Rio de Janeiro, 07/03/1928.

⁵⁹⁶ “Livro e Folhetos”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 12/02/1927.

⁵⁹⁷ Esta é a única edição de “Terra Pernambucana” que nós não tivemos acesso. Portanto, o que dizemos sobre ela foi encontrado nas fontes de jornais.

pernambucanas, assim contada por trechos e fragmentos, tem também suas boas passagens humorísticas que fazem rir.⁵⁹⁸

Em um texto presente no *Jornal Pequeno*, Fernando Pio comentou a respeito desta terceira edição, declarando que “Terra Pernambucana” era um livro “atraente e necessário não só para os escolares como para os adultos que desejem ter uma noção amena dos nossos episódios históricos.”⁵⁹⁹ Segundo o jornalista, neste mesmo ano de 1932, o historiador Mário Melo acabava de lançar um livro de educação cívica sobre Pernambuco voltado para os adultos, “Dentro da História”, que, apesar de “interessantíssimo”, faltava algo “essencial e oportuno” nele: uma narrativa “dentro dos limites da absoluta verdade” que “pudesse, amenamente, levar aos cérebros infantis a lembrança dos dias passados, de glória e tormentos, de apreensões e heroísmos”. Algo que se poderia encontrar em “Terra Pernambucana”, o qual tinha o poder de atingir públicos de diferentes idades que possuíam em comum a vontade de conhecer a História de Pernambuco.

A quarta edição do livro, de 1935, é uma versão aumentada, contendo 72 capítulos. Ela saiu do prelo da Livraria Imperatriz, também de Recife, e com maior zelo gráfico, algo que foi solicitado pelo próprio Mário Sette em uma carta enviada em 13 de janeiro de 1935: “Peço aos amigos fazerem uma tiragem bonita e sugestiva, porque só assim teremos uma saída bem compensadora.”⁶⁰⁰ Na contracapa, há o subtítulo “leituras cívicas para as escolas”, elemento que serve para enfatizar a finalidade da obra, o qual, de acordo com Patrícia Hansen, estava direcionado ao outro leitor do livro infantil: o adulto, que podem ser os pais ou responsáveis pela criança, ou mesmo os professores, mediadores da leitura.⁶⁰¹ Nessa mesma página, podemos encontrar também a indicação “7º e 8º milheiro”, o que demonstra a quantidade de exemplares publicados até o presente momento. Já na seguinte, há uma inscrição de que a edição foi elaborada em comemoração ao “4º centenário da fundação da cidade de Igarassu, por Duarte Coelho” e também uma dedicatória feita ao seu amigo, o historiador e jornalista Mário Melo.

A quinta e a sexta edição de “Terra Pernambucana” apareceram, respectivamente, em 1939 e 1940, com feições gráficas novas, editadas pela Livraria Universal, dos srs. Rodolpho & Pereira, por onde Mário Sette também lançou a segunda edição do seu “Maxambombas e

⁵⁹⁸ “‘Terra Pernambucana’ leitura para as escolas, por Mário Sette Imprensa Industrial.” s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

⁵⁹⁹ PIO, Fernando. “Um livro pernambucano”. *Jornal Pequeno*. Recife, 31/03/1932.

⁶⁰⁰ Carta de Mário Sette para a Livraria Imperatriz em 13/01/1935. Presente no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

⁶⁰¹ HANSEN, *Op. cit.* 2007.

Maracatus”, em 1938. Elas receberam mais dois textos em relação à versão anterior, completando ao todo um total de 74 capítulos. Na contracapa da quinta edição, o subtítulo mudou, passando a constar a inscrição: “Obras adotadas nas escolas públicas e particulares do estado de Pernambuco”, o que deixava ainda mais claro o uso didático feito do livro. Por sua vez, na contracapa da sexta edição, além desta inscrição, também há uma espécie de subtítulo: “Episódios de civismo brasileiro”.

Essas novas versões contaram com as ilustrações do desenhista Nestor Silva⁶⁰², que também remodelou a capa do livro⁶⁰³. Como salientou Guto Lins, as imagens costumam assumir uma função muito importante nos livros infantis, por serem capazes de prender a atenção dos pequenos leitores, os fazendo imaginar as cenas descritas no texto.⁶⁰⁴ No caso de “Terra Pernambucana”, elas têm como característica uma fisionomia assumidamente ficcional, criadas pelo artista para representar os personagens e os cenários dos acontecimentos históricos explorados nas crônicas.

Segundo Lins, ao contribuir e reafirmar a ideia que o autor quer passar no livro, o ilustrador deixa de ser um mero “prestador de serviços” e se torna coautor.⁶⁰⁵ O próprio Mário Sette reforça essa ideia em um necrológio feito em homenagem a Nestor Silva, no periódico *O Jornal*, ao comentar, em tom nostálgico, sobre a sua contribuição para a elaboração dos livros “Terra Pernambucana” e “Maxambombas e Maracatus”:

Juntos vivemos dentro do passado do nosso Recife, por algum tempo. Eu, como mais velho, ele, como muito moço. E, desses passeios retrospectivos em que eu revia o que conhecera e ele ‘via’ uma época de que não participara, brotaram esses desenhos excelentes de movimento, de fragrância, de ambiente que ilustram as páginas do Maxambombas e Maracatus e do Terra Pernambucana. Nestor Silva interpretava as cenas e os tipos de outrora, com aquela sua agudeza, aquela sua penetração, com uma rara inteligência. A cada original que me trazia, traçado em face de um trecho de capítulo ou de uma simples anotação minha, eu me deliciava com a frescura, a vida, a realidade do quadro evocado, da paisagem ou da figura desaparecida há 40 anos, muito antes do artista nascer.⁶⁰⁶

⁶⁰² Nestor Silva (1908-1939) foi um desenhista e pintor recifense que teve uma atuação marcante no meio artístico e intelectual do estado de Pernambuco e também na capital carioca. No início da década de 1930, ele se tornou chargista no *Diário de Pernambuco*, e realizou sua primeira exposição individual no Recife. Em 1934, expôs na Associação dos Artistas Brasileiros, sediada no Rio de Janeiro, junto com Guignard e Portinari. A partir de então, deu início a sua colaboração como chargista e caricaturista em vários periódicos da imprensa carioca e paulista, com destaque para os jornais *A Nota*, *O Jornal*, *Diário de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *O Cruzeiro*. In: Catálogo das Artes. Disponível em: <https://www.catalogodasartes.com.br/artista/Nestor%20Silva%20%281908-1940%29/>. Acesso em: 22/12/22.

⁶⁰³ “Livros e folhetos”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 07/02/1939.

⁶⁰⁴ LINS, Guto. **Livro Infantil?** Projeto gráfico, metodologia, subjetividade (Coleção Textos Design). São Paulo: Edições Rosari, 2003.

⁶⁰⁵ LINS, *Ibid.* p. 40.

⁶⁰⁶ SETTE, Mário. “Nestor Silva morreu.” *O Jornal*. Rio de Janeiro, 26/11/1939.

Publicadas durante o Estado Novo, essas edições de “Terra Pernambucana” passaram a ser vistas como produtos culturais inseridos na política de “recuperação do passado nacional brasileiro”, a qual envolvia esforços voltados para a construção e divulgação dos valores que deveriam ser apreendidos pela sociedade como próprios a uma “identidade nacional brasileira”, que se ancorava na valorização do passado.⁶⁰⁷ Nesse sentido, a perspectiva regional presente na obra ganhou uma forte conotação nacionalista, sendo caracterizada como aquela que “reúne as páginas mais bonitas da contribuição de Pernambuco para a formação do colosso brasileiro. Ali estão registrados os heroísmos da gente pernambucana.”⁶⁰⁸

Até a sexta edição, o livro de Mário Sette já era um sucesso no mercado editorial regional de livros escolares, com a impressão de cerca de 17 mil exemplares⁶⁰⁹. A sétima edição só saiu em 1948, ou seja, oito anos depois da anterior, do prelo da editora do *Diário da Manhã*, a qual estava sob a orientação de Moacir Mariz⁶¹⁰. Esta recebeu uma versão gráfica diferenciada, e, além das ilustrações de Nestor Silva, também contou com fotografias de Oscar Maia. Apesar de ter inscrito na contracapa da edição o termo “aumentada”, isso não se configura, pois, na realidade, o livro sofreu uma redução nos capítulos, passando a contar somente com 64, portanto, 10 a menos que as duas edições anteriores.

Vale lembrar que, em 1948, Mário Sette já era conhecido e reconhecido no mundo das letras. Nesse mesmo ano, ele também publicou o seu “Arruar”, o qual teve grande repercussão dentro e fora do estado. Nesse contexto, o sucesso deste livro foi usado na propaganda dessa sétima edição de “Terra Pernambucana”, que frequentemente frisava que, embora se tratasse de uma obra didática, ela também poderia interessar aos adultos animados para aprender sobre a História de Pernambuco, como em “Arruar”⁶¹¹. É interessante também destacar que, no ano de 1950, nos meses após a morte de Mário Sette, houve uma grande campanha de *marketing* de venda dessa última edição, feita pelo jornal *Diário da Manhã*, como se a morte do escritor fosse garantir o sucesso imediato na comercialização do livro.

Na década de 1950, “Terra Pernambucana” e “Brasil, minha terra!” já haviam sido lidos por milhares de crianças que frequentavam as escolas no estado. Só o primeiro, por exemplo, esteve entre os livros de leitura adotados pelas escolas primárias de Pernambuco das décadas de 1920 a 1940, contribuindo com a construção de uma identidade nacional, mas,

⁶⁰⁷ GOMES, Angela de Castro. “Cultura política e cultura histórica no Estado Novo.” In: ABREU, Martha; SOIHET, Raquel; GONTIJO, Rebeca (org.). **Cultura Política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2007. 45-63.

⁶⁰⁸ “Terra Pernambucana”. *Diário da Manhã*. Recife, 26/02/1939.

⁶⁰⁹ SETTE, *Op. cit.* 1980. p. 112.

⁶¹⁰ “Terra pernambucana”. *Jornal Pequeno*. Recife, 06/10/1948.

⁶¹¹ “Livros novos”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 09/11/1948.

principalmente, regional (individual e coletiva) e com a criação de uma memória histórica de várias gerações.

No verso da contracapa do exemplar dessa sétima edição que tivemos acesso, encontramos um indicativo da presença marcante de “Terra Pernambucana” na infância dos pernambucanos, pois traz uma carinhosa dedicatória, escrita a lápis pelo autor para o jornalista Mauro Mota. Nela, Sette comentou sobre a possibilidade da obra ter feito parte da sua formação:

Mauro Mota,
Não sei se você aprendeu pelo “Terra Pernambucana”. Se o foi, guarde este volumezinho como recordação de 25 anos atrás ou passe-o às mãos dos seus queridos rebentos.

Tempos depois, em 1972, Mauro Mota agradeceu esta dedicatória, afirmando que guarda o seu “Terra Pernambucana” “com amor”⁶¹², o que parece se confirmar, já que este exemplar sobreviveu ao tempo e agora faz parte da biblioteca da Fundação Joaquim Nabuco. Mas não foi só Mauro Mota que teve sua formação escolar marcada por este livro de história. Outros nomes da cena intelectual recifense que frequentaram os bancos escolares entre as décadas de 1920 e 1940 também foram introduzidos à História do Brasil, mais precisamente a de Pernambuco, pelos livros de leitura de Mário Sette. Muitos deles, inclusive, foram seus alunos. Estamos falando de José Antônio Gonçalves de Melo, Nilo Pereira, Armando Souto Maior, José Condé, Arquimedes de Melo Neto, Leonardo Dantas Silva, sem esquecer do próprio Mauro Mota.

No prefácio da nona edição, de título “Evocação”, o editor, Arquimedes de Melo Neto, demonstrou afeto pelo finado professor ao falar a respeito do lançamento de mais uma edição do livro de Mário Sette.⁶¹³ Do mesmo modo, o jornalista José Condé ressaltou a importância que o professor Mário Sette teve na sua trajetória: “É com emoção e saudade que registro o livro do querido professor Mário Sette, pois fui um dos que se abrigaram à sua sombra, nos idos de 1927, na pitoresca escola de D. Chiquinha, na Rua Duque de Caxias, Caruaru, Pernambuco.”⁶¹⁴

Essa nona edição de “Terra Pernambucana”, que saiu em 1968, causou um impacto muito maior do que a oitava, lançada em 1949, a qual não sofreu muitas mudanças em relação à anterior e pouco se falou sobre ela nos periódicos. O que se sabe apenas é que foi a última a

⁶¹² MAURO, Mota. “Agenda”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 02/04/1975.

⁶¹³ NETO, Arquimedes de Melo. “Evocações”. In: SETTE, Mário. **Terra Pernambucana**. 9ª ed. Arquimedes Edições. São Paulo, 1968.

⁶¹⁴ CONDÉ, José. “Um livro de Mário Sette”. *Correio da Manhã*. Rio, 30/08/1968.

ser adotada nas escolas primárias pernambucanas. A partir de então, o livro passou por certo hiato, pois ficou esgotado nas livrarias por 19 anos, só voltando após quase 20 anos da morte do escritor.

A nona edição foi publicada pela Arquimedes Edições, uma editora paulista pertencente ao conterrâneo de Mário Sette, Arquimedes de Melo Neto, e divulgada em Recife sob o patrocínio de José Antônio Gonçalves de Melo, que abriu a sessão de lançamento. No prefácio, o editor destacou que Mário Sette, ao escrever o seu “Terra Pernambucana” quis “perpetuar os destemidos feitos dos antepassados da sua terra e transmiti-los à curiosidade e ao entusiasmo da juventude”, através de um estilo simples, mas ao mesmo tempo eficiente. Para Arquimedes, este é um livro que deve interessar a todos os estudantes pernambucanos, uma vez que estimula a saudade coletiva, sendo um pequeno manual da história de Pernambuco que funciona como uma espécie de “carteira de identidade” dos que aprenderam a amar o seu estado.⁶¹⁵

Com a publicação desta edição, falou-se que o editor prestava um “alto serviço às letras brasileiras, notadamente as letras deste estado”, contribuindo com a divulgação do nome do autor e também com a disseminação da História de Pernambuco. Foi dito que, ao relançar “Terra Pernambucana”, Arquimedes tinha a pretensão de que o livro, que estava esgotado, voltasse a ser lido pelos pernambucanos e fosse novamente adotado nas escolas do estado, não só nas primárias, mas também nos ginásios e nos colégios⁶¹⁶. Orlando Parahym também comentou a respeito, reforçando que, com essa nova edição, o livro deveria voltar a “ser adotado pela Secretaria de Educação e Cultura para que as crianças nele aprendessem a ler e, lendo-o todos os dias, aprendessem a amar a Pernambuco e a exaltar os feitos dos heróis engrandecedores da história desta pátria de liberdade”.⁶¹⁷

Porém, apesar da pressão feita por alguns de seus admiradores e da interessante demanda pelo livro, uma vez que, em 1969, ele ficou entre os mais procurados nas bibliotecas do Recife⁶¹⁸, até o final dos anos de 1970, “Terra Pernambucana” não havia voltado aos bancos escolas de Pernambuco. Isso só aconteceu em 1981, com a publicação da décima edição, que saiu pela Secretaria de Educação do Estado em parceria com a Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Recife e impressa na CEPE (Companhia Editora de

⁶¹⁵ CONDÉ, *Op. cit.* 30/08/1968.

⁶¹⁶ MOTA, Mauro. “Agenda”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 07/05/1972; PEREIRA, Nilo. “Notas Avulsas”. Recife, s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

⁶¹⁷ PARAHYM, Orlando. Mário Sette. *Diário da Manhã*. Recife, 12/04/1975.

⁶¹⁸ Na Biblioteca Carlos Pena Filho, ele ficou na lista entre os mais procurados junto com “Mar Morto”, de Jorge Amado, “Garoto Linha Dura”, de Sérgio Porto e “Menino de Engenho”, de José Lins do Rego. In: “Biblioteca ‘Carlos Pena Filho’”. *Diário da Manhã*. Recife, 24/09/1969.

Pernambuco), sob a coordenação editorial e supervisão gráfica da Fundação de Cultura da Cidade do Recife, a qual tinha como diretor-presidente na época, Leonardo Dantas Silva.

O lançamento desta edição foi feito sob o patrocínio do governador Marco Maciel e do prefeito do Recife, Gustavo Krause. O livro faz parte da “Coleção Recife”, que é composta por 20 obras, e tinha como objetivo estimular o hábito da leitura e o conhecimento dos clássicos da literatura pernambucana. Nesta coleção, há três livros de Mário Sette: a décima edição de “Terra Pernambucana” (livro de número XV da coleção), “Memórias Íntimas (Caminhos de um coração)” e a quarta edição de “Maxambombas e Maracatus”, sendo estes últimos lançados, respectivamente, nos anos de 1980 e 1982. Como já salientamos, a “Coleção Recife” integrou o projeto político-cultural desenvolvido pela prefeitura do Recife e governo do estado de Pernambuco que tinha como interesse primordial divulgar e, portanto, contribuir com a manutenção de aspectos que constituem uma certa identidade pernambucana. Não vamos nos ater a mais detalhes sobre ela e seu contexto de produção, pois isso já foi feito no primeiro capítulo desta tese. O que importa destacar aqui é que essa coleção ajudou a construir uma imagem valorosa a respeito de Mário Sette durante os anos de 1980, relembando a sua importância para as letras pernambucanas e seu papel na divulgação da História de Pernambuco e na construção de um sentimento de *pernambucanidade*.

Essa décima edição saiu com 5 mil exemplares para que “Terra Pernambucana” retornasse às classes do primeiro grau da rede oficial de ensino do município e do estado. Como destacou seu prefaciador, Leonardo Dantas Silva, com a retomada desta obra, “esperam o governador de Pernambuco, Marco Maciel, e o prefeito da cidade do Recife, Gustavo Krause, despertar nas novas gerações os melhores brios de nossa pernambucanidade”⁶¹⁹. O objetivo do relançamento também foi ressaltado no texto de apresentação, escrito por Joel de Hollanda Cordeiro, secretário de Educação do estado de Pernambuco, e Edson Wanderley Neves, secretário de Educação e Cultura da Cidade do Recife, no qual frisam que o livro deve servir de “guia cívico” de amor à terra pernambucana.

Nada melhor do que trazer as próprias palavras dos autores para descrever a intenção de se publicar um livro tão antigo, contudo, tão condizente com o projeto político-pedagógico dos anos de 1980:

É sempre oportuna a reedição de livros como “Terra Pernambucana”, de Mário Sette. Trata-se de uma obra que deveria achar-se na estante por todos os escolares.
(...)

⁶¹⁹ CORDEIRO, Joel de Hollanda; NEVES, Edson Wanderley. “Apresentação”. In: SETTE, Mário. **Terra Pernambucana**. 10^a ed. CEPE: Recife, 1981.

A bravura, o esforço construtivo, a capacidade de lutar pela liberdade, o sentimento religioso, o destemor em face do martírio dos heróis de 17 e 24, o ardor na guerra de Pernambuco contra o invasor flamengo, tudo se conta nas historietas deste livro com emoção de quem amou a terra pernambucana e desejou transmitir à consciência da juventude o mesmo ardor, a mesma emoção cívica, a mesma intensidade de patriotismo, a chama viva da pernambucanidade.

Temos, assim, diante de nós, um precioso guia cívico.

(...)

Essa leitura saudável e de primeira ordem do ponto de vista contribuirá decisivamente para a formação da alma dos jovens e para o fortalecimento do amor a Pernambuco, terra de feitos imortais no esplendor do seu panorama histórico e palpitante de generosa vitalidade.⁶²⁰

O prefácio desta edição, intitulado “História de Pernambuco para crianças e adultos”, foi escrito por Leonardo Dantas Silva, admirador da obra de Mário Sette e leitor de seus livros, desde muito jovem. Nele, o autor conta como foi a sua primeira experiência com “Terra Pernambucana”, afirmando que foi o seu primeiro livro de leitura e de tantas outras “pessoas de mais de 40 anos”. Além disso, destaca o valor da obra para a promoção de uma identidade regional, alegando que, “durante quase três décadas”, com suas nove edições, ele “sempre despertou nas novas gerações de então aquilo que mais tarde Gilberto Freyre veio a denominar de ‘o melhor de nossa pernambucanidade’”. Como se pode notar, mais uma vez se falou que o livro de Mário Sette contribuiu com a construção de uma identidade pernambucana.

É interessante a forma como o autor descreve a obra de Sette, pois, ao nosso ver, é uma leitura bem coerente de sua escrita da história. Leonardo Dantas ressalta que “Terra Pernambucana” é composto por crônicas, nas quais seu autor não demonstrou “muito apego a datas e aos documentos históricos”. Segundo o prefaciador, as narrativas históricas presentes no livro se aproximavam muito do que Oliveira Lima chamou de *petite histoire*⁶²¹, por destacar: “nossa pequena história, com personagens menores, sem a preocupação com os grandes feitos, com as grandes batalhas e com o rigorismo de uma sequência de acontecimentos bélicos que por vezes se distanciam das causas sociais resultantes da formação de um povo”.⁶²²

Para ele, Mário Sette tinha como preocupação fundamental contar a vida cotidiana dos sujeitos dos tempos passados, algo que, na sua opinião, até então não era contemplado pelos

⁶²⁰ SILVA, Leonardo Dantas. “História de Pernambuco para crianças e adultos”. SETTE, Mário. **Terra Pernambucana**. 10ª ed. CEPE: Recife, 1981.

⁶²¹ Leonardo Dantas Silva destaca um comentário de Oliveira Lima no jornal *O Estado de São Paulo*, em 25 de março de 1910, no qual o historiador descreve o que para ele seria *petite histoire*: “a nossa história anedótica, a nossa história dramática, cômica, pitoresca e trágica, considerada nos seus aspectos pessoais extravagantes, humorísticos e lancinantes” In: SILVA, *Op. cit.* 1981.

⁶²² SILVA, *Op. cit.* 1981.

historiadores sociais. Além disso, Leonardo Dantas também alega que, como Viriato Corrêa e Monteiro Lobato, Mário Sette “soube captar a pureza das mentes infantis” ao produzir uma História de Pernambuco para crianças, em suas palavras: “uma história movimentada, cheia de tipos e episódios que também despertam a curiosidade dos adultos; aquilo que Oliveira Lima veio denominar ‘O simpático caminhar do povo pernambucano’.” Nos tópicos seguintes faremos uma análise mais atenta da escrita da história de Mário Sette presente neste livro, e também em “Brasil, minha terra!”, interessada em perceber tais características apresentadas pelo prefaciador.

A décima edição de “Terra Pernambucana” contou com uma compilação das ilustrações de Nestor Silva e Henrique Moser e teve seu texto reproduzido da primeira edição de 1925, ao qual foram adicionadas mais 20 outros capítulos acrescidos pelo autor nas edições que se seguiram à primeira, formando, ao todo, um total de 92 textos. Inclusive, isso é indicado no corpo do livro pelo próprio editor, que, na página 167, sinaliza ao leitor esse acréscimo:

Aqui termina o texto correspondente à primeira edição de TERRA PERNAMBUCANA, publicada por Mário Sette em 1925, destinada à leitura nas escolas pela então Instrução Pública de Pernambuco. Os assuntos que se seguem foram acrescidos pelo seu autor, falecido em 25 de março de 1950, nas oito edições que se seguiram à primeira.⁶²³

Mais adiante no capítulo, vamos analisar de forma mais minuciosa esta décima edição de “Terra Pernambucana”, a qual é a última e a mais completa versão da obra, e também a décima quarta edição de “Brasil, minha terra!”, visando trazer mais detalhes a respeito das estratégias utilizadas por Mário Sette para a produção de uma escrita da história para crianças e também explanar os conteúdos abordados neles. Contudo, por ora, vamos nos voltar para as edições de “Brasil, minha terra!”, com o objetivo de analisar a sua repercussão bem como as suas principais características.

5.5 “BRASIL, MINHA TERRA!”: UM LIVRO DE HISTÓRIA PARA CRIANÇAS BRASILEIRAS?

“Brasil, minha terra!” foi lançado em 1928 pela Editora Companhia Melhoramentos, que, como já comentamos, era na época uma das mais importantes do Brasil na venda de livros infantis e escolares. Ter publicado o seu segundo livro de história para crianças por uma

⁶²³ SETTE, Mário. **Terra Pernambucana**. 10ª ed. CEPE: Recife, 1981. p. 167.

editora de tão ampla magnitude contribuiu para uma maior ressonância do nome de Mário Sette, que já havia ganhado certa popularidade devido ao seu êxito literário como romancista.

Logo no ano seguinte de sua publicação, o seu mais novo livro foi rapidamente aprovado pelo Conselho de Educação do estado de Pernambuco e também de São Paulo, passando a ser adotado como livro de leitura nas escolas primárias. Em São Paulo, por exemplo, ele compôs a lista de leitura suplementar para o 4º ano, junto com “Nossa Pátria”, de Rocha Pombo.⁶²⁴ Com o passar dos anos de 1930, 1940 e 1950, “Brasil, minha terra!” ganhou novos mercados, sendo incorporado à lista obrigatória de livros escolares do Rio de Janeiro, Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Alagoas, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina.

É importante lembrar que, em 1928, “Terra Pernambucana” estava na segunda edição e já era um sucesso entre o público infantil do seu estado, o que significa dizer que, no momento do lançamento de “Brasil, minha terra!”, Mário Sette já estava construindo o seu nome como autor de livros de história para crianças, pelo menos em sua terra natal, Pernambuco. Restava agora ampliar o seu espectro, atingindo novos leitores-mirins pelo Brasil.

A primeira edição de “Brasil, minha terra!” saiu em tamanho pequeno, podendo até ser considerado como um “livro de bolso”, uma vez que mede 18x13 cm e conta com 195 páginas. Possui capa dura com uma imagem centralizada, que é uma reprodução da pintura “Bandeirantes a caminho das Minas” (1920), de autoria de Oscar Pereira da Silva. Como se sabe, a capa de um livro é um dos aspectos mais importantes de sua materialidade, na medida em que é nela onde se pode identificar o título da obra, o nome do autor, a editora, dentre outros aspectos. Como salientou Alan Powers, ela é integrante da própria história contada pelo livro, cumprindo, portanto, um papel “no processo de envolvimento físico com o livro, pois, embora não se possa olhá-la enquanto se lê, ela o define como objeto a ser apanhado, deixado de lado e talvez conservado ao longo do tempo⁶²⁵.”

“Brasil, minha terra!” conta com 87 capítulos, todos ilustrados com fotografias de obras famosas de Victor Meirelles, Pedro Américo, P. José Pinto Peres, Oscar Pereira da Silva, etc. e também com desenhos em preto e branco. Para Patrícia Hansen, que também

⁶²⁴ “Livros aprovados para 1929”. *Correio paulistano*. São Paulo, 18/01/1929; “Obras Didáticas”. *Diário Nacional*. São Paulo, 18/01/1929.

⁶²⁵ POWERS, Alan. **Era uma vez uma capa**: história ilustrada da literatura infantil. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

analisa esta obra, a utilização de imagens de tipo mais realista, como as fotografias, retratos ou reproduções de obras de arte, serve para amenizar os aspectos de “fantasia” que existem nas crônicas, atuando como elementos de autoridade capazes de corroborar a “verdade” relatada nos textos.⁶²⁶

Na contracapa, há o subtítulo “leituras cívicas”, elemento que, como já apontamos, apresenta a função da obra para o mediador da leitura e, portanto, segundo leitor: o adulto. Já na página seguinte, podemos encontrar o prefácio, que também está voltado para esse leitor, uma vez que possui uma linguagem diferenciada, supondo que ele possui um completo domínio da leitura⁶²⁷. Elaborado por Affonso de Taunay, o prefácio, de título “Duas palavras”, dá explicações que reafirmam a função do livro: estimular nas crianças o nacionalismo e o respeito pela pátria como um todo homogêneo, como se pode notar nas palavras do autor:

A este livro de tão patriótico título e a que também tenho a honra e o desvanecimento de servir de paraninfo, impôs Mário Sette uma feição em perfeita correspondência de afeto, posta à sua portada.

(...)

É preciso que, diariamente e cada vez mais, às crianças se incuta e, desde as primeiras letras, um nacionalismo integrador e fortíssimo. (...)

Como contribuição da valia para a homogeneização brasileira nada há mais precioso do que ensinar às crianças os grandes lances da vida comum brasileira das gerações que as precederam; os feitos notáveis da vida nacional, os que repercutindo em todo o país produziram em todos os seus recantos os mesmos efeitos, despertando em seus mais longínquos páramos os mesmos sentimentos.

E este livro de Mário Sette, sob tal ponto de vista, é simplesmente ótimo.

(...)

Com a mais real habilidade, conseguiu Mário Sette o seu escopo, realizou um livro impregnado de fortíssimo brasileirismo e ao mesmo tempo artisticamente composto. E sabe Deus quanto é difícil escrever “fácil” para crianças.⁶²⁸

Na época em que escreveu este prefácio, Affonso de Taunay (1876-1958) já era um reconhecido historiador e também o diretor do Museu Paulista desde 1917, função que lhe garantiu certo prestígio no meio intelectual e facilitou o seu acesso a livros e documentos, além de ter fortalecido conexões importantes para a concretização de suas produções

⁶²⁶ HANSEN, *Op. cit.* 2011. p. 64.

⁶²⁷ É comum que nos livros infantis as apresentações, os prefácios, as advertências, os textos introdutórios de qualquer tipo, possuam linguagem diferenciada daquela contida na obra, com o objetivo de atingir o adulto, considerado o intermediário da leitura, que também pode ser tratado como leitor. Estes textos se constituem como “protocolo de leitura”, que podem ser estabelecidos pelo autor ou pelo editor. De acordo com Patrícia Hansen, eles atuam ao lado de outros dispositivos, a exemplo dos elementos gráficos, subtítulos, ilustrações, etc., que juntos, servem para “tornar o livro mais adequado ao seu público-alvo que, desnecessário dizer, é desejável que seja o mais amplo possível; de outro, conduzir de maneira eficaz à leitura correta do livro, tal como supõem seus produtores”. In: HANSEN, *Op. Cit.* 2011. p. 56.

⁶²⁸ TAUNAY, Affonso. “Prefácio da 1ª edição. Duas palavras”. In: SETTE, Mário. **Brasil, minha terra!** 14 ed. Editora Melhoramentos: São Paulo, 1953.

historiográficas, as quais estavam voltadas, sobretudo, para a História de São Paulo.⁶²⁹ Sendo assim, ele foi um historiador que investiu na produção de uma história do Brasil a partir de São Paulo, lugar que, para ele, era o centro irradiador “da conquista do Brasil pelos brasileiros, primeiro posto avançado da civilização no interior do nosso país”⁶³⁰, a fim de contribuir com a elaboração de uma identidade regional. Mas, ao mesmo tempo em que deu ênfase a história de sua terra natal, e seus personagens principais, a exemplo dos bandeirantes, Taunay também propagou o velho “projeto nacional” de integração e homogeneização da História do Brasil, disseminado pelo IHGB, instituição que, aliás, ele também fazia parte.

Como podemos perceber, esta perspectiva nacionalista associada ao IHGB fica evidente no prefácio, e, por sua vez, também foi compartilhada pelo próprio Mário Sette no livro, não sendo à toa a escolha do seu título: “Brasil, minha terra!”, o que sugere que o autor tentou escrever uma “história nacional”⁶³¹. Ao nosso ver, esse livro parece ter sido publicado com o intuito de conquistar “todas” as crianças brasileiras, já que ele foi adotado por muitas escolas espalhadas pelos vários estados do Brasil; o que se contrapunha, portanto, ao seu “Terra Pernambucana”, que teve como foco a História de Pernambuco e estava voltado especialmente para o público regional. Porém, é importante salientar que, apesar da intenção do autor, e de seu prefaciador, de tentar contemplar a interpretação do IHGB e passar a ideia de que o livro iria tratar dos “feitos notáveis da vida nacional” que haviam despertado “em seus mais longínquos páramos os mesmos sentimentos”, como destacou Taunay, Sette, novamente, conferiu a um livro de história seu certa ênfase à História de Pernambuco, uma vez que dos 87 capítulos presentes em “Brasil, minha terra!”, 18 tratam especificamente sobre acontecimentos e personagens históricos da região. No próximo tópico vamos esmiuçar o conteúdo dos textos presentes no livro, buscando demonstrar o que está sendo afirmado.

Além das explicações contidas no prefácio e na contracapa, ao final desta primeira edição também encontramos uma nota explicativa elaborada pelo autor, muito parecida com a que estava presente em “Terra Pernambucana”. Nela, Mário Sette afirma que, embora os episódios apresentados no livro fossem bastante conhecidos por todos que se interessavam

⁶²⁹ ANHEZINI, Karina. “Museu Paulista e trocas intelectuais na escrita da História de Afonso de Taunay”. **Anais do Museu Paulista**. N. Sér. v. 10/11. São Paulo, 2002-2003. p. 37-60.

⁶³⁰ TAUNAY, Afonso. S. **Paulo nos primeiros anos (1554-1601)**: ensaio de reconstituição social. Tours: Imprensa de E. Arrault et Cie, 1920. p. VIII. *Apud*. ANHEZINI, *Op. cit.* 2002-2003. p. 37-60. p. 54.

⁶³¹ É interessante que em uma carta escrita por Afonso de Taunay para Mário Sette, o historiador afirma que o escritor pernambucano não precisa agradecer pelo prefácio, no qual ele procurou afinar-se ao “tom do livro.” In: Carta de Afonso de Taunay para Mário Sette de 28/09/1928. Presente no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

pela História do Brasil, o que dispensaria uma bibliografia, ele acredita na necessidade de listar os nomes dos autores em cujos trabalhos foram encontrados subsídios para a elaboração de seus textos, “menos por desnecessária prova de honestidade literária, que por uma merecida homenagem”. Ele cita historiadores renomados, como: Rocha Pombo, Southey, Pereira da Costa, Taunay, João Ribeiro, Varnhagen, Frei Vicente do Salvador, Euclides da Cunha, Oliveira Lima e Virgílio Cardoso. No entanto, mais uma vez, ele não nos convenceu, demonstrando, novamente, a vontade de deixar claro aos leitores sua responsabilidade com a literatura histórica e seu compromisso com a verdade.

Como ocorreu em “Terra Pernambucana”, essa nota explicativa não aparece mais nas edições seguintes de “Brasil, minha terra!”. Na verdade, essa é uma das poucas mudanças sofridas pelo livro ao longo de quatorze edições, lançadas com poucas interrupções ao longo dos anos de 1930, 1940 e 1950. Mas, diferente das versões anteriores, a décima quinta edição, publicada recentemente, no ano de 2022, em comemoração dos 200 anos da Independência do Brasil, pela editora paulista “Livros Vivos”, saiu um pouco diferente, com uma nova diagramação, medindo 14x21 cm e com 240 páginas, nova capa e com o texto revisado⁶³², adaptado aos novos tempos.

Pela obra não ter sofrido maiores transformações com o passar do século XX, optamos por não detalhar as características de cada uma das edições, como fizemos com o “Terra Pernambucana”. Vamos focar apenas na repercussão que elas tiveram, com exceção da última edição, por ter sido lançada a tão pouco tempo que não foi possível ter acesso a sua ressonância (se é que teve alguma).

Apresentamos abaixo uma tabela contendo os anos de publicação das edições de “Brasil, minha terra!” e os respectivos preços de venda de algumas delas. Infelizmente, não conseguimos obter informações precisas a respeito da quantidade de exemplares impressos de cada uma das edições, embora tenhamos encontrado na contracapa da décima quarta edição, de 1953, a inscrição de que o livro já possuía uma tiragem de 80 mil exemplares, que, aliás, demonstra bem o seu sucesso nos bancos escolares.

Tabela das edições de “Brasil, minha terra!”

⁶³² Site da editora Livros Vivos, disponível em: <https://editoralivrosvivos.com.br/brasil--minha-terra>. Acesso em: 02/08/2023.

Edições	Ano de publicação	Preço de venda
1ª edição	1928	Cr\$ 5,00
2ª edição	1930	
3ª edição	1933	
4ª edição	1934	
5ª edição	1935	
6ª edição	1936	
7ª edição	1937	
8ª edição	1938	Cr\$ 4,00
9ª edição	1942	Cr\$ 5,00
10ª edição	1943	Cr\$ 6,00
11ª edição	1944	Cr\$ 4,00
12ª edição	1945	Cr\$ 12,00
13ª edição	1949	Cr\$ 8,00
14ª edição	1953	
15ª edição	2022	R\$ 44,00

Uma das estratégias de propaganda usada para a divulgação desse livro foi a reprodução de seus capítulos nas páginas dos jornais. Encontramos essas transcrições no *Jornal Pequeno*, do Recife, publicadas durante o mês de julho de 1928⁶³³; no *A Gazeta*, de São Paulo, em um texto que faz referência à segunda edição, de 1930⁶³⁴; no *Jornal de Penedo*, de uma cidade alagoana de mesmo nome, em um artigo que trata sobre a décima terceira edição⁶³⁵; ou mesmo no *Correio Paulistano*, já no ano de 1951, no qual nos deparamos com

⁶³³ “O charuto de Deodoro”. *Jornal Pequeno*. Recife, 07/07/1928; “O homem de quem todos fogem”. *Jornal Pequeno*. Recife, 20/07/1928.

⁶³⁴ “Frasas e anedotas brasileiras”. *A Gazeta*. São Paulo, 29/05/1930.

⁶³⁵ “Seleção histórica. Fica extinta.” *Jornal de Penedo*. Penedo, 25/06/1950.

algumas incidências presentes nas colunas “Uma página da História do Brasil” e “Uma página da nossa história”.⁶³⁶

Nas críticas feitas a “Brasil, minha terra!”, destacou-se que Mário Sette demonstrou, mais uma vez, a sua capacidade de escrever para as crianças, sem incorrer no “exagero verbal” ou “aos berros”, “como se quisesse amedrontá-las, em vez de atraí-las.”⁶³⁷ O que mais se falou a respeito do livro foi do seu caráter cívico-patriótico, capaz de fornecer às crianças pitadas de história pátria, inspirando-as e fazendo com que elas sintam interesse pelas “coisas do Brasil”⁶³⁸.

Sobre essa característica do livro, há um artigo presente no jornal *Diário da Manhã*, do Espírito Santo, de 12 de novembro de 1936, no qual foi transcrita uma carta bem curiosa de uma professora primária do grupo escolar “Graça de Itapemirim”, Hosana Salles Fermo, ao então governador do estado, Capitão João Punaro Bley. Nela, a professora faz sugestões para a elaboração de um “grande plano de combate, com a cooperação da mocidade escolar”, contra “doutrinas extremistas, que ameaçam e perturbam a paz e a prosperidade dos povos contemporâneos.” Segundo ela, era importante criar um programa de educação cívica nas escolas primárias, na intenção de estimular nas crianças um forte patriotismo e, para que isso fosse possível, propôs a adoção de “Brasil, minha terra!” para a leitura diária durante as aulas, pois alega que o livro traz um estudo completo da história pátria.⁶³⁹ Vale lembrar que, durante a década de 1930, o Brasil vivenciava um contexto marcado pela ascensão de ideologias totalitárias, como o stalinismo e o nazi-fascismo, que encontravam espaço em território nacional. Nesse período, a proposta da professora provavelmente buscava combater especificamente as ideias associadas ao comunismo, que era fortemente rejeitado pelo governo de Getúlio Vargas, o qual mantinha uma relação ambígua com o nazismo. Portanto, o livro “Brasil, minha terra!”, foi considerado como um antídoto importante contra a disseminação dessas “doutrinas extremistas”, além de ser uma ferramenta para despertar o amor à pátria nas crianças.

⁶³⁶ “A primeira conversão”. Uma página da História do Brasil. *Correio paulistano*. São Paulo, 29/07/1951; “Caçando esmeralda”. Uma página da História do Brasil. *Correio paulistano*. São Paulo, 11/11/1951; “Uma página da nossa história”. Página Infantil. *Correio paulistano*. São Paulo, 29/04/1951.

⁶³⁷ “Livros Novos”. *A Província*. Recife, 23/09/1928.

⁶³⁸ D. Jayme. “Letras do Norte”. Jardim Aberto. *Fon Fon*. ano XXIV. n. 35. Rio de Janeiro, 30/08/1930; “Livros Instrutivos”. *Excelsior*. Ano VI. n. 67. Rio de Janeiro, julho de 1933.

⁶³⁹ “A escola contra o extremismo. Como o professorado triunfará nessa campanha cívica”. *Diário da Manhã*. Espírito Santo, 12/11/1936.

Essa perspectiva sobre a obra também foi reproduzida pelo Secretário Geral de Educação e Cultura do Departamento de Educação Nacionalista do Distrito Federal, o Tenente Coronel Moacir Toscano, em 1942, isto é, já no contexto do Estado Novo, que, ao elogiar “Brasil, minha terra!”, recém-adotado pelas escolas primárias do Rio de Janeiro, comentou que o livro, “escrito em linguagem adequada, rememorando fatos e vultos da história pátria”, era “perfeitamente recomendável, não só aos escolares, mas, mesmo a quantos se interessam pela vida brasileira desde seus primórdios”⁶⁴⁰. Além disso, em outro artigo, provavelmente publicado em 1945, pois há uma menção ao lançamento da décima segunda edição da obra, falou-se que o livro era uma verdadeira “bíblia de patriotismo, lições candentes, verídicas, históricas do mais puro e legítimo nacionalismo”.⁶⁴¹

Portanto, “Brasil, minha terra!” parece ter agradado os adultos responsáveis pela educação cívica das crianças. Mas será que ele caiu no gosto infantil? Como salientou Zilberman e Lajolo, há uma grande dificuldade de compreender o leitor infantil, pois os livros escritos para esse público deixam transparecer o modo como o adulto gostaria que a criança visse o mundo.⁶⁴² Apesar disso, quando se trata de literatura de caráter cívico de uso escolar é possível encontrar indicações importantes dessa audiência: como a faixa etária, a escolaridade e, em alguns casos, o gênero, etc. Nas palavras de Patrícia Hansen, os “leitores ideais” dessa modalidade de livros eram: “crianças do sexo masculino, brancas, alfabetizadas, entre dez e doze anos de idade, aproximadamente, e pertencentes às camadas médias urbanas. Quaisquer que fossem os ‘leitores reais’ destes livros, eles obrigatoriamente tinham que negociar com esta representação ideal”.⁶⁴³

Porém, embora aparentemente exista esse “leitor ideal”, adiantamos que os livros de história de Mário Sette também estão claramente direcionados a um outro público bem específico: as mulheres, tanto as meninas leitoras quanto às mães dos pequenos “futuros cidadãos”, as quais, na maioria das vezes, eram as principais responsáveis pela educação doméstica dos filhos. Além disso, sabe-se que, no ano de 1951, “Brasil, minha terra!” foi adotado pelas escolas rurais, as escolas especiais, as isoladas da capital e as do interior do estado pernambucano, passando a ser utilizado como livro complementar nos 4º e 5º ano.⁶⁴⁴

⁶⁴⁰ “Brasil, minha terra”. *Jornal Pequeno*. Recife, 02/08/1943.

⁶⁴¹ “No mundo das letras. ‘Brasil, minha terra!’”. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

⁶⁴² LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *Op. cit.* 1996.

⁶⁴³ HANSEN, *Op. cit.* 2011. p. 77.

⁶⁴⁴ “Às exmas. Sras. Diretoras e professoras de estabelecimentos de ensino de curso primário”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 08/02/1951.

Em outras palavras, este livro possuía uma audiência mais ampla, atingindo um público que ia além dos chamados “leitores ideais”.

Outro desafio para o pesquisador de livros infantis é achar indícios que revelem as preferências de leitura das crianças, pois elas não costumavam publicar cartas, muito menos textos em periódicos apresentando suas opiniões. No entanto, apesar desta dificuldade, nos deparamos com um questionário realizado pela revista *Mirim* às crianças de escolas públicas primárias do Rio de Janeiro durante o ano de 1946, no qual se perguntou: “Qual é o livro, revista ou jornal de sua preferência?”. Dentre os entrevistados, Durval Augusto da Silva, da 5ª série, respondeu que o seu era o “Brasil, minha terra!”⁶⁴⁵. Claro que não podemos generalizar o gosto de um único aluno a todas as crianças, mas vemos a opinião dele como uma amostra interessante da apreciação do livro de Mário Sette pelo público infantil. Resta agora analisarmos o conteúdo das crônicas presentes nele.

5.6 APRECIÁVEIS LIÇÕES DE HISTÓRIA: A ESCRITA DA HISTÓRIA EM “TERRA PERNAMBUCANA” E “BRASIL, MINHA TERRA!”

Apesar de “Terra Pernambucana” tratar especificamente sobre a História de Pernambuco, há muitas semelhanças entre ele e o “Brasil, minha terra!”. O primeiro aspecto que se deve ressaltar é que, tanto em um quanto no outro, Mário Sette elaborou capítulos em formato de crônicas, gênero muito utilizado por ele na produção de suas narrativas históricas, fossem elas divulgadas em livros, nas páginas dos jornais, ou mesmo irradiadas pelo rádio.⁶⁴⁶ Essas crônicas são formadas por textos curtos, simples e leves, onde Sette usou e abusou de estratégias narrativas no intuito de proporcionar “apreciáveis lições de história” para divertir seus leitores, algo bem comum entre aqueles que exploravam esse gênero literário.

Além disso, as crônicas foram escritas em uma linguagem clara e acessível, evitando o uso de terminologias eruditas, típicas dos historiadores propriamente ditos. Essa escolha linguística facilita a compreensão do conteúdo pelos leitores, tornando-o mais acessível e envolvente. Ambos os livros buscam transmitir conhecimentos históricos de forma agradável e descomplicada, destacando a habilidade de Mário Sette de tornar a história cativante para o

⁶⁴⁵ “Questionário de *Mirim* realizado entre as crianças das escolas públicas primárias”. N. 833. *Mirim*. Rio de Janeiro, 27/06/1943.

⁶⁴⁶ No próximo capítulo, vamos analisar as crônicas presentes nos livros “Maxambombas e Maracatus” e no programa de rádio *Evocações*, trazendo mais detalhes sobre as características do gênero crônica, sobretudo sobre o que consideramos ser seu subgênero “crônicas históricas”.

público de crianças. Esse tipo de linguagem usada pelo autor fica evidente, por exemplo, logo nos títulos dos capítulos, os quais são marcados por um caráter simples, direto e cheio de coloquialismo, elaborados propositalmente para atrair a curiosidade de qualquer leitor atento. Em “Terra Pernambucana”, nos deparamos com os títulos: “O Traidor”, “A espada do herói”, “Os canaviais de Vieira”, “A gloriosa retirada”, “A carga das heroínas”, “A mão perdida”, “O amigo”, “O prêmio”, “A mãe do sorteado”, etc; Já no caso de “Brasil, minha terra!”, que também foi analisado por Marisa Lajolo, seus títulos, bem semelhantes aos do primeiro, revelam, diz a autora: “sensacionalismo de fazer inveja a muito jornaleco de hoje”, funcionando como “*gancho* apelativo, sedutor para leitores pouco chegados à cordialidade da História brasileira”.⁶⁴⁷

Como era comum nesse tipo de livro de história para crianças, as crônicas presentes tanto em “Terra Pernambucana” quanto em “Brasil, minha terra!” são enriquecidas por diálogos carregados de sentimentalismo e emoção entre personagens históricos. Esses personagens são retratados quase como seres humanos reais, capazes de rir, chorar, lutar e até mesmo morrer. Essa abordagem narrativa permite que os leitores mergulhem nos episódios da história do Brasil, estabelecendo uma identificação com esses personagens, que são apresentados como verdadeiros heróis nacionais. A intenção por trás dessa representação era inspirar e estimular nos jovens leitores um senso de obrigação cívica e patriótica, reforçando a importância de cumprirem com seus deveres para com a nação.⁶⁴⁸

Em “Terra Pernambucana”, esse artifício narrativo é utilizado em várias crônicas e uma delas nos chamou a atenção pelo fato do autor, provavelmente, fazer uso de tal estratégia narrativa com o interesse de tentar se comunicar com a criança e também com a sua mãe, que, como já salientamos, era uma possível leitora secundária do livro. No capítulo intitulado “Tal mãe tal filho”, Sette conta uma anedota a respeito de Manuel de Carvalho Paes de Andrade, – que, explica o autor, foi chefe do governo de Pernambuco durante a Confederação do Equador – alegando que quando ele estava refugiado nos Estados Unidos, após o fim do movimento, seu tio, um realista, em uma conversa com sua mãe, disse que se ele voltasse poderia pedir perdão e, assim, seria poupado de qualquer perseguição da coroa, o que não foi aceito pela mãe, tida como uma verdadeira patriota. A história é contada através de um diálogo dramático entre a mãe e o tio:

E como a distinta senhora, em natural conversa lamentasse a prolongada ausência do filho, o seu parente alvitrou:
– Manuel poderia volver ao Recife, se quisesse.

⁶⁴⁷ LAJOLO, *Op. cit.* 1982. p. 86.

⁶⁴⁸ GOMES, *Op. cit.* 2009. p. 150.

- Quisesse, como? Prendê-lo-iam, enforcá-lo-iam como a tantos outros.
 - Talvez que não. Eu arranjaría poupá-lo de qualquer perseguição. Contanto que...
 - Que quer dizer?
 - Contanto que ele escrevesse uma carta ao rei, pedindo perdão do seu ato de rebeldia.
- Fixando os seus olhos no rosto do cunhado, a digna mãe de Paes de Andrade declarou com energia:
- Meu filho não tem do que pedir perdão, porque não é crime querer a liberdade de sua terra!⁶⁴⁹

Já em “Brasil, minha terra!”, podemos destacar o texto de título “O homem de quem todos fogem”, no qual o autor narra, também em forma de diálogo, uma conversa entre pai e filho sobre Silvério dos Reis, o traidor de Tiradentes, afirmando que, após delatar o movimento dos inconfidentes, este passou a vagar sozinho pelas ruas, sob o olhar de desdém e rancor das pessoas. Mário Sette, ao trazer o artifício do diálogo entre os personagens, parece querer se conectar com o leitor de maneira mais objetiva, destacando ao final do texto a “moral da história”, dando a entender que trair um amigo ou a pátria era algo pior do que doença. Em suas palavras:

- O homem sombrio erguia a cabeça, via tudo, e, de novo, baixava os olhos, humilhado.
- Quem era?
- Foi a pergunta que um menino, certa vez, passeando, fez ao pai.
- Quem era aquele homem de quem todos fugiam? Tinha alguma doença que pegava?
 - Não, respondera-lhe o pai. Dos que têm doença contagiosa há quem se aproxime: os médicos, os enfermeiros e as almas piedosas. Aquele homem, porém, era pior que um doente assim.
 - Por quê?
 - Porque traiu aqueles de quem se dizia amigo. Entregou-os à prisão: uns foram para o degredo, outro morreu na forca, pelo crime de desejarem a liberdade de sua Pátria. Aquele homem, meu filho, é Silvério dos Reis, o delator da inconfidência mineira, o que entregou Tiradentes ao carrasco.⁶⁵⁰

Como é possível notar nos fragmentos de textos citados acima, nesses livros, Mário Sette investiu no que podemos chamar de “história anedótica”, procurando dar conta de aspectos pitorescos do passado, ressaltando episódios e personagens aparentemente de pouca ou nenhuma relevância para a História Oficial e também lendas e mitos que fazem parte do imaginário histórico e folclórico coletivo nacional, ou mesmo regional; ele faz isso sem esquecer dos principais heróis do “panteão nacional”.

No artigo “Anecdote and History”, Lionel Gossman, que faz uma reflexão profunda da relação entre a História e esse tipo de modalidade narrativa, comenta que a anedota foi amplamente utilizada na Europa do final do século XVIII e início do século XIX para

⁶⁴⁹ SETTE, *Op. Cit.* 1981. p. 111.

⁶⁵⁰ SETTE, Mário. **Brasil, minha terra!** 14 ed. Editora Melhoramentos: São Paulo, 1953. p. 62-63.

designar uma espécie de escrita da história que recusa ostensivamente a sistematização, totalização e interpretação ideológica.⁶⁵¹ Segundo o autor, a anedota é uma “narrativa em miniatura”, curta, simples, de fácil acesso e altamente concentrada, com uma estrutura surpreendentemente dramática, por meio da qual são contados episódios particulares, relativamente isolados, muitas vezes em uma ordem cronológica simples. Associada à concepção da história como “mestra da vida”, a história anedótica geralmente funciona na escrita da história como instância particular, que serve como exemplo singular de uma regra geral que exemplifica e ensina valores e virtudes. Desse modo, a anedota não tem um fim cognitivo, e sim moral; ou seja, por meio dela a ideia não é fazer com que o leitor conheça e memorize a sucessão de datas e episódios da história, mas que ele aprenda lições de moral e regras de conduta.⁶⁵²

A produção de uma história anedótica é a característica mais relevante dos livros. Nas suas crônicas históricas, Mário Sette parece não ter como preocupação a memorização das datas e dos nomes dos grandes vultos da nação, mas que as crianças passem a conhecer e amar seu país, a ponto de cumprirem seus deveres cívicos e patrióticos. É possível perceber também que, ao final de cada um dos capítulos, há uma espécie de “moral da história”, momento em que o autor sintetiza a lição que quer passar aos leitores. Em “Terra Pernambucana”, por exemplo, nos deparamos com o texto “O traidor”, no qual conta a traição de Calabar, apontando que ele foi preso pelos pernambucanos e acabou na forca, desprezado por todos, final retratado por Sette como natural a todos aqueles que traem⁶⁵³. Já em “Brasil, minha terra!”, ressaltamos a crônica: “As lágrimas do tio”, que conta uma anedota sobre o combate travado por Estácio de Sá e seu tio, Mem de Sá, terceiro governador-geral do Brasil, contra piratas franceses, quando o primeiro foi abatido, morrendo “pela linda, pela maravilhosa cidade que fundara: o Rio de Janeiro”⁶⁵⁴. Nela, a lição é de puro patriotismo e nacionalismo, ensinando os leitores sobre o dever moral e cívico de morrer pela pátria, se necessário.

Ao narrar estes episódios, Mário Sette utiliza uma linguagem poética, detalhando os aspectos da paisagem, da psicologia e do comportamento dos personagens, e também do desenrolar da história, o que ajudava as crianças a imaginarem os cenários. No texto, “O

⁶⁵¹ GOSSMAN, Lionel. “Anecdote and History”. *History and Theory*, v. 42, n. 2, p. 143-168, 2003.

⁶⁵² Jurandir Malerba se apropria das definições de Lionel Gossman para falar sobre a produção de uma história anedótica pelos intelectuais que fazem história pública no Brasil no contexto contemporâneo. Ver: MALERBA, Jurandir. “Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História? Uma reflexão sobre o embate entre historiadores.” *História e Historiografia*. N. 15. Ouro Preto-MG, 2014. P. 27-50.

⁶⁵³ SETTE, *Op. cit.* 1981. p. 33-34.

⁶⁵⁴ SETTE, *Op. cit.* 1953, p. 31-32.

incêndio de Olinda”, presente nos dois livros, ele constrói bem a cena do incêndio provocado pelos holandeses em Olinda, destacando as ações e sentimentos de Matias de Albuquerque que tentou salvar a vila, sem sucesso. No “Terra Pernambucana”, a descrição do evento é feita de forma mais elaborada, na medida em que o autor traz mais detalhes:

Matias de Albuquerque era a alma do exército. Onde houvesse uma vacilação, um desânimo, uma desesperança, ele acudia, impunha sua fé, restabelecia a coragem, muito embora, no íntimo, bem padecesse os seus instantes de tristeza e de temor por não chegarem os reforços que pedira à Espanha.

Foi nessa emergência que numa tarde surgiu no acampamento um mensageiro dos holandeses. Trazia-lhe uma carta de Wenderburch, o comandante superior dos batavos.

Matias de Albuquerque rasgou a missiva e leu-a. [...]

Franziu as sobrelhas, o bravo pernambucano. Sombra de amargura toldou-lhe o semblante. Atender à exigência do inimigo, significaria tibieza da sua parte; repeli-la era ver a graciosa vila de Duarte Coelho destruída implacavelmente pelas labaredas.

A reflexão, todavia, durou pouco. A decisão patriótica sobreleva a fraqueza sentimental. Respondeu ao chefe holandês que ao inimigo só daria cargas de balas e não caixas de açúcar, e que os pernambucanos saberiam reconstruir Olinda se ela fosse incendiada.

O mensageiro partiu.

Mas o resto da tarde passou-o Matias de Albuquerque com o coração opresso. [...]

Ao escurecer, uma faixa rubra alterou-se para o lado do norte. Outras mais altanaram-se.

– É uma queimada! – opinou uma sentinela.

Matias de Albuquerque balançou negativamente a cabeça. E murmurou:

– É Olinda que vai arder.

[...]

Olinda, a sultana dos oiteiros verdes, a soberana das vilas brasileiras morria.

Sem querer olhar o incêndio, Matias de Albuquerque escondeu o rosto entre os braços.

E dizem que os punhos da sua farda ficaram umedecidos de pranto.⁶⁵⁵

Também nos chamou a atenção uma interessante anedota contada pelo autor nos dois livros, em textos distintos, a qual traz como tema uma antiga lenda pernambucana sobre um “boi voador”, que faz parte do imaginário coletivo regional. Estamos falando de um episódio ocorrido no governo do Conde Maurício de Nassau, no século XVII, que havia prometido fazer um boi voar, quando uma ponte fosse inaugurada. Ele cumpriu essa promessa, para contrariar os comentários da população que dizia que era mais fácil o animal voar do que a ponte, que estava sendo construída há dois anos, ficar pronta. Consideramos o uso de lendas para explicar determinados contextos históricos como mais um recurso pedagógico utilizado por Sette para tornar mais interessante a narrativa e, com isso, despertar nas crianças a curiosidade e o gosto pelo passado regional e nacional. Esse artifício também faz parte de sua concepção de história, calcada no aspecto pitoresco.

Esta lenda é contada pelo autor em meio a muitos elogios feitos ao príncipe holandês, apontado nas crônicas presentes nos dois livros, como um indivíduo exemplar, uma figura “inteligente, bondosa e artista”, “justo e nobre”, de “belo espírito”, capaz de fazer um governo

⁶⁵⁵ SETTE, *Op. cit.* 1981, p. 29-31.

“progressista, tolerante e humano”. Ao narrar esta história, tanto em “Terra Pernambucana”, no texto de “O boi que voa”, quanto em “Brasil, minha terra!”, sob o título “O boi voador”, Sette se utiliza dos vários artifícios narrativos citados anteriormente, sem falar que ainda podemos encontrar nos textos ilustrações bem sugestivas, as quais também contribuem bastante para seduzir as crianças⁶⁵⁶.

Segue abaixo um fragmento do texto “O boi voador”, presente em “Brasil, minha terra!”, no qual o autor conta esta história de forma um pouco mais resumida do que no seu outro livro, mas que dá para visualizar bem as estratégias narrativas empregadas por ele no texto:

Maurício de Nassau chegara havia tempos a Pernambuco. Viera ser o governador das terras conquistadas pela Holanda no Brasil. Ele era um príncipe inteligente, bondoso e artista, [...]. Nassau deixou-se maravilhar pelo Recife. [...]. Um dos grandes melhoramentos que o príncipe Maurício de Nassau realizou no Recife foi o do lançamento de uma ponte sobre o rio Capibaribe, ligando dois importantes bairros da cidade. [...] No dia da inauguração houve muitas festas de regozijo. O povo todo quis ver a ponte e passar nela. Maurício de Nassau, espírito folgazão, anunciou que nessa tarde festiva haveria uma novidade: o boi de Melchior voaria. [...] Um boi voar!... Como seria isso? Ninguém deixou de ir ver essa assombrosa história. As praias ficaram repletas de gente. [...] Até que de uma varanda apareceu um boi igualzinho ao de Melchior. O animal saiu voando pelos ares, como um balão. Mas todo o mundo viu logo que ele era de pano e cheio de palha. Uma corda, habilmente escondida, puxava-o para fingir ser um boi de verdade. Fora uma pilhéria de Nassau. O povo gostou da graça e riu-se bastante. Mesmo porque todos estavam contentes com o benefício da ponte. ⁶⁵⁷

É importante destacar ainda que, de maneira geral, a maioria das crônicas que compõem os livros tem como plano de fundo episódios da História do Brasil, os quais são apresentados em uma cronologia linear simples, indo desde a chegada dos europeus ao Brasil até a República. Comparado ao “Terra Pernambucana”, “Brasil, minha terra!” possui uma organização mais etapista da história, e também mais abrangente, na medida em que começa por um texto de título “A benção”, sobre a primeira missa ocorrida em terras brasileiras, indo até a segunda década do século XX, passando pela repercussão da Primeira Guerra Mundial no Brasil e pelas comemorações do centenário da Independência do Brasil, em 1922; o que demonstra que o autor busca trazer aspectos de seu tempo presente. Já o primeiro livro, que trata especificamente sobre a História de Pernambuco, não segue uma ordem linear tão rígida nem se concentra apenas em eventos políticos. Em “Terra Pernambucana”, Mário Sette

⁶⁵⁶ Ver anexo.

⁶⁵⁷ SETTE, *Op. cit.* 1953, p. 42-44.

aborda tanto a sucessão cronológica dos acontecimentos políticos quanto aspectos sociais e culturais, oferecendo uma visão multifacetada da história de seu estado.

A seguir, apresentamos uma tabela que ilustra a divisão temática por recorte histórico em cada um dos livros, permitindo uma visualização mais clara dos períodos da História do Brasil que receberam maior ênfase. Lembrando que estamos analisando a décima edição de “Terra Pernambucana” e a décima quarta edição de “Brasil, minha terra!”.

Divisão temática por recorte histórico da História do Brasil nos livros “Terra Pernambucana” e “Brasil, minha terra!”

Recorte histórico da História do Brasil	“Terra Pernambucana” (1925)	“Brasil, minha terra!” (1928)
Brasil-Colônia	42	32
Brasil-Império	18	31
Brasil-República	5	24
História social e dos costumes	25	0

Como podemos observar, nos dois livros, Mário Sette atribui maior ênfase ao período colonial, embora seja em “Terra Pernambucana” que a discrepância numérica em relação aos textos desse período seja mais pronunciada. Isso nos faz pensar que, ao valorizar os temas sobre o Brasil-Colônia, Sette estava em total confluência com a escrita da história praticada pelos historiadores do IAHP.

Vale lembrar que, a partir da instalação do regime republicano, passou a existir um forte interesse dos historiadores ligados ao IAHP de construir uma cultura histórica republicana em Pernambuco, a qual defendia um papel de destaque desempenhado pelo estado na construção de uma história e memória nacional. Para isso, buscou-se dar ênfase a certos episódios e também a personagens da História de Pernambuco, que passaram a ser delineados como os verdadeiros heróis nacionais, defensores da pátria, da liberdade e da soberania nacional, os quais teriam lutado contra os estrangeiros e também contra os portugueses na Colônia, criando a ideia de que eles teriam agido em prol de ideais libertários

e republicanos. De modo geral, esses historiadores buscaram posicionar a “pátria pernambucana” em uma posição anterior e, conseqüentemente, mais fundamental do que a própria nação brasileira, o que gerava certa tensão com o IHGB, que aspirava ser o centro hegemônico na escrita de uma história “geral” do Brasil e procurava evitar regionalismos.

Inserido neste contexto de defesa da maior visibilidade para a História de Pernambuco, podemos afirmar que Mário Sette, embora não tenha feito parte do corpo de sócios da instituição no momento em que escreveu o seu “Terra Pernambucana”, em 1925 – algo que só vai acontecer dez anos depois – reproduziu e disseminou essas ideias que perpassavam os salões do IAHGP, contribuindo com a construção e consolidação de uma cultura histórica republicana e também com a formação de uma identidade pernambucana. Isso explica, portanto, o porquê que o período colonial foi valorizado pelo autor, momento que, dentro de uma lógica de valorização das glórias passadas, foi visto pelos historiadores ligados à instituição como privilegiado, como uma “época de ouro” para a História local.

Dentre os assuntos abordados por ele no livro, que se circunscrevem no recorte histórico do Brasil-Colônia, destacam-se, por exemplo, a Restauração Pernambucana e a Revolução de 1817, os quais contam, respectivamente, com um total de 21 e 13 crônicas. Esses também estão entre os temas mais tratados pelos historiadores do IAHGP – juntamente com a Guerra dos Mascates, a Confederação do Equador e a Revolução Praieira –, desde a sua fundação, em 1862, até a primeira metade do século XX (ousamos dizer, até os dias de hoje), quando foram reinterpretados e recontados, não somente pelos historiadores propriamente ditos, como podemos perceber, e adaptados para serem entendidos como prenúncios da Independência e da própria proclamação da República. A ideia principal que se queria passar era a de que os pernambucanos teriam dado início ao republicanismo no Brasil e que a República seria um destino natural e inerente ao desenvolvimento da nação brasileira.

Também é possível perceber na tabela que, diferente de como acontece em “Terra Pernambucana”, em “Brasil, minha terra!” existe um equilíbrio entre os períodos históricos abordados. Este é um livro de pretensões nacionalistas, mais alinhados aos propósitos do IHGB, o que significa dizer que nele o autor buscou trazer temas consagrados da História Oficial do Brasil, construída pela instituição. Isso pode ser observado, por exemplo, no próprio título do livro ou mesmo na grande quantidade de crônicas sobre a Guerra do Paraguai, um total de 16 textos, tema muito explorado pela História Oficial.

Porém, embora identifiquemos a tentativa de produzir um livro de história que se propunha pensar o Brasil como um país uno e homogêneo, não podemos deixar passar despercebido que, nele, Sette também reforçou ideias e valores que circulavam pelo IAHGP, instituição que, como já salientamos, não ocultava o propósito de polemizar com a proposta de criação de uma “história nacional” do IHGB. Isso pode ser observado nas 18 crônicas que tratam especificamente sobre temas da história local, nas quais ele procurou contribuir com a reescrita da história do Brasil, atribuindo maior destaque a personagens e acontecimentos relacionados à história de Pernambuco, na intenção de inseri-los no “panteão” nacional.

Dentre os capítulos que abordam temas da história local, um texto em especial chamou nossa atenção pelo fato do autor divulgar a ideia de que havia em Pernambuco uma tradição republicana, ressaltando um pioneirismo do estado em relação aos princípios republicanos, liberais e democráticos. Intitulado “O grito de república”, o texto, que, aliás, está presente nos dois livros (mas escrito de forma diferente), destaca a atuação de Bernardo Vieira de Melo como o “herói” que deu, pela primeira vez no Brasil, o grito de república e clamou pela separação de Pernambuco do resto do Brasil. Segue um fragmento deste texto, presente em “Brasil, minha terra!”:

Os dias em Olinda estavam agitados. Os horizontes políticos escuros. A tempestade prestes a estalar.

Era que o governo de Portugal havia resolvido dar ao Recife, que prosperava, a categoria de vila, distinção que Olinda não via satisfeita.

Os habitantes de Olinda eram, pernambucanos; os habitantes de Recife eram, na maioria, portugueses.

Por desprezo, os olindenses chamavam aos portugueses de “mascates”, porque estes viviam do comércio.

– O sentimento nativista já dividia os homens que moravam no Brasil.

E, quando se conheceu o ato real que dava ao Recife os foros de vila, os olindenses fizeram uma revolução, tendo à frente o bravo pernambucano Bernardo Vieira de Melo.

Invadiram o Recife, atacaram os “mascates”, destruíram autoridades, perseguiram o governador português, que era um homem medroso e que se escondeu à pressa. [...]

Bernardo Vieira de Melo, na tribuna, entre o silêncio de todos, falou, explicando o movimento revolucionário e estimulando ainda mais o sentimento cívico do povo.

E foi nessa ocasião que o ardoroso republicano propôs:

– Já que estamos separados de Portugal, façamos de Pernambuco uma república.

Era o primeiro grito de república, no Brasil.⁶⁵⁸

Portanto, ao corroborar com o discurso histórico do IAHGP, dando ênfase a acontecimentos e personagens da História de Pernambuco em “Brasil, minha terra!”, isto é, em um livro que tinha como intenção contemplar o projeto de construção de uma história que se pretendia nacional, associado ao IHGB, Mário Sette se insere nas polêmicas disputas de

⁶⁵⁸ SETTE, *Op. cit.* 1953. p. 57-58.

memória e usos do passado que ocorriam entre os principais espaços de produção historiográfica e criação de culturas históricas existentes no Brasil durante a primeira metade do século XX.

Outro ponto importante que se pode ressaltar na tabela temática é que na décima edição de “Terra Pernambucana” há cerca de 25 capítulos sobre aspectos da história social e cultural de Pernambuco, os quais não necessariamente têm como plano de fundo os episódios que fazem parte da História Oficial do Brasil. Alguns, inclusive, não são nem contextualizados historicamente, sendo apenas anedotas de forte apelo ficcional, como é o caso dos textos de títulos: “A sentinela”, “A mãe do sorteado”, “O sonho materno” e “O aviso do sertanejo”.

Entre os temas mais explorados pelo autor nesse conjunto de capítulos, destacam-se aqueles que abordam as transformações urbanas, sociais e culturais que ocorreram na cidade do Recife durante a virada do século XX. Eles formam um total de 9 crônicas, nas quais Sette conta as novidades advindas com a modernidade e com a lógica do progresso que invadiram a cidade, dentre elas, resalta o autor: as reformas do Porto do Recife, a substituição das maxambombas pelos ônibus elétricos, a inauguração da iluminação pública à luz elétrica, a inauguração da água encanada, a substituição dos engenhos pelas usinas de açúcar, o costume de ir ao cinema, dentre outros assuntos. Em um texto de título “Novidades”, por exemplo, ele comenta a respeito do entusiasmo dos recifenses com a chegada do telefone, do gramofone, do zeppelin, do rádio, do automóvel, entre outros avanços tecnológicos.⁶⁵⁹

Porém, Sette não chama atenção somente para as inovações trazidas pelo progresso. Ele também se dedicou à reconstrução dos cenários, dos aspectos sociais e das práticas culturais dos recifenses, que, para ele, haviam desaparecido ou estavam presentes apenas em fragmentos na cidade que estava em processo de modernização. Essa abordagem é marcada por um tom saudosista, visando despertar nos jovens leitores um sentimento de afeição e valorização pelo passado de sua cidade, incentivando-os a preservar as memórias. Isso fica evidente nos textos: “Maxambombas” e “Os bondes de Burros”, nos quais Sette conta como eram os meios de transporte públicos do Recife antes da remodelação urbana⁶⁶⁰; assim como em “Igrejas”, “Pontes e Arcos” e “O adeus do Pároco”, onde resalta a importância da preservação dos monumentos históricos que estavam sendo destruídos, resultado dos

⁶⁵⁹ SETTE, *Op. cit.* 1981, p. 209-210.

⁶⁶⁰ SETTE, *Ibid.* 1981, p. 205-206 e p. 207-208.

propósitos modernizantes do último século, algo considerado pelo autor como um desrespeito às tradições⁶⁶¹.

Portanto, podemos concluir que, esses 25 textos acrescentados no livro “Terra Pernambucana”, embora não contemplassem os conteúdos programáticos do currículo escolar, elas serviram para despertar nos alunos certa curiosidade pelos aspectos culturais e sociais de um passado recente de sua terra natal, vivido pelos seus antepassados, e também a respeito de suas tradições culturais, fazendo-os se interessar ainda mais pela sua história e suas raízes identitárias.

Não se tem conhecimento se a decisão de acrescentar esses textos, ao longo das edições, foi do próprio autor ou dos editores. Mas é relevante destacar que foi somente a partir da década de 1930 que Mário Sette se especializou nesse tipo de abordagem, através de sua produção de crônicas disseminadas em jornais, em livros e até mesmo irradiadas no rádio, voltadas para um público adulto. Alguns dos textos presentes em “Terra Pernambucana” foram, inclusive, aproveitados e reescritos em obras como “Maxambombas e Maracatus” (1935) e “Arruar” (1948), como é o caso dos capítulos: “Maxambombas” e “Os bondes de Burros”, citados acima. Assim, podemos concluir que esse livro de leitura serviu como um espaço onde Mário Sette pôde treinar e desenvolver esse estilo de escrita da história social e dos costumes, o qual, ao longo dos anos de 1930 e 1940, será o destaque principal de sua produção histórica, aquele que lhe garantiria certo reconhecimento, como veremos no próximo capítulo.

É essencial observar também a forma como Mário Sette representou alguns sujeitos históricos nos seus livros. É notável, por exemplo, a atenção dada por ele à participação das mulheres na história do Brasil, como é evidenciado em 7 capítulos presentes em “Terra Pernambucana” e 6 capítulos em “Brasil, minha terra!”, os quais são acompanhados por imagens bem sugestivas⁶⁶². As tabelas abaixo apresentam os títulos dos textos e os seus respectivos assuntos acerca do tema em cada um dos livros.

A participação das mulheres na História do Brasil em “Terra Pernambucana”

Título	Assunto
--------	---------

⁶⁶¹ SETTE, *Op. cit.* 1981, p. 197-199, p. 191-193 e p. 161-162.

⁶⁶² ver anexo.

“As mulheres de Igarassu”	Sobre a participação de mulheres nas batalhas contra os índios que queriam invadir Igarassu.
“As damas de Casa Forte”	Sobre o heroísmo das pernambucanas que foram usadas de escudo em um enfrentamento contra os holandeses.
“A Carga das Heroínas”	Sobre o protagonismo de Clara Camarão, esposa de Felipe Camarão, que liderou um grupo de mulheres nas batalhas de Porto Calvo.
“A Cacimba do Arraial”	Sobre o heroísmo de uma mulher negra que se prontificou em cuidar da cacimba do forte, correndo risco de ser morta pelos batavos.
“Tal mãe tal filho”	Sobre o patriotismo da mãe de Manuel de Carvalho Paes de Andrade.
“O Forte Nova-Coimbra”	Sobre o heroísmo da esposa do tenente-coronel Porto Carrero e da participação das mulheres na Guerra do Paraguai.
“As joias”	Sobre Leonor Porto, integrante do Clube do Cupim, que vendeu as suas joias para salvar uma escrava.

A participação das mulheres na História do Brasil em “Brasil, minha terra!”

Título	Assunto
“Mulheres de Tejucupapo”	Sobre um contra-ataque aos holandeses feito por mulheres em Tejucupapo.
“Atirem”	Sobre o heroísmo de mulheres no cerco de Casa Forte, que foram usadas de escudo em um enfrentamento contra os holandeses.
“Para passar é preciso”	Sobre a coragem e o patriotismo da madre Joana Angélica, que resistiu à invasão de uma tropa de portugueses na Bahia no contexto da independência do Brasil.
“Mulher soldado”	Sobre o protagonismo de Maria Quitéria na luta contra as tropas portuguesas no contexto da independência do Brasil.
“Mãe patriota”	Sobre o patriotismo de Rosa da Fonseca que teve seus filhos mortos na Guerra do Paraguai.

“Mãe dos pobres”	Sobre a visita da imperatriz Teresa Cristina a uma família pobre com entes doentes.
------------------	---

Nesses textos, Mário Sette conta eventos históricos oferecendo uma perspectiva valiosa sobre a contribuição feminina na construção da história do Brasil. O autor aborda tanto a participação coletiva das mulheres que lutaram corajosamente lado a lado por sua pátria, como também destaca o heroísmo de figuras como Clara Camarão, Leonor Porto, Joana Angélica, Maria Quitéria, Rosa da Fonseca e Teresa Cristina, reforçando o comprometimento delas com as causas assumidas, o que contribuía com a construção de representações valorosas a respeito dessas heroínas. Inclusive, a personagem Maria Quitéria ganhou no texto de título “Mulher soldado”, presente em “Brasil, minha terra!”, uma ilustração de corpo inteiro, o que demonstra a intenção do autor em exaltá-la⁶⁶³.

A valorização da participação das mulheres na história pode ser vista como um aspecto distintivo dos seus livros de história em relação ao que era produzido na época, uma vez que elas eram sujeitos históricos frequentemente marginalizados na História Oficial, que procurava dar protagonismo apenas aos homens brancos. Para se ter uma ideia, quando comparamos estes livros a obras como “Nossa Pátria” (1917), de Rocha Pombo, e “História do Brasil para crianças” (1934), de Viriato Corrêa, as quais podem ser consideradas referências pelo sucesso de fizeram nos bancos escolares brasileiros durante décadas, percebemos uma clara discrepância nesse aspecto, pois neles pouco se falou sobre as mulheres, incluindo aquelas ligadas à elite política, como a Princesa Isabel. De maneira geral, nessas obras, a história é feita por homens e para os meninos leitores, que se identificavam com seus heróis. Assim, ao atribuir certo protagonismo a mulheres em alguns eventos da história do Brasil, Mário Sette parece querer trilhar um caminho diferente daquele que era comum a produção historiográfica de então, buscando estimular sentimentos patrióticos e identitários não apenas nos meninos, mas também nas meninas e nas mães dos pequenos leitores, responsáveis pela educação doméstica dos filhos⁶⁶⁴.

⁶⁶³ Ver anexo.

⁶⁶⁴ Embora as mulheres não tivessem atribuições cívicas formais na época, uma vez que não eram consideradas cidadãs plenas e sua atuação se restringia principalmente ao âmbito privado da casa e da família, era crucial despertar nelas o sentimento de patriotismo, tendo em vista que desempenhavam o papel fundamental de educadoras dos futuros cidadãos. Essa função atribuída a elas fica evidente em um provérbio mencionado por Júlia Lopes de Almeida no seu livro “Histórias de nossa terra” (1907): “O homem tem nas mãos o destino dos povos, e a mãe tem nas mãos o destino dos homens”. In: HANSEN, *Op. cit.* 2007. p. 203.

Porém, ao contrário de como representou as mulheres, os indígenas foram marginalizados em seus livros. A ideia construída sobre eles pelo autor pode até parecer dúbia, mas é de fácil compreensão. Ao falar sobre a cooperação dos grupos indígenas com os portugueses, eles foram tidos por Sette como dóceis, inofensivos, bondosos e até heróis, como foi descrito o índio Tabira, que lutou ao lado dos portugueses contra os caetés⁶⁶⁵. Mas quando se discute a resistência dos nativos ao processo de colonização, eles são descritos como selvagens, perigosos, ferozes, hostis, antropófagos e cruéis. Esta interpretação é associada, principalmente, ao povo caetés, como podemos observar na crônica “O risco salvador”, presente em “Terra Pernambucana”:

O fidalgo lusitano Duarte Coelho Pereira viera tomar posse da capitania de Pernambuco. [...]

Tomando-se de encanto, Duarte Coelho assentara ali os fundamentos de uma outra vila, a que chamou “Olinda” [...].

[...]

Em torno, porém, viviam as tribos ferozes dos caetés, que não perdoavam aos portugueses a invasão de seus domínios. Começam ataques, perfídias, hostilidades de toda espécie, por parte dos selvagens.

Os colonizadores resistiam não sem perdas sensíveis de vida. As flechas eram traiçoeiras: – às vezes, de repente, no meio do trabalho, no campo ou dentro das habitações, ouvia-se assóvio rápido e uma seta feria certa um colono em sítio mortal.

A guerra entre o gentio e o branco travava-se. [...]

A situação dos portugueses era iniludivelmente angustiada. Ou morreriam de fome, quando faltassem os víveres, ou cairiam nas mãos do inimigo e seriam sacrificados por eles que eram antropófagos e cruéis.⁶⁶⁶

A distinção que é feita entre os indígenas “amigos” e os “inimigos” se estabelece a partir da ideia de que havia aqueles que aceitavam a “civilização” e os que preferiram viver como selvagens. Para o autor, o papel do homem branco, portador de uma cultura superior, era o de civilizar os indígenas, seja por meio da catequese ou da oferta de elementos que representavam o progresso. Essa interpretação reflete o pensamento comum da época e contribuiu para a criação de representações estereotipadas e exotizadas dos indígenas, que lamentavelmente, apesar de todo trabalho contrário, ainda são reproduzidas.

Além dos indígenas, os negros também não tiveram espaço nos livros de Mário Sette. Eles só aparecem como protagonistas da história do Brasil quando representados na figura de Henrique Dias, reconhecido como herói nacional por liderar, juntamente com Felipe Camarão e Vidal de Negreiros, a expulsão dos holandeses durante a Restauração Pernambucana. Em cada um dos livros, apenas um texto é dedicado a ele: “A Mão perdida” em “Terra

⁶⁶⁵ SETTE, *Op. cit.* 1953, p.19-20. Ver em anexo uma ilustração do “índio Tabira” representado quase como um herói, presente no texto de título “O olho de Tabira”, no livro “Brasil, minha terra!”.

⁶⁶⁶ SETTE, *Op. cit.* 1981, p. 13-15.

Pernambucana” e “A outra mão” em “Brasil, minha terra!”, os quais tratam sobre um ataque sofrido por Henrique Dias na batalha de Porto Calvo.

Esses sujeitos históricos também aparecem nos livros quando se aborda o tema da abolição da escravidão, o qual é bem explorado pelo autor, sobretudo em “Brasil, minha terra!”, com 6 capítulos a respeito. Ele apresenta o assunto como uma ação quase exclusivamente relacionada a associações e clubes, dos quais participavam jornalistas, escritores, advogados e políticos como: Joaquim Nabuco, José Mariano, D. Olegarinha, José do Patrocínio, Luís Gama e principalmente, a princesa Isabel, quem teria assinado a lei Áurea. Em nenhum momento a abolição é colocada como fruto da resistência dos próprios negros na luta contra a escravidão.

No capítulo de título “Fica extinta”, presente no “Brasil, minha terra!”, por exemplo, ele conta como foi o 13 de maio de 1888, dia de festa no Paço Imperial, como se o governo imperial tivesse comemorado a abolição e como se todos os brasileiros tivessem se agrado do movimento. No evento, Sette alega que a princesa Isabel chorava de emoção, e “José do Patrocínio, o glorioso jornalista negro, que tanto se batera pela liberdade dos seus irmãos, beijou a mão da princesa Isabel, agradecido”⁶⁶⁷.

É frequente encontrarmos nos textos sobre a abolição a ideia de que o povo brasileiro, “muito generoso”, o próprio governo imperial e até alguns donos de escravos, queriam o fim da escravidão. Na crônica “Os jangadeiros”, presente em “Brasil, minha terra!”, Sette comenta que:

Nos últimos anos da campanha abolicionista, todos desejavam prestar seu auxílio à grande causa.

Não havia brasileiro de bom coração que não sentisse vergonha e pena de que houvesse ainda escravos no Brasil.

Só os escravocratas, por interesse, defendiam a escravidão. E nem todos os possuidores de cativos assim pensavam:

– Muitos iam dando alforria aos seus.

O próprio governo imperial era simpático à abolição, mas não lhe parecia prudente fazê-la de repente, pois esse ato traria prejuízo à fortuna dos agricultores e, deste modo, ao país. [...]

Mas, o povo brasileiro, muito generoso, não se contentava com esse prazo. Exigia a abolição imediata.

Os abolicionistas, em todas as províncias, mexiam-se. Eram subscrições, clubes, conferências, jornais, discursos, tudo que pudesse apressar a liberdade dos cativos.

Homens como Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, José Mariano, Luís Gama e muitos outros davam toda a sua atividade intelectual à nobre campanha.⁶⁶⁸

De maneira geral, a ideia que o autor quis passar era a de que a escravidão era motivo de vergonha para os brasileiros, que procuraram “cada um na esfera da sua utilidade, prestar

⁶⁶⁷ SETTE, *Op. cit.* 1953, p. 133-134.

⁶⁶⁸ SETTE, *Ibid.* 1953, p. 130-131.

contingente de esforços em prol da grande obra de libertação desses pobres negros”, tidos como “dóceis, laboriosos e bons”, e, portanto, passivos e sem capacidade de moverem as engrenagens da história.⁶⁶⁹

Enfim, podemos concluir que, embora Mário Sette tenha ressaltado em alguns capítulos dos seus livros de leitura o papel desempenhado pelas mulheres na história do Brasil, algo que podemos considerar até como um aspecto diferencial de seu trabalho em relação à produção historiográfica da época, de maneira geral, a história contada por ele é fundamentalmente masculina, construída por homens brancos, herdeiros da colonização. Indígenas e negros não só foram relegados à margem da história em seus livros, como também foram tidos como seres humanos inferiores, passivos e domesticáveis.

Essas representações, que dominaram a produção intelectual desenvolvida nas primeiras décadas do século XX, quando as teorias raciais ainda estavam em voga no Brasil, estavam presentes em praticamente todos os livros de leitura elaborados no período. Nesse sentido, é inegável afirmar que, considerando o contexto em que foram publicados, na década de 1920, os livros “Terra Pernambucana” e “Brasil, minha terra!” acabaram por reproduzir os estereótipos prevaletentes na época que não reconheciam a complexidade e a diversidade das experiências e contribuições dos diversos sujeitos históricos ao longo dos séculos.

Assim, os livros “Terra Pernambucana” e “Brasil, minha terra!”, como parte dos chamados livros de leitura, ocuparam um lugar importante na formação do conhecimento histórico dos jovens estudantes do Brasil, ao longo do século XX. Escritos de forma simples e acessível e com o intuito de proporcionar um aprendizado prazeroso às crianças, essas obras desempenharam um papel significativo na disseminação de certas representações de eventos e personagens do passado histórico, as quais, como vimos, muitas vezes, foram permeadas por perspectivas estereotipadas e preconceituosas, com o objetivo de enraizar memórias históricas específicas e sentimentos identitários nos pequenos leitores. Ao mesmo tempo, essas obras também veicularam valores cívico-patrióticos e contribuíram com a construção de uma cultura histórica republicana em desenvolvimento no Brasil durante a primeira metade do século XX, mas que, ao longo do resto do século e até o século XXI foram veementemente reforçada. Nesse sentido, não foi por acaso que, em pleno século XXI, no ano de 2022, “Brasil, minha terra!” foi reeditado em comemoração ao bicentenário da Independência do Brasil.

⁶⁶⁹ SETTE, *Op. cit.* 1981, p. 140-141.

6 **HISTÓRIAS DE SAUDADE: AS CRÔNICAS HISTÓRIAS DE MÁRIO SETTE**

A História é uma bela castelã, muito cheia de si, e não me meto com ela. Mas a minha comadre crônica, isso é que é uma boa velha patusca, tanto fala como escreve, fareja todas as cousas miúdas e graúdas e põe tudo em pratos limpos.⁶⁷⁰

Mário Sette poderia ter sido o autor desta epígrafe. Mas não foi. O verdadeiro dono destas palavras foi Machado de Assis, que, sob o pseudônimo João das Regras, lançou uma série de crônicas de título “A + B” no jornal *Gazeta de Notícias*, em setembro de 1886. Mestre neste gênero literário, Machado de Assis, ao refletir sobre as diferenças que separavam a História da crônica, defendeu que, ao contrário do historiador, supostamente superior, caberia ao cronista estabelecer contato com as coisas de seu mundo que estavam “ao rés-do-chão”, transformando o que há de mais banal e corriqueiro em matéria privilegiada de seus textos.

Podemos completar esta interpretação acerca do texto de Machado de Assis, especificando ainda mais o gênero crônica, pensando, portanto, na crônica histórica. O cronista que tem como tema central de seus textos a história, mais do que ir em busca do ordinário de seu tempo, vai atrás das “coisas miúdas” do passado, que, muitas vezes, sobrevivem no presente como reminiscências. Diferente do historiador, que é obrigado a explicar os fatos com os quais trabalha, não podendo de forma nenhuma “contentar-se em representá-los como modelos da história do mundo”, como assegura Walter Benjamin, esse cronista está livre da “explicação verificável” e também do “encadeamento exato de fatos determinados”⁶⁷¹. Nesse sentido, ele se sente à vontade para produzir uma escrita da história marcada por fragmentos pitorescos, que, embora ancorados na verdade histórica, contêm uma razoável dose de imaginação.

Pelo seu tom coloquial e ameno, que, aliás, é comum aos cronistas de modo geral, ele está longe de querer alcançar um público especializado, oferecendo informações adicionais sobre fatos históricos e análises críticas minuciosas. Na verdade, seu desejo é estabelecer uma interação com o leitor que não necessariamente possui conhecimentos aprofundados em história, proporcionando a ele uma leitura agradável que o transporte para uma vida em épocas passadas, despertando sua imaginação e curiosidade.

Mário Sette é um caso típico desse tipo de cronista. Suas crônicas históricas fizeram sucesso entre os anos de 1930 e 1940, sendo muito lidas nas páginas de jornais, em seus livros

⁶⁷⁰ ASSIS, Machado. “A + B”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 16/09/1886.

⁶⁷¹ BENJAMIN, Walter. “O narrador”. In: _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Brasiliense. 2011. p. 209.

de história – já que foram compiladas e publicadas em obras como “Maxambombas e Maracatus” (1935), “Anquinhas e Bernardas” (1940), “Barcas a vapor” (1945), “Onde os avós passaram...” (1946), e “Arruar” (1948) – ou mesmo ouvidas pelo rádio. Nessas “crônica de evocação”, como ficaram conhecidas, ele procurou narrar o que chamou de “história social e pitoresca” do Recife, destacando aspectos curiosos acerca dos costumes, das tradições, do cotidiano e da paisagem urbana dos tempos idos da cidade, entregando ao leitor *miudezas* desse passado.

Neste capítulo, dedicaremos nossa investigação à atuação de Mário Sette como produtor de crônicas históricas, com uma ênfase especial na análise de “Maxambombas e Maracatus”. Este livro representa um marco inaugural de sua trajetória como escritor de livros de crônicas históricas, sendo seu primeiro trabalho do gênero voltado para o público adulto. Por meio dessa obra, Sette testou e consolidou seu estilo de escrita da história, marcadamente evocativo, social e pitoresco. Além de examinarmos sua produção de crônicas em formato de livro, também nos aprofundaremos em sua contribuição para o rádio, com destaque para seu programa intitulado *Evocações*, transmitido pela Rádio Jornal do Commercio, de Recife, durante os últimos anos da década de 1940. Nossa hipótese parte da perspectiva de que esses são interessantes produtos de mediação cultural, considerando o veículo e gênero narrativo utilizado por Sette para divulgar e vulgarizar a sua escrita da história.

Dessa forma, discutiremos as particularidades de cada uma dessas formas de disseminação do conhecimento histórico, visando atentar para a seleção de conteúdos que Mário Sette optou para veicular nessas crônicas históricas e as estratégias narrativas empregadas nelas, percebendo o que há em comum entre elas: a presença de uma escrita da “história social e pitoresca”, marcada pelo caráter evocativo.

6.1 QUEM LÊ TANTA NOTÍCIA?

Herdeira dos folhetins de variedades, isto é, dos artigos de rodapé que tratavam sobre muitos assuntos envolvendo o cotidiano da cidade, do país e do mundo, os quais fizeram sucesso nas páginas dos jornais do Brasil do século XIX, a crônica teve a imprensa como seu principal meio de divulgação. Como o veículo que a comporta, essa “boa velha patusca” também é cria da modernidade e produto de um tempo em que a sociedade burguesa impunha ao mundo o ritmo acelerado do progresso e da busca incessante pelo novo; por isso, ela é

essencialmente efêmera, lida num dia, e no próximo já esquecida, como uma mercadoria puramente descartável.⁶⁷²

Foi justamente pelo seu profundo e profícuo vínculo com o instante, com o transitório, que a crônica não foi feita originalmente para compor um livro. Mas é importante adiantar que isso não a limitou. Embora intrinsecamente atrelada ao jornal, principalmente aquele de grande circulação, foi muito comum a compilação de crônicas nas páginas de um livro, o que possibilitou a elas certa perenidade, como foi o caso das crônicas históricas de Mário Sette, que, ao ganharem tal formato, transcenderam ao seu próprio tempo. Além disso, também foi frequente a sua divulgação em outro meio de comunicação em massa, filho da modernidade: o rádio. A partir dos anos de 1930, quando o rádio começou a ganhar certo relevo no Brasil, alguns cronistas passaram a propagar seus textos em formato de esquetes radiofônicas, atividade que o personagem principal desta pesquisa também se dedicou, o que ampliou ainda mais a audiência das suas crônicas.

Considerada como gênero autenticamente brasileiro, aqui a crônica tem uma boa história. Desde o final do século XIX e início do século XX, autores renomados como Machado de Assis, João do Rio, Olavo Bilac e Coelho Neto, contribuíram para definir suas características distintivas. Ao longo dos anos, ela foi se consolidando como um gênero moderno, especialmente na década de 1930, sendo cada vez mais adotada por escritores que encontravam nos jornais um importante espaço para expressão intelectual⁶⁷³. Nessa época, figuras como Manuel Bandeira, Rachel de Queiroz, Carlos Drummond de Andrade, Humberto de Campos, Rubem Braga, e claro, Mário Sette, só para citar alguns nomes, assinaram muitas crônicas e fizeram seu nome nesse gênero jornalístico e literário.

De modo geral, a crônica surgiu para tornar os jornais mais atraentes, assumindo neles um papel de descanso para o leitor, sufocado por tantas notícias, anunciadas por manchetes com títulos épicos e grandiloquentes. Normalmente formada por um texto curto, presente num canto de página, “que tem alguma coisa de ilha visitável”⁶⁷⁴, a crônica tem como uma de suas principais características a leveza com que narra frivolidades, fazendo parecer que se trata de uma “conversa fiada”. Seu interesse é o “acontecimento pequeno” do dia a dia, a “coisa miúda”, que pode envolver a história de uma árvore que cortaram em uma rua qualquer,

⁶⁷² PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Crônica: a leitura sensível do tempo”. *90 anos*, [S. l.], v. 5, n. 7, p. 29–37, 1997. p. 30.

⁶⁷³ CANDIDO, Antonio. “A vida ao rés-do-chão”. In: ANDRADE, Carlos Drummond *et al.* **Para gostar de ler**. São Paulo: Ática, 1984.

⁶⁷⁴ ANDRADE, Carlos Drummond de Andrade. “O frívolo cronista”. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 14/09/1978.

crianças brincando no parque, ou mesmo a saudade que faz o badalar de um sino de uma igreja que foi destruída pelas intempéries do tempo. Dessa forma, ela costuma revelar ao leitor o que está sob seus olhos, mas ele não percebe, tendo como tema central o que até então não era notado pelos escritores, mas que agora se torna objeto de reflexão e julgamento.

À moda de uma “senhora brincalhona” ou de uma “vizinha fofoqueira”, o cronista elabora algo parecido a um itinerário pela vida diária. Cabe a ele, portanto, a responsabilidade de procurar nos lugares mais corriqueiros, nas paisagens avistadas diariamente e nos personagens mais familiares, o assunto a ser abordado. Vivendo a vida “ao rés-do-chão”, o cronista lembra muito a figura do *flâneur* de Benjamin, que perambula com inteligência pelas ruas da cidade, o *locus* principal a que se dedica, captando as sensações a serem descritas em seus textos. Ao revelar o seu método mais precioso de investigação para a produção de suas crônicas, João do Rio também descreve a arte de flunar:

Que significa flunar? Flunar é ser vagabundo e refletir, é ser basbaque e comentar, ter o vírus da observação ligado ao da vadiagem. Flunar é ir por aí, de manhã, de dia, à noite, meter-se nas rodas da população, admirar o menino da gaitinha ali à esquina [...].

É vagabundagem? Talvez. Flunar é a distinção do perambular com inteligência. Nada como o inútil para ser artístico. Daí o desocupado flâneur ter sempre na mente dez mil coisas necessárias, imprescindíveis, que podem ficar eternamente adiadas.⁶⁷⁵

Assim, para João do Rio, o cronista seria como um *flâneur*: um profissional da vadiagem, portador do “vírus da observação”, que, embasbacado com o que via pelas ruas, tem o dom de transformar o banal em algo importante; às vezes, ele é até capaz de fazer do “nada” um acontecimento ou da falta de assunto uma matéria.⁶⁷⁶

Com um texto de estilo leve, acessível e coloquial, uma vez que se utiliza de uma linguagem muito próxima da oral, o cronista vai se aproximando do leitor, como quem não quer nada, e o agarra pelo colarinho.⁶⁷⁷ Sua intenção é atraí-lo e distraí-lo, para que ele leia seu texto como “quem mastiga com prazer grandes bolas de chicletes.”⁶⁷⁸ Vai aí, portanto, outro aspecto da crônica: a cumplicidade construída entre o autor e seu público. O cronista deve ser capaz de trazer para sua crônica assuntos que criassem entre ele e o leitor um código compartilhado que viabilizasse a comunicação entre ambos. Ou seja, deve contentar o público, oferecendo a ele assuntos de sua predileção, no intuito de que fosse estabelecida uma

⁶⁷⁵ RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro, Sec. Municipal de Cultura, 1991. p. 5-7. *Apud*. BENDER, Flora; LAURITO, Ilka. **Crônica: história, teoria e prática**. Editora Scipione. São Paulo, 1993. p. 89-91.

⁶⁷⁶ PESAVENTO, *Op. cit.* 1997. p. 33.

⁶⁷⁷ BENDER, Flora; LAURITO, Ilka. *Op. cit.* 1993. p. 45.

⁶⁷⁸ MORAES, Vinícius de. *Para viver um grande amor*. Ed. do autor. Rio de Janeiro, 1962, p. 9. *Apud*. BENDER, Flora; LAURITO, Ilka. *Ibid.* 1993.p. 25.

identificação, uma familiaridade com o que era narrado, a ponto de tornar o leitor um seguidor fiel e assíduo, sempre à espera do seu próximo texto. Caso não agradasse, era a hora de trocar de enredo, mudar de tema, atentando ao interesse dos possíveis leitores. Dessa forma, a crônica pode ser considerada como um gênero dialógico, pois constitui entre autor e leitor uma via de mão-dupla: “se o cronista fazia dos seus artigos um modo de intervir sobre a realidade, influenciando os leitores, por outro, ele era também influenciado por eles, cujas expectativas e interesses ajudavam a definir temas e formas que passaria a adotar.”⁶⁷⁹

Foi exatamente pelo seu caráter de “cousas doces, leves, sem sangue nem lágrimas”⁶⁸⁰ e por não ter sido escrita originalmente para a posteridade, que, muitas vezes, a crônica foi tomada como texto ligeiro e sem importância, quando comparada à literatura atemporal, produzida por muitos prosadores e poetas consagrados, que escreveram na perspectiva do “alto da montanha”. Ou seja, para alguns críticos, ela foi encarada como a filha bastarda da arte literária, ou como um “gênero menor”. Autores como Antonio Candido, por exemplo, reconheceram que é justamente em tal definição que está o seu valor, pois, para ele, o fato de ser “menor” acaba por transformá-la “em algo íntimo com relação à vida comum de cada um”⁶⁸¹. Para Candido, a crônica, por meio de seus traços constitutivos, tem o poder de comunicar mais do que um estudo especializado, sendo, portanto, “um veículo privilegiado para mostrar de modo persuasivo muita coisa que, divertindo, atrai, inspira e faz amadurecer a nossa visão das coisas”. Nesse sentido, por assumir uma função de divertir e entreter, mais do que informar e comentar, insiste o autor “no papel da simplicidade, brevidade e graça da crônica”.⁶⁸²

A respeito desse assunto, é importante trazer à discussão os apontamentos feitos por Sidney Chalhoub, Margarida de Souza Neves e Leonardo Affonso de Miranda Pereira, na apresentação do livro “História em cousas miúdas”, os quais levantam alguns questionamentos. Para os autores, a sustentação de tais avaliações faz com que, muitas vezes, a crônica seja interpretada como um gênero de pouca elaboração narrativa, “produzida por força das circunstâncias, sem obedecer a nenhum impulso criativo mais elevado”, o que, segundo eles, deve ser relativizado. Eles defendem que, apesar do cronista construir uma narrativa leve e até exaltar um ar de despreensão, não se pode subestimar o ato de “escrever fácil”, pois, ao tentar dialogar de forma mais direta com um público amplo e diversificado,

⁶⁷⁹ CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de. “Apresentação”. In: (Orgs.) **História em cousa miúda**. Editora Unicamp. Campinas: São Paulo, 2005. p. 17.

⁶⁸⁰ ASSIS, Machado. “A semana”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 01/02/1894.

⁶⁸¹ CANDIDO, *Op. cit.* 1984. p. 14.

⁶⁸² CANDIDO, *Ibid.* p. 19.

leitor de jornais, sobre temas e questões de seu tempo, ele desenvolve estratégias narrativas específicas que dão a crônica um caráter muito singular, tão complexo quanto qualquer outro gênero literário. Para exemplificar tal ideia, na intenção de apresentar os indícios da complexa relação de muitos literatos com a crônica, os autores recorrem a uma fala de José de Alencar, que diz: “É uma arte difícil essa, de dizer tudo, não dizendo nada!”.⁶⁸³

Portanto, entendemos que não se trata de um gênero simples. Longe de refletir ou espelhar alguma realidade, crônica é representação, logo, seu discurso não é um relato puro e simples daquilo que capta o *flâneur*. Ela é, em si, portadora de uma atribuição de sentido, que, ao qualificar o mundo e as coisas, cria uma nova visão sobre eles, a partir de uma escrita intencionada, que segue procedimentos minuciosos envolvendo processos de seleção, eleição, reconhecimento, exclusão e apreciação.⁶⁸⁴

Ao se valerem de um tom leve, para atrair o leitor, os cronistas brasileiros buscaram analisar, criticar e transformar a realidade de formas variadas, tendo em comum a preocupação de delimitar um perfil próprio para as suas séries, o que envolvia definir um campo temático específico, elaborar um ponto de vista narrativo e demarcar uma maneira própria de escrever. A construção de tal perfil servia, por exemplo, como um guia de leitura para o leitor, que poderia ter certa noção do que esperar dos próximos textos do autor. Essa prática está associada ao aparecimento de colunas especializadas, presentes, sobretudo, nos grandes jornais e, conseqüentemente, à diversificação dos tipos de crônicas, que poderia ser definida, inclusive, pelo seu tom generalista. Categorias temáticas como política, esportes, teatro, história e memória, apesar de serem abordadas desde o início do surgimento do gênero literário, passaram, a partir das primeiras décadas do século XX, principalmente durante a década de 1930, a ganhar seções próprias, regidas por lógicas e regras bem específicas, o que torna a análise do gênero ainda mais complexa.⁶⁸⁵

Enfim, sem ser tão despretensiosa quanto tenta parecer ser, a crônica deve ser analisada com base na sua especificidade, por procedimento que busque sua historicidade e que também esteja atento para as complexas estratégias narrativas empregadas por seus autores.

Mais adiante no capítulo, vamos nos ater aos aspectos singulares da produção cronística de Mário Sette, nos concentrando nas suas “crônicas de evocação”, presentes no

⁶⁸³ ALENCAR, José de. *O Globo*. 14/10/1875. *Apud*. CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de. *Op. cit.* 2005. p. 13.

⁶⁸⁴ PESAVENTO, *Op. cit.* 1997. p. 33.

⁶⁸⁵ CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de. *Op. cit.* 2005. p. 19.

livro “Maxambombas e Maracatus” e em seus programas de rádio. Mas, por enquanto, discutiremos as particularidades da categoria crônica histórica.

6.2 *A HISTÓRIA MIÚDA*: CRÔNICAS HISTÓRICAS, CRÔNICAS DE EVOCAÇÃO

O tipo de crônica histórica elaborado por Mário Sette tem como matriz narrativa a literatura de viagem. Os viajantes europeus, ao desembarcarem em territórios estrangeiros, estimulados pela curiosidade do desconhecido, procuraram descrever a “realidade” observada, “fotografando” com suas mentes, marcadas por uma lente exclusiva de seus modos de ver, “o outro” diante de si, voltando-se, sobretudo, para o que lhes causavam estranheza e interesse, o que seria compartilhado com seus leitores. Sua principal fonte era a memória, que, acionada como um instrumento de registro e reconstrução daquilo que era visto e experienciado, estava profundamente comprometida com as próprias referências do que se entendia sobre o Velho Mundo. Isso significa que, para a produção de suas crônicas de viagem, esses viajantes carregavam muito do seu “eu”, de sua cultura e de seu ponto de vista, narrando o que viam com base no que os seus olhos, embaçados pelo projeto colonizador, eram capazes de enxergar. Assim, eles registravam a totalidade e exuberância do novo território e de sua gente a partir de uma percepção particular, construindo, portanto, um novo sentido.⁶⁸⁶

Como eles, os cronistas que se dedicaram a escrever sobre história durante fins do século XIX e a primeira metade do século XX também tiveram como fonte a memória. Para usar a metáfora da viagem, eles foram viajantes do tempo, que partiam do presente numa jornada em busca de um determinado passado, uma “terra encantada”, fonte de curiosidade e, muitas vezes, também de saudade. Para acessar o “território” a ser explorado, muitos deles embarcavam num passeio que podia seguir por um duplo caminho: um direcionado aos documentos, na medida em que pesquisavam em materiais como: jornais antigos, cartas, ofícios, itens da cultura material, as próprias crônicas dos viajantes dos séculos passados, e também relatos orais de testemunhos – os quais eram experienciados de uma forma livre em relação aos métodos históricos; e o outro para dentro de si, buscando resgatar em seu acervo de memórias de suas experiências vividas, lembranças que os remetesse ao espaço-tempo perdido que se queria resgatar.

⁶⁸⁶ RINALDI, Lucinéia. **Cronistas de Viagem e Viajantes Cronistas**: O Pêndulo da Representação no Brasil Colonial. Dissertação de Mestrado. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

Esses caminhos não devem ser considerados bifurcações, obrigando o cronista-peregrino a escolher somente um entre ambos, mas sim becos que se encontram em perfeitas encruzilhadas. Isso torna sua viagem uma experiência singular, narrada de maneira a mesclar as práticas de um (quase) historiador, com suas descrições e análises de acontecimentos do passado, com as de um (quase) etnólogo (ou folclorista, como eram conhecidos na época), que se dedicava a coleta de dados que lhe permitia acessar costumes e práticas culturais de populações identificadas como detentoras das “tradições” do país, e também com as de um memorialista, que compartilha as suas próprias memórias pessoais como testemunhas de uma época. Esse foi o percurso trilhado por Mário Sette para a produção de suas crônicas históricas; mas não podemos generalizá-lo, pois, como praticantes de um gênero fluido, que é a crônica, os cronistas da história seguiram rotas múltiplas, as quais podiam mudar a qualquer momento de direção.

Outra característica comum entre a crônica história e a literatura de viagem é que tanto uma quanto a outra se encontram na fronteira entre a História e a Literatura. Ambas têm “pretensões à verdade” ao mesmo tempo em que contam com o imaginário como combustível para as suas produções. No caso dos relatos dos viajantes, mais do que qualquer outra coisa, eles tinham como missão ser representações fidedignas do que se via em terras alheias, elaboradas, muitas vezes, com o olhar clínico de um cientista ou de um artista, para informar e comunicar ao seu leitor, que, geralmente, era o financiador da viagem. Porém, apesar desse compromisso com a verdade, esses textos também tiveram como base os sonhos e utopias do que se entendia previamente a respeito do lugar visitado e de sua gente. Já as crônicas históricas são consideradas como *fronteiriças* por contemplarem elementos que são comuns à produção historiográfica enquanto tratam dos temas históricos com liberdade, usando e abusando de estratégias literárias, com o objetivo de tornar o texto mais leve e acessível ao leitor não iniciado no saber histórico.

As historiadoras Raquel Glezer e Sara Albieri entendem que “obras fronteiriças” são aquelas que promovem o primeiro contato do leitor com a história, fora do contexto escolar, as quais abarcam, portanto, diversos gêneros narrativos, com destaque para os romances históricos.⁶⁸⁷ Segundo elas, as “obras fronteiriças” receberam ainda o nome de obras de “quase-história”, o que também foi sustentado por Raimundo Girão, em “Fortaleza e a crônica histórica”, livro em que aborda a produção de cronistas da história da capital do Ceará, que

⁶⁸⁷ GLEZER, Raquel; ALBIERI, Sara. “O campo da história e as ‘obras fronteiriças’: algumas observações sobre a produção historiográfica brasileira e uma proposta de conciliação”. *Revista ieb*. n. 48. São Paulo, março de 2009. p. 26.

publicaram durante a primeira metade do século XX. Neste livro, o memorialista procurou delimitar o que seria a crônica histórica produzida em Fortaleza na época, distinguindo-a da História da seguinte maneira:

o nosso intuito é particularizar, em atenção à capital cearense, a sua *crônica histórica*, a qual bem se poderá dizer que é uma *quase-história* com a diferença de que a História registra e diseca friamente o fato-histórico, ao passo que a crônica-histórica não pretende ir ao exame fundo desse fato, é mais por cima, mais literária, menos exigente.⁶⁸⁸

De acordo com o autor, o que o cronista da história produzia estava mais para uma “obra artística” e, por isso, cabia a ele apresentar ao leitor os fatos de modo menos rígido, mas sem, necessariamente, enfeitar demais nem contar mentiras. Isso porque, para Raimundo Girão, “o verdadeiro cronista-histórico não inventa, não entrega o espírito ao devaneio, às idealizações que se comportam dentro das outras espécies de crônicas”.⁶⁸⁹ Esse subgênero da crônica, portanto, na visão dele, afastava-se do puramente literário e se encontrava justamente no limite entre a literatura e a história; ou seja, configurava-se, portanto, como uma “quase história”. O que nos faz pensar que, ao mesmo tempo, por extensão, também pode ser visto como “quase literatura”, pelo tom ameno e livre com que constrói a narrativa histórica.

Com essa discussão, não queremos aqui garantir ressonância para a designação “quase-história”, a qual nos parece pouco útil, até porque, se ela se aplica a certas formas menos rigorosas e mais literárias de se elaborar a narrativa histórica, então, ela pode ser usada para descrever grande parte da produção historiográfica brasileira elaborada durante a primeira metade do século XX, uma vez que, na época, a História ainda não havia definido as regras do seu campo disciplinar científico. Dizemos mais, se fossemos nos pautar por essa categoria, poderíamos considerar ainda que ela também poderia caracterizar uma parte da produção acadêmica da História, atualmente⁶⁹⁰. Assim, ao destacarmos a noção de “quase-história”, nossa intenção não foi traçar definições rígidas para o que seria a crônica histórica, mas atentar, especificamente, para as suas características, pensando-a como um gênero narrativo *fronteiriço*, porém, sem, necessariamente, adentrarmos na seara dos polêmicos debates acerca dos limites (ou falta deles) entre a História e a Literatura.

Além da literatura de viagem, outra matriz discursiva das crônicas históricas foi desenvolvida pelos chamados “antiquaristas” que, por sua vez, pode ser vista como uma das bases fundamentais da própria escrita de uma “história ensinável” no Brasil da primeira

⁶⁸⁸ GIRÃO, Raimundo. **Fortaleza e a crônica histórica**. Imprensa Universitária da UFC. Fortaleza, 1983. p. 9.

⁶⁸⁹ Idem.

⁶⁹⁰ GLEZER, Raquel; ALBIERI, Sara. *Op. cit.* 2009.

metade do século XX, a qual inclui diversos gêneros narrativos.⁶⁹¹ De acordo com Arnaldo Momigliano, os antiquaristas elaboraram formas de narrar histórias que fugiam à narrativa historiográfica tradicional. Por essa razão, suas produções foram menosprezadas pelos historiadores, pois estavam particularmente interessados na vida cotidiana, cultural e “íntima” das sociedades, sem se ater à cronologia.⁶⁹² Ao contrário, dos historiadores, atentos para uma história política/pública de personagens emblemáticos, seus estudos se voltaram, principalmente, para fatos e personagens “menos grandiosos”, com o foco em detalhes curiosos a respeito de suas origens, biografias, genealogia, além do interesse pela história local, o que foi visto pelo autor como uma importante contribuição para a construção da historiografia moderna, sobretudo a partir do século XVIII.

Mas, como sugere Angela de Castro Gomes, não foi somente a “história ensinável” que bebeu do antiquarismo. Seus estudos também inspiraram outras áreas que chamavam a atenção para os fatos da vida privada, sociais e culturais, voltando-se para o cotidiano, para os costumes e para a subjetividade dos sujeitos. A autora destacou, por exemplo, o trabalho dos chamados folcloristas, os quais seguiam o método etnográfico de coleta de dados, o que os possibilitava o acesso e a valorização de manifestações culturais de determinados grupos sociais, identificados como representações do que se entendia por “povo”, por possuírem “ricas tradições portadoras de aspectos fundamentais de uma nacionalidade”.⁶⁹³

Herdeiros de uma mesma matriz discursiva, é impossível não perceber a conexão entre a produção dos folcloristas e a dos cronistas da história. Quando se trata do tipo de crônica desenvolvido por Mário Sette, veremos que essa relação é ainda mais próxima. Isso porque, como os folcloristas, ele também se dedicou a descrever e registrar os costumes e tradições culturais de determinados grupos sociais, sobrepondo camadas de passados difíceis de datar e farejando as reminiscências que deviam ser conhecidas e protegidas, pois, acreditava que corriam o risco de desaparecer. Inclusive, à Sette, muitas vezes, foi atribuído o título de “folclorista” e suas crônicas históricas também foram frequentemente usadas como fontes de informações dos folcloristas, como fez, por exemplo, Luís da Câmara Cascudo, que o nomeou de “evocador do passado folclórico pernambucano”.⁶⁹⁴

É a partir do presente que o tipo de cronista da história, no qual se enquadra Mário Sette, inicia a sua viagem no tempo. Na condição de observador curioso do cotidiano, ele

⁶⁹¹ GOMES, *Op. Cit.* 2015.

⁶⁹² MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

⁶⁹³ GOMES, *Op. cit.* 2015.

⁶⁹⁴ CASCUDO, Luís da Câmara. **Literatura oral no Brasil**. São Paulo, 2012. nota 44.

procurou transformar a realidade social do presente em objeto de análise, atribuindo-lhe um sentido histórico, na medida em que buscava nele os rastros do passado. De maneira geral, seu olhar era condicionado para o que estava em processo de transformação na cidade, ou mesmo em vias de desaparecer, vítima da modernidade e do progresso, que tomavam as cidades brasileiras desde as décadas finais do século XIX. Ele era capaz de ver a cidade transformada e perceber, por detrás da nova fachada, as velhas casas que um dia lá estiveram⁶⁹⁵. Ou seja, esse tipo de cronista vê o que não é mais possível ser visto, “através de um esforço de lembrança, pelos olhos do imaginário – e se sente incumbido da missão de recuperar a memória da cidade, citando prédios já desaparecidos, ressuscitando seus velhos moradores.”⁶⁹⁶ Assim, igrejas, casas, ruas, becos, praças, festas populares e religiosas, costumes tradicionais, e tudo o mais que parecia se perder com o avançar da modernidade, passaram a ser pontos de partida da sua jornada em busca do passado.

Mas nem sempre suas crônicas traziam recordações com um teor de saudade. Entre esses cronistas, havia aqueles que manifestaram uma atitude de confiança em relação ao progresso, percebendo com bons olhos a renovação urbana e cultural nas cidades. Como é o caso de Luís Edmundo (1878-1961)⁶⁹⁷, que, em seu livro de crônicas históricas, de título “O Rio de Janeiro do meu tempo” (1938), comentou a respeito do que achava das transformações implementadas pelo prefeito Pereira Passos no Rio de Janeiro do início do século XX:

E logo que assume o cargo começa, sem demora, a transformar em uma cidade moderna e digna da velha cidade portuguesa. É a luta do homem audaz contra a rotina.

Passos vence a rotina. Declara guerra aos bacalhoeiros da rua do Mercado, aos tamanqueiros do beco do Fisco, aos mestres de obras que constroem no estilo compeiteiras e outros autores do atraso nacional [...].⁶⁹⁸

De acordo com Luís Edmundo, o Largo da Carioca no século XIX era triste, feio, deselegante e atrasado, porque associado ao Rio antigo, diferente dos espaços nobres da cidade, como o café Paris ou a Livraria Garnier.⁶⁹⁹

⁶⁹⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002. p. 305.

⁶⁹⁶ PESAVENTO, *Ibid.* 2002, p. 311.

⁶⁹⁷ Luís Edmundo foi um cronista, teatrólogo, escritor e jornalista que se dedicou a escrever crônicas históricas sobre a vida social, os usos e costumes dos cariocas, as quais foram publicadas em jornais e também em formato de livros, com destaque para as obras: “O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-reis” (1932), “O Rio de Janeiro do meu tempo” (1938) e “A corte de D. João no Rio de Janeiro” (1939-1940). Em 1944, ele foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras e sua recepção foi feita por outro importante cronista da história na época: Viriato Corrêa. Para ter acesso ao discurso de recepção de Luís Edmundo, ver: <https://www.academia.org.br/academicos/luis-edmundo/discurso-de-recepcao>. Acesso em: 20/06/2023.

⁶⁹⁸ EDMUNDO, Luís. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1938. p. 34. É importante destacar que a maior parte das crônicas presentes neste livro foi publicada primeiramente nas páginas dos jornais *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, e no *Estado de S. Paulo*, durante os anos de 1936 e 1937.

⁶⁹⁹ PESAVENTO, *Op. cit.* 2002, p. 191.

Por outro lado, existiam também os partidários de uma vertente mais saudosista, que se caracterizava por uma evocação positiva do passado, dotada de uma leve melancolia. Suas crônicas assumiram o papel de não apenas entreter seus leitores, ao trazerem aspectos pitorescos e curiosos sobre as práticas cotidianas da cidade de uma determinada época, mas também de preservar o passado através de suas palavras.

Dentre os cronistas que se especializaram nessa escrita da história, podemos destacar o próprio Mário Sette. Além dele, também ressaltamos Achilles Porto Alegre (1848-1926), que, no início da década de 1920, sob o pseudônimo de Carnioli, teve uma coluna no *Correio do Povo*, de Porto Alegre, de título “Reminiscências”, na qual tratava, em tom nostálgico, sobre o passado social de sua cidade, remontando às décadas de 1870, 1880 e 1890.⁷⁰⁰ Ele também publicou livros de crônicas históricas como: “Através do passado” (1922) e “Noutros tempos” (1922).

Chamamos a atenção ainda para o cearense Raimundo de Menezes (1903-1984), figura que, como Mário Sette, divulgou crônicas de evocação pelo rádio, em um programa chamado *Coisas que o tempo levou*, que estreou em 1938 na Rádio Clube de Fortaleza. Essas crônicas, que no mesmo ano também foram organizadas em formato de livro homônimo, tinham como temas:

acontecimentos locais e pessoas da Fortaleza, em que ele nasceu. Trinta e nove ao todo, sempre a retirar do esquecimento, com especial graça, as coisas velhas e esquecidas para que os novos as conhecessem. Sempre curiosas e ajustadas às suas lembranças. Qual o primeiro *mexeriqueiro* da então vila, qual o primeiro anúncio nos jornais, qual o primeiro telefone a tilintar, qual o primeiro cinematógrafo [...]. Como era a Fortaleza dos lampiões, como eram os primeiros enterros puxados a gatos-pingados, como a cidade enxergava à noite, como foi a Proclamada a República no Ceará [...].⁷⁰¹

Claro que poderíamos citar muitos outros escritores que também elaboraram crônicas históricas evocativas nos jornais. Em Recife, por exemplo, além de Mário Sette, figuras como Oliveira Lima, Alfredo de Carvalho, Gilberto Freyre, Aníbal Fernandes, Mário Melo, Estevão Pinto, Fernando Pio, só para trazer alguns, produziram inúmeros textos neste gênero sobre a história *pitoresca* e evocativa de seu estado e sua cidade. Porém, nossa intenção aqui não é fazer uma espécie de inventário a respeito desses sujeitos e suas produções, mas dar destaque para alguns contemporâneos de Mário Sette, que, como ele, também se especializaram na publicação de crônicas históricas, disseminando-as em colunas de jornais, em programas de rádio, ou mesmo em livros de história para o grande público.

⁷⁰⁰ PESAVENTO, *Op. cit.* 2002, p. 307.

⁷⁰¹ GIRÃO, *Op. cit.* 1983, p. 45-46.

Esse é o caso de Estevão Pinto, com o seu livro de título “Pernambuco no século XIX” (1921), e também do jornalista Fernando Pio, que, como já comentamos em capítulos passados, assinou junto com Mário Sette a coluna “Pernambuco das anquinhas e das maxambombas”, em 1931, além da publicação da obra “Meu Recife de Outrora: chronicas do Recife antigo” (1935). Trazemos ainda para a explanação o historiador e jornalista, Mário Melo, que, como já abordamos, ao mesmo tempo em que exercia a atividade de secretário perpétuo do IAHP, também publicou, quase que diariamente, crônicas históricas nos jornais. Durante as décadas de 1930 e 1940, elas saíram em seções como a “Ontem, Hoje, e Amanhã”, do *Jornal Pequeno*, do Recife, e na chamada “História em pequenas doses”, publicada entre os anos de 1940 a 1946, na edição matutina do jornal *Folha da Manhã*. Ou até mesmo em formato de livro, com destaque para a sua trilogia: “Dentro da História” (1931), “Aspectos da História” (1935) e “Relances da História” (1956).⁷⁰²

É importante deixar claro que a visão que separa em dois grupos os cronistas de tendência mais “progressista” e os “saudosistas” é generalista e pouco proveitosa, feita somente a nível exemplar. Na realidade, sabemos que não havia uma fronteira rígida que os dividia, pois um mesmo autor podia, por vezes, ser saudosista, e por outras, maravilhar-se com os resultados do progresso. A partir das nossas análises das crônicas históricas de Mário Sette, veremos que o autor se enquadra exatamente entre os cronistas que evocaram o passado sem desmerecer algumas conquistas advindas com o progresso.

Na década de 1930, período auge da crônica como um gênero moderno e também da difusão do conhecimento histórico em diferentes gêneros e formatos, outra figura que também se destacou na produção de crônicas históricas foi Viriato Corrêa. Menos saudosas e evocativas, elas fizeram sucesso na época, ancoradas em duas colunas presentes nas páginas do *Jornal do Brasil*: “Gaveta de Sapateiro”, divulgada entre 1931 e 1933, na qual assinava com o pseudônimo de Frei Caneco, e “Miudezas históricas”, veiculada de 1931 a setembro de 1935; ou mesmo em formato de livro, de título “Gaveta de sapateiro, miudezas desarrumadas da História Nacional” (1932)⁷⁰³. Vale lembrar que este autor também publicou, nos anos de 1920, outros livros de crônicas históricas, com destaque para: “Terra de Santa Cruz” (1921), “Histórias da nossa estória” (1921), “Brasil dos meus avós (1927) e “Baú Velho” (1927).

⁷⁰² Esses livros de crônicas históricas foram analisados na dissertação de mestrado. Ver: CAVALCANTI, Amanda A. M. **Cadê Mário Melo**: Um historiador do IAHP pelas ruas do Recife. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Rio de Janeiro, 2017.

⁷⁰³ GOMES, *Op. cit.* 2013.

Além disso, entre 1952 a 1955, estreou um programa na Rádio Nacional chamado *História de chinelo: série de interessantes curiosidades históricas*, por onde também as divulgou.⁷⁰⁴

De modo geral, esses cronistas tinham em comum o fato de serem praticantes de uma história-memória, por meio da qual contemplavam, em detalhes ou “miudezas”, episódios e personagens “menores” da História do Brasil, normalmente ausentes da “história erudita”. Pegando emprestado a interessante metáfora que Viriato Corrêa usava para classificar os tipos de historiadores e formas de *historiar*, podemos dizer que eles se dedicaram a fazer uma “história de chinelo”, produzida em vestes leves e voltada para a “história das insignificâncias”, ou seja, para as “coisas caseiras da história, isto é, as coisas domésticas, [...] os mexericos, as curiosidades” no intuito de seduzir e encantar um público que também não costumava usar “as casacas da história”.⁷⁰⁵

Enfim, ao trazer essa pequena amostra de cronistas que, como Mário Sette, também se aventuraram na elaboração de crônicas históricas, nossa intenção foi demonstrar que o sujeito de nossa pesquisa não foi o único nem o primeiro escritor que se dedicou a tal subgênero. Mesmo quando se trata de “crônicas de evocação”, seus textos não representavam nenhuma novidade na época, diferente do que foi apontado por Lucilo Varejão e Herman Lima, que costumavam falar sobre a originalidade de sua produção cronística, e até mesmo pelo próprio autor, que gostava de declarar que tinha instaurado no Recife uma “moda da saudade”⁷⁰⁶ por meio de suas crônicas. Na verdade, como se pode notar, Mário Sette não estava sozinho; junto com outros escritores, ele contribuiu com a construção de uma tradição narrativa no Brasil da primeira metade do século XX, a qual estava sendo produzida e testada nas páginas de jornais, livros e também em programas de rádio.

Partiremos, então, para a análise de suas crônicas históricas, voltando-nos, primeiramente, para o seu primeiro livro do gênero: “Maxambombas e Maracatus”.

⁷⁰⁴ Sobre esse programa ver: GOMES, *Op. cit.* 2015.

⁷⁰⁵ A classificação feita por Viriato Corrêa dos tipos de historiadores foi a seguinte: o “historiador erudito”, voltado para o público de pares, seria aquele que vestia coturno e casaca; já os “menos pomposos” e produtores de uma história mais acessível usavam paletó-seco. Os pesquisadores de arquivos, catadores de documentos, seriam os de “manga de camisa e avental”, que trabalhavam como “formigas da história”; e os que, como ele, eram “historiadores de insignificâncias” usavam chinelos. In: CORRÊA, Viriato. História de Chinelo: série de interessantes curiosidades históricas, Rádio Nacional, Museu da Imagem e do Som (MIS): No do CD: 0664; No do Catálogo: 39974; No do Programa: 1; Data: 14/03/1952. *Apud.* GOMES, *Op. cit.* 2015. p. 11.

⁷⁰⁶ “Mário Sette vai falar sobre o seu Maxambombas e Maracatus”. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

6.3 A “MODA DA SAUDADE” EM “MAXAMBOMBAS E MARACATUS” (1935)

Ao sr. Mário Sette pode ser dado o título de o nosso mais completo cronista. O termo completo entra aqui porque o sr. Mário Sette é, de todos os nossos cronistas, aquele que tem mais aguda observação, não deixando escapar o mais frívolo detalhe disso ou daquilo, como se toda vez que estivesse a escrever sobre um fato, se servisse de um par de óculos mais poderoso que o aplicado às simples leituras dos seus jornais. Está nesse grande poder de observação, nessa preocupação obstinada de esmiuçar, de retalhar, de ver em qualquer coisa algo de aproveitável, o maior ponto de apoio do sr. Mário Sette.

[...]

É o que se dá com MAXAMBOMBAS E MARACATUS. Um livro de anotações de épocas passadas, retratador de fatos, costumes, enfim toda uma vida já sepultada.⁷⁰⁷

Carlos Leite Maia, autor do texto que trazemos como epígrafe, constrói uma visão interessante a respeito de “Maxambombas e Maracatus”. Para ele, Sette representa bem a figura do cronista do passado, na medida em que mergulha, de peito aberto, nas profundezas dos tempos remotos, deixando “sobre a mesa o seu óculos” para pedir “emprestado os óculos de todos aqueles que viram passar essa época, aos poucos tragada por outra nova vida.” De acordo com Maia, esse livro é “a fotografia velha do Recife”, retratado aos mínimos detalhes, e quando lido, sugere aos leitores a impressão de que o “Recife envelheceu de novo por um instante, encheu-se das suas ruazinhas estreitas e sujas, dos seus namoros ingênuos, das suas maxambombas, dos seus entrudos, das suas mulheres sonsas, do seu bonde de burros e dos seus sobrados feios e esburacados.”

O livro “Maxambombas e Maracatus”, que antes do seu lançamento pela Editora Cultura Brasileira recebeu o título de “O Recife de Ontem”⁷⁰⁸, foi publicado em 1935, portanto, numa época em que o mercado editorial brasileiro já estava bem aquecido. Esse contexto foi marcado, principalmente, pelas consequências do processo de “substituição das importações” e da acentuada crise mundial de 1929, que possibilitou a ocorrência de um verdadeiro *boom* da indústria do livro no Brasil nos primeiros anos da década de 1930. Para se ter uma ideia da amplitude que ganhava esse mercado, só em São Paulo, um dos mais importantes centros de fabricação e venda deste produto, entre 1930 e 1936, estima-se que houve um aumento de mais de 600% na produção de livros⁷⁰⁹.

⁷⁰⁷ MAIA, Carlos Leite. “Do cronista Mário Sette ao 'dindinho Mário Sette’”. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

⁷⁰⁸ Em sua biografia, Mário Sette comentou sobre a mudança de nome do livro: “Procurei no Rio um editor: aceitou. Teria o livro o título: ‘O Recife de Ontem’. Começou a composição, desenhou uma capa. Mas, de repente, o editor quebra... Procuo reaver os originais e confiá-los a outra editora, agora em São Paulo. Modifico o título da obra para MAXAMBOMBAS E MARACATUS.” In: SETTE, *Op. cit.* 1980. p. 131; “Recife de Ontem”. *Jornal Pequeno*. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

⁷⁰⁹ HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil (sua história)**. T.A. Queiroz: USP. 3ª ed. São Paulo: 2017. p. 413. PONTES, Heloisa. “Retratos do Brasil: Um Estudo dos Editores, das Editoras e das Coleções Brasileiras,

Vale lembrar que, editoras como a Companhia Editora Nacional, Companhia Melhoramentos, José Olympio, Civilização Brasileira (“um braço carioca da CEN”), Cultura Brasileira, dentre outras, investiram pesadamente na publicação de livros de autores brasileiros, voltando-se para o aperfeiçoamento dos projetos editoriais, que iam desde o trabalho gráfico até a sua difusão. O interesse era construir um mercado nacional para o livro e torná-lo, assim, um objeto cultural necessário para que a população pudesse conhecer as “raízes da formação histórica” do Brasil.⁷¹⁰ Ou seja, intensificava-se o movimento de publicação de livros direcionados para o que se convencionou chamar de “estudos brasileiros”, visando uma melhor orientação para o conhecimento do país, em todos os seus aspectos e problemas.

Entre as estratégias político-editoriais desenvolvidas pelas editoras para a divulgação desses “estudos brasileiros” estava a organização dos livros por coleção. Por meio delas, as editoras tiveram como missão cívico-pedagógica estimular o desenvolvimento de uma cultura nacional e, ao mesmo tempo, de um público capaz de compreender e apreciar essa cultura, oferecendo a ele os elementos necessários para a sua formação.⁷¹¹ Destacaram-se, por exemplo, as coleções: “Brasiliana” e “Biblioteca Pedagógica Brasileira”, organizadas pela Companhia Editora Nacional, a “Biblioteca de Educação”, da Melhoramentos, “Biblioteca Histórica Brasileira”, da Editora Martins, “Documentos Brasileiros”, da José Olympio, “Coleção Azul”, da Schmidt, só para citar algumas. A ideia era tornar esse imenso país mais conhecido e mais amado pelos brasileiros, projeto político-pedagógico que estava em total consonância com o traçado das diretrizes políticas formuladas a partir da Revolução de 1930⁷¹².

A 1ª edição de “Maxambombas e Maracatus” não saiu atrelada a nenhuma coleção, mas seu valor enquanto um “estudo sobre o Brasil” foi bem apreciado pela crítica. Plínio Cavalcanti disse que o livro tinha a função de ser um “subsídio para a história e a geografia de

nas Décadas de 1930, 40 e 50”. **BIB. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, v. 26, p. 56-110, 1988. p. 59.

⁷¹⁰ CANDIDO, Antonio. “A revolução de 1930 e a cultura”. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 2, n. 4, p. 27-32, 1984; DUTRA, Eliana de Freitas. “Seremos universais, porque nacionais”. In: GOMES, Angela de Castro (Coord.) Coleção História do Brasil, vol.4. **Olhando para dentro**. 1930-1964. Editora objetiva. Rio de Janeiro, 2013.

⁷¹¹ PONTES, *Op. cit.* 1988.

⁷¹² GOMES, Angela de Castro. “Educação, ciência e edição: consagração intelectual dos periódicos às coleções.” **Revista brasileira de História da ciência**. v. 7, n. 1. Rio de Janeiro, Jan-jun 2014. p. 6-15. O crescimento editorial e o forte investimento na formação de uma biblioteca para pensar o Brasil articulavam-se às políticas educacionais da época, já que em 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde, sob a batuta de Francisco Campos.

um povo disperso e de um país em pleno crescimento, como o nosso.”⁷¹³ No programa de rádio *Hora do Brasil*, criado em 1934 como porta-voz do governo Getúlio Vargas, também comentou-se que o livro “lançado pela Cultura Brasileira em elegantes vestes gráficas, é uma evocação dos ambientes e dos costumes de um Recife pitoresco”, elaborado por aquele que foi considerado como “um dos espíritos criadores que mais têm trabalhado para a nacionalização do nosso mundo literário”.⁷¹⁴ Em um texto presente no *Boletim de Ariel* falou-se que era “repousante, gracioso e rico de informações”, um “verdadeiro manancial para o folclorista”.⁷¹⁵ Já Albertus Carvalho destacou que o livro era um esforço que misturava arte, estilo, imaginação, idealismo, subjetividade lógica, mas sem perder “a beleza de descrever fatos, coisas, personalidades, costumes verdadeiros”.⁷¹⁶

Lançado pela editora paulista, Cultura Brasileira, de propriedade de Galeão Coutinho, a qual investia primordialmente na publicação de obras literárias⁷¹⁷, “Maxambombas e Maracatus” foi um verdadeiro sucesso de vendas, com 2.500 exemplares comercializados,⁷¹⁸ com “uma vendagem rápida e total, sendo de notar que a procura no sul do país foi tão grande ou maior do que a obtida no próprio Recife.”⁷¹⁹ O que impressionou Mário Sette que, certa vez, confessou acreditar que o livro só teria público entre os mais velhos do Recife⁷²⁰.

Provavelmente, isso estimulou o autor a estabelecer contato com sua rede de sociabilidade para tentar publicar a 2ª edição por uma editora de maior impacto nacional. Esse movimento pode ser observado, por exemplo, em uma carta de Monteiro Lobato endereçada à Sette, em 18 de fevereiro de 1936, na qual fica claro o interesse do autor de “Maxambombas e Maracatus” de que o livro saísse pela Companhia Editora Nacional, uma das maiores do mercado editorial brasileiro, fundada pelo seu interlocutor, juntamente com o comerciante Octalles Marcondes Ferreira, em 1926⁷²¹.

⁷¹³ CAVALCANTI, Plínio. “Maxambombas e Maracatus. um livro cheio de vida e de beleza”. s/d. 1935. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

⁷¹⁴ “A Hora do Brasil fala de ‘Maxambombas e Maracatus’”. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

⁷¹⁵ “O sr. Mário Sette, escritor tradicionalista”. *O Boletim de Ariel*. Ano V. Rio de Janeiro, março de 1936.

⁷¹⁶ CARVALHO, Albertus. “Maxambombas e Maracatus”. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

⁷¹⁷ A Cultura Brasileira publicou desde livros de literatura brasileira até traduções de importantes clássicos da filosofia, de autoria de Platão, Aristóteles, Voltaire, Diderot. Dentre as obras estavam: a “História do Romantismo Brasileiro”, de Haroldo Paranhos, “Maurício de Nassau”, de Thermudo Lima, “História da Literatura Brasileira, de Nelson Werneck Sodré, e “O Lobo da Estepe”, de Herman Hesse, e etc. In: HALLEWELL, *Op. cit.* 2017. p. 505.

⁷¹⁸ Idem.

⁷¹⁹ SETTE, *Op. cit.* 1980. p. 131.

⁷²⁰ SETTE, Mário. *Arruar: confissões do autor*. Recife, dezembro de 1947. Texto presente no acervo da produção intelectual de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

⁷²¹ Ao longo dos anos de 1920 e 1930, a CEN revolucionou a indústria do livro, estabelecendo uma nova metodologia de trabalho editorial que, exitosa, exibiu novos planos para a promoção, o acesso e a produção do

É fato que Mário Sette já era um velho conhecido de Monteiro Lobato na ocasião desta correspondência. Pela editora de seu amigo, ele havia publicado o seu último livro, “Seu Candinho da Farmácia” (1932), além de frequentemente contribuir com a tradução de clássicos franceses para a *Biblioteca das Moças*, coleção de romances da Nacional que, desde a década de 1920, fazia sucesso sobretudo entre as leitoras. Portanto, pelo vínculo com a editora, parecia possível que o desejo de Sette fosse atendido. Porém, não foi isso que aconteceu. De acordo com carta remetida por Lobato, Sette parece ter recebido uma negativa da Nacional, com a justificativa de que, no momento, a mesma estava se dedicando, preferencialmente, aos livros escolares, pois a saída era bem maior do que a dos livros literários. Segue uma parte dessa carta:

A Editora, de fato, foge de editar livros de literatura, porque o caixa demonstra que o negócio não é isso. Entre uma obra prima nacional e uma brochura do Tarzan, o negócio é a brochura. E nós, autores, temos de nos resignar a esse estado de coisas, consequência lógica do atraso mental em que ainda vive o Brasil. [...]

A verdade é essa, meu caro, somos incultos demais, pobres demais. Daí as eternas queixas dos autores contra os editores e vice-versa. E o remédio? Paciência. Conformação. O mundo é como é e acabou-se.

Maxambombas é na realidade um precioso livro – mas isso influi na venda? Em nada. Seja bom ou mau livro, a saída é sempre mesquinha.⁷²²

Assim, não foi a CEN quem publicou a 2ª edição de “Maxambombas e Maracatus”. Ainda no ano de 1936, a Edições Cultura Brasileira fez uma proposta de reedição da obra, para que ela saísse em uma versão aumentada, capa mais chamativa e com uma tiragem de 2 mil exemplares. Sette aceitou a proposta, mas, em contrapartida, pediu “10% sobre o preço de capa” de cada um dos títulos e uma propaganda mais eficaz, comparada à feita para a 1ª edição. Conforme as negociações observadas em cartas remetidas por Mário Sette a Galeão Coutinho durante o mês de agosto de 1936, parecia certo que essa edição sairia pela Cultura Brasileira.⁷²³ Até os jornais anunciaram o possível relançamento do autor pela editora⁷²⁴. Porém, mais uma vez, nada aconteceu. Não se sabe ao certo o porquê da desistência, mas imaginamos que tenha a ver com o fato de que a empresa de Galeão Coutinho já estava em processo de decadência financeira entre os anos de 1936 e 1938, quando realmente faliu

livro nacional. O sucesso dessa editora foi tão notável que, no início dos anos 30, já era a maior de São Paulo e, em 1938, Octalles afirmou que sua empresa respondia por cerca de um terço de toda a produção de um país. In: DUTRA, *Op. cit.* 2013. p. 234.

⁷²² Carta de Monteiro Lobato para Mário Sette de 18/02/1936. Presente no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

⁷²³ Cartas de Mário Sette para Galeão Coutinho de 19/08/1936 e 25/08/1936. Presentes no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

⁷²⁴ ““Maxambombas e Maracatus”. Mais uma edição desse livro do brilhante escritor Mário Sette.” *Jornal Pequeno*. Recife, 27/08/1936.

devido às perseguições realizadas pelo regime ditatorial imposto por Getúlio Vargas durante o Estado Novo.⁷²⁵

A última tentativa de Mário Sette de distribuir seu livro por uma editora de maior impacto se deu quando ele acionou a José Olympio no início de 1938, pela qual estava prestes a lançar o seu “Os Azevedo do Poço”, neste mesmo ano. No entanto, esta também negou a publicação de “Maxambombas e Maracatus”, alegando que, estava “fraquíssimo” o negócio de livros no Brasil por causa das “apreensões de livros de literatura feitas em quase todo o Norte (só na Bahia nos queimaram 18 contos de réis)”.⁷²⁶ A verdade era que por todo o país, muitos livros foram confiscados pelas forças do regime do Estado Novo e outros tantos foram queimados em “cerimônias” públicas por serem considerados suspeitos, o que causou a falência de muitas editoras de menor porte, como ocorreu com a Cultura Brasileira, e, conseqüentemente, a retração do mercado de livros no país.

A 2ª edição de “Maxambombas e Maracatus” só saiu realmente em fins de 1938, com 3 mil exemplares, impressa pela editora recifense Rodolpho & Pereira, por onde Mário Sette também publicou a 5ª e a 6ª edição do seu “Terra Pernambucana”, respectivamente, em 1939 e 1940. Para corresponder ao projeto político-cultural do Estado Novo, o livro foi encarado como um produto interessante para a construção e disseminação de uma identidade nacional. Nesse sentido, argumentaram os críticos, na época, que “Maxambombas e Maracatus” estava repleto “de elementos do mais puro brasileiro”⁷²⁷, “interessando não somente a Pernambuco, mas ao Brasil inteiro”, isto é, sem “intenções regionalistas e sim brasileiras”, como afirmou o jornalista e então Interventor do Estado de Pernambuco, Agamenon Magalhães, para a *Folha da Manhã*, jornal que, aliás, funcionava como um verdadeiro porta-voz do regime do Estado Novo em Pernambuco, e Rádio Clube.⁷²⁸

Ao longo dos anos 1940, esse livro ficou esgotado e seu autor passou a se dedicar a outras obras de crônicas históricas, como: “Anquinhas e Bernardas” (1940), “Barcas a Vapor” (1945), “Onde os avós passaram...” (1946) e “Arruar: história pitoresca do Recife Antigo” (1948). Somente em 1958, portanto, oito anos após a morte de Mário Sette, é que

⁷²⁵ A falência da Editora Cultura Brasileira, ocorrida em 1938, está relacionada ao péssimo momento em que passavam as editoras brasileiras durante os anos iniciais do regime do Estado Novo. Nessa época, as perseguições realizadas contra a Cultura Brasileira aconteceram devido ao fato dela ter se dedicado à publicação de “literatura de esquerda”, como, por exemplo, a obra “História do Socialismo e das Lutas Sociais”, de Max Beer. In: HALLEWELL, *Op. cit.* 2017. p. 505.

⁷²⁶ Carta da Editora José Olympio para Mário Sette de 09/03/1938. Presentes no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

⁷²⁷ Bibliografia. “Um bom livro”. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

⁷²⁸ MAGALHÃES, Agamenon. “Maxambombas. Folha da Manhã e Rádio Clube”. *Folha da Manhã*, Recife, s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

“Maxambombas e Maracatus” foi relançado pela editora Casa do Estudante do Brasil, pela qual havia publicado o seu “Arruar”. Essa 3ª edição, inclusive, fez sucesso entre o público leitor na época, pois o livro foi considerado como um dos mais bem vendidos da semana entre 22 e 29 de março de 1958, em São Paulo, junto com as obras: “O espírito das Catedrais”, de Paulo Duarte, “Apresentação da poesia brasileira”, de Manuel Bandeira, “Três alqueires e uma vaca”, de Gustavo Corção, e “Átomos para o Brasil”, de Juarez Távora.⁷²⁹

Entre as décadas de 1960 e 1970, o livro passou por um hiato e parecia esquecido. A próxima e última versão de “Maxambombas e Maracatus” foi publicada apenas em 1981, como parte da “Coleção Recife”, organizada pela Fundação de Cultura, em conjunto com a Secretaria de Educação do Estado e a Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura da cidade do Recife. Nesta coleção, composta por vinte obras que tratam sobre literatura, história e aspectos culturais de Pernambuco, foram publicados, além desse, mais outros dois livros de Mário Sette: um inédito, “Memórias Íntimas (Caminhos de um coração)” (1980), e também o seu “Terra Pernambucana”, que já estava na 10ª edição, como já foi abordado em capítulos anteriores.

É importante deixar claro que as quatro edições do livro são praticamente iguais, com distinções somente entre as capas, em alguns poucos detalhes de diagramação, e no fato de que, a partir da 2ª edição, “Maxambombas e Maracatus” ganhou uma versão aumentada, com novas crônicas e também novos desenhos de seus ilustradores: Nestor Silva, parceiro de Sette também em outras obras, com desenhos em “Terra Pernambucana”, e Percy Lau⁷³⁰, que também ilustrou “Arruar”. Todas medem 20 x 13cm e possuem 328 páginas, com exceção da 1ª edição, que, por contar com menos crônicas e imagens, provavelmente, saiu com um número menor de páginas, porém, como não tivemos acesso a ela, não temos certeza. Além disso, também encontramos em praticamente todas as edições a dedicatória feita pelo autor aos seus amigos José Américo de Almeida, Antônio, Armando Antunes, e Décio Silveira, e aos filhos Hilton e Hoel Sette, e ainda as mesmas epígrafes.

Por falar nas epígrafes, elas sintetizam bem a proposta do autor nas crônicas presentes no livro:

⁷²⁹ “Os livros mais vendidos da semana”. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 23/03/1958.

⁷³⁰ Percy Lau (1903-1972) foi um ilustrador peruano, radicado no Brasil, que, contratado pelo IBGE, em fins de 1930, viajou pelo país em busca dos aspectos geográficos, folclóricos e dos costumes dos brasileiros para retratá-los em pinturas e também em desenhos a “bicos de pena”. Seus trabalhos foram divulgados tanto em exposições quanto na *Revista Brasileira de Geografia*, em uma série intitulada “Tipos e Aspectos do Brasil”. Sobre essa série de imagens de Percy Lau, ver: SALGUEIRO-ANGOTTI, Heliana. “A construção de representações nacionais: os desenhos de Percy Lau na Revista Brasileira de Geografia e outras “visões iconográficas” do Brasil moderno”. *Anais do Museu Paulista*. v.13. n.2. p. 21-72. jul.-dez. 2005.

Crônicas de um Recife que eu não quisera fosse ainda o que era, mas de que tenho saudades por haver deixado de ser o que foi.

Dir-te-ei primeiramente
 Que este Recife d'agora
 Não é mais, nem já parece
 Qual o conhecestes outrora.
 Novas casas, novas ruas,
 Vão surgindo de repente;
 E não podes calcular
 O quanto se aumenta a gente.
 (O Carapuceiro - 1840)⁷³¹

“Maxambombas e Maracatus” é uma compilação de crônicas em que Mário Sette busca evocar o Recife de tempos passados. Por meio dessas crônicas, o autor se dedicou a reconstruir, de forma detalhada, os cenários, os aspectos sociais e as práticas culturais dos antepassados que, aos olhos de Sette, haviam desaparecido ou estavam presentes apenas em fragmentos na cidade, que estava em processo de modernização. O livro trata, portanto, de uma época em que bondes de burros e maxambombas transitavam pelas velhas ruas, becos e pontes; de quando festas sagradas e profanas, como maracatus, frevos, entrudos, pastoris e procissões entusiasmavam os recifenses, causando rebuliço na cidade; de um tempo em que os homens usavam casaca, colete, flor no peito e bengala para ir assistir a uma ópera ou uma peça de teatro no Santa Isabel, ou para frequentar as “chiquérrimas” lojas de artigos de luxo como a da “madame Júlia”; de quando mascates, negras doceiras e vendedores ambulantes perambulavam pelas ruas do centro entoando “pregões” para vender seus produtos; enfim, de um *Recife de outrora* que não deveria ser facilmente esquecido. Dessa forma, ele é formado pelo que se chamou de “crônicas de saudade” e é por meio delas que o autor assume seu encantamento em relação ao que era antigo, suspeitando dos sintomas do progresso.

Porém, apesar de seu caráter saudosista, também é possível perceber no livro um olhar comprometido com o tempo presente, pois é dele que parte o autor “em busca do tempo perdido”. Isso significa que “Maxambombas e Maracatus” não é formado por textos puramente nostálgicos, como se houvesse um desejo de se voltar ao tempo das maxambombas e dos maracatus por acreditar que este era indiscutivelmente melhor. Mas recorre-se aos “mínimos pormenores do passado” para pensar o presente, assaltado pelas intempéries do progresso, que mudavam as expressões típicas da cidade e impunham novos hábitos aos recifenses; ou mesmo para manter este passado vivo na memória dos recifenses, uma vez que,

⁷³¹ SETTE, Mário. **Maxambombas e Maracatus**. Editora Casa do Estudante do Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro, 1958.

para Sette, era no Recife de antigamente, com seus sabores e dissabores, onde estava presa a nossa identidade coletiva enquanto povo.

Assim, de forma quase que ambígua, Mário Sette conta as histórias de seu Recife como quem sentia saudade de um passado idealizado, reivindicando contra o seu esquecimento e desconhecimento, ao mesmo tempo em que reconhece algumas melhorias alcançadas com o desenvolvimento da cidade. O seu objetivo principal era fazer esse resgate dos tempos remotos para que seus leitores sentissem um misto de saudade e de orgulho por tudo que sua amada cidade passou ao longo do tempo.

Isso fica evidente, por exemplo, na crônica “Os bondes de burros”, na qual Sette recorda o tempo em que esse meio de transporte circulou pelo Recife, mas sem, necessariamente, expressar um sentimento nostálgico em relação a ele:

Bondes de burros...

Por onde andarão hoje. Dizem-me que por cidades do nosso interior. Talvez. Que fiquem por lá, que não voltem mais ao nosso Recife moderno, trepidante, encantador, de hoje e de sempre. Que fiquem apenas na lembrança saudosa de quem os viu na mocidade, de quem lhes confiou o transporte de esperanças, de ilusões, de tantos sentimentos controversos, mas gostosos, dos tempos em que se tem vinte anos...⁷³²

Para Mário Sette, embora o progresso tenha garantido certa beleza, asseio e praticidade à vida moderna, também fez desaparecer o que havia de mais pitoresco e poético nas cidades. Segundo ele, algumas ruas foram esquecidas, outras, como a rua da Matriz, a rua Velha, a rua da Glória, a rua Santa Cruz, perderam “a vibração de famílias e namoros pelas calçadas”, para tornarem-se as preferidas para a construção de “habitações coletivas de gringos” ou para a instalação de arranha-céus⁷³³; a rua Cruz Cabugá “perdeu a sobanceria, a seriedade, o cunho fidalgo de outrora”, para “saracotear com sambas”⁷³⁴. Já os Pátios, não são mais tão calmos como os de antigamente; os do Terço e o do Carmo, por exemplo, “perderam bastante da sua quietude; o primeiro com o trânsito dos bondes e dos caminhões; o segundo como ligação de ruas invadidas pelo comércio e conseqüentemente pela freguesia.”⁷³⁵ Sobre as pontes do Recife, ele afirma que, apesar de mais amplas e resistentes, construídas de cimento armado, são lugares “onde ninguém mais para, onde todos quase correm, na ânsia de ganhar dinheiro, de chegar depressa e também com medo dos bondes elétricos e dos automóveis que não cessam em passar...”⁷³⁶

⁷³² SETTE, *Op. cit.* 1958. p. 73.

⁷³³ SETTE, *Ibid.* 1958. p. 283.

⁷³⁴ SETTE, *Ibid.* 1958. p. 265.

⁷³⁵ SETTE, *Ibid.* 1958. p. 266.

⁷³⁶ SETTE, *Ibid.* 1958. p. 276.

Por falar em saudade, na crônica “Maxambombas”, ele conta, com detalhes, como era para os recifenses andar nessa locomotiva, destacando os seus aspectos positivos e negativos, retirados de fontes como os anúncios de jornais do século XIX e início do século XX. Nesse texto, que, aliás foi reescrito a partir de outro com o mesmo título presente em “Terra Pernambucana”, Sette constrói um discurso saudosista, restituindo, no plano simbólico, a ideia de um passado pitoresco, de quando “eram calmas e gostosas as viagens de outrora, nos seus carrinhos velhos, sacolejantes, encarvoados, havendo dentro de nós mocidade, sonhos, projetos, esperanças e amores.”⁷³⁷ É interessante que o autor, apesar de reconhecer os problemas das maxambombas, faz questão de relembra-las, deixando claro que, para ele, o tempo pode amenizar o pior do passado e a “saudade lhe concede hoje virtudes!”. Isso não é feito de forma ingênua nem despreziosa, ao contrário, o discurso da saudade é usado como uma estratégia para criar uma memória afetiva sobre um passado imaginado, o que, por sua vez, colabora com a construção de um sentimento identitário. Como podemos perceber em suas palavras:

Embora no século do zepelim, mostrámo-nos reconhecidos às maxambombas de outrora. Cada um de nós que viveu no seu tempo guardará uma recordação amável, esquecendo a poeira dos vagões, o sacolejo das rodas, as janelas sem vidraças, os atrasos nos desvios, os arqueiros de carvão e os pregos dos bancos que furavam as calças novas.

Olhamos, de longe, somente o lado bom das maxambombas.⁷³⁸

“Maxambombas e Maracatus” é formado por 21 capítulos e 77 crônicas, sendo que 4 capítulos são compostos por mais de um texto. No capítulo intitulado “Tipos de Rua”, por exemplo, o autor dedica 10 crônicas aos chamados “tipos populares”, retratando personagens que eram frequentemente encontrados nas ruas do Recife, como as negras da costa, os carregadores de pianos, as beatas, os brabos, as antigas boleiras, entre outros. Já no de título “Velha Usanças”, Mário Sette traz 22 textos que exploram os antigos hábitos e costumes dos recifenses, como os de frequentar os cafés tradicionais, participar das festas dos arcos, dos casamentos adornados com folhas secas de caneca, além de destacar a chegada do primeiro automóvel na cidade e a maneira como os médicos se vestiam. Em “Ruas, Praças e Lugares”, que conta com 20 crônicas, Sette se dedicou a narrar sobre lugares específicos do Recife, como o Campo das Princesas, o Arraial do Bom Jesus, o Poço da Panela, o Dérbi, a Rua da Aurora, a Rua Cabugá, entre outros. Cada crônica deste capítulo traz à tona a história e as características desses lugares, permitindo que os leitores façam uma viagem no tempo e mergulhem na atmosfera de cada local. E há ainda o capítulo de título “Aspectos de dantes”,

⁷³⁷ SETTE, *Op. cit.* 1958. p. 226.

⁷³⁸ SETTE, *Ibid.* 1958. p. 228.

onde apresenta 8 textos sobre assuntos variados, desde o primeiro clube de futebol do Recife até as primeiras livrarias.

De maneira geral, as crônicas presentes no livro versam, principalmente, sobre temas de história social e cultural, geralmente ausentes da história considerada “erudita”. Elas se afastam daquela velha história política, cronológica e linear, tão praticada pelos historiadores propriamente ditos e tão presente em muitos compêndios escolares, acusados de “massudos” e difíceis. Até os temas mais abordados pela historiografia tradicional pernambucana, produzida, sobretudo, pelo IAHGP, como a “Restauração Pernambucana”, a “Guerra dos Mascates”, a “Revolução de 1817” e a “Confederação do Equador”, por exemplo, são apenas tangenciados por Mário Sette. Assim, a intenção do autor não era ensinar aos seus leitores a respeito dos episódios da “grande” história de Pernambuco e seus “heróis”, mas fazê-los “sentir” o clima de uma época, seus cenários, seus personagens, valores e crenças.

Isso é feito de uma maneira muito livre no livro, sem seguir uma cronologia histórica e com poucas especificações de datas, embora seja possível deduzir que quase todas as crônicas tratam de temas relacionados ao contexto do século XIX e início do século XX. Quando se refere aos episódios e personagens que fazem parte dessa “grande” História do Brasil e de Pernambuco, o foco nunca é o desenrolar dos acontecimentos políticos, mas alguns aspectos curiosos acerca dos costumes, do cotidiano, do folclore e das lendas pernambucanas, entregando ao leitor fragmentos do passado com a finalidade de surpreendê-lo e provocar nele um sentimento de saudade e de orgulho dos seus antepassados.

Podemos perceber essa característica, por exemplo, na crônica “Pernambuco é um céu aberto”, a qual tem como tema de fundo a visita do Imperador D. Pedro II ao Recife, em 1859. No texto, Mário Sette, ao invés de contar como ocorreu esse evento na perspectiva da família real que desembarcava na cidade, narra a partir do ponto de vista dos recifenses, que, empolgados com a chegada do rei, embelezaram suas casas e procuraram modificar alguns hábitos considerados provincianos⁷³⁹. Outra crônica em que o autor usa como ponto de partida um acontecimento “maior” da história do país para contar alguma “história miúda”, uma curiosidade dos “bastidores”, é a de título “Os soldados”. Nela, ele trata sobre o batalhão Quatorze do exército brasileiro, criado em Recife desde 1831, que foi acionado para lutar contra os sertanejos na Guerra de Canudos, fazendo isso bravamente, como sugere Sette ao citar Euclides da Cunha, que o ressaltou como um dos batalhões mais destemidos do embate. Em vez de descrever o evento de Canudos, a ideia do autor foi dar destaque a essa instituição

⁷³⁹ SETTE, *Op. cit.* 1958. p. 84-90.

militar recifense, ressaltando sua fidelidade à terra natal e a contribuição dela à nação brasileira.⁷⁴⁰

Já em relação aos personagens considerados inesquecíveis por Mário Sette, eles são, em sua maioria, “anônimos” da História oficial, mas que em seus textos recebem um nome e são alçados à importância de serem lembrados. São eles os professores de piano, Cláudio Leal e D. Marocas Vaz, o dono do “Salão Odilon”, o sr. Odilon Duarte, o Dr. Cosme de Sá Pereira, velho médico da cidade do Recife, o Sr. Sampaio, gerente da empresa Carril dos bondes de burros, “seu Pensamento”, tocador de flauta, “seu Quintas”, vendedor de romances em folheto, “major Pataca”, da Guarda Nacional, “seu Pacheco”, um português “ignorante e ingênuo”, dono de uma loja na Rua Imperatriz, “*mister Fletcher*”, gerente da Companhia Caxangá que administrava as maxambombas, dentre outros. Sette também faz referência a pessoas conhecidas da História do Brasil e, principalmente, da História de Pernambuco, como o empresário Delmiro Gouveia, proprietário do centro comercial no Dérbi, o general Dantas Barreto, que governou Pernambuco entre os anos de 1911 e 1915, Martins de Barros, o prefeito do Recife de 1905 a 1908, ou mesmo Antônio Conselheiro e o imperador D. Pedro II, porém, poucos deles ganharam protagonismo nas crônicas.

Alguns desses personagens foram gentilmente humanizados pelo autor, sendo suas características detalhadamente descritas, o que ajudavam os leitores a imaginarem a sua aparência e personalidade, como foi o caso do *mister Fletcher*, figura retratada como: “De calças brancas sem vinco, de paletó azul, de chapéu de palha, gordo, vermelho, risonho, para tudo olhava alegre, tomando grogues. Bonacheirão mesmo. O povo já crismara a Caxangá de “maxambomba do Fletcher”.”⁷⁴¹

Esses personagens foram até mesmo colocados em diálogos uns com os outros em longas conversas cheias de entusiasmos, outro artifício literário usado por Sette para deixar seu leitor curioso e mais interessado pela história. Segue um pequeno trecho da crônica “O primeiro automóvel”, na qual traz uma conversa entre vizinhos que comentam a respeito da novidade que viram pelas ruas da cidade:

- Ouvi dizer que o diacho foi da Rua do Crespo à Passagem da Madalena em 15 minutos!
- Minha Nossa Senhora! Que desadorno de correr!
- É capaz de ir a Caxangá em meia hora...
- Se é! O capeta voa, D. Inácia. Não viu ele inda não?
- Vi, não. Me disseram que ele passa todas as manhãzinhas para o hospital, mas é pela Santa Cruz.
- Aonde foi que o Dr. Otávio comprou esse automóvel?

⁷⁴⁰ SETTE, *Ibid.* 1958. p.145-150.

⁷⁴¹ SETTE, *Op. cit.* 1958. p. 226.

- Em Paris.
- Logo vi... Oh! terra para mandar novidades! Cada moda!⁷⁴²

Como salienta Angela de Castro Gomes, a elaboração de diálogos e o registro do ano em que algo aconteceu pela primeira vez, permite considerações sobre como era a vida em determinado momento do passado, sobretudo em relação a aspectos da vida privada e pública, entendidos como interessantes e instrutivos⁷⁴³. Mário Sette usou e abusou dessa estratégia, uma vez que anunciava nas suas crônicas não só a chegada do primeiro automóvel em Recife, como também o primeiro avião avistado pelos recifenses, o primeiro teatro estabelecido em Olinda, o primeiro clube de futebol, etc.

A descrição detalhada das cenas do passado é outra característica importante da escrita da história de Mário Sette. Essa também foi mais uma maneira encontrada pelo autor para chamar a atenção do leitor, fazendo-o imaginar os cenários por onde passavam seus antepassados. Isso fica bem evidente, por exemplo, no texto de título “Os bondes de burros”, no qual narra minuciosamente, como quem pinta um quadro, como eram os fins de tarde no centro do Recife, no ano de 1902:

Lap...pá...lap...pá...
Rua Nova. Ano de 1902. Movimento das 4 para as 5 horas da tarde. Regresso do trabalho. Fechamento de armazéns, repartições públicas, escritórios. Últimas compras vespertinas das moças. Plantões às portas da Casa da Júlia ou do Café Rui, de rapazes de calças tabicas, jaquetões de golas de seda, colarinhos altos à Santos Dumont. Passam mocinhas de tranças dobradas ou cachos insolentes, já de vestidos semicompridos atestando a puberdade, largos chapéus de palha com fitas escorrendo pelas flexíveis abas, bolsinhas de camurça última moda. Seguem-nas mães atiladas, vigilantes, segurando as longas saias e espremidas pelos torturantes espartilhos. Procuram-se os bondes de Madalena, Torre, Fernandes Vieira para a volta aos arrabaldes.⁷⁴⁴

Esse tipo de escrita da história, marcado por uma linguagem simples, direta e acessível, e pelo uso de vários artifícios que flertam com a escrita literária – haja vista a detalhada descrição das “cenas *miúdas*” do passado e de seus personagens, que podem muito bem ter existido ou mesmo terem sido inventados pelo autor – pode ser encarado como uma estratégia narrativa empregada por Mário Sette para garantir um teor pedagógico às suas crônicas históricas. Ou seja, a ideia era fazer com que elas caíssem no gosto de um amplo e diversificado público leitor, o qual era formado, sobretudo, por adultos “não iniciados” no conhecimento histórico e que também não conheciam, ou não recordavam, essas “outras histórias miúdas” de Pernambuco. Seu objetivo era, portanto, brincar com elementos ficcionais na sua produção histórica para torná-la mais agradável e atraente.

⁷⁴² SETTE, *Ibid.* 1958. p. 178-179.

⁷⁴³ GOMES, *Op. cit.* 2015.

⁷⁴⁴ SETTE, *Op. cit.* 1958. p. 61.

No entanto, é importante deixar claro que isso não faz de suas crônicas textos meramente literários, elaborados sem nenhum embasamento na verdade histórica. Na realidade, Mário Sette realizava pesquisas apuradas em referências bibliográficas e também se dedicava arduamente ao exame de uma vasta, múltipla e variada documentação. Como já salientamos nesta tese, ele foi um apaixonado por arquivos e bibliotecas, um leitor cuidadoso dos “eruditos”, de livros de estudos históricos, etnográficos, geográficos e de memórias, além de ser um investigador minucioso de fontes históricas que lhe permitiam fazer reconstituições multifacetadas da vida, dos costumes e das práticas sociais dos homens e mulheres do passado.

Assim, para a elaboração de suas crônicas históricas, Mário Sette se voltou para a análise de fontes que ainda eram pouco convencionais entre os historiadores da época, não se limitando somente a documentação oficial, mas recorrendo também aos jornais e revistas antigas, a produção dos cronistas do passado, lendas, canções, versos populares, cartões-postais, gravuras, testemunhas orais, a sua própria memória, e etc. Segundo o próprio autor, “Maxambombas e Maracatus”, foi fruto de seu desejo de conhecer mais sobre o passado do Recife através da leitura das “páginas amareladas dos jornais antigos”, “não somente de anos remotos como os de minha infância e adolescência.” Continua Sette: “Fí-lo e dessa leitura brotaram crônicas para a imprensa. Temperei esses subsídios apanhados nas folhas com as minhas próprias reminiscências e saiu afinal o ‘Maxambombas e Maracatus’”⁷⁴⁵.

Da leitura dos anúncios e propagandas das peças teatrais e óperas, presentes nos períodos, por exemplo, ele tinha acesso a informações preciosas que o auxiliavam na reconstrução dos costumes, modas e aspectos sociais do passado. A partir da análise dessas fontes, ele pôde ficar sabendo de detalhes sobre as produções teatrais da época, como elenco, preços dos ingressos e até mesmo os locais de realização dos espetáculos. Essas informações não apenas lhe forneciam suspeitas sobre a vida cultural do Recife, podendo deduzir, inclusive, como eram os namoros e paqueras, mas também revelavam os gostos e interesses da população da época. Quando se tratava do exame dos anúncios dos horários de chegadas e partidas das maxambombas e bondes de burros, Mário Sette conseguia obter informações sobre o transporte público da época, como os nomes das empresas responsáveis, os preços das passagens e até mesmo a confiabilidade e a frequência desses meios de transportes. Esses anúncios também forneciam pistas sobre os hábitos e rotinas da população, revelando os

⁷⁴⁵ SETTE, Mário. *Arruar: confissões do autor*. Recife, dezembro de 1947. Texto presente no acervo da produção intelectual de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

horários de trabalho, os locais de lazer frequentados pelos recifenses e a composição urbana do Recife e seus arredores.

Mário Sette expôs no livro algumas de suas referências, citando alguns documentos oficiais, a bibliografia consultada e os demais tipos de fontes. Destaca-se, principalmente, Pereira da Costa, mencionado cinco vezes nas crônicas: “Semana Santa de outrora”, “O primeiro automóvel”, “A pracinha”, “Rua da Aurora” e “Maracatus e frevos”. Além dele, o cronista Tollenare, que esteve em Pernambuco por volta de 1817, é citado duas vezes. Há ainda menções aos jornais e revistas, como: *O Carapuceiro*, *Diário de Pernambuco*, *O Monitor das Famílias*, *Jornal Pequeno*, a revista *Tim-tim por Tim-tim*.

Sette também traz a memória como fonte, misturando recordações de como era o Recife durante o século XIX e início do XX com pitadas de imaginação. Na crônica de título “Campo das Princesas”, ele menciona o testemunho oral de sua avó paterna, “Dona Dindinha”, que lembrava das festas que assistira no Campo das Princesas quando moça, “principalmente a da chegada do Imperador Pedro II ao Recife. ‘Fôra um desadorno’. E os seus olhos já meio baços pela velhice como que conseguiam recuperar o brilho de uns cinquenta anos atrás, o da juventude, o dos tempos de mocinha e de namorada.”⁷⁴⁶ Já em “Carnaval do meu tempo”, usa a sua própria memória como fonte para lembrar do carnaval de seu tempo de menino:

A orquestra com a sua toada conhecida aproximava-se. Ouvia-se já distintamente a cantiga dos foliões:

*O morcego bateu asas
Mas não pode avoá...
Quem não tem prazer na vida
Não diverte o carnavá.*

Era o primeiro bando de mascarados a passar o domingo lá por nossa casa. Eu, que os esperava desde o amanhecer, ficava feito barata tonta. E o rebuliço na rua tomava ares de loucura epidêmica. Abriam-se de golpe as janelas de toda a vizinhança. Corriam ao portão os modestos moradores de um cortiço de defronte. A meninada gritava. Enchiam-se as esquinas de gente à fresca. [...] Acorriam todos. Patrões e criadas. Brancos e negros.⁷⁴⁷

Porém, apesar de algumas vezes apresentar as suas fontes e bibliografia, não seguiu rigorosamente os padrões de citação e referência utilizados pelos historiadores. Em muitos casos, ele não forneceu detalhes sobre as obras consultadas nem indicava as fontes completas de suas informações, não demonstrando tanto compromisso com a probidade científica da história. Na maioria das vezes, ele comenta sobre elas de forma bem vaga, usando expressões como: “contam os historiadores”, “um cronista da época alegou”, “afirma um jornal

⁷⁴⁶ SETTE, *Op. cit.* 1958. p. 236.

⁷⁴⁷ SETTE, *Ibid.* 1958. p. 47.

antigo...”, “E uma revista humorística frisou...”, “Os jornais abriram colunas para meter-lhe o pau.” O que é bem aceitável por se tratar de um livro que não possui pretensões científicas e “eruditas”, nem está voltado para a um público de pares, o qual se preocupa mais com a verdade histórica obtida a partir das fontes.

Na verdade, como já sabemos, “Maxambombas e Maracatus” está mais para um produto cultural que transita com mais liberdade entre a história e a literatura, direcionado para a vulgarização e disseminação de certo conhecimento histórico sobre o passado pernambucano para um público menos exigente em relação às regras da produção historiográfica.

Já em “Arruar”, seu último livro de divulgação histórica, publicado em 1948, Mário Sette assume uma outra postura. A maioria dos textos que o compõem não é essencialmente crônica histórica, pois conta com capítulos longos, escritos numa linguagem um pouco mais descritiva e analítica, o que não permite uma leitura tão rápida e prática, característica crucial da crônica, embora o livro tenha sido visto por muitos de seus críticos como mais um exemplar do gênero. Também fica claro em “Arruar” que Mário Sette revela uma maior preocupação com a comprovação histórica, buscando adicionar notas de rodapé para fazer referência aos autores citados e ainda uma bibliografia ao final do livro, o que sugere que nele seu autor parecia estar mais empenhado em validar as informações apresentadas, a fim de proporcionar uma maior credibilidade aos seus textos. Ademais, indica que Sette estava interessado em produzir uma obra mais próxima do que era considerado na época como um estudo historiográfico sobre o Recife, que servisse não apenas para o deleite de leitores que buscavam diversão e recordação, mas também de fonte para pesquisas sobre a cidade. “Arruar”, inclusive, foi considerado como o melhor documentário sobre a história social do Recife que se havia publicado até então⁷⁴⁸.

No entanto, é importante frisar que isso não significa que “Arruar”, diferente de “Maxambombas e Maracatus”, esteja voltado exclusivamente para um público mais exigente em relação à validação das fontes históricas e ávido por grandes sínteses interpretativas sobre a História. Nem que, a partir dele, Mário Sette tenha sido, finalmente, reconhecido como historiador pelos seus pares. Na realidade, apesar de ser mais próximo de um estudo especializado, essa obra deve ser vista como mais uma dentre seus livros de história voltados para a mediação cultural. Isso porque o autor não abre mão de utilizar uma linguagem simples e agradável, nem de fazer uso de algumas estratégias narrativas que instiguem a curiosidade

⁷⁴⁸ “Recife Antigo. A conferência do escritor Mário Sette, hoje, na Casa do Estudante do Brasil.” s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

de seu leitor, fazendo-o imaginar como era o Recife de *outrora*. Muito menos deixa de sustentar seu estilo de escrita da história que enfatiza fragmentos pitorescos de uma história social e evocativa, que não têm o tempo linear e cronológico como fio condutor. Dessa forma, “Arruar”, ainda que mais robusto de informações historiográficas, é mais um trabalho no qual seu autor mantém o compromisso com a divulgação e vulgarização da história.

Portanto, embora “Arruar” não tenha sido objeto de análise de nossa tese, podemos adiantar que este livro é o resultado do aprimoramento do método imaginativo do autor e de sua maneira de escrever e contar as histórias de sua terra⁷⁴⁹. Foi com a publicação dele que Mário Sette, que já era um velho conhecido no mercado de livros, procurou dar contornos mais bem definidos ao seu método de escrita da história, consolidando a sua abordagem evocativa, social e pitoresca da história, a qual foi inaugurada, principalmente, a partir do lançamento de “Maxambombas e Maracatus”, em 1935.

Nesse sentido, partimos da perspectiva de que “Maxambombas e Maracatus” foi um marco importante na trajetória de Mário Sette como escritor de crônicas históricas. Foi a partir dele que o autor construiu um estilo próprio de contar as “outras” histórias de Pernambuco, mais especificamente de Recife, ainda pouco conhecidas pelos leitores. Estilo este que, ao longo da década de 1940, foi ganhando contornos mais bem definidos, sendo disseminado não só em formato impresso, em livros e periódicos, mas também pelo rádio, que culminou com a publicação de “Arruar”. Sendo assim, nossa hipótese é a de que, como o seu primeiro livro do gênero crônica histórica, “Maxambombas e Maracatus” pode ser visto como uma amostra para teste e consolidação de sua escrita da história, marcadamente evocativa, social e pitoresca, por meio da qual o autor brinca, com muita leveza, de destruir fronteiras entre a história e a literatura.

No próximo tópico direcionaremos nossa investigação para as crônicas históricas de Mário Sette disseminadas pelas ondas de rádio.

⁷⁴⁹ ARRAIS, Raimundo. **A capital da saúde**. Destruição e reconstrução do Recife em Freyre, Bandeira, Cardozo e Austregésilo. Editora Bagaço. Recife, 2006. p. 41.

6.4 UMA BOA E VELHA PATUSCA, TANTO FALA COMO ESCREVE: AS CRÔNICAS HISTÓRICAS DE MÁRIO SETTE PELAS ONDAS DO RÁDIO

“Rádio é Cultura”. Encontramos programas de grande valor, focalizando trechos históricos, ensinando ao público de uma maneira mais eficiente, conseguindo melhor resultado do que os compêndios usados por professores.

E os produtos radiofônicos não são sub-literatura, como diz o crítico. Os que são merecedores do título de produtor radiofônico, têm cultura suficiente para escrever obras marcantes. [...]

Temos o produtor de “Evocações” que todos conhecem, Mário Sette. Uma prova de que não é sub-literatura está em “Arruar”, “Senhora de Engenho”, etc.”⁷⁵⁰

Durante as décadas de 1930 e 1940, o rádio no Brasil passou por um período de desenvolvimento e expansão. As emissoras se profissionalizaram, a programação se diversificou e o rádio se tornou uma importante fonte de informação e entretenimento para a população brasileira. Como se pode notar na epígrafe, seu papel e valor dividiam opiniões: para alguns, era um veículo de menor valor cultural em comparação a outras formas de arte e comunicação, como a literatura, por exemplo; já para outros, o rádio era um importante meio de divulgação do conhecimento, pelo seu potencial de alcançar um amplo público, e uma interessante ferramenta de formação da opinião pública.

As primeiras emissoras brasileiras foram inauguradas oficialmente no início dos anos de 1920, com destaque para a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, fundada por Henrique Morize e Edgard Roquette Pinto, e principalmente para a Rádio Clube de Pernambuco, considerada por muitos estudiosos como a pioneira do Brasil.⁷⁵¹ No começo da próxima década, apesar do rádio ainda ser uma novidade para a maioria dos brasileiros, com suas transmissões realizadas ainda de forma experimental, com programas improvisados e pouca estrutura profissional, ele começou a despertar maior interesse tanto do público quanto do próprio governo de Getúlio Vargas, que o viu como um bom instrumento para difundir suas concepções políticas e ideológicas⁷⁵². Foi nesse contexto em que foi estabelecido o

⁷⁵⁰ L.M.F. “Literatura no rádio”. Rádio. *Jornal Pequeno*. Recife, s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

⁷⁵¹ Existe uma polêmica a respeito de qual delas teria sido a precursora da radiodifusão no Brasil. Para pesquisadores como Renato Phaelante, é preciso atentar para o fato de que, embora a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro tenha iniciado suas transmissões a 7 de setembro de 1923, ou seja, um mês e dez dias antes da Rádio Clube de Pernambuco reorganizar e melhorar seu funcionamento, esta já funcionava desde 1919 com propósito de “vulgarizar a telegrafia sem fio e outras aplicações das ondas hertzianas”, como foi colocado no Estatuto da emissora. Para saber mais, ver: PHAELANTE, Renato. **Fragmentos da História do Rádio Clube de Pernambuco**. CEPE. 2ª ed. Recife, 1998.

⁷⁵² A título de exemplo, em Pernambuco, o interventor federal de 1931 a 1935, Carlos de Lima Cavalcanti, decretou o uso de receptores de rádio em todos os municípios do estado para audições públicas, já que foram instalados alto-falantes nas praças, e o governo federal “importou 250.613 dólares em artigos de rádio, conforme

Decreto-lei de nº 21.111, de 1 de março de 1932, que tinha a função de regulamentar os serviços de radiocomunicação no Brasil, de impor às emissoras de rádio a obrigação legal de manter uma parte de sua programação voltada à educação e à cultura, além da retransmissão de um programa nacional elaborado pelo governo, a futura *Hora do Brasil*, criada em 1934, centrada na divulgação de suas “realizações políticas”.⁷⁵³

Dessa forma, podemos afirmar que a radiodifusão no Brasil se desenvolveu associada ao controle estatal, relação que se aprofundou ainda mais durante o Estado Novo, de 1937 a 1945, quando o rádio passou a funcionar como um dos mais importantes instrumentos de propaganda e controle de informação do governo Vargas, buscando influenciar a opinião pública e fortalecer a ideologia oficial do regime autoritário. Mas o uso do rádio pelo estado não estava voltado apenas para a reprodução de discursos, mensagens e notícias oficiais. Os ideólogos do Estado Novo também defendiam um projeto de radiodifusão educativa e cultural com vistas à formação da consciência nacional, considerada indispensável à integração nacional. Estimulava-se a criação de programas que deveriam despertar o gosto pelas artes populares e exaltar o patriotismo, rememorando os feitos gloriosos do passado. Nas palavras de Maria Helena Capelato: “os diferentes programas deviam decantar as belezas naturais do país, descrever as características pitorescas das regiões e cidades, irradiar cultura, enaltecer as conquistas do homem em todas as atividades, incentivar relações comerciais”⁷⁵⁴. Além disso, ressalta ainda a autora que havia um forte incentivo de que o rádio estivesse direcionado, sobretudo, para o homem do interior, o que contribuiria com o seu desenvolvimento e integração nacional.

É importante salientar ainda que, em paralelo aos projetos vinculados aos interesses do estado, também havia um entusiasmo empresarial que percebia o rádio como um notável impulsionador do entretenimento e do consumo. Na medida em que crescia seu prestígio entre os ouvintes, graças aos programas humorísticos, aos musicais, às transmissões esportivas, ao radiojornalismo e às primeiras radionovelas, empresas passaram a ver com bons olhos a possibilidade de anunciar seus produtos em programas radiofônicos, o que contribuiu amplamente com o aumento do investimento nesse novo veículo de comunicação e, conseqüentemente, com o seu desenvolvimento.

noticiado na revista *Electron*, em abril de 1932”. In: PHAELANTE, *Op. cit.* 1998. p. 47; GARCIA, Nelson Jahar. **Estado Novo**. Ideologia e propaganda política. São Paulo, Loyola, 1982.

⁷⁵³ PEROSA, L.M. F. **A hora do clique**: análise do programa de rádio Voz do Brasil da Velha à Nova República. Annablume. São Paulo, 1995.

⁷⁵⁴ CAPELATO, Maria Helena. “Propaganda política e controle dos meios de comunicação.” In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Ed. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1999. p. 176.

No que se refere à história do rádio em Pernambuco, podemos destacar que, durante os anos de 1930, muitos intelectuais se utilizaram dele para difundir suas ideias, trabalhos, projetos e o que para eles seria a cultura pernambucana, a fim de promover a elevação do nível cultural e educacional da população. Nomes como o de Mário Sette, Mário Melo, Valdemar de Oliveira, Célio Meira, Augusto Wanderley, Mário Libânio, Agamenon Magalhães, dentre outros, fizeram sucesso com os ouvintes, sobretudo, em programas transmitidos pela Rádio Clube de Pernambuco, a primeira e mais importante do estado até pelo menos o final da década de 1940, quando surgiu a Rádio Jornal do Commercio, em Recife.

Pela Rádio Clube, cujo prefixo era PRA-8, eles realizaram palestras de temas importantes para a vida cultural do Recife, com destaque para as de título “O Recife Antigo e suas tradições” e “A arte e as suas escolas”, assinaram programas de “crônicas diárias”, dentre os quais estavam: *O comentário do Dia*, de Valdemar de Oliveira, *Café da Manhã*, de Mário Libânio, *Praça do Diário*, de Aníbal Fernandes, *Ontem, hoje e amanhã*, de Mário Melo, *Notas do Dia*, de Agamenon Magalhães⁷⁵⁵, etc. – além de terem criado famosas radiopeças, como a intitulada “A Rosa Vermelha”, texto de Valdemar de Oliveira e opereta de Samuel Campelo, interpretada pelo elenco do grupo de teatro Gente Nossa no início dos anos de 1930.⁷⁵⁶

É importante destacar que, durante o Estado Novo, o governo de Pernambuco encampou a Rádio Clube tornando-a parte da estrutura de comunicação do regime. Agamenon Magalhães, nomeado interventor federal em 1937, passou a ter horário cativo na rádio, assim como tinha uma coluna regular no jornal *Folha da Manhã*, de sua propriedade, e também instrumento de divulgação e propaganda do Estado Novo.⁷⁵⁷

No início da década, mais precisamente a partir 1931, Mário Sette já era uma peça fundamental dentro da emissora, uma vez que fazia parte da sua chapa burocrática como 1º secretário, juntamente com Mário Melo (presidente), Heitor Maia (vice-presidente), Fernando Pio (2º secretário) e Arnaldo Poggi (3º secretário)⁷⁵⁸. Pela PRA-8, ele também irradiou seus primeiros trabalhos radiofônicos, a partir de 1936, no programa semanal de título *Hora da Saudade*, dirigido pelo maestro Nelson Ferreira, que, por sua vez, também era o diretor geral

⁷⁵⁵ PHAELANTE, *Op. cit.* 1998. p. 101.

⁷⁵⁶ PHAELANTE, *Ibid.* 1998. p. 46 e 70.

⁷⁵⁷ Inclusive, o jornal *Folha da Manhã* reproduzia alguns dos programas irradiados pela Rádio Clube, principalmente aqueles que eram de autoria do interventor Agamenon Magalhães. In: NETO, José Maria de Souza. **Sonhos de Nabucodonosor**. Um ensaio sobre Estados Novo e propaganda em Pernambuco. EDUPE. Recife, 2013. p. 121.

⁷⁵⁸ “Rádio Clube de Pernambuco”. *Diário da Manhã*. Recife, 6/10/1931.

da Rádio Clube. Esse programa, que ia ao ar todas às terças-feiras, às 21 horas, até o começo de 1939, tinha como objetivo inicial divulgar músicas e modinhas antigas, mas depois passou também a contar com os esquetes de Mário Sette, que foi considerado como “único em Recife capaz de escrever páginas de saudade, de Pernambuco antigo”⁷⁵⁹. No mesmo ano em que começou a produzir os seus esquetes para a rádio local, ele também recebeu o convite para irradiar o *script* chamado “Aspectos do Recife Antigo” em um importante *broadcasting* do departamento de educação inserido na programação do *Hora do Brasil*.⁷⁶⁰

Vale lembrar que quando as crônicas históricas de Mário Sette passaram a ser irradiadas pelas ondas do rádio, algumas delas já eram conhecidas pelos recifenses, pois eram lidas nas páginas de jornais ou mesmo do seu mais novo livro de história: o “Maxambombas e Maracatus”. Mas foi por meio desse novo veículo que elas puderam atingir um público ainda maior e mais vasto.

Devido à impossibilidade de acesso aos esquetes escritos, muito menos aos programas em suporte sonoro, infelizmente, não encontramos informações precisas sobre as crônicas transmitidas durante a primeira fase do *Hora da Saudade*, nem mesmo a sua quantidade exata. O que verificamos foi apenas uma participação de Mário Sette no programa do dia 31 de maio de 1938, quando foi irradiada o esquete intitulado “Mês Mariano”⁷⁶¹, o qual, aliás, é uma adaptação de um texto de mesmo título que está presente em “Maxambombas e Maracatus”. Logo, embora não tenhamos dados suficientes para chegarmos a uma conclusão, a nossa hipótese é a de que Sette tenha irradiado suas crônicas históricas durante um bom tempo em que o programa de Nelson Ferreira esteve no ar, pelo menos de 1936 a 1938. Isso porque, acreditamos que foi exatamente pelo sucesso das mesmas entre os ouvintes que, mais tarde, em 1943, ele retorna com o *Hora da Saudade*, após um período de quatro anos de pausa do programa.

Assim, o *Hora da Saudade* volta à programação da Rádio Clube, agora sob a direção de Oscar Moreira Pinto e teve Mário Sette como seu radialista principal. De acordo com Sette, em uma entrevista que deu para o *Jornal Pequeno* a respeito dessa nova fase do programa, o *broadcasting* que ia retornar à programação da PRA-8 se dirigiria especialmente ao público mais velho, “já distante da mocidade”, trazendo “em meia hora de evocações”, “fragmentos do passado, folhas secas de afetos, sonhos e desilusões, beijos e renúncias...”, sem contar

⁷⁵⁹ “Ondas curtas e largas. Música no ar”. *Diário da Manhã*. Recife, 18/06/1937.

⁷⁶⁰ “Rádio”. *A Nação*. Rio de Janeiro, 28/05/1936.

⁷⁶¹ SETTE, Mês Mariano. *Diário da Manhã*. Recife, 01/06/1938. No dia seguinte, a crônica “Mês Mariano” foi publicada também em formato de texto no jornal *Diário da Manhã*.

nada de novo, “porque as saudades costumam ser velhas”. Porém, apesar de irradiar crônicas de saudade, continua o escritor, o programa não tinha a pretensão de gerar desalento ou renúncia aos dias ora vividos, pois “o culto ao passado não deveria colidir com o gozo do que era atual”.⁷⁶² Explicação esta que, aliás, era recorrentemente dada pelo autor, o que demonstra seu receio de ser considerado um saudosista. Novamente, não tivemos acesso a muitas informações a respeito deste programa, o que sabemos é que só durou um ano, desaparecendo “sem mais nem menos”⁷⁶³.

Mário Sette parecia entusiasmado com seu trabalho para a rádio. Nessa mesma época, em 1944, escreveu uma carta à Rádio Clube dando a ideia de se criar um programa didático, de título *Uma escola pelo Ar*, que aconteceria pela manhã com duração de 15 minutos, no qual apresentaria o curso de História Pátria, e o seu filho, Hilton Sette, ficaria com os de “Geografia” e “Corografia”.⁷⁶⁴ A emissora pareceu se interessar pela proposta, e, como resposta, disse que ele deveria combinar com Mário Libânio e Arnaldo Moreira Pinto, seus diretores na época, como ficariam seus horários e pagamento.⁷⁶⁵ Vale lembrar que Sette já tinha uma carreira bem consolidada como professor do ensino básico, e, desde 1941, tinha ingressado como docente no curso superior de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Recife. Nesse sentido, por meio do *Uma escola pelo Ar*, ele parecia querer que suas aulas de História atravessassem os muros da escola e chegassem a mais ouvidos, o que provavelmente não aconteceu, pois não há indícios que comprovem se este programa realmente foi ao ar.

Por volta do final de 1947, o vínculo de Mário Sette com a Rádio Clube já parecia estar bem frouxo. Há uma carta de novembro deste ano na qual a emissora justifica o fato de não recorrer mais a sua colaboração, afirmando que o interesse do momento era por conteúdos que estivessem mais voltados para a situação política e financeira do estado, sendo assim, por suas crônicas possuírem um caráter mais literário, elas estariam de fora da programação⁷⁶⁶. Poucos meses depois, mais precisamente em abril de 1948, Sette foi definitivamente demitido, sob a justificativa de que a rádio estava passando por uma crise financeira⁷⁶⁷. O que não deixa

⁷⁶² SETTE, Mário. “Hora da Saudade”. *Jornal Pequeno*. Recife, 2/10/1943.

⁷⁶³ M. F. “Boite alvi-rubra. Rádio”. *Jornal Pequeno*. Recife, s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

⁷⁶⁴ Carta de Mário Sette para a Rádio Clube de Pernambuco de 06/08/1944. Presente no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

⁷⁶⁵ Carta da Rádio Clube de Pernambuco para Mário Sette de 30/11/1944. Presente no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

⁷⁶⁶ Carta da Rádio Clube de Pernambuco para Mário Sette de 14/11/1947. Presente no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

⁷⁶⁷ Carta da Rádio Clube para Mário Sette de 12/04/1948. Presente no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

de ser verdade, pois, nesse final da década de 1940, a Rádio Clube sofreu forte impacto em relação a perda de seus patrocinadores, que passaram a direcionar seus investimentos para uma concorrente de peso: a Rádio Jornal do Commercio.⁷⁶⁸

Antes de direcionar nossa análise para a importante contribuição de Mário Sette na Rádio Jornal do Commercio, não podemos deixar de mencionar que, entre os anos de 1943 e 1945, ele também irradiou suas crônicas históricas em emissoras internacionais inglesas, como a A Voz de Londres e, sobretudo, a British Broadcasting Corporation (B.B.C). Seu primeiro *script* transmitido por estas rádios foi “O inglês do Recife”, o qual fez muito sucesso entre os ouvintes, segundo R.S Baker, chefe do departamento latino-americano da B.B.C de Londres, o que parece ter estimulado o autor a enviar outros textos para a emissora.⁷⁶⁹ Mário Sette estabeleceu, sobretudo, com a B.B.C, um vínculo estreito, a partir de junho de 1944, quando recebeu um convite para colaborar regularmente em seus programas voltados para os “assuntos brasileiros”.⁷⁷⁰

É importante salientar que a B.B.C já irradiava em português para ouvintes no Brasil desde 1938, mas foi após o início da Segunda Guerra Mundial e principalmente depois do envio de soldados brasileiros para o combate que a rádio passou a ter um espaço maior na programação diária do país, que chegava a durar 3h 45 minutos durante a noite. Os programas, que eram transmitidos pelo departamento latino-americano da emissora, localizado em Londres, traziam desde notícias mais gerais sobre a guerra, com informações diárias a respeito dos pracinhas brasileiros enviados para o front na Itália, até sessões de aulas de inglês, apresentações musicais, comentários sobre a produção cinematográfica da época e a irradiação de crônicas que deveriam abordar temáticas que envolvessem a história, os costumes e o folclore do país⁷⁷¹.

Porém, apesar de parecer receptiva a temas que tratavam de “assuntos brasileiros”, não era qualquer esquete que era aceito pela B.B.C, como consta em uma carta remetida pelo representante da rádio no Brasil a Mário Sette, em 19 de outubro de 1944. Na verdade, por se

⁷⁶⁸ É importante salientar que em 1948 um dos mais importantes programas do jornalismo radiofônico da época, o “Repórter Esso”, patrocinado pela “Standard Oil Company of Brazil”, passou para os microfones da Rádio Jornal do Commercio. In: PHAELANTE, *Op. cit.* 1998; SANTANA, Jorge José B. **O rádio pernambucano por quem o viu crescer**. Ed. do autor. Recife, 2009.

⁷⁶⁹ Carta da B.B.C para Mário Sette de 18/01/1944. Presente no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

⁷⁷⁰ O convite feito pela B.B.C para Mário Sette foi explorado em notas presentes no *Jornal Pequeno*. In: “O primeiro vapor (B.B.C)”. *Jornal Pequeno*. Recife, 26/06/1944; “Escritor Mário Sette. A sua entrada para o corpo de colaboradores brasileiros da B.B.C”. *Jornal Pequeno*. Recife, 15/08/1944.

⁷⁷¹ GUERRINI Jr., Irineu. “Brazilian Section - As transmissões em português da B.B.C durante a Segunda Guerra Mundial”. In: ABREU, João Batista de. **Batalha sonora: o rádio e a Segunda Guerra Mundial**. EDIPUCRS, Porto Alegre, 2006. p. 17-35.

tratar de uma rádio que irradiava de Londres para o Brasil, havia critérios bem determinados que os seus colaboradores brasileiros deveriam seguir, dentre os quais estavam: os textos não poderiam tratar de temas de caráter puramente local, com exceção de “casos especiais”, isto é, aqueles considerados de relevância nacional, como a Batalha dos Guararapes, por exemplo, (assunto de uma crônica enviada por Sette para a emissora, mas que, por não está dramatizada sob os parâmetros cobrados, não foi aceita); os textos não poderiam ser muito longos, com uma média de 800 palavras e devendo caber em meia hora de duração; deveriam atender às “oportunidades” comemorativas em relação às datas nacionais e internacionais; e a orientação mais importante de todas: deveriam “tratar de assuntos que envolvam as relações anglo-brasileiras”.⁷⁷²

Nem todos os 14 esquetes enviados por Sette à B.B.C seguiram esses critérios e somente 9 deles foram aceitos, dos quais todos abordavam temas sobre a relação entre Brasil-Inglaterra. Foram eles: “O inglês no Recife de Outrora”, “O Primeiro Vapor da Europa”, “Semana Inglesa”, “A Entrada do Século Vinte”, “Os Velhos Ingleses”, “A Invasão do Inglês”, “A entrada do século XX”, “Na outra Guerra”, “Uma visitante amável e justa”. Alguns desses *scripts* foram, inclusive, publicados nas páginas do *Jornal Pequeno*, o que parecia ser uma maneira de divulgar esse trabalho do escritor e radialista na rádio inglesa.⁷⁷³ Sette enviou até a rádio-dramatização de sua obra “Senhora de Engenho”, a qual já havia sido lançada pela Rádio Nacional em 1943, porém esta também não foi aceita.

Dessa forma, ao serem transmitidas pela B.B.C, uma emissora de renome internacional, as crônicas históricas de Mário Sette ganharam maior alcance e notoriedade, passando a serem ouvidas por todo o país e também fora dele.

6.4.1 No ar, o programa *Evocações*

Na Rádio Jornal do Commercio, de Recife, a colaboração de Mário Sette se iniciou logo após a inauguração da mesma, ocorrida em 3 de julho de 1948. Sob o prefixo PRL-6,

⁷⁷² Carta da B.B.C para Mário Sette de 19/10/1944. Presente no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

⁷⁷³ Uma das crônicas de Mário Sette presentes no *Jornal Pequeno* chegou a vir até com a seguinte nota: “O Consulado Britânico acaba de receber da B.B.C, o seguinte aviso: A partir de 19 do corrente, o boletim de notícias em português, às 12h30, da estação de Londres, será irradiado na frequência de 15.375 kilociclos, 19,51 metros. Segundo aviso recebido pelo Consulado Britânico, a B.B.C de Londres irradiará no Serviço Latino-Americano, no dia 26 do corrente mês às 20h22 horas uma crônica sob o título – “O primeiro Vapor da Europa”, de autoria do escritor recifense Mário Sette. In: ““O primeiro Vapor da Europa”, de autoria do escritor recifense Mário Sette. - B.B.C”. *Jornal Pequeno*. Recife, 17/06/1944.

essa nova emissora pernambucana, de propriedade do empresário Francisco Pessoa de Queiroz, chegou para ser “grandiosa, imponente, gigantesca”, com investimento em equipamentos de última geração e oito frequências moduladas em ondas médias e curtas, o que fazia seus programas serem ouvidos por todo o país.⁷⁷⁴ O seu slogan: “Pernambuco falando para o mundo” refletia bem a intenção do que se queria para essa novidade do ramo das comunicações que acabava de inaugurar na cidade do Recife, pois a Rádio Jornal do Commercio tinha como missão “educar, divertir e aproximar os brasileiros situados em todos os quadrantes da pátria”.⁷⁷⁵ Como foi dito na época em que lançou, o papel dela era o de “dar ao rádio brasileiro aquilo que até hoje somente o inglês conseguiu: a sua função educativa e cultural”⁷⁷⁶.

O mais novo programa de Mário Sette se chamava *Evocações*, nome bem apropriado para uma sessão de esquetes de crônicas históricas que trazia a saudade como mote central. Dirigido por Teófilo de Barros Filho, que também era o diretor artístico da emissora, e Joel Pontes, com arranjos orquestrais de Geraldo Mendonça e João Valença, o programa era transmitido semanalmente, às quintas-feiras, durante os anos de 1948 e 1949. Sob o patrocínio do “sal de frutas” Eno ou pela firma Figueira & Jucá, uma empresa que atuava no ramo das construções na cidade do Recife, *Evocações* costumava passar às 21h30 ou 22h, horários considerados nobres das rádios, encerrando a programação da PRL-6; o que foi bem-visto entre seus ouvintes que gostavam de ouvi-lo na “penumbra de uma sala deserta”, imaginando “o passado que *Evocações* nos traz ao presente tumultuário do momento”.⁷⁷⁷

Era um programa de auditório de meia hora de duração, com uma orquestra regida pelo maestro Vicente Fittipaldi e uma plateia, com ingressos vendidos a 6 cruzeiros, irradiado antes de *broadcastings* como o da atriz e radialista Emilinha Borba, a “sensação do momento”, ou mesmo do *Sai daí papangu*, pelo qual era transmitido um “sensacional desfile de blocos carnavalescos”⁷⁷⁸. Essas informações nos fazem pensar a respeito de seus índices de audiência, que provavelmente eram bons, visto que era durante a semana, principalmente no turno da noite, que as rádios costumavam passar os programas mais queridos pelo público

⁷⁷⁴ Em 1946, foi feito um pedido de concessão para a presidência da República de valor de aproximadamente 38 milhões de cruzeiros para a implantação da Rádio Jornal do Commercio em Recife, considerado uma cifra bem elevada para a época. A festa de inauguração da emissora, ocorrida em 3 de julho de 1948, foi um evento grandioso e contou com a presença do próprio presidente Eurico Gaspar Dutra, que discursou juntamente com Francisco Pessoa de Queiroz, proprietário da rádio e também do Jornal do Commercio de Pernambuco. In: SANTANA, *Op. cit.* 2009. p. 25.

⁷⁷⁵ SANTANA, *Op. cit.* 2009. p. 28.

⁷⁷⁶ “Ainda o ouvinte, esse caluniado”. Radiocultura. *Jornal Pequeno*. Recife, 03/12/1948.

⁷⁷⁷ “Evocando. Rádio.” Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

⁷⁷⁸ “Auditório. Rádio Jornal do Commercio. Hoje”. *Jornal do Commercio*. Recife, s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

ouvinte, formado, fundamentalmente, por homens e mulheres adultos, que já haviam voltado do trabalho e poderiam ter algumas horas de lazer ouvindo seus programas preferidos⁷⁷⁹, ou idosos.

Durante o tempo em que foi ao ar, *Evocações* parece ter agradado bastante, “sendo ouvido em todos os lares do Recife, trazendo recordações e nostalgia ao coração dos mais velhos”⁷⁸⁰, que parecia ser o seu público alvo, deixando neles “uma impressão maravilhosa de ternura, de beleza, e um quê de saudade.”⁷⁸¹ Em 13 de janeiro de 1949, inclusive, foi classificado como um dos melhores programas do dia, junto com *Sarabanda* (programa de samba), também da Rádio Jornal do Commercio, *Ases do Ritmo* (apresentação de “músicas populares”), e *Samba e outras coisas*, da Rádio Clube.⁷⁸² Ele foi tido como um “serviço de tanto valor cultural como histórico”, o qual colabora exatamente com a função do rádio, que era informar, divertir e recordar, “mas informar com critério, divertir sem corromper e recordar sem recurso do pieguismo e do melancólico.”⁷⁸³

Em um artigo para a revista *Carioca*, de 31 de março de 1949, Herman Lima afirma que é “um dos melhores programas radiofônicos da cidade”, no qual Mário Sette reúne “rápido”, em um esquete, “três ou quatro personagens a falarem a linguagem da época, de ontem ou de trinta anos, movimentando mocinhas e vovós, em breves diálogos reveladores sempre dos mais interessantes episódios da crônica local”.⁷⁸⁴ Nesse mesmo texto, há também uma entrevista com o próprio autor de *Evocações*, que, aliás, como podemos perceber até agora no capítulo, já havia estabelecido seu nome no rádio pernambucano, com um estilo radiofônico próprio, bem testado e reconhecido pelo público ouvinte. Além disso, “Arruar”, havia sido lançado há pouco tempo e estava tendo uma repercussão bastante positiva. Nesta entrevista, ele fala sobre o seu mais recente trabalho como radialista, afirmando que estava gostando de escrever para a rádio. Sua opinião é interessante e vale a pena retomar suas palavras:

– Sim, estou satisfeito de trabalhar para o rádio. Preliminarmente, porque me sinto dentro de um paradoxo: o cronista do passado, a tomar parte num dos maiores inventos do presente. As minhas ‘ressurreições’ de um tempo que se foi, revividas pelas antenas de uma estação atualíssima. E, por outro lado, respondo aquele comentador de minha obra de memorialista, que me considerava defensor do

⁷⁷⁹ GOMES, *Op. cit.* 2015. p. 245.

⁷⁸⁰ M. F. “Boite alvi-rubra. Rádio”. *Jornal Pequeno*. Recife, s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

⁷⁸¹ “Fantasias novamente hoje”. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

⁷⁸² “Programação da Rádio”. *Jornal Pequeno*. Recife, 13/01/1949.

⁷⁸³ “Histórias velhas e trabalhos novos” Radiocultura. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

⁷⁸⁴ LIMA, Herman. “Mário Sette, radialista”. *Carioca*. Rio de Janeiro, 31/03/1949.

candieiro de azeite doce ou da cadeirinha de arruar... Mas, não divaguemos... Estou gostando de escrever para o rádio.⁷⁸⁵

Dessa forma, para Sette, seu programa de crônicas de evocações no rádio representava uma contradição interessante que desbancava aqueles que insistiam em criticá-lo como um autor puramente saudosista. Segundo ele, a finalidade de *Evocações* não era “apenas despertar recordações”, pois não se evocava somente o “tempo de que ainda existam coetâneos”, indo a “passados mais distantes, como o da primeira visita dos imperadores a Pernambuco, do Entrudo de água em gamelas e tauá, da Procissão das Cinzas e outros de cenários longínquos”. Porém, admite que há um investimento maior no “seu tempo”, o começo do século XX, que merece “quadros bem vivos e muito testemunhados”, vividos por “inúmeros contemporâneos por aí, de cabelos brancos, e a muitos direi melhor, a MUITAS, por confissões próprias, tenho feito chorar e suspirar... Sabem lá o que é isso meus ouvintes moços...”⁷⁸⁶

Foram encontradas nas pastas do acervo de Mário Sette presente no arquivo da Fundação Joaquim Nabuco 43 esquetes desse programa em formato escrito, o que nos possibilitou fazer uma análise mais aprofundada das estratégias narrativas empregadas pelo autor como também dos conteúdos divulgados. Esses esquetes foram produzidos na máquina de escrever, mas muitos se encontram bem rabiscados à mão, o que demonstra certo empenho do autor em aperfeiçoá-los. Não há neles nenhuma inscrição de data, portanto, não foi possível saber os dias em que foram ao ar, informação importante que nos ajudaria a ter conhecimento se algum episódio havia sido irradiado em algum dia comemorativo, por exemplo, ou até mesmo se houve a intenção de fazer uma sequência de programas com esquetes de mesmo tema.

De maneira geral, esses esquetes são quadros radiofônicos bem variados em relação aos temas e também ao tamanho, formados por textos que podem conter de 4 a 14 páginas, o que sugere que alguns episódios de *Evocações* podiam ter durado menos do que meia hora e outros até um pouco mais. Muitos deles são claramente adaptações de suas crônicas históricas que originalmente apareciam nas páginas dos jornais e em seus livros de história, sendo transformadas em esquetes no formato de radioteatro. Dentre estas, destacam-se as de título: “Mês Mariano”, “Noite de teatro”, “Pastoril”, “Cartões postais”, “Semana Santa de outrora”, “Piano” e “Velhas Usanças”, as quais também compuseram “Maxambombas e Maracatus”. Todas elas envolvem assuntos da História de Pernambuco, sobretudo, de Recife.

⁷⁸⁵ Idem.

⁷⁸⁶ LIMA, *Op. cit.* 31/03/1949.

Os esquetes são formados basicamente por cenas apresentadas por um “animador” ou “locutor”, que se coloca como uma espécie de narrador dos acontecimentos do enredo, e por encenações com diálogos entre personagens. Assim como nos seus livros de crônicas históricas, estes quadros apresentam uma variedade de personagens, que podem ser tanto históricos como fictícios. Esses papéis eram encenados por atores que transmitiam emoções intensas, que iam desde lágrimas e gritos até risadas contagiantes, o que dava vida aos personagens⁷⁸⁷. Há ainda a indicação da presença de “contra-regra” e de uma orquestra, o que atribuía mais uma camada de complexidade aos esquetes, na medida em que produziam efeitos que simulavam fenômenos da natureza, barulhos estranhos, correria, etc. além de reproduzirem músicas contemporâneas ou de épocas passadas, dependendo do que se queria para a cena. Todos esses elementos juntos contribuem com a produção de um clímax dramático ou cômico para os quadros, o que provocava nos ouvintes, e principalmente nos espectadores, já que, como vimos, *Evocações* possuía uma plateia, um entusiasmo para se imaginar o que estava sendo apresentado, além de instigar a sua curiosidade para saber mais a respeito do que era narrado.

O fragmento do quadro de título “A voz de um grande amor” que trazemos logo abaixo nos permite visualizar como eram elaboradas esses esquetes e identificar o apelo emocional proporcionado pelos elementos mencionados anteriormente. Além disso, nos ajuda a perceber que tipo de história Mário Sette, juntamente com a equipe do programa, quis contar:

Contra-regra: ruído de um automóvel em marcha.

Orquestra: (cai em BG).

Romeu: Esta velha cidade, assim tranquila e mística, é Igarassu. Nossa mais antiga povoação. E aquela igreja é a mais velha do Brasil.

Julieta: Depois de Olinda, por onde passamos há pouco, é uma nova paisagem do passado pernambucano a nos emocionar...

Romeu: Quando o sabemos compreender. O que não é comum. Somos, por enquanto, uma gente vaidosa da bonita copa da árvore, ignorando ou menosprezando o viço das raízes.

Julieta: Quer dizer que seremos um povo alheio a suas tradições e, portanto, fácil de renegá-las ou traí-las.

Romeu: Não. Nunca. Temos um clima transitório de ignorância dessas legítimas forças da nacionalidade. Curar-nos-emos. Os negativistas ou indiferentes passam: o Brasil fica, cresce e impõe-se. Há 400 anos isso vem acontecendo, de mau grado. Mas... a nossa conversa está ficando grave para um primeiro passeio de casados, não achas? [...]

⁷⁸⁷ A cantora e atriz, Creuza de Barros, que nos anos de 1940 era uma revelação da rádio pernambucana, atuou em uma das edições de *Evocações*. In: “Creuza de Barros, Rádio”. *Jornal Pequeno*. Recife, s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco. Além dela, outras atrizes e atores também participaram das encenações dos esquetes, como: Luiza de Oliveira, Mônica Maria, June Sarita, Amarílio Nicéas, Geraldo Lopes e, como animador, participou Aluísio Pimentel. In: Programa *Evocações*, episódio de título: “Eno Evocações”. s/d. Presente no acervo da produção intelectual de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

Animador: E o casal, em lua de mel, no seu lindo carro novo, tinham alcançado a formosa insular. Núcleo de colonização ainda no século XVI. [...] Primeiros ensaios de açúcar... O corte das canas. O carreto nos carros de bois. A almanjarra primitiva de animais. O cheiro de mel... Itamaracá... Maracá de pedra dos tabajaras.⁷⁸⁸

Dá para imaginar o ouvinte fantasiando a cena dos recém-casados passeando de carro pelas cidades de Igarassu, Olinda e Itamaracá, observando a paisagem local e conversando a respeito da sua história. O tom da conversa entre os personagens nos coloca diante do perfil de escrita da história assumido por Mário Sette na maioria de suas crônicas, o qual buscava “fazer uso do passado” para dar sentido ao presente, sempre reivindicando em favor da preservação da memória e da história de Pernambuco e do Brasil. Isso porque, *Romeu e Julieta*, inseridos no contexto do ano de 1949, comentam sobre aspectos da história dessas cidades a partir do questionamento sobre a ignorância “do povo” em relação às suas tradições e identidades. Dessa forma, por meio desta escrita da história, o objetivo não era que seus ouvintes conheçam e memorizem os episódios da história, mas que eles reflitam sobre a sua responsabilidade de manter sempre viva a memória de sua terra natal, seus personagens históricos, suas tradições culturais e também seus costumes.

Não era à toa que o programa se chamava *Evocações*. Através dele, Mário Sette parecia querer criar nos ouvintes uma cultura da saudade e do apreço pelo passado, despertando em cada um deles uma afinidade com o sentimento nostálgico que os fazia lembrar os tempos anteriores às novidades advindas com a modernidade e o progresso. Tanto que dos 43 esquetes que fazem parte de nossas análises, 32 deles têm como fio condutor a saudade, seja do São João de Caruaru “de antigamente”, das festas nas antigas igrejas do Recife, dos engenhos de açúcar, das formas arquitetônicas dos “velhos” bairros da cidade, das maxambombas, do cinematógrafo, da Semana Santa de “outrora”, das procissões, ou mesmo dos pastoris, dos antigos entrudos e carnavais de mascarados e etc. Evocou-se também vários aspectos de antigos costumes dos recifenses, como o de colecionar cartões-postais, de possuir pianos em casa, das mulheres usarem chales, das brincadeiras de prendas, dos casamentos à moda antiga, dentre outros.

Na maioria dos quadros há a elaboração de uma narrativa que evidencia contrapontos entre o passado e o presente, entre o antigo e o moderno. Isso ocorre, por exemplo, no esquete de título “Numa viagem de ônibus”, no qual Mário Sette apresenta passageiros em um ônibus

⁷⁸⁸ Programa *Evocações*, episódio de título: “A voz de um grande amor”. s/d. Presente no acervo da produção intelectual de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco. É importante atentar para a abreviação “BG”, que significa, do inglês, *background*. A expressão “cair em BG” significa que o ruído do automóvel deve ser mimetizado na cena, compondo somente o fundo musical.

elétrico lotado, ressaltando a figura de um idoso que, em uma conversa consigo mesmo, fantasiando um “companheiro moço” imaginário, relembra com saudades do tempo das maxambombas:

Animador: [...] Encostava-se à janelinha, nela espremido pela senhora gorda que levava o menino ao colo. Não queria trocar de lugar para não parecer incomodado: era de uma época muito ciosa de cortesias. Encolheu-se. E, por uma associação de ideias em contraste, ele estava se recordando de seu transporte de dantes, por aqueles mesmo caminhos, mas no trenzinho de Seu Fletcher... Falara tanto dele, mas, agora, assim espremido... Tinha vontade de dizer a um companheiro moço:

Senhor idoso: Não digo que fosse um ideal de condução, não digo – Tinha defeitos. Era barulhento o trem... porém muito menos que os bondes de hoje... Comparados até seria silencioso... Mas... havia horário curto, lugares para todos... Gente de pé só tarde de procissão, carnaval ou novena do Poço...

Voz imaginária: E o tempo, meu amigo, e o tempo que esse tal de trem gastava? Compara-se com o ônibus de agora?

Senhor idoso: Para o ônibus, perdia, perdia. Não nego. Porém, meu caro, para o bonde que, desde a guerra, corre-corre, é um modo de dizer – arrasta-se por aí, a maxambomba vencia longe... Ficava esperando no terminal e se rindo... Nunca andei espremido...⁷⁸⁹

Outro caso especial é a crônica intitulada “Batem palmas”, onde o autor apresenta as novas práticas cotidianas dos recifenses no início do século XX, que desafiavam ou ameaçavam os antigos costumes. O assunto é abordado por familiares que reclamavam das mudanças impostas pela modernidade e pelo progresso:

D. Santa: É mesmo, compadre. O sr. é um milagre aqui em casa!

Zuza: Desde o aniversário de Mini que não aparece!

Zumba: Vocês não sabem a minha vida de hoje!... O tempo não chega mais para nada, depois dessa tal de guerra europeia. [...]

Zuza: Na verdade, compadre, antigamente vivia-se com muito mais sossego. Não se precisava trabalhar como agora. Mesmo porque tudo subiu como um avião... Esta casa era de 80\$ por mês e hoje pago 150\$... [...]

Zumba: Foi uma loucura. Um fim de mundo. E, por isto mesmo, a vida ficou cheia somente de trabalhos... Se não apareço mais por aqui não é por falta de amizade. [...]

Zumba: Meus parabéns, minha filha. Moça é para casar e criar os filhos. E não como essas modas de hoje, feito caixeiras e até escriturárias! Um caminho de perdição!... Onde já se viu moças às voltas com os homens num balcão, ou numa repartição, com conversinhas, risinhos e namoros!... Não filha minha!

Santa: Nem minha, compadre!... São as tais modernices de agora.

Zumba: E este nosso Recife anda botando as manguinhas de fora!... A gente pega no jornal e só fala-se em progresso. Tivemos afinal o porto!⁷⁹⁰

Há ainda outro quadro bem interessante em que o contraste entre o antigo e o moderno é explorado. Intitulado “Canaviais”, Mário Sette aborda diversos episódios da história de Pernambuco, tendo como fio condutor a presença e importância dos canaviais e engenhos de açúcar, que estavam sendo substituídos por usinas. Nesse quadro, que em comparação aos

⁷⁸⁹ Programa *Evocações*, episódio de título: “Numa viagem de ônibus” s/d. Presente no acervo da produção intelectual de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

⁷⁹⁰ Programa *Evocações*, episódio de título: “Batem palmas” s/d. Presente no acervo da produção intelectual de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

outros é bem mais extenso (tem cerca de 10 páginas), o autor traça, de maneira muito simplista e esquemática, um panorama minimamente cronológico e linear da história de Pernambuco, narrando episódios pitorescos. Ele começa pelos primeiros engenhos de Duarte Coelho, passando pelo casamento de Jerônimo de Albuquerque com uma indígena tabajara, que casaram e foram morar no engenho Nossa Senhora da Ajuda, “selando com muito amor e açúcar” a harmonia entre portugueses e indígenas que lutaram juntos contra invasores estrangeiros. Em seguida, relata o episódio da “Teresa Rainha”, uma mulher que era rainha na África, mas que, traficada para o Brasil como escrava, perdeu o braço no moedor de cana. Depois, traz uma anedota sobre o “cabeleira”, um assassino que se escondia nos canaviais dos engenhos pernambucanos; e, por último, fala a respeito de um escravo fugido que é acolhido por um senhor, Joaquim Nabuco, que deste dia em diante se tornou abolicionista.

Ao final do esquete, Sette conclui que foram os canaviais que “adoçaram as bocas que foram longe para exaltar a liberdade da pátria, a liberdade de uma raça e a liberdade de um povo. Independência, Abolição e República, Sonho dos canaviais”. Ou seja, para o autor, os canaviais e os engenhos serviram como cenário e contexto onde as sementes da liberdade, da independência e da república foram plantadas e cultivadas, desempenhando, portanto, um papel crucial na formação do Brasil. Porém, lamenta o autor, os engenhos “foram perdendo essa palpitação de vida, a sua alegria de festas, o seu rumor de muita gente”, pois estavam sendo substituídos por usinas. Ponto de vista que, aliás, era bem antigo de Mário Sette, divulgado pela primeira vez no seu “Senhora de Engenho” de 1921, e compartilhado com muitos intelectuais e literatos contemporâneos, com destaque para Gilberto Freyre e José Lins do Rego.

Segue abaixo um fragmento desta crônica, no qual o autor constrói um diálogo entre personagens fictícios: um representando uma “sombra do passado”, que busca identificar no presente elementos reminiscências dos antigos engenhos, e o outro, “uma voz”, o qual figura ser uma espécie de apresentador das circunstâncias atuais da exploração da cana-de-açúcar:

Sombra do passado: Porque não encontro mais dentro destas porteiras o canto dos carros de bois nem as ordens dos mestres de açúcar? (...) Porque não sinto mais o cheiro de mel a ferver nos tachos nem avisto a bagaceira tão alva perto do açude? [...].

Uma voz: Tudo isso se foi. A usina é que moi. As nossas canas cortadas vão para lá, na carreira, ao apito das máquinas. A imensa esteira engole em poucos dias todos os canaviais destas terras e as turbinas elétricas em poucas horas os transformam no açúcar de nossa riqueza e de nosso progresso. O engenho está em fogo morto...⁷⁹¹

⁷⁹¹ Programa *Evocações*, episódio de título: “Canaviais” s/d. Presente no acervo da produção intelectual de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

Como já podemos perceber, é por meio de diálogos cheios de saudade que Mário Sette conta aos ouvintes detalhes de uma história social e episódica de Pernambuco. Às vezes isso é feito sem especificar o período exato em que se está referindo, construindo sua narrativa com base em termos como “antigamente”, “outrora” e “tempos remotos”; outras, ele faz questão de demonstrar certa preocupação com as datas, demarcando temporalmente o que narrava, como fez, por exemplo, nos esquetes: “A campanha de Dantas Barreto”, no qual trata especificamente sobre a tensa disputa eleitoral para governador de Pernambuco entre o general Dantas Barreto e Rosa e Silva, em 1911; e “Na Era de 14”, onde aborda o contexto do ano de 1914, momento de grandes transformações urbanas na cidade do Recife com a chegada do ônibus elétrico, e também com a mudança de costumes, em decorrência das consequências da Grande Guerra.⁷⁹²

A marcação temporal também está presente em outro esquete, de título “Castro Alves na boca do povo”, no qual aborda a respeito do Recife dos anos de 1860. Ao falar sobre esse contexto, Sette comenta a respeito da recepção das notícias da Guerra do Paraguai na cidade e descreve as melhorias urbanas ocorridas nessa época, ressaltando o calçamento de ruas, a construção dos trilhos das maxambombas, a iluminação a gás carbônico e a água encanada. Além disso, ele destaca ainda que foi nesse período que ideias abolicionistas se tornaram mais frequentes em Recife, disseminadas pelo poeta Castro Alves, que estava “na boca do povo”, sendo mal visto por muitos por declamar versos em favor da abolição.

É importante destacar que o tema da abolição é caro a Mário Sette, estando presente em mais dois esquetes: “Canaviais” e “Cupins que constroem”, além do citado acima. No entanto, em vez de retratá-lo como um evento político isolado, ocorrido em 1888, Sette opta por apresentá-lo como um processo histórico em evolução, transmitindo aos ouvintes uma compreensão mais abrangente e contextualizada desse importante marco da história do Brasil. No esquete “Castro Alves na boca do povo”, por exemplo, ele enfatiza os embates e confrontos entre aqueles que aderiram aos ideais abolicionistas e aqueles que resistiram a eles, no intuito de demonstrar as diferentes visões e interesses a respeito do assunto. Essas ideias contrastantes são colocadas em formato de diálogos entre personagens fictícios, o que contribui para se imaginar o clima de tensão criado na época. Segue um fragmento do esquete:

⁷⁹² É importante salientar que de todos os esquetes, 5 deles não são marcados por referências temporais ou históricas, contendo um conteúdo totalmente ficcional. São eles: “A renda de Maria Clara”, baseada em seu conto “Clarinha das rendas”, “Cabelos brancos”, “Dedo mindinho, outros dedos”, “Melodias e palmas” e “Os vizinhos estudantes”.

- Quem anda feroz contra o Castro Alves é meu padrinho. Por causa dos discursos e dos versos do poeta em favor da abolição da escravatura. Imagine: meu padrinho perder os seus escravos!... Ele tem até escrito artigos nos jornais atacando os abolicionistas... ‘Querem arruinar os agricultores e lançar o Brasil num abismo!’
- Pois eu, minha negra, tenho muita pena dos negros e estou de acordo com os que desejam dar fim ao cativo. Que diferença há entre branco e negro? Nosso senhor nos fez a todos iguais!... Se deu liberdade a um, deve dá-la também ao outro. Castro Alves está com toda a razão.
- E os senhores de engenho franziram as testas:
- Os cabeças de vento dos abolicionistas teimam em agitar essa asneira da libertação dos escravos.
- Se o Brasil pode viver sem escravos!⁷⁹³

Algumas vezes, os temas abordados nos esquetes são apresentados pelos próprios personagens históricos, como acontece no de título “Cupins que constroem”, onde Sette narra as ações do Clube do Cupim, uma associação abolicionista criada em Recife, em 1884, por figuras como Leonor Porto, João Ramos, Numa Pompílio, José Mariano e Dona Olegarina, que são trazidos para o texto quase como pessoas reais nos diálogos elaborados pelo autor. Essa abordagem permite que os ouvintes se aproximem dos eventos históricos por meio das vozes e visões dos próprios protagonistas, o que pode despertar maior interesse e empatia.

Em outros, são narrados por personagens fictícios, retratados como contemporâneos dos episódios históricos que estavam sendo contados, como podemos observar no fragmento do quadro citado acima. Ou até mesmo por figuras que são trazidas como testemunhas dos eventos, que os contam como evocações, possibilitando uma conexão entre passado e presente. Estes são, frequentemente, representados por pessoas idosas que compartilham as lembranças do que presenciaram e de como eram a vida e as coisas em seu tempo. Ao trazer para suas narrativas históricas este tipo de personagem fictício, Mário Sette parece querer direcionar sua comunicação a um público específico: os idosos, que como já vimos, era o seu público alvo, os quais conservam velhos hábitos e guardam dentro de si recordações daquilo que viveram.

No entanto, isso não significa que seus esquetes ignorassem os mais jovens. Ao mesmo tempo em que há um esforço para que os ouvintes mais velhos se identificassem com os assuntos abordados, e com os personagens que guiavam os diálogos, também se percebe uma intenção educativa direcionada aos mais jovens, que frequentemente se deparavam com temas que para eles eram novidades. O esquete de título “Velhas Usanças” é um caso especial, onde Sette constrói sua narrativa como quem ensina aos jovens ouvintes a respeito da circularidade de alguns costumes, sobretudo da moda. Ele inicia o esquete da seguinte forma:

⁷⁹³ Programa *Evocações*, episódio de título: “Castro Alves na boca do povo” s/d. Presente no acervo da produção intelectual de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

Locutor: As velhas usanças vão e vêm. E, não raro, tornam a voltar. Algumas ficam de vez. Outras somem-se de novo. Tem-se uma evidência disso nas modas. Diante das antigas fotografias de álbuns de família observam-se trajes e penteados de voga distantes e de repente lançados outras vez em plena contemporaneidade. Haja vista as saias compridas e as saias curtas, motivos de discussão, não das avós que não tolerariam as últimas [...].⁷⁹⁴

Como se pode notar, o autor propõe aos ouvintes a observação das fotografias antigas para que eles percebam as modas do passado que desapareceram e as que permaneceram. Embora esse exercício possa parecer ter pouca utilidade em termos de ampliação cultural do público, a impressão que temos é a de que Sette quer instigar uma reflexão que vai além da mera identificação das roupas dos antepassados e sua comparação com as dos contemporâneos. A nossa hipótese é a de que o autor pretendia “educar o olhar” dos ouvintes, para que eles fiquem atentos às evidências dos comportamentos e costumes de antigamente, impressos nas fotografias; ou seja, para que eles atentem para uma história social do Recife através da observação e análise de fontes iconográficas. Além disso, parece que ele também teve como interesse proporcionar uma reflexão a respeito da transitoriedade das coisas, sobre a natureza cíclica dos costumes, ensinando aos seus ouvintes a observarem os hábitos sociais do presente, tentando buscar as reminiscências do passado.

Esse tipo de ensinamento não está presente apenas neste esquete. Ao nos depararmos com a ampla gama de temas abordados pelo autor, é possível perceber que, muitas vezes, ele se voltou para pequenos detalhes dos episódios históricos, ou mesmo dos costumes dos recifenses do passado, que não possuíam em si nenhum poder revelador significativo, se aproximando mais de informações cotidianas e aparentemente inúteis, como as que diz respeito ao uso de chales ou de anquinhas pelas mulheres, de casacas e cartola pelos homens, ou mesmo a moda da coleção de cartões-postais, por exemplo. Isso pode levar à ideia de que Mário Sette nem sempre foi bem-sucedido em suas escolhas para os quadros do programa, no que diz respeito à capacidade de adicionar algo de interessante à cultura dos ouvintes. No entanto, apesar dessa conclusão ser em parte verdadeira, pensamos que o seu objetivo maior não era disseminar essas histórias miúdas do passado como se fossem conteúdos indispensáveis ao conhecimento, mas sim, dar simples lições de história aos mais jovens, instigando sua curiosidade e divertindo-os, e também aos idosos, estimulando neles nostalgias emocionantes.

Lições essas que, inclusive, poderiam possuir até um propósito maior, pretendendo incitar nos ouvintes uma preocupação em relação à preservação da memória histórica e das

⁷⁹⁴ Programa *Evocações*, episódio de título: “Velhas Usanças” s/d. Presente no acervo da produção intelectual de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

tradições culturais pernambucanas, como já vimos. Não foi à toa, por exemplo, a insistência do autor em trazer evocações de cenas nas antigas ruas e igrejas do Recife, como a Igreja do Corpo Santo, demolida em 1913, e também das festas populares de antigamente, como o carnaval, o São João, o pastoril e procissões.

Além disso, há também certa preocupação de Mário Sette em proporcionar ensinamentos de valores cívicos, republicanos e identitários. Um exemplo especial é o esquete intitulado “Um romance de 1817”, no qual Sette narra, por meio de diálogos, a Revolução de 1817, tendo como personagem principal Domingos José Martins, um herói da revolução, que, logo após seu casamento com Maria Teodora, foi condenado à morte quando o governo português retomou o poder em Pernambuco. O autor já inicia o quadro com um comentário do “animador”, que diz que 1817 não é para os brasileiros uma data comum, mas “tem um sentido particular, uma expressão cívica: a ousadia, o sacrifício, a decisão de independência”. E, como quem quer reforçar o sentido patriótico do texto, ao final, ele traz um diálogo entre Maria Teodora e uma “ama preta”, no qual ressalta o heroísmo de Domingos José Martins, que morreu pelos seus ideais de liberdade e pela pátria. Segue um fragmento deste diálogo:

M. Teodora: Você ouviu, Filó? Você ouviu? Foi ele, foi a voz dele recitando estes versos... A sua despedida.

Animador: novamente a voz de Domingos: Vinde executar, carrasco, as ordens de vosso Sultão! Eu morro pela liberdade!

Ama preta: Ele morre pela liberdade! A liberdade, a liberdade dos negros cativos.

M. Teodora: A liberdade de todos nós, brasileiros, minha Filó. Ela há de chegar.⁷⁹⁵

Nesse sentido, apesar de simples e até parecerem ingênuas, as crônicas radiofônicas de Mário Sette possuíam propósitos bem definidos: contribuir com a construção de uma cultura histórica republicana em Pernambuco, além de também oferecerem suportes interessantes para a formação de identidades nacional, regional e, principalmente, local. Seu autor reconhecia o poder atrativo de seus esquetes e buscava utilizá-los como recursos potentes para fortalecer a conexão dos pernambucanos, sobretudo, dos recifenses com sua terra, sua cultura e sua história. Portanto, ao oferecer em *Evocações* crônicas históricas semanais de curta duração para um público amplo, contando como que em “pitadas” uma história social e pitoresca de seu estado e de sua cidade, Sette esperava despertar o interesse dos ouvintes e incentivá-los a refletir sobre sua identidade e seu papel na preservação e valorização do legado pernambucano.

⁷⁹⁵ Programa *Evocações*, episódio de título: “Um romance de 1817” s/d. Presente no acervo da produção intelectual de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

7 CONCLUSÃO: UM *ARRUAR* PELAS HISTÓRIAS DE MÁRIO SETTE

Arruar... A expressão é antiquada e em desuso. O vício, entretanto, será prazer de todas as épocas. Como é gostoso fazê-lo na cidade de hoje! Mas quanto é saboroso também arruar pelo Recife de outrora, do *povo* da capelinha de São Telmo, com suas jangadas de pesca e seus trapiches de recolher, do burgo que viu as romarias da entrada do século XX, com salvas da fortaleza do Brum à meia-noite... Amando-o e compreendendo-o. Adivinhando-o. Sentindo-o. Vivendo em cada uma de suas centúrias de idade. Sabendo de sua história cronológica e política, e conhecendo-lhe não menos as histórias populares e pitorescas que não têm a chancela dos institutos, posto se embalsamem com a peculiaridade e a verossimilhança da nossa paisagem e da nossa gente.⁷⁹⁶

O termo *arruar* foi utilizado por Mário Sette para descrever um passeio por sua cidade, Recife. Mas não um passeio qualquer, desatento e apressado, estranho aos cenários, aos personagens e às tradições, e sim um caminhar vigilante, sentindo a cidade, com um interesse vivo “numa fachada de azulejos, numa pedras de calçamento, num bico de telhado, num cocuruto de mirante, numa cara de transeunte, numa escadaria de igreja, numa jaqueira de muro, num interior de loja, num lampião de esquina...”.⁷⁹⁷ Esse passeio seria, como ele mesmo afirma, passatempo e também análise, na intenção de conhecer e recordar, “farejando as reminiscências” do passado no presente. Seria como andar pelas ruas e tentar imaginar os que as pisaram em tempos de outrora, buscando penetrar em suas histórias, não somente a cronológica e política, que empolgam e entusiasмам, mas também as histórias populares e pictóricas, “que não têm a chancela dos institutos”, mas enaltecem e embalam “como um berço impelido por mãe carinhosa.”⁷⁹⁸

Segundo Mário Sette, com a chegada dos costumes modernos e da lógica do progresso, desaprendeu-se a *arruar*. Passou-se a correr com pressa pelas cidades, seja de automóvel ou de ônibus, no intuito de chegar ao destino final. Não importa o percurso; interessa apenas a chegada. Passa-se pelo rio, por árvores, por ruas, pontes, por sobrados, por “tipos populares”, sem atentar para sua fisionomia, “sem sorver melhor o seu perfume, sem escutar meditadamente a sua música...”⁷⁹⁹ Caminha-se pelas ruas somente com o cuidado de não ser atropelado pelos automóveis, sem dar a mínima atenção aos cenários que colorem a vida cotidiana, às suas histórias e às suas tradições. Os velhos monumentos são ofuscados na paisagem desses transeuntes, pois poucos reparam neles ou mesmo se lembram de sua

⁷⁹⁶ SETTE, Mário. *Arruar: História pitoresca do Recife Antigo*. 4 ed. CEPE: Recife, 2018. p. 43.

⁷⁹⁷ SETTE, *Ibid.* 2018. p. 21.

⁷⁹⁸ SETTE, *Ibid.* 2018. p. 24.

⁷⁹⁹ SETTE, *Ibid.* 2018. p. 21.

existência. Muitos deles, inclusive, são até destruídos, alterando-se as expressões típicas da cidade, sem nenhum protesto. Para Sette, o passado passou a ser desprezado, visto como um “baú velho atochado de papéis amarelos”⁸⁰⁰.

Portanto, retomar a prática do *arruar* permitiria sentir o espírito da cidade, mais do que somente vê-la. Permitiria o reencontro com o que há de mais precioso nela: as suas histórias e tradições, impregnadas nas suas paisagens e nos seus cenários. É como se, por meio de um vaguear lento e atento, fosse possível o encontro com nossos antepassados, imaginando “o que os seus olhos viam, o que seus lábios diziam, o que os pensamentos traduziam, o que as almas sentiam...”, com o desejo de viver a cidade por nós e por eles⁸⁰¹. Nesse sentido, *arruar*, para ele, significa uma forma de investigar a realidade longínqua e apagada dos antepassados, indo em busca de nomes históricos, lendários, geográficos, pitorescos, dos costumes e aspectos cotidianos do passado; e também a procura dos cenários dos tempos dos nossos bisavós, de suas infâncias, de seus amores, de suas preocupações, de suas atividades, sonhos, saudades... Isto é, de tudo que desapareceu mas que se projeta no presente como reminiscência nos aspectos físicos da cidade ou mesmo em “velhas crônicas, nos romances, nos relatos verbais de pessoas idosas, nas cartas, mas, sobretudo, nas velhas páginas amarelas dos jornais da época”, que são como flagrantes de seu tempo, embora seja preciso interpretá-los.⁸⁰²

Mas, adverte o autor: não há saudosismo em recordar, nem desejo de que a vida houvesse parado, mas “uma modalidade de amor a tudo o que desapareceu”, ou ao que está prestes a ruir.⁸⁰³ Dessa forma, para Mário Sette, *arruar* parece estar mais relacionado a um estudo que busca tentar sanar o esquecimento e o desconhecimento das tradições e do passado coletivo de sua terra, visando mantê-los sempre vivos na memória dos pernambucanos e recifenses. Isso porque, para ele, é no Recife de antigamente onde está presa a nossa identidade coletiva enquanto povo.

Então, podemos considerar que a noção de *arruar*, além de estar ancorada a uma maneira encontrada por Sette para descrever um passeio por sua cidade, também pode ser definido como o método utilizado por ele para narrar as histórias de Pernambuco e, sobretudo, de Recife, o qual foi sintetizado e sistematizado no seu último livro de título: “Arruar:

⁸⁰⁰ SETTE, *Op. cit.* 2018. p. 22.

⁸⁰¹ SETTE, *Ibid.* 2018. p. 24.

⁸⁰² SETTE, *Ibid.* 2018. p. 29.

⁸⁰³ SETTE, *Ibid.* 2018. p. 28.

História pitoresca do Recife Antigo”, de 1948. Esse livro foi considerado como a obra síntese de sua produção histórica e também aclamado como o seu trabalho de melhor valor historiográfico.⁸⁰⁴ Para Mário Sette, “Arruar” representou a cristalização de seu amor ao Recife⁸⁰⁵. Amor este que foi cultivado por ele ao longo das décadas e expressado de diversas formas na sua produção literária e histórica.

Para aqueles que se engajaram em criar memórias enquadradas sobre Sette, “Arruar” contribuiu com o fortalecimento de uma imagem construída sobre ele que o definiu como um dos fundadores e propagadores do sentimento de *recifensidade* e de *pernambucanidade*. Esse reconhecimento foi ressaltado por Gilberto Freyre, que destacou a relevância do livro e do próprio Mário Sette na formação da identidade regional:

Quem lê Arruar... se é pernambucano fica mais pernambucano; se brasileiro de outro Estado, mais amigo de Pernambuco ou do Recife; se estrangeiro, mais simpático à gente pernambucana e à cidade que não é apenas capital de um Estado mas metrópole de uma região.⁸⁰⁶

Foi com a publicação de “Arruar” que Mário Sette, que já era um velho conhecido no mercado de livros, procurou dar contornos mais bem definidos ao seu método de escrita da história, consolidando a sua abordagem evocativa, social e pitoresca, a qual foi cuidadosamente desenvolvida e aperfeiçoada ao longo das décadas de 1930 e 1940 com a produção de suas crônicas históricas, disseminadas não só em formato impresso, em livros e periódicos, como também pelo rádio. Era como se, na maturidade e depois de tantos livros de história publicados, ele sentisse a necessidade de afirmar a sua identidade enquanto produtor de conhecimento histórico, tentando delimitar a sua própria maneira de escrever a história.

Em um dos capítulos desta tese, ao investigarmos os produtos culturais elaborados por Mário Sette que tiveram a finalidade de divulgar o conhecimento histórico para o público adulto “não iniciado”, categoria em que “Arruar” se enquadra, nos concentramos na análise do livro “Maxambombas e Maracatus”, publicado pela primeira vez em 1935 pela editora paulista Cultura Brasileira e que teve mais três edições subsequentes em 1938, 1958 e 1981. O livro é uma compilação de crônicas históricas, um gênero que Mário Sette já praticava desde 1931, quando, juntamente com o jornalista Fernando Pio, lançou uma coluna de curta duração intitulada “Pernambuco das anquinhas e das maxambombas” no *Jornal Pequeno*.

⁸⁰⁴ ALMEIDA, Magdalena. **Mário Sette**: o retratista da palavra. Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2000. p. 185.

⁸⁰⁵ SETTE, Mário. “Nota do autor, Mário Sette, à primeira edição”. In: SETTE, *Op. cit.* 2018.

⁸⁰⁶ FREYRE, Gilberto. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 26/09/1948.

Escolhemos essa obra com o propósito de pensá-la como a que inaugurou a sua trajetória como escritor de livros de crônicas históricas voltados para o público adulto; gênero literário que, a partir de então, Mário Sette passou a se dedicar, lançando, sobretudo nos anos de 1940, diversos livros, como, por exemplo: “Anquinhas e Bernardas” (1940), “Barcas a vapor” (1945), “Onde os avós passaram...” (1946), e, finalmente, “Arruar” (1948). Partimos do princípio de que “Maxambombas e Maracatus” pode ser visto como uma amostra para teste e consolidação de um estilo próprio de contar as histórias de Pernambuco, com foco especial em Recife. Ou seja, acreditamos que a obra serviu para que Sette pudesse começar a treinar o seu *arruar*, espécie de método de escrita da história, que, como vimos, ganhará contornos mais bem definidos com a publicação de seu último livro.

Também defendemos que “Maxambombas e Maracatus” foi uma verdadeira vitrine de demonstração de sua recente inclinação para o trabalho de historiador mediador, voltado para os adultos, trazendo à tona aspectos históricos pouco explorados até então pelos considerados “historiadores propriamente ditos” – com destaque para sua abordagem evocativa, social e pitoresca da história, que se valia da análise de fontes variadas, principalmente dos jornais antigos – ao mesmo tempo em que buscava cativar o público com crônicas escritas numa linguagem envolvente e agradável, tornando a história de seu estado e de sua cidade mais acessível e atraente para os leitores não iniciados no saber histórico.

No mesmo capítulo, também analisamos o empenho de Mário Sette em divulgar suas crônicas históricas através do rádio, visando demonstrar mais uma modalidade de veículo utilizado por ele para cumprir seu papel como intelectual mediador e seu esforço em ampliar o acesso e a audiência de suas narrativas históricas, uma vez que o rádio se tornou, a partir dos anos de 1930, o meio de comunicação com maior potencial para alcançar um amplo e diversificado público.

Sendo assim, vimos que, além de ser um escritor reconhecido, ele também atuou como radialista nas principais emissoras de rádio de Pernambuco entre os anos de 1930 e 1940: a Rádio Clube de Pernambuco e a Rádio Jornal do Commercio, de Recife, por onde ele irradiou esquetes radiofônicos que tratavam de temas históricos. Na Rádio Clube, Sette contribuiu com o programa intitulado *Hora da Saudade*, durante os anos de 1936 a 1938, quando o programa era dirigido por Nelson Ferreira, e depois, de 1943 a 1944, quando assumiu a função de radialista principal, trabalhando sob a direção de Oscar Moreira Pinto. Na Rádio Jornal do Commercio, ele teve seu próprio programa chamado *Evocações*, que ia ao ar semanalmente

entre 1948, ano de fundação da emissora, e 1949. Além disso, Mário Sette também contribuiu em rádios internacionais, com destaque para as rádios inglesas: A Voz de Londres e a B.B.C, durante os anos de 1943 e 1945. Especialmente com a B.B.C, o autor estabeleceu um vínculo mais sólido, como evidenciado pela significativa quantidade de cartas remetidas pela emissora a Sette. Por meio dessa parceria, ele conseguiu disseminar seus esquetes para todo o país, uma vez que a B.B.C detinha um espaço privilegiado na programação radiofônica brasileira à época, o que demonstra a sua habilidade em ampliar ainda mais o alcance e a notoriedade de suas crônicas históricas, que passaram a ter uma audiência nacional e até mesmo internacional.

Ao nos voltarmos para a sua contribuição no rádio, focamos nossas análises, principalmente, no programa *Evocações*, realizado no estilo de radioteatro com auditório, pelo qual Sette irradiou muitas de suas crônicas históricas adaptadas para o formato de esquetes radiofônicos. Em nosso estudo, tivemos como escopo o total de 43 esquetes presentes no acervo de Mário Sette, nos arquivos da Fundação Joaquim Nabuco. Estes foram analisados visando atender não apenas para a seleção de conteúdos veiculados, mas também para as estratégias narrativas empregadas pelo escritor/radialista em sua escrita da história, com o objetivo de compreender a linguagem utilizada por ele na disseminação de suas histórias repletas de saudade, como o próprio título do programa já denunciava.

Portanto, ao tecermos nossas análises do livro “Maxambombas e Maracatus” e do programa *Evocações*, defendemos que, dentre os trabalhos de Mário Sette, estes são produtos paradigmáticos de mediação cultural, levando em consideração os veículos utilizados pelo autor e também o gênero narrativo empregado (a crônica), que permitiam uma ampla divulgação e vulgarização de sua escrita da história. Salientamos ainda que, por meio deles, Sette pôde disseminar as suas crônicas históricas para um amplo e variado público formado, sobretudo por adultos não iniciados no conhecimento histórico, contribuindo com a construção de uma cultura histórica republicana em Pernambuco e com a criação de uma memória afetiva sobre um passado imaginado, no qual se acreditava estar enraizada nossa identidade coletiva. Partimos da ideia de que, através de suas crônicas, escritas numa linguagem simples e acessível, e também do uso de estratégias narrativas que visavam estimular a curiosidade, ele procurou despertar o interesse do seu leitor e ouvinte pelo passado histórico, pelas tradições folclóricas e pelo patrimônio cultural de sua cidade e do seu estado,

provocando neles uma sensação de saudade, a qual se tornou uma das premissas fundamentais para a construção da noção de *pernambucanidade*.

Além de centrarmos nossa investigação nos trabalhos de Mário Sette voltados para o público adulto, também direcionamos nossa atenção para sua atuação como professor/autor de livros de história destinados para o público escolar. Nosso interesse foi defender que, antes mesmo de se voltar para a publicação de crônicas históricas para os adultos, ele investiu na divulgação do conhecimento histórico para o público infantil, seja atuando como professor em diversas escolas públicas e privadas de seu estado, ou mesmo como autor de livros de leitura voltados para crianças do ensino primário. Sendo assim, sustentamos a ideia de que, ao atuar como professor/autor, ele contribuiu com o processo de construção da História como disciplina escolar em Pernambuco, exercendo, portanto, certa relevância na definição de quais conteúdos históricos deveriam ser ensinados às crianças na época.

Analisamos especificamente seus livros de história: “Terra Pernambucana”, de 1925, e “Brasil, minha terra!”, de 1928, os quais ganharam muitas edições ao longo do século XX e fizeram sucesso entre os leitores-mirins durante décadas. Muitas pessoas que passaram pelos bancos escolares entre o final de 1920 e 1950 tiveram contato com esses livros de Mário Sette, os quais foram adotados pelas redes de ensino público e particular em Pernambuco. No caso do “Brasil, minha terra!”, que foi publicado pela editora Companhia Melhoramentos, uma das maiores do país na época na venda de livros didáticos, este também circulou por outros estados do Brasil, com destaque para São Paulo, Santa Catarina, Sergipe, Maranhão, Paraná, Bahia e Rio Grande do Norte. Logo, por serem destinados ao uso no ensino primário, esses livros foram os responsáveis pela introdução de muitas crianças no conhecimento histórico, apresentando-lhes o universo dos eventos históricos e dos heróis e heroínas da História do Brasil, que se buscava enfatizar a partir da proclamação da República.

Nossa ideia foi identificar esses livros como mais um dos veículos de grande disseminação utilizados por Mário Sette no seu exercício da função de intelectual mediador. Assim, sustentamos a hipótese de que “Terra Pernambucana” e “Brasil, minha terra!” também foram importantes canais de disseminação de uma memória histórica e de uma cultura histórica republicana que se queria valorizar durante a primeira metade do século XX. Sem falar que, como amostras de livros de leitura, também foram considerados como peças fundamentais para incutir nas crianças o nacionalismo e sentimentos identitários de amor à pátria.

Desse modo, ao longo da tese, analisamos, portanto, três modalidades distintas de produtos de mediação cultural (livros de crônicas históricas voltados para o público adulto, o programa de rádio *Evocações* e os livros de leitura), pelas quais Mário Sette desenvolveu seu trabalho de divulgação e vulgarização do conhecimento histórico para um público não iniciado. Com isso, nosso objetivo principal foi atestar a hipótese de que esse escritor pernambucano teve uma atuação marcante como um intelectual mediador durante a primeira metade do século XX. Defendemos que, ao se dedicar a esta função, ele assumiu um papel essencial na sociedade, nas áreas da cultura e da política, e estratégico para a construção de memórias, individuais e coletivas, regionais e nacional, para a formulação de uma cultura histórica hegemônica e também para a criação de identidades.

Para além dos suportes usados por ele para a divulgação de suas narrativas históricas, também nos dedicamos a analisar o perfil de historiador mediador de Sette e as características de sua escrita da história, que se destacavam pelo tom evocativo e pelo valor atribuído aos aspectos sociais e pitorescos, bem como pela maneira como ele brincava com elementos ficcionais na sua produção histórica. Deixamos claro o fato de que Mário Sette encontrou um ambiente favorável, fértil e oportuno para a produção de sua abordagem histórica, uma vez que, desde o início do século XX, já havia um movimento dos historiadores tidos como “modernos” de elaboração de novos métodos e novas modalidades interpretativas e narrativas, que incluíam a busca por uma heterogeneidade de fontes, a apropriação de categorias de outras disciplinas (como a sociologia, antropologia, geografia, psicologia, etnografia) e a produção de uma escrita da história menos cansativa e inacessível. Portanto, chegamos à conclusão de que as escolhas feitas por ele em relação aos tipos de fontes, a ênfase dada à história social e seu modo de escrever história de maneira nenhuma o tornaram um intelectual menor, muito menos maior, genial e originalmente único; ao contrário, essas escolhas faziam parte de uma tradição intelectual já bem consolidada na época de sua produção.

Vimos ainda que, nos anos de 1930, ou seja, quando ele lançou seu primeiro livro de crônicas históricas, o “Maxambombas e Maracatus”, havia uma grande demanda por história, incentivando o mercado editorial a publicar livros de autores que se dedicavam à elaboração de uma “história ensinável”, voltada para públicos que podiam estar dentro ou fora das escolas. Demos destaque, por exemplo, para autores como: Viriato Corrêa e Mário Melo, que, nesta época, como Sette, também atuaram como intelectuais mediadores, lançando livros de história para os não iniciados.

Além disso, apresentamos algumas das várias instâncias de legitimação da atuação de Mário Sette como produtor do conhecimento histórico e da sua escrita da história. Uma delas foi o IAHGP, instituição reconhecida como o mais importante espaço de controle disciplinar da História, enquanto saber científico, em Pernambuco na época, na qual ele se tornou sócio a partir de 1935. Nessa tese, defendemos que, embora ele não tenha desenvolvido um perfil de “historiador propriamente dito”, sua participação no corpo de sócios do IAHGP e a publicação de suas crônicas históricas na revista da instituição – gênero que, aliás, era muito disseminado nela por historiadores consagrados da historiografia pernambucana, como o fizeram secretário perpétuo, Mário Melo, Pereira da Costa e Alfredo de Carvalho – contribuíram para a sua legitimação enquanto produtor do conhecimento histórico, além de que pode ter influenciado sua entrada no corpo docente do primeiro curso superior de História em Pernambuco, no Colégio São José, onde passou a ministrar aulas de História do Brasil a partir de 1939.

Outra instância de reconhecimento de sua produção histórica foi o mercado editorial, uma vez que ele publicou seus livros pelas mais importantes editoras do Brasil na época, com destaque para a Companhia Melhoramentos, Companhia Editora Nacional e a José Olympio. Sem contar que, sobretudo entre os anos de 1930 e 1940, Mário Sette ganhava notoriedade nos circuitos intelectuais do país, construindo uma interessante rede de sociabilidade, mantida através de uma intensa troca epistolar.

Nessa tese, também fomos em busca das memórias construídas sobre Mário Sette que o consagraram como um dos intelectuais pernambucanos que tiveram uma atuação significativa na criação de um sentimento de *pernambucanidade*, durante a primeira metade do século XX. Para isso, analisamos uma variedade de fontes que apresentavam diversas operações memorialísticas empreendidas durante a sua vida e após a sua morte, as quais foram realizadas pelo próprio Mário Sette e também por sua legião de admiradores. Sustentamos que elas tiveram como intenção construir imagens arquetípicas e estereotipadas sobre ele, visando criar lembranças positivas a seu respeito, que deveriam ser compartilhadas até que memórias concorrentes fossem eliminadas. Além disso, acreditamos que essas operações também pretenderam perpetuar o seu legado para que seu nome não fosse esquecido nas próximas gerações.

Partimos do princípio de que seu exaustivo trabalho de divulgação e vulgarização do conhecimento histórico em diferentes mídias de grande disseminação foi, ao longo do século

XX, sendo reconhecido e ganhando uma repercussão positiva, que resultou na elaboração de memórias muito bem enquadradas sobre ele e sobre a sua escrita da história, as quais o definiram como um dos marcos referenciais para o surgimento de um sentimento de pertencimento identitário em Pernambuco.

É válido lembrar que não foi por acaso o fato de que, nos anos de 1980, três livros seus foram reeditados (e sua biografia foi lançada) como parte da “Coleção Recife”, a qual teve como finalidade integrar os projetos político-culturais de incentivo a divulgação e a conservação de elementos “históricos, artísticos e paisagísticos” que constituíam uma certa identidade pernambucana, dirigidos pelo governo de Pernambuco e pela prefeitura do Recife⁸⁰⁷. Isso significa que os livros de Mário Sette foram vistos como em sintonia com as políticas culturais desenvolvidas na época, sendo o autor, portanto, considerado como uma referência quando se tratava de despertar o sentimento de *pernambucanidade*. Nesse movimento de revisitar suas obras e sua trajetória, os personagens e cenários descritos por Mário Sette em seus livros de história, como as maxambombas, o Cais da Lingueta, as negras doceiras, os carregadores de tigres, entre outros, foram lembrados e exaltados, considerados elementos importantes do imaginário coletivo dos recifenses. Sem falar que o próprio autor foi, mais uma vez, enaltecido e posto no panteão dos grandes nomes da História e da cultura pernambucana, sendo construído, inclusive, um busto em sua homenagem e colocado nos jardins da Academia Pernambucana de Letras.

Mas tal prestígio angariado por Mário Sette não pode ser associado apenas à sua atuação como historiador mediador. Ele também se destacou como autor de romances, sendo o mais relevante deles o “Senhora de Engenho”, publicado em 1921. Este livro, além de ter contribuído para a perenidade de seu nome, também desempenhou um papel significativo na construção de sentimentos identitários em Pernambuco. Nesta tese, examinamos a repercussão desse romance, com o objetivo de ressaltar que a obra impulsionou a sua carreira como escritor, uma vez que foi considerada, desde seu lançamento, por uma parte da crítica, como aquela que inaugurou certo estado de melancolia entre os regionalistas pernambucanos, que passaram a sentir saudade da vida nos antigos engenhos de açúcar. “Senhora de Engenho” também foi visto, ao longo do século XX, como o embrião temático de uma espécie de subgênero literário do regionalismo nordestino, denominado “ciclo da cana-de-açúcar”,

⁸⁰⁷ Os livros de Mário Sette publicados para compor a “Coleção Recife” foram: “Memórias Íntimas (Caminhos de um coração)”, lançado em 1980; a 10ª edição de “Terra Pernambucana”, de 1981, e a 4ª edição de “Maxambombas e Maracatus”, de 1981.

associado, principalmente, às obras de José Lins do Rego, e seu autor, portanto, como o precursor do chamado “Romance de 30”, apesar de nunca ter existido consensos a respeito de tal assunto por parte da crítica literária.

Nesse sentido, investimos também na análise das memórias construídas sobre Mário Sette e o seu “Senhora de Engenho” que o representavam dessa maneira. Não na intenção de validar o pioneirismo associado ao seu nome, buscando comprovar as origens de um movimento literário, mas sim para demonstrar que a repercussão desse livro também colaborou com a construção de certa memória enquadrada do autor, a qual o colocava como o fundador de um discurso instituinte que contribuiu efetivamente para a produção de uma sensibilidade instauradora de uma identidade pernambucana e também do que viria a ser a região Nordeste.

Pela extensa produção literária e histórica e pela indiscutível relevância de Mário Sette para a História de Pernambuco, muitos caminhos de pesquisa poderiam ter sido trilhados nesta tese. Porém, como toda pesquisa acadêmica requer uma seleção bem pragmática das fontes, tivemos que deixar de lado uma documentação riquíssima que pode ser investigada em pesquisas futuras.

Considerando uma possível continuação da investigação sobre a contribuição de Mário Sette para a divulgação e vulgarização do conhecimento histórico, há diversas possibilidades que podem ser exploradas. Entre elas, uma análise mais aprofundada do livro “Arruar”, que é outro exemplar pelo qual podemos compreender o estilo narrativo e as estratégias de mediação cultural empregadas pelo autor. Além disso, outro caminho promissor de pesquisa seria a análise de dois compêndios escolares de sua autoria, intitulados “História do Brasil”, destinados às séries do curso ginasial, e que posteriormente foram aprovados pela Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), em 1947. A análise desses compêndios, utilizados em escolas de Pernambuco e possivelmente em outras regiões, podem levar a pesquisa para novos rumos ainda não trilhados. Sem falar na análise de seu único romance histórico, o livro “Palanquim Dourado” (1921), lançado em comemoração ao centenário da Independência do Brasil, o qual tem como tema de fundo a Convenção de Beberibe, evento da História de Pernambuco apontado pelo autor como aquele que antecedeu o próprio 7 de setembro.

De fato, a riqueza da produção intelectual de Mário Sette excede os limites desta tese. No entanto, mesmo considerando o escopo mais restrito, acreditamos ter contribuído com a produção historiográfica atual voltada para os estudos sobre a história dos intelectuais e, principalmente, com aquela focada no papel desempenhado pelos intelectuais mediadores, sujeitos que conferiram novos significados aos produtos culturais, criadores de um conhecimento especializado que possui uma função social de extrema importância. Mais especificamente, contribuimos com a historiografia que se dedica a investigar o papel assumido pelos intelectuais mediadores que atuaram na disseminação e vulgarização do conhecimento histórico durante a primeira metade do século XX, os quais tiveram uma participação importante na construção de uma cultura histórica republicana, que se queria valorizar na época, e também na formação de identidades nacional, regional e local.

Nossa pesquisa também colabora com a produção historiográfica sobre a História de Pernambuco, dando protagonismo a um intelectual que cooperou ativamente com a construção de um sentimento de *pernambucanidade* e com a criação de uma memória histórica no estado, através de suas histórias cheias de saudade de um passado idealizado.

Assim, esperamos que esta tese tenha sido como um *arruar*, convidando o leitor a percorrer suas páginas com vagar e atenção, tal como propôs Mário Sette em seu último livro, ao descrever o vagar pelas ruas do Recife. Que ela tenha despertado o interesse para novas investigações, ampliando o conhecimento sobre esse notável intelectual e sua significativa contribuição para a história e cultura de Pernambuco, bem como do Brasil como um todo.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha; SOIHET, Raquel; GONTIJO, Rebeca (org.). **Cultura Política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2007.
- ABREU, Regina. **O Enigma de Os Sertões**. Funarte: Rocco. Rio de Janeiro, 1998.
- ALBIERI, Thaís de Mattos. **São Paulo-Buenos Aires**: a trajetória de Monteiro Lobato na Argentina. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: 2009.
- ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz. **A fabricação do folclore e da Cultura Popular (Nordeste - 1920-1950)**. Intermeios. São Paulo, 2013.
- _____. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2009.
- _____. “Pedagogias da saudade: a formação histórica de consciências e sensibilidades saudosistas. A vida e o trabalho do poeta e professor português António Corrêa d’Oliveira”. **Revista História Hoje**. v. 2, nº 4, p. 149-174 - 2013.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. “Dilemas da Institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro”. In: MICELI, Sérgio (org.). **História das ciências sociais no Brasil**, v.1, 1ª ed. São Paulo: Sumaré. p. 188- 216.
- ALMEIDA, Magdalena. **Mário Sette: o retratista da palavra**. Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2000.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Passeios na ilha**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- _____. “O frívolo cronista”. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 14/09/1978.
- ANHEZINI, Karina. “Museu Paulista e trocas intelectuais na escrita da História de Afonso de Taunay”. **Anais do Museu Paulista**. N. Sér. v. 10/11. São Paulo, 2002-2003. p. 37-60.
- ARAÚJO, Cristina. “A Reforma Antônio Carneiro Leão no final dos anos de 1920.” In: MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; VIDAL, Diana Gonçalves; ARAÚJO, José Carlos Souza (Orgs.). **Reformas educacionais**. As manifestações da Escola Nova no Brasil (1920-1946). EDUFU. Uberlândia, 2011. p. 231-246.
- ARAÚJO, Emanuel. “Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **Revisão do paraíso**: os brasileiros e o Estado em 500 anos de história. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquem. **Guerra e Paz. Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos Anos 30**. Editora 34. Rio de Janeiro, 1994.
- _____. “Ronda Noturna. Narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu”. **Estudos Históricos**. N. 1. Rio de Janeiro, 1988. P. 28-54.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed.. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1981.

ARRAES, Marcos Alexandre. “O tempo corpóreo e sensível da cidade: um estudo da modernidade no Recife a partir da literatura”. **Verbo de Minas**. v. 19, n. 34. Juiz de Fora, ago./dez. 2018.

ARRAIS, Raimundo. **A capital da saudade**. Destruição e reconstrução do Recife em Freyre, Bandeira, Cardozo e Austregésilo. Editora Bagaço. Recife, 2006.

ARROYO, Leonardo. **Literatura Infantil Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1968.

ARTIÈRES, Philippe. “Arquivar a própria vida”. **Estudos históricos**. v. 11 n. 21. Rio de Janeiro, 1998. p. 9-34.

AZEVEDO, Neroaldo Pontes. **Modernismo e Regionalismo**. Os anos 20 em Pernambuco. Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba. João Pessoa, 1984.

BARRETO, Luiz de Gonzaga. **Universidade do Recife**. Perfil das unidades no ano de 1946. Editora Universitária. Recife, 1996.

BARROS, Souza. **A década de 20 em Pernambuco**. Editora Paralelo. Rio de Janeiro, 1972.

BENDER, Flora; LAURITO, Ilka. **Crônica: história, teoria e prática**. Editora Scipione. São Paulo, 1993.

BENJAMIN, Walter. “O narrador”. In: _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Brasiliense. 2011.

BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: RIOUX, J.P.; SIRINELLI, J.F. (Dir.). **Para uma História cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.

BIGNOTTO, Cilza. “Monteiro Lobato: editor revolucionário?” In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia. **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. Editora UNESP: São Paulo, 2010.

BITTENCOURT, Circe. **Livro Didático e Conhecimento Histórico: uma história do saber escolar**. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), 1993.

BOTELHO, André. **Aprendizado do Brasil: a nação em busca dos seus portadores sociais**. Editora da UNICAMP: Campinas/SP: 2002.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. Gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

_____. **Campo de poder, campo intelectual**. Buenos Aires: Folios, 1983.

_____. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz, 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

_____. “É possível um ato desinteressado?”. In: BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**. Sobre a teoria da ação. 11ª ed. Papyrus. Campinas, SP, 2011.

BRAGANÇA, Aníbal. “A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil”. In: ABREU, M. (Org.). **Leitura, História e História da Leitura**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1999.

_____. “Sobre o editor. Notas para sua história”. **Em Questão**. Porto Alegre, RS: v. 11, n.2, p. 219-237, jul./dez. 2005.

BRITES, Olga. “Crianças de revista (1930/1950)”. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 26, n. 1, p. 161-176, jan/jun, 2000.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. **O bibliotecário perfeito**: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. 2015.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. Companhia das letras. São Paulo, 1990.

CAMARGO, Luís Gonçalves Bueno de. **Uma História do romance brasileiro de 30**. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2001.

CANDIDO, Antonio. “O significado de Raízes do Brasil”. In: HOLANDA, S. B. D. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1967-2013.

_____. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos. 6ª ed. Editora Itatiaia Limitada. Belo Horizonte (MG), 2000.

_____. **Literatura e Sociedade**. 9ª ed. Ouro sobre Azul. Rio de Janeiro, 2006.

_____. “A revolução de 1930 e a cultura”. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 2, n. 4, p. 27-32, 1984.

_____. “A vida ao rés-do-chão”. In: ANDRADE, Carlos Drummond *et al.* **Para gostar de ler**. São Paulo: Ática, 1984;

_____. **A Crônica**: o gênero, sua Fixação e suas transformações no Brasil. Organizado pelo Setor de Filologia da Fundação Casa de Rui Barbosa. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Literatura oral no Brasil**. São Paulo, 2012. nota 44.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2015.

_____. **Nação, Mito e Rito**: Religião Civil e comemoralismo (EUA, França e Portugal). NUDOC-UFC. Fortaleza, 2005.

_____. “O Culto dos mortos como uma poética da ausência”. **ArtCultura**. V. 12, n. 20. Uberlândia, 2010.

CAPELATO, Maria Helena. “Propaganda política e controle dos meios de comunicação.” In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Ed. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1999.

CAVALCANTE, Vanessa. **O teatro de Viriato Corrêa**: uma escrita da História para o povo brasileiro. Dissertação de mestrado. Fundação Getulio Vargas (FGV). Rio de Janeiro, 2012.

CAVALCANTI, Amanda A. M. **Cadê Mário Melo**: Um historiador do IAHGP pelas ruas do Recife. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Rio de Janeiro, 2017.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de. (Orgs.) **História em cousa miúda**. Editora Unicamp. Campinas: São Paulo, 2005.

CENTENO, Carla Villamaina. “Manual Didático História do Brasil-Curso Superior de João Ribeiro: Uma análise sob a perspectiva da organização do trabalho didático”. **Acta Scientiarum**. Maringá, v. 35, n. 2, p. 169-178, July-Dec. 2013.

CERTEAU, Michel. “A operação historiográfica”. **A escrita da História**. 3ª ed. Forense: Rio de Janeiro, 2013.

CHARLE, Christophe. “Le Tempsdes hommes doubles.” **Revue d’histoire moderne et contemporaine/Société d’histoire moderne**. 39. 1992.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Unesp, 2002.

_____. “O mundo como representação”. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 5, n. 11, jan/abr 1991. 173/191.

_____. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução: Maria Manuela Galhardo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel. 2002.

_____. **A mão do autor e a mente do editor**. São Paulo: Ed. UNESP, 2014.

_____. “Do livro à leitura”. In: CHARTIER, Roger (Org.) **Práticas de Leitura**. Estação Liberdade. 5ª ed. 2011.

_____. “O Homem de letras”. In: Vovelle, Michel (dir). **O Homem do Iluminismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1997, p. 117-153.

_____. **A ordem dos livros**. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Editora UNB. 2ª ed. 1998.

COSTA, Karine Lima; PIAZZA, Maria de Fátima Fontes; Medeiros, Talita Sauer. **Mediações e mediações culturais**: escritores, artistas e divulgadores. Casa Aberta Editora. Itajaé, SC. 2021.

D'ANDREA, Moema Selma. **A tradição re(des)coberta**. (O pensamento tradicionalista de Gilberto Freyre no contexto das manifestações culturais e/ou literárias nordestinas). Dissertação de Mestrado. UNICAMP. São Paulo, 1987.

DANTAS, José Guibson Delgado. “Teoria das Mediações Culturais: Uma Proposta de Jesús Martín-Barbero para o Estudo de Recepção”. **Intercom**. X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. São Luis, junho de 2008.

DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DONATO, Hernani. **100 anos da Melhoramentos**. 1890-1990. São Paulo: Melhoramentos, 1990.

DUTRA, Eliana de Freitas. “Companhia Editora Nacional: Tradição Editorial e Cultura Nacional no Brasil dos anos 30”. **I Seminário Brasileiro sobre livro e História Editorial**. Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, nov. 2004.

_____. “Seremos universais, porque nacionais”. In: GOMES, Angela de Castro (Coord.). **Olhando para dentro 1930-1964**. Coleção História do Brasil, vol. 4. Editora objetiva. Rio de Janeiro, 2013. p.229-273.

_____. “Histórias e culturas políticas. Definições, usos, genealogias”. **Varia História**. n 28. UFMG. Dezembro, 2002.

EAGLETON, Terry. **Depois da Teoria: Um olhar sobre os Estudos Culturais e o Pós-Modernismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ENDERS, Armelle. “*O Plutarco Brasileiro: a produção dos vultos nacionais no segundo reinado*”. **Estudos Históricos**. n° 25. Rio de Janeiro, 2000.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **O Brasil contado às crianças: Viriato Corrêa e a literatura escolar para o ensino de História (1934-1961)**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A História como ofício: A constituição de um campo disciplinar**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.

FERRO, Marc. **A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação**. São Paulo: IBRASA, 1983.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Ed. Loyola, 2014.

_____. **O que é um autor? Veja/Passagens**. Portugal, 2002.

FRANQUI, Renata; PERIOTTO, Marcília Rosa. “A trajetória de *Fon-fon!* (1907-1958): de semanário ilustrado e crítico à revista para o lar. **Seminário de pesquisa do PPE**. Universidade Estadual de Maringá. Dez. 2015.

FRANZINI, Fábio. **À sombra das palmeiras: a Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**. 48ª ed. Global Editora. São Paulo, 2003.

_____. **Manifesto regionalista**. 4ª edição. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Recife, 1967.

GARCIA, Nelson Jahar. **Estado Novo. Ideologia e propaganda política**. São Paulo, Loyola, 1982.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. “A produção de uma disciplina escolar: os professores/autores e os livros didáticos”. **Revista brasileira de história da educação**. v. 13, n. 3 (33). Campinas-SP, set./dez. 2013, p. 147-177.

_____. “Invenção e continuidade: a História do Brasil de João Ribeiro”. In: **I Seminário Brasileiro sobre Livro e História**. Rio de Janeiro: FCRB/PPGCOM. UFF/LIHED, 2004.

GLEZER, Raquel; ALBIERI, Sara. “O campo da história e as ‘obras fronteiriças’: algumas observações sobre a produção historiográfica brasileira e uma proposta de conciliação”. **Revista ieb**. n. 48. São Paulo, março de 2009.

GIRÃO, Raimundo. **Fortaleza e a crônica histórica**. Imprensa Universitária da UFC. Fortaleza, 1983.

GOMES, Ângela de Castro (Coord.) Coleção História do Brasil, vol 4 - **Olhando para dentro 1930-1964**. Editora objetiva. Rio de Janeiro, 2013. p. 229-273.

_____. (Org). **A escrita de si. A escrita da História**. FGV. Rio de Janeiro, 2004.

_____. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2009.

_____. **Essa gente do rio... Modernismo e Nacionalismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

_____. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

_____. “A biblioteca de Viriato Corrêa: incursões sobre a leitura e a escrita de um intelectual brasileiro”. In: DUTRA, Eliana de Freitas (Org). **O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente**. Ed. Autêntica. Belo Horizonte, 2013.

_____. “A escrita da história nos palcos. Teatro histórico e crítica literária na Marquesa de Santos”. **Varia História**, vol. 34, n. 66. Belo Horizonte, p. 669-698, set/dez 2018.

_____. “A Marquesa de Santos: história, memória e ficção histórica no Brasil da primeira metade do século XX”. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 45, p. 90-103, 2019.

_____. “*As Aventuras de Tibicuera*: literatura infantil, História do Brasil e política cultural na Era Vargas. **Revista USP**, São Paulo, n.59, p. 116-133, setembro/novembro de 2003.

_____. “Cultura política e cultura histórica no Estado Novo”. In: ABREU, Martha; SOIHET, Raquel; GONTIJO, Rebeca (org.). **Cultura Política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2007.

_____. “Educação, ciência e edição: consagração intelectual, dos periódicos às coleções”. **Revista Brasileira de História da Ciência**. v. 7. Rio de Janeiro, p. 6-15, 2014.

_____. “**Em família**”: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre. Mercado das Letras: Campinas/SP, 2005.

_____. “Gilberto Freyre: algumas considerações sobre o contexto historiográfico de Casa Grande e Senzala”. **Remate de Males**, Campinas, n.20, p. 47-57, 2001.

_____. “História de Chinelo: o ensino de história através do rádio no Brasil dos anos 1950”. In: ROCHA, Helenice, MAGALHÃES, Marcelo, GONTIJO, Rebeca (orgs). **O ensino de história em questão**. Cultura histórica, usos do passado. FGV editora. Rio de Janeiro, 2015.

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia (Orgs.) **Intelectuais mediadores**: práticas culturais e ação política. Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 2016.

GONÇALVES, João Felipe. “Enterrando Rui Barbosa”. **Estudos Históricos** – Dossiê Heróis Nacionais, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 25, 2000.

GONTIJO, Rebeca. **O velho Vaqueano**: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si. Ed. 7 letras. Rio de Janeiro, 2013.

GONTIJO, Rebeca; FRANZINI, Fábio. “Memória e história da historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960”. In: SOIHET, Raquel; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de; AZEVEDO, Cecília; GONTIJO, Rebeca (Orgs). **Mitos, projetos e práticas políticas**. Memória e historiografia. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2009.

GOSSMAN, Lionel. “Anecdote and History”. **History and Theory**, v. 42, n. 2, p. 143-168, 2003.

GOTTARDI, Ana Maria; NAHES, Semírames. “Revista Fon-Fon: a imagem da mulher no Estado Novo (1937/1945)”. **Comunicação: Veredas**. ano V, n. 5. nov./2006.

GUERRINI Jr., Irineu. “Brazilian Section - As transmissões em português da BBC durante a Segunda Guerra Mundial”. In: ABREU, João Batista de. **Batalha sonora**: o rádio e a Segunda Guerra Mundial. EDIPUCRS, Porto Alegre, 2006. p. 17-35.

GUIMARÃES, Lucia M. P. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”. **RIHGB**, Nº 388, jul/set, 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional”. **Estudos Históricos**, nº1, Rio de Janeiro, 1988.

_____. “A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista do Brasil”. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 93-122.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil (sua história)**. T.A. Queiroz: USP, 3º ed. São Paulo: 2017.

HANSEN, Patrícia Santos. **Feições e Fisionomias**. A história do Brasil de João Ribeiro. Rio de Janeiro: Access Editora, 2000.

_____. “A Biblioteca dos Jovens Brasileiros: do caráter didático da literatura infantil aos usos dos livros pelas crianças no início do século XX.” **Revista Escritos**. Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa. n.5. ano 5. Rio de Janeiro, 2011.

_____. “Autores, editores, leitores. O que os livros cívicos para crianças da Primeira República dizem sobre eles?” **História** (São Paulo). V. 30, n.2, p. 51-80, ago/dez 2011.

_____. **Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República**. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo (USP), 2007.

HOBBSAWM, Eric. Introdução. In: HOBBSAWM, Eric, RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012. p. 7-23.

JACKSON, Luiz Carlos; BLANCO, Alejandro. “Sociólogos e ensaístas no Brasil e na Argentina (1930-1970)”. In: MICELI, Sergio; PONTES, Heloísa (Orgs.). **Cultura e Sociedade** Brasil e Argentina. EDUSP. São Paulo, 2014. p. 337-375.

LAJOLO, Marisa. “Infância de papel e tinta”. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **História social da infância no Brasil**. 3ª ed., São Paulo: Cortez Editora; USF-IFAN, 2001.

_____. **Monteiro Lobato: um brasileiro sob medida**. Ed. Moderna. São Paulo, 2000.

_____. **Uso e abuso da literatura na escola: Bilac e a literatura escolar na República Velha**. Rio de Janeiro: Globo, 1982.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.

LEITE, Luzia Juçara. “Revisando livros didáticos de história: a ação da diplomacia cultural em nome da paz”. **Tempo e Argumento**. vol. 3, n.2, UDESC, pp. 77-90, 2011.

LIMA, Nísia Trindade. “Intelectuais e interpretação do Brasil”. In: LIMA, Nísia Trindade. **Um Sertão chamado Brasil**. 2ª ed. Hucitec editora. São Paulo, 2013.

LINS, Guto. **Livro Infantil?** Projeto gráfico, metodologia, subjetividade (Coleção Textos Design). São Paulo: Edições Rosari, 2003.

LEOPOLDINO, Maria Aparecida. “Políticas culturais e livros didáticos de História: Rocha Pombo na capital da República.” **VIII Congresso Internacional de História**. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2017.

LUCA, Tania Regina de Luca. “Monteiro Lobato: estratégias de poder e auto-representação n’*A barca de Gleyre*. In: GOMES, Angela de Castro (org). **A escrita de si. A escrita da História**. FGV. Rio de Janeiro, 2004. p. 111-138.

_____. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. Editora UNESP: São Paulo, 1999.

MACHADO NETO, A.L. **Estrutura social da República das Letras**. São Paulo: Editorial Grijalbo. 1973.

MACHADO, Felipe Luiz Borges. **Assis Cintra: uma outra História**. O limiar da história e outros lugares da historiografia brasileira. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Minas Gerais, 2004.

MALATIAN, Teresa. **Oliveira Lima e a construção da nacionalidade**. Bauru, Edusc. São Paulo, 2001.

MALERBA, Jurandir. “Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História? Uma reflexão sobre o embate entre historiadores.” **História e Historiografia**. N. 15. Ouro Preto-MG, 2014. P. 27-50.

_____. “Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital”. **Revista Brasileira de História**. v. 37. n. 74. São Paulo, 2017.

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos meios a mediação: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ/Editora UFRJ, 1997.

Martins, A. L. **Revistas em Revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República**, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MARTÍNEZ, Ana Teresa. “Intelectuales de provincia: entre lo local y lo periférico”. **Primas – Revista de História Intelectual**. Vol. 17. n. 2. Universidad de Quilmes Bernal. Argentina. Dezembro de 2013. p. 169-180.

MAUAD, Ana Maria; LOUZADA, Silvana; JÚNIOR, Luciano Gomes de Souza. “Das revistas ilustradas ao fotojornalismo independente: itinerários da prática fotográfica no Brasil do século XX. **Fotocinema**. Revista Científica de cine y fotografía. n. 22. 2021.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana**. 3ª ed. São Paulo: Alameda, 2008.

MENDONÇA, Joabe França. “As adaptações de João Ribeiro em ‘História do Brasil’”. **Epígrafe**, São Paulo, v. 4, n. 4, pp. 107-123, 2017.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à Brasileira**. Companhia das Letras. São Paulo, 2001.

MICELI, Sérgio; PONTES, Heloísa (Orgs.). **Cultura e Sociedade** Brasil e Argentina. EDUSP. São Paulo, 2014.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

MOREIRA, Sônia V. e SAROLDI, Luiz Carlos. **Rádio Nacional, o Brasil em sintonia**. Rio de Janeiro, Jorge Zahhar Editor, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia”. In: _____(org.). **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009. p. 13-39.

NAGLE, Jorge. “Nacionalismo”. **Educação e sociedade na Primeira República**. 3º ed. Edusp. São Paulo, 2009.

NAHES, Semíramis. **Revista FON-FON: a imagem da mulher no Estado Novo (1937- 1945)**. São Paulo: Arte & Ciência, 2007.

NAKAGAWA, Sônia Yoshie. “Estudo da coleção “Biblioteca das Moças: a formação de jovens por meio da boa leitura.” **Linguagens - estudos e pesquisas**. vol. 18. n. 01. p. 157-180. UFG. jan/jun, 2014.

NASCIMENTO, Rui Aniceto Fernandes. “Coleção resumo didático uma proposta para o ensino de História nos anos 1910/1930.” **Anais da XI Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História**. novembro, 2020.

NETO, José Maria de Souza. **Sonhos de Nabucodonosor**. Um ensaio sobre Estados Novo e propaganda em Pernambuco. EDUPE. Recife, 2013.

NICOLAZZI, Fernando. “Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública.” **Revista História Hoje**. V.8. n. 15. p. 203-222, 2019.

_____. “O historiador enquanto leitor: história da historiografia e leitura da história.” **História e historiografia**. n.13. Ouro Preto, dez. 2013. p. 75.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. In: **Projeto História**, São Paulo: PUC, n. 10, p. 07-28, dez. 1993.

Programa “Entrevista com Bial” disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZqS0_-IXAU. Acesso em: 10/11/2021.

OLIVEIRA, Marco Antônio de. **Os intelectuais e a produção da série Resumo Didactico pela Companhia Melhoramentos de São Paulo**. 1918-1936. Tese de doutoramento. São Paulo: FEUSP, 2006.

OLIVEIRA, Maria da Glória. **Crítica, método e escrita da História em João Capistrano de Abreu**. Editora FGV. Rio de Janeiro, 2013.

_____. João Capistrano de Abreu. Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen. In: Nicolazzi, Fernando (Org.). **História e historiadores do Brasil**. Do fim do Império ao Alvorecer da República c. 1870-1940. EDIPUCRS. Série Monumenta 4. Porto Alegre, 2015.

_____. **Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

PAMUK, Orhan. **Istambul**. Memória e cidade. Companhia das Letras. São Paulo, 2007.

PEROSA, L.M. F. **A hora do clique: análise do programa de rádio Voz do Brasil da Velha à Nova República**. Annablume. São Paulo, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Crônica: a leitura sensível do tempo”. **90 anos**, [S. l.], v. 5, n. 7, p. 29–37, 1997.

_____. “História e Literatura: uma velha nova história”. In: COSTA, C. B. MACHADO, M. C. T. (org.). **História & Literatura**. Uberlândia: EDUFU, 2006.

_____. “Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura”. **Revista da História das Ideias**. Coimbra, vol. 21, 2000.

_____. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. “Em busca de uma outra História: Imaginando o Imaginário”. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

_____. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

_____. “Fronteiras da ficção: diálogos da História com a literatura. **Revista História das Ideias**. vol. 21. Faculdade de Letras, Coimbra, 2000.

PHAELENTE, Renato. **Fragments da História do Rádio Clube de Pernambuco**. CEPE. 2ª ed. Recife, 1998.

PIRES, Livia Claro. “A Liga Brasileira pelos Aliados e o Brasil na Primeira Guerra Mundial”. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH**. São Paulo, 2011.

_____. “Os inimigos da nação: A Liga Brasileira pelos Aliados e os discursos sobre o ‘Perigo Alemão’ durante a Grande Guerra (1915-1919)”. **Oficina do historiador**. EDIPUCRS, v. 8, n. 1. Porto Alegre, jan./jun. 2015, p. 61-80.

_____. “Pensando a guerra e a nação: a Liga Brasileira pelos Aliados e suas ideias sobre o Brasil no contexto da Primeira Guerra Mundial (1915-1919).” **História: Debates e Tendências**. V. 14, n. 2. Passo Fundo, jul./dez. 2014. p. 292-305.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10. p. 200-215, 1992.

_____. “Memória, esquecimento, silêncio”. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PONTES, Heloisa. “Retratos do Brasil: Um Estudo dos Editores, das Editoras e das Coleções Brasileira, nas Décadas de 1930, 40 e 50”. **BIB. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, v. 26, p. 56-110, 1988.

POWERS, Alan. **Era uma vez uma capa**: história ilustrada da literatura infantil. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

PRIORE, Mary Del (Org.). **Revisão do paraíso**: os brasileiros e o Estado em 500 anos de história. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil**. De Varnhagen a FHC. Vol 1. 9ª ed. FGV. Rio de Janeiro, 2007.

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: EdUfrj / Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2003.

REZENDE, Antonio Paulo. **(Des)encantos modernos**. Histórias da cidade do Recife na década de 1920. FUNDARPE. Recife, 1997.

RIBEIRO, Mariana dos Santos. **Construindo Histórias e Memórias**: O IHGB e o IAGP em meio às celebrações dos centenários do movimento pernambucano de 1817. (Tese de doutorado). Rio de Janeiro: PUC-Rio, set. 2011.

RICOEUR, Paul. **A memória, a História e o esquecimento**. Editora da Unicamp: Campinas, 2007.

RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)**. Martins Fontes. São Paulo, 2004.

RINALDI, Lucinéia. **Cronistas de Viagem e Viajantes Cronistas**: O Pêndulo da Representação no Brasil Colonial. Dissertação de Mestrado. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

ROCHA, José Maria Tenório. **O Silêncio conivente**. Estevão Pinto, etnólogo: Trajetória intelectual e opções teóricas. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, 1992.

RODRIGUES, Maria Cristina de Matos. “De Tibicuera a Floriano Cambará: as mediações de Erico Veríssimo.” In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia (Orgs.) **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 2016. p. 331-365.

RODRIGUES, Rodrigo José Cantarelli. **Contra a conspiração da ignorância com a maldade**: A Inspeção Estadual dos Monumentos Nacionais e o Museu Histórico e de Arte Antiga do estado de Pernambuco. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2012.

ROLNIK, Suely. “A Multiplicação da Subjetividade”. *Folha de S. Paulo*. 19/05/1996.

SALGUEIRO-ANGOTTI, Heliana. “A construção de representações nacionais: os desenhos de Percy Lau na Revista Brasileira de Geografia e outras “visões iconográficas” do Brasil moderno”. *Anais do Museu Paulista*. v.13. n.2. p. 21-72. jul.-dez. 2005.

SANTANA, Jorge José B. **O rádio pernambucano por quem o viu crescer**. Ed. do autor. Recife, 2009.

SANTOS, Evson Malaquias de Moraes Santos; GOMES, Clodoaldo Marques; JÚNIOR, Edelson de Albuquerque Silva; GÓIS, Mariana Monteiro de Macêdo; FRANÇA, Shenia Santos de. **A instituição imaginária, educacional e catedrática e a primeira greve docente (1951) da UFPE**. Editora Universitária UFPE. Recife, 2013.

SARLO, Beatriz. **Modernidade periférica**. Buenos Aires 1920 e 1930. Cosac Naify. São Paulo, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SETANY, Adriana. “Liga Brasileira pelos Aliados”. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIGA%20BRASILEIRA%20PELOS%20ALIADOS.pdf>. Acesso em: 14/06/2021.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

SILVA, Giovane José da. “Universidade do Ar: Jonathas Serrano e a formação dos professores de história pátria pelas ondas do rádio”. In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia (Orgs.) **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 2016. p. 289-327.

SILVA, Wagner Carlos da. **NA TRINCHEIRA DO IAHP: A trajetória do historiador Mário Melo**. Tese de doutorado. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, 2021.

SIQUEIRA, Ana Maria Alves; NASCIMENTO, Marília Angélica Braga do. “o Nacional por meio do Regional”. **Ipotesi**. v. 18. n. 1. Juiz de Fora, jan/jun 2014.

SIRINELLI, Jean-François. “As elites culturais”. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

_____. “Os intelectuais”. In : René Rémond (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: EdUfrj / Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

Site da editora Livros Vivos, disponível em: <https://editoralivrosvivos.com.br/brasil--minha-terra>. Acesso em: 02/08/2023.

SOARES, Gabriela Pellegrino. “Os irmãos Weiszflog em busca dos mercados escolares: identidades das Edições Melhoramentos dos primórdios à década de 1960”. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Orgs.). **Impresso no Brasil: Dois séculos de livros brasileiros**. Editora Unesp: São Paulo, 2010.

SOUZA, George Félix Cabral de. NEVES, Fernando Ivo; LEÃO, Reinaldo Carneiro; GALVÃO, Tácito Cordeiro (Orgs). **Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano: breve história ilustrada**. IAHGP. Recife, 2010.

SOUZA, Márcia Cristina Soares Cabrera. **Anísio Teixeira e a educação brasileira: da formação intelectual aos projetos para a escola pública. 1924-1964**. Tese de doutorado. Universidade Federal de Uberlândia. Minas Gerais, 2018.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. **As cidades enquanto palco da modernidade**. O Recife de princípios do século. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas- Universidade Federal de Pernambuco/Recife, 1994.

_____. “Impregnado de eternidade. O Recife em Manuel Bandeira”. **Antíteses**. v. 09. Londrina, 2016. p. 325-345.

_____. “Política e cultura no Recife: a administração municipal de Gustavo Krause e a criação da GMAR”. In: TAULLA, Lorena e MONTEIRO, Mariza (Orgs.). **A Galeria Metropolitana de Arte do Recife**. Recife: FioAções, 2022, p. 22-35.

_____. “Recife: notas em torno da Gênese de um campo cultural”. **Clio: revista de pesquisa histórica**. v.32. n.2 UFPE. Julho/dezembro, 2014.

TEIXEIRA, Tássia Brandão. “F. A. Pereira da Costa e o Folklore pernambucano: Escritas da História”. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH**. São Paulo, 2011.

VALE, Nayara Galeno do. **‘Um retrato inteiriço e harmônico da nação’**: identidade do historiador e escrita da história do Brasil na obra de Pedro Calmon. Universidade Federal Fluminense (UFF). Tese de doutorado. Niterói, 2018.

_____. **Hélio Vianna e Pedro Calmon**: identidade do historiador e embates em torno da escrita da História do Brasil. Monografia. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa. Fundação Biblioteca Nacional, 2012.

Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 34, n. 66, p. 585-589, set/dez 2018.

VENTURA, Roberto. **Os sertões entre dois centenários**. In: MADEIRA, Angélica e

VELOSO, Mariza (Org.). **Descobertas do Brasil**. Brasília: UnB, 2000.

VIEIRA, Ana Paula. **O Departamento de Imprensa e Propaganda e a política editorial do Estado Novo (1937-1945)**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Rio de Janeiro, 2019.

WEHLING, Arno (org.). “As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. **RIHGB**. N. 338. Rio de Janeiro, jan/mar.1983p. 7-16.

_____. “Estado, História, Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional”. **Nova Fronteira**. Rio de Janeiro: 1999.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**. Companhia das letras. São Paulo, 1989.

Fontes

[Arruar: um livro de história social]. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 26/09/1948.

“A carta do Escrivão”. Uma página da História do Brasil. *Correio Paulistano*. São Paulo, 05/08/1951.

“Academia Carioca de Letras”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 31/04/1950.

“A demissão do prof. Mário Sette do Colégio São José”. *Jornal Pequeno*. Recife, 12/07/1946.

“A escola contra o extremismo. Como o professorado triunfará nessa campanha cívica”. *Diário da Manhã*. Espírito Santo, 12/11/1936.

“A Hora do Brasil fala de ‘Maxambombas e Maracatus’”. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

“A Ilustre Campainha”. s/j.1933. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

“Ainda o ouvinte, esse caluniado”. Radiocultura. *Jornal Pequeno*. Recife, 03/12/1948.

“A morte de Mário Sette. Cortes e Recortes. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 2/04/1950.

“Academia Pernambucana de letras”. *A Província*. Recife, 11/02/1922.

“Academia Pernambucana de Letras”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 14/05/1920.

“A prefeitura continuará preservando o passado”. *Diário da Manhã*. Recife, 18/09/1982.

“A primeira conversão”. Uma página da História do Brasil. *Correio Paulistano*. São Paulo, 29/07/1951.

“Arruar - o novo livro de Mário Sette”. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

“Às exmas. Sras. Diretoras e professoras de estabelecimentos de ensino de curso primário”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 08/02/1951.

“Associação Brasileira de Educação”. *O Tico-Tico*. Rio de Janeiro, 07/03/1928.

“Assembleia Legislativa. cr\$ 10.000 serão entregues à Comissão Promotora da instalação de um monumento ao escritor Mário Sette”. *Diário da Manhã*. Recife, 10/06/1950.

“A torre de Belém da arquitetura”. *Manchete*. Rio de Janeiro, 29/06/1974.

“Auditório. Rádio Jornal do Commercio. Hoje”. *Jornal do Commercio*. Recife, s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

“A volta do Melpomene”. Teatro. *Jornal Pequeno*. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

“Beletrismo. Mário Sette - terra Pernambucana - Leitura para as Escolas - Recife - 1925”. *O Malho*. Rio de Janeiro, 17/10/1925.

“Bibliografia. ‘Um bom livro’”. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

“Biblioteca ‘Carlos Pena Filho’”. *Diário da Manhã*. Recife, 24/09/1969.

“Brasil, minha terra”. *Jornal Pequeno*. Recife, 02/08/1943.

“Caçando esmeralda”. Uma página da História do Brasil. *Correio paulistano*. São Paulo, 11/11/1951.

“Cartas e romancistas”. s/d. Presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

“Coleção pernambucana lança mais 4 livros”. *Diário da Manhã*. Recife, 7/09/1978.

“Conselho de Educação”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 22/01/1928; “Instrução”. *Diário da Manhã*. Recife, 22/01/1928.

“Cousas da Cidade”. *Jornal Pequeno*. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

“Crônica sonor”. *Diário da Manhã*. Recife, 26/05/1938

“Em sinal de solidariedade ao professor Mário Sette”. *Jornal Pequeno*. Recife, 24/07/1946.

“Em torno do Prêmio ‘Machado de Assis’”. *Jornal Pequeno*. Recife, 08/09/1934.

“Escritor Mário Sette. A sua entrada para o corpo de colaboradores brasileiros da BBC”. *Jornal Pequeno*. Recife, 15/08/1944.

“Escritor Mário Sette”. *Diário de Pernambuco*. 01/04/1950.

“Estevão Pinto na Academia”. *Jornal Pequeno*. Recife, 8/11/1951.

“Eugenio Gomes e o prêmio Machado de Assis”. *Letras e Artes*. Rio de Janeiro, 02/07/1950.

“Evocando. Rádio.” Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

“Faleceu ontem, o escritor Mário Sette. *Diário da Manhã*. Recife, 26/03/1950.

“Fantasias novamente hoje”. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

“Frases e anedotas brasileiras”. *A Gazeta*. São Paulo, 29/05/1930.

“Fundação de Cultura vai editar livro sobre Mário Sette”. *Diário da Manhã*. 22/03/1980.

“Fundação entrega 3 edições”. Presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

“Grande só o Brasil”. *Cultura Política*. Ano II. n. 21. Rio de Janeiro, 10/11/1942.

“Histórias velhas e trabalhos novos” Radiocultura. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

“Hoje, o enterramento do Escritor Mário Sette”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 26/03/1950.

“Homenagem aos jornalistas falecidos”. *Gazeta de notícias*. Rio de Janeiro, 11/05/1950.

“Instituto Arqueológico. Associações”. *Diário da Manhã*. Recife, 15/02/1936.

“Jornal de Letras lança dois prêmios literários para 1950”. *Jornal de Letras*. Ano II. Rio de Janeiro, Setembro de 1950.

“Krause preside a entrega de livros”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 12/02/1981.

“Livro de Mário Sette volta às bancas escolares”. *Diário da Manhã*. Recife, 29 e 30/11/1981.

“Livro e Folhetos”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 12/02/1927.

“Livro escolar. Biblioteca Mário Sette”. *Jornal Pequeno*. Recife, 06/03/1953.

“Livros aprovados para 1929”. *Correio paulistano*. São Paulo, 18/01/1929.

“Livros e Folhetos”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 06/06/1923.

“Livros e folhetos”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 07/02/1939.

“Livros e folhetos”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 24/05/1950.

“Livros Instrutivos”. *Excelsior*. Ano VI. n. 67. Rio de Janeiro, julho de 1933.

“Livros nortistas”. *Diário da Manhã*. Recife, 25/11/1935.

“Livros Novos”. *A Província*. Recife, 23/09/1928.

“Livros novos”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 09/11/1948.

“Livros”. *Diário da Manhã*. 25/03/1980.

“Mário Sette morreu”. *Jornal de Letras*. Rio de Janeiro, março de 1950.

“Mário Sette vai falar sobre o Recife”. *A Nação*. 5/12/1948.

“Mário Sette vai falar sobre o seu Maxambombas e Maracatus”. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

“Mário Sette. Falecimento, ontem do romancista e historiador pernambucano - traços bio-bibliográficos”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 27 e 28/03/1950.

“Mário Sette”. *A Casa*. Rio de Janeiro, maio de 1950.

“Mário Sette”. *Vamos Ler*. Rio de Janeiro, 10/09/1942.

“Meia hora com Mário Sette.” Presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

“Morreu o escritor Mário Sette”. *A Noite*. Rio de Janeiro, 27/03/1950.

“No mundo das letras. ‘Brasil, minha terra!’”. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

“Nordeste”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 06/01/1950.

“Notas”. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 22/01/1949.

“Novos Patronos da APL. *Leitura*. Rio de Janeiro, 1959.

“O busto de Mário Sette. Mesa redonda”. Crônicas de dias da Silva. *Jornal Pequeno*. Recife, 25/04/1950.

“O charuto de Deodoro”. *Jornal Pequeno*. Recife, 07/07/1928.

“O homem de quem todos fogem”. *Jornal Pequeno*. Recife, 20/07/1928.

“O primeiro vapor (BBC)”. *Jornal Pequeno*. Recife, 26/06/1944.

“O sr. Mário Sette, escritor tradicionalista”. *O Boletim de Ariel*. Ano V. Rio de Janeiro, março de 1936.

“Obras Didáticas”. *Diário Nacional*. São Paulo, 18/01/1929.

“Ondas curtas e longas. Notícias de toda parte”. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

“Ondas curtas e largas. Música no ar”. *Diário da Manhã*. Recife, 18/06/1937.

“Os livros mais vendidos da semana”. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 23/03/1958.

“Outro livro pernambucano”. *Diário da Manhã*. Recife, 17/10/1935.

“Pernambuco das anquinhas e das maxambombas”. *Jornal Pequeno*, 13/04/1931.

- “Pernambuco das anquinhas e das maxambombas”. *Jornal Pequeno*. Recife, 12/03/1931.
- “Pílulas”. *Diário da Noite*. São Paulo, 21/10/1959.
- “Prêmio da Academia”. *Diário de Pernambuco*. 2502/1950.
- “Prêmio Machado de Assis”. *Letras e Artes*. Rio de Janeiro, 11/06/1950.
- “Prêmio Machado de Assis”. *Letras e Artes*. Rio de Janeiro. 05/03/1950.
- “Programação da Rádio”. *Jornal Pequeno*. Recife, 13/01/1949.
- “Questionário de Mirim realizado entre as crianças das escolas públicas primárias”. N. 833. *Mirim*. Rio de Janeiro, 27/06/1943.
- “Rádio Clube de Pernambuco”. *Diário da Manhã*. Recife, 6/10/1931.
- “Rádio Clube de Pernambuco”. *Jornal do Commercio*. Recife, 10/05/1936.
- “Rádio”. *A Nação*. Rio de Janeiro, 28/05/1936.
- “Recife de Ontem”. *Jornal Pequeno*. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.
- “Revista de Cultura”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 30/07/1950.
- “Seleção histórica. Fica extinta.” *Jornal de Penedo*. Penedo, 25/06/1950.
- “Senhora de Engenho”. *Jornal do Recife*. Recife, 12/01/1922.
- “Senhora de Engenho”. *Jornal Pequeno*. Recife 28/09/1921.
- “Senhora de engenho no teatro”. Suplemento. Secção de Rotogravura. *A Noite*. Rio de Janeiro, 28/12/1943.
- “Senhora de Engenho. Biografia do livro”. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 10/04./1954.
- “Senhora de Engenho. Entrou na 5ª edição o lindo romance de Mário Sette.” *Jornal Pequeno*. Recife, 05/04/1937.
- “Senhora de Engenho”. *Jornal Pequeno*. Recife, 3/04/1937.
- “Subcomissão Pernambucana de Folclore”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 7/10/1948.
- “Terra Pernambucana”. *Diário da Manhã*. Recife, 26/02/1939.
- “Terra pernambucana”. *Jornal Pequeno*. Recife, 06/10/1948.
- “Três nomes e um prêmio”. *Letras e Artes*. Rio de Janeiro, 19/02/1950.

“Última página de um diário inédito de Mário Sette. Esporas de Metal pobre. (publicação póstuma)”. *Correio da manhã*. Rio de Janeiro, 15/06/1951.

“Um conceito de pernambucanidade”. Disponível em: www.mariosette.com.br. Acesso em: 09/06/2021.

“Uma página da nossa história”. Página Infantil. *Correio paulistano*. São Paulo, 29/04/1951.

“Voto de aplausos pela posse do arcebispo d. João Costa. *Jornal Pequeno*. Recife, 15/09/1953.

“Maxambombas e Maracatus”. Mais uma edição desse livro do brilhante escritor Mário Sette.” *Jornal Pequeno*. Recife, 27/08/1936.

“‘O primeiro Vapor da Europa’, de autoria do escritor recifense Mário Sette. - BBC”. *Jornal Pequeno*. Recife, 17/06/1944.

“‘Terra Pernambucana’” leitura para as escolas, por Mário Sette Imprensa Industrial.” s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

ALBUQUERQUE, Moacir. “Mário Sette”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 26/05/1950.

ANDRADE, Paulino. “Um Romance Regional”. *A Província*. Recife, 22/03/1921.

ARAGÃO, J. Guilherme de. “Arruar - História Pitoresca do Recife”. Rumo Bibliográfico do Correio da Noite. *Correio da Noite*. Rio de Janeiro, s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

_____. “Arruar – História Pitoresca do Recife”. *Jornal Pequeno*. Recife, 24/03/1948.

ASSIS, Machado. “A + B”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 16/09/1886.

_____. “A semana”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 01/02/1894.

BARBOSA, Arthur Alves. “D'Aquém e d'além mar”. *Jornal do Recife*. Recife, 16/06/1922.

BARBOSA, Orris. “Maxambombas e Maracatus”. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

BARRETO, Lima. “Dias de roça”. *Careta*. Rio de Janeiro, 14/05/1921.

BARROS, Paula Melo Rego; REGO, Rossana Sette de Melo. “Um conceito de pernambucanidade”. Disponível em: <http://www.mariosette.com.br/>. Acesso em: 28/06/2021.

BROCA, Brito. “Os romances de Mário Sette”. *Anuário brasileiro de literatura*. Rio de Janeiro, 1939.

CALMON, Pedro. *Jornal Acadêmico*. Rio de Janeiro, 18/08/1931.

_____. **Memórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

Carta da Editora José Olympio para Mário Sette de 09/03/1938. Presentes no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

Carta da Presidência da República Francesa para Mário Sette em 13/02/1917. Presente no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

Carta da Rádio Clube (demissão) para Mário Sette de 12/04/1948. Presente no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

Carta da Rádio Clube de Pernambuco para Mário Sette de 30/11/1944. Presente no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

Carta de Affonso de Taunay para Mário Sette de 28/09/1928. Presente no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

Carta de Álvaro Lins para Mário Sette de 7/11/1936. Presente no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

Carta de As. Hodge para Mário Sette de 16/10/1944. Presente no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

Carta de Augusto Tavares de Lyra (IHGB) para Mário Sette de 20/05/1948. Presente no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

Carta de C.A. Nicolas para Mário Sette de 24/10/1944. Presente no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

Carta de Érico Veríssimo (Revista Globo) para Mário Sette de 21/11/1934. Presente no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

Carta de Floriano para Mário Sette de 06/04/1940. Presente no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

Carta de Hélio Vianna para Mário Sette de 17/04/1945. Presente no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

Carta de Herman Lima para Mário Sette de 07/01/1946. Presente no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

Carta de Herman Lima para Mário Sette de 16/03/1950. Presente no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

Carta de José Lello para Mário Sette de 22/04/1924. Presente no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

Carta da Madre Maria José Torres de Carvalho Barbosa para Mário Sette de 25/06/1947 e 01/08/1948. Presentes no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

Carta de Mário Sette para a Livraria Imperatriz em 13/01/1935. Presente no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

Carta de Monteiro Lobato para Mário Sette de 18/02/1936. Presente no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

Carta de remetente não identificado de 21/06/1938, presente no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

Carta de Ronald de Carvalho (secretário do Chefe do governo provisório) para Mário Sette de 14/07/1934. Presente no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

Cartas da B.B.C para Mário Sette de 18/01/1944; 19/10/1944. Presentes no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

Cartas de Hélio Vianna para Mário Sette: 06/10/1947; 11/09/1946; 17/04/1945; 06/09/1948; 19/10/1947; 26/05/1946; 27/09/ 1948. Presente no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

Cartas de Levi Carneiro para Mário Sette: 05/05/1947; 15/10/1946; 20/11/1946; 24/03/1946. Presente no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

Cartas de Mário Sette para a Rádio Clube de Pernambuco de 06/08/1944; 30/11/1944; 14/11/1947; 12/04/1948. Presentes no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

Cartas de Mário Sette para Galeão Coutinho de 19/08/1936 e 25/08/1936. Presentes no acervo de cartas de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

CARVALHO, Albertus. “Maxambombas e Maracatus”. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

CAVALCANTI, José Geraldo Gomes. “Mário Sette: 20 anos da morte”. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

_____. “Mário Sette, o cronista da cidade do Recife”. *Jornal Pequeno*. Recife, 18/04/1951.

CAVALCANTI, Plínio. “Maxambombas e Maracatus. um livro cheio de vida e de beleza”. s/d. 1935. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

COELHO, José Simão. “De tudo um pouco. Senhora de Engenho”. *Jornal Pequeno*. Recife, 31/12/1921.

CONDÉ, José. “Um livro de Mário Sette”. *Correio da Manhã*. Rio, 30/08/1968.

Contrato Particular de doação entre Hilton Sette e a Fundação Joaquim Nabuco, realizado em 19/03/1982. Presente no acervo de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

CORDEIRO, Joel de Hollanda; NEVES, Edson Wanderley. “Apresentação”. In: SETTE, Mário. **Terra Pernambucana**. 10ª ed. CEPE: Recife, 1981.

CORRÊA, Viriato. “Mário Sette”. *Jornal Pequeno*. Recife, 09/01/1926.

_____. “Mário Sette”. *Revista de Pernambuco*. Ano 2. n. 19. Recife, 1926.

COSTA, Eudoro Ramos. “A História na ‘Quinzena do Livro’ de S. Paulo.” *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 10/01/1932.

CUNHA, Dorval. “Um novo romance do Recife”. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

D. Jayme. “Letras do Norte”. Jardim Aberto. *Fon Fon*. ano XXIV. n. 35. Rio de Janeiro, 30/08/1930.

_____. “Nova edição de três livros raros”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 11/06/1978.

DANTAS, Leonardo. “Reedição de Mário Sette”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 22/06/1978.

DESCAVES, Elcito Pierre. “Miscelâneas”. *Correio da manhã*. Rio de Janeiro, 28 de março de 1950.

Discurso de recepção de Luís Edmundo, ver: <https://www.academia.org.br/academicos/luis-edmundo/discurso-de-recepcao>. Acesso em: 20/06/2023.

DUARTE, Candido. “Rowing”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 10/02/1924.

EDMUNDO, Luís. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1938.

F. M. “Notas Avulsas”. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

FARIAS, Esdras. “Senhora de Engenho”. *A Província*. Recife, 25/03/1921.

FERNANDES, Aníbal. *De uns e de outros*. *Diário de Pernambuco*. Recife, 18/01/1922.

FILHO, Andrade Lima. *Itinerário de Osório Borba. O homem que cuspiá marimbondos*. Associação da Imprensa de Pernambuco. Recife, 1979.

FILHO, Anísio. “Aos sábados maravilhas”. *Jornal Pequeno*. Recife, 26/03/1950.

FIRMO, José. Livros novos. *Jornal Pequeno*. Recife, 8/03/1921.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**. 48ª ed. Global Editora. São Paulo, 2003.

_____. **Tempo morto e outros tempos**. José Olympio. Rio de Janeiro, 1975.

_____. “1824”. Edição especial às comemorações do centenário da Revolução de 1824. *Diário de Pernambuco*. Recife, 2/007/ 1924.

_____. “69”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 10/08/1924.

_____. “Ação regionalista no Nordeste”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 7/02/1926.

_____. “Da Outra América”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 30/10/1921.

_____. “O escritor Mário Sette”. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 26/08/1950.

INOJOSA, Joaquim. “Renascimento literário”. *A União*. Paraíba, 13/08/1921.

JUREMA, Aderbal. “Mário Sette, o escritor do Recife”. *Revista Nordeste*. ano V, n. 2. Recife, jun/dez 1950.

L.M.F. “Literatura no rádio”. Rádio. *Jornal Pequeno*. Recife, s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

LEÃO, Múcio. “Um símbolo de Pernambuco”. *Autores e Livros*. Rio de Janeiro, 06/1950.

LIMA, Herman. “Mário Sette e os amores duma velha cidade.” *Vamos Ler!* Rio de Janeiro, 26/07/1945.

_____. “Mário Sette, radialista”. *Carioca*. Rio de Janeiro, 31/03/1949.

_____. “Mário Sette. *Revista Nordeste*, ano V, n. 2. Recife, jun/dez 1950.

_____. “Mário Sette”. *Carioca*. Rio de Janeiro, 1950.

_____. “Mário Sette”. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 09/04/1950.

_____. “O Recife que não mudou”. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

_____. “Um passeio pelo Recife de quatro séculos”. *Letras e Artes*. Rio de Janeiro, 18/01/1948.

LIMA, Laurêncio. “Arruar no Recife”. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

LINS, Álvaro. “Nota sobre Maxambombas e Maracatus”. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

_____. “Um livro de sua época”. *Diário da Manhã*. Recife, 25/04/1937.

LOBATO, Monteiro. *Revista do Brasil*. n. 64. São Paulo, 04/1921.

LOPES, Silvino. “O cronista do Recife”. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

M. F. “Boite alvi-rubra. Rádio”. *Jornal Pequeno*. Recife, s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

MAGALHÃES, Agamenon. “Maxambombas. Folha da Manhã e Rádio Clube”. *Folha da Manhã*, Recife, s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

MAIA, Carlos Leite. “Do cronista Mário Sette ao 'dindinho Mário Sette’”. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

MARTINS, D'Alvarez. "Enamorado de sua cidade natal - o passado do Recife - o sabor dos nomes e a evocação das origens - como nasceu 'Maxambombas e Maracatus' - o tempo dos patachos e das docas, da cadeirinha de arruar e da baratinha de luxo - a história do Recife que Mário Sette vai escrever é um romance de costumes - querendo nossa senhora do Carmo e dos homens de governo." s/d. Presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

MATOS, Potiguar. “Terra Pernambucana”. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

MELLO, Cezário de. “Mário Sette e o Recife Antigo”. *Revista Nordeste*. ano V, n. 2. Recife, jun/dez 1950.

MELO, Mário “Ontem, hoje e amanhã”, *Jornal Pequeno*. 23/08/1938.

MENDES, Oscar. “Um Precursor”. *Folha de Minas*. Belo Horizonte, 1949.

MOTA, Mauro. “Agenda”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 02/04/1975.

NETO, Arquimedes de Melo. “Evocações”. In: SETTE, Mário. **Terra Pernambucana**. 9ª ed. Arquimedes Edições. São Paulo, 1968.

PACHECO, Gomes. “Entre espírito irmãos”. *Anuário brasileiro de literatura*. Rio de Janeiro, 1941.

PARAHYM, Orlando. Mário Sette. *Diário da Manhã*. Recife, 12/04/1975.

PASSOS, Claribalte. “Evocações do Recife”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 6/12/1982.

PEIXOTO, Sérgio. “o rádio-teatro e sua gente”. *Fon-fon*. Rio de Janeiro, 18/12/1943.

PEREIRA, Edwiges de Sá. “Um bom livro”. *Jornal Pequeno*. Recife, 09/05/1921.

PEREIRA, Mário. “Um cronista do Recife”. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

PEREIRA, Nilo. “Notas Avulsas”. Recife, s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

_____. “Mário Sette e o Recife”. *Diário de Natal*. Natal, 22/09/1952.

PINTO, Estevão. “Pernambuco no século XIX”. Imprensa Industrial. Recife, 1922.

PIO, Fernando. “Um livro Pernambucano.” *Jornal Pequeno*. Recife, 31/03/1932.

POMBO, Rocha. **Pequena história do Brasil. Nossa Pátria**. 84ª ed. Melhoramentos. São Paulo, 1965.

LUSO, João. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

Programa *Evocações*, episódio de título: “A voz de um grande amor”. s/d. Presente no acervo da produção intelectual de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

Programa *Evocações*, episódio de título: “Batem palmas” s/d. Presente no acervo da produção intelectual de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

Programa *Evocações*, episódio de título: “Canaviais” s/d. Presente no acervo da produção intelectual de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

Programa *Evocações*, episódio de título: “Castro Alves na boca do povo” s/d. Presente no acervo da produção intelectual de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

Programa *Evocações*, episódio de título: “Eno Evocações”. s/d. Presente no acervo da produção intelectual de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

Programa *Evocações*, episódio de título: “Numa viagem de ônibus” s/d. Presente no acervo da produção intelectual de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

Programa *Evocações*, episódio de título: “Um romance de 1817” s/d. Presente no acervo da produção intelectual de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

Programa *Evocações*, episódio de título: “Velhas Usanças” s/d. Presente no acervo da produção intelectual de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

RANGEL, Domicio. “Romance pernambucano”. 1938. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

REGO, José Lins. “O próximo livro de Gilberto Freyre”. *Boletim de Ariel*. Ano III, n. 2, novembro de 1933.

Revista Nordeste, ano V, n. 2. Recife, jun/dez 1950.

RIAHGP, Recife, v. 33, n. 155-158, 1933-1935.

RIAHGP, v. 29, ns. 135-142. Recife, 1928-1929.

RODRIGUES, José Honório. “Prefácio”, in: Capistrano de Abreu, *Capítulos da História Colonial*, 6.ª ed.. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira/INL, 1976, p. 12. Apud.

SANT’ANA, Nuto. “Livros Novos”. *Correio Paulistano*. São Paulo, 14/04/1944.

SETTE, Hilton, “As memórias de meu pai”. SETTE, Mário. “Memórias Íntimas (caminhos de um coração)”. Fundação de Cultura Cidade do Recife. Recife, 1980.

_____. “Centenário de nascimento de Mário Sette”. Disponível em: <http://www.hiltonsette.com.br/>. Acesso em: 09/06/2021.

SETTE, Mário. **Anquinhas e Bernardas**. Coleção Pernambucana. 2a Fase. VOL. XXXIV. Recife: FUNDARPE, 1987.

_____. *Arruar: confissões do autor*. Recife, dezembro de 1947. Texto presente no acervo da produção intelectual de Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

_____. **Arruar: História pitoresca do Recife Antigo**. 4 ed. CEPE: Recife, 2018.

_____. **Brasil, minha terra!** 14 ed. Editora Melhoramentos: São Paulo, 1953.

_____. **Maxambombas e Maracatus**. Editora Casa do Estudante do Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro, 1958.

_____. **Memórias Íntimas (caminhos de um coração)**. Fundação de Cultura Cidade do Recife. Recife, 1980.

_____. **Senhora de Engenho**. Coleção Nordeste em Evidência. Recife: Editora Asa Pernambuco, 1986.

_____. **Terra Pernambucana**. 10ª ed. CEPE: Recife, 1981.

_____. **Terra Pernambucana**. 1ª ed. Imprensa Industrial. Recife, 1925.

_____. “Clarinha das rendas”. *Jornal Pequeno*. Recife, 10/03/1921.

_____. “Coisas da minha vida. Guararapes”. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

_____. “Como comecei a escrever”. *Anuário Brasileiro de Literatura*. Rio de Janeiro, 1938.

_____. “História e histórias”. *Revista Brasileira*. Ano VI. n. 18. Rio de Janeiro, dezembro de 1946.107-118.

_____. “Hora da Saudade”. *Jornal Pequeno*. Recife, 2/10/1943.

_____. “Mês Mariano”. *Diário da manhã*. Recife, 01/06/1938.

_____. “Mário Sette fala do seu Maxambombas e Maracatus”. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

_____. “Nestor Silva morreu.” *O Jornal*. Rio de Janeiro, 26/11/1939.

_____. “Por que se ama a França”. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

_____. “Vocabulários pernambucanos”. *Jornal Pequeno*. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

SILVA, Castro e. “Mário Sette - arquivista do passado”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 01/12/1946.

SILVA, Leonardo Dantas. Notas do editor. In: SETTE, Mário. *Arruar – história pitoresca do Recife antigo*. Coleção Pernambucana, Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1975.

_____. “História de Pernambuco para crianças e adultos”. SETTE, Mário. **Terra Pernambucana**. 10ª ed. CEPE: Recife, 1981.

SILVEIRA, Alcântara. “Crônica”. *Letras e Artes*. Rio de Janeiro, 15/12/1946.

SILVEIRA, Décio Pacheco. “Senhora de Engenho”. *Anuário Brasileiro de literatura*. RJ, 1937.

SOBRINHO, Barbosa Lima. “Bibliografia”. *Jornal do Recife*. Recife, 8/07/1921.

SOBRINHO, Faria Neves. “Academia Pernambucana de Letras”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 17/08/1921.

SOUTO, Milton. “Os dois Mário de Pernambuco”. *Jornal do Comércio*. Recife, 26/01/1954.

TAUNAY, Affonso. “Duas palavras”. **Brasil, minha terra!** 14ª ed. Melhoramentos. São Paulo, 1953.

Termo de doação celebrado pelo Sr. Aldênio de Lemos Rêgo e a Fundação Joaquim Nabuco, realizado em 18 de outubro de 2010.

VAREJÃO, Lucilo. “Arruar”. *Jornal Pequeno*. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

_____. “Dois livros novos.” *Jornal do Recife*. Recife, 05/03/1921.

_____. “Mário Sette”. *Boletim de Ariel*. n. 8. ano 6. Rio de Janeiro, maio de 1937.

_____. “Mário Sette”. *Boletim de Ariel*. n.7. ano 8. Rio de Janeiro, maio de 1937.

_____. “Mário Sette”. s/d. Recorte de jornal presente no acervo Mário Sette na Fundação Joaquim Nabuco.

VELLOSO, Cleusa F. “Literatura e Sociologia”. *A divulgação*. Paraná, 1951.

ANEXO A - CRONOLOGIA DE MÁRIO SETTE

1886 - Mário Rodrigues Sette nasceu em 19 de abril, em Recife. Filho de Antônio da Câmara Rodrigues Sette Júnior e Ana Emília de Andrade Luna.

1891- Primeira viagem à Europa em família para que seu pai fizesse um tratamento no fígado em Portugal.

1895 - Segunda viagem à Europa em família. Eles moraram quase um ano em Portugal.

1897 - Falecimento do seu pai.

1897 - Mário Sette foi morar em Santos com sua mãe, na casa do seu avô materno, Antônio Rufino de Andrade Luna.

1899 - Sua mãe casou-se novamente e Mário Sette, junto com ela, mudou-se para o Rio de Janeiro. Vai estudar no Colégio Paula Freitas, onde passou pouco tempo e depois no Colégio Loureiro, também na cidade carioca.

1901 - Retornou ao Recife para morar na casa de sua família materna. Iniciou sua vida laboral como “Quati” da Alfândega e, no mesmo ano, publicou seus primeiros trabalhos nos jornais *A Pimenta*, no qual divulgou sonetos sob o pseudônimo de Dr. Gancho, e no periódico *O Besouro*.

1902 - Publicou seu primeiro soneto no *Diário de Pernambuco*.

1906 - Morte da sua mãe.

1907 - O casamento com Maria Laura. Passou a ser colaborador da Revista carioca *Fon-fon*.

1908 - Nascimento de seu primeiro filho, Hoel Sette.

1908 - Passou a trabalhar na Companhia Paulista de Tecidos ou “Casas Pernambucanas”.

1909 - Inaugurou suas colunas no *Jornal Pequeno*: a sessão de título “Registrando” e também a intitulada “Cinema”. Passou em um concurso público nos Correios e Telégrafos.

1911 - Nascimento de seu segundo filho, Hilton Sette, e a morte de Hoel.

1914 - Nascimento de seu terceiro filho, que recebeu o nome do seu primeiro filho, falecido, Hoel Sette. Foi convidado para ser colaborador efetivo no *Diário de Pernambuco* e iniciou seus trabalhos como 1º Secretário da Liga dos Aliados de Pernambuco.

1916 - Publicou o seu primeiro livro: “Ao Clarão dos Obuzes”, uma coletânea de crônicas sobre a Primeira Guerra Mundial, pela Imprensa Industrial de I. Nery da Fonseca. Iniciou sua colaboração na *Revista do Brasil*.

1917 - Lançamento da 2ª edição de “Ao Clarão dos Obuzes”.

1918 - Publicação de seu segundo livro: “Rosas e Espinhos”.

1918 - Tornou-se Diretor Regional em Pernambuco da *Revista do Brasil*.

1921 - Publicou o romance “Senhora de Engenho” e o romance histórico “O Palanquim Dourado” pela editora paulista Monteiro Lobato & Cia.

1922 - Foi eleito sócio da Academia Pernambucana de Letras, na cadeira de número 40, na vaga de Padre Antônio Gomes Pacheco.

1923 - Publicou o romance “A filha de Dona Sinhá” pelo *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro.

1924 - Lançou o livro “O vigia da Casa Grande” e ganhou o prêmio de romance da Academia Pernambucana de Letras. Publicou “Velhos Azulejos”, seu primeiro livro escolar.

1925 - Pela editora portuguesa dos Irmãos Lello, associada à Livraria Chardron, lançou em Portugal os livros “Senhora de Engenho” (4ª edição) e “A filha de Dona Sinhá” (2ª edição). Publicou seu primeiro livro de leitura de cunho histórico: “Terra Pernambucana” pela Imprensa Industrial de I. Nery da Fonseca. Tornou-se professor no Instituto Carneiro Leão.

1926 - Lançou o livro “Instrução Moral e Cívica” e passou a lecionar nas escolas Ginásio do Recife, Colégios Spencer e Santa Margarida. Em Paris, foi publicado no jornal *L’Opinion* sua novela “O Rastro de Sangue”, traduzida por Manuel Cahiste e Philéas Lebesque. Na Argentina, foram traduzidas as obras “Outros Olhos”, “O Rastro de Sangue” e a “Sombra da Cruz” e vários outros contos.

1928 - Publicou o segundo livro de leitura de cunho histórico: “Brasil, minha terra!” pela editora Melhoramentos, e o livro “João Ignácio”. Começou a trabalhar como tradutor, colaborando com as editoras: Companhia Editora Nacional, de São Paulo, e Editora Globo, de Porto Alegre. Na CEN, publicou traduções de romances franceses para a coleção *Biblioteca das Moças*. Publicou o livro “As contas do Terço”, em 1929.

1931 - Iniciou suas leituras das coleções de jornais antigos presentes nos arquivos do Gabinete Português de Leitura. Lançou junto com Fernando Pio a coluna de crônicas históricas: “Pernambuco das anquinhas e das maxambombas”.

1932 - Foi transferido para trabalhar nos Correios e Telégrafos de Maceió. Publicou “Seu Candinho da Farmácia” pela Companhia Editora Nacional.

1935 - Publicou seu primeiro livro de crônicas históricas, “Maxambombas e Maracatus”, pela Editora Cultura Brasileira. Tornou-se sócio correspondente do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP).

1936 - Voltou a morar em Recife e passou a ocupar o cargo de Chefe dos Serviços Econômicos da Diretoria Regional de Pernambuco. Tornou-se sócio efetivo do IAHGP. Começou a participar do programa *Hora da Saudade*, na Rádio Clube de Pernambuco, dirigido por Nelson Ferreira, irradiando suas crônicas históricas.

1937 - Lançou a 5ª edição de “Senhora de Engenho”, que gerou polêmicas em relação à nova linguagem utilizada pelo autor.

1938 - Publicou “Os Azevedo do Poço” pela Editora José Olympio e a 2ª edição de “Maxambombas e Maracatus”. Ele passou a lecionar nas escolas Nossa Senhora do Carmo, no Colégio Eucarístico, no Pinto Júnior e também no Oswaldo Cruz.

1939 - Iniciou seu trabalho de professor do magistério superior no Colégio São José, regendo as disciplinas de História da Civilização e História do Brasil.

1940 - Sua obra “Senhora de Engenho” foi adaptada para o teatro para ser interpretada pelo grupo de Amadores dos Bancários. Publicou o livro de crônicas históricas “Anquinhas e Bernardas”.

1941- Passou a lecionar na cadeira de História do Brasil na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Trabalhou na Fiscalização do Porto do Recife, sob ordem do próprio presidente Getúlio Vargas.

1942 - Voltou a ocupar a função de Chefe dos Correios e Telégrafos em Pernambuco. Publicou a 6ª edição de “Senhora de Engenho”, pela Melhoramentos.

1943 - Retomou o programa de rádio *Hora da Saudade*, na Rádio Clube, passando a ser o principal radialista, sob a direção de Oscar Moreira Pinto.

1944 - Lançou seus primeiros compêndios de história: “História do Brasil”, voltados para a 3ª e 4ª série do curso ginásial, pela Editora Melhoramentos.

1945 - Colaborou com as rádios inglesas: D’A Voz de Londres e British Broadcasting Corporation (B.B.C). Publicou o livro “Barcas a Vapor”. Aposentou-se dos Correios e Telégrafos e foi demitido do Colégio São José.

1946 - Lançou o livro de crônicas históricas “Onde os avós passaram...”, pela editora Guaíra.

1948 - Publicou “Arruar: História pitoresca do Recife Antigo” pela Casa do Estudante do Brasil, do Rio de Janeiro. Foi demitido da Rádio Clube de Pernambuco e inaugurou seu programa de título *Evocações*, na Rádio Jornal do Commercio, de Pernambuco. Recebeu um convite da comissão executiva do 4º Congresso de História Nacional para relatar a tese nº 32 “Entre Olinda e Recife. Mascates. A insurreição e o seu significado. Ação repressiva da metrópole”.

1950 - Faleceu no dia 25 de março de um tumor cerebral.

ANEXO B - FOTOS DE MÁRIO SETTE, DE SEU BUSTO E DA PEÇA “SENHORA DE ENGENHO”



Fonte: Imagem presente no final do livro “Memórias Íntimas (caminhos de um coração)”, de 1980.



MARIO SETTE — no gabinete de trabalho em sua residência — 1946



A família MARIO SETTE reunida — fotografia de 1947

Fonte: Imagem presente no final do livro “Memórias Íntimas (caminhos de um coração)”, de 1980.



Legenda: Mário Sette fotografado por Oscar Maia com uma dedicatória feita para Oliveira Vianna, em 6 de janeiro de 1931.

Fonte: fotografia pertencente ao acervo de Oliveira Vianna, presente no site da rede web de museus do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.museusdoestado.rj.gov.br/sisgam/index.php?qresultados=1&pagina=30717&busca=a%20b%20c%20d%20e%20f%20g%20h%20i%20j%20k%20l%20m%20n%20o%20p%20q%20r%20s%20t%20u%20v%20w%20x%20y%20z&operador=or&museu=todos&num_interno=30719&flag=1. Acesso em: 15/08/2023.



Legenda: Busto de Mário Sette, presente nos jardins da Academia Pernambucana de Letras.

Fonte: site elaborado em homenagem a Mário Sette. Disponível em: <http://www.mariosette.com.br/>. Acesso em: 16/08/2023.



Legenda: Cartaz da estreia da peça “Senhora de Engenho”, adaptada pelo próprio autor, no teatro de Santa Isabel em 1943.

Fonte: site elaborado em homenagem a Mário Sette. Disponível em: <http://www.mariosette.com.br/>. Acesso em: 16/08/2023.



Legenda: Cena da peça “Senhora de Engenho” apresentada no teatro de Santa Isabel.

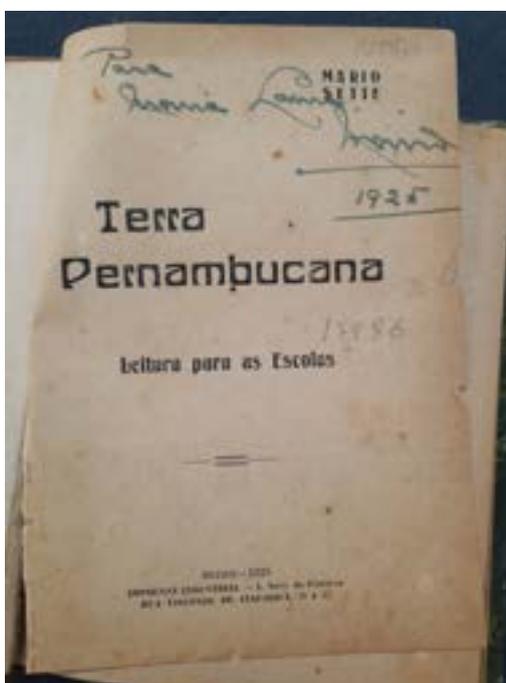
Fonte: site elaborado em homenagem a Mário Sette. Disponível em: <http://www.mariosette.com.br/>. Acesso em: 16/08/2023.

ANEXO C - SELEÇÃO DAS EDIÇÕES DOS LIVROS DE MÁRIO SETTE



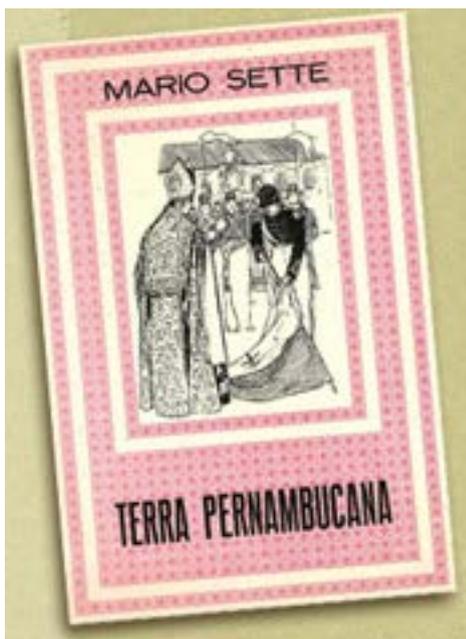
Legenda: Capa da 7ª edição de “Senhora de Engenho”, de 1986.

Fonte: site elaborado em homenagem a Mário Sette. Disponível em: <http://www.mariosette.com.br/>. Acesso em: 16/08/2023.



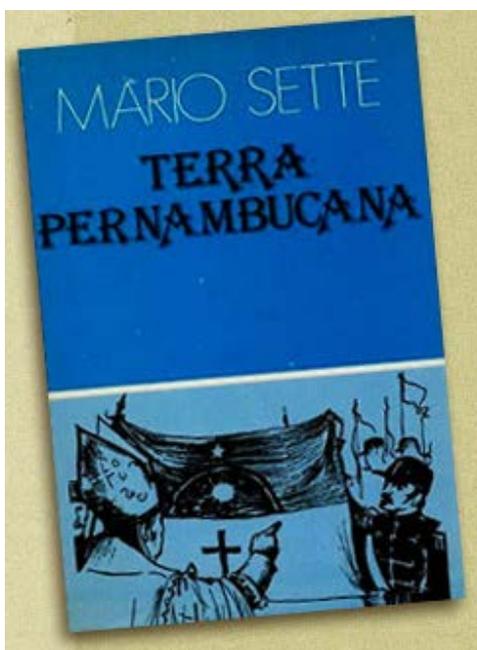
Legenda: Contracapa da 1ª edição de “Terra Pernambucana”, de 1925.

Fonte: Biblioteca da Fundação Joaquim Nabuco.



Legenda: Capa da 9ª edição de “Terra Pernambucana”, de 1968.

Fonte: site elaborado em homenagem a Mário Sette. Disponível em: <http://www.mariosette.com.br/>. Acesso em: 16/08/2023.



Legenda: Capa da 10ª edição de “Terra Pernambucana”, de 1981.

Fonte: site elaborado em homenagem a Mário Sette. Disponível em: <http://www.mariosette.com.br/>. Acesso em: 16/08/2023.



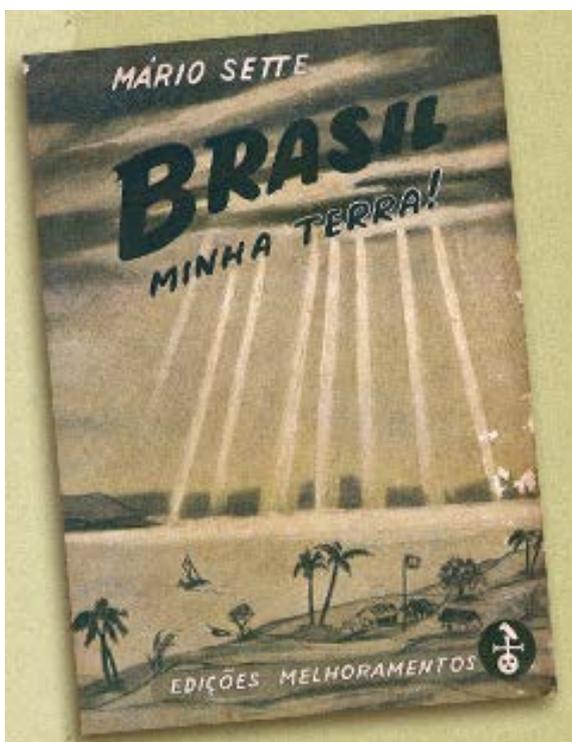
Legenda: Ilustração da lenda do “Boi voador”, presente no texto de título “O boi que voa” na 10ª edição de “Terra Pernambucana”.



Legenda: Ilustração do fuzilamento de Frei Caneca, presente no texto de título “Frei Caneca” na 10ª edição de “Terra Pernambucana”.

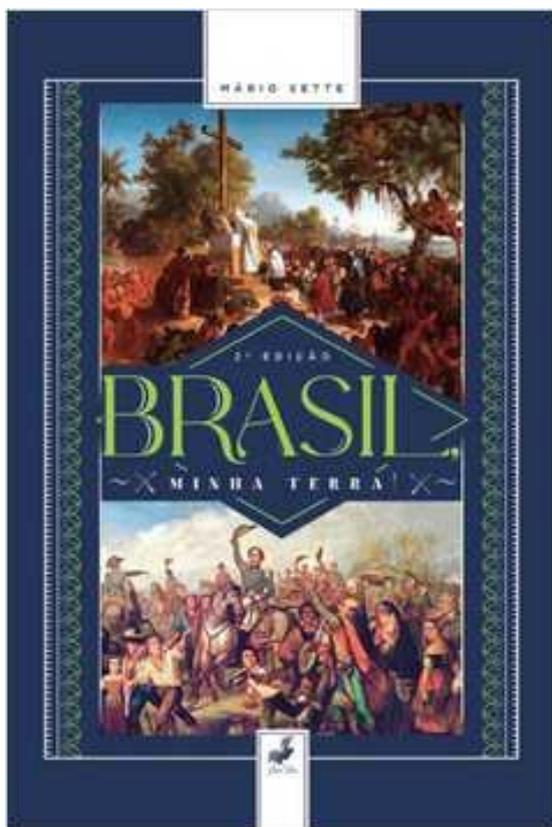


Legenda: Ilustração de uma negra doceira presente no texto de título “A boleira do Barão” na 10ª edição de “Terra Pernambucana”.



Legenda: capa da 12ª edição de “Brasil, minha terra!”.

Fonte: site elaborado em homenagem a Mário Sette. Disponível em: <http://www.mariosette.com.br/>. Acesso em: 16/08/2023.



Legenda: 15ª edição de “Brasil, minha terra!”, de 2022.

fonte:https://www.estantevirtual.com.br/pook-book/sette-mario-brasil-minha-terra-3857011987?gclid=CjwKCAjw5_GmBhBIEiwA5QSMxM5G-kxy-Y1KA6mXXvGL4nl_egcrKr4z4oYSqWIoAoL5qPFXXI79whoCDIEQAvD_BwE. Disponível em: 16/08/2023.



Legenda: Imagem do quadro “Primeira Batalha dos Guararapes”, de Victor Meirelles, presente no texto de título “Queima de canaviais” na 14ª edição de “Brasil, minha terra!”.



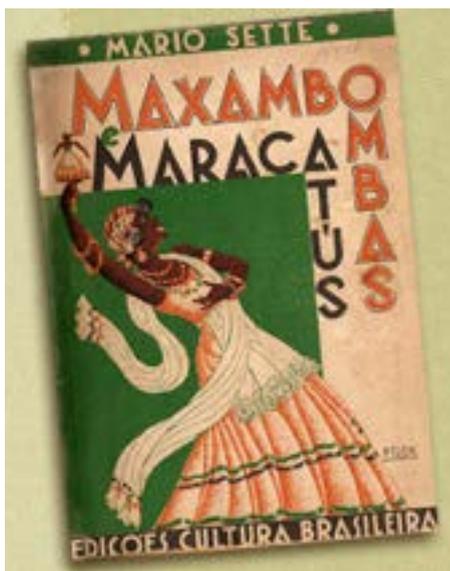
Legenda: Ilustração que representa a lenda do boi voador presente no texto de título “O boi voador” na 14ª edição de “Brasil, minha terra!”.



Legenda: ilustração de Maria Quitéria, presente no texto “Mulher soldado” na 14ª edição de “Brasil, minha terra!”.

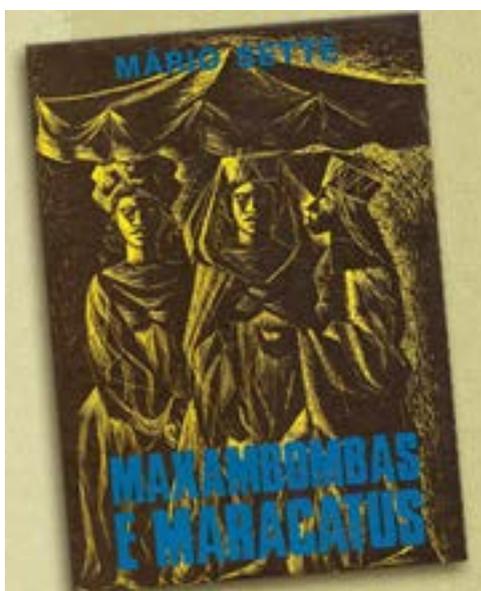


Legenda: Ilustração do indígena Tabira, presente no texto de título “O olho de Tabira” na 14ª edição de “Brasil, minha terra!”.



Legenda: Capa da 1ª edição de “Maxambombas e Maracatus”, de 1935.

Fonte: site elaborado em homenagem a Mário Sette. Disponível em: <http://www.mariosette.com.br/>. Acesso em: 16/08/2023.



Legenda: Capa da 4ª edição de “Maxambombas e Maracatus”, de 1981.

Fonte: site elaborado em homenagem a Mário Sette. Disponível em: <http://www.mariosette.com.br/>. Acesso em: 16/08/2023.

ANEXO D - QUADROS DO PROGRAMA *EVOCÇÕES*

Panorama geral dos conteúdos abordados por Mário Sette nos 43 esquetes do programa *Evocações*, que foi ao ar de 1948 a 1949 na Rádio Jornal do Commercio, do Recife.

Títulos dos esquetes do programa <i>Evocações</i>	Resumo dos quadros
“A campanha de Dantas Barreto”	Sobre a disputa eleitoral para governador de Pernambuco entre o general Dantas Barreto e Rosa e Silva, em 1911.
“A festa de Santa Cruz”	Sobre as festas que ocorriam na Igreja do Pátio de Santa Cruz, em Recife.
“A História de carnaval”	Sobre como eram os carnavais do final do século XIX e início do XX.
“A melhor noite de São João”	Texto em que o personagem principal conta como era o São João de seu tempo, na cidade de Caruaru.
“A renda de Maria Clara”	Texto ficcional sem nenhuma referência histórica, baseado em seu conto “Clarinha das rendas”.
“A voz de um grande amor”	Texto evocativo em que os personagens contam histórias pitorescas sobre o tempo em que os holandeses estiveram em Itamaracá.
“As valsas de uma vida”	Texto ficcional nostálgico em que os personagens escutam antigas valsas e recordam do passado.
“Assuntos velhos com motivos novos”	Texto em que os personagens contam

	<p>histórias pitorescas do passado pernambucano, com destaque para a “revolução quebrequilos”, ocorrida no Sertão, e a dos “bilhetes de sangaió”, que se passou em Recife por volta do ano de 1893. Essas histórias serviram de exemplo para o jargão: “Tudo na vida não passa de um assunto velho num motivo novo”.</p>
“Bacalhau! A Quaresma vem aí”	Sobre o costume de se comer bacalhau na Quaresma, em Recife.
“Batam Palmas”	Sobre as novidades surgidas no tempo da 1ª Guerra Mundial, que tiveram impacto positivo e negativo nos costumes dos recifenses.
“Brinquedos de prendas”	Sobre a substituição de antigos hábitos recifenses no início dos tempos modernos.
“Cabelos brancos”	Texto ficcional sobre uma viúva que vai se casar. O autor traz referências de como eram os casamentos no século XIX.
“Camisa Amarela”	Texto evocativo sobre as antigas músicas de carnaval do Recife.
“Canaviais”	O texto traz vários episódios da História do Brasil que tem como mote central os canaviais e os engenhos de açúcar, desde a colonização até a Abolição.
“Carnavais de dantes”	O texto conta como eram os entrudos, o carnaval dos mascarados e as troças de antigamente.

“Cartões postais”	Sobre o costume de colecionar cartões-postais no final do século XIX e início do século XX.
“Casamento à moda antiga”	O texto conta, em detalhes, como eram os casamentos de antigamente, as vestimentas, as práticas e o costume de forrar o chão com folhas de canela.
“Castro Alves na boca do povo”	Trata sobre o contexto do Recife nos anos de 1860, momento em que houve melhorias urbanas, como o calçamento de ruas, a construção dos trilhos das maxambombas, a iluminação a gás carbônico e a água encanada, e também em que chegaram à cidade as notícias a respeito da Guerra do Paraguai e ainda as ideias abolicionistas, disseminadas pelo poeta Castro Alves.
“As confissões de titio”	Trata sobre um diário no qual um tio narra aos seus sobrinhos suas experiências em festas populares da sua juventude, descrevendo como eram as celebrações dos bumbas meu boi, os cavalos marinhos e os carnavais da época.
“Cupins que constroem”	Texto que trata sobre algumas das ações da Sociedade do Clube do Cupim, uma associação abolicionista criada em Recife, em 1884, por figuras como Leonor Porto, João Ramos, Numa Pompílio, José Mariano e Dona Olegarina.
“Dedo mindinho, outros dedos”	Texto nostálgico sobre as brincadeiras de crianças de antigamente.

“Evocações Eno”	Programa todo dedicado às músicas dos carnavais de antigamente.
“Mauriceia”	Programa especial, oferecido pela firma Figueira & Jucá, construtora da cidade. O texto traz vários fragmentos pitorescos da história do Recife, começando com uma conversa entre Franz Post e Maurício de Nassau, passando pela lenda do Boi Voador e a do menino Garrafus, entre outras histórias.
“Melodias e palmas”	Texto que comenta sobre o quanto as músicas podem ser bons instrumentos que servem para alimentar a nostalgia.
“Mês Mariano”	Texto em que os personagens falam com saudade do tempo em que se festejava o mês mariano.
“Mesa redonda de evocações”	Texto que traz como personagens um grupo de amigos que recordam do passado, com apenas um discordando do tom da conversa, pois acredita que o tom nostálgico da conversa pode os fazer sofrer.
“Na Era de 14”	Texto sobre o contexto do ano de 1914, quando houve transformações urbanas no Recife, com a chegada dos ônibus elétricos, e também mudanças nos costumes dos recifenses, o que foi considerado como uma consequência da Primeira Guerra Mundial.
“Noite de teatro”	O texto traz a recordação de um pai que conta para o filho sobre o tempo em que a

	companhia de teatro <i>Tim-tim por tim-tim</i> veio ao Recife e fez espetáculos no teatro Santa Isabel.
“O mar se move em balanço”	Texto em que os personagens trazem suas impressões a respeito das transformações ocorridas no Recife com a chegada dos impulsos modernos e das ideias de progresso. O autor constrói comparações entre o tempo das maxambombas e dos banhos de rio em relação ao presente dos bondes elétricos e dos banhos de mar.
“Os vizinhos estudantes”	Trata a respeito dos primeiros estudantes de medicina que estavam na cidade do Recife e faziam visitas aos seus pacientes.
“Pastoril”	O texto fala a respeito dos pastoris, que nos anos iniciais do século XX, passaram a ganhar uma conotação divertida e profana, atraindo a população do Recife.
“Pianos”	Trata a respeito do costume dos recifenses de possuírem um piano em casa e também de frequentarem cafés, dando destaque, principalmente, ao café 15 de Novembro.
“Recordar é viver”	Texto que traz como personagens um grupo de amigos que ouve música e recorda do passado, sobretudo, dos artistas que passaram pelo Recife e fizeram seus espetáculos no teatro Helvética.
“Reveillon”	Texto em que conta como era a festa de Réveillon e as festas do Bonfim, em Olinda.

“Romantismo”	Texto que trata a respeito de como eram os namoros e paqueras no início dos anos de 1900, quando na literatura imperava o realismo, mas na vida amorosa dos recifenses, os homens e mulheres continuavam românticos, se enviando cartas, fazendo serenatas, namoros à escondida...
“Saudade”	Sobre a saudade dos tempos de outrora como um sentimento permanente para muitos homens e mulheres de seu tempo.
“Semana Santa de outrora”	Os personagens contam ao seu sobrinho como era a Semana Santa de antigamente.
“Tarde de Cinzas”	O texto trata sobre como eram as quartas-feiras de cinzas de antigamente, quando saía uma procissão da Igreja de São Francisco, que dava início à Quaresma.
“Tarde!”	Trata a respeito dos sintomas de saudade que sofre um senhor que mora há 40 anos longe de sua cidade, o Recife.
“Um bairro que mudou”	O texto trata sobre as mudanças urbanísticas e arquitetônicas que sofreram alguns bairros do Recife, com destaque para o bairro da Boa Vista.
“Um romance de 1817”	O texto traz um fragmento pitoresco sobre a Revolução de 1817, ressaltando que, quando a revolução terminou, um de seus heróis, José Martins, casou-se com Maria Teodora e, logo após o casamento, morreu em nome da liberdade e da pátria.

“Numa viagem de ônibus”	O texto trata de uma conversa entre os passageiros de um ônibus elétrico, que discutem sobre as mudanças que ocorreram na cidade do Recife nas primeiras décadas do século XX.
“Velhas Usanças”	O texto trata a respeito da transitoriedade dos costumes, ressaltando que hábitos antigos podem voltar a estar presentes no cotidiano das pessoas. Trata, mais especificamente, do antigo costume das mulheres usarem chales e anquinhas e dos homens usarem casaca.
“Viagem ao velho mundo”	O texto é sobre os primeiros voos de avião ocorridos na cidade do Recife, feito por Gine San Felice, um italiano, no hipódromo de Campo Grande.